JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Diamantino 4
Câmara Municipal de Matupá 4
Camara Municipal de Santa Cruz do Xingu 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 6
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 8
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 8
Prefeitura Municipal de Água Boa 8
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 11
Prefeitura Municipal de Alto Garças 12
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 39
Prefeitura Municipal de Apiacás 39
Prefeitura Municipal de Araguaiana 41
Prefeitura Municipal de Araguainha 45
Prefeitura Municipal de Araputanga 46
Prefeitura Municipal de Arenápolis 46
Prefeitura Municipal de Aripuanã 49
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 53
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 54
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 64
Prefeitura Municipal de Cáceres 80
Prefeitura Municipal de Campinápolis 83
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 85
Prefeitura Municipal de Campo Verde 87
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 92
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 95
Prefeitura Municipal de Canarana 115
Prefeitura Municipal de Carlinda 116
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 118
Prefeitura Municipal de Cláudia 118
Prefeitura Municipal de Cocalinho 118
Prefeitura Municipal de Colniza 120
Prefeitura Municipal de Comodoro 123
Prefeitura Municipal de Confresa 123
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 134
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 135
Prefeitura Municipal de Curvelândia 136
Prefeitura Municipal de Denise 136
Prefeitura Municipal de Diamantino 136
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 140
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 141
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 141
Prefeitura Municipal de General Carneiro 147
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 166
Prefeitura Municipal de Itanhangá 166
Prefeitura Municipal de Jaciara 166
Prefeitura Municipal de Jauru 177
Prefeitura Municipal de Juara 178
Prefeitura Municipal de Juruena 181
Prefeitura Municipal de Juscimeira 181
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 182
Prefeitura Municipal de Marcelândia 183
Prefeitura Municipal de Matupá 190

Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 191
Prefeitura Municipal de Nobres 195
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 197
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 199
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 206
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 207
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 208
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 209
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 210
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 210
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 215
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 216
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 219
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 239
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 240
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 240
Prefeitura Municipal de Paranatinga 240
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 241
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 245
Prefeitura Municipal de Poconé 281
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 281
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 282
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 312
Prefeitura Municipal de Poxoréu 313
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 315
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 315
Prefeitura Municipal de Rondolândia 315
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 324
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 325
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 326
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 327
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 328
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 336
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 337
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 338
Prefeitura Municipal de São José do Povo 342
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 342
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 344
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 345
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 345
Prefeitura Municipal de Tabaporã 345
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 347
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 348
Prefeitura Municipal de Tesouro 350
Prefeitura Municipal de União do Sul 350
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 351
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 363
Prefeitura Municipal de Vila Rica 365

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº. 003/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 003/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gasolina automotiva comum.

TIPO: Menor preço.

DATA DE ABERTURA: 22 de julho de 2020.

HORÁRIO: 14h00min.

LOCAL: Sede da Câmara Municipal de Diamantino, sito Av. Desembargador J.P.F. Mendes, 2.345 – Jardim Eldorado – Diamantino/MT. Fone: (65) 336-1419. O procedimento licitatório será regido de acordo com os termos da Lei 8.666 de 21.06.93 e alterações posteriores.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12h00min as 18h00min de segunda a sexta feira.

EDITAL COMPLETO E SEUS ANEXOS: Deverá ser retirado na Câmara Municipal de Diamantino junto a CPL, ou pelo endereço eletrônico: https://www.gp.srv.br/transparencia_diamantinocm/s...

Diamantino – MT, 10 de julho de 2020.

PAULO CEZAR DA CRUZ FONSECA

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Ato de homologação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020.

TERMO DE homologação

OBJETO: CONTRATO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, PERMITINDO CONSULTA AO CONTEÚDO EM VERSÕES ESPECÍFICAS (VERSIONAMENTO DAS ALTERAÇÕES), INCLUINDO INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS NO RESULTADO DAS PESQUISAS E LINK DE CONSULTA DIRETO A ELAS QUANDO MENCIONADAS NO TEOR DAS NORMAS MUNICIPAIS, E ACESSO AO MAIOR BANCO DE DADOS DE LEGISLAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, COMPREENDENDO REALIZAR PESQUISAS EM MAIS DE 4 MILHÕES DE NORMAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo de Inexigibilidade, realizado sob o império da lei 8. 666/9, na conformidade do Art. 57, inciso da Lei Federal nº 8.666/933, com as alterações subsequentes e estando os preços ofertados de acordo com o mercado, **homologo** o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Comunique-se a Licitante vencedora, abaixo denominada, a **homologação** dos Serviços Licitados objeto do certame.

Empresa: **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, VALOR R$ 9.000,00(nove mil reais).**

Matupá/MT, 07 de Julho de 2020.

WÂNIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA Nº 21/2020

PORTARIA Nº **21/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2020, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear os servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2020.

Presidente: **Sheila Valquiria Vargas**

Secretario: **Ramon Oliveira Bezerra**

Membro: **Graciele Graciano Luca**

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

Publicação, no Mural da Unidade Gestora de 29 de Junho de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 29 de Junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA Nº 23/2020

PORTARIA Nº **23/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear o Servidor **Ramon Oliveira Bezerra**, a servidora **Sheila Valquiria Vargas** e a servidora **Graciele Graciano Luca**, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu no exercício de 2020.

Art. 2° - A Comissão manterá um inventario atualizado de todos os bens móveis de propriedade da Câmara Municipal, bem como cadastrará novos bens e os identificará com as respectivas placas numeradas de patrimônio.

Art. 3º- Art. 4º. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria **14/2020**.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 29 de Junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA N° 24/2020

PORTARIA N° **24/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU, EM 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a designação do servidor para exercer a Função na Ouvidoria, e da outras providencias.

O Senhor, **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Designa o servidor Público Municipal prestador de serviços, como Contador, o Sr. **Ramon Oliveira Bezerra**, para exercer a **Função de Ouvidoria,** no exercício de 2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em, vigor na data de sua publicação no Mural da Unidade Gestora de 29 de Junho de 2020, revogando às disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 29 de Junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA Nº 20/2020

PORTARIA Nº **20/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação do Pregoeiro e equipe de apoio para realizar licitação na modalidade Pregão, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Fica por meio desta, nomeada o Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, no âmbito do Poder Legislativo Municipal deste Município de Santa Cruz do Xingu, no decorrer deste exercício de 2020, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores.

- Pregoeiro: **Ramon Oliveira Bezerra**

- Equipe de Apoio: **Sheila Valquiria Vargas**

Graciele Graciano Luca

Art. 2° - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoante às alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º - Os integrantes da Comissão de que trata esta portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados com relevantes ao interesse publico.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 29 de Junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA Nº 22/2020

PORTARIA Nº **22/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Depreciação do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear o Servidor **Ramon Oliveira Bezerra**, a servidora **Sheila Valquiria Vargas** e a servidora **Graciele Graciano Luca**, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, no exercício de 2020.

Art. 2° - A Comissão manterá um inventario atualizado de todos os bens móveis de propriedade da Câmara Municipal, bem como cadastrará novos bens e os identificará com as respectivas placas numeradas de patrimônio.

Art. 3º. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria **12/2020**.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 29 de Junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA Nº 25/2020

PORTARIA Nº **25/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Baixa de Bens e Reavaliação do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear o Servidor **Ramon Oliveira Bezerra**, a servidora **Sheila Valquiria Vargas** e a servidora **Graciele Graciano Luca**, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu no exercício de 2020.

Art. 2° - A Comissão manterá um inventario atualizado de todos os bens móveis de propriedade da Câmara Municipal, bem como cadastrará novos bens e os identificará com as respectivas placas numeradas de patrimônio.

Art. 3. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria **15/2020**.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 29 de Junho de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

PORTARIA Nº 136 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA Nº 136 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **GENIFER KAISER - ATO NORMATIVO Nº 335/2020 – COORDENADOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO Nº 131/2020**, referente à contratação da empresa **CAMBOIM E SANTOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 19.201.021/0001-01, com sua sede à Avenida Dante Martins De Oliveira, n° 640, Bairro Cidade Nova, CEP: 78.520-000, na cidade de Guarantã Do Norte/MT, telefone: (66) 3552-1117, e-mail: brilhante.gta_gerencia@hotmail.com, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS, NÃO CONTEMPLADOS NO PP N° 002/2020, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 30de junho de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **LEOCEDIA TERESINHA BEE**

OBJETO: Locação de dois imóveis urbano em alvenaria, com 98 metros quadrados, localizado na Rua Teotônio Vilela, n° 645, em Peixoto de Azevedo/MT, para instalação do CISVP.

VIGÊNCIA: 01/07/2020 A 01/07/2021

VALOR: R$ 18.000,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.2001.33.90.36.00 "09"

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

OBJETO: fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares, em atendimento ao Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

VIGÊNCIA: 30/06/2020 a 30/10/2020

VALOR: R$ 82.928,84

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.30.00 "026"

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACEUTICA S.A.**

OBJETO: Fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares, em atendimento ao Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

VIGÊNCIA: 30/06/2020 a 30/10/2020

VALOR: R$ 100.698,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.30.00 "026"

EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **CAMBOIM E SANTOS LTDA**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e utensílios, não contemplados no PP n° 002/2020, a serem entregues no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

VIGÊNCIA: 30/06/2020 a 31/12/2020

VALOR: R$ 92.423,85

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.30.00

PORTARIA Nº 138 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA Nº 138 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **YASMIM CAROLINE NUNES FEITOSA – MATRÍCULA Nº 319 – ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO Nº 133/2020**, referente à contratação da empresa **HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACEUTICA S.A.**, devidamente inscrita no CNPJ n° 01.571.702/0001-98, Inscrição Estadual n° 10.001.621-9, com sua sede à Rodovia BR 153 - Km 03, s/n, Bairro Chácara Retiro, CEP: 74.775-027, na cidade de Goiânia-GO, Telefone: (62) 3265-6500 / 3265-6505, e-mail: m.zabotte@uol.com.br/ hospmedcba@uol.com.br / hospmed.halex@uol.com.br, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 30 de junho de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 139 DE 01 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA Nº 139 DE 01 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **ALINE VANESSA MOCHI – ATO NORMATIVO Nº 298 – SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CISRVP**, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO Nº 134/2020**, referente à contratação do imóvel urbano em nome de, **LEOCEDIA TERESINHA BEE**, brasileira, viúva, portadora do RG nº 317.946 SSP/MT e CPF nº 299.047.221-53, residente e domiciliada á Rua Wilmar Pinto, n° 44, Bairro Centro Novo, na cidade de Peixoto de Azevedo-MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"LOCAÇÃO DE DOIS IMÓVEIS URBANO EM ALVENARIA, COM 98 METROS QUADRADOS, LOCALIZADO NA RUA TEOTÔNIO VILELA, N° 645, EM PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, PARA INSTALAÇÃO DO CISVP".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 01 de julho de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 137 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA Nº 137 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **YASMIM CAROLINE NUNES FEITOSA – MATRÍCULA Nº 319 – ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO Nº 132/2020**, referente à contratação da empresa **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 19.391.064/0001-99 e Inscrição Estadual n° 135248132, com sua sede à Avenida Gabriel Muller, n° 127, Bairro Módulo 02, na cidade de Juína/MT, CEP: 78.320-000 telefone: (66) 3566-1876, e-mail: luvermed@gmail.com, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 30 de junho de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 09/2020

Processo Administrativo nº 10/2020

O Presidente do CIDESA-NA, Respaldado no artigo 24, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, ratifica a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 09/2020, que tem como Objeto: Contratação de serviços de assessoria jurídica. Favorecido: Tiago da Silva Machado **inscrito no CPF:** 026.244.501-81.**Endereço:** Av. Betumarco**,** nº 985, Centro – Porto Alegre do Norte - MT. **Valor global:** R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**,** Sr. **FÁBIO SCHROETER**, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 4º, da Lei Federal nº. 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2020**, com fulcro no Parecer Jurídico n.º 008/2020, emitido pela Dr.ª Wiviane Karla Freitas Borges, a favor da empresa **ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS MÉDICOS E OUTROS PROFISSIONAIS DE RONDONÓPOLIS - AEMPRO,** CNPJ sob nº. 22.548.302/0001-31, com endereço na Rua João Pedro da Silva, nº 1717, Bairro Jardim Tropical, Rondonópolis/MT, CEP 78.715-110, com a qual o CORESS/MT celebrará Contrato no valor global de *R$ 5.376.819,74 (cinco milhões trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos)*, referente à **contratação de empresa especializada para realização de plantões de profissionais de nível superior e médio na área da saúde, plantões médicos e apoio administrativo, observadas as especificações técnicas, os dados, elementos quantitativos e descrição das atividades estabelecidas no Projeto Básico, visando o fomento e a realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo para o enfrentamento do Novo Coronavirus (COVID-19),** durante o período de 03 (três) meses.

Rondonópolis/MT, 09 de julho de 2020.

_____

FÁBIO SCHROETER

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
REAVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 004/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2020

O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretor, através de sua Pregoeira Oficial, designada pela Resolução n.° 030/2019, de 16/12/2019, e nº 033/2019, de 30 de dezembro de 2019, e nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará às **08h30min.** do dia **24 de julho de 2020**, na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1.357, Centro A, no Município de Rondonópolis/MT, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, para: **Contratação de *empresa especializada para a prestação de serviços de procedimentos médicos e exames de ultrassonografia, a serem realizados nos municípios de Rondonópolis e Poxoréu, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados durante o exercício de 2020*,** conforme requisitos e condições constantes no Edital e seus anexos.

O texto integral do Edital poderá ser solicitado gratuitamente pelo site www.coressmt.com.br, pelo e-mail coressmt@terra.com.br ou ainda na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1.357, Centro A, neste Município de Rondonópolis/MT, de segunda à sexta-feira, obedecendo ao horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3423-1086.

Rondonópolis, 08 de julho de 2020.

_____

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 027/2020.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3397/2020; torna público o resultado da Licitação que se realizou na data de 30/06/2020, na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 027/2020, que teve como vencedora a empresa: Herculino Portella-ME, CNPJ: 26.929.878/0001-08.

Água Boa - MT, 09 de julho de 2020.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira Substituta

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PR 029

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2020.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, comunica que houve retificação no Edital Proc. Administrativo nº. 094/2020, Modalidade: Pregão Presencial nº 029/2020. Especificamente nos itens 1 e 2 do termo de referência, assim a data do certame fica prorroga conforme artigo 21 § 4º da Lei 8.666/93.

Data de Recebimento das propostas e documentos de habilitação: 23/07/2020 dás 08h00min às 08h30min. (horário de Brasília).

Data de abertura: 23/07/2020 às 08h30min. (horário de Brasília).

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas. O texto completo encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e pelo e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 09 de julho de 2020.

Marcos da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 133/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 075/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ANA MARIA PIRES BELEM - ME

OBJETO: Aquisição de Equipamento de uso Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde.

TOTAL: R$ 53.100,00 (Cinquenta e três mil, e cem reais).

DATA: 08 de julho de 2020

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Concorrência nº. 004/2020.

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução Pavimentos e Calçadas em Concreto Armado, Meio-Fios e Sinalizaçãona Orla Lacustre da Lagoa dos Buritis, Município de Água Boa-MT, conforme projetos e especificações integrantes neste edital.

REALIZAÇÃO: 14/08/2020.

HORAS: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário de atendimento e através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 09 de julho de 2020.

Gilson Cesar da Silva Galle

Presidente da Comissão de Licitação.

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO 001/2016 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052

De 08 julho 2020

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Classificados no Concurso Publico Nº. 001/2016, Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000, "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, na forma que estabelece e dá outras providências";*

CONSIDERANDO a Homologação do Resultado Final do Concurso Público preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT, Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados relacionados no ANEXO I desde Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas – Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto nº 410, Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no Anexo I e Anexo II do Decreto Municipal nº 3099, de 11 de agosto de 2017, parte integrante da presente convocação.

2. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II (Dec. Mun. nº 3099, de 11 de agosto de 2017), acarretará o não cumprimento do mesmo.

3. O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

Art. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no ANEXO II (Dec. Mun. nº 3099/2017)

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho de acordo com o constate no Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO.

Parágrafo Único Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrer dentro do prazo, conforme o disposto no § 1º do Art. 14 da Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000.

Art. 4º - O presente Edital de convocação, com a relação completa dos CONVOCADOS, estará publicado no Diário Oficial de Contas – TCE, no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, no site oficial www.aguaboa.mt.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Água Boa, atendendo a necessidade e conveniência de cada entre administrativo da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

Art. 5º - É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Integram o presente Edital:

ANEXO I – Relação de Candidatos Convocados;

ANEXO II – ANEXO I do Decreto Municipal nº 3099/2017;

ANEXO III – ANEXO II do Decreto Municipal nº 3099/2017.

Água Boa- MT, *08 julho 2020*.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052

De 08 julho 2020

ANEXO I

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MÉDICO CLÍNICO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
236206	DENISE CRISTINA ALVES CARVALHO COUTINHO	01/03/1988	70,0	7º

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052

De 08 julho 2020

ANEXO II

(ANEXO I – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXAMES
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.	1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L.); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L., Colesterol H.D.L. e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação do médico cardiologista; 7. Raio RX do tórax P.A. e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra-sonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Audiometria Total com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista; 9. Atestado de acuidade visual, fundo do olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S.); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 13. Eletroencefalograma (E.E.G.) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 14. Colpocitologia Oncontica – Papannicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 15. Antígeno Prostático Estático Especifico – P.S. A. para homens com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 16. Toxicológico (cabelo).
02	Docência.	Exigidos para o exercício da função de Professor de Educação Infantil, Fundamental, Médio, Superior e Tecnológico.	1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista.
03	Nutrição.	Exigidos para o exercício da função do cargo de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e outras ligadas à manipulação de alimentos e/ou bebidas – Nutricionista.	1. Parasitológico de fezes; 2. Bacteriológico e secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia).
04	Saúde.	Exigidos para o exercício da função de Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Bioquímico / Farmacêutico, Educador em Saúde, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Terapeuta ocupacional, Agente de Consultório Dentário, Técnico em Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Prótese Dentária, técnico em Saúde Bucal, Técnico em Vigilância Sanitária, Técnico Laboratorista, Técnico Radiologia, Vigilante Sanitário.	1. Exame Anti-HCV; 2. Exame (HBsAg); 3. Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT).

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052

De 08 julho 2020

ANEXO III

(ANEXO II – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	DOCUMENTOS

01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória todos os Cargos Públicos de Nível Superior, Médio e Fundamental e (fundamental e médio incompleto).	1. Certificado de Sanidade e Capacidade Física APTO expedido pela Perícia Médica do Município e/ou indicada ou contratada pelo Município; 2. RG; 3. CPF; 4. PIS/PASEP; 5. Título de Eleitor; 6. Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; 7. Certidão de Casamento, Sentença Declaratória de União Estável e/ou Escritura Pública de União Estável; 8. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 9. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 10. Documentos de quitação com o serviço militar ou certificado de desobrigação militar expedido pelo exército para homens com mais de 45 (quarenta e cinco) anos; 11. Comprovante de endereço atual; 12. Conta Corrente no Banco do Brasil ou Conta Registro no Banco do Brasil caso opte por receber proventos em outra instituição bancária; 13. Certidão Negativa Criminal Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 14. Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 15. Comprovante de escolaridade de acordo com requisito do cargo; 16. Diploma de Graduação na área de atuação, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação; 17. Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 18. Carteira Nacional de Habilitação – CNH (de acordo com a exigência do cargo); 19. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional; 20. Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal de 1988; 21. Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo e/ou criminal; 22. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente de exercer a profissão (suspensão, etc...); 23. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes; 24. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; 25. 01 (uma) foto recente 3x4.

Água Boa- MT, 08 julho 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 091/2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 075/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ANA MARIA PIRES BELEM - ME

OBJETO: Aquisição de Equipamento de uso Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
36875	ELETROCARDIÓGRAFO	UND	BIONET CARDIO CARE 2000	9	5.900,00	53.100,00

TOTAL: R$ 53.100,00 (Cinquenta e três mil, e cem reais).

DATA: 08 de julho de 2020

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
EXTRATO CONTRATO 134/2020

PROCESSO: 097/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 025/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: CONSTRUTORA REZENDE LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento da prestação de serviços de confecção de sinalização horizontal sendo pintura de pista do Aeroporto Municipal.

TOTAL: R$ 61.666,15 (sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quinze centavos)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/10/2020

DATA: 08/07/2020

MAURO ROSA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N° 004/2020

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista-MT, torna público a RETIFICAÇÃO da publicação do Aviso de Licitação da Tomada de Preço n° 004/2020, publicada no Jornal Oficial dos Municípios-AMM, edição n° 3.512, pág. 26, do dia 02/07/2020**,** onde **se l**ê: NO DIA 17 DE JULHO DE 2020, **lei**a-se: NO DIA 20 DE JULHO DE 2020.

Alto Boa Vista - MT, 09 de Julho de 2020.

Edgar Frederico da Silva

Presidente da CPL

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2020

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 09 DE JULHO DE 2020.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2020, de 09 de Julho de 2020, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: D. WEBER

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação Serviços Médicos de 01 profissional para cumprir 40hrs semanais e 15 plantões em sobre aviso cada por mês, sendo um para Unidade de Saúde da Família Maria Manso pelo período até o dia 31 de Dezembro de 2020.

DO VALOR: R$ 168.000,00(cento e sessenta e oito mil reais).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 06 (seis) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2020.

DATA: 09 de Julho de 2020.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e D. WEBER – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 062/2020, de 28/02/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS, PARA COMPOR ENXOVAL DE BEBÊ (AUXÍLIO NATALIDADE), A FIM DE ATENDER GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, BEM COMO PARA DISTRIBUIÇÃO DE MANTAS PARA ATENDER ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os item(ns)/lote(s) a seguir: LOTE(S) 1, 2, 4, 6, - MONICA REGINA DE MELLO FARIA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 17.353.208/0001-97, com o valor total de R$ 17.345,00 (dezessete mil trezentos e quarenta e cinco reais); LOTE(S) 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11 – COMERCIAL TÊXTIL DFM EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 19.980.359/0001-09, com o valor total de R$ 10.309,00 (dez mil trezentos e nove reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças – MT, 29 de junho de 2020. Hugo Borges de Oliveira Lemos – Pregoeiro Oficial.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 80/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2020

No dia 9 do mês de Julho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 11/2020, Processo Licitatório nº. 80/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS, PARA COMPOR ENXOVAL DE BEBÊ (AUXÍLIO NATALIDADE), A FIM DE ATENDER GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, BEM COMO PARA DISTRIBUIÇÃO DE MANTAS PARA ATENDER ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4114	COMERCIAL TEXTIL DFM EIRELI	3, 5, 7, 8, 9, 10, 11
3868	J C BAPTISTA FERREIRA GARCIA	
4113	MONICA REGINA DE MELLO FARIA	1, 2, 4, 6
3574	MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI	
4112	REZER FRUTUOSO & CIA LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIAL TEXTIL DFM EIRELI	19.980.359/0001-09		. . -
J C BAPTISTA FERREIRA GARCIA	11.073.488/0001-01		. . -
MONICA REGINA DE MELLO FARIA	17.353.208/0001-97		. . -
MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI	07.508.571/0001-80		. . -
REZER FRUTUOSO & CIA LTDA	33.664.004/0001-23		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS, PARA COMPOR ENXOVAL DE BEBÊ (AUXÍLIO NATALIDADE), A FIM DE ATENDER GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, BEM COMO PARA DISTRIBUIÇÃO DE MANTAS PARA ATENDER ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4113 - MONICA REGINA DE MELLO FARIA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BODY MANGA CURTA, CORES NEUTRAS, INFANTIL. TAM RN, P, M, G, GG, EG.	UN	jolen baby	100,000	10,5000	1.050,00
2	BODY MANGA LONGA, CORES NEUTRAS, INFANTIL. TAM RN, P, M, G, GG, EG.	UN	jolen baby	100,000	12,0000	1.200,00

Fornecedor: 4113 - MONICA REGINA DE MELLO FARIA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	FRALDA DE TECIDO - EM FRIBRAS NATURAIS,CONFECCIONADA EM ALGODAO,MACIA, ABSORVENTE, ALVEJADA, PACOTE COM 5 FRALDAS,100% ALGODAO,MEDINDO (60 X 60) CM,COM AMARACAO NORMAL,VALIDADE DE 6 MESES, NO MINIMO,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA FECHADA,COR BRANCA	UN	incomfral	100,000	18,5000	1.850,00
6	MANTA - CASAL, CONFECCIONADA INTEIRAMENTE EM MATERIAL SINTETICO DE MICROFIBRA, LARGURA: 2,200 M COMPRIMENTO: 2,400 M; VARIAS CORES	UN	corttex	500,000	26,4900	13.245,00

Fornecedor: 4114 - COMERCIAL TEXTIL DFM EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CREME PARA CABELO - CRIANCA,CONDICIONADOR GLICOSIL INFANTIL HIPOALERGENICO PARA CABELO DE CRIANCA,PARA SER ULTILIZADO EM CRIANCA ACONDICIONADO EM FRASCO APROPIADO CONTENDO 500ML	FRS	LORYS INFAN	100,000	16,0000	1.600,00
5	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAMANHO PEQUENO ,SEM PERFUME,FORMA DE APRESENTACAO EM PACOTE., EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 20 UNIDADES, PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	PCT	CLASSIC INF/	100,000	21,8500	2.185,00
7	MANTA INFANTIL 100% ALGODÃO DUPLA FACE, TAMANHO: 90X90 CM:BRANCA	UN	FRALDÃ?O B.	100,000	18,2000	1.820,00
8	PIJAMA - 100% ALGODAO,,COMPOSTO POR SHORT E CAMISETA, PARA USO INFANTIL, UNISSEX,TAMANHOS: P, M, G E GG,CORES VARIADAS	UN	FRALDÃ?O B.	100,000	17,5000	1.750,00
9	SHAMPOO - ORIGEM VEGETAL, INFANTIL, PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS, ISENTO DE SAIS E CORANTES, CONTEÚDO MÍNIMO: 200ML.	UN	PHARMA INF/	100,000	8,4900	849,00
10	TALCO - PARA BEBE,PARA APLICACAO NO CORPO,PERFUMADO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA	UN	TURMA DO S	100,000	8,1000	810,00
11	TECIDO - FLANELADO,TEXTURA ENCORPADA E DE BOA APARENCIA COM MOTIVOS INFANTIS, RESISTENTE A MULTIPLAS LAVAGENS,COMPOSICAO 100% ALGODAO,PESANDO 388 GR/M LINEAR A 277 G/M2,PARA CONFECCAO DE TOALHA INFANTIL,COM LARGURA DE 1,40M,NA COR BRANCA	UN	FRALDÃ?O B.	100,000	12,9500	1.295,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 80/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,9 de Julho de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

COMERCIAL TEXTIL DFM EIRELI	CNPJ: 19.980.359/0001-09	
J C BAPTISTA FERREIRA GARCIA	CNPJ: 11.073.488/0001-01	
MONICA REGINA DE MELLO FARIA	CNPJ: 17.353.208/0001-97	
MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI	CNPJ: 07.508.571/0001-80	
REZER FRUTUOSO & CIA LTDA	CNPJ: 33.664.004/0001-23	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 65/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 9/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2020

No dia 8 do mês de Julho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 9/2020, Processo Licitatório nº. 65/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexo. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4125	A H DA S MORAES	261, 264, 265, 266, 267, 268, 271
4087	ARIANA B PITHAN	
4121	C.S.Z COMERCIO DE PAPELARIA LTDA	6, 17, 27, 30, 36, 44, 45, 47, 49, 56, 59, 64, 76, 81, 83, 85, 87, 88, 90, 106, 107, 109, 110, 113, 120, 137, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 198, 202, 206, 207, 208, 212, 213, 218, 220, 223, 224, 234, 239, 240, 246
4123	CASA DO COMPUTADOR LTDA	
4126	DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA	77, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 112, 119, 121, 122, 124, 134, 146, 180, 183, 184, 186, 187, 192, 195, 197, 200, 205, 219, 225, 235
4117	EDIR SUSSEL & CIA LTDA	
4124	FABIO RENATO LIMA CARLOS 26480154851	
4116	FRIOLAR COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRONICOS L	20, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 51, 52, 54, 60, 63, 65, 67, 92, 136, 140, 141, 149, 151, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 185, 189, 203, 204, 216, 221, 222, 236, 238, 241, 248
4095	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI	4, 18, 42, 50, 66, 78, 79, 80, 82, 86, 89, 91, 101, 103, 133, 135, 150, 188, 191, 228, 237
4122	JULIANO LUIZ MORAES ENGENHARIA E TECNOLOGIA	
4053	LCA-COMERCIAL & SISTEMATIZACAO EIRELI	
4115	MARIA ALICE DA SILVA EIRELI	84, 115
2863	MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP	2, 3, 14, 22, 24, 28, 48, 55, 62, 68, 108, 118, 123, 132, 138, 143, 144, 168, 169, 196, 275
4119	MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE	1, 11, 13, 15, 23, 35, 40, 41, 43, 53, 57, 61, 71, 73, 97, 111, 116, 117, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 139, 193, 199, 201, 209, 210, 211, 214, 215
3574	MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI	9, 12, 16, 58, 69, 70, 74, 75, 96, 114, 190, 194, 217, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 243, 244, 247
4118	PRIME COMERCIO DE PAPEL LTDA	
2777	S M S BERIGO ME	7, 8, 19, 21, 25, 46, 93, 127, 145, 147, 148, 181, 242, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 269, 270, 272, 273, 274
4096	T NAVA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI	
4120	VIP MAGAZINE E COMERCIO EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A H DA S MORAES	02.437.839/0001-17		. . -
ARIANA B PITHAN	14.505.081/0001-96		. . -
C.S.Z COMERCIO DE PAPELARIA LTDA	15.701.767/0001-15		. . -
CASA DO COMPUTADOR LTDA	10.199.390/0001-24		. . -
DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA	07.245.458/0001-50		. . -

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EDIR SUSSEL & CIA LTDA	54.719.745/0001-34		. . -
FABIO RENATO LIMA CARLOS 26480154851	12.033.172/0001-40		. . -
FRIOLAR COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRONICC	36.850.598/0001-55		. . -
GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI	19.808.881/0001-08		. . -
JULIANO LUIZ MORAES ENGENHARIA E TECNOLOGIA	32.414.561/0001-23		. . -
LCA-COMERCIAL & SISTEMATIZACAO EIRELI	29.495.115/0001-86		. . -
MARIA ALICE DA SILVA EIRELI	14.284.593/0001-70		. . -
MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP	10.226.940/0001-57		. . -
MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE	17.992.596/0001-56		. . -
MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI	07.508.571/0001-80		. . -
PRIME COMERCIO DE PAPEL LTDA	30.974.482/0001-41		. . -
S M S BERIGO ME	14.010.264/0001-30		. . -
T NAVA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI	18.912.500/0001-65		. . -
VIP MAGAZINE E COMERCIO EIRELI	05.033.039/0001-29		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexo.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2777 - S M S BERIGO ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	APARELHO DE TELEFONE DIGITAL - HEADSET COM AURICULAR COMPATIVEL COM QUALQUER LINHA TELEFONICA/RAMAL ANALOGICO (PABX), NAO REQUER FONTE ALIMENTACAO EXTERNA,APARELHO PROFISSIONAL COM BASE DISCADORA HEADSET, BOTOES DE FLASH, SIGILO (MUTE) E REDISCAGEM (REDIAL)## FUNCAO MUTE COM INDICADOR VISUAL## CONEXAO DE TELEFONIA PADRAO (RJ11)## CONTROLE VOLUME CAMPANHIA## SELECAO TOM/PULSO## LED INDICADOR DE USO## TEMPO FLASH AJUSTAVEL PARA 98, 300 E 600MS## PORTA ADICIONAL PARA HEADSET SUPERVISOR (NAO NECESSITA MODULO CARONA/CARRAPATO)## PRODUTO HOMOLOGADO ANATEL	UN	multitoc	5,000	169,0000	845,00
8	APARELHO DE TELEFONE DIGITAL - TELEFONE DIGITAL APARELHO TELEFONICO DIGITAL EUROSET S3005,BRANCO GELO.	UN	elgin	20,000	93,0000	1.860,00
19	CAIXA ORGANIZADORA - EM ACRILICO,PARA ARMAZENAR CORRESPONDENCIA,TIPO EXPOSITOR,MEDINDO 5X25X33CM ,NA COR CRISTAL,SEM TAMPA,COM 3 DIVISORIAS CONJUNTO COM 6 PINOS LONGOS E 6 PINOS CURTOS.	UN	waleu	30,000	38,0000	1.140,00

Fornecedor: 2777 - S M S BERIGO ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	BATERIA RECARREGAVEL - NA VOLATGEM DE 3 V, DO TIPO BOTAO, CR2032, USADA EM MONITOR PARADETERMINACAO DE GLICEMIA, NO TAMANHO MEDIA CONJUNTO COM 6 UNIDADES.	UN	blister	10,000	8,0000	80,00
25	BOLA - EM VINIL DENTE DE LEITE, PESANDO 60 GRAMAS, DIAMETRO DE NO MINIMO 20CM,CORES DIVERSAS, COM SELO DO INMETRO	UN	LIDER	2.000,000	2,8000	5.600,00
46	CANETA PARA CD E DVD - PONTA DE 2MM,NA COR AZUL,EM PLASTICO RIGIDO CD, DVD, PLÁSTICO, VINIL, ACRÍLICOS, FILMES E VIDROS. CAIXA COM 12 UND.	CX	MARIPEL	10,000	19,9000	199,00
93	ESTILETE - EM PLASTICO,LAMINA DE ACO CARBONO,COM LARGURA DE 9,00MM	UN	maxprint	30,000	0,9000	27,00
127	LAPIS DE COR - EM MADEIRA,FORMATO REDONDO,GRANDE,COLORIDO COM 48 CORES,AQUARELAVEL.	UN	Serelepe	20,000	33,0000	660,00
145	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA MACIA,TINTA QUE APAGA FACILMENTE,NA COR PRETA,ESPESSURA DE 2.3 MM, RECARREGAVEL	CX	RADEX	25,000	24,0000	600,00
147	MOUSE - DE PLASTICO, OPTICO,, 2 BOTOES, COM SCROLL, CONEXAO USB, EM EMBALAGEM APROPRIADA	UN	MAXPRINT	50,000	8,9000	445,00
148	PAD MOUSE - MOUSE PAD COM APOIO DE PUNHO EM GEL ACOLCHOADOR, TELA SUAVE E SEDOSA, ANTI-ALERGICA E MICRO PIRAMIDES ANTIDESLIZANTE	UN	EXBOM	20,000	35,0000	700,00
181	PAPEL A4 - 500 FOLHAS	resma	copimax	3.000,000	16,3000	48.900,00
242	TNT AMARELO OURO 1,40m de larg ROLO DE 50 metros.	RL	Biatex	15,000	65,0000	975,00
245	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,GRAMATURA 45G/M2,MEDINDO 1,40X1,40M,BRANCO	RL	Biatex	50,000	63,9000	3.195,00
249	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,GRAMATURA 45G/M2,MEDINDO 1,40X1,40M,PRETO ROLO 50 MTS	RL	Biatex	15,000	63,9000	958,50
250	TECIDO - TIPO (TNT) TECIDO NAO TECIDO,ARMACAO PRENSADA,COMPOSICAO DE 100 % FIBRA DE POLIPROPILENO,PESANDO 40 G/M2,COM LARGURA DE 1,60CM,NA COR ROSA PINK ROLO 50 MTS	RL	Biatex	50,000	65,0000	3.250,00
251	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,GRAMATURA 1,40X1,40M,VERDE ROLO COM 50 METROS	RL	Biatex	15,000	63,8000	957,00
252	TECIDO - TIPO: TNT,ARMACAO PRENSADA,COMPOSICAO 100% FIBRA DE POLIPROPILENO,PESANDO 80G/M2,LARGURA: 1,40M,COR VERDE ESCURO ROLO COM 50 MTS	RL	Biatex	15,000	63,9000	958,50
253	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,GRAMATURA 45G/M2,1,40 X 1,40M,VERMELHO ROLO COM 50 METROS	RL	Biatex	15,000	55,0000	825,00
254	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET PRO MFP M177FW / M176N,REF. DO TONER CF350A (HP 130A),COR PRETA,RENDIMENTO MEDIO DE 1.300 PAGINAS,ORIGINAL	UN	hp	60,000	94,0000	5.640,00
255	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET PRO MFP M177FW / M176N,REF. DO TONER CF351A (HP 130A),COR CIANO,RENDIMENTO MEDIO DE 1.000 PAGINAS,ORIGINAL	UN	hp	60,000	97,9800	5.878,80
256	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET PRO MFP M177FW / M176N,REF. DO TONER CF353A (HP 130A),COR MAGENTA,RENDIMENTO MEDIO DE 1.000 PAGINAS,ORIGINAL	UN	hp	60,000	90,0000	5.400,00
257	TONER - PARA IMPRESSORA ORIGINAL,MARCA HP,MODELO HP P-1102, P-1102W, M-1210, M-1212, M-1130, M-1132, M-1217, M-1217FW,REF. DO TONER 85A,NA COR PRETO/BLACK,RENDIMENTO MEDIO 1.800 PAGINAS	UN	hp	60,000	92,0000	5.520,00
258	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET CP1215 / CM1312 MFP / CP1510 / CP1515 / CP1515N / CP1518 / CP1518N,REF. DO TONER CB543A(125A),MAGENTA,RENDIMENTO MEDIO 1.400 PAGINAS,ORIGINAL	UN	hp	60,000	93,0000	5.580,00
259	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET CP1215 / CM1312 MFP / CP1510 / CP1515 / CP1515N / CP1518 / CP1518N,REF. DO TONER CB542A(125A),AMARELO,RENDIMENTO MEDIO 1.400 PAGINAS,ORIGINAL	UN	hp	60,000	110,0000	6.600,00

Fornecedor: 2777 - S M S BERIGO ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
260	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA HP,MODELO LASERJET PRO MFP M177FW / M176N,REF. DO TONER CF352A (HP 130A),COR AMARELO,RENDIMENTO MEDIO DE 1.000 PAGINAS,ORIGINAL	UN	hp	60,000	99,0000	5.940,00
262	TONER - TONER HP LASERJET ORIGINAL 17A PRETO (CF217A) PARA IMPRESSORA HP M130 FW	UN	hp	60,000	148,0000	8.880,00
263	TONER HP 7553/5949 A COMP UNIVERSAL	UN	hp	60,000	65,0000	3.900,00
269	TONER PARA IMPRESSORA - PRETO, COMPATIVEL, REF.C7115A 15A, PARA IMPRESSORAS HP 1000 1200 1200N 1220SE 1220 3300.	UN	hp	100,000	70,0000	7.000,00
270	TONER PARA IMPRESSORA - PRETO,HP LASERJET HP 83A, ORIGINAL (CF 283A),VALIDADE 12 MESES,EMBALAGEM APROPRIADA	UN	hp	30,000	89,0000	2.670,00
272	TONER PARA IMPRESSORA - PRETO/BLACK, TONER PARA IMPRESSORA HP COLOR LASER JET CP 1515N. REF. CB540A, ORIGINAL, NOVO, VALIDADE: 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	UN	hp	60,000	105,0000	6.300,00
273	TONER - PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL,MARCA BROTHER,MODELO HL-1112 / DCP-1512 / HL-1202 / HL-1212W / DCP-1602 / DCP-1617 / DCP-1617NW,REF. DO TONER TN-1060,PRETO,RENDIMENTO MEDIO 1.000 PAGINAS,ORIGINAL	UN	hp	60,000	104,0000	6.240,00
274	TONNER HP 12A LASERJET 1020	UN	hp	40,000	88,0000	3.520,00

Fornecedor: 2863 - MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AGENDA EXECUTIVA/COMERCIAL - PERMANENTE DIARIA,PORTUGUES, MEDINDO 14X20CM, CAPA PESANDO 697 G/M2, REVESTIDA DE PAPELAO COM PLASTICO, FOLHA PESANDO PAPEL OFF-SET 63 G/M2, NA COR PRETA, INDICE TELEFONICO,FITA MARCADORA,COSTURA REFORCADA CANTONEIRAS DOURADAS	UN	FORONI	20,000	29,0000	580,00
3	AGENDA EXECUTIVA/COMERCIAL - PERMANENTE DIARIA,PORTUGUES, MEDINDO 14X20CM, CAPA PESANDO 697 G/M2, REVESTIDA DE PAPELAO COM PLASTICO, FOLHA PESANDO PAPEL OFF-SET 63 G/M2, NA COR PRETA, INDICE TELEFONICO,FITA MARCADORA,COSTURA REFORCADA CANTONEIRAS DOURADAS	UN	FORONI	20,000	29,0000	580,00
14	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO 250,NA COR ROSA	UN	IDEATEX	10,000	15,0000	150,00
22	BLOCO DE RECADOS AUTO ADESIVOS REMOVÍVEIS 38X50MM 04 BLC	UN	LYKE	100,000	3,0000	300,00
24	BLOCO PARA RECADO AUTOADESIVO - EM PAPEL OFFSET,MEDINDO 38,00X50,00MM,NA COR AMARELA.	UN	LYKE	30,000	2,9000	87,00
28	CADEADO - DE 40MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO, EM CAIXA, COM PORTA CADEADO	UN	PADO	15,000	24,2000	363,00
48	CARTOLINA - PESANDO CARTOLINA, MEDINDO 50 X 66 CM, NA COR BRANCA PACOTE COM 100 UND.	PCT	ALOFORM	10,000	46,2800	462,80
55	CLIPE - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, 2 CAIXA COM 50 UND.	CX	CLIPS NEW	70,000	2,5500	178,50
62	COLA - DO TIPO QUENTE, PARA PISTOLA, TAMANHO PEQUENA,SECAGEM RAPIDA TRANSPARENTE PACOTE DE 1KG	UN	RENDICOLA	50,000	33,6600	1.683,00
68	COLA P/ MADEIRA - PVA, NA COR BRANCA, PARA SER APLICADA EM PVC, LIQUIDA, APLICACAO POR PINCEL, EMBALAGEM LATA COM (1 KG)	LATA	PIRATININGA	50,000	12,4200	621,00
108	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA) ESTAMPADO, MEDINDO (60 X 40)CM, COM 0,2MM DE ESPESSURA.	UN	VMP	200,000	2,1400	428,00
118	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO COBREADO, 23/8 CAIXA COM 1000 UND.	CX	CHAPARRAU	20,000	3,9900	79,80
123	IMA - PARA QUADRO MAGNETICO BRANCO, PARA FIXAR INFORMATIVOS,DIAMETRO 40MM X 14MM,MAGNETIZAÇÃO PACOTE COM 10 UND.	PCT	TILIBRA	20,000	59,1500	1.183,00
132	LINHA - DE 100% ALGODAO, COM ESPESSURA DE N. 120, BRANCA	UN	SETTA	30,000	10,6400	319,20
138	LIVRO PONTO - MENSAL, MEDINDO (220X320)MM, CAPA PESANDO 1250G/M2, REVESTIDA COM PAPEL OFF-SET PLASTIFICADO,PESANDO 90G/M2, EM PAPEL OFF-SET, COM 100FLS	UN	SD	15,000	23,0800	346,20

Fornecedor: 2863 - MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
143	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA MACIA,TINTA QUE APAGA FACILMENTE,NA COR AZUL,ESPESSURA DE 2.3 MM, RECARREGAVEL	CX	MASTERPRIN	25,000	25,4900	637,25
144	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA MACIA,TINTA QUE APAGA FACILMENTE,NA COR VERMELHA,ESPESSURA DE 2.3 MM, RECARREGAVEL	CX	MASTERPRIN	25,000	25,9000	647,50
168	PAPEL - CREPOM,MEDINDO 200,00X48,00CM,28G/M2,NA COR MARROM	FLS	VMP	100,000	0,8600	86,00
169	PAPEL - CREPOM,MEDINDO 200,00X48,00CM,28G/M2,NA COR VERDE	FLS	VMP	100,000	0,8600	86,00
196	PASTA SANFONADA - PASTA PLASTICA SANFONADA, PESANDO , DE COM 31 DIVISORIAS, TAMANHO CHEQUE CORES VARIADAS.	UN	ACP	10,000	14,1000	141,00
275	VISOR PARA PASTA SUSPENSA CAIXA COM 100 UND.	CX	POLYCART	500,000	9,2000	4.600,00

Fornecedor: 3574 - MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	APOIO DE PUNHO PARA TECLADO - EM POLIURETANO INJETADO, 47CM X 9CM	UN	labor rack pt	30,000	24,0000	720,00
12	BALAO PLASTICO - EM LATEX, TAMANHO PEQUENA, NA COR AMARELO OURO	UN	pic pic liso 7	10,000	5,9000	59,00
16	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO,NA COR AZUL ESCURO	UN	pic pic liso 7	10,000	8,0000	80,00
58	CLIPS 5.0 CAIXA C/ 50 UNIDADES	CX	carbrick 04	150,000	7,3000	1.095,00
69	CORDAO - BARBANTE,EM ALGODAO	UN	ecobrasil 06	10,000	12,0000	120,00
70	CORDAO - TIPO CADARCO, PARA FIXACAO DE PORTA-CRACHA, COM 1 CM DE LARGURA, COM PERSONALIZACAO EM 01 COR EM 01 LADO DA FITA, COM GARRA DE JACARE, .	UN	color vip	200,000	8,8000	1.760,00
74	MODELO - Cordão para crachá personalizado na impressão em cor branco, medindo 9mmx80cm com terminal jacaré simples.	UN	color vip	200,000	5,9000	1.180,00
75	E.V.A- CORES VARIADAS COM GLITTER	UN	evama gliter	1.500,000	4,0600	6.090,00
96	EXPOSITOR EM ACRILICO - EM ACRILICO,MEDINDO 41,50X59,00CM,FORMATO VERTICAL,SEM ACESSORIO	UN	conceito 3mm	10,000	590,0000	5.900,00
114	GRAMPEADOR - MESA, METAL, 26/06, PRETO, 20CM	UN	brw 26/6	30,000	21,0000	630,00
190	PASTA - CATALOGO,EM CARTAO PLASTIFICADO,FORMATO OFICIO,COM 50 ENVELOPES NA ESPESSURA DE 0,10 MICRAS E 4 COLCHETES DE METAL,NA COR PRETA	UN	polibras officio	80,000	8,5000	680,00
194	PASTA - SANFONADA,EM POLIETILENO,FORMATO A4,COM 12 DIVISORIAS,NA COR FUME	UN	polibras oficio	30,000	12,1000	363,00
217	EXPOSITOR EM ACRILICO - TIPO DISPLAY, DE 2,4 MM, COM APLICACAO DE ADESIVO IMPRESSO REVERSO BRANCO,TAMANHO 30,00X20,00CM COM VIRA,FORMATO HORIZONTAL,DUPLA FACE	UN	conceito mm	5,000	419,0000	2.095,00
226	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE PLASTICO EM POLIETILENO, MEDINDO (35 X 45)CM, COM CAPACIDADE PARA 5KG, TRANSPARENTE, SEM LACRE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.	PCT	abiplast ikg	10,000	19,8000	198,00
227	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, (13 X 25)CM, COM ESPESSURA DE 0,12MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE.	UN	abiplast 1kg	10,000	19,8000	198,00
229	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO (80X100)CM, COM ESPESSURA DE 0,12 MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE.	UN	abiplast 1kg	10,000	29,9000	299,00
230	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO(12X16)CM, COM ESPESSURA DE 0,06MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE.	UN	abiplst 1 kg	10,000	22,9000	229,00
231	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO(40X60)CM, COM ESPESSURA DE 0,12 MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE	UN	abiplst 1 kg	10,000	19,8000	198,00
232	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO(4X23)CM, COM ESPESSURA DE 0,06MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE.	UN	abiplast 1kg	10,000	26,9000	269,00
233	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - TIPO SAQUINHO DE PLASTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS (IORGUT E OUTROS) TRANSPARENTE DE 200 ML.	UN	abiplast 1kg	10,000	29,0000	290,00

Fornecedor: 3574 - MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
243	TECIDO - TIPO TNT, (TECIDO NAO TECIDO),ARMACAO PRENSADA,COMPOSTO 100% FIBRA DE POLIPROPILENO,PESANDO 50GR/M2,LARGURA DE 1,40 METROS,NA COR AMARELA ROLO COM 50 METROS	RL	santa fe 30 gr	15,000	62,0000	930,00
244	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,45G/M2,MEDINDO 1,40X1,40M ROLO COM 50 METROS	RL	santa fe 45 gr	15,000	61,0000	915,00
247	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,GRAMATURA 45G/M2,MEDINDO 1,40X1,40M,LARANJA ROLO COM 50 METROS	RL	santa fe 45 gr	15,000	66,0000	990,00

Fornecedor: 4095 - GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGENDA P/ TELEFONES E ENDEREÇOS - GRANDE	UN	TILIBRA	15,000	10,9000	163,50
18	BANDEJA PARA EXPEDIENTE - EM ACRILICO TIPO CAIXA PARA CORRESPONDENCIA, SIMPLES, NA COR CRISTAL, CONJUNTO COM 4 PINOS LONGOS E 4 PINOS CURTOS.	UN	WALEU	15,000	12,5000	187,50
42	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO OPACO,PONTA DE POLIÉSTER 4.0MM, ESPESSURA 3.8MM NA COR AMARELA FLUORESCENTE,NÃO RECARREGAVEL. CAIXA 12 UND.	CX	NOX	100,000	11,2000	1.120,00
50	RECIPIENTE PARA LIXO - DE PLASTICO, NO FORMATO CILINDRICO, COM CAPACIDADE DE 25 LITROS, MEDINDO DIAMETRO(24,0 X 51)CM, SEM TAMPA, SEM PEDAL, CESTO	UN	ARQPLAST	20,000	12,5000	250,00
66	COLA GLITER ALTO RELEVO CORES SORTIDAS	UN	ACRILEX	20,000	5,5000	110,00
78	ENVELOPE - TIPO CARTA,EM PAPEL SULFITE,SEM IMPRESSAO,114,00X229,00MM,COM ABA,BRANCO CAIXA COM 1000 UNIDADES	CX	ROMITEC	10,000	64,4000	644,00
79	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL APERGAMINHADO,80G/M2,SEM IMPRESSAO,240,00X340,00MM,COM ABA,BRANCO CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	ROMITEC	10,000	21,0000	210,00
80	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,80G/M2,SEM IMPRESSAO,185,00X248,00MM,COM ABA,NA COR OURO CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	ROMITEC	10,000	18,7900	187,90
82		UN	ROMITEC	200,000	0,3500	70,00
86	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL, TIPO CARTA, SEM IMPRESSAO, TAMANHO MEDIO, MEDINDO (240 X 340) MM, COM ABA, NA COR AMARELA, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA CAIXA COM 250 UND.	CX	ROMITEC	5.000,000	55,5000	277.500,00
89	ENVELOPE OURO 176X250 mm C/250	CX	ROMITEC	10,000	39,9000	399,00
91	ENVELOPE OURO 240X340mm CX/250	CX	ROMITEC	20,000	55,6000	1.112,00
101	FITA ADESIVA - DE CREPE,DUPLA FACE,MEDINDO 12,00MMX30,00M,NA COR BRANCA	UN	ADELBRÃ?S	100,000	4,6200	462,00
103	FITA ADESIVA - POLIPROPILENO COM ADESIVO ACRILICO A BASE D'ÁGUA , MEDINDO 12MMX30M, NA COR INCOLOR.	UN	ADELBRÃ?S	50,000	0,6700	33,50
133	LIVRO ATA - ATA -MO.IMESP N. 141, COM CAPA DURA, CONTENDO 200 FOLHAS, MEDINDO (210X300)MM, COM PAUTA	UN	TAMOIO	100,000	16,0000	1.600,00
135	LIVRO ATA (100 FOLHAS)	UN	TAMOIO	10,000	8,5800	85,80
150	PAPEL - ALMACO,200,00X275,00MM,NA COR BRANCA,COM PAUTA E MARGEM PACOTE COM 400 FLS, PAPEL OFFSET E MIOLO PAUTADO.	PCT	3B	15,000	33,5400	503,10
188	PAPEL LAMINADO - MEDINDO (48X60)MM, NA COR AMARELA	FLS	VMP	50,000	0,9500	47,50
191	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM PLASTICO TRANSPARENTE,FORMATO OFICIO,NA COR SORTIDAS FINA	UN	DAC	50,000	1,4700	73,50
228	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO (25X40)CM, COM ESPESSURA DE 0,06MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE.	UN	PLASMUNDI	10,000	20,8600	208,60
237	TESOURA (GRANDE)	UN	BRW	20,000	5,6000	112,00

Fornecedor: 4115 - MARIA ALICE DA SILVA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
84	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, OFICIO, SEM IMPRESSAO, PARDO CAIXA COM 250 UND.	CX	SCRITY KRAF	20,000	28,8900	577,80

Fornecedor: 4115 - MARIA ALICE DA SILVA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
115	GRAMPEADOR - MESA,PROFISSIONAL,CAPACIDADE PARA 210 FLS., METAL, 23/10,23/15, PRETO	UN	CLASSE PRO	15,000	33,4800	502,20

Fornecedor: 4116 - FRIOLAR COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRONICOS L

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	BARBANTE COMPOSICAO 100% ALGODAO,COM 6 FIOS, NRº 6 ROLO CORES SORTIDAS	RL	SAO JOAO N.	30,000	12,2200	366,60
26	BONECA - DE PLASTICO, MEDINDO APROX. 30 CM , COM ROUPA, COM CABELOS., BRAÇOS E PERNAS COM MOVIMENTOS.,COR NATURAL	UN	ANABELLE 3(	2.000,000	14,9000	29.800,00
29	CADERNO - TIPO ESPIRAL,ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO,MEDINDO 200,00X275,00MM,NO FORMATO UNIVERSITARIO,CAPA DURA,COM 250G/M2,FOLHA PAUTADA,COM 96 FOLHAS,DE 56G/M2,01 MATÉRIA.	UN	CREDEAL UN	200,000	5,5900	1.118,00
31	CADERNO CAPA DURA BROCHURA 48 FOLHAS	UN	CREDEAL 48	200,000	2,6400	528,00
32	CADERNO CAPA DURA COM ESPIRAL - 200 FOLHAS	UN	CREDEAL 10	120,000	6,8500	822,00
33	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM PAPELAO, 37x14x23,5cm 25G/M2, NA COR PARDA	UN	SAO CARLOS	100,000	1,8500	185,00
34	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM PLASTICO TIPO POLIONDA,MEDINDO (180 X 300 X 430)MM,NAS CORES VARIADAS	UN	ALAPLAST P(	300,000	3,6000	1.080,00
37	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL, REDONDO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO E, COM ESPESSURA DE (0,7MM), NA COR AZUL, TAMPA ANTIASFIXIANTE CAIXA COM 50 UND.	CX	COMPACTOR	50,000	27,5000	1.375,00
38	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL, REDONDO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO E, COM ESPESSURA DE (0,7MM), NA COR PRETA, TAMPA ANTIASFIXIANTE CAIXA COM 50 UND.	CX	COMPACTOR	10,000	25,8000	258,00
39	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL, REDONDO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO E, COM ESPESSURA DE (0,7MM), NA COR VERMELHA, TAMPA ANTIASFIXIANTE CAIXA COM 50 UND.	CX	COMPACTOR	10,000	25,8000	258,00
51	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 3 CAIXA COM 50 UND.	CX	CLIPSTOP N.	5,000	1,5000	7,50
52	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 4/0 CAIXA COM 50 UND.	CX	CLIPSTOP 4/(	15,000	1,5000	22,50
54	CLIPE - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, 1 CAIXA COM 50 UND.	CX	BACCHI N. 01	70,000	2,9900	209,30
60	COLA - BASTAO ATOXICA, FRASCO COM 8 GRAMAS	UN	LEO LEO 10G	100,000	1,0500	105,00
63	COLA - LIQUIDA, COLORIDA COM GLITTER, EM CORES VARIADAS, PESANDO 23G, SECAGEM RAPIDA CAIXA COM 6 UND	CX	ZASTRAZ 25(	50,000	7,3000	365,00
65	COLA - LIQUIDA,ATOXICA, ADESIVO A BASE DE PVA,NA COR BRANCA,SECAGEM RAPIDA,PARA COLAR PAPEL 90 GR VALIDADE MINIMA 12 MESES	UN	ZASTRAZ 90(	20,000	1,3900	27,80
67	COLA P/ MADEIRA - A BASE DE PVA, NA COR BRANCA, PARA SER APLICADA EM MADEIRA,COMPENSADO,ETC, NA FORMA LIQUIDA, APLICACAO POR PINCEL FRASCO 1 LITRO	FRS	ZASTRAZ 1K(	40,000	10,5000	420,00
92	ENVELOPE PLASTICO - PARA SACO PLASTICO, TAMANHO A4, COM 4 FUROS, COM ESPESSURA DE -, INCOLOR	UN	DAC 4 FUROS	2.000,000	0,1400	280,00
136	LIVRO ATA 200 FOLHAS	UN	TAMOIO 200 I	10,000	17,8000	178,00
140	MAQUINA DE CALCULAR - A BATERIA, TIPO ELETRONICA, COM VISOR, CONTENDO 8 DIGITOS	UN	CLASSE 8 DI	10,000	3,5000	35,00
141	MAQUINA DE CALCULAR - ALIMENTACAO A PILHA E SOLAR, DE MESA, COM VISOR, CONTENDO 12 DIGITOS, COM RAIZ QUADRADA,PERCENTAGEM E MUDANCA DE SINAL	UN	CLASSE 12 D	80,000	12,9000	1.032,00
149	PAPEIS CELOFANES - (85 X 100) CM, CORES SORTIDAS	FLS	VMP 85X100(	200,000	0,7100	142,00
151	PAPEL - CARBONO,MEDINDO 220,00X440,00MM,NA COR AZUL CAIXA COM 100 UND.	CX	RADEX AZUL	10,000	36,7500	367,50
157	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR ROSA	FLS	REIPEL ROSA	100,000	1,0200	102,00
159	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR VERMELHO	FLS	REIPEL VERM	100,000	1,0200	102,00
160	PAPEL - COLOR SET,MEDINDO 480,00X660,00MM,110G/M2,NA COR AMARELA	FLS	REIPEL AMAF	100,000	0,7700	77,00

Fornecedor: 4116 - FRIOLAR COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRONICOS L

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
161	PAPEL - COLOR SET,MEDINDO 480,00X660,00MM,110G/M2,NA COR AZUL	FLS	REIPEL AZUL	100,000	0,7700	77,00
162	PAPEL - COLOR SET,MEDINDO 480,00X660,00MM,110G/M2,NA COR LARANJA	FLS	REIPEL LARA	100,000	0,7700	77,00
163	PAPEL - COLOR SET,MEDINDO 480,00X660,00MM,110G/M2,NA COR MARROM	FLS	REIPEL MARI	100,000	0,7700	77,00
164	PAPEL - COLOR SET,MEDINDO 480,00X660,00MM,110G/M2,NA COR PRETA	FLS	REIPEL PRET	100,000	0,7700	77,00
165	PAPEL - COLOR SET,MEDINDO 480,00X660,00MM,110G/M2,NA COR ROSA	FLS	REIPEL ROSA	100,000	0,7700	77,00
166	PAPEL - COLOR SET,MEDINDO 480,00X660,00MM,110G/M2,NA COR VERDE	UN	REIPEL VERD	100,000	0,7700	77,00
167	PAPEL - CONTACT,50,00MX45,00CM,NA COR TRANSPARENTE	RL	IMPRIMASTE	10,000	57,7800	577,80
171	PAPEL - CARTAO LAMINADO,MEIDNDO 500,00X700,00MM,280G/M2,NA COR VERMELHA	FLS	REIPEL VERM	100,000	0,9600	96,00
172	PAPEL - LAMINADO,MEDINDO 480,00X600,00MM,70G/M2,NA COR AZUL	FLS	REIPEL AZUL	50,000	0,9600	48,00
185	PAPEL CREPOM - MEDINDO 0,48CMX2.00M,PESANDO 28G/M2, NA COR VERMELHA	FLS	REIPEL VERM	100,000	0,8100	81,00
189	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM PLASTICO TRANSPARENTE,FORMATO OFICIO,32MM,NA COR CRISTAL	UN	ALAPLAST AE	150,000	1,4500	217,50
203	PERCEVEJO - EM METAL,LATONADO,COM DIAMETRO DE 10,00MM CAIXA CONTENDO 25 UND COM 100 PERCEVEJOS.	CX	BRW LATONA	20,000	1,7500	35,00
204	PERFURADOR INDUSTRIAL - EM FERRO FUNDIDO, REGULAGEM POR REGUA MEDIDORA, PARA PERFURAR PAPEL, 70 FOLHAS	UN	CAVIA FERRO	10,000	85,0000	850,00
216	QUADRO DE AVISO - EM MADEIRA, REVESTIDO EM CORTICA, DO TIPO MURAL,MEDINDO (1,10 X 1,10)M,COM MOLDURA EM MADEIRA	UN	GUEDES 0,90	5,000	79,0000	395,00
221	REGUA PLASTICA - 30 cm	UN	WALEU 30CM	30,000	0,6000	18,00
222	REGUA PLASTICA C/ 30 CM TRANSPARENTE COM MARCADO MILIMETRADO, CANTOS ARREDONDADOS	UN	WALEU 30CM	50,000	0,6000	30,00
236	TESOURA - USO PROFISSIONAL,EM ACO INOXIDAVEL,COM 20,00CM,CABO PLASTICO,NA COR PRETA,PONTA ARREDONDADA	UN	JOCAR 21CM	80,000	5,4200	433,60
238	TESOURA - USO PROFISSIONAL,EM ACO INOXIDAVEL,COM 13,00CM,CABO PLASTICO,NA COR PRETA,PONTA AFIADA,PARA PICOTAR.	UN	BRW PICOTA	10,000	8,9300	89,30
241	TECIDO TNT, TECIDO NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, GRAMATURA 1,40 X 1,40M, CORES DIVERSAS, EM ROLO.	M	NON WOVEN	50,000	1,5400	77,00
248	TECIDO - TIPO TNT (TECIDO NAO TECIDO),ARMACAO TELA,FIBRA DE POLIESTER,PESANDO 50GRS/M2,ENFEITOS, FORROS,LARGURA DE 1,40M,NA COR MARROM ROLO 50 MTS	UN	NON WOVEN	15,000	1,5400	23,10

Fornecedor: 4119 - MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AGENDA EXECUTIVA/COMERCIAL - INDICE TELEFONICO/ENDEREÇO, MEDINDO FORMATO 150 X 200MM, CAPA PESANDO CAPA PVC, REVESTIDA DE COM REVESTIMENTO EM PAPEL RECICLATO 75G COM IMPRESSAO BRANCA E ACABAMENTO COM WIRE-O, FOLHA PESANDO FOLHAS PESANDO PAPEL OFF-SET 63G/M2, NA COR MIOLO CONTENDO 72 FOLHAS, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 500 ENDEREÇOS E APROXIMADAMENTE 2000 TELEFONES	UN	SD	50,000	16,7500	837,50
11	APONTADOR PARA LAPIS - DE PLASTICO RESISTENTE COM LAMINA EM ACO INOX, COM DEPOSITO,TAMANHO 6 X 2,5 X 1,5 CM.	UN	LYKE	20,000	0,9000	18,00
13	BALAO PLASTICO - EM LATEX, TAMANHO PEQUENA, NA COR AZUL	UN	ARTLATEX	10,000	6,0000	60,00
15	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO,EM CORES VARIADAS PACOTE COM 50 UND.	PCT	ARTLATEX	400,000	5,0000	2.000,00
23	BLOCO DE RECADOS AUTO ADESIVOS REMOVIVEIS 76X102MM	UN	LYE	100,000	2,7800	278,00
35	CANETA - CANETA HIDROGRAFICA COM CORPO EM PLASTICO,COM PONTA FINA DE 0,5MM, COM RESERVATORIO DE TINTA GEL,COM IMPRESSAO NA COR AZUL,PARA ESCREVER EM PAPEL CAIXA COM 12 UND.	CX	BRW	10,000	58,0000	580,00

Fornecedor: 4119 - MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA SEXTAVADA, CRISTAL TRANSP. PONTA DE TUNGSTENIO, ORIFICIO CENTRAL, TAMPA ANTIASFIXIANTE, PRODUTO - 50X1	CX	COPACTOR	5,000	28,0000	140,00
41	CANETA HIDROGRAFICA PONTA POROSA - CORPO PLASTICO RIGIDO OPACO, PONTA MEDIA, JOGO COM 12 CORES	UN	LE	20,000	2,6800	53,60
43	CANETA MARCA TEXTO CORES SORTIDAS	CX	LYKE	200,000	12,0000	2.400,00
53	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 6/0 CAIXA COM 50 UND.	CX	XR	20,000	2,0000	40,00
57	CLIPS NIQUELADO TAM. 3/0. FORMATO PARALELO. CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	XR	200,000	1,6900	338,00
61	COLA - DO TIPO QUENTE, PARA PISTOLA, TAMANHO GRANDE,SECAGEM RAPIDA PACOTE DE 1KG	PCT	PIRA	50,000	17,0000	850,00
71	CORRETIVO - LIQUIDO, A BASE DE AGUA,ATOXICO, P/CORRECAO DE QUALQUER TIPO DE ESCRITA,FRASCO C/18ML CAIXA COM 12 UND.	CX	NEW MAGIC	30,000	13,0000	390,00
73	CRACHA SEM IMPRESSAO - EM PLASTICO , COM PRENDEDOR,PEQUENO,TRANSPARENTE	UN	ACP	200,000	0,6500	130,00
97	EXPOSEXPOSITOR EM ACRILICO - EM ACRILICO,TAMANHO A3 30 CM X 40 CM,FORMATO RETANGULAR VERTICALITOR EM ACRILICO - EM ACRILICO,TAMANHO A3 30 CM X 40 CM	UN	WALEWU	10,000	175,0000	1.750,00
111	GIZ ESCOLAR - COR BRANCA,COMUM CAIXA COM 50 UND.	UN	ZIG	50,000	2,2000	110,00
116	GRAMPO FIXA PAPEL - TIPO TRILHO METALICO DE LUXO, PARA PASTA (ROMEU E JULIETA), MEDINDO 80MM, CAIXA COM 50 UNIDADES, EM METAL NIQUELADO.	CX	LE	100,000	7,5000	750,00
117	GRAMPO GRAMPEADOR 26/6	CX	BRW	150,000	3,5000	525,00
125	LAPIS DE COR - 100% MADEIRA,FORMATO TRIANGULAR,GIGANTE,COLORIDO COM 24 CORES.	UN	CIS	30,000	45,0000	1.350,00
126	LAPIS DE COR - EM ACRILICO,FORMATO REDONDO,MEDIO,COLORIDO COM UMA CAIXA CONTENDO 12 CORES,NAO APAGAVEL,AQUARELAVEL.	UN	CIS	150,000	12,0000	1.800,00
128	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA,FORMATO CILINDRICO, HB N°2 PRETO CAIXA CONTENDO 144 UNIDADES.	CX	LYE	12,000	26,9000	322,80
129	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA,FORMATO SEXTAVADO,HB,MEDINDO 170,00MM,NA COR PRETA CAIXA COM 144 UND	CX	LYKE	50,000	26,0000	1.300,00
130	Lápis Corpo Preto nº 2, caixa com 144 unidades, Grafite HB escreve macio produtos atóxico e não perecível. Material: Resinas, Pigmentos e ceras.	CX	BRW	30,000	26,0000	780,00
131	LAPISEIRA 0.7mm material corpo plástico , diâmetro carga 0.7 mm, características adicionais: com prendedor, ponta e acionador de metal com borracha, utiliza grafite 0,7mm.	UN	BRW	50,000	1,9000	95,00
139	LIVRO PROTOCOLO - 100 FOLHAS	UN	SD	30,000	7,0000	210,00
193	PASTA - DE PASTA PVC, SOFT-CRISTAL,, COM ELASTICO, COM TAMANHO OFICIO II, PARA SER UTILIZADA COMO PASTA DE TRANSPARENTE.	UN	ACP	40,000	1,4600	58,40
199	PEN DRIVE - 16 GB,ALT 1,00 CM## LARG 2,00 CM## PROF 4,00 CM,PEN DRIVE 3 EM 1, MICRO SD, ADAPTADOR SD E PEN DRIVE , TRAVA DE SEGURANCA,CONEXAO PLUG AND PLAY, COMPATIVEL COM INTERFACE USB 2.0 OU 3.0, TAXA DE TRANSFERENCIA MINIMA DE 480 MB/S,3,00 G	UN	UTECH	20,000	28,0000	560,00
201	PEN DRIVE - 4 GB, RETENCAO DE DADOS ACIMA DE 10 ANOS, VELOCIDADE: LEITURA 5.5 MB/SEG GRAVACAO 1 MB/SEG	UN	TECH	20,000	20,0000	400,00
209	PINCEL ATOMICO - NA COR VERMELHA, COM PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO 1100 - P	UN	LYKE	100,000	0,8100	81,00
210	PINCEL ESCOLAR - TAMANHO Nº 12,FORMATO CHATO,EM PLASTICO,CABO LONGO,PONTA EM FILAMENTOS SINTETICOS	UN	CONDOR	10,000	2,5000	25,00
211	PISTOLA - DE PLASTICO, COM GATILHO,PARA APLICACAO DE COLA QUENTE,POTENCIA DE 40W, BIVOLT.	UN	KIT	40,000	16,0000	640,00
214	PORTA OBJETOS DE MESA - PARA CANETA, CLIPE, BORRACHA E TESOURA,EM METAL,MEDINDO 7,00X22,00X28,50CM,BASE LISA,PRETO	UN	WALEU	30,000	20,0000	600,00
215	PRANCHETA PORTATIL - EM ACRILICO,FORMATO OFICIO,COM PRENDEDOR DE POLIESTIRENO,TRANSPARENTE	UN	NOVACRIL	20,000	9,9900	199,80

Fornecedor: 4121 - C.S.Z COMERCIO DE PAPELARIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO, ACONDICIONADA EM ESTOJO DE METAL, COM ENTINTAMENTO, NA COR PRETA, NO TAMANHO MEDIO 6.7 X 11.0CM	UN	MASTERPRIN	20,000	4,7500	95,00
17	BANDEJA PARA EXPEDIENTE - EM ACRILICO TIPO CAIXA PARA CORRESPONDENCIA, DUPLA, NA COR CRISTAL, MEDINDO 5X25X33CM COM CONJUNTO DE 4 PINOS LONGOS E 4 PINOS CURTOS	UN	WALEU	15,000	26,0000	390,00
27	BORRACHA - EM LATEX NATURAL, COM CAPA PLASTICA PROTETORA ERGONOMICA,PARA GRAFITE,NO FORMATO RETANGULAR,MEDINDO APROXIMADAMENTE (42 X 21 X 11)MM,NA COR BRANCA CAIXA COM 24 UND.	CX	MASTERPRIN	100,000	2,4000	240,00
30	CADERNO - TIPO ESPIRAL,ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO,MEDINDO 200,00X280,00MM,NO FORMATO UNIVERSITARIO,CAPA DURA,COM 250G/M2,FOLHA PAUTADA,COM 200 FOLHAS,DE 56G/M2	UN	3B	100,000	7,9900	799,00
36	CANETA PARA RETROPROJETOR - CORPO EM POLIETILENO, PONTA COM (1,00MM), EM POLIESTER, NA COR PRETA, CAIXA COM 12 UND.	CX	MAXPRINT	20,000	19,5000	390,00
44	CANETA P RETROPROJETOR Nº1.0	UN	MAXPRINT	30,000	2,0000	60,00
45	CANETA P RETROPROJETOR Nº2.0	UN	MAXPRINT	30,000	1,5000	45,00
47	CANETA PARA CD E DVD - PONTA DE 2MM,NA COR PRETA,EM PLASTICO RIGIDO CD, DVD, PLÁSTICO, VINIL, ACRÍLICOS, FILMES E VIDROS CAIXA COM 12 UND.	CX	MAXPRINT	20,000	19,0000	380,00
49	CARTOLINA DE PAPELARIA - PESANDO 180G/M2, LONGITUDINAL >30GF X CM E TRANSVERSAL >20GF X CM, MEDINDO (50 X 66)CM,CORES VARIADAS PACOTE COM 100 UND.	PCT	JANDAIA	15,000	58,9900	884,85
56	CLIPE - EM ACO INOX,PARALELO,ACABAMENTO GALVANIZADO,8/0,CAIXA COM 25 UNIDADES	CX	CLIPSTOP	70,000	1,6000	112,00
59	Clips Niquelado, tamanho 6/0, material metal, formato PARALELO, características adicionais tratamento anti-ferrugem. Caixa com 50 unidades.	CX	CLIPSTOP	150,000	1,6000	240,00
64	COLA - LIQUIDA,ATOXICA, ADESIVO A BASE DE PVA,NA COR BRANCA,SECAGEM RAPIDA,PARA COLAR PAPEL.	UN	PIRATININGA	5,000	9,9900	49,95
76	ELASTICO - DE BORRACHA,N.8,NA COR AMARELA 1KG	PCT	REDBOR	2,000	17,6000	35,20
81	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL SULFITE,SEM IMPRESSAO,210,00X297,00MM,COM ABA,BRANCO	UN	SCRITY	200,000	0,3000	60,00
83	ENVELOPE BRANCO 240X340mm	UN	SCRITY	20,000	0,2800	5,60
85	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL PARDO, SACO, SEM IMPRESSAO, 30 X 40 CM, COM ABA, NA COR PARDA	UN	SCRITY	200,000	0,3000	60,00
87	ENVELOPE DE PAPELARIA - SULFITE, SACO, SEM IMPRESSAO, 12 X 24 CM, COM ABA, PARDO	UN	SCRITY	250,000	0,1600	40,00
88	ENVELOPE DE PAPELARIA - SULFITE, SACO, SEM IMPRESSAO, 24X34CM, COM ABA, PARDO	UN	SCRITY	200,000	0,1700	34,00
90	ENVELOPE OURO 200X280 mm C/250	UN	SCRITY	10,000	47,0000	470,00
106	FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL - PARA IMPRESSORA MATRICIAL, NYLON, OKIDATA ML 182, EM EMBALAGEM APROPRIADA, 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	MASTERPRIN	50,000	7,0000	350,00
107	FITILHO - DE PLASTICO CORES VARIADAS	UN	EMFESTA	100,000	2,4000	240,00
109	GIZ COLORIDO ANTIALERGICO Ñ/TÓXICO PLAST.COMP. GIPSITA DESID. ÁGUA E PLASTIF. (64X1)	UN	DELTA	50,000	4,9900	249,50
110	GIZ DE CERA COLORIDO CONTENDO 12 CORES VARIADAS CAIXA COM 12 UNIDADES.	UN	PIRATININGA	20,000	1,7900	35,80
113	GRAMPEADOR - DE MESA, METAL, 26/6, PRETA, 15 CM.	UN	JOCAR OFFIC	30,000	14,5000	435,00
120	GRAMPOS 23/6	CX	CHAPARRAU	10,000	3,8000	38,00
137	LIVRO DE PONTO DE 100 FOLHAS TIPO CAPA DURA COMPRIMENTO 310MM LARGURA 220MM MATERIAL APERGAMINHADO NUMERADO E COSTURADO	UN	SÃ?O DOMIN	30,000	9,9900	299,70
142	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLASTICO,PONTA DE ACRILICO,POROSA,NA COR AZUL,RECARREGAVEL	UN	BRW	20,000	2,1900	43,80
152	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR AMARALEA	FLS	VMP	100,000	0,9900	99,00
153	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR AZUL	FLS	VMP	60,000	0,9900	59,40
154	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR BRANCO	FLS	VMP	100,000	0,9900	99,00
155	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR MARRON	FLS	VMP	100,000	0,9900	99,00
156	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR PRETA	FLS	VMP	100,000	0,9900	99,00

Fornecedor: 4121 - C.S.Z COMERCIO DE PAPELARIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
158	PAPEL - CARTAO GUACHE,MEDINDO 48X66,NA COR VERDE	FLS	VMP	100,000	0,8000	80,00
170	PAPEL - CREPOM,MEDINDO 200,00X48,00CM,NA COR AZUL	FLS	VMP	100,000	0,8000	80,00
173	PAPEL - LAMINADO,MEDINDO 480,00X600,00MM,70G/M2,NA COR PRETA	FLS	VMP	50,000	0,8000	40,00
174	PAPEL - LAMINADO,MEDINDO 480,00X600,00MM,70G/M2,NA COR ROSA	FLS	VMP	50,000	0,8000	40,00
175	PAPEL - LAMINADO,MEDINDO 480,00X600,00MM,70G/M2,NA COR VERDE	FLS	VMP	50,000	0,8000	40,00
176	PAPEL - LAMINADO,MEDINDO 480,00X600,00MM,75G/M2,NA COR MARROM	FLS	VMP	50,000	1,9900	99,50
177	PAPEL - SEDA,MEDINDO 480,00X600,00MM,20G/M2,NA CORES SORTIDAS	FLS	VMP	100,000	0,2000	20,00
178	PAPEL - VERGE OPACO,210,00X297,00MM,180GR,NA COR AMARELA CAIXA COM 50 FLS.	CX	OFF PAPER	10,000	12,6900	126,90
179	PAPEL - VERGE,FORMATO A4,180G/M2,NA COR AZUL CLARO CAIXA COM 50 FLS.	CX	OFF PAPER	10,000	12,8000	128,00
182	PAPEL CREPOM - MEDINDO 0,48CMX2.00M,PESANDO 28G/M2, NA COR LARANJA	FLS	VMP	100,000	0,8000	80,00
198	PASTA SUSPENSA COM GRAMPO - 50 UNIDADES	CX	FRAMA	10,000	49,6000	496,00
202	PEN DRIVE - CAPACIDADE: 32 GB, LED DE INDICADOR PARA LIGADO. SISTEMA POWER-SAVING, TECNOLOGIA PLUG AND PLAY. TAMPA PROTETORA PARA O CONECTOR USB, TAXA DE GRAVACAO: ATE 5,5MB/S. TAXA DE LEITURA: ATE 6MB/S., COMPATIVEL COM WINDOWS 98 SE, WINDOWS ME, WINDOWS 2000 E XP, MACINTOSH OS 9.X, 10.X, WINDOWS VISTA.	UN	MAXPRINT	20,000	42,5000	850,00
206	PINCEL - DE PELO SINTETICO, DE MADEIRA, N 18,FORMATO ACHATADO	UN	KIT ART ESC	50,000	4,1500	207,50
207	PINCEL ATOMICO - NA COR AZUL, COM PONTA DE FELTRO, DO TIPO DESCARTAVEL REF.1100	UN	BRW	100,000	1,7900	179,00
208	PINCEL ATOMICO - NA COR PRETO, COM PONTA DE FELTRO CHANFRADA	UN	BRW	150,000	1,7900	268,50
212	PISTOLA - (MINI)-DE PLASTICO, COM GATILHO,PARA APLICACAO DE COLA QUENTE,POTENCIA DE 40W, BIVOLT	UN	KIT ART ESC	40,000	15,9900	639,60
213	PONTA DE GRAFITE N 0.7 MM	UN	BRW	50,000	0,6500	32,50
218	RECADO AUTO ADESIVO - EM PAPEL OFF-SET, ADESIVO ACRILICO REMOVIVEL E REPOSICIONAVEL, MEDINDO (38X50)MM, COM 100 FOLHAS CADA BLOCO, NA COR NEON 4 CORES	UN	MAXPRINT	200,000	3,4900	698,00
220	RECADO AUTO ADESIVO - EM PAPEL OFF-SET, ADESIVO PAPEL, MEDINDO (74 X 102)MM, COM 100 FOLHAS CADA BLOCO, NA COR AMARELA	UN	MASTERPRIN	150,000	3,2900	493,50
223	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE PLASTICO, MEDINDO 20X30 CM , PEROLIZADO, CORES DIVERSAS, PARA EMBRULHO DE PRESENTES.	PCT	VMP	10,000	29,9900	299,90
224	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE PLASTICO, MEDINDO 30X45 CM , PEROLIZADO, CORES DIVERSAS, PARA EMBRULHO DE PRESENTES.	PCT	VMP	10,000	29,9900	299,90
234	TECIDO - TIPO TNT,(TECIDO NAO TECIDO), COMPOSTO 100% FIBRA DE POLIPROPILENO, PESANDO 40G/M2, LARGURA DE 1,40 METROS, CORES VARIADAS.	UN	SANTA FÃ?	50,000	74,9900	3.749,50
239	TINTA GUACHE CORES 15ML 06 CORES	CX	PIRATININGA	30,000	2,6900	80,70
240	TINTA PARA CARIMBO - TUBO DE TINTA PARA CARIMBO NA COR PRETA,BASE D ÁGUA DE 42ML	UN	RADEX	30,000	3,9900	119,70
246	TECIDO - TIPO (TNT) TECIDO NAO TECIDO,ARMACAO PRENSADA,COMPOSTO DE 100 % FIBRA DE POLIPROPILENO,PESANDO 40 G/M2,COM LARGURA DE 1,40CM,NA COR LILAS ROLO COM 50 METROS	RL	SANTA FÃ?	15,000	68,9000	1.033,50

Fornecedor: 4125 - A H DA S MORAES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
261	TONER - PARA IMPRESSORA,MARCA SAMSUNG,MODELO MULTIFUNCIONAL PRO XPRESS SL M3375FD,REF. MLT-D204L,PRETO,RENDIMENTO MEDIO DE 5.000 PAGINAS,ORIGINAL	UN	DSI MLT-D204	200,000	48,0000	9.600,00
264	TONER ORIGINAL HP CB 540	UN	DSI CB540A	26,000	45,0000	1.170,00
265	TONER ORIGINAL HP CE 83A	UN	DSI CE505A/C	200,000	58,0000	11.600,00

Fornecedor: 4125 - A H DA S MORAES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
266	TONER ORIGINAL HP LASER CE 505 - 280A	UN	DSI CE505A	50,000	58,0000	2.900,00
267	TONER ORIGINAL IMPRESSO HP LASER JET 2055 - 505A	UN	DSI MLT-D104	50,000	50,0000	2.500,00
268	TONER ORIGINAL SANSUNG ML 1665	UN	DSI C7115A	50,000	68,0000	3.400,00
271	TONER PARA IMPRESSORA – PRETO. REF. CE505A (HP 05A), RENDIMENTO MÉDIO DE 2.300 PAGINAS, MODELO LASERJET SERIES P2035 / P2055 / P2055DN. COMPATIVEL (EXCETO UNIVERSAL), 100% NOVO LACRADO, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001:2008.	UN	DSI CE505A	50,000	55,0000	2.750,00

Fornecedor: 4126 - DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
77	ELASTICO - DE LATEX,NA COR BRANCA ROLO COM 10 METROS.	UN	coats corrente	20,000	15,0000	300,00
95	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA),MEDINDO 40CMX48CM	UN	dubflex dubfle	1.500,000	1,1600	1.740,00
98	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO NIQUELADO,TIPO ESPATULA	UN	carbrink carbri	20,000	1,5000	30,00
99	FICHARIO - BASE DE ACO, TAMPA DE ACRILICO, MEDINDO 5 X 8 POLEGADAS	UN	waleu waleu	10,000	47,2000	472,00
100	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (19MMX50M), NA COR BRANCA	UN	masterfix mas	150,000	2,9000	435,00
102	FITA ADESIVA - PARA EMPACOTAMENTO EM POLIPROPILENO, MEDINDO COM 45MMX45M, COR TRANSPARENTE.	UN	schimitt schim	150,000	2,8200	423,00
104	FITA ADESIVA 48X45 PACOTE C/05 UNID.	PCT	schimitt schim	15,000	14,0700	211,05
112	GLITTER ESCOLAR - COMPOSTO DE TINTA DIMENSIONAL COMPOSTA DE PARTICULAS DE PVC METALIZADAS, DESTINADO PARA PARA TRABALHOS DECORATIVOS, COM BOA APRESENTACAO VISUAL E COM RESISTENCIA A LAVAGEM OU SOLVENTES, ACONDICIONADO EM EM FRASCO CONTENDO 3G, EMBALADO EM APROPRIADA	UN	aplicor aplicor	150,000	0,6100	91,50
119	GRAMPOS 23/13	CX	rafa rafa	15,000	4,6000	69,00
121	GRAMPOS 23/8	CX	rafa rafa	50,000	3,7300	186,50
122	GRAMPOS 26/6	CX	leonora leonor	100,000	3,3500	335,00
124	LAMINA ESTILETE	UN	masterprint ma	50,000	0,3000	15,00
134	LIVRO ATA - MEDINDO 220,00X330,00MM,CAPA DURA COSTURADA,NA COR PRETA,CONTENDO 100 FOLHAS NUMERADAS,COM PAUTA	UN	sÃ£o domingo	100,000	8,0000	800,00
146	CREME UMEDECEDORES DE DEDOS - COM SUPORTE DE PLASTICO, E UMEDECEDOR ESPONJA	UN	carbrink carbri	50,000	1,4000	70,00
180	PAPEL - VERGE,FORMATO A4,180G/M2,NA COR BRANCA CAIXA COM 50 FLS.	CX	usapel usapel	30,000	10,5200	315,60
183	PAPEL CREPOM - MEDINDO 0,48CMX2.00M,PESANDO 28G/M2, NA COR AMARELA	FLS	vmp vmp	100,000	0,8000	80,00
184	PAPEL CREPOM - MEDINDO 0,48CMX2.00M,PESANDO 28G/M2, NA COR ROSA	FLS	vmp vmp	100,000	0,8000	80,00
186	PAPEL CREPOM - MEDINDO 0,48CMX2.00M,PESANDO 28G/M2, NA COR BRANCA	FLS	vmp vmp	100,000	0,8000	80,00
187	PAPEL CREPOM - MEDINDO 0,48CMX2.00M,PESANDO 28G/M2, NA COR LILAS	FLS	vmp vmp	100,000	0,8000	80,00
192	PASTA - DE PAPELÃO, COM TAMANHO A4, PARA SER UTILIZADA COMO PASTA DE PARA ARQUIVO DE DOCUMENTOS	UN	uriarte uriarte	100,000	20,0000	2.000,00
195	PASTA C/ABA E ELASTICO PLASTICO - DE POLIPROPILENO, ESPESSURA DE 245x40x335 MICRAS,LOMBADA DIM 40 MM, NO TAMANHO OFICIO	UN	acp acp	20,000	2,8000	56,00
197	PASTA SIMPLES PLASTICO - DE PLASTICA, ESPESSURA DE ,,, NO TAMANHO OFICIO, COM CANALETA REMOVIVEL, NA COR TRANSPARENTE	UN	acp acp	150,000	1,5000	225,00
200	PEN DRIVE - 16GB,COMPATIBILIDADE COM WINDOWS E LINUX, SITEMA PLUG AND PLAY, BOOT UP,CONECTOR COM TAMPA OU RETRATIL, ALTA DURABILIDADE,INTERFACE USB 3.0, TAXA DE TRANSFERENCIA DE LEITURA MINIMA DE 10MB/S	UN	maxprint maxp	20,000	25,3000	506,00

Fornecedor: 4126 - DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
205	PINCEL - DE CERDA SINTETICA BRANCA, DE MADEIRA, N. 8	UN	leonora leonor	50,000	1,7500	87,50
219	RECADO AUTO ADESIVO - EM PAPEL OFF-SET, SUPER ADERENTE,MEDINDO (76 X 76)MM, BLOCO COM 100 FOLHAS CADA,CORES VARIADAS EM NEON	UN	brw brw	200,000	3,8500	770,00
225	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE PLASTICO, MEDINDO 60X90 CM , PEROLIZADO, CORES DIVERSAS, PARA EMBRULHO DE PRESENTES.	UN	cromus cromu	10,000	29,5000	295,00
235	TESOURA - USO ESCOLAR,EM ACO INOXIDAVEL,COM 12,00CM,CABO PLASTICO,PONTA REDONDA	UN	leonora leonor	100,000	1,6000	160,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,8 de Julho de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A H DA S MORAES	CNPJ: 02.437.839/0001-17	
ARIANA B PITHAN	CNPJ: 14.505.081/0001-96	
C.S.Z COMERCIO DE PAPELARIA LTDA	CNPJ: 15.701.767/0001-15	
CASA DO COMPUTADOR LTDA	CNPJ: 10.199.390/0001-24	
DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA	CNPJ: 07.245.458/0001-50	
EDIR SUSSEL & CIA LTDA	CNPJ: 54.719.745/0001-34	
FABIO RENATO LIMA CARLOS 26480154851	CNPJ: 12.033.172/0001-40	
FRIOLAR COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRONICOS	CNPJ: 36.850.598/0001-55	
GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI	CNPJ: 19.808.881/0001-08	
JULIANO LUIZ MORAES ENGENHARIA E TECNOLOGIA	CNPJ: 32.414.561/0001-23	
LCA-COMERCIAL & SISTEMATIZACAO EIRELI	CNPJ: 29.495.115/0001-86	
MARIA ALICE DA SILVA EIRELI	CNPJ: 14.284.593/0001-70	
MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP	CNPJ: 10.226.940/0001-57	
MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE	CNPJ: 17.992.596/0001-56	
MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI	CNPJ: 07.508.571/0001-80	
PRIME COMERCIO DE PAPEL LTDA	CNPJ: 30.974.482/0001-41	
S M S BERIGO ME	CNPJ: 14.010.264/0001-30	
T NAVA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI	CNPJ: 18.912.500/0001-65	
VIP MAGAZINE E COMERCIO EIRELI	CNPJ: 05.033.039/0001-29	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2020

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. Fábio Mauri Garbugio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no Art. 4º da Lei Federal 13.979/2020, com a empresa**:** D. S. CRUZ PRODUTOS PARA LIMPEZA E LABORATORIO, CNPJ: 21. 940.080/0001-65, no valor total de **R$ 2.757,60 (Dois mil setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)**, para a contratação de empresa para fornecimento de 5 pacotes com 100 unidades cada de Swab e 13 pacotes com 40 unidades cada de Tubro Falcon ao Município de Alto Taquari - MT. Diante do fato, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/83, que rege as compras públicas.

Alto Taquari - MT, 09 deJulho de 2020.

Fábio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 052/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAR EXAMES DE ANÁLISES CLINICAS, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

LICITAÇÃO DECLARADA DESERTA POR NÃO ACUDIREM INTERESSADOS AO CERTAME.

PREFEITURA MUNICIPAL
COVID-19: AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2020

Comunicamos, a quem interessar possa. Que se encontra a disposição dos interessados, Edital e anexos da Dispensa de Licitação 009/2020, junto a Comissão Permanente de Licitação da prefeitura municipal de Apiacás situada na Av. Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, Apiacás-MT., durante o horário de expediente das 07:00 às 13:00

A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO **TEM POR FINALIDADE ADQUIRIR MEDICAMENTOS PARA ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS.**

DATA DA ABERTURA – 15/07/2020 AS 8:00 HORAS

FORNECEDOR: DAY PHARMA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 08. 185.611/0001-63, com sede Rua Floriano Peixoto, 1433- Centro, Itu, SP. CEP:13.300-055

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT	V.TOTAL
01	IVERMECTINA 6 MG CAPSULAS- (MEDICAMENTO MANIPULADO)	100. 000,00	0,2945	29. 450,00

VALOR TOTAL: R$ 29.450,00 (vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: LEI COMPLEMENTAR Nº. 0174/2020.

SÚMULA: "Altera o anexo I – Quantidade de Cargos do quadro Efetivo da Lei Complementar nº. 066/2011, criando/ampliando uma vaga para o cargo de Bioquímico e duas vagas para o cargo de Enfermeiro".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Por conta de necessidade de adequação da Secretaria Municipal de Saúde para atender a pandemia causada pelo COVID-19 fica criada/ampliada uma vaga de **BIOQUÍMICO** e duas vagas de **ENFERMEIRO,** cargos estes que passam fazer parte do **anexo I – QUANTIDADE DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO**, da Lei Complementar nº 066/2011;

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei Complementar Municipal n.º 066/2011 permanecerão em vigor. Art. 3º - Fica o Executivo autorizado a proceder à reedição da Lei Complementar Municipal n.º 066/2011, com as alterações da presente Lei. Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Julho de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 001/2020.

ANEXO I – QUANTIDADE DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO

Cargo	Cargo NOVO	Vagas Ampliadas	Cargo Atual
Auxiliar Técnico da Saúde	005	-	005
Assistente Social	004	-	004
Odontólogo	**004**	**-**	**004**
Enfermeiro	**010**	**02**	**012**
Fisioterapeuta	001	-	001
Nutricionista	002	-	002
Bioquímico	**002**	**01**	**003**
Psicólogo	003	-	003
Técnico em Higiene Dental	001	-	001
Técnico em Enfermagem	011	-	011
Técnico em Raio – X	003	-	003
Auxiliar de Enfermagem	012	-	012
Auxiliar de Consultório Dental	002	-	002
Auxiliar de Laboratório	002	-	002
TOTAL	**061**	**03**	**065**

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: LEI MUNICIPAL Nº. 1151/2020.

LEI MUNICIPAL Nº. 1151/2020.

SUMULA: "AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar e/ou prorrogar administrativamente, pelo período de até 120 (cento e vinte) dias, em razão de excepcional interesse público na área de saúde pública previsto no § 1º, profissionais para os cargos que seguem:

QUANTIDADE	CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO BÁSICA
01	MÉDICO	40	R$ 12.978,00
02	ENFERMEIRO	40	R$ 3.642,99
02	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40	R$ 1.420,61

01	BIOQUÍMICO	40	R$ 3.642,99
01	SERVIÇOS GERAIS	40	R$ 1.045,00
01	MOTORISTA	40	R$ 1.565,61
04	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	40	R$ 1.282,39
02	FISCAL SANITARISTA	40	R$ 1.255,02
01	AGENTE SANITARISTA	40	R$ 1.255,02

§1º - As contratações temporárias previstas no caput servirão para o enfretamento da pandemia do Novo Coronavírus, COVID-19.

§ 2º - Prescindem, as contratações temporárias previstas no caput, de avaliação de candidatos por processo seletivo simplificado, considerando que a necessidade temporária de excepcional interesse público visa a assistência a emergências em saúde pública, conforme previsto no artigo 2, inciso II, da Lei Federal nº 8.745/93.

§ 3 º - Independentemente de nova autorização legislativa, os contratos administrativos previstos no caput poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período.

Art. 2º - Ao Município fica resguardado o direito de rescindir os contratos autorizados por esta lei a qualquer tempo e sem indenização, desde que cessada as necessidades decorrentes da emergência de saúde pública decorrentes do Coronavírus.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei Municipal serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 09 de Julho de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL N° 037/2020 DE 25 DE JUNHO DE 2020

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
GESTÃO 2017 – 2020
CNPJ 03.239.035/0001-76

DECRETO MUNICIPAL N° 037/2020 DE 25 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE CREDITO EXTRAORDINARIO NO VALOR BRUTO DE R$ 213.965,20 (duzentos e treze mil novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), VALOR LIQUIDO DE R$ 211.825,56 (duzentos e onze mil oitocentos e vinte cinco reais e cinqüenta e seis centavos), ONDE SERÁ ALOCADO NA LOA/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais, considerando o disposto no Artigo 167, VIII, § 3º, da Constituição Federal, Artigos 40,41 e 44 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como o Decreto do Estado de calamidade publica para o enfrentamento do COVID-19 (CORONA VIRUS), Decreto Municipal de calamidade publica para o enfrentamento do Covid-19, e tendo em vista necessidade de adoção de medidas urgentes e inadiáveis para o enfretamento dos riscos de contágio do virus;

CONSIDERANDO, a edição, pelo Congresso Nacional, do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 420, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Estado de Mato Grosso, decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/epidemias e tipo doenças infecciosas virais;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 424 de 25 de março de 2020, que decretou o Estado de Calamidade Pública em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência em saúde pública, decretada a âmbito Municipal por meio dos Decretos de n° 018/2020, em decorrência da necessidade de enfrentamento do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a sanção da Lei Complementar nº 173/2020, que estabelece o Programa Federativo do enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), onde altera a Lei Complementar 101/2000;

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Extraordinário e incorpora ao Orçamento de 2020, no valor global de R$ 211.825,56 (duzentos e onze mil oitocentos e vinte cinco reais e cinqüenta e seis centavos), Suplementados nas Unidades Orçamentárias da Orçamento vigente discriminadas abaixo;

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
GESTÃO 2017 – 2020
CNPJ 03.239.035/0001-76

Órgão:	**02 – Gabinete do Prefeito**
Unidade Orçamentária:	01 – Gabinete do Prefeito
Função:	04 – Administração
Subfunção:	122 – Administração Geral - SMA
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do Coronavírus
Atividade:	2004 – Manutenção e Encargos com Gabinete do Prefeito
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 8.556,35
Fonte R/Detalhamento	1.00.077000
Total:	**R$ 8.556,35**

Órgão:	**03 – Secretaria Municipal de Administração**
Unidade Orçamentária:	01 – Gabinete do Secretário
Função:	04 – Administração
Subfunção:	122 – Administração Geral - SMA
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do Corona vírus
Atividade:	2006 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração
Atividade:	2009 – Manutenção com a Junta do Serviço Militar e Identificação
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos Vantagens Fixas.....R$ 33.664,88
Fonte R/Detalhamento	1.00.077000
Total:	**R$ 33.664,88**

Órgão:	**04 – Secretaria Municipal de Finanças**
Unidade Orçamentária:	01 – Gabinete do Secretário
Função:	04 – Administração
Subfunção:	123 – Administração Financeira
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do Corona vírus
Atividade:	2012 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Finanças
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 23.036,63
Fonte R/Detalhamento	1.00.077000
Total:	**R$ 23.036,63**

Órgão:	**06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura**
Unidade Orçamentária:	02 – Ensino Fundamental
Função:	12 – Educação
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do Corona vírus
Atividade:	2035 – Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 51.026,92

Fonte R/Detalhamento	1.01.077000
Total:	**R$ 51.026,92**

Órgão:	**06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura**
Unidade Orçamentária:	03Educação Infantil - Creche
Função:	12 – Educação
Subfunção:	365 – Educação Infantil
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do Corona vírus
Atividade:	2033 – Manut. e Encargos com a Creche Municipal Ensino de 0 a 6 anos.
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 19.787,63
Fonte R/Detalhamento	1.01.077000
Total:	**R$ 19.787,63**

Órgão:	**08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Transportes**
Unidade Orçamentária:	01 – Gabinete do Secretário
Função:	15 – Urbanismo
Subfunção:	451 – Infra Estrutura Urbana
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do Corona vírus
Atividade:	2059 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 64.528,42
Fonte R/Detalhamento	1.01.077000
Total:	**R$ 64.528,42**

Órgão:	**05 – Fundo Municipal de Assistência Social**
Unidade Orçamentária:	01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do Corona vírus
Atividade:	2015 – Manutenção e Encargos com Fundo Municipal de Assistência Social.
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 7.179,15
Fonte R/Detalhamento	1.01.076000
Total:	**R$ 7.179,15**

Órgão:	07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	02 – Fundo Municipal de Saúde
Função:	10 – Saúde
Subfunção:	122 –Administração Geral
Programa:	0023 – Programa para Mitigação dos Efeitos Financeiros decorrentes do

	Corona vírus.
Atividade:	2054 – Manutenção com Pronto Atendimento
Natureza da Despesa:	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 4.045,58
Fonte R/Detalhamento	1.26.076000
Total:	**R$ 4.045,58**

Art. 2º Nos termos do § 4º do Art. 43 e Art. 46 da Lei Federal nº 4.320/1964, para fins de apuração de eventual excesso de arrecadação durante o exercício financeiro de 2020, para cobertura da despesa, deverá ser deduzido o valor do crédito extraordinário que trata o Art. 1º deste Decreto, considerando a Fonte de Recursos do Programa de **Enfrentamento ao Corona vírus, instituído pela Lei Complementar nº 173/2020 de 27/05/2020, Art. 5, I e II.,** sendo a primeira parcela para utilização do referido crédito extraordinário;

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a primeiro de junho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Respeitando o Art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, deve ser dado imediato conhecimento do seu conteúdo ao Poder Legislativo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

LEI MUNICIPAL N.º 898 DE 30 DE JUNHO DE 2020

"Dispõe sobre a denominação do novo prédio do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Araguainha ***"DOMINGOS PEREIRA DE MATOS".***

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica neste ato denominado o novo Prédio do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Araguainha **"DOMINGOS PEREIRA DE MATOS"**

Art. 2º Essa homenagem se faz, pelo fato do senhor **DOMINGOS PEREIRA DE MATOS** ter prestado relevantes serviços para esta comunidade, como primeiro conselheiro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, por 03 (três) mandato de vereança e uma trajetória com honra e dignidade como servidor público municipal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 897 DE 30 DE JUNHO DE 2020

"Dispõe sobre a denominação da Unidade Básica de Saúde, passando a chamar ***UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE "JOSÉ AGOSTINHO DE SOUZA".***

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica neste ato denominada a **UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ARAGUAINHA**, passando a se chamar **UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE "JOSÉ AGOSTINHO DE SOUZA"**.

Art. 2º Essa homenagem se faz, pelo fato do senhor **JOSÉ AGOSTINHO DE SOUZA** ter prestado relevantes serviços para esta comunidade, tais como: transporte dos munícipes com responsabilidade, probidade e relação interpessoal no cargo de motorista de ambulância na Secretaria Municipal de saúde deste Município.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 896 DE 01 DE JUNHO DE 2020

"Regulamenta o pagamento de inscrições e diárias aos membros do Conselho Curador, Conselho Fiscal e do Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Araguainha/MT – ARAGUAI-PREVI"

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os membros do Conselho Curador, Conselho Fiscal e o Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Araguainha/MT – ARAGUAI-PREVI, que se deslocarem para fora do Município, em razão da participação de eventos e cursos para capacitação, farão jus a diárias e inscrições que serão pagas pelo próprio ARAGUAI-PREVI, no limite anual de 15% (quinze por cento) da taxa de administração do ARAGUAI-PREVI, sendo que o valor da diária será fixado em 70% (setenta por cento) do valor das diárias concedidas pelo Município aos Secretários Municipais.

Parágrafo 1º Os membros mencionados no *caput* deste artigo que usufruírem de diária a custa do ARAGUAI-PREVI deverão apresentar, dentro de 05 (cinco) dias, a contar do seu retorno, prestação de contas que deverá acompanhar dos comprovantes das despesas, evidenciando a participação nos eventos e cursos.

Art. 2º As diárias de que trata esta lei destinam-se a cobrir despesas com alimentação, transporte e hospedagem.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUN ICIPAL DE ARAGUAINHA-MT

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 226 DE 01 DE JULHO DE 2020.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Dannyllo Vieira de Oliveira Souza, Cargo Auxiliar de Serviços Gerais, portador do CPF:026.789.471-65, Matricula: 390 de acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizara execução do Contrato Nº 035/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Araguainha e GLORIA STEFANI ALMEIDA MORAIS, O objeto do presente é a contratação de pessoas física para a prestação de serviços como gari, junto à Secretaria Municipal de Obras e transportes no Município de Araguainha - MT

Suplente: David José de Souza Filho - matrícula: 400.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Araguainha/MT, em 01 de julho de 2020.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

PORTARIA N.º 227 DE 01 DE JULHO DE 2020

"Retifica a Portaria Nº 203/2020."

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Art. 1º RETIFICA A PORTARIA 203 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Nomear o Servidor Dannyllo Vieira de Oliveira Souza, Cargo Auxiliar de Serviços Gerais, portador do CPF:026.789.471-65, Matricula: 390 de acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizara execução do Contrato Nº 035/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Araguainha e GLORIA STEFANI ALMEIDA MORAIS, O objeto do presente é a contratação de pessoas físi-

ca para a prestação de serviços como gari, junto à Secretaria Municipal de Obras e transportes no Município de Araguainha - MT

Suplente: David José de Souza Filho - matrícula: 400.

LEIA-SE:

Artigo 1º - Conceder 01 mês de Licença Premio indenizadas a servidora **Delva Rodrigues de Oliveira Dutra**, **Professora, RG:634517 SSP/MT** e **CPF:592.842.691-72** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2015 a 29/02/2020.**

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Araguainha/MT, em 01 de julho de 2020.

_____

Silvio José Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ARAPUTANGA, no uso de suas atribuições e em observância da legislação vigente;

CONSIDERANDO que as Unidades Educacionais estarão disponibilizando o material de higienização necessário para que pais e profissionais envolvidos possam realizar sua higiene durante todo o processo, além de observar todas as orientações exaradas pela Vigilância Sanitária do Município de Araputanga/MT para a distribuição segura, ante a notória necessidade de prevenção devido ao alastramento do COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1º - *Revoga a Instrução Normativa nº 005/2020 que dispõe sobre a organização das atividades da rede municipal de ensino durante o período de lockdown;*

Art. 2º - Passa a vigorar a *Instrução Normativa nº 003/2020, observando as alterações da Instrução Normativa nº 006/2020*

Art. 3º - Os profissionais da Educação deverão garantir que as atividades escolares estejam disponíveis na plataforma da OMEGA SISTEMA.

Art. 4º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Araputanga/MT, 08 de julho de 2020.

SILVANA BENTO DE MELO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 232/2020

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020, CUJO OBJETO É O FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO, PARA ATENDER À DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Eletrônico nº 004/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020 - SANTANA COMÉRCIO DE FOGOS E EVENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ n°. 27.917.903/0001-98.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Isaias Soares de Souza como fiscal titular e Sr. Cleber de Miranda Barros como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. João Edmundo Faria dos Santos como fiscal titular e Sr. João Andrade Junior – Responsáveis pelos objetos requisitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA.

Sr. Ênio Gonçalves da Silva como fiscal titular – Responsáveis pelos objetos requisitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Sr. Jeyksi Jhonis da Silva como fiscal titular e Sra. Ana Lúcia Ferreira Chaves – Responsáveis pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho como fiscal titular e Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães - Responsáveis pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos sete (07) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
CONTRATOS 152 ATE 158.2020 E ADITIVOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 152/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MORADA DA SERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (ETANOL, GASOLINA, DIESEL E DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 05/06/2020 ATÉ 31/12/ 2020

VALOR GLOBAL: R$ 412.311,00

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 153/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA AUTO POSTO AVENIDA LTDA EPP

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (ETANOL, GASOLINA, DIE-

SEL E DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 05/06/2020 ATÉ 31/12/ 2020

VALOR GLOBAL: R$ 54.728,00

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 154/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MODELO ENGENHARIA EIRELI – EPP

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, EMISSÃO DE ALVARA DE OBRAS, HABITE-SE, RELATORIO E LAUDO TÉCNICO DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 08/06/2020 ATÉ 31/12/2020

VALOR GLOBAL: R$ 24.500,00

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 155/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO ABRANTES DE SALES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APREENSÃO E CONFINAMENTO DE ANIMAIS SOLTO PELAS VIAS PUBLICAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

PERIODO DE VIGÊNCIA: 10/06/2020 ATÉ 31/12/2020.

VALOR GLOBAL: R$ 7.315,00

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 156 /2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME,

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTIICOS PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/06/2020 ATÉ 31/12/2020

VALOR GLOBAL: R$ 11.354,74

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 157/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA M.S. OLIVEIRA EIRELI EPP

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (ETANOL, GASOLINA, DIESEL E DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 29/06/2020 ATÉ 31/12/ 2020

VALOR GLOBAL: R$ 237.300,00

DATA DA ASSINATURA: 29/06/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 158/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI

OBJETO: A PRESENTE RENEGOCIAÇÃO DOS CONTRATOS DE RATEIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA TEM POR OBJETO O REPASSE FINANCEIRO DO MUNICÍPIO AO CONSÓRCIO, PARA ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CIDES-ARP E ADOÇÃO DE POLÍTICAS INTEGRADA VOLTADAS PARA A MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA DE SUAS POPULAÇÕES E DO DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL NOS MUNICÍPIO QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO CONFORME EXPRESSA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA CONSTANTE DA LEI MUNICIPAL Nº 898/2005 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2005 E LEI MUNICIPAL Nº 907/2006, E SEGUNDO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO.

PERIODO DE VIGÊNCIA: 30/06/2020 ATÉ 31/12/2020

VALOR GLOBAL: R$ 84.493,66

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2020

EXTRATO DO 1 AD. AO CONTRATO N° 036/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA LUCAS DAVID MARQUES 34402715873

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE VALOR

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01/06/2020 ATÉ 30/12/2020

VALOR GLOBAL: R$- 9.914,45

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020

EXTRATO DO 2 ADITIVO AO CONTRATO N° 004/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA L.C. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA - EPP

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01/06/2020 ATÉ 31/12/2020

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020

EXTRATO DO 3 ADITIVO AO CONTRATO N° 107/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA NOBRE SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTADA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE VALOR

PERIODO DE VIGÊNCIA: 30/06/2020 ATÉ 31/12/2020

VALOR GLOBAL: R$- 8.700,00

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2020

EXTRATO DO 7 ADITIVO AO CONTRATO N° 125/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MEDBUGRE LTDA-ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE VALOR

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01/06/2020 ATÉ 04/10/2020

VALOR GLOBAL: R$- 19.200,00

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020

AVISO DE ABERTURA DE INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 005/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO E

TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT.

Entrega dos Envelopes para o Credenciamento: 22 de de Julho de 2020, **Ás 09:00 horas** , no endereço acima.

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Arenapolis-MT.

Fundamento Legal: art. 25, da Lei 8.666/93.

Arenapolis-MT, 09 de julho de 2020.

RODRIGO PAULINO DE MATOS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO N° 029/2020

DECRETO N° 029/2020

EMENTA: ***REVOGA DISPOSITIVOS DO DECRETO N° 028/2020, DISPÕE O NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO LOCAL PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO NOVO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O Exmo. Senhor JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis/MT no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a edição do Decreto estadual de Mato Grosso, n° 522 de 12/06/2020, que "Institui classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências".

CONSIDERANDO a edição do Decreto estadual de Mato Grosso n° 532 de 24/06/2020 que alterou dispositivos do Decreto Estadual n° 522 e alterou a classificação de risco e as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e deu outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 028 de 26 de junho de 2020, que trouxe novas medidas de combate do novo covid-19 e estabeleceu o funcionamento do comércio local;

DECRETA:

Art. 1° Fica instituído no âmbito do município de Arenápolis/MT, o toque de recolher que ocorrerá a partir das 21h., vendando o trânsito de pessoas a partir deste horário, exceto para às pessoas:

a) que estejam voltando do local de trabalho ou necessite ir trabalhar a partir das 21h., desde que comprovem seu vinculo trabalhista;

b) que necessitem se deslocar após às 21h., por situações de urgência e emergência ou casos excepcionais;

c) que trabalhem na área de segurança particular com o sistema de rondas ostensivas no âmbito municipal de Arenápolis/MT;

d) que atendam às atividades que permanecerão funcionando na modalidade delivery após às 21h.

Art. 2° Fica autorizado o funcionamento de bares, lanchonetes, peixarias, *trailers* e *container - food's*, padarias, quitandas, restaurantes, para o atendimento e consumo no local somente da seguinte forma:

I – disponibilidade de 04 mesas juntas, com 04 cadeiras colocadas 1,5 (um metro e meio) uma da outra;

II – disponibilidade de 02 mesas juntas, com 02 cadeiras colocadas 1,5 (um metro e meio uma da outra;

III – disponibilidade de 01 mesa, com 01 cadeira apenas.

§1° - Fica vedado a realização de shows ou apresentações de quaisquer natureza, bem como aglomeração de pessoas de quaisquer tipo ou em qualquer local e festas públicas ou particulares.

a) Não se aplica o disposto neste §1°, a junção de até 05 (cinco) pessoas no âmbito residencial, desde que sejam todos da mesma família.

§2°- O funcionamento dos comércios descritos neste artigo **ocorrerá somente até às 20h.30min**. ficando permitido após este horário, o funcionamento somente na modalidade delivery.

Art. 3° - O funcionamento do comércio local de modo geral ocorrerá a partir das 08h. 30min., às 18h.30min. de Segunda a Sexta, e nos sábados das 08h. às 12h. ***excetuando-se:***

a) farmácias;

b) postos de combustíveis;

c) mercados, mercearias, distribuidoras e conveniências;

d) barbearias, salões de beleza, manicures e afins;

e) borracharias e comércios do ramo de hotelaria;

f) academias, clínicas de saúde e lava-jatos;

g) lojas agropecuárias, oficinas mecânicas, auto elétricas e auto peças;

h) laticínios;

i) laboratórios e lojas de materiais de construção;

j) os comércios descritos no artigo anterior.

§1° As farmácias e postos de combustíveis poderão funcionar todos os dias a partir das 04h. até às 20h:45min.

a) as farmácias poderão funcionar excepcionalmente fora do horário estabelecido neste parágrafo, para atender situações de urgência e/ou emergência que coloquem em risco à vida ou a saúde humana.

§2° Os mercados, as mercearias, as distribuidoras e conveniências, poderão funcionar das 07h. até às 18h:30min. de Segunda à Sábado, ***sendo vedado*** seu funcionamento e abertura após este horário (18h.30min.) até às 05h. da Segunda.

a) O estabelecimento que conter em seu CNPJ ou/e Alvará de Funcionamento ao menos uma das atividades de: mercado, mercearia, distribuidora ou conveniência deverá obedecer o horário de funcionamento estabelecido pelo §2°, não podendo funcionar de nenhuma forma após o horário pré-estabelecido.

§3° As barbearias, os salões de beleza, as manicures e afins poderão funcionar de Segunda a Sábado das 07h. às 20h30min.

a) Fica condicionado ao funcionamento dos estabelecimentos contidos neste parágrafo, o atendimento por agendamento com observância à todas medidas impostas pelo Poder Público contidas em Decretos anteriores.

§4° As borracharias e os comércios do ramo de hotelaria poderão funcionar a qualquer horário todos os dias.

§5° As academias, às clínicas de saúde e os lava-jatos, poderão funcionar de Segunda a Sábado das 05h. às 20h.30min.

a) Fica condicionado ao funcionamento das academias o cumprimento de todas medidas impostas pelo Poder Público contidas em Decretos anteriores.

§6° As lojas agropecuárias, as oficinas mecânicas, as auto elétricas e as auto peças poderão funcionar de Segunda a Sábado das 07h. às 18h:30min;

a) as lojas agropecuárias poderão funcionar de forma excepcional fora dos horários preestabelecidos em casos de urgência e/ou emergência que coloquem em riso à vida ou a saúde de animais.

§7° Os laticínios poderão funcionar das 07h. às 18:30min. de Segunda a Sábado.

§8° Os laboratórios e as lojas de materiais de construções, poderão funcionar das 07h. às 18h.30min. de Segunda a Sexta, e das 07h. às 12h. no Sábado.

Art. 4° Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto n° 028 de 26 de junho de 2020:

I) Artigos: 2°, 3° e 5°.

Art.5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 31 de julho de 2020 podendo ser prorrogado.

Arenápolis/MT, 09 julho de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal de Arenápolis/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 084/2019

PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E COMPUTADOR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

Data: 07/07/2020

Valor Total: R$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).

GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.911.902/0001-30

NAD 3432/2020

PRÉ EMPENHO 3514/2020

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19 EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COOPERAÇÃO NEXA COVID-19 CONTA BANCÁRIA 32.318-7

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COOPERAÇÃO NEXA COVID-19
CONTA BANCÁRIA 32.318-7

DATA DE ASSINATURA: 13/04/2020
CONCEDENTE: MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA. CNPJ nº 03.686.720/0001-40
PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT CNPJ nº 03.507.498/0001-71

OBJETO DA COOPERAÇÃO: Consecução de ações pelas partes no combate a pandemia da COVID-19 a partir da transferência de recursos financeiros pela Mineração Dardanelos.

VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 668.571,18
VIGENCIA TERMO – 13/04/2020 a 30/09/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: PARCELA ÚNICA
VALOR REPASSADO: R$ 668.571,18
DATA DO REPASSE: Saldo remanescente de exercício financeiro anterior

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse		Valor da parcela	nº parcela
R$	668.571,18	Parcela única	1/1

Despesa realizada no periodo		
Categoria da despesa	**Especificações**	**Valor**
Oximetro de pulso	Casa Hospitalar Ibipora Eireli NF 3231	5.970,00
Oximetro de pulso	Casa Hospitalar Ibipora Eireli NF 3233	5.970,00
Condicionador Ar 18.000 BTUs	Potencia Com. Produtos Inf. Eireli NF 2499	2.390,00
Condicionador Ar 12.000 BTUs	Potencia Com. Produtos Inf. Eireli NF 2499	1.780,00
Oxigênio Medicinal	Oxigênio Dois Irmãos Ltda EPP NF 2442	20.400,00
Adiant. Viagem Trasnporte Material para exame	André Zelaya 10/06	1.500,00
Adiant. Viagem Trasnporte Material para exame	Edivaldo Onofre dos Santos 16/06	1.500,00
Adiant. Viagem Trasnporte Material para exame	André Zelaya 19/06	1.500,00
Bens Permanentes Diversos	Cirúrgica Gonçalves Ltda. Epp NF 003903	21.700,00
Compressor	RC Equipamentos Hosp. Ltda. ME NF 003283	10.500,00
Adiant. Viagem Trasnporte Material para exame	Sanderson Firmino	1.500,00
Total		**74.710,00**

Saldo	
Valor a ser restituído (*)	660,00
Saldo anterior	390.002,90
Rendimentos mensais	156,33
Rendimento liquido	-
Restituição do adiantamento de viagem	2.025,75
Total	**392.844,98**
(+) Receita	392.844,98
(-) Despesa	74.710,00
Devolução	-
Saldo em conta + aplicação	**318.134,98**

Obs. (*)Valor a ser restituído em razão da devolução de diárias nesta conta, sendo que deveria ter sido devolvida na conta 13.033-8

Aripuanã, 07 de julho de 2020.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

COMPRAS
QUARTO ADITIVO Nº. 085/2020

AO CONTRATO Nº 098/2018; *A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E/OU INSTALAÇÃO ELÉTRICA EM PRÉDIOS E DEPENDÊNCIAS PÚBLICA, E EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS NESTE MUNICÍPIO;* MARCELO SILVEIRA 86105060106; ADITIVO DE VALOR R$ 8.583,33.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.147/2020

"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADIR VIEIRA FERREIRA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar n° 005/2020**, com a finalidade de averiguar a conduta da servidora **Sandra Trombini Contadini,** ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR**,de acordo com o memorando nº 429/2020/SEMEC.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do primeiro.**

1. Líria Cristiane Domingos Alves – Mat. 160 - Presidente

2. Marcieli de Linhares – Mat. 2477– Secretária

2. Alessandra Andrade da Silva – Mat. 2513 - Membro

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de julho de 2.020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

I - PROCESSO: Inexigibilidade nº 002/2020 – Inexigibilidade de Chamamento Público para parceria com Organização da Sociedade Civil nº. 001/2020.

II - OBJETO: Formalização de termo de Colaboração com a Associação Indígena Marupá deste município de Aripuanã/MT, em regime de mutua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco voltadas para o atendimento das despesas correntes da entidade e as necessidades dos indígenas da Aldeia na localidade Laguinho.

III - PROPONENTE: Associação Indígena Marupá - CNPJ Nº. 09.657.551/0001-05.

IV - RAZÃO DA ESCOLHA DA ENTIDADE: As metas estabelecidas no plano de trabalho vão ao encontro dos interesses do município, especialmente porque, como se sabe, é dever do Município executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas, nos termos do 2º, inciso VII, da Lei n.º 6.001/73.

V - VALOR: R$ 34.997,00 (trinta e quatro mil e novecentos e noventa e sete reais).

VI - PERÍODO: 03 (três) meses.

VII - FUNDAMENTO LEGAL: art. 31, caput, da Lei nº 13.019/2014 e art. 10, inciso I, do Decreto n. 3.202/2017.

OBS: Na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da publicação, para eventual impugnação, que deverá ser endereçada ao Prefeito Municipal de Aripuanã e entregue na Prefeitura Municipal de Aripuanã (Praça São Francisco de Assis, n. 128, Centro, Aripuanã), no horário de 07h às 11h e 13h às 17h.

Aripuanã/MT, 09 de julho de 2020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 3.904/2020

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS, NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, EM RAZÃO DA CALAMIDADE PÚBLICA OCASIONADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADIR VIEIRA FERREIRA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Estado de Calamidade pública no Brasil, diante da Pandemia do coronavírus, reconhecido através do Decreto Legislativo 6/2020 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a situação de calamidade no Estado de Mato Grosso reconhecida pelo Decreto 424, de 25 de março de 2020 e prorrogada pelo Decreto 523, de 16 de junho de 2020;

CONSIDERANDO a Situação de Calamidade Pública do Município de Aripuanã reconhecida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso através da Resolução 6.762 de 14 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o regime de trabalho instituído aos servidores estaduais que implicam no comprometimento de emissão de certidões e outros documentos necessários a concessão de alvarás por parte do Município;

DECRETA:

Artigo1º. Ficam Prorrogados por 90 (noventa) dias os alvarás de funcionamento e localização dos estabelecimentos, as Licenças para construção, Licenças Ambientais e Sanitárias, que estejam vencidas ou cujos vencimentos ocorram durante o período de Situação de emergência em que se encontra o Município;

Parágrafo único O disposto no caput deste artigo apenas será aplicado para fins de mera prorrogação de prazo e o pagamento dos tributos e taxas devidos para os atos de renovação e/ou prorrogação serão cobrados posteriormente em data a ser definida, ou em seu ato de renovação, após o prazo descrito no caput deste artigo;

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias do mês de julho de 2020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 050/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 11.872/2020, **comunica que houve RETIFICAÇÃO DO EDITAL, no item 8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sendo incluído o item 8.5.2.,** do Pregão Presencial/SRP nº 050/2020, que tem como objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de locação de ambulância tipo B com motorista, técnico de enfermagem e enfermeiro, para o transporte de pacientes encaminhados de Aripuanã para tratamento fora do domicílio, e translados intermunicipal e estadual para óbitos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã/MT. ***A sessão foi designada para o dia 22/07/2020 às 08h00min (oito horas),*** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital retificado poderá ser adquirido no site: http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 09 de julho de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 084/2019

PARA AQUISIÇÃO DE NO BREAK, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

Data: 07/07/2020

Valor Total: R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.911.902/0001-30

NAD 3431/2020

PRÉ EMPENHO 3513/2020

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19 EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COOPERAÇÃO NEXA COVID-19 CONTA BANCÁRIA 32.855-3

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COOPERAÇÃO NEXA COVID-19
CONTA BANCÁRIA 32.855-3

DATA DE ASSINATURA: 25/03/2020
CONCEDENTE: MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA. CNPJ nº 03.686.720/0001-40
PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT CNPJ nº 00.880.427/0001-21

OBJETO DA COOPERAÇÃO: Consecução de ações pelas partes no combate a pandemia da COVID-19 a partir da transferência de recursos financeiros e materiais pela Mineração Dardanelos.

VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 500.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 25/03/2020 a 25/10/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: PARCELA ÚNICA
VALOR REPASSADO: R$ 500.000,00
DATA DO REPASSE: 02/04/2020

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse		Valor da parcela	Data do repasse	nº parcela
R$	500.000,00	Parcela única	02/04/2020	1/1

Despesa realizada no periodo		
Categoria da despesa	**Especificações**	**Valor**
Medicamentos	Rinaldi $ Cogo Ltrda. NF 018923	6.904,00
Medicamentos	Med Vitta Com. Prod. Hosp. Ltda. NF 11682	26.100,00
Medicamentos	Med Vitta Com. Prod. Hosp. Ltda. NF 11683	4.434,90
Medicamentos	Marcos R. A Bezerra NF 1608	1.650,00
Medicamentos	Dimaster Com. Prod. Hosp. Ltda. NF 220476	1.300,00
Medicamentos	Moca Com. Medicamentos Eireli NF 93605	1.536,00
Medicamentos	Moca Com. Medicamentos Eireli NF 93742	5.958,00
Filtros para compressor	RC Equip. Hosp. Ltda ME NF 003288	150,00
Aspirador	Cirúrgica Gonçalves Ltda. NF 3902	700,00
Umidificador Aquecido	C E Carvalho Comercial NF 1689	11.000,00
Máscaras	Ret Farma Dist. Med. Hosp. Ltda. NF 007837	24.000,00
Medicamentos	Green Farmaceutica Eireli Epp NF 13397	2.220,00
Medicamentos	Med Vitta Com. Prod. Hosp. Ltda. NF 012189	3.535,00
Total		**89.487,90**
Saldo		
Repasse Financeiro em		
Restos a Pagar Anulados		
Saldo anterior		144.191,66
Rendimentos mensais		46,52
Rendimento liquido		-
Restituição do adiantamento de viagem		
Total		**144.238,18**
(+) Receita		144.238,18
(-) Despesa		89.487,90

Aripuanã, 07 de julho de 2020

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

ERRATA DO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 021/2020.

ONDE SE LÊ: Vencedor (a): Item 02 e 06 – Empresa CIRURGICA COÇALVES LTDA – CNPJ. 15.371.628/0001-70.

LEIA-SE: Vencedor (a): Item 02, 06 e 09 – Empresa CIRURGICA COÇALVES LTDA – CNPJ. 15.371.628/0001-70.

ONDE SE LÊ: Vencedor (a): Item 06 – Empresa LEITE E RIBEIRO LTDA – CNPJ. 18.849.143/0001-38.

LEIA-SE: Item 08 – Empresa LEITE E RIBEIRO LTDA – CNPJ. 18.849.143/0001-38.

Barão de Melgaço - MT, 09 de julho de 2020.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA MELO

Pregoeiro Oficial

Portaria 036/2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços 021/2020, Processo 36/2020. Órgão Gerenciador: Município de Barão de Melgaço-MT. Vigência: 12 (Doze) meses. Objeto: Refere-se à REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vencedor (a): Item 01, 03 e 07 – Empresa C. E. CARVALHO COMERCIAL LTDA – CNPJ. 24.864.422/0001-73.

Vencedor (a): Item 02, 06 e 09 – Empresa CIRURGICA COÇALVES LTDA – CNPJ. 15.371.628/0001-70.

Vencedor (a): Item 04 – Empresa ERICA DE FATIMA GENTIL – CNPJ. 36.656.877/0001-82.

Vencedor (a): Item 05 – Empresa FRIOLAR COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRONICOS LTDA – CNPJ. 36.850.598/0001-55.

Vencedor (a): Item 08 – Empresa LEITE E RIBEIRO LTDA – CNPJ. 18.849.143/0001-38.

Barão de Melgaço - MT, 09 de julho de 2020.

ADRIANO DE SOUZA ARRUDA

Prefeito Municipall

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.424/2020

LEI MUNICIPAL Nº 2.424/2020

"Dispõe sobre à adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres – BARRA-PREVI em razão das alterações promovidas no sistema previdenciário pela Emenda Constitucional n.º 103/2019 e Altera a redação da Lei Municipal n. 1.554, de 04 de julho de 2005, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Bugres/MT e, dá outras providências"

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - **Fica referendado no âmbito da legislação previdenciária do Município de Barra do Bugres, as alterações promovidas no artigo 149 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.º 103/2019.**

Art. 2º - A Lei Municipal n. 1.554, de 04 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12 - *Os servidores abrangidos pelo regime do BARRA-PREVI serão aposentados:*

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido quando insuscetível de readaptação, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 14:

a) a incapacidade total e permanente será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do BARRA-PREVI e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao BARRA-PREVI já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

(...)

§ 4º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta deste Regime Próprio de Previdência Social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social, como previsto na nova redação do art. 40, § 6 º da Constituição Federal.

(...)

§ 8º O segurado aposentado por incapacidade permanente para o trabalho está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço público, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do BARRA-PREVI, a realizarem-se anualmente.

Art. 12-A. Os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional n. 41, de 31 de dezembro de 2.003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por incapacidade permanente para o trabalho, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não se aplicando os dispostos nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e nem o artigo 13 desta Lei Municipal.

§ 1º - Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no *caput* deste artigo o disposto no art. 88 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade ao caput deste artigo.

§ 2º - Os benefícios de aposentadoria incapacidade permanente para o trabalho concedidos a partir de 1º de janeiro de 2.004, cujos servidores se enquadrem no regramento estipulado no caput deste artigo, terão seus proventos revisados, considerando a remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, com efeitos financeiros a partir de 29 de março de 2012, data de promulgação da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Art. 28 - A pensão por morte será concedida ao dependente de segurado equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º - As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º - Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput*será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem

por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º - Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo.

§ 4º - O tempo de duração do benefício de pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos no artigo 32 desta Lei.

§ 5º - Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º - Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Art. 29. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

Parágrafo único - A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 30 - A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II -do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º - No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º - O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º - Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 5º - Ajuizada ação para reconhecimento da condição de dependente, poderá ser requerida a habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação.

§ 6º - Julgada improcedente a ação prevista no § 5º deste artigo, o valor retido será pago de forma proporcional aos demais dependentes, sem qualquer atualização, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.

§ 7º - Em qualquer hipótese, fica assegurada ao órgão concessor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.

Art. 31- *A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão inválido, cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a maioridade civil, desde que comprovada, pela perícia médica do BARRA-PREVI, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado*.

§ 1º - A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente superveniente à morte do segurado, não darão origem a direito a pensão. Qualquer

§ 2º - Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo BARRA-PREVI.

§ 3º - Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

§ 4º - Aos dependentes, filho ou irmão, que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente, deverão ser observadas as condições estabelecidas para o filho ou irmão inválidos disposto neste artigo.

Art. 32-*A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.*

§ 1º - O direito à percepção de cada cota individual cessará:

I - pela morte do pensionista;

II - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao atingir a maioridade civil, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente incapazes, assim declarados judicialmente;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave pelo afastamento da deficiência;

V - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 2º - Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambas do inciso V do § 1º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º - Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "c" do inciso V do § 1º, em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º - O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso V do § 1º.

§ 5º - Na hipótese de o servidor falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.

§ 6º - Havendo a extinção de parcela(s) de pensão, em razão da perda da qualidade de dependente nos termos desta Lei, não será realizado novo rateio da pensão em favor dos pensionistas remanescentes.

§ 7º - Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 34. *O abono anual será devido àquele que, durante o ano tiver RPPS. recebido proventos de aposentadoria e pensão por morte pagos pelo*

Art. 39-A. *O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.*

Art. 40. *Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.*

§ 1º - O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.

§ 2º - Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta Lei receberão do órgão instituidor (BARRA-PREVI), todo o provento integral da aposentadoria, independentemente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 44......

I - das contribuições mensais dos segurados ativos, definidas pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos;

II - REVOGADO;

III – das contribuições mensais dos segurados inativos e dos pensionistas, a razão de 14% (quatorze por cento), calculadas sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

IV - das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 16,87% (dezesseis inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 10,40% (dez inteiros e quarenta centésimos por cento) relativo ao custo normal e 6,47% (seis inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 3º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em ABRIL/2020.

Art. 4º - O rol de benefícios a ser concedido pelo BARRA-PREVI fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Parágrafo Único. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo órgão ou poder ao qual o servidor está vinculado, desde que tais benefícios estejam previstos no estatuto dos servidores públicos municipais.

Art. 5º - É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, no âmbito deste regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º - Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de outro Regime Próprio de Previdência Social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

III - de aposentadoria concedida no âmbito deste Regime Próprio de Previdência Social com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 2º. Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos e;

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.

§ 3º - A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º - As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta lei.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 14-A, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 33, o inciso II e os §§ 1º e 2º do art. 44, § 3º do art. 45; art. 50, inciso II do parágrafo único do art. 55, todos estes pertencentes a Lei Municipal n. 1.554, de 04 de julho de 2005, com as devidas atualizações.

Art. 7º - Fica o BARRA-PREVI autorizado celebrar acordo que vise à execução de programas de trabalho, atividades sistêmicas e operacionais de interesse recíproco da Administração Pública Municipal, em regime de mútua cooperação, devendo respeitar, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e das demais normas que regulem a situação específica objeto.

Parágrafo Único. As disposições contidas no *caput* dizem a operacionalização dos benefícios temporários do auxílio doença, salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, por meio de termo de cooperação técnica.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor:

I - no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei Municipal, quanto à alteração nos incisos I, III e IV do art. 44 da Lei Municipal n. 1.554, de 04 de julho de 2005;

II - nos demais casos, na data de sua publicação.

§ 1º - Fica mantido até a finalização do prazo de que trata inciso I deste artigo a exigência das alíquotas contribuição tanto patronal mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações quanto a descontada dos segurados com base nas alíquotas de contribuição estabelecidas na redação anterior da Lei Municipal n. 1.554, de 04 de julho de 2005.

§ 2º - Durante o período de estabelecido no inciso I o Município de Barra do Bugres deverá implementar as alterações necessárias para adequação legal e administrativa na concessão dos benefícios que versam sobre os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, em razão do disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2020	6,47%
2021	7,59%
2022	8,71%
2023	9,82%
2024	11,55%
2025	13,28%
2026	15,01%
2027	16,74%
2028	18,47%
2029	20,20%
2030	21,93%
2031	23,66%
2032	25,39%
2033	27,12%
2034	28,85%
2035	30,58%
2036	32,31%
2037	34,04%
2038	35,77%
2039	37,50%
2040	39,23%
2041	40,96%
2042	42,69%
2043	44,42%

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - CONVITE DE PREÇO Nº.:07/2020

O município de Barra do Bugres – MT, torna público, o Resultado do procedimento licitatório na modalidade de CONVITE DE PREÇO Nº.:07/2020, que tem objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LOCAÇÃO, HOSPEDAGEM, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DO WEB SITE/PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES E SERVIÇO DE CORREIO ELETRONICO E SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM. Licitante vencedor: MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI inscrita no CNPJ nº.: 14.728.004/0001-03 no valor total de R$ 45.600,00 (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais).Informações poderão ser obtido junto ao departamento de licitações, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 08:00 as 13:00min, site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, telefone (65)3361-3868.

Barra do Bugres/MT, 20 de maio de 2020

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

Comissão Permanente de Licitação

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.423/2020

LEI MUNICIPAL Nº 2.423/2020

Altera e renumera o Anexo I da Lei Municipal nº 2.188/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2015-2025 do Município de Barra do Bugres.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Considerando a necessidade de adequar o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Barra do Bugres, conforme determina o Art. 8º da Lei nº 13.0005/14.

Considerando *que o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Barra do Bugres, em algumas metas e estratégias, não estão em consonância com as diretrizes, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE).*

Art. 1º - Fica alterado e renumerado o Anexo I da Lei Municipal nº 2.188/2015 que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2015-2025, do Município de Barra do Bugres, conforme Notas Técnicas elaboradas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

ANEXO I

METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 01- Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, no mínimo, 60% das crianças de 0 a 3 anos até 2018 e 100% das crianças de 4 e 5 anos até o final da vigência deste PME de acordo com as especificidades constitucionais de cada grupo.

1.1 Realizar em regime de colaboração levantamento anual da demanda para crianças de 0 a 03 anos, criando banco de dados e publicizando-o para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.2 Garantir relação professor/criança infraestruturas e materiais didáticos adequados aos processos educativos considerando as características das distintas faixas etárias conforme os padrões do custo, aluno e qualidade;

1.3 Somente autorizar a construção e o funcionamento de instituições de educação infantil pública ou privada que atendam aos requisitos previamente definidos;

1.4 Assegurar que o município tenha definido suas políticas para a Educação Infantil, com base nas Diretrizes e sugestões de Referenciais Curriculares Nacionais nas normas complementares Estaduais e Municipais.

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

2.1 Realizar censo em parceria entre município e estado para identificar o número de alunos que estão fora da escola, criando mecanismo para o acompanhamento individualizado, distribuindo as matrículas de acordo com sua geografia;

2.2 Oferecer meios de transportes adequados e de qualidade para os alunos do campo, povo indígena e quilombolas;

2.3 Promover uma escola de qualidade para garantir a permanência dos alunos visando um ensino atrativo e inovador, buscando estabelecer uma relação Inter setorial das escolas com instituições e movimentos culturais, garantindo a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.4 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantido a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividade de caráter itinerante;

2.5 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e a família;

2.6 Buscar recursos para publicação de obras literárias e exposições de obras de artes dos alunos;

2.7 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes estimulando habilidades, mediante certames e concursos Nacionais, Estaduais e Municipais;

2.8 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

Meta 3 - Universalizar, para a população de 6 (seis) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

3.1 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007;

3.2 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada aos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

3.3 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

3.4 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos profissionais da educação básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

3.5 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistida, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

3.6 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos com deficiência auditiva de 06 (seis) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos artigos, 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos;

3.7 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

3.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

3.9 Fomentar estudos voltados para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistida, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

3.10 Promover o desenvolvimento de estudos interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas Inter setoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

Meta 4 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

4.1 Utilizar instrumentos de avaliação nacional específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como implantar instrumentos próprios de avaliação atendendo as modalidades das comunidades escolares. Estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

4.2 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

4.3 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelo povo indígena e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

4.4 Promover e estimular a formação inicial e contínua de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu;

4.5 Promover a alfabetização dos alunos com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue dos alunos surdos (LIBRAS) e cegos (BRAILE) sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Meta 5 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos alunos da educação básica até o término da vigência deste Plano.

5.1 Promover em regime de colaboração entre os entes federados, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

5.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral;

5.3 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de ciências, laboratórios de informática atualizados e profissionais da educação capacitados para a utilização dos mesmos, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

5.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

5.5 Adotar medidas para aperfeiçoar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

5.6 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 6 (seis) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

5.7 Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12. 101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

5.8 Realizar, anualmente, em regime de colaboração Inter setorial, o levantamento da demanda na Educação Infantil de 0 a 5 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento no município;

5.9 Afiançar ações complementares socioeducativas de apoio às famílias de crianças de 0 a 5 anos tais como palestras com equipe multifuncional sobre desenvolvimento infantil, cuidados familiares e oficinas pedagógicas, promovendo a interação pais / crianças/escola;

Meta 6 - Ampliar, até 2017, o atendimento escolar a população de 15 a 17 anos em até 85% e elevar até 2020 a taxa líquida de matrículas de 53,3% para 75,4% nessa faixa etária.

6.1 Implantar as Diretrizes Curriculares Estaduais, através da Assessoria Pedagógica, CEFAPROS, SEDUC/MT e Conselho Estadual de Educação, com vistas ao fortalecimento das práticas pedagógicas em prol do desenvolvimento de currículos escolares que organizem de forma flexibilizada e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;

6.2 Garantir formação de professores com base no currículo ampliado e articulado nas áreas de conhecimento, considerando a experimentação e iniciação científica, incluindo a formação intercultural para o campo, quilombolas e indígenas;

6.3 Ampliar o tempo e os espaços do trabalho pedagógico com os alunos por meio de redesenho curricular voltado para a formação básica necessária à vida e ao mundo do trabalho;

6.4 Fortalecer as parcerias com instituições acadêmicas, esportivas e culturais na oferta de oficinas pedagógicas em um currículo ampliado;

6.5 Fomentar junto ao ente federado responsável pelas escolas de Ensino Médio a aquisição de acervo bibliográfico, tecnologias e laboratórios que favoreçam a vivência de práticas curriculares;

6.6 Garantir padrão básico de qualidade, tendo em vista os estabelecidos pelo FNDE, para escolas de Ensino Médio no que se refere a rede física, manutenção e suporte para o ensino;

6.7 Fomentar programas e ações de Correção de Fluxo Escolar por meio do acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

6.8 Incentivar a participação dos jovens no exame nacional do ensino médio como critério de acesso a educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio;

6.9 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, quilombolas, indígenas e dos portadores de necessidades especiais;

6.10 Assegurar em regime de colaboração, a oferta do Ensino Médio em escolas do campo, quilombolas e indígenas com metodologias e estratégias adequadas à realidade das diferentes populações camponesas;

6.11 Assegurar a busca ativa da população de 15 a 17 anos que estão fora da escola em parceria com os serviços de assistência social, saúde e de proteção ao adolescente e a juventude;

6.12 Promover e assegurar uma articulação para chamada pública da matrícula e recenseamento de adolescentes, jovens e adultos através da atualização e aperfeiçoamento do censo educacional anual do município, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde;

6.13 Estabelecer ações de cooperação técnica, apoio e parcerias entre União, Estado, Município e organizações não governamentais, compartilhando responsabilidades para a universalização da oferta no ensino médio;

6.14 Acompanhar as políticas de combate à violência na escola e a construção de cultura da paz e fortalecimento das relações interpessoais na promoção de informação e ações voltadas para o desenvolvimento das aprendizagens, da cultura, lazer, esporte e diversão, tendo como base o artigo 71 ECA – Estatuto da Criança e Adolescente;

6.15 Articular com a SEDUC-MT, a promoção de programas de educação de jovens e adultos para a população urbana, campo, indígena e quilombolas com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano;

6.16 Mobilizar, em colaboração com MEC/SEDUC-MT, o acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudantes nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

6.17 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência da escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir em regime de colaboração, a presença do aluno e o apoio a aprendizagem;

6.18 Acompanhar junto ao Conselho do Transporte Escolar do Município o fluxo dos alunos da zona rural vindo para urbana, como também a qua-

lidade do transporte oferecido respeitando as normas do Código Brasileiro de Trânsito;

6.19 Discutir com a sociedade barrabugrense a necessidade da demanda para oferecimento de cursos técnicos profissionalizantes ofertados pelas instituições públicas;

6.20 Firmar parceria para implantar uma escola técnica estadual ou uma extensão do IFMT em nosso município para estimular a permanência do aluno no ensino médio.

6.21 Fortalecer financeiramente, técnica e estruturalmente as escolas indígenas, primando pelo aperfeiçoamento e o reconhecimento de uma educação diferenciada e de qualidade para os povos indígenas do Município;

6.22 Assegurar a autonomia das escolas indígenas, provendo-as de assessoria específica indígena no que se referem ao projeto pedagógico, quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo suas representações nas decisões relativas ao funcionamento da escola;

Meta 7 - Garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5,2	5,5	5,7	6,0
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4,7	5,0	5,2	5,5
ENSINO MÉDIO	4,3	4,7	5,0	5,2

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50%(cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e **80%** (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3 Formalizar e executar o plano de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação dos profissionais da educação, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.4 Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para cegos (BRAILE) e surdos (LIBRAS);

7.5 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o sexto ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios;

7.6 Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do Ideb, relativos ás escolas, ás redes públicas de Educação Básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos aluno, e a transparência e o acesso público ás informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.7 Acompanhar e divulgar o desenvolvimento das tecnologias educacionais para o ensino fundamental e o ensino médio, incentivando as práticas pedagógicas inovadoras para que estimulem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurando assim a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.8 Buscar parcerias até o quinto ano de vigência deste PME o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.9 Ampliar programas e promover ações de atendimento ao aluno em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.10 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, climatização do ambiente escolar, saneamento básico e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.11 Prover e manter equipamentos e recursos tecnológicos para a utilização pedagógica nas escolas públicas de educação básica, criando mecanismos para implementação das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.12 Desenvolver políticas de combate à violência na escola e promover ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual;

7.13 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.14 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil e organizada, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.15 Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.16 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.17 Fortalecer com a colaboração técnica e financeira da União em articulação com os sistemas estadual e nacional de avaliação da educação básica, com participação por adesão das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e sociedade;

7.18 Promover com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores, a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com as especificidades das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.19 Estabelecer parcerias com os Estados, os Municípios e a esfera Federal, programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar políticas de preservação da memória local, regional e nacional;

7.20 Promover a regulação pelos conselhos municipal e estadual de educação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

Meta 8 - Promover a oferta de educação superior para pelo menos 20% da população barrabugrense com ensino médio concluído na faixa etária de 18 a 24 anos fomentando parcerias com as Instituições de Ensino Superior.

8.1 Garantir a participação na decisão de ampliação e diversificação da oferta de vagas e cursos na educação superior pública;

8.2 Fomentar parcerias com as esferas federais, estaduais e municipais para criar, ampliar e/ou adequar os laboratórios, bibliotecas, museus e equipamentos nas universidades públicas e no pólo da UAB de acordo com a demanda atendida;

8.3 Assegurar estrutura física, pedagógica e formação dos profissionais necessárias à oferta de educação à distância no espaço da UAB;

8.4 Elaborar programas de parcerias entre o município e as IPES (Instituições Privadas de Ensino Superior) de ações afirmativas que incluam bolsas, para assegurar o acesso e a permanência dos estudantes no Ensino Superior;

8.5 Fomentar e aprimorar o desenvolvimento e/ou uso de ambientes virtuais de aprendizagem;

8.6 Garantir parceria entre Município, Estado e União para a construção e/ou reforma física da Faculdade Indígena Intercultural.

Meta 9 - Garantir valorização dos profissionais da Educação da rede Pública Municipal de educação Básica de forma a equiparar com os demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do terceiro ano de vigência deste PME.

9.1 Assegurar e ampliar, com qualidade, os programas de formação continuada para 100% dos profissionais da educação (professores e funcionários) a partir do primeiro ano de vigência deste plano em parceria com o estado e as instituições de ensino superior;

9.2 Promover e garantir a abertura de concurso público de acordo com as vagas existentes, e atendendo as normas do plano de cargos e carreira, para os profissionais da educação, dentro da sua habilitação e qualificação profissional, até o término do primeiro ano de vigência deste plano;

9.3 Cumprir o plano de Cargo e Carreiras já existentes para os profissionais da educação durante a vigência deste PME, de modo a equiparar com os demais profissionais com escolaridade equivalente e fixar o reajuste que o MEC anuncia anualmente e um piso salarial profissional, melhorando os níveis de remuneração;

9.4 Garantir cursos profissionalizantes específico na área de atuação, de nível médio, superior e formação continuada, destinados à formação de todos os profissionais da educação a partir da vigência deste Plano;

9.5 Garantir, a partir do 1º ano de vigência do plano, a formação de todos os profissionais da educação para trabalhar com a informática educacional / inclusão digital, num prazo de 3 anos;

9.6 Garantir licença remunerada para qualificação em nível de pós-graduação (strictu sensu) em áreas correlatas, sendo que ao final da qualificação o certificado seja aceito pelo município para elevação de classe;

9.7 Promover o Sistema Único de Ensino para garantir a equidade, a melhoria das condições de trabalho e remuneração dos profissionais da educação, indispensáveis à qualidade de ensino;

9.8 Proporcionar e garantir, a partir da vigência deste plano, condições físicas e estruturais adequadas para o bom desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, de acordo com os níveis e modalidades ofertados;

9.9 Proporcionar o bem-estar aos profissionais da educação através da melhoria das condições de trabalho, com garantia da valorização do poder de compra do piso salarial;

9.10 Garantir incentivo financeiro para aqueles que trabalham em local de difícil acesso (zona rural);

9.11 Proporcionar acervo bibliográfico adequado para as bibliotecas escolares;

9.12 Garantir o atendimento da perícia médica no município;

9.13 Consolidar e aperfeiçoar o sistema de avaliação institucional, assegurando a participação efetiva da sociedade organizada, garantindo salário, condições de saúde e de trabalho digno para os profissionais da educação;

9.14 Preservar a integridade física, psíquica e moral dos profissionais da educação em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncias sem provas, punições sem justa causa, a fim de que este profissional receba o respeito social que sua função é merecedora;

9.15 Destinar 100% dos 75% dos recursos garantidos pela Lei Federal de nº 12.858/2013 de acordo com o art. 2, §3º em consonância com a Lei Municipal de nº 2.091/2013 no art.1º e seu parágrafo único, para custear as despesas provenientes da Valorização dos profissionais da educação, manutenção, desenvolvimento do ensino, da educação básica pública em tempo integral, especificamente as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública;

Meta 10 - Assegurar o investimento do percentual previsto na legislação vigente, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº9394, de 20/12/1996.

10.1 Conceber e desenvolver políticas de ampliação da oferta da Educação Básica, visando à superação das desigualdades regionais, a promoção da equidade social e o das iniciativas inovadoras no tocante às formas de cooperação entre as esferas públicas;

10.2 Desenvolver um programa de Gestão da Educação Pública, orientada pelos princípios de democratização e cooperação, de modo a assegurar a participação dos diferentes segmentos das instituições educacionais no desenvolvimento de suas políticas, observando-se os seguintes critérios;

a) Programa de transporte escolar com critérios comuns, aplicando as normas de segurança, adequados e de qualidade para os alunos, incluindo as adequações para os alunos com necessidades especiais.

b) Cooperação entre Estado e Município definida por instrumentos legais, como convênios que explicitem claramente os objetivos comuns no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática;

10.3 Criar e implantar o sistema de avaliação institucional, assegurando a participação efetiva da comunidade escolar, órgão representante da educação no município e da categoria dos profissionais e estudantil, composta de forma paritária, a partir da aprovação deste Plano;

10.4 Definir indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitem a avaliação do Plano Municipal de Educação, que deverá acontecer a cada dois anos;

10.5 Assegurar, aos profissionais da educação que prestam serviço nas unidades centrais (secretarias de educação), como mediadores da política de gestão escolar, as condições necessárias à sua atualização profissional e implementação dos processos participativos e democráticos, em seu local de trabalho;

10.6 Assegurar a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas, garantindo o repasse direto de recursos para despesas de manutenção e para o cumprimento de sua proposta didático-pedagógica;

10.7 Apoiar, técnica e financeiramente, as escolas na elaboração e execução de suas propostas, na definição do papel de cada instrumento de planejamento e organização de atividades, tais como planos, projetos, estatutos, cronogramas de metas e outros, em suas dimensões pedagógica, administrativa, jurídica e contábil-financeira;

10.8 Desenvolver um padrão de gestão que priorize a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade;

10.9 Desenvolver políticas de criação e fortalecimento dos conselhos escolares, conselho municipal de educação, como também de incentivo à formação de lideranças, por meio de cursos e outras modalidades culturais, em parceria com universidades ou centros de estudos e de formação política, garantidos pelo poder público, a partir da aprovação deste Plano;

10.10 Garantir e Cumprir, a partir da aprovação deste Plano, que as metas do plano municipal de educação estejam vinculadas ao orçamento anual, contemplando recursos oriundos das parcerias: União, Estado e município;

10.11 Assegurar e promover a capacitação em gestão pública aos gestores escolhidos pela comunidade escolar;

10.12 Assegurar que os projetos apresentados pelas escolas, aprovados pela comunidade escolar, que atendam os princípios legais e em consonância com o (Projeto Político Pedagógico-PPP), sejam efetivamente atendidos pelas entidades mantenedoras, a partir da aprovação deste Plano;

10.13 Garantir a aplicabilidade integral dos recursos financeiros destinados à Educação, excluindo os recursos para pagamento de imposto de renda, receitas da arrecadação previdenciária dos servidores da Educação;

10.14 Garantir merenda escolar, independente da modalidade de ensino, por meio de complementação de forma a assegurar a sua qualidade;

10.15 Mapear e divulgar o custo aluno/desempenho de cada unidade escolar do município;

10.16 Realizar a avaliação permanente dos serviços prestados pelo poder público, definido no plano educacional do município;

10.17 Garantir o regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, de acordo com a capacidade financeira de cada ente federado;

10.18 Reformar, ampliar e adequar, a partir da aprovação deste Plano, escolas, tendo como parâmetro o padrão mínimo de funcionamento, adequado à modalidade de ensino, compatíveis com a dimensão do estabelecimento e condições locais:

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.425/2020

LEI MUNICIPAL Nº 2.425/2020

Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, e dá outras providencias;

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 2.402/2019, no valor de R$ 501.366,46 (Quinhentos e um mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos), **com base ao art. 5., I, da Lei Complementar 173/2020** a ser utilizado no custeio de ações e serviços públicos de Saúde e Assistência Social, necessários para o enfrentamento do Corona Vírus – COVID-19, a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	09	Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde.
Função	10	Saúde.
Sub-Função	122	Administração Geral
Programa	3060	COVID 19
Atividade	2.167	Enfrentamento da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), LC 173, Art. 5. I
Descrição	Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o seu enfrentamento.	
Produto	Ação Realizada.	
Especificação do Produto	Realização da ação coordenada de enfrentamento do corona vírus no âmbito do Município.	
Beneficiário / Público Alvo	Sociedade Brasileira / População.	

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
31.90.04.00.00.00	**Contratação por Tempo Determinado**	**1.26.076000**	**401.093,40**
31.90.11.00.00.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**		
33.90.30.00.00.00	Material de Consumo		
33.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita		
33.90.36.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física		
33.90.39.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica		

44.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		

ÓRGÃO	10	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade	002	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub-Função	244	Assistência Comunitária
Programa	3060	COVID 19
Atividade	2.168	Enfrentamento da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) LC 173, Art. 5. I
Descrição	Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o seu enfrentamento.	
Produto	Ação Realizada.	
Especificação do Produto	Realização da ação coordenada de enfrentamento do corona vírus no âmbito do Município.	
Beneficiário / Público Alvo	Sociedade Brasileira / População.	

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
31.90.04.00.00.00	**Contratação por Tempo Determinado**	**1.27.076000**	**100.273,36**
31.90.11.00.00.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**		
33.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita		
33.90.30.00.00.00	Material de Consumo		
33.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita		
33.90.36.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física		
33.90.39.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica		
44.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		

Art. 2º - Fica autorizado a abertura de crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.184/2019, no valor de R$ 9.147.126,68 (Nove milhões, cento e uarenta e sete mil, centos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), **com base ao art. 5., II, da Lei Complementar 173/2020** a ser utilizado no reforço das Ações das Dotações Orçamentárias já existentes no Orçamento Municipal, vinculados conforme Fonte de recursos, em virtude da Mitigação dos efeitos Financeiros Causados pelo COVID-19:

ORGÃO	FONTE	VALOR
Secretaria Mun. de Educação e Cultura Desporto e Lazer	**1.01.077000**	**9.147.126,68**
Secretaria Mun. de Saúde	**1.02.077000**	
Gabinete do Prefeito	**1.00.077000**	
Secretaria Mun. de Administração		
Secretaria Mun. de Finanças		
Secretaria Mun. de Assistência Social		
Secretaria Mun. de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável		
Secretaria Mun. de Desenvolvimento Econômico e Turismo		
Secretaria Mun. de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
Secretaria Mun. De Planejamento, Orçamento e Controle		

Art. 3º - Para amparar os créditos abertos nos artigos anteriores, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes do Excesso de Arrecadação das transferências realizadas pela Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, art. 5º, I e II.

Art. 4º - Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2.401/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 - LDO, e na Lei Municipal nº. 2.305/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 08 dias do mês de julho do ano de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO - CARTA CONVITE 06/2020

Venho por meio deste, no uso de minhas atribuições, informar as empresas convidadas, que esta cancelado o processo licitatório 06/2020 na modalidade carta convite. Os motivos do cancelamento encontra se devidamente justificados nos autos.

Desde já, agradeço.

Barra do Bugres/MT, 14 de maio de 2020

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - 028/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 019/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2020

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 1189901-8 SSP/MT e CPF 842.922.881-00, com endereço na Rua José Ribeiro esquina com a Rua Brasil, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME**, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se o presente Contrato no disposto do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ronaldo Rosa de Oliveira e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e, em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 019/2020 e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas da Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada uma partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS CONTRATADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: HIPERMERCADO GLOBO CNPJ: 03.266.383/0001-32	
CEP: 78.678-000	**CIDADE/UF: Bom Jesus do Araguaia-MT**
TELEFONE: (66) 3538-1252	**E-MAIL: veralucia_globo@hotmail.com**
REPRESENTANTE LEGAL: Vera Lucia Batista Vieira	
RG: 6844174	**CPF: 562.789.421-00**
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS	

Item	209 Código	VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME CNPJ: 03.266.383/0001-32 AV PRINCIPAL, 00 - CNETRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	018.001.016	2000ML REFRIGERANTE DE BOA QUALIDADE (SABORES GUARANA LARANJA LIMAO LARANJA E COLA)	FR	2300	3,74	8.602,00
2	040.001.001	ABACAXI	UN	3200	7,48	23.936,00
3	003.006.148	ABOBORA KABOTIA	KG	1100	3,75	4.125,00
4	036.001.001	ABOBRINHA VERDE	KG	720	4,44	3.196,80
5	037.001.001	ACAFRAO PCT 500G	UN	144	10,01	1.441,44
6	003.006.122	ACHOCOLATADO EM PO 800GR - TODDY OU QUALIDADE SEMELHANTE	UN	1120	14,44	16.172,80
7	003.006.083	ACHOCOLATADO EM PO PCT C/400G	PACT	1680	7,00	11.760,00
8	003.006.069	AÇUCAR PCT 2 KG	PACT	2700	5,00	13.500,00
9	043.001.001	AGUA MINERAL GARRAFA 500 ML	UN	7000	1,51	10.570,00
10	044.001.002	AGUA MINERAL GARRAFAO DE 20 LITROS	UN	300	12,01	3.603,00

11	003.006.023	ALHO	KG	700	32,04	22.428,00
12	045.001.001	AMENDOIM PCT 500GR	UN	70	15,50	1.085,00
13	003.006.024	AMIDO DE MILHO CX 500GR	UN	360	14,00	5.040,00
14	003.006.123	ARROZ TIPO 1 PCT 5 KG	UN	4200	17,00	71.400,00
15	047.001.001	AZEITONA VIDRO 800G	UN	240	8,99	2.157,60
16	003.006.149	BALA MACIA DE FRUTAS 750 GR	UN	560	7,51	4.205,60
17	001.001.064	BALAO LISO Nº7 EM LATEX PACOTE C/50UN CORES A ESCOLHER	PACT	360	10,01	3.603,60
18	003.006.102	BANANA MAÇÃ	KG	2100	6,00	12.600,00
19	003.006.027	BANANA NANICA	KG	3100	4,97	15.407,00
20	003.006.028	BATATA INGLESA	KG	1100	4,97	5.467,00
21	003.006.029	BETERRABA	KG	600	3,98	2.388,00
22	003.006.150	BISCOITO AGUA E SAL 800 GR	UN	4500	10,01	45.045,00
23	003.001.023	BISCOITO DE AGUA E SAL SEM LACTOSE E SEM GLUTEN	PACT	700	4,75	3.325,00
25	003.006.151	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA 800 GR	UN	4400	10,00	44.000,00
26	003.010.001	BOMBOM CHOCOLATE BRANCO OU PRETO PCT 1KG	PACT	360	38,01	13.683,60
27	003.006.079	CAFE TORRADO E MOIDO POTE DE 500GR	POTES	1600	11,58	18.528,00
28	003.006.126	CALDO DE CARNE	UN	360	24,18	8.704,80
29	003.006.153	CANELA DE CAULE OU EM PÓ 250 GR	UN	360	24,91	8.967,60
31	003.006.030	CARNE BOVINA EM PEDAÇO	KG	3800	23,91	90.858,00
32	003.006.031	CARNE BOVINA MOIDA	KG	6800	23,91	162.588,00
34	003.006.152	CARNE SUINA TIPO BACON	KG	900	27,97	25.173,00
35	003.006.033	CEBOLA	KG	1000	6,98	6.980,00
36	003.006.129	CENOURA	KG	1700	3,88	6.596,00
37	003.006.119	CHOCOLATE GRANULADO PCT 500GR	UN	320	8,48	2.713,60
38	003.006.072	CHUCHU	KG	560	4,08	2.284,80
39	003.006.035	COCO RALADO	KG	96	4,60	441,60
40	003.006.130	COLORAU 500GR	UN	120	10,35	1.242,00
41	003.006.082	CREME DE LEITE CX 200 G	UN	560	3,35	1.876,00
42	003.004.009	ERVILHA LATA/ VIDRO DE 300G	UN	220	3,99	877,80
43	003.006.131	EXTRATO DE TOMATE 190GR	UN	1160	2,95	3.422,00

44	003.006.132	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO 850GR	UN	280	7,85	2.198,00
45	003.006.104	FARINHA DE MANDIOCA	KG	1240	8,68	10.763,20
46	003.006.154	FARINHA DE MILHO AMARELA 500 GR	UN	240	3,85	924,00
47	003.006.007	FARINHA DE TRIGO 1KG	PACT	1240	4,35	5.394,00
48	003.006.133	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 PCT 1KG	UN	2500	8,48	21.200,00
49	003.006.011	FERMENTO GRANULADO 125GR INST.	UN	2080	6,41	13.332,80
50	003.006.155	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 100 GR	UN	880	3,61	3.176,80
51	003.006.135	FRANGO DE GRANJA INTEIRO	KG	3400	8,67	29.478,00
52	003.006.156	FRANGO SEMI- PROCESSADO, PEITO	KG	700	16,35	11.445,00
53	003.006.042	FUBA DE MILHO PCT 500G	UN	1200	1,51	1.812,00
54	003.012.002	GENGIBRE	KG	120	15,34	1.840,80
55	003.006.044	IOGURTE BANDEJA C/6 UIND	KG	3060	4,18	12.790,80
56	003.001.021	IOGURTE ZERO LACTOSE	LT	600	17,18	10.308,00
57	003.004.014	LARANJA	KG	2900	2,94	8.526,00
58	003.001.007	LEITE CONDENSADO CX DE 395 G	UN	600	5,51	3.306,00
59	003.001.008	LEITE DE COCO 200ML	UN	340	3,50	1.190,00
60	003.001.015	LEITE EM PO INTEGRAL PCT DE 400G	UN	2200	12,18	26.796,00
61	003.006.157	LEITE INTEGRAL 1 LT	LT	6400	5,42	34.688,00
62	003.001.022	LEITE ZERO LACTOSE	LT	540	6,31	3.407,40
63	003.003.001	LINGUIÇA CALABRESA	KG	1080	18,85	20.358,00
64	003.006.180	LINGUIÇA DE FRANGO	KG	660	15,94	10.520,40
65	003.006.047	LINGUICA SUINA	KG	1160	15,01	17.411,60
66	003.004.018	MACA - VERMELHA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA	KG	4800	8,02	38.496,00
67	003.006.158	MACARRÃO SEMOLA 500 GR	UN	3200	3,01	9.632,00
68	003.001.010	MAIONESE VIDRO DE 500G	UN	240	7,66	1.838,40
69	003.006.050	MAMAO	KG	3160	4,63	14.630,80
70	003.006.103	MANDIOCA	KG	2160	8,69	18.770,40
71	003.006.137	MARGARINA VEGETAL DE CONSISTENCIA CREMOSA	UN	560	12,02	6.731,20
72	003.004.010	MELANCIA	KG	4160	2,18	9.068,80
73	003.006.159	MILHO DE CANJICA AMARELA 500 GR	UN	1280	2,09	2.675,20

74	003.006.067	MILHO DE PIPOCA 500G	UN	1300	2,41	3.133,00
75	003.006.054	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 3KG	UN	380	18,24	6.931,20
76	003.006.186	MOLHO DE TOMATE 1KG - PRODUTO PREPARADO COM FRUTAS MADURAS E SAS	UN	280	9,58	2.682,40
77	003.004.002	MORANGO (BANDEJA)	UN	60	8,01	480,60
79	003.006.055	OLEO DE SOJA 900ML	UN	3200	5,35	17.120,00
80	003.010.003	OVO DE PASCOA N 15 - 160G	UN	3400	0,90	3.060,00
81	003.001.016	OVOS VERMELHOS	DZ	2200	7,68	16.896,00
82	003.004.003	PALMITO VIDRO C/ 540G	UN	220	15,50	3.410,00
83	003.006.056	PEITO DE FRANGO	KG	3800	17,96	68.248,00
84	003.004.004	PERA	KG	240	15,18	3.643,20
85	003.006.061	PESCADO EM CONSERVA - TIPO SARDINHA - 250G	UN	280	7,94	2.223,20
86	003.006.160	PIRULITO 750 GR	PACT	300	12,18	3.654,00
87	003.016.001	PIRULITO PCT 1 KG	PACT	600	12,18	7.308,00
88	003.006.008	POLVILHO DOCE 1KG	PACT	480	5,01	2.404,80
89	003.003.004	PRESUNTO	KG	5800	25,36	147.088,00
91	003.005.005	REFRIGERANTE GARRAFAS 2LTS (GUARANA E LARANJA)	UN	1200	7,18	8.616,00
92	003.006.164	REPOLHO VERDE	KG	1400	4,68	6.552,00
93	003.006.165	SAL REFINADO 1 KG	KG	500	1,58	790,00
94	003.006.060	SALSICHA	KG	840	9,41	7.904,40
95	003.006.084	SUCO CONCENT/FRUTAS 500ML DIVERSOS SABORES	GF	2080	5,35	11.128,00
96	003.023.002	SUCO CONCENTRADO 500ML - SABORES DIVERSOS	UN	1580	5,34	8.437,20
97	003.006.141	SUCO DE CAIXINHA 1LT - SABORES DIVERSOS	UN	420	6,08	2.553,60
98	003.006.161	SUCO EM PÓ 1 KG	UN	5200	9,18	47.736,00
99	003.006.162	SUCO EM PÓ 250 GR	UN	5200	2,31	12.012,00
101	003.006.064	TOMATE	KG	1200	7,17	8.604,00
102	003.006.166	UVA PASSAS 400 GR	PACT	90	7,61	684,90
103	003.006.065	VAGEM	KG	320	13,02	4.166,40
104	003.006.066	VINAGRE VIDRO C/750 ML	UN	140	4,81	673,40
105	003.006.081	TEMPERO COMPLETO TIPO ARISCO SEM PIMENTA 1KG	UN	340	12,19	4.144,60
106	003.006.191	PIMENTA DE CHEIRO	KG	140	3,01	421,40

107	003.006.192	MOSTARDA 3,5KG - UNIFORME, FRESCA,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA	UN	28	28,18	789,04
108	003.006.193	KETCHUP 3,5KG - COMPOSTO A BASE DE POLPA E SUCO DE TOMATE, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS	UN	28	13,85	387,80
109	003.006.194	ATUM ENLATADO 170G	UN	140	7,61	1.065,40
110	003.003.007	MORTADELA 3,5KG - TIPO DEFUMADA, PRODUTO COZIDO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS	UN	110	15,29	1.681,90
111	003.004.025	MEXERICA	KG	2700	4,17	11.259,00
113	008.014.092	CONDICIONADOR DE CABELO INFANTIL 500ML	UN	200	10,35	2.070,00
114	003.013.001	CRAVO PACOTE COM 100G	UN	1000	9,99	9.990,00
115	003.004.024	POLPA DE FRUTA PARA SUCO (DIVERSOS SABORES)	UN	5000	3,40	17.000,00
117	008.014.091	SHAMPOO INFANTIL 500ML	UN	200	11,01	2.202,00
118	003.004.006	UVA	KG	200	15,18	3.036,00
119	003.004.007	UVAS PASSAS 400G	PACT	50	7,61	380,50
		Total do Proponente				1.505.273,18

VALOR TOTAL: Ficando negociado o valor total de R$ 1.505.273,18 (um milhão, quinhentos e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2020/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão:	Secretaria de Administração	0203
Ficha: Unidade:	Departamento de Administração e Planejamento	**066** 020302
Elemento Desp.:	Material de Consumo	3.3.90.30.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Órgão:	Secretaria de Educação	0205
Ficha: Unidade:	Fundo Municipal de Educação	**134** 020503
Elemento Desp:	Material de Consumo	3.3.90.30.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão:	Secretaria de Saúde	0206
Ficha: Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	**167** 020602
Elemento Desp:	Material de Consumo	3.3.90.30.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Órgão:	Secretaria de Obras	0210
Ficha: Unidade:	Departamento de Obras	**279** 021002
Elemento Desp:	Material de Consumo	3.3.90.30.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame, sob pena de responsabilização. O prazo de entrega inicia-se com a formalização da solicitação pela secretária interessada.

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 019/2020, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 019/2020 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, em 09 de Julho de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

_____

VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME

PREFEITURA
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 019/2020

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2020

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº 019/2020, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT.**

Obteve os seguintes resultados as empresas:

VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME – CNPJ – 03.266.383/0001-32 sagrou-se vencedora dos itens:

Item	209 Código	VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME CNPJ: 03.266.383/0001-32 AV PRINCIPAL, 00 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	018.001.016	2000ML REFRIGERANTE DE BOA QUALIDADE (SABORES GUARANA LARANJA LIMAO LARANJA E COLA)	FR	2300	3,74	8.602,00
2	040.001.001	ABACAXI	UN	3200	7,48	23.936,00
3	003.006.148	ABOBORA KABOTIA	KG	1100	3,75	4.125,00
4	036.001.001	ABOBRINHA VERDE	KG	720	4,44	3.196,80
5	037.001.001	ACAFRAO PCT 500G	UN	144	10,01	1.441,44
6	003.006.122	ACHOCOLATADO EM PO 800GR - TODDY OU QUALIDADE SEMELHANTE	UN	1120	14,44	16.172,80
7	003.006.083	ACHOCOLATADO EM PO PCT C/400G	PACT	1680	7,00	11.760,00
8	003.006.069	AÇUCAR PCT 2 KG	PACT	2700	5,00	13.500,00
9	043.001.001	AGUA MINERAL GARRAFA 500 ML	UN	7000	1,51	10.570,00
10	044.001.002	AGUA MINERAL GARRAFAO DE 20 LITROS	UN	300	12,01	3.603,00
11	003.006.023	ALHO	KG	700	32,04	22.428,00
12	045.001.001	AMENDOIM PCT 500GR	UN	70	15,50	1.085,00
13	003.006.024	AMIDO DE MILHO CX 500GR	UN	360	14,00	5.040,00
14	003.006.123	ARROZ TIPO 1 PCT 5 KG	UN	4200	17,00	71.400,00
15	047.001.001	AZEITONA VIDRO 800G	UN	240	8,99	2.157,60
16	003.006.149	BALA MACIA DE FRUTAS 750 GR	UN	560	7,51	4.205,60
17	001.001.064	BALAO LISO Nº7 EM LATEX PACOTE C/50UN CORES A ESCOLHER	PACT	360	10,01	3.603,60
18	003.006.102	BANANA MAÇÃ	KG	2100	6,00	12.600,00
19	003.006.027	BANANA NANICA	KG	3100	4,97	15.407,00
20	003.006.028	BATATA INGLESA	KG	1100	4,97	5.467,00
21	003.006.029	BETERRABA	KG	600	3,98	2.388,00

22	003.006.150	BISCOITO AGUA E SAL 800 GR	UN	4500	10,01	45.045,00
23	003.001.023	BISCOITO DE AGUA E SAL SEM LACTOSE E SEM GLUTEN	PACT	700	4,75	3.325,00
25	003.006.151	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA 800 GR	UN	4400	10,00	44.000,00
26	003.010.001	BOMBOM CHOCOLATE BRANCO OU PRETO PCT 1KG	PACT	360	38,01	13.683,60
27	003.006.079	CAFE TORRADO E MOIDO POTE DE 500GR	POTES	1600	11,58	18.528,00
28	003.006.126	CALDO DE CARNE	UN	360	24,18	8.704,80
29	003.006.153	CANELA DE CAULE OU EM PÓ 250 GR	UN	360	24,91	8.967,60
31	003.006.030	CARNE BOVINA EM PEDAÇO	KG	3800	23,91	90.858,00
32	003.006.031	CARNE BOVINA MOIDA	KG	6800	23,91	162.588,00
34	003.006.152	CARNE SUINA TIPO BACON	KG	900	27,97	25.173,00
35	003.006.033	CEBOLA	KG	1000	6,98	6.980,00
36	003.006.129	CENOURA	KG	1700	3,88	6.596,00
37	003.006.119	CHOCOLATE GRANULADO PCT 500GR	UN	320	8,48	2.713,60
38	003.006.072	CHUCHU	KG	560	4,08	2.284,80
39	003.006.035	COCO RALADO	KG	96	4,60	441,60
40	003.006.130	COLORAU 500GR	UN	120	10,35	1.242,00
41	003.006.082	CREME DE LEITE CX 200 G	UN	560	3,35	1.876,00
42	003.004.009	ERVILHA LATA/ VIDRO DE 300G	UN	220	3,99	877,80
43	003.006.131	EXTRATO DE TOMATE 190GR	UN	1160	2,95	3.422,00
44	003.006.132	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO 850GR	UN	280	7,85	2.198,00
45	003.006.104	FARINHA DE MANDIOCA	KG	1240	8,68	10.763,20
46	003.006.154	FARINHA DE MILHO AMARELA 500 GR	UN	240	3,85	924,00
47	003.006.007	FARINHA DE TRIGO 1KG	PACT	1240	4,35	5.394,00
48	003.006.133	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 PCT 1KG	UN	2500	8,48	21.200,00
49	003.006.011	FERMENTO GRANULADO 125GR INST.	UN	2080	6,41	13.332,80
50	003.006.155	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 100 GR	UN	880	3,61	3.176,80
51	003.006.135	FRANGO DE GRANJA INTEIRO	KG	3400	8,67	29.478,00
52	003.006.156	FRANGO SEMI- PROCESSADO, PEITO	KG	700	16,35	11.445,00
53	003.006.042	FUBA DE MILHO PCT 500G	UN	1200	1,51	1.812,00
54	003.012.002	GENGIBRE	KG	120	15,34	1.840,80

55	003.006.044	IOGURTE BANDEJA C/6 UIND	KG	3060	4,18	12.790,80
56	003.001.021	IOGURTE ZERO LACTOSE	LT	600	17,18	10.308,00
57	003.004.014	LARANJA	KG	2900	2,94	8.526,00
58	003.001.007	LEITE CONDENSADO CX DE 395 G	UN	600	5,51	3.306,00
59	003.001.008	LEITE DE COCO 200ML	UN	340	3,50	1.190,00
60	003.001.015	LEITE EM PO INTEGRAL PCT DE 400G	UN	2200	12,18	26.796,00
61	003.006.157	LEITE INTEGRAL 1 LT	LT	6400	5,42	34.688,00
62	003.001.022	LEITE ZERO LACTOSE	LT	540	6,31	3.407,40
63	003.003.001	LINGUIÇA CALABRESA	KG	1080	18,85	20.358,00
64	003.006.180	LINGUIÇA DE FRANGO	KG	660	15,94	10.520,40
65	003.006.047	LINGUICA SUINA	KG	1160	15,01	17.411,60
66	003.004.018	MACA - VERMELHA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CON-FORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA	KG	4800	8,02	38.496,00
67	003.006.158	MACARRÃO SEMOLA 500 GR	UN	3200	3,01	9.632,00
68	003.001.010	MAIONESE VIDRO DE 500G	UN	240	7,66	1.838,40
69	003.006.050	MAMAO	KG	3160	4,63	14.630,80
70	003.006.103	MANDIOCA	KG	2160	8,69	18.770,40
71	003.006.137	MARGARINA VEGETAL DE CONSISTENCIA CREMOSA	UN	560	12,02	6.731,20
72	003.004.010	MELANCIA	KG	4160	2,18	9.068,80
73	003.006.159	MILHO DE CANJICA AMARELA 500 GR	UN	1280	2,09	2.675,20
74	003.006.067	MILHO DE PIPOCA 500G	UN	1300	2,41	3.133,00
75	003.006.054	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 3KG	UN	380	18,24	6.931,20
76	003.006.186	MOLHO DE TOMATE 1KG - PRODUTO PREPARADO COM FRUTAS MADURAS E SAS	UN	280	9,58	2.682,40
77	003.004.002	MORANGO (BANDEJA)	UN	60	8,01	480,60
79	003.006.055	OLEO DE SOJA 900ML	UN	3200	5,35	17.120,00
80	003.010.003	OVO DE PASCOA N 15 - 160G	UN	3400	0,90	3.060,00
81	003.001.016	OVOS VERMELHOS	DZ	2200	7,68	16.896,00
82	003.004.003	PALMITO VIDRO C/ 540G	UN	220	15,50	3.410,00
83	003.006.056	PEITO DE FRANGO	KG	3800	17,96	68.248,00
84	003.004.004	PERA	KG	240	15,18	3.643,20
85	003.006.061	PESCADO EM CONSERVA - TIPO SARDINHA - 250G	UN	280	7,94	2.223,20

86	003.006.160	PIRULITO 750 GR	PACT	300	12,18	3.654,00
87	003.016.001	PIRULITO PCT 1 KG	PACT	600	12,18	7.308,00
88	003.006.008	POLVILHO DOCE 1KG	PACT	480	5,01	2.404,80
89	003.003.004	PRESUNTO	KG	5800	25,36	147.088,00
91	003.005.005	REFRIGERANTE GARRAFAS 2LTS (GUARANA E LARANJA)	UN	1200	7,18	8.616,00
92	003.006.164	REPOLHO VERDE	KG	1400	4,68	6.552,00
93	003.006.165	SAL REFINADO 1 KG	KG	500	1,58	790,00
94	003.006.060	SALSICHA	KG	840	9,41	7.904,40
95	003.006.084	SUCO CONCENT/FRUTAS 500ML DIVERSOS SABORES	GF	2080	5,35	11.128,00
96	003.023.002	SUCO CONCENTRADO 500ML - SABORES DIVERSOS	UN	1580	5,34	8.437,20
97	003.006.141	SUCO DE CAIXINHA 1LT - SABORES DIVERSOS	UN	420	6,08	2.553,60
98	003.006.161	SUCO EM PÓ 1 KG	UN	5200	9,18	47.736,00
99	003.006.162	SUCO EM PÓ 250 GR	UN	5200	2,31	12.012,00
101	003.006.064	TOMATE	KG	1200	7,17	8.604,00
102	003.006.166	UVA PASSAS 400 GR	PACT	90	7,61	684,90
103	003.006.065	VAGEM	KG	320	13,02	4.166,40
104	003.006.066	VINAGRE VIDRO C/750 ML	UN	140	4,81	673,40
105	003.006.081	TEMPERO COMPLETO TIPO ARISCO SEM PIMENTA 1KG	UN	340	12,19	4.144,60
106	003.006.191	PIMENTA DE CHEIRO	KG	140	3,01	421,40
107	003.006.192	MOSTARDA 3,5KG - UNIFORME, FRESCA,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA	UN	28	28,18	789,04
108	003.006.193	KETCHUP 3,5KG - COMPOSTO A BASE DE POLPA E SUCO DE TOMATE, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS	UN	28	13,85	387,80
109	003.006.194	ATUM ENLATADO 170G	UN	140	7,61	1.065,40
110	003.003.007	MORTADELA 3,5KG - TIPO DEFUMADA, PRODUTO COZIDO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS	UN	110	15,29	1.681,90
111	003.004.025	MEXERICA	KG	2700	4,17	11.259,00
113	008.014.092	CONDICIONADOR DE CABELO INFANTIL 500ML	UN	200	10,35	2.070,00
114	003.013.001	CRAVO PACOTE COM 100G	UN	1000	9,99	9.990,00
115	003.004.024	POLPA DE FRUTA PARA SUCO (DIVERSOS SABORES)	UN	5000	3,40	17.000,00
117	008.014.091	SHAMPOO INFANTIL 500ML	UN	200	11,01	2.202,00
118	003.004.006	UVA	KG	200	15,18	3.036,00
119	003.004.007	UVAS PASSAS 400G	PACT	50	7,61	380,50

		Total do Proponente				1.505.273,18

Ficando negociado o valor total de R$ 1.505.273,18 (um milhão, quinhentos e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se à disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro, neste município de Bom Jesus do Araguaia/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público (07h30m à 11h30m e 13h30m à 17h30m).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 09 de Julho 2020.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Presidente da CPL

Portaria 068/2020

_____

IVAN ABRANTES DOS SANTOS

Membro da CPL

Portaria 068/2020

PREFEITURA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 019/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020
Processo de Licitação: 038/2020 **Data do Processo: 18/05/2020**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, RONALDO ROSA DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 038/2020

b) Licitação nº: 019/2020

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 09/07/2020

e) Data Adjudicação: 09/07/2020

f) Objeto da Licitação: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT.**

g) Fornecedor Vencedor:

VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME – CNPJ – 03.266.383/0001-32 sagrou-se vencedora dos itens:

Item	209 Código	VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME CNPJ: 03.266.383/0001-32 AV PRINCIPAL, 00 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	018.001.016	2000ML REFRIGERANTE DE BOA QUALIDADE (SABORES GUARANA LARANJA LIMAO LA-RANJA E COLA)	FR	2300	3,74	8.602,00
2	040.001.001	ABACAXI	UN	3200	7,48	23.936,00
3	003.006.148	ABOBORA KABOTIA	KG	1100	3,75	4.125,00
4	036.001.001	ABOBRINHA VERDE	KG	720	4,44	3.196,80
5	037.001.001	ACAFRAO PCT 500G	UN	144	10,01	1.441,44
6	003.006.122	ACHOCOLATADO EM PO 800GR - TODDY OU QUALIDADE SEMELHANTE	UN	1120	14,44	16.172,80

7	003.006.083	ACHOCOLATADO EM PO PCT C/400G	PACT	1680	7,00	11.760,00
8	003.006.069	AÇUCAR PCT 2 KG	PACT	2700	5,00	13.500,00
9	043.001.001	AGUA MINERAL GARRAFA 500 ML	UN	7000	1,51	10.570,00
10	044.001.002	AGUA MINERAL GARRAFAO DE 20 LITROS	UN	300	12,01	3.603,00
11	003.006.023	ALHO	KG	700	32,04	22.428,00
12	045.001.001	AMENDOIM PCT 500GR	UN	70	15,50	1.085,00
13	003.006.024	AMIDO DE MILHO CX 500GR	UN	360	14,00	5.040,00
14	003.006.123	ARROZ TIPO 1 PCT 5 KG	UN	4200	17,00	71.400,00
15	047.001.001	AZEITONA VIDRO 800G	UN	240	8,99	2.157,60
16	003.006.149	BALA MACIA DE FRUTAS 750 GR	UN	560	7,51	4.205,60
17	001.001.064	BALAO LISO Nº7 EM LATEX PACOTE C/50UN CORES A ESCOLHER	PACT	360	10,01	3.603,60
18	003.006.102	BANANA MAÇÃ	KG	2100	6,00	12.600,00
19	003.006.027	BANANA NANICA	KG	3100	4,97	15.407,00
20	003.006.028	BATATA INGLESA	KG	1100	4,97	5.467,00
21	003.006.029	BETERRABA	KG	600	3,98	2.388,00
22	003.006.150	BISCOITO AGUA E SAL 800 GR	UN	4500	10,01	45.045,00
23	003.001.023	BISCOITO DE AGUA E SAL SEM LACTOSE E SEM GLUTEN	PACT	700	4,75	3.325,00
25	003.006.151	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA 800 GR	UN	4400	10,00	44.000,00
26	003.010.001	BOMBOM CHOCOLATE BRANCO OU PRETO PCT 1KG	PACT	360	38,01	13.683,60
27	003.006.079	CAFE TORRADO E MOIDO POTE DE 500GR	POTES	1600	11,58	18.528,00
28	003.006.126	CALDO DE CARNE	UN	360	24,18	8.704,80
29	003.006.153	CANELA DE CAULE OU EM PÓ 250 GR	UN	360	24,91	8.967,60
31	003.006.030	CARNE BOVINA EM PEDAÇO	KG	3800	23,91	90.858,00
32	003.006.031	CARNE BOVINA MOIDA	KG	6800	23,91	162.588,00
34	003.006.152	CARNE SUINA TIPO BACON	KG	900	27,97	25.173,00
35	003.006.033	CEBOLA	KG	1000	6,98	6.980,00
36	003.006.129	CENOURA	KG	1700	3,88	6.596,00
37	003.006.119	CHOCOLATE GRANULADO PCT 500GR	UN	320	8,48	2.713,60
38	003.006.072	CHUCHU	KG	560	4,08	2.284,80
39	003.006.035	COCO RALADO	KG	96	4,60	441,60

40	003.006.130	COLORAU 500GR	UN	120	10,35	1.242,00
41	003.006.082	CREME DE LEITE CX 200 G	UN	560	3,35	1.876,00
42	003.004.009	ERVILHA LATA/ VIDRO DE 300G	UN	220	3,99	877,80
43	003.006.131	EXTRATO DE TOMATE 190GR	UN	1160	2,95	3.422,00
44	003.006.132	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO 850GR	UN	280	7,85	2.198,00
45	003.006.104	FARINHA DE MANDIOCA	KG	1240	8,68	10.763,20
46	003.006.154	FARINHA DE MILHO AMARELA 500 GR	UN	240	3,85	924,00
47	003.006.007	FARINHA DE TRIGO 1KG	PACT	1240	4,35	5.394,00
48	003.006.133	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 PCT 1KG	UN	2500	8,48	21.200,00
49	003.006.011	FERMENTO GRANULADO 125GR INST.	UN	2080	6,41	13.332,80
50	003.006.155	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 100 GR	UN	880	3,61	3.176,80
51	003.006.135	FRANGO DE GRANJA INTEIRO	KG	3400	8,67	29.478,00
52	003.006.156	FRANGO SEMI- PROCESSADO, PEITO	KG	700	16,35	11.445,00
53	003.006.042	FUBA DE MILHO PCT 500G	UN	1200	1,51	1.812,00
54	003.012.002	GENGIBRE	KG	120	15,34	1.840,80
55	003.006.044	IOGURTE BANDEJA C/6 UIND	KG	3060	4,18	12.790,80
56	003.001.021	IOGURTE ZERO LACTOSE	LT	600	17,18	10.308,00
57	003.004.014	LARANJA	KG	2900	2,94	8.526,00
58	003.001.007	LEITE CONDENSADO CX DE 395 G	UN	600	5,51	3.306,00
59	003.001.008	LEITE DE COCO 200ML	UN	340	3,50	1.190,00
60	003.001.015	LEITE EM PO INTEGRAL PCT DE 400G	UN	2200	12,18	26.796,00
61	003.006.157	LEITE INTEGRAL 1 LT	LT	6400	5,42	34.688,00
62	003.001.022	LEITE ZERO LACTOSE	LT	540	6,31	3.407,40
63	003.003.001	LINGUIÇA CALABRESA	KG	1080	18,85	20.358,00
64	003.006.180	LINGUIÇA DE FRANGO	KG	660	15,94	10.520,40
65	003.006.047	LINGUICA SUINA	KG	1160	15,01	17.411,60
66	003.004.018	MACA - VERMELHA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CON-FORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA	KG	4800	8,02	38.496,00
67	003.006.158	MACARRÃO SEMOLA 500 GR	UN	3200	3,01	9.632,00
68	003.001.010	MAIONESE VIDRO DE 500G	UN	240	7,66	1.838,40
69	003.006.050	MAMAO	KG	3160	4,63	14.630,80

70	003.006.103	MANDIOCA	KG	2160	8,69	18.770,40
71	003.006.137	MARGARINA VEGETAL DE CONSISTENCIA CREMOSA	UN	560	12,02	6.731,20
72	003.004.010	MELANCIA	KG	4160	2,18	9.068,80
73	003.006.159	MILHO DE CANJICA AMARELA 500 GR	UN	1280	2,09	2.675,20
74	003.006.067	MILHO DE PIPOCA 500G	UN	1300	2,41	3.133,00
75	003.006.054	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 3KG	UN	380	18,24	6.931,20
76	003.006.186	MOLHO DE TOMATE 1KG - PRODUTO PREPARADO COM FRUTAS MADURAS E SAS	UN	280	9,58	2.682,40
77	003.004.002	MORANGO (BANDEJA)	UN	60	8,01	480,60
79	003.006.055	OLEO DE SOJA 900ML	UN	3200	5,35	17.120,00
80	003.010.003	OVO DE PASCOA N 15 - 160G	UN	3400	0,90	3.060,00
81	003.001.016	OVOS VERMELHOS	DZ	2200	7,68	16.896,00
82	003.004.003	PALMITO VIDRO C/ 540G	UN	220	15,50	3.410,00
83	003.006.056	PEITO DE FRANGO	KG	3800	17,96	68.248,00
84	003.004.004	PERA	KG	240	15,18	3.643,20
85	003.006.061	PESCADO EM CONSERVA - TIPO SARDINHA - 250G	UN	280	7,94	2.223,20
86	003.006.160	PIRULITO 750 GR	PACT	300	12,18	3.654,00
87	003.016.001	PIRULITO PCT 1 KG	PACT	600	12,18	7.308,00
88	003.006.008	POLVILHO DOCE 1KG	PACT	480	5,01	2.404,80
89	003.003.004	PRESUNTO	KG	5800	25,36	147.088,00
91	003.005.005	REFRIGERANTE GARRAFAS 2LTS (GUARANA E LARANJA)	UN	1200	7,18	8.616,00
92	003.006.164	REPOLHO VERDE	KG	1400	4,68	6.552,00
93	003.006.165	SAL REFINADO 1 KG	KG	500	1,58	790,00
94	003.006.060	SALSICHA	KG	840	9,41	7.904,40
95	003.006.084	SUCO CONCENT/FRUTAS 500ML DIVERSOS SABORES	GF	2080	5,35	11.128,00
96	003.023.002	SUCO CONCENTRADO 500ML - SABORES DIVERSOS	UN	1580	5,34	8.437,20
97	003.006.141	SUCO DE CAIXINHA 1LT - SABORES DIVERSOS	UN	420	6,08	2.553,60
98	003.006.161	SUCO EM PÓ 1 KG	UN	5200	9,18	47.736,00
99	003.006.162	SUCO EM PÓ 250 GR	UN	5200	2,31	12.012,00
101	003.006.064	TOMATE	KG	1200	7,17	8.604,00
102	003.006.166	UVA PASSAS 400 GR	PACT	90	7,61	684,90

103	003.006.065	VAGEM	KG	320	13,02	4.166,40
104	003.006.066	VINAGRE VIDRO C/750 ML	UN	140	4,81	673,40
105	003.006.081	TEMPERO COMPLETO TIPO ARISCO SEM PIMENTA 1KG	UN	340	12,19	4.144,60
106	003.006.191	PIMENTA DE CHEIRO	KG	140	3,01	421,40
107	003.006.192	MOSTARDA 3,5KG - UNIFORME, FRESCA,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA	UN	28	28,18	789,04
108	003.006.193	KETCHUP 3,5KG - COMPOSTO A BASE DE POLPA E SUCO DE TOMATE, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS	UN	28	13,85	387,80
109	003.006.194	ATUM ENLATADO 170G	UN	140	7,61	1.065,40
110	003.003.007	MORTADELA 3,5KG - TIPO DEFUMADA, PRODUTO COZIDO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS	UN	110	15,29	1.681,90
111	003.004.025	MEXERICA	KG	2700	4,17	11.259,00
113	008.014.092	CONDICIONADOR DE CABELO INFANTIL 500ML	UN	200	10,35	2.070,00
114	003.013.001	CRAVO PACOTE COM 100G	UN	1000	9,99	9.990,00
115	003.004.024	POLPA DE FRUTA PARA SUCO (DIVERSOS SABORES)	UN	5000	3,40	17.000,00
117	008.014.091	SHAMPOO INFANTIL 500ML	UN	200	11,01	2.202,00
118	003.004.006	UVA	KG	200	15,18	3.036,00
119	003.004.007	UVAS PASSAS 400G	PACT	50	7,61	380,50
		Total do Proponente				1.505.273,18

Ficando negociado o valor total de R$ 1.505.273,18 (um milhão, quinhentos e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 09 de Julho de 2020

_____

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
EXTRATO DO CONTRATO - 071/2020

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 071-2020

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: VERA LUCIA BATISTA VIEIRA ME – CNPJ – 03.266.383/0001-32

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT.**

Ficando negociado o valor total de R$ 1.505.273,18 (um milhão, quinhentos e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

DATA: 09/07/2020

VIGÊNCIA: 09/07/2021

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro Efetivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 14/2020-TIPO MENOR PREÇO - PROTOCOLO 7.889/2019.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Pregão Eletrônico para **contratação de empresa para fornecimento de embalagens para envase de agua potável** na quantidade e especificação detalhada no item 1.2. parte integrante do TERMO DE REFERENCIA com a finalidade de atender as demandas do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

EMPRESA VENCEDORA:

EMPRESA	**SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY**
CNPJ	04.916.848/0001-16
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Conselheiro Laurindo, nº 1996, CEP 80.230-180, bairro Rebouças – Curitiba – PR

REPRESENTANTE LEGAL	NOME: SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DO-MAREDZKY CPF: 355.594.979-91 RG: 17726340 SSP/PR
CONTATO (TELE-FONE)	(41) 3222-3952
ENDEREÇO ELE-TRÔNICO	sulparcom@onda.com.br
LOTES	01, 02 e 03
VALOR TOTAL	**37.228,00 (Trinta e sete mil, duzentos e vinte e oito re-ais)**

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA AQUISIÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Uni-dade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007. 2211	3.3.90.30 – Material de Consumo	100 - Recursos Próprios

Cáceres-MT, 07 de julho de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo–SSAAP

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2020.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2020

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICO OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO A RESPECTIVA EMPRESA DETENTORA, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: **A contratação de empresa para fornecimento de embalagens para envase de água potável** na quantidade e especificação detalhada no item 1.2 parte integrante do TERMO DE REFERÊNCIA com a finalidade de atender as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30. – Material de Consumo	100 - Rec. Ordinários

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA ABAIXO MENCIONADA:

EMPRESA	**SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY**
CNPJ	04.916.848/0001-16
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Conselheiro Laurindo, nº 1996, CEP 80.230-180, bairro Rebouças – Curitiba – PR
REPRESENTANTE LEGAL	NOME: SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY CPF: 355.594.979-91 RG: 17726340 SSP/PR
CONTATO (TELEFONE)	(41) 3222-3952
ENDEREÇO ELETRÔNICO	sulparcom@onda.com.br
LOTES	01, 02 e 03
VALOR TOTAL	**37.228,00 (Trinta e sete mil, duzentos e vinte e oito reais)**

LOTE 01

FORNECEDORA: SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY

LOTE/ ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	273749-3	COPO DE POLI-PROPILENO (PP) PARA ENVASE DE ÁGUA 200ML. AL-TURA: 90MM/LARGURA: 75MM/TAMPA: 75MM/BASE: 52,4MM. ÁREA DE IMPRESSÃO: 184MM X 61MM. IMPRESSÃO IN-CLUSA	MILHEIRO	120	THERMOVAC	R$ 180,99	R$ 21. 718,80
VALOR DO LOTE: **R$ 21.718,80 (Vinte e um mil, setecentos e dezoito reais e oitenta centavos)**							

LOTE 02

FORNECEDORA: SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY

LOTE/ ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	00017316	CAIXA DE PAPE-LÃO ONDULADO, COM TABULEIRO, PARA COPO DE ÁGUA. CAPACI-DADE: 50 COPOS (200MML). SEM IMPRESSÃO.	UNID.	3000	ERP	R$ 3,40	R$ 10. 200,00
VALOR DO LOTE: **R$ 10.200,00 (Dez Mil e duzentos reais)**							

LOTE 03

FORNECEDORA: SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY

LOTE/ ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁ-RIO	VALOR TOTAL
03	26835-6	LACRE DE ALUMÍ-NIO PARA COPO COM ÁGUA. TA-MANHO: 75MM.	MILHEIRO	130	ALLUPACK	R$ 40,84	R$ 5. 309,20
VALOR DO LOTE: **R$ 5.309,20 (Cinco mil, Trezentos e nove reais e vinte centavos)**							

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 37.228,00 (Trinta e sete mil, duzentos e vinte e oito reais)

Cáceres-MT, 07 de julho de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 30/2020

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social

Objeto: Dispensa de Licitação visando contratação de empresa para ministrar curso de qualificação profissional nesse município.

Empresa: SENAI SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – CNPJ: 03.819.150/0001-10

Valor: **R$** 153.600,00(cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de julho de 2020.

Eliane Batista

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 39-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Registro de Preço para **aquisição de equipamentos (Cavalete móvel, tipo pórtico; conjunto vibratório, anel da base, betoneira, compactador de solo (sapo) para fabricação de tubo de concreto armado para drenagem, com dimensões de ø40cm, ø60cm, ø80cm e ø100cm.**

Realização: 24 de Julho de 2020 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 09 de Junho de 2020.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 369 DE 08 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 21.129 de 08 de julho de 2020;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA**, Coordenador Administrativo, para responder pela Secretaria de Assistência Social, e cumulativamente pela Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Turismo e Cultura, Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente, em substituição à titular **Eliane Batista,** pelo período de férias desta, que se dará entre 13 de julho de 2020 e 11 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de julho de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 23-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual *aquisição de Barcos e Motores, para premiação do 39º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIP*.

EMPRESAS VENCEDORAS:

CENTURY COMERCIAL EIRELI - CNPJ 02.885.591/0001-57 – Valor total de R$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais);

ELYSIUM INC. NEGOCIOS - EIRELI – CNPJ 06.951.656/0001-76 – Valor total de R$ 44.891,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e noventa e um reais);

F. DA CRUZ EMBARCACOES – CNPJ 18.474.854/0001-75 – Valor total de R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais);

EXOS - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EIRELI – CNPJ 27.225. 863/0001-13 – Valor total R$ 51.802,00 (cinquenta e um mil oitocentos e dois reais);

VALOR TOTAL DE R$ 217.693,00 (duzentos e dezessete mil seiscentos e noventa e três real)

Observação: Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 09 de julho de 2020.

Wilton Bento Pimenta

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 435 DE 09 DE JULHO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 21.229 de 09 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, lotadas na Secretaria Municipal Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: Amanda Lorrayne Vieira De Aguiar

Suplente: Laura Regina Pinheiro Leite

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
069/20	W. F. DE JESUS VIEGAS EIRELI	Contratação para aquisição de alimentos estocáveis e perecíveis visando atender ao cardápio da alimentação escolar para o ano letivo	09.07.20	12 meses

		2020 e demais eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Educação.		

§ 1º As servidoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de julho de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 436 DE 09 DE JULHO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 21.229 de 09 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, lotadas na Secretaria Municipal Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: Laura Regina Pinheiro Leite

Suplente: Amanda Lorrayne Vieira De Aguiar

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
070/20	SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. ME	Contratação para aquisição de alimentos estocáveis e perecíveis visando atender ao cardápio da alimentação escolar para o ano letivo 2020 e demais eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Educação.	09.07.20	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de julho de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 012 DE 09 DE JULHO DE 2020.

Divulga o resultado da Eleição Suplementar para preenchimento de duas vagas para representantes de Entidades Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cáceres/MT, para conclusão da Gestão 2019/2021.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições, em assembleia de eleição realizada virtualmente no dia 09 de julho de 2020, conforme estabelecido no Edital Complementar 002/2020 aprovado pela Resolução 010 de 22 de junho de 2020 e, registrada em Ata própria,

Considerando os resultados apresentados pela Comissão do Processo de Eleição de Entidades Não Governamentais do CMDCA de Cáceres/MT, instituída através da Resolução nº 005 de 05 de maio de 2020, em conformidade da Resolução nº 008 de 22 de maio de 2020 que aprova o Edital nº 001/2020 e da Resolução 010 de 22 de junho de 2020 que aprova o Edital Complementar nº 002/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado da Assembleia de Eleição Suplementar realizada no dia 09 de julho de 2020 às 8 horas pela plataforma virtual Google Meet, de duas vagas remanescentes dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, gestão 2019/2021, sendo eleitos:

I. TERCEIRA SUBSEÇÃO DA OAB/MT, sito a Rua dos Scaff, s/n, Bairro Cavalhada; e

II. GRUPO ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES, sito a Rua das Margaridas, 365, Bairro Jardim Padre Paulo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 09 de julho de 2020.

Raul Camilo Guimarães Garcia

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº11/2020

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 1402/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DE REFORMA DA UBS ZÉ VIOLA E CONSTRUÇÃO DE MURO, REFORMA DA CRECHE MARIA DE MORAES LIMA E CONSTRUÇÃO UBS EM SÃO JOSE DO COUTO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão da Comissão de Licitação e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório levado a efeito pela Comissão Permanente de Licitação por meio da Tomada de Preço nº 11/2020 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA UBS ZE VIOLA E CONSTRUÇÃO DE MURO, REFORMA DA CRECHE MARIA DE MORAES LIMA E CONSTRUÇÃO UBS EM SÃO JOSE DO COUTO, CONFORME PROJETO BÁSICO, cujo resultado foi:

A. F. DOS SANTOS CONSTRUTORA EPP CNPJ 11.060.248/0001-64 – vencedora dos itens: REFORMA E CONSTRUÇÃO DE MURO DA UBS DO SETOR ZE VIOLA - R$ 101.952,77 e REFORMA DA CRECHE MARIA DE MORAES LIMA – R$ 171.451,99;

SORTE CONSTRUTORA EIRELI CNPJ 07.344.422/0001-23 – vencedora do item: CONSTRUÇÃO UBS EM SÃO JOSE DO COUTO - R$ 273. 521,12.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 08 de julho de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2020/ CONCURSO PÚBLICO 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2020/ CONCURSO PÚBLICO 001/2018

Dispõe sobre a convocação de candidatos para os cargos de Agente de Limpeza e Enfermeiro aprovados no Concurso Público nº 001/2018 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o encerramento do Concurso Público nº 001/2018;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 001/2018 (Decreto nº 3.027/2019);

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Ofício nº 072/SMS – GAB da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2018 elencado no Anexo I deste Edital, para apresentação das documentações constante do item 2 deste Edital para a respectiva nomeação e posse.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão se apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, **até às 17:00h do dia 10.08.2020**, portando os documentos, abaixo relacionados, em 02(duas) vias:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocopia autenticada).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocopia autenticada).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que concorreu(fotocopia autenticada).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil - fotocopia autenticada**)**.

g. Comprovante de quitação eleitoral (fotocopia autenticada e/ou certidão de quitação/ TSE).

h. foto 3x4 colorida e recente;

i. Declaração de bens (modelo em anexo).

j. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

k. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Atestado de aptidão mental do candidato expedido por Psicológo e/ou Psiquiatra (original). (Item inserido de acordo com o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 do Item 17.2)

m. Relação de exames médicos a serem realizados constam no Anexo II deste Edital.

n. Cópia da primeira parte da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

o. Cartão PIS/PASEP (fotocopia autenticada).

p. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocopia autenticada).

q. Declaração contendo endereço residencial.

r. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária.

s. Carteira Nacional de Habilitação para os Cargos de Apoio Administrativo Educacional-Transporte Escolar e Motorista (categoria “D”,- fotocopia autenticada).

t. Comprovante de escolaridade /Certificado e Histórico Escolar para o Cargo de Professor em que se habilitou (fotocopias autenticadas).

u. Os candidatos aos cargos – Médico Clínico Geral, Bioquímico, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista, Odontológo e Psicólogo, deverão obrigatoriamente comprovar a filiação no Conselho Regional da respectiva categoria.

v. Os candidatos ao cargos de Técnico do SUS – Técnico de Enfermagem, deverão obrigatoriamente comprovar Curso Técnico em Enfermagem com Registro no Conselho de Classe.

2.1.O atestado admissional constante da alínea “j” será expedido por Médico do Município nomeado para esse fim.

2.1.1. Após a realização dos exames constantes do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018, o candidato deverá agendar perícia médica para apresentação dos resultados.

a) após a apresentação dos resultados dos exames, estando conforme, o Médico Periciador expedirá atestado admissional.

2.1.2. No resultado dos exames/laudos, das consultas e/ou exames deverá obrigatoriamente ser grafado as seguintes informações:

a) o nome do candidato;

b) o número do CPF e /ou o número do RG e/ou a data de nascimento do candidato.

2.1.3. O candidato agendará a perícia referenciada no item anterior, de segunda a sexta – feira, das 13:00h as 17:00h, pelo telefone (66)3437-1992 – Ramal 215.

2.1.4. Cada candidato terá direito apenas a um agendamento, salvo se exames complementares forem solicitados pelo Médico Periciador.

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Concurso Público nº001/2018 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Concurso Público nº 001/2018, por parte do candidato, deverá, a Diretoria de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. O candidato convocado por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados no item 2, deverá se apresentar imediatamente na Secretaria de Lotação.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

7. Integra o presente Edital, o anexo I – Relação de candidatos convocados, Anexo II – Relação de exames médicos a serem realizados, Anexo III - Modelo de declaração de bens; Anexo IV - Modelo de Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de julho de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2020 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE		
Cargo: 11 - Apoio do SUS – Agente de Limpeza - Sede Município Nomes Nasc.		
01	ZEILA FERREIRA CORREA	07.11.1984
02	CLÁUDIA SIMONE GAMELEIRA	26.12.1979
03	SILVIA LAZARA NORBERTA	28.09.1972
04	RUBIA OLIVEIRA DOS SANTOS	09.02.1993

Cargo: 48 – Profissional de Nível Superior do SUS II – Enfermeiro - Sede Município Nomes Nasc.		
01	JACKNILZE SANTOS DE OLIVEIRA	08.11.1990
02	TIAGO ALVES ARAÚJO	30.07.1985
03	PATRÍCIA DE JESUS DA SILVA	21.10.1977

*** Vide relação de exames e demais anexos no site da Prefeitura Municipal de Campinápolis : https://www.campinapolis.mt.gov.br/**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

COVID-19: AVISO DE EDITAL PE 49/2020

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 049/2020

Recebimento das propostas: **a partir do dia 10 de julho de 2020, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 29 de julho de 2020, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 29 de julho de 2020, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 29 de julho de 2020, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de proteção para atender as Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social na prevenção do COVI-19.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: www.bll.org.br. **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de julho de 2020**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

COVID-19: AVISO DE EDITAL PE 47/2020

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 047/2020

Recebimento das propostas: **a partir do dia 10 de julho de 2020, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 24 de julho de 2020, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 24 de julho de 2020, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 24 de julho de 2020, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais utilizados no grupo de gestantes da proteção social básica vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: www.bll.org.br. **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de julho de 2020**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PORTARIA Nº 534, DE 08 DE JULHO DE 2020

NORMATIZA A ESCALA DE SOBREAVISO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AO MÊS DE JULHO/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Art. 84-C da Lei Municipal nº 1130/2006 de 11 de julho de 2006.

o Memorando nº 553/2020, exarado pela Secretaria Municipal de Saúde;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. Normatizar o trabalho em período de sobreaviso no mês de junho de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme escala:

Escala de enfrentamento ao COVID-19			
Telefone de Plantão: (65) 9 9247-9379 Servidora: Regina Aparecida Brondani			
Sábado 11/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 12/07/2020 07:00 as 22:00	Sábado 25/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 26/07/2020 07:00 as 22:00

Escala de enfrentamento ao COVID-19			
Telefone de Plantão: (65) 9 99687-6518 Servidor: Alessandro Peterson Tavares			
Sábado 11/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 12/07/2020 07:00 as 22:00	Sábado 25/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 26/07/2020 07:00 as 22:00

Escala de enfrentamento ao COVID-19			
Telefone de Plantão: (65) 9 99687-6518 Servidora: Darlaine Francisca das Dores Macedo			
Sábado 04/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 05/07/2020 07:00 as 22:00	Sábado 18/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 19/07/2020 07:00 as 22:00

Escala de enfrentamento ao COVID-19			
Telefone de Plantão: (65) 9 9999-1834 Servidora: Sara da Silva Linder			
Sábado 04/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 05/07/2020 07:00 as 22:00	Sábado 18/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 19/07/2020 07:00 as 22:00

Escala de enfrentamento ao COVID-19			
Telefone de Plantão: (65) 9 9999-1834 Servidora: Terezinha Gomes do Nascimento Pedro			
Sábado 11/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 12/07/2020 07:00 as 22:00	Sábado 25/07/2020 07:00 as 22:00	Domingo 26/07/2020 07:00 as 22:00

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de julho de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

**Republicado para correção.*

AVISO DE RESULTADO PE 030/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 030/2020, destinado a REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos de laboratório para análise diárias de água, para atender o Departamento de água vinculado à Secretaria de Infraestrutura, teve como vencedora a empresa: DELFINI INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA – EPP, com valor total de R$ 11.440,00 (onze mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de julho de 2020.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PE 48/2020

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 048/2020

Recebimento das propostas: **a partir do dia 10 de julho de 2020, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 28 de julho de 2020, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 28 de julho de 2020, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 28 de julho de 2020, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de alimento nutricional em pó para uso oral ou enteral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e demandas judiciais.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: www.bll.org.br. **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de julho de 2020**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE LICENÇA

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, CNPJ nº. 24.772.287/0001-36, torna público que requereu junto a secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – SEMDEC/CMA, a Licença de Operação da Oficina Municipal, atividade a ser licenciada é a manutenção e reparação de veículos automotores (automóveis, caminhonetes, ôni-

bus, caminhões, tratores e etc.), localizado na Avenida Mato Grosso, nº.66 NE, Centro do município de Campo Novo do Parecis – MT."

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de Julho de 2020

Atenciosamente,

CAROLINE RODRIGUES POLIZEL

Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente

Portaria 330/2020

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
COVID-19: DECRETO EXECUTIVO Nº 141 DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 256.068,78 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal Nº 2.122 de 07/07/2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de **R$ 256.068,78** (duzentos e cinquenta e seis mil, sessenta e oito reais e setenta e oito centavos)nos termos do inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, com a seguinte classificação orçamentária:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10. SAÚDE

122. ADMINISTRAÇÃO GERAL

0021. CORONAVÍRUS (COVID-19)

20157. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA - CORONAVÍRUS (COVID19)

3.1.90.00000. APLICAÇÕES DIRETAS

0.1.26.076000. TRANSF. RECURSOS PARA ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS, INSTITUÍDO PELA LC Nº 173/2020 – SAÚDE R$ 256.068,78

TOTAL DO CRÉDITO R$ 256.068,78

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.26.076000 – Transferências de Recursos para Enfrentamento ao Coronavírus instituído pela LC. 173/2020 – SAÚDE, na forma do art. 43, do § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. As alterações constantes deste decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.036, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 - LDO, e a Lei Municipal nº 2.077, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 - LOA.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 09 de julho de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 188/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Welma de Moura

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de ***ENFERMEIRA***lotado na Secretaria Municipal de **Saúde deste município.**

Classificação Orçamentária: 10.001.10.301.0009.20088 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 4.606,25 correspondente a 40 horas/semana

Prazo: 23/06/2020 à 22/06/2021

Data: 23/06/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, e art. 197 da Constituição Federal; art. 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.873, de 14 de junho de 2017; Decreto Municipal 094, de 14 de Maio de 2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019"; o Edital de Convocação nº 001/2020 de 29 de maio de 2020; e o Memorando nº 391/2020, datado de 28 de maio de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Saúde.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO

TERMO DE ADESÃO N. 005/2019

O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04; e **KLEBSON DOS SANTOS SILVA & CIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.823.085/0001-73 e no CRECI - 19ª Região - MT com o nº J-6559, com sede na Avenida Mato Grosso, nº 709, sala A, bairro Jardim Cidade Verde, CEP 78840-000, cidade de Campo Verde-MT, representado neste ato pelo sócio proprietário, o Sr. **Klebson dos Santos Silva,** brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade RG nº 12567191 SSP/MT e do CPF/MF nº 001.464.431-28, inscrito no CRECI 19ª Região/MT 006149, CNAI 025991; **assinam o presente termo de rescisão amigável do Termo de Adesão nº 004/2019** – cujo objeto é o Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de Avaliação Mercadológica de Imóveis Urbanos e Rurais do Município de Campo Verde para fins de ITBI, Aluguel, Incorporação de bens no patrimônio municipal, Permutas, Dação em Pagamento, desapropriações, leilões, aquisição de imóveis e outros de interesse da Prefeitura Municipal de Campo Verde, da seguinte forma:

Considerando que o termo de adesão n. 005/2019 tem vigência até 22 de abril de 2024,

Considerando o ofício n. 149/2020/SMFin, cujo teor informa que a parte aderente/contratada está se credenciando em novo credenciamento n. 001/2020;

Considerando o ofício n. 338/2020/SEMFAZ, que solicita a rescisão do termo de adesão n. 005/2019, haja vista a realização de novo credenciamento para as quantidades de serviços a serem prestados conforme tabela ali descrita;

CLÁUSULA 1ª – Pelo presente instrumento fica rescindido o termo de adesão n.º 005/2019, a contar desta data.

CLÁUSULA 2ª – A rescisão tem por fundamento o art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 3ª – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, a rescisão opera-se de forma amigável.

CLÁUSULA 4ª – As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual.

CLÁUSULA 5ª – O foro eleito é o da Comarca de Campo Verde.

E, por estarem plenamente ajustada, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Assessoria Jurídica do Município.

Campo Verde-MT, 09 de julho de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

KLEBSON DOS SANTOS SILVA & CIA. LTDA.

Klebson dos Santos Silva

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N° 019/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a ratificação à **SANIT ALL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ N° 11.174.805/0001-78** na modalidade **DISPENSA N° 019/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MINI GERADOR DE AEROSOL UVB VEICULAR PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL DE CAMPO VERDE,** no valor de **R$ 17.200,00 (Dezessete mil e duzentos reais), em conformidade com a legislação vigente.** Mais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 09 de Julho de 2020.

ANA CAROLINA S. B. BLUME

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/2020

CONTRATOS Nº 093/2018 E 037/2019

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24. 950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): PEDRO JOSÉ LEHNEN, brasileiro, agricultor, portador do CPF nº 157.593.500-72 e da cédula de Identidade n° 5046143243 SSP/RS, residente e domiciliado na Rua 09, nº 236, bairro Boa Esperança, cidade de Cuiabá-MT.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 146/2020 – expedido pela Secretaria de Finanças deste Município e encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa encontra-se inadimplente com suas obrigações fiscais perante este Município.

A regularidade fiscal é requisito para contratação com o Poder Público e também enquanto o contrato estiver vigente, nos termos dos arts. 27, inciso IV, 29, inciso III e 55, inciso XIII, todos da Lei 8.666/93, e cláusula 12.1 dos contratos 093/2018 e 037/2019.

Diante do exposto e o constante no oficio em referência, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **90 (noventa) dias, regularize sua situação fiscal perante o Município de Campo Verde.**

O não cumprimento dessas obrigações no prazo estipulado, acarretará a imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito.

Campo Verde-MT, 06 de julho de 2020.

Fabricio Tsuji Ishiki

Procurador Municipal

OAB/MT 13.218-B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 070/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE COLETOR DE LIXO, COZINHEIRO E SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, DE FORMA CONTÍNUA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE LIMPEZA,** na modalidade pregão (presencial) **n° 070/2020** a se realizar no dia **23/07/2020, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 09 de julho de 2020.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS 2020 - 183 Á 213

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 183/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: RAFAELA SOUZA ASSUNÇÃO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE LABORATÓRIO.

VALOR: R$ 2.012,82 (DOIS MIL E DOZE REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 04 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 184/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANACLEIA LOPES DELMON ROCHA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTO E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 05 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 185/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JUCELIA RODRIGUES DE FRANÇA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSORA.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 10 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 10 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 186/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LAILA SUELI PEREIRA DOS ANJOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 187/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MONIQUE SILVA BATISTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MÉDICO CLINICO.

VALOR: R$ 14.210,53 (CATORZE MIL, DUZENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 188/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: NUBIA TATIANNE FERNANDES LEITE GONCALVES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MÉDICO CLINICO.

VALOR: R$ 14.210,53 (CATORZE MIL, DUZENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 189/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GLEICE DA SILVA SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 190/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANA PAULA LIMA DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTO E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 191/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LAUDINEIA RODRIGUES FERNANDES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 192/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANA PAULA DE ALMEIDA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 193/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALINE CRISTINA FERREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTO E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 194/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SOLANGE SOARES VILELA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 15 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 195/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELIDA MOREIRA SOARES SIQUEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 18 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 196/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALESSANDRA OLIVEIRA DE ASSIS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 18 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 197/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: FLAURRANI LEMOS DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (HUM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 18 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 198/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: RAQUEL DA COSTA RODRIGUES CAMPOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTO E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 19 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 199/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ARISTELAINE RODRIGUES CARVALHO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 25 DE JUNHO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 200/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: NEUSA ALEXANDRE DA CRUZ SANTIAGO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 25 DE JUNHO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 201/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SIMONE DE JESUS MENDES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 26 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 26 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 202/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALCIDIANE SANTOS OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 29 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 29 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 203/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LARISSA ROSA TEIXEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 29 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 29 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 204/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MELKSEDEK PACHECO MARTINS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 30 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 205/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ADRIANA PEREIRA DA SILVA CAETANO PEREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 30 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 206/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: HELLEN CRUZ XAVIER

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MÉDICO CLINICO.

VALOR: R$ 14.210,53 (CATORZE MIL, DUZENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 207/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LEIDIENE NEVES DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTO E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 208/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: VALTER LUIS FIUZA JUNIOR

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 01 DE JULHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 01 DE OUTUBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 209/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CAMILA DE OLIVEIRA CUNHA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE JULHO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 210/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELENCARLA MARTINS TEIXEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE JULHO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 211/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ISABELLE BERTOTTI DA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTO E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 01 DE JULHO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 01 DE OUTUBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 212/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SANDRA MARA XAVIER

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE JULHO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 213/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANDREIA VIVIANE BELO DE MORAIS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE JULHO DE 2020.

SECRETARIA DE FINANÇAS
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: M.S. DIAGNÓSTICA LTDA – CNPJ: 00.970.175/0003-93

Objeto: dispensa de licitação em caráter emergencial para a aquisição de reagentes para diagnóstico clínico por automoção anti-SARS-COV-2 IGG/IGM para atender as necessidades do Laboratório Municipal de Campo Verde-MT durante o período de pandemia do coronavírus (COVID-19).

Valor: R$ 111.000,000 (cento e onze mil reais).

Vigência: de 07 de Julho de 2020 à 20 de Agosto de 2020.

Fiscal do Contrato: Franciane da Silva França

SECRETARIA DE FINANÇAS
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: RINALDI & COGO LTDA – CNPJ: 07.269.677/0001-79

Objeto: dispensa de licitação em caráter emergencial para a aquisição de medicamento Paracetamol 500mg, para tratamento de pacientes acometidos pelo coronavírus (COVID-19).

Valor: R$ 2.000,00 (dois mil reais)

Vigência: de 09 de Julho de 2020 à 29 de Julho de 2020.

Fiscal do Contrato: Naiara Paranaíba Filgueira

SECRETARIA DE FINANÇAS
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 03.652.030/0001-70

Objeto: dispensa de licitação em caráter emergencial para a aquisição de medicamento Azitromicina 500mg, para tratamento de pacientes acometidos pelo coronavírus (COVID-19).

Valor: R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais)

Vigência do Contrato: de 09 de Julho de 2020 à 29 de Julho de 2020.

Fiscal do Contrato: Naiara Paranaíba Filgueira

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 090/2017, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO DE SAÚDE PÚ

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: E. C. ZOCANTE & CIA LTDA

Objeto: fica prorrogada a vigência do contrato originário até 09 de Setembro de 2020, contados a partir do dia 10 de Julho de 2020.

Data da assinatura: 09 de Julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.152, DE 9 DE JULHO DE 2020.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente. **Unidade:** 11.02 Departamento de Reflorestamento e Meio Ambiente **Função:** 18 Gestão Ambiental **Sub-função:** 542 Controle Ambiental **Programa:** 13 Defesa Ambiental e Organizacional da Cidade **Projeto:** 1.186 Aquisição de Caminhão Para Coleta de Lixo **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 360.000,00 **Valor Total: R$ 360.000,00** (trezentos e sessenta mil reais) **Meta:** Atuar visando a proteção do patrimônio natural e a organização dos espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida à coletividade.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.033, de 15 de julho de 2019 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente. **Unidade:** 11.02 Departamento de Reflorestamento e Meio Ambiente **Função:** 18 Gestão Ambiental **Sub-função:** 542 Controle Ambiental **Programa:** 13 Defesa Ambiental e Organizacional da Cidade **Projeto:** 1.186 Aquisição de Caminhão Para Coleta de Lixo **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 360.000,00 **Valor Total: R$ 360.000,00** (trezentos e sessenta mil reais) **Meta:** Atuar visando a proteção do patrimônio natural e a organização dos espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida à coletividade.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.081, de 10 de dezembro de 2019, no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 11 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

UNIDADE: 02 Departamento de Reflorestamento e Meio Ambiente

PROJETO: 1.186 Aquisição de Caminhão Para Coleta de Lixo

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.01.0000 R$ 360.000,00

Total da Suplementação R$ 360.000,00

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I dessa lei.

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 9 de julho de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO I DA LEI Nº 1152/2020.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2020.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
01.0000	4.471.256,99	0,00	4.471.256,99	843.222,17	3.628.034,82

Campos de Júlio, 9 de julho de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº. 112, DE 9 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR S*UPERAVIT*, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.1.152, de 9 de julho de 2020;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 11 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

UNIDADE: 02 Departamento de Reflorestamento e Meio Ambiente

PROJETO: 1.186 Aquisição de Caminhão Para Coleta de Lixo

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.01.0000 R$ 360.000,00

Total da Suplementação R$ 360.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I da Lei nº1.152/2020.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 9 de julho de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 23/2020

DA ESPÉCIE: Contratação de um Professora pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/20.0

DO OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 23/2020, amigavelmente a partir de 03.07.2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA– Prefeito Municipal / RESCINDENTE MARIANE DE SOUZA ROCHA / RESCINDIDA.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 031/2020

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico 'SRP" nº 031/2020, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 09/07/2020, às 08h00, horário local, com a finalidade de **" "Registro de para futura e eventual aquisição de combustível (Óleo Diesel Comum), para atender as demandas das Secretarias Municipais e seus Departamentos",** sendo declarada vencedora do certame a empresa**: MT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ/MF nº 04.275.611/0002-84**, vencedora do item (01), com valor total de R$ 1.394.400,00 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800, (65) 9.9963-3595 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 09 de julho de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2020

O Pregoeiro do Município de Campos de Júlio-MT, comunica, para conhecimento das empresas interessadas, a errata no edital de licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica nº 032/2020, pelo "SRP", do tipo menor preço por item, relativo ao **"Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de monitorização eletrocardiográfica e comodato de equipamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde"**, a saber:

ONDE SE LÊ:

11.4. RELATIVO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, que comprovem já ter fornecido o objeto constante desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (esta última com firma reconhecida), no qual se relacionem os produtos fornecidos, informando, sempre que possível, valor e demais dados técnicos, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido pelas entidades em papel timbrado, assinados e datados. (Modelo de atestado Anexo V)

b) Comprovante de Autorização de Funcionamento – AFE, (comum e/ou especial), da empresa (laboratório), participante da licitação, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde no D.O.U. (Deverá estar como ativa no site da ANVISA).

c). Comprovante de inscrição do laboratório no seu respectivo Conselho Regional

d). Diploma do responsável técnico pelo laboratório (médico cardiologista);

e). Comprovante de inscrição do profissional no seu respectivo Conselho Regional, comprovando a responsabilidade técnica sobre o laboratório;

f). Comprovação de cadastro do equipamento utilizado pelo laboratório junto a ANVISA;

g). Alvará de Licença Sanitária Municipal ou Estadual, do licitante, em plena validade.

LEIA-SE:

11.4. RELATIVO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, que comprovem já ter fornecido o objeto constante desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (esta última com firma reconhecida), no qual se relacionem os produtos fornecidos, informando,

sempre que possível, valor e demais dados técnicos, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido pelas entidades em papel timbrado, assinados e datados. (Modelo de Atestado Anexo V)

b). Comprovante de registro da Proponente como pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina **(a exigência da apresentação deste documento somente será solicitada, caso a empresa seja a vencedora do certame para adjudicação/homologação, assinatura da ARP e Contrato)**;

c). Diploma do responsável técnico pelo laboratório (médico cardiologista), **(a exigência da apresentação deste documento somente será solicitada, caso a empresa seja a vencedora do certame para adjudicação/homologação, assinatura da ARP e Contrato); (apresentar este documento caso a empresa seja a vencedora do certame para homologação);**

d). Comprovante de inscrição do profissional no Conselho Regional de Medicina, comprovando a responsabilidade técnica sobre o laboratório, **(a exigência da apresentação deste documento somente será solicitada, caso a empresa seja a vencedora do certame para adjudicação/homologação, assinatura da ARP e Contrato);**

e). Comprovação de cadastro do equipamento utilizado pelo laboratório junto a ANVISA;

f). Alvará de Licença Sanitária Municipal ou Estadual, do licitante, em plena validade.

EXCLUI-SE:

b) Comprovante de Autorização de Funcionamento – AFE, (comum e/ou especial), da empresa (laboratório), participante da licitação, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde no D.O.U. (Deverá estar como ativa no site da ANVISA).

Permanece inalterada a data da sessão pública, marcada para o dia 13/07/2020 as 09h00min do horário de Brasília e demais disposições editalícias, em consonância com o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/1993.

Campos de Júlio/MT, 09 de julho de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto nº. 006/2018

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº. 113, DE 9 DE JULHO DE 2209.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA A TERCEIRA PESSOA, ATRAVÉS DA NOMEAÇÃO DE CONTRIBUINTE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados sujeitos passivos por substituição tributária para retenção e recolhimento do ISSQN, prevista no Decreto nº 57/2018, os seguintes tomadores de serviço:

NOME	CNPJ/CPF
Energisa Mato Grosso- Distribuidora de Energia S.A	03.467.321/0001-99
Jesutia Energia S/A	08.918.031/0002-19

Art. 2º Os contribuintes responsáveis mencionados no artigo primeiro deverão efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre todo e qualquer serviço por ele contratado de terceiros com incidência nos limites do município.

§ 1º Considera-se local da prestação onde o serviço é efetivamente prestado, independentemente de onde estiver situada a sede física do prestador.

§ 2º A opção do prestador de serviço pelo regime de Tributação do Simples Nacional, não dispensa o contribuinte substituto tributário de proceder à retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, conforme disposições desse decreto.

§ 3º O enquadramento no regime de tributação do simples nacional deverá ser devidamente comprovado pelo respectivo prestador.

Art. 3º O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota de **cinco por cento sobre o valor base de cálculo do serviço, exceto para os prestadores de serviços enquadrados no Regime de Tributação do Simples Nacional que terá as alíquotas apuradas conforme disposições do artigo quarto desse decreto.**

§ 1º A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço.

§ 2º Considera-se preço dos serviços a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, nos termos da legislação tributário do município.

Art. 4º Para as empresas enquadradas no Regime de Tributação do Simples Nacional a alíquota corresponderá ao percentual de ISSQN previsto nos Anexos III, IV ou Vda LC nº 128/08 e na Resolução CGSN nº 51/2008, alterada pela Resolução CGSN nº 60/2009, para a faixa de receita bruta a que a ME ou a EPP estiverem sujeitas no mês anterior ao da prestação do serviço.

§ 1º A alíquota aplicável na retenção na fonte a que se refere o *caput* desse artigo deve ser informada pelo prestador no documento fiscal emitido, conforme previsto no inciso I do § 4º do artigo 21 da LC nº 123/06, com redação dada pelo artigo 3º da LC nº 128/08 e no inciso I do § 2º do artigo 3º da Resolução CGSN Nº 51/2008, alterada pelo artigo 8º da Resolução CGSN nº 60/2009.

§ 2º Quando as ME ou EPP não informarem no documento fiscal a alíquota de que trata o parágrafo anterior, aplica-se na retenção do ISSQN a alíquota correspondente ao percentual de ISSQN referente à alíquota da maior faixa de receita bruta prevista nos Anexos III, IV ou V da Resolução CGSN nº 51/2008, alterada pela Resolução CGSN nº 60/2009.

§ 3º Constatada diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá às ME ou EPP prestadoras do serviço promover o seu respectivo recolhimento diretamente ao município no mês subsequente ao do início da atividade por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) e de acordo com o prazo estipulado no calendário fiscal do município.

§ 4º Não se exime da sua responsabilidade o prestador do serviço quando a alíquota do ISSQN informada por ele no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento da diferença será realizado diretamente ao município por meio de DAM e de acordo com o prazo estipulado no calendário fiscal do município.

§ 5º No caso de empresas optantes pelo Simples Nacional, o recolhimento dos impostos abrangidos pela legislação pertinente, em valores fixos mensais, conforme dispõe o artigo 18-A LC nº 123/06, o contribuinte substituto tributário está dispensado de efetuar a retenção do ISSQN.

§ 6º Caberá ao MEI comprovar sua opção por recolhimento de valores fixos mensais junto ao contribuinte substituto tributário, através de documentos oficiais.

§ 7º A retenção e o recolhimento do ISSQN nesse decreto com base em informação falsa sujeita o responsável, o titular, os sócios ou os administradores, bem como as demais pessoas que com elas concorrerem às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Art. 5º Fica criada a obrigação acessória de declarar através do sistema de escrituração fiscal eletrônica (Livro Eletrônico) disponível em nosso portal http://www.camposdejulio.mt.gov.br **e de emitir o Recibo de Declaração de ISSQN retido de acordo com legislação municipal.**

Art. 6º O contribuinte substituto tributário deverá concluir o lançamento das informações até o 15º dia do mês subsequente ao do fato gerador.

§ 1º No caso de contratação de Microempreendedor Individual o Contribuinte Substituto Tributário, deverá obrigatóriamente informar a contratação através do livro eletrônico, devendo informar no campo "imposto retido" a sigla "MEI", sendo que os demais campos deverão ser preenchidos normalmente.

§ 2º O contribuinte que não realizar a declaração no prazo estabeçlecido no *caput* desse artigo fica sujeito as penalidades impostas pelo código tributario municipal.

Art. 7º O contribuinte substituto tributário dará obrigatoriamente ao prestador do serviço o Recibo de Declaração de ISSQN retido, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do imposto.

Art. 8º Aplica-se ao contribuinte substituto tributário todas as demais normas contidas na legislação tributária do município.

Art. 9º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio- MT, 9 de julho de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 86/2019.

DA ESPÉCIE: serviços.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de software Gestão Administrativa de solução completa de processos gerenciais e de gestão, que permita extração e importação de dados de forma automática e programada, bem como a geração de gráficos analíticos e sintéticos, painéis (dashboard) e relatórios para o suporte e tomada de decisão, acompanhado de treinamento, suporte técnico e manutenção de software com a garantia de atualização tecnológica para atender a Secretaria Municipal de Administração e departamentos.

DA VIGÊNCIA ADITADA: Aditado até 07/07/2021.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e A J ASSIS FERREIRA SOLUÇÕES EMPRESARIAL - ME , CNPJ/MF Nº 31.422.683/0001-07 / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 75/2018.

DA ESPÉCIE: Compra e serviços.

DO OBJETO: contratação do serviço de Banco de Preços

DA VIGÊNCIA: Aditado até 07/07/2021.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / Contratante, e NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, CNPJ: 07.797.967/0001-95/CONTRATADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 055/2020

Aos oito dias do mês de julho de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.313.826/0001-90, sediada na Avenida Antônio Fidelis, 1158, Parque Amazônia, Goiânia/GO, CEP: 74.840-090, neste ato representado pelo Senhor **Thiago do Egito Araújo,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 12494021999-8 SSP/MA e do CPF nº 006.642.381-30, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de Otoscópio, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Processo Administrativo nº 00002570/2020 realizado através de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico n° 014/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando aquisição parceladas de Otóscopio, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	V. Unit.	V. Total
170846-5	Unid	05	OTOSCOPIO - COM CABECOTE COM REGULADOR DE ALTA E BAIXA LUMINOSIDADE, COM VISOR MOVEL, COM LAMPADA INCANDESCENTE DE 2,5 V, COM CABO EM METAL CROMADO INOXIDAVEL PARA DUAS PILHAS MEDIAS COMUNS, ACOMPANHA (M) ESPECULO (S) 05 ESPECULOS, 01 DE 2,8MM, 01 DE 4,15MM, 01 DE 5MM,01 DE 6,0MM E 01 DE 9,0MM DE DIAMETRO, COM EMBALAGEM ADEQUADA COM MALETA - ACOMPANHA UMA LAMPADA SOBRESSALENTE. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA.	Mikatos	R$ 450,90	R$ 2. 254,50

Classificação Final

EMPRESA: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.

CNPJ: 12.313.826/0001-90;

ENDEREÇO: AVENIDA ANTÔNIO FIDELIS, 1158, QUADRA 156, LOTE 08, PARQUE AMAZÔNIA, GOIÂNIA – GO, CEP: 74.840-090;

TELEFONE: (62) 3295-8276 / (62) 9934-6969;

E-MAIL: antonio@retfarma.com

VALOR GLOBAL: R$ 2.254,90 (DOIS MIL DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS);

DADOS FINANCEIROS

BANCO BRADESCO

AGÊNCIA: 1147;

CONTA CORRENTE: 5940-4

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 08 de Julho de 2020.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**. Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Portaria: 002/2020 Gerência de Contratos e Licitações	

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 297/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 297/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sr.ª**LIDIANE MATOS LIMA,** matrícula funcional nº 2157 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 009.834.671-70, com e-mail: lidianeheitor11@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços nº 051/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **LICITAMAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.201.732/0001-91,que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais permanente móveis em geral, informática, eletrodoméstico e eletrônicos, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social; e Secretaria Municipal de Trânsito, junto ao município de Canabrava do Norte – MT; oriundo do Processo Licitatório n. 00049343/2019.

Art. 2º. Designar a Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2106 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, com e-mail: wesleyfelipe2013martins@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de Julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 302/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 302/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Sr.ª**JAMILLA ALVES CAPANEMA**, matrícula funcional n. 2078 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 023.490.381-30, com e-mail: jamillacapanema@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato Ata de registro de Preço nº 055/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.313.826/0001-90, que tem por objeto o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de Otoscópio e Detector de Batimentos Cardíacos Fetais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, oriundo do Processo Administrativo nº 00002570 /2020.

Art. 2º. Designar a servidora **NÚVIA ALVES DE SOUZA,** matrícula funcional n. 812, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 007.019.001-13, com e-mail: nuviaalvesdesouza@hotmail.com para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

JAMILLA ALVES CAPANEMA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 301/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 301/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Sr.ª**JAMILLA ALVES CAPANEMA**, matrícula funcional n. 2078 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 023.490.381-30, com e-mail: jamillacapanema@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato Ata de registro de Preço nº 056/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **S3M Empreendimentos Comerciais e Serviços EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.805.780/0001-51, que tem por objeto o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de Otoscópio e Detector de Batimentos Cardíacos Fetais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, oriundo do Processo Licitatório nº 00002570 /2020.

Art. 2º. Designar a servidora **NÚVIA ALVES DE SOUZA,** matrícula funcional n. 812, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 007.019.001-13, com e-mail: nuviaalvesdesouza@hotmail.com para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N.

001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

JAMILLA ALVES CAPANEMA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 300/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 300/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sr.ª **LIDIANE MATOS LIMA,** matrícula funcional nº 2157 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 009.834.671-70, com e-mail: lidianeheitor11@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços nº 054/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **DELTA ELETROMOVEIS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 32.396.720/0001-04, que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais permanente móveis em geral, informática, eletrodoméstico e eletrônicos, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social; e Secretaria Municipal de Trânsito, junto ao município de Canabrava do Norte – MT; oriundo do Processo Licitatório n. 00049343/2019.

Art. 2º. Designar a Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2106 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, com e-mail: wesleyfelipe2013martins@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de Julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 296/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 296/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do

contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sr.ª**LIDIANE MATOS LIMA,** matrícula funcional nº 2157 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 009.834.671-70, com e-mail: lidianeheitor11@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços nº 049/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.656.877/0001-82,que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais permanente móveis em geral, informática, eletrodoméstico e eletrônicos, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social; e Secretaria Municipal de Trânsito, junto ao município de Canabrava do Norte – MT; oriundo do Processo Licitatório n. 00049343/2019.

Art. 2º. Designar a Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2106 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, com e-mail: wesleyfelipe2013martins@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de Julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 295/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 295/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sr.ª **LIDIANE MATOS LIMA,** matrícula funcional nº 2157 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 009.834.671-70, com e-mail: lidianeheitor11@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços nº 050/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **FERRARI CELL LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.350.664/0001-05,que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais permanente móveis em geral, informática, eletrodoméstico e eletrônicos, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social; e Secretaria Municipal de Trânsito, junto ao município de Canabrava do Norte – MT; oriundo do Processo Licitatório n. 00049343/2019.

Art. 2º. Designar a Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2106 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, com e-mail: wesleyfelipe2013martins@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de Julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 299/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 299/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sr.ª**LIDIANE MATOS LIMA,** matrícula funcional nº 2157 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 009.834.671-70, com e-mail: lidianehei-

tor11@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços nº 053/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **INOVA TECH INFORMATICA EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 28.706.488/0001-96, que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais permanente móveis em geral, informática, eletrodoméstico e eletrônicos, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social; e Secretaria Municipal de Trânsito, junto ao município de Canabrava do Norte – MT; oriundo do Processo Licitatório n. 00049343/2019.

Art. 2º. Designar a Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2106 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, com e-mail: wesleyfelipe2013martins@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de Julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 775/2020, DE 08 DE JULHO DE 2020

DECRETO N. 775/2020, DE 08 DE JULHO DE 2020.

ATUALIZA MEDIDAS EXCEPCIONAIS, DE CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte.

CONSIDERANDO a edição do decreto estadual n. 520, de 10 de junho de 2020, que "*atualiza medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso*", fixando em seu artigo 3º, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso das 7h30 às 13h30;

CONSIDERANDO o aumento exponencial dos casos de COVID-19 no âmbito do Estado de Mato Grosso e a necessidade de adoção de medidas que contribuam com a promoção do isolamento social, como forma efetiva de evitar a propagação da pandemia,

CONSIDERANDO que no boletim informativo de n. 82, do dia 07 de julho de 2020, o município de Canabrava do Norte, estava a 1 (hum) caso ativo, para ser classificado na matriz de risco municipal, como RISCO ALTO, nos termos do Decreto Municipal n. 773/2020, de 17 de junho de 2020, que "*institui classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (covid-19), e dá outras providências*";

CONSIDERANDO que as medidas que autorizam o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e dos órgãos públicos levam em consideração o número de casos, o potencial de circulação de pessoas e que essas medidas podem ser ampliadas ou reduzidas;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das medidas de isolamento, bem como a elaboração, por parte do Estado do Mato Grosso, de plano de transição responsável, a ser executado de maneira escalonada e com a devida observância dos resultados, conforme introduz o já mencionado Decreto Estadual n. 522, de 12 de junho de 2020;

CONSIDERANDO nesse contexto no qual o Estado do Mato Grosso sequer chegou ao pico da epidemia, quiçá o número elevados de casos ativos em nosso município, tem-se que proceder com plano baseado em estudos técnicos-científicos, que justifiquem, do ponto de vista local, o distanciamento das medidas de isolamento, em razão do avanço da doença no Estado do Mato Grosso, podendo usar como parâmetro a classificação de risco, estabelecida pelo Estado, nos termos do Decreto n. 522/2020. Todavia, recomenda-se, uma simetria com as decisões tomadas em âmbito municipal;

CONSIDERANDO que os serviços essenciais de natureza peculiar, que se desenvolvem em atividades contínuas, não serão atingidos pela redução da jornada de trabalho;

CONSIDERANDO que o funcionamento de determinadas repartições públicas municipais em horário contínuos e reduzido permitirá atendimento com maior presteza e eficiência à população;

CONSIDERANDO que o atendimento no horário de almoço é mais efetivo no ponto em que manterá os serviços em pleno funcionamento em horário facilitado para toda a população;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto atualiza as medidas excepcionais, com efeitos temporários coincidentes com a vigência do Decreto Estadual n. 424, de 25 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Estado de Mato Grosso, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e do Decreto Municipal n. 765/2020, de 20 de abril de 2020, que "declara situação de calamidade pública no município de Canabrava do Norte, e define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento

à covid-19, em complementação às ações definidas no decreto estadual n 420, de 23 de março de 2020, e dá outras providências..

Art. 2º. Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - teletrabalho: modalidade em que o agente público executa suas atribuições funcionais fora das dependências de sua organização, mediante o uso de tecnologias de informação;

II - revezamento: modalidade de jornada de trabalho que poderá ser realizada sob a forma de escala de dias ou turnos de trabalho.

III - redução de jornada: redução temporária da jornada de trabalho, sem compensação ou redução de remuneração ou subsídio.

Art. 3º. A partir do dia 13 de julho de 2020, fica definida, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho das 7h00min às 13h00min, na Sede desta Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social; da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura; da Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana, além do Gabinete do Prefeito, da Unidade Municipal de Controle Interno, da Procuradoria Geral Municipal, da Coordenadoria da Unidade Municipal de Serviços Conveniada - USC/SEFAZ, da Coordenadoria do Posto de Identificação, da Ouvidoria Geral do Município; da Gerência de Convênios e Prestação de Contas e da Coordenadoria de Recursos Humanos. E a Secretaria Municipal de Saúde, bem como, a Gerência de Empenho, Registro e Informações Contábeis; a Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas; a Gerência de Arrecadação e Fiscalização Tributária; a Gerência de Licitação e Elaboração de Contratos, a Gerência de Especificação de Bens e Serviços, a Coordenadoria de Compras; a Coordenadoria de Patrimônio; a Coordenadoria de Almoxarifado; a Coordenadoria de Pesquisa de Mercado, a Gerência de Frotas e Contratos, o Centro de Referência da Assistência Social e a Tesouraria Municipal funcionarão no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 15h30min. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico terá o seu funcionamento das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, mantendo-se inalterados, entretanto, os horários para os serviços de natureza peculiar, que se desenvolvem em atividades contínuas.

§ 1º. O disposto no caput, não se aplica aos setores que prestam serviços essenciais à população e os que funcionam em regime de escala horária, bem como, as Unidades Escolares e as Unidades Básicas de Saúde, e o Centro de Saúde Milton Gonçalves da Silva que deverão funcionar normalmente.

§ 2º. Só serão computadas como horas extras, àquelas que excederem às 8 (oito) horas de trabalho, e devidamente autorizadas expressamente pelos respectivos Secretários e pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Os secretários municipais possuem liberdade para definir horários diferenciados para os servidores da respectiva pasta, bem como, o teletrabalho e o revezamento, conforme as atividades por eles exercidas, garantindo sempre que não haja prejuízo à população em razão da redução de jornada definida no presente decreto.

§ 1º. Os servidores sujeitos ao regime de revezamento, trabalham um dia em sua unidade de lotação e alternadamente, no outro dia, em teletrabalho, ainda que tais atividades sejam oriundas de unidade administrativa diversa daquela em que estiver lotado, mediante escala de revezamento a ser estabelecida pela chefia imediata, desde que não haja prejuízos às atividades do órgão, resguardando o quantitativo mínimo de servidores para garantir a preservação do funcionamento dos serviços considerados essenciais e prioritários.

§ 2º. A realização de teletrabalho deverá ser compatível com os meios de controle e aferição da produtividade, conforme definido em ato regulamentar específico.

§ 3º. Cabe à autoridade máxima do órgão ou entidade decidir quanto à efetiva necessidade da presença física do servidor nas respectivas unidades administrativas.

Art. 5º O controle de assiduidade e pontualidade deverá ser feito de forma remota ou por meio de anotação em formulário de ponto.

Art. 6º. A modificação do horário de funcionamento ora instituído não importa em correspondente redução de salários e vencimentos.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças poderá expedir normas complementares para a implementação e execução deste Decreto.

Art. 8º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Canabrava do Norte – MT, 08 de julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PORTARIA N. 293/2020, DE 08 DE JULHO DE 2020.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.517, do Diário Oficial dos Municípios no dia 09 de julho de 2020,

Onde se lê: Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 01 de julho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Leia Se: Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 01 de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

PORTARIA N. 293/2020, DE 08 DE JULHO DE 2020.

"EXONERA A PEDIDO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR** a pedido, a Servidora Pública MunicipalSr.ª **ELISÂNGELA GARCIA,** matrícula n. 903, ocupante do cargo de **Agente Comunitária De Saúde – ACS,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 01 de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Canabrava do Norte - MT, em 08 de Julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 298/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA N. 298/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sr.ª**LIDIANE MATOS LIMA,** matrícula funcional nº 2157 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 009.834.671-70, com e-mail: lidianeheitor11@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços nº 052/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **DOUGLAS E. C. MONTEIRO EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 32.534.923/0001-10,que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais permanente móveis em geral, informática, eletrodoméstico e eletrônicos, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social; e Secretaria Municipal de Trânsito, junto ao município de Canabrava do Norte – MT; oriundo do Processo Licitatório n. 00049343/2019.

Art. 2º. Designar a Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2106 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, com e-mail: wesleyfelipe2013martins@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de Julho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 056/2020

Aos oito dias do mês de julho de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **14.805.780/0001-51** sediada na Rua Jacinto Leão da Silva, 1464, Quadra 02. Lote 03, Sala A, Vila Ceará, Aragarças/GO, Cep: 76.240-000, neste ato representada pelo Senhor **Sandro Bueno Marthins,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 4672113 DGPC/GO e do CPF nº 730.436.801-20, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de Detector de Batimentos Cardíacos Fetais, onde foi **HOMOLOGADA** nos autos do processo licitatório nº 00002570/2020, referente ao Pregão Eletrônico n° 014/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o registro de preços para possível aquisição de Detector de batimentos cardíacos fetais, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde; pelo período de 12 meses;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 10 (dez) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
181027-8	Unid.	1	DETECTOR DE BATIMENTOS CARDIACOS FETAIS - COM INDICADOR(ES) SONORO, DIGITAL DE FREQUENCIA CARDIACA, PORTATIL, PARA AUSCULTA DE BAT. CARDIO-FETAL, P/ULTRA-SOM, COM CONTROLE(S) DE VOLUME E TONALIDADE, COM OPCAO PARA FONE DE OOVIDO OU AUTOFALANTE, ACOMPANHA: TRANSDUTOR FONE DE OUVIDO, 02 FRASCOS COM GEL PARA CONTATO, ALIMENTACAO: 110/220 -60 HZ, INCLUI: MANUAIS, GARANTIA, ASSISTENCIA TECNICA E DEMAIS INFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA	MEDPEJ	R$ 741,20	R$ 741,20

Classificação Final

EMPRESA: S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI.

CNPJ: 14.805.780/0001-51;

ENDEREÇO: RUA JACINTO LEÃO DA SILVA, 1464, QUADRA 02. LOTE 03, SALA A, VILA CEARA, ARAGARÇAS/GO, CEP: 76.240-000;

E-MAIL: comercial@s3mconsultorias.com.br

TELEFONE: (064) 3638-3218

VALOR: R$ 741,20 (SETECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS).

DADOS BANCÁRIOS

BANCO AMAZÔNIA (003)

AGÊNCIA: 067

CONTA CORRENTE: 71423-2

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 08 de Julho de 2020

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues Gerência de Licitações e Contratos Portaria nº 002/2020	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 055/2020

Concurso Público 001/2019

Edital de Convocação N° 055/2020

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo decreto n°3038 de 17 de janeiro de 2020.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter definitivo no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	CONCURSO PÚBLICO
MEYRELLE MOREIRA MARCELINO	ENFERMEIRA	Edital 001/2019

A candidata convocada terá 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 09 de julho de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RESCISÃO CONTRATO Nº 050-2020

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL"AMIGÁVEL" DO CONTRATO Nº 050/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA–MT E A EMPRESA APROCAMPO MÁQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Maraguaí, nº. 228, Centro, CEP: 78.640-000, devidamente inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1671142 SSP/GO e inscrito no CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita, nº. 296, Bairro Centro, Canarana – MT, doravante denominada simplesmente **DISTRATANTE**, e do outro lado a empresa **APROCAMPO MÁQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03. 362.799/0001-54, estabelecida na Rua Engenheiro Franscisco Rodrigues Pereira, s/nº, Bairro Ponte Nova, Cidade de Varzea Grande-MT, neste ato representada por **ERNANDES VENDRAME**, portador do RG nº 231.916 SSP/MT e CPF nº 206.190.301-00, denominada simplesmente de **DISTRATADA**, resolvem **RESCINDIR AMIGAVELMENTE** o Contrato nº **050/2020**, face aos seguintes argumentos e justificativas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

1.1 - Fica rescindido **amigavelmente o Contrato nº 050/2020** que tem por objeto a **aquisição de ROÇADEIRA ARTICULADA HIDRÁULICA** articulada; largura de corte: 1,5m; 02 navalhas; peso de 1050; potência necessária (cv) acima de 75 cv (exceto tratores compactados). – **MARCA: MWF, MODELO: HARPIA 515,** conforme convênio Nº 892119/2019, celebrado entre o município e a Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**,** oriundo do processo licitatório na modalidade **pregão presencial nº 011/2020.**

1.2 - Por força da presente rescisão as partes dão por finalizado o referido contrato, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido de forma amigável.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1 - O presente instrumento se fundamenta no inciso 8.1 do Contrato e no art. 78, inciso XII e art. 79, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93. **2.2 -** A presente rescisão é amigável e motivada por interesse público, decorrente de fato superveniente conforme justificativa anexa aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A **DISTRATANTE** bem como a **DISTRATADA** ficam dispensadas do pagamento de multa contratual em virtude das razões que motivaram a presente rescisão amigável. **3.2 -** A **DISTRATANTE** promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor do **Contrato nº 050/2020**. **3.3 -** Fica eleito foro da Comarca de Canarana - MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriunda dessa decisão.

Por estarem justos e distratados mutualmente assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais, juntamente com duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana – MT, 09 de julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

DISTRATANTE

APROCAMPO MÁQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

ERNANDES VENDRAME

DISTRATADA

ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES

Portaria nº 130/2020 de 18/02/2020

FISCAL DE CONTRATO

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

Portaria nº 130/2020 de 18/02/2020

FISCAL DE CONTRATO

Suplente

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

AVISO REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011-2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

O prefeito Municipal de Canarana, Sr. **Fabio Marcos Pereira de Faria**, no uso de suas atribuições e com base no Art. 49 "caput" da Lei 8.666/93 e sumula 473 do STF, resolve **revogar** o **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020**, o qual teve como objeto Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de patrulha mecanizada para o Municipio de Canarana, conforme convênio Nº 892119/2019,** celebrado entre o municipio e a Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA**, por razões de interesse publico devidamente justificados e anexados ao processo licitatório.

Canarana- MT, 09 de julho de 2020.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

RESCISÃO CONTRATO Nº 049-2020

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL"AMIGÁVEL" DO CONTRATO Nº 049/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA–MT E A EMPRESA AGRITEX COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Maraguaí, nº. 228, Centro, CEP: 78.640-000, devidamente inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1671142 SSP/GO e inscrito no CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita, nº. 296, Bairro Centro, Canarana – MT, doravante denominada simplesmente **DISTRATANTE**, e do outro lado a empresa **AGRITEX COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 06.098.802/0001-62, estabelecida na Avenida Industrial, nº 1260, Setor Industrial, Cidade de Agua Boa-MT, neste ato representada por **GERSON LUIS GARBUIO**, portador do RG nº 9035433755 SSP/RS e CPF nº 476.446.130-72, denominada simplesmente de **DISTRATADA**, resolvem **RESCINDIR AMIGAVELMENTE** o Contrato nº **049/2020**, face aos seguintes argumentos e justificativas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

1.1 - Fica rescindido **amigavelmente o Contrato nº 049/2020** que tem por objeto a **aquisição de 02 (dois) TRATORES AGRÍCOLAS** – ano 2020/2020, a partir de 4 cilindros, turbinado, 4,5 l de cilindrada, mínimo de 110 CV a 2.300 RPM, redutor de velocidade, potência mínima do motor na rotação nominal: (KW) 81 KW/105 CV – **MARCA: CASE IH, MODELO: FARMAL 110 A,** conforme convênio Nº 892119/2019, celebrado entre o município e a Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**,** oriundo do processo licitatório na modalidade **pregão presencial nº 011/2020.**

1.2 - Por força da presente rescisão as partes dão por finalizado o referido contrato, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido de forma amigável.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1 - O presente instrumento se fundamenta no inciso 8.1 do Contrato e no art. 78, inciso XII e art. 79, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93. **2.2 -** A presente rescisão é amigável e motivada por interesse público, decorrente de fato superveniente conforme justificativa anexa aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A **DISTRATANTE** bem como a **DISTRATADA** ficam dispensadas do pagamento de multa contratual em virtude das razões que motivaram a presente rescisão amigável. **3.2 -** A **DISTRATANTE** promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor do **Contrato nº 049/2020**. **3.3 -** Fica eleito foro da Comarca de Canarana - MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriunda dessa decisão.

Por estarem justos e distratados mutualmente assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais, juntamente com duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana – MT, 09 de julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

DISTRATANTE

AGRITEX COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA

GERSON LUIS GARBUIO

DISTRATADA

ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES

Portaria nº 130/2020 de 18/02/2020

FISCAL DE CONTRATO

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

Portaria nº 130/2020 de 18/02/2020

FISCAL DE CONTRATO

Suplente

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020, de 09/07/2020

De conformidade com o disposto no Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a Dispensa de licitação para **Aquisição de Botijão MVE 20 para armazenamento das amostras RT-PCR para COVID-19 para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Carlinda/MT.**

VALOR GLOBAL: **R$ 4.830,00** (quatro mil oitocentos e três reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.**

CNPJ: 00.593.476/0001-83

Carlinda - MT, 09 de Julho de 2020.

Deise Dione Mutschall

Presidente da C.P.L

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 020/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: C. CEZAR DOS SANTOS EIRELI ME sob CNPJ 34.134. 962/0001-55

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 30 de Agosto de 2020.

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 29 de Outubro de 2020.

ACRÉSCIMO: R$14.501,56 (quatorze mil quinhentos e um reais e cinquenta e seis centavos)

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 020/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: C. CEZAR DOS SANTOS EIRELI ME sob CNPJ 34.134. 962/0001-55

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 30 de Agosto de 2020.

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 29 de Outubro de 2020.

ACRÉSCIMO: R$14.501,56 (quatorze mil quinhentos e um reais e cinquenta e seis centavos)

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 241 DE 09 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *SALUA GAZALI*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 03 da Lei Municipal nº 1.199 de 09 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº. 015 de 22/01/2020;

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº. 125 de 17/04/2020

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***SALUA GAZALI***,efetiva no cargo de Procuradora Jurídica, lotada no Gabinete, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **08/07/2020 à 31/12/2020**, conforme processo do DRH nº 03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 240 DE 08 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **CAMILA DIAS DE OLIVEIRA** matricula nº 4275, cargo de Fiscal de Tributos, na data 08 de Julho de 2020, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 08 de Julho de 2020 ao dia 09 de Julho de 2020 totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 234 DE 08 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Alteração do Período de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o último período de gozo de FÉRIAS do servidor **AVELINO FLORIANO KORZEKWA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo matricula 2028, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, devendo ser usufruído de **08/07/2020 à 22/07/2020**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2015/2016,** terço de férias pago em Abril/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA RETOMADA DA OBRA DO CENTRO CULTURAL E TURISMO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT.

DATA DE ASSINATURA: 02/07/2020

VALOR GLOBAL: R$ 574.150,04 (quinhentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

CONTRATADO: LACERDA E COSTA CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 02.310.518/0001-57.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2020

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 044/2020

Da publicação **CONTRATO Nº 044/2020**, no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, na data 09 de Julho de 2020, edição n° 3.517, pagina 78,

ONDE SE LÊ: CONTRATO Nº 044/2020

CONTRATADA: **TRAEL TRANSFORMADORES ELÉTRICOS LTDA.**

SE LEIA: CONTRATO Nº 045/2020

CONTRATADA: **TRAEL TRANSFORMADORES ELÉTRICOS LTDA**

DATA: 16/06/2020.

COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2020

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES PARA O COVID 19 - PCR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DE CLÁUDIA/MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020

CONTRATADO: LABVIDA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA,

CNPJ nº 32.385.669/0001-35

Endereço: Rua Campos Sales, nº 1256, Centro, Cláudia/MT

VALOR GLOBAL: R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: **31/12/2020.**

HOMOLOGO.

Cláudia – MT, 09 de Julho de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO N.º 1819/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020 DE 2020.

DECRETO N.º 1819/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

"Dispõe sobre criação e nomeação dos membros do COMITÊ DE INVESTIMENTOS do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cocalinho - MT, e dá outras providências."

A Prefeita do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no usa das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Considerando o art. 3º-A da Portaria MPS n.º 170 de 25 de abril de 2012, com redação dada pela Portaria n.º 440 de 09 de outubro de 2013;

Considerando a necessidade de instituição do Comitê de Investimentos que visa auxiliar na gestão dos recursos previdenciários do Previ-Cocalinho;

Considerando a necessidade de nomeação dos membros para a composição do Comitê de Investimentos;

RESOLVE:

Art. 1º Passa a compor a organização administrativa do Previ - Cocalinho , o Comitê de Investimentos com função de auxiliar o processo decisório quanto a execução da política de investimentos dos recursos previdenciários.

Art. 2º Compõem o Comitê de Investimento do Previ-Cocalinho: a senhora **Ana Paula Nogueira Matias** - CPF n.º 018.506.231-80; a **senhora Adriana Alves Ferreira** - CPF n.º 935.844.151-87; e, o Sr. **Divino Candido Cardoso** - CPF n.º 000.734.641-71, para comporem a Comissão de Investimento dos recursos previdenciários.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos de 03 (três) anos, podendo ser renovados por igual período.

§ 2º - O presidente do Comitê será escolhido entre os membros, e, exercerá durante o período de validade do Comitê.

§ 3º - A maioria do Comitê de Investimentos, pelo menos 02 (dois), depois de terem sido eleitos, necessariamente, deverão estar aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme artigo 2º da portaria MPS nº 170/2012.

§ 4° Havendo mais de três interessados a escolha será feita por voto secreto pelos Conselheiros Previdenciários.

§ 5º Não havendo interessados, ou havendo em insuficiência, a nomeação necessária para compor o quadro de 03 (três) membros, será efetuada por indicação do Presidente entre os servidores que detenham as características elencadas neste artigo.

Art. 3º O Comitê de Investimentos se reunirá, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente realizar estudos quanto a destinação da aplicação dos recursos previdenciários, de forma a auxiliar os Conselhos Deliberativos na execução da política de investimentos.

§1º As decisões referentes a destinação da aplicação dos recursos previdenciários deverão ser registradas em atas e arquivadas junto as demais decisões emitidas pelo Conselho Deliberativo.

§2º Os membros do Comitê de Investimentos, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Cocalinho, 06 de Julho de 2020.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.821/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.821/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO DECRETO 1817/2020 PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVA MARIA DE LIMA PERES, Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as proposições exaradas pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as prescrições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, norma de caráter geral que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a publicação da Portaria n. 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, a qual declara, em todo o território nacional, o Estado de transmissão comunitária do Coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF n° 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADIn°6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, para dirigirem o sistema único e executarem ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

CONSIDERANDO o disposto na Súmula Vinculante nº. 38, que fixa a competência aos municípios de definirem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como o art. 30, I, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o aumento dos casos confirmados de contágio pela Covid-19 no Município nos últimos dias, que justificam a adoção de medidas administrativas mais restritivas;

CONSIDERANDO a taxa de ocupação dos leitos de UTI's de hospitais públicos e privados publicado nos últimos boletins da Secretaria Estadual de Saúde já está com mais de 90 % de ocupação no estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar as ações fiscalizatórias em estabelecimentos comerciais, bem como de coibir as atividades e condutas incompatíveis com as ações de combate à pandemia da COVID19 no Município.

CONSIDERANDO as recomendações médicas e de saúde pública exaradas pelos membros do Comitê relacionados a tais especialidades, e DECRETO ESTADUAL 532/2020, e

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade administrativa e o interesse público,

D E C R E T A:

Art. 1º- a Prorrogação do Decreto Municipal 1817/2020 por mais 10 (dez) dias vencendo em 21 de julho de 2020, que dispõe sobre as medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Cocalinho-MT.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Cocalinho-MT, em 9 de julho de 2020.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

ERRATA NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/ 2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ERRATA NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/ 2020, DE 29 DE junho DE 2020.

Essa publicação está na edição do(s) dia(s): 03 de JULHO de 2020.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará à CONTRATADA, pelo objeto do contrato o montante de **R$** 46.900,00, **(quarenta e seis mil e novecentos reais)**, a ser empenhado no exercício de 2020 do orçamento vigente. A corrente despesa correrá a conta da dotação orçamentária:

Cod Red.	Unidade Orç.	F. Programatica	Prj/Atividade	Elemento de Despesa
275	07.001	10.302.0116	2.049	3.3.90.30.00.00.00

LEIA-SE:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará à CONTRATADA, pelo objeto do contrato o montante de **R$** 46.900,00, **(quarenta e seis mil e novecentos reais)**, a ser empenhado no exercício de 2020 do orçamento vigente. A corrente despesa correrá a conta da dotação orçamentária:

Cod Red.	Unidade Orç.	F. Programatica	Prj/Atividade	Elemento de Despesa
279	07.001	10.302.0116	2.049	3.3.90.39.00.00.00

Cocalinho, 09 de julho de 2020.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 047/2020.

Contrato de Prestação de Serviço nº 047/2020.

ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCALINHO E A EMPRESA RENAN RODOVALHO DE ALMEIDA FERNANDES, **NA FORMA SEGUINTE:**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO** – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº 676, Centro – CEP.: 78.680-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal **Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. 676, Setor Central, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro, e de outro lado a empresa **RENAN RODOVALHO DE ALMEIDA FERNANDES** 01502486105, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.226.086/0001-08, com sede na Rua 32 A Nº 208, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, CEP 74.075-480, Representado neste ato pelo Senhor. Renan Rodovalho de Almeida Fernandes, portadore do CPF.015.024.861-05 e Rg. 4178873 DGPC/GO doravante denominado **CONTRATADA,** tem entre si, justo avençado, e celebram, por força do presente instrumento de **Contrato de Prestação de Serviços,** em conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, conforme autos do Edital **(Modalidade de Licitação Dispensa de Licitação) nº 017/2020**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. **Contratação de empresa especializada em letras caixa em chapa de aço pintada com 80cm de altura escrita (EU AMO COCALINHO), com estrutura para chumbar no local, DO FUNDAMENTO LEGAL:** Este contrato rege-se pelas normas da Lei nº 8.666/93, e legislação civil aplicável à espécie. É firmado com base em processo de licitação ultimado, na modalidade Dispensa nº 007/2020, de 07 de julho de 2020, o qual faz parte integrante deste instrumento, como nele expressas estivessem suas condições e obrigações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em letras caixa em chapa de aço pintada com 80cm de altura escrita (EU AMO COCALINHO), com estrutura para chumbar no local

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste Contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como em compatibilidade com as obrigações assumidas;

II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou Contrato social, sempre que houver alteração;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará à CONTRATADA, pelo objeto do contrato o montante de **R$ 10**.300,00, **(des mil e trezentos reais)**, a ser empenhado no exercício de 2020 do orçamento vigente. A corrente despesa correrá a conta da dotação orçamentária:

Cod Red.	Unidade Orç.	F. Programatica	Prj/Atividade	Elemento de Despesa
432	08.003	15.452.0060	1.045	3.3.90.30.00.00.00

Parágrafo Primeiro: O preço fixado nesta Cláusula compreende todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo: Os fornecimentos serão de conformidade com a instrução vigente sobre o assunto, respeitadas a equipe mobilizada, os preços, os encargos e custos indiretos constantes da Proposta de Preço. Os pagamentos serão efetuados até o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da Nota no protocolo da Prefeitura.

Parágrafo Terceiro: - O pagamento pelo objeto desta contratação correrá à conta dos recursos da Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de Cocalinho.

Parágrafo Quarto: - O pagamento será efetuado através de crédito em conta-corrente da contratada mediante a entrega dos relatórios.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, que, a critério da PREFEITURA, se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto nos §§ 1° e 2°, inciso II do artigo 65 da Lei n° 8.666/93 e Inciso II, do § 1º, do artigo 112, da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao gestor do Contrato, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Contrato.

I - propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

II - encaminhar o fato à deliberação superior, com vistas a oficiar aos órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário;

Parágrafo único: - A CONTRATADA deverá indicar preposto, aceito pelo gestor deste contrato, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste Contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à PREFEITURA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem a vigência de 09 de julho de 2020 a 30 de julho 2020, podendo ser prorrogado, conforme permissivo do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

O valor do presente Contrato não poderá ser reajustado em razão de seu prazo de vigência. No entanto, caso haja necessidade de outros serviços complementares ao objeto do contrato será negociado o valor referente ao supracitado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e 152 da Lei Estadual 15.608/07.

Parágrafo primeiro: - A rescisão deste Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da PREFEITURA nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8666 de 1993.

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a PREFEITURA

III - judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo segundo: - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo terceiro: - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo quarto: – À **PREFEITURA MUNICIPAL** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como os do art. 80, da referida Lei, e os Artigos 130 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Agua Boa – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Cocalinho – MT, em 09 de julho de 2020.

Dalva Maria de Lima Peres **Contratante** **Testemunhas:**	**RENAN RODOVALHO DE ALMEIDA FERNANDES** **Contratada**
Nome CPF	Nome CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 229/GP/2020

PORTARIA Nº229/GP/2020, DE 09 DEJULHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Alterar parcialmente o Art. 1º. da Portaria nº. 079/GP/2020, de 02 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

"ART. 1º - Conceder gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário base da Servidora **Karla Silveira Barbosa**, matricula nº. 1937, portadora do CPF nº. 054.689.319-82, efetiva no Cargo de Tecnica de Enfermagem, e desisgna a referida servidora como responsável pelo Sistema SIM (Sistema de Mortalidade), SINASC (Sistema de Nascidos Vivos) e Investigação de Óbitos, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. "

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de julho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 881, DE 09 DE JULHO DE 2020

***Súmula:*"Concede RGA – Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos do Município de Colniza/MT, e dá outras providências"**

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito de Colniza, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal autoriza a concessão do índice de **4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento)** a título de revisão geral anual - RGA, fixado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos Vencimentos dos Servidores Públicos da Saúde, enquadrados na **Lei Municipal nº 501/2011,** que Institui a Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS do Poder Executivo Municipal de Colniza e **da Lei Municipal nº 500/2011** – Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais e **Lei Municipal nº 502/2011 -** Cargos e Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Educação Básica.

Art. 2º - Aplica-se também o RGA, nos mesmos índices de **4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento)** aos servidores de ocupantes dos cargos de livre nomeação e exoneração, nos moldes do anexo I da Lei Municipal nº 500/2011 e suas posteriores alterações, **excetuados os cargos de Prefeito, Vice-Prefeitos e Secretários.**

Art. 3º - Para efeito de aplicação desta Lei, ficam atualizados os Anexos da **Lei Municipal nº 685/2017, oriunda das Leis da 500/2011, 501/2011 e 502/2011.**

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2020.

Art. 5º - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 09 de julho de 2020.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 227/GP/2020

PORTARIA Nº227/GP/2020, DE 08 DEJULHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar **Rosa Monica Ferrari da Silva Souza,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 2470851-8 SSP/MT e CPF n° 650.803. 782-04, do em Comissão de **Supervisora de Departamento,** vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 08 de julho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 08 de julho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 228/GP/2020

PORTARIA Nº228/GP/2020, DE 09 DEJULHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Rosa Monica Ferrari da Silva Souza,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 2470851-8 SSP/MT e CPF n° 650.803. 782-04, para exercer o em Comissão de **Diretora de Departamento,** responsável pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de julho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 115/GP/2020

DECRETO Nº. 115/GP/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1°- Art. 1°- Ficam nomeados pelo período de 02 anos (2020/2021), os membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme abaixo relacionados.

MEMBROS RESPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

1- AMEC:

Titular: Cezar Carvalho da Luz.

Suplente: Maria Aparecida Xavier Garcia

2-COMUNIDADES EVANGÉLICAS

Titular: Jovelino Alves de Almeida.

Suplente: Renan Rocha Caxias

3- COMUNIDADES CATÓLICAS:

Titular: Naita Maria de Jesus.

Suplente: Neusa Rosa dos Santos de Oliveira

4-CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS (CDL)

Titular: Glecyana Rodrigues de Oliveira

Suplente: Maria Gabriela Grande Salvador

5 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXECPCIONAIS DE COLNIZA/MT:

Titular: Marco Aurelio de Velasco Teixeira

Suplente: Eduardo Souza Santos

6- COMUNIDADES CATÓLICAS:

Titular: Maria Zuleide de Oliveira

Suplente: João Andrade Dias

MEMBROS RESPRESENTANTES DO GOVERNO

7- SECRETARIA DE SAÚDE:

Titular: Jose Vanderlei Nunes Fernandes

Suplente: Luciano Campos Silva

8-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Maricelma de Souza Oliveira

Suplente: Ceres Regina Borges Balhs

9-SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Maria Goretti Ferreira Silva

Suplente: Eliana Teixeira Broisler

MEMBROS RESPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAUDE

10- AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Titular: Lucimari Gomes Barbosa

Suplente: Cremilda Silva Ricardo Barbosa

11- PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Titular: Jeniffer da Silva Oliveira

Suplente: Andréia dos Santos Oliveira

12- OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR:

Titular: Carlos Alberto Tavares da Costa

Suplente: Raiane Antunes Leite

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se; e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 09 de julho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO – CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020

PROCESSO Nº 015/2020

A **Câmara Municipal de Colniza – MT faz** saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PODER LEGISLATIVO DE COLNIZA - MT.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009 e 030/GP/2019, a Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2007, o Decreto nº 7.892/2013 e a Lei nº. 8. 666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **23 de julho de 2020, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Colniza – MT no endereço Avenida do Contorno 153 Centro, Colniza – MT. Qualquer dúvida entrar em contato pelo endereço já mencionado pelo **e-mail: camaracolniza@hotmail.com ou** pelo telefone **(066) 3571- 1073/1074. O edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.colniza.mt.leg.br**

Colniza – MT, 09 de julho de 2020.

Vânia Orben

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 230/GP/2020

PORTARIA Nº230/GP/2020, DE 09 DEJULHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar **Sonia Simões de Lima,** matricula nº. 3310,efetiva no Cargo de Agente de vigilância Sanitária**,** 40 horas, para desempenhar as atribuições de **Fiscal Sanitário,** no Distrito do Guariba, Município de Colniza/MT.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de julho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2020

PREGÃO: N° 031/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01. 367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Jeferson Ferreira Gomes,** brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Três Mártires nº 219, bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa **TRANSPORTADORA E TERRAPLANAGEM MODESTO LTDA**, inscrita no CNPJ 01.776.215/0001-61, instalada a Rua das Pitangueiras Nº 640 N, bairro Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **4670.E0A5.B544.D46F** de 24/04/2020 com validade 21/10/2020, representada neste ato pelo sócio proprietário Sr. **Ascendino Mudesto de Oliveira**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 03.62.903-1 SSP/MT e CPF nº 361.848.001.10 residente e domiciliado na Av. Minas Gerais, nº 2788 Centro, no Município de Comodoro – MT, doravante denominada **FORNECEDORA**, acordam *proceder, nos termos do* Edital de nº 031/2020 e Processo Administrativo nº 042/2020, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/ 2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

A presente licitação tem por objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 12M³ COM POTÊNCIA MINIMA DE 180 CV PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, com as especificações descritas abaixo, sendo vencedora a empresa:

TRANSPORTADORA E TERRAPLANAGEM MODESTO LTDA, no valor de R$ 36,00 (trinta e seis reais) para o item de número 01.

Valor estimado desta Ata de Registro de Preços é de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando de 09/07/2020 até 09/07/2021,

Comodoro - MT, 07 de Junho 2020.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço nº 031/2020.

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 034/2020

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2020

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 09/07/2020 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço, EDITAL n° 034/2020, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, consagrou-se vencedora a empresa licitante: MARIA JOSE DOS REIS NETO, PADRO CAMARGO E CIA LTDA ME.

Comodoro – MT, 09 de Julho de 2020.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 56/2020.

Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária e remanejamento de valor, para respectivos itens do Contrato **Nº 56/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 - Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: SUPERMERCADO UNIÃO LTDA, inscrita no CNPJ com o n° 31.023.670/0001-57.

OBJETO: Aquisição De Cesta Básica Para Atender A Demanda Da Secretaria De Assistência Social, No Atendimento Aos Usuários Que Se Encontram Em Situação De Vulnerabilidade Social Temporária Devido A Pandemia Covid 19, Junto Ao Município De Confresa – MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento ao Contrato Nº **56/2020.** Tem o objetivo de incluir dotação orçamentária e remanejamento de valor.

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Assistência Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. ativ.: 2.117 - Manutenção Encargos com Programa Cofinanciamento

Cód Red: 1755 - Material de Consumo

Fonte: 0043- Recurso Estadual

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Valor R$ 78.960,00

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR.

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Assistência Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. ativ.: 2.139 – Enfrentamento do Covid - Cofinanciamento

Cód Red: 2036 - Material de Consumo

Fonte: 0043- Recurso Estadual

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Valor R$ 78.960,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 961/2020, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 07 Julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.114/2020

Aos 9 dias do mês de julho do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro desta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 134/2020 Homologado 09/07/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 81/2020 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo** objetivo de eventual e futura **aquisição de material de limpeza e lavanderia para hospital municipal de Confresa-MT,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **aquisição de material de limpeza e lavanderia para hospital municipal de Confresa-MT,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviços a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar o serviços solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) A entrega dos materiais de limpeza deverá ser de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante em no máximo 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **09 de julho de 2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 26.457.348/0001-04

END.: AV. GRAÇA ARANHA, SALA 02 E 03, S/Nº, QD. 029, LT.0009. **CEP:** 74.916-070

SETOR: JARDIM NOVA ERA

MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIANIA – GO

TEL.: (62) 3983-2239 **E-mail**: contato@cadistribuidora.com

REPRESENTANTE LEGAL: JOSE LUIZ SOUZA DE PAULA JUNIOR

RG: 140.720-25 SSP/MT **CPF**: 010.016.521-42

ITENS: 03, 04, 07 E 10.

ITEM	COD DO TCE	COD. DO SISTEMA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
03	00024830	33121068	GL	1000	DESINFETANTE BACTERICIDA PARA AREA HOSPITALAR - DESINFETANTE SUPER CONCENTRADO HOSPITALAR E INDUSTRIAS ALIMENTICIAS - COMPOSICAO QUIMICA-CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO, TENSOATIVO NAO IONICO, SEQUESTRANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA 8% DILUICAO 1%PH5,0-9.0. (DESINFETANTE HIPER CONCENTRADO 05 LITROS)	GLIX	189,00	189.000,00
04	156020-4	33121351	GL	150	DETERGENTE ENZIMATICO, PARA USO HOSPITALAR GL 5 LITROS	PROLINK	190,00	28.500,00
07	164989-2	33121360	GL	4000	HIPOCLORITO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORMA DE APRESENTACAO BOMBONA COM 5LITROS, PARA DESINFECCAO DE SUPERFICIES E MATERIAIS.	PROLINK	19,50	78.000,00
10	2000081-4	33121376	GL	75	SOLUÇAO DE ACIDO PERACETICO 2% P/ DESINFECÇÃO DE MASCARAS DE NEBOLIZAÇÃO E TRAQUEIAS DE CENTRO CIRURGICO, LATEX GALAO 5.000 ML	COSMODERMA	162,00	12.150,00
	VALOR TOTAL: R$ 307.650,00							

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 894- Material de Consumo

Fonte: 0042- Receitas de Impostos e de Transferência - Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **81/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida pelo o servidor credenciado SRº **JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI, Portaria Municipal nº 187/2020, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 26.457.348/0001-04

Representante Legal: JOSE LUIZ SOUZA DE PAULA JUNIORCPF: 010.016.521-42

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 62/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DECRETO Nº 62/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

Altera o Decreto Municipal nº 55, de 31 de dezembro de 2019 que fixa os dias de feriados nacional, estadual e municipal e estabelece os pontos facultativos nas repartições públicas do município de Confresa, do ano de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a necessidade de correção do Decreto nº 55/2020 por força do que determina a Lei Municipal nº 805, de 09 de janeiro de 2018, que fixa a data do feriado do Dia do Evangélico, anualmente, no segundo sábado do mês de julho;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o inciso XI, art. 1º do Decreto nº 55, de 31 de dezembro de 2019, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

.....

XI – 11 de julho (sábado) – Dia do Evangélico - feriado municipal;

.....

....." (NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Confresa-MT, 09 de julho de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.113/2020

Aos 9 dias do mês de julho do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro desta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 134/2020 Homologado 09/07/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 81/2020 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo** objetivo de eventual e futura **aquisição de material de limpeza e lavanderia para hospital municipal de Confresa-MT,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **aquisição de material de limpeza e lavanderia para hospital municipal de Confresa-MT,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes do fornecedor, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado no prazo estabelecido e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar o serviço conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) A entrega dos materiais de limpeza deverá ser de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante em no máximo 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **09 de julho de 2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: RETFARMA DIST. MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES

CNPJ Nº 12.313.826/0001-90

END: AV. ANTONIO FIDELIS Nº 1158, QD 156, LT 08 – PQ AMAZONIA

CEP: 74.840-090 – MUNICIPIO DE GOIANIA – GO

TELEFONE: (62) 3086-6453 **E-MAIL:** licitacao@retfarma.com

REPRESENTANTE LEGAL: THIAGO DO EGITO ARAÚJO

RG: 12494021999-8 E CPF: 006.642.381-30

ITENS: 01, 02, 05, 06, 08, e 09.

ITEM	COD DO TCE	COD. DO SISTEMA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	163529-8	133121909	GL	250	ALVEJANTE CLORADO LIQUIDO, ALTO PODER DE GERMECIDA E BACTERICIDA, AGENTE ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTES, COMPOSIÇÃO, ALVEJANTE DE ALTO PODE GERMECIDA E BACTERICIDA, PH (1%0-MIN 8,7-9,3, A BASE DE TEOR DE CLORO ATIVADO MIN.14,5 -15,5 EM EMBALAGEM DE GALÃO (BOMBONA) 50 L.	ZUPPANI	625,00	156.250,00
02	00019161	33121065	GL	200	AMACIANTE - PRINCIPIO ATIVO DE CLORETO DE CETIL TRIMETIL AMONIO, LIQUIDO DE ALTA VISCOSIDADE, PERFUMADO, COMPOSTO DE TENSOATIVO CATIONICO A BASE DE SAIS QUATERNARIOS PODE SER APLICADO EM TODO TIPO DE TECIDO. (Galão de 20 litros)	ZUPPANI	230,00	46.000,00
05	0001574	33121063	GL	200	DETERGENTE LIQUIDO - DO TIPO REFORÇO ALCALINO PARA ROUPA, UTILIZADO NA PRE-LAVAGEM E LAVAGEM DE ROUPAS COM SUJIDADES PESADAS. (Galão de 50 litros)	ZUPPANI	485,00	97.000,00
06	132281-8	133123005	GL	100	DETERGENTE PARA AREA HOSPITALAR - ALCALINO, LIQUIDO, SEM COR, SEM FRAGANCIA, PARA LAVAGEM, PARA USO EM BAIXA E ALTA TEMPERATURA, COM BRANQUEADOR OPTICO, COADJUVANTE, SEQUESTRANTE, TENSOATIVOS NAO IONICOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO N. DE LOTE, DATA DE FABRIC., FORMULA, VALIDADE, PROCEDENCIA (Galão de 50 litros).	ZUPPANI	375,00	37.500,00
08	24747-2	33121064	GL	40	NEUTRALIZADOR DE ALCALINIDADE - NEUTRALIZADOR DE RESIDUOS PRESENTES NAS FIBRAS (ALVEJANTES QUIMICOS E AGENTES ALCALINOS), LITRO, SOL AQUOSA PH 1% 3,0 A 4,0, 1,15 A 1,326 G/ML, ROTULO COM NEUTRALIZADOR DE RESIDUOS ALCALINOS E ALVEJANTE (Galão de 50 litros)	ZUPPANI	425,00	17.000,00
09	161192-5	33121066	GL	50	PASTA PARA LIMPEZA - PASTA UMECTANTE, BIODEGRADAVEL, BALDES CONTENDO 20 KG, LIMPEZA DE TECIDOS, AC. LINEAR ALQ.BENZ. SULFONICO, SILICATO DE SODIODIETALONAMIDA AC. GRAXO DE COCO, OLEO DE PINHO E AGUA (PASTA UMECTANTE COM 20 LT)	ZUPPANI	280,00	14.000,00
	VALOR TOTAL R$ 367.750,00							

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06- MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.019- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O HOSPITAL

CÓD RED: 894- MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0042- RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA - SAÚDE

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, os fornecedores e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **81/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida pelo o servidor credenciado SRº **JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI, Portaria Municipal nº 187/2020, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD.HOSP.EIRELI - ME

CNPJ: 12.313.826/0001-90

Representante Legal: Thiago do Egito Araújo

CPF: 006.642.381-30Aos 9 dias do mês de julho do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro desta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 134/2020 Homologado 09/07/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 81/2020 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo** objetivo de eventual e futura **aquisição de material de limpeza e lavanderia para hospital municipal de Confresa- MT,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **aquisição de material de limpeza e lavanderia para hospital municipal de Confresa-MT,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes do fornecedor, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado no prazo estabelecido e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar o serviço conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) A entrega dos materiais de limpeza deverá ser de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante em no máximo 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **09 de julho de 2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: RETFARMA DIST. MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES

CNPJ Nº 12.313.826/0001-90

END: AV. ANTONIO FIDELIS Nº 1158, QD 156, LT 08 – PQ AMAZONIA

CEP: 74.840-090 – MUNICIPIO DE GOIANIA – GO

TELEFONE: (62) 3086-6453 **E-MAIL:** licitacao@retfarma.com

REPRESENTANTE LEGAL: THIAGO DO EGITO ARAÚJO

RG: 12494021999-8 E CPF: 006.642.381-30

ITENS: 01, 02, 05, 06, 08, e 09.

ITEM	COD DO TCE	COD. DO SISTEMA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	163529-8	133121909	GL	250	ALVEJANTE CLORADO LIQUIDO, ALTO PODER DE GERMECIDA E BACTERICIDA, AGENTE ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTES, COMPOSIÇÃO, ALVEJANTE DE ALTO PODE GERMECIDA E BACTERICIDA, PH (1%0-MIN 8,7-9,3, A BASE DE TE-OR DE CLORO ATIVADO MIN.14,5 -15,5 EM EMBALAGEM DE GALÃO (BOMBONA) 50 L.	ZUPPANI	625,00	156. 250,00
02	00019161	33121065	GL	200	AMACIANTE - PRINCIPIO ATIVO DE CLORETO DE CETIL TRIMETIL AMONIO, LI-QUIDO DE ALTA VISCOSIDADE, PERFUMADO, COMPOSTO DE TENSOATIVO CA-TIONICO A BASE DE SAIS QUATERNARIOS PODE SER APLICADO EM TODO TI-PO DE TECIDO. (Galão de 20 litros)	ZUPPANI	230,00	46. 000,00
05	0001574	33121063	GL	200	DETERGENTE LIQUIDO - DO TIPO REFORÇO ALCALINO PARA ROUPA, UTILIZA-DO NA PRE-LAVAGEM E LAVAGEM DE ROUPAS COM SUJIDADES PESADAS. (Galão de 50 litros)	ZUPPANI	485,00	97. 000,00
06	132281-8	133123005	GL	100	DETERGENTE PARA AREA HOSPITALAR - ALCALINO, LIQUIDO, SEM COR, SEM FRAGANCIA, PARA LAVAGEM, PARA USO EM BAIXA E ALTA TEMPERATURA, COM BRANQUEADOR OPTICO, COADJUVANTE, SEQUESTRANTE, TENSOATI-VOS NAO IONICOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO N. DE LOTE, DATA DE FABRIC., FORMULA, VALIDADE, PROCEDENCIA (Galão de 50 litros).	ZUPPANI	375,00	37. 500,00
08	24747-2	33121064	GL	40	NEUTRALIZADOR DE ALCALINIDADE - NEUTRALIZADOR DE RESIDUOS PRE-SENTES NAS FIBRAS (ALVEJANTES QUIMICOS E AGENTES ALCALINOS), LITRO, SOL AQUOSA PH 1% 3,0 A 4,0, 1,15 A 1,326 G/ML, ROTULO COM NEUTRALIZA-DOR DE RESIDUOS ALCALINOS E ALVEJANTE (Galão de 50 litros)	ZUPPANI	425,00	17. 000,00
09	161192-5	33121066	GL	50	PASTA PARA LIMPEZA - PASTA UMECTANTE, BIODEGRADAVEL, BALDES CON-TENDO 20 KG, LIMPEZA DE TECIDOS, AC. LINEAR ALQ.BENZ. SULFONICO, SILI-CATO DE SODIODIETALONAMIDA AC. GRAXO DE COCO, OLEO DE PINHO E AGUA (PASTA UMECTANTE COM 20 LT)	ZUPPANI	280,00	14. 000,00
	VALOR TOTAL R$ 367.750,00							

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06- MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.019- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O HOSPITAL

CÓD RED: 894- MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0042- RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA - SAÚDE

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, os fornecedores e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **81/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida pelo o servidor credenciado SRº **JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI, Portaria Municipal nº 187/2020, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD.HOSP.EIRELI - ME

CNPJ: 12.313.826/0001-90

Representante Legal: Thiago do Egito Araújo

CPF: 006.642.381-30

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº150/2019

Termo de rescisão unilateral ao Contrato n°150/2019 Contratação de empresa especializada para Execução da Reforma e Ampliação do Hospital Municipal firmado pela Prefeitura Municipal de Confresa-MT e a empresa **PAC SERVICES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ com o nº.21.927.187/0001-43**.**

O **MUNICÍPIO DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Centro Oeste, 286, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem** Portador do RG nº 0875190-0 SSP/MT e inscrito no CPF. SOB O Nº 535.561.191-53 doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa **PAC SERVICES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ com o n. nº.21.927.187/0001-43, sediada na Rua Amélia Lopes n°137, quadra 22 lote 07 Bairro Odilia Cep 75.908-854 Rio Verde/GO, doravante designada **CONTRATADA**, representada, neste ato, por **Edilberto Alves Costa Neto**, brasileiro, casado, inscrito no RG n°. 648044 SSP/TO e CPF n°.013.421.561-37, residente e domiciliado em Rio Verde/GO, doravante designada, considerando o constante no **Processo Licitatório n. 179/2019**, **homologado no dia 30/10/2019, na modalidade de Tomada de Preços n° 011/2019**, RESCINDIR unilateralmente o presente contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1–Constitui objeto deste instrumento, a rescisão unilateral ao Contrato nº150/2019 cujo Objeto é a Contratação de empresa especializada para Execução da Reforma e Ampliação do Hospital Municipal, no Município de Confresa/MT. 1.2–Nos termos da Lei 8.666/93, artigo 79 inciso I, ficando rescindida a partir de **01/07/2020**. 1.3– Justificativa a presente rescisão os fundamentos exarados no Parecer Jurídico e Despacho nº 006/2020 retro, ambos emitido pela Procuradoria-Geral do Município**, especificamente no que funda** a lentidão na execução da obra; cumprimento irregular de prazos e não cumprimento de cláusulas contratuais de prazos, o que impede a finalização da obra, conforme art. 78, I, II e III, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

2.1–A presente rescisão, se realiza por ato unilateral, determinada pela Administração, conforme Lei nº 8.666/93 nos art. 79, I.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 – Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual.

3.2 – Ante ter oportunizado à CONTRATADA o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis à presente rescisão, previstos na alínea "e" do inciso I do art. 109 da Lei n. 8.666/93, tem os efeitos imediato esta rescisão.

E, assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Confresa – MT, 1º de Julho de 2020.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM Prefeitura Municipal de Confresa

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 187/2020 ADM DE 09 DE JULHO DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal, abaixo qualificados como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE SAÚDE	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI 047.743.951-96

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	187/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	RETFARMA DIST. MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	12.313.826/0001-90	R$ 367.750,00
CONTRATADA	C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSP. EIRELLI-ME	26.457.348/0001-04	R$ 307.650,00
OBJETO	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E LAVANDERIA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MIUNICIPAL, JUNTO AO** MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT**.**		
VIGÊNCIA	12 MESES - 09/07/2020 A 09/07/2021.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de Julho de 2020.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
COVID-19: DECRETO Nº 039/2020, DE 09 DE JULHO E 2020.

“Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, da Prefeitura Municipal de Conquista D´Oeste/MT e dá outras providências”.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D´Oeste/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de classificação final de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 002/2020, à vista do relatório da Comissão Examinadora do Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 120/2020.

§1º. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020 é de 01 (um) ano, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme possibilita o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

§2º. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020 deverão atender à convocação para anuência de maneira expressa, para confirmar ou não o seu interesse na nomeação, posse e exercício do cargo Simplificado.

§3º. O não comparecimento do candidato convocado para a anuência no prazo fixado no edital de convocação implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 2º. A convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos, sob pena de nulidade.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de julho de 2020.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº014/2019 DO PREGÃO ELETRONICO 014/2019 PROCESSO 113/2019 GERENCIADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO G

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, torna público que aderiu a ata de registro de preço nº 14/2019 do pregão eletrônico nº 014/2019, gerenciado pela Prefeitura Municipal de Barra do Garças. O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

Homologar a presente licitação nestes termos:

Processo: 124/2020

Ata de Registro de Preço Aderida: 14/2019

Modalidade: Adesão de Ata de Registro de Preço

Órgão da adesão: Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Data da Homologação: 09/07/2020

Contrato: 53/2020.

Objeto: **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2019 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº14/2019 - GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GRAÇAS/MT, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR NOVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT".**

Extrato do Contrato: 53/2020.

Vigência: O presente contrato terá vigor a partir **09 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2020** podendo ser prorrogado.

Fornecedor: **MASCARELO-CARROCERIAS E ONIBUS LTDA CNPJ: 05440065000171,** situada na AV ARACY TANAKA BIAZETTO, Nº 16450 COMPLEMENTO DISTRITO INDUSTRIAL, BAIRRO SANTOS DUMONT, CEP 85.804-605, MUNICIPIO DE CASCAVEL-PR.

Valor Global: **R$ 248.953,60 (duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).**

Cotriguaçu-MT, 09 de julho de 2020.

Jair Klasner

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2020 PROCESSO Nº 116/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 63/2020, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTO ELETRICA, AUXILIANDO NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU E DISTRITO DE NOVA UNIÃO".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **24 (vinte e quatro) de julho de 2020 as 08:00 (oito horas),** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**, **(Portal da Transparência-> Licitação-> Pregão Presencial-> Situação-> Aberto).** Cotriguaçu-MT, 09 de julho de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port075-2020.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2020 PROCESSO Nº 118/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 65/2020, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA PARA ATENDER A DEMANDA DE MANUTENÇÃO DA FROTA DOS VEICULOS DA SMEC E DO TRANSPORTE ESCOLAR".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **24 (vinte e quatro) de julho de 2020 as 14:00 (quatorze horas),** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**, **(Portal da Transparência-> Licitação-> Pregão Presencial-> Situação-> Aberto).** Cotriguaçu-MT, 09 de julho de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port075-2020.

QUARTA ATA DO CONSELHO CURADOR

QUARTA ATA DO CONSELHO CURADOR Ata da quarta reunião ordinária do conselho curador do PREVI-COTRI, realizada aos seis dias do mês de Julho de dois mil e vinte, às 13:00h, na sala do PREVI-COTRI. Registrando a presença dos seguintes conselheiros: Sr.ª Raquel Pereira da Silva, Sr.ª Claudiane Hillesheim, Vanderleia Della Justina, Tais de Souza Gélio Schuster representante dos servidores ativos, Walquiria Dominguos Pereira, Sr.ª Sandra Parmejane, RG 12301593-3 SESP/MT, CPF 857.920. 801-78 Diretora Executiva Previ-Cotri e o Sr. Adalberto Cazarin da Silva Controlador Interno. A diretora do Previ- Cotri constatou a presença de 5 (cinco) membros do conselho. A Diretora Executiva apresentou a Reavaliação Atuarial 2020, os conselheiros analisaram e discutiram sobre o cálculo atuarial. Em seguida a Diretora comunicou os conselheiros sobre o Oficio Circular 02/2020/gci/jbc de 22 de junho de 2020, onde o conselheiro do tribunal de contas do estado de mato grosso João Batista de Camargo Junior orienta sobre a devolução aos RPPS dos valores pagos em Auxilio doença e Maternidade a partir da data determinada na EC 103/2019. Após analise o conselho aprova a nova Avaliação Atuarial 2020. Nada mais a relatar, lavro esta ATA, que segue assinada pelo presentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

OFÍCIO Nº. 14/2020-SMO - RETOMADA DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Ofício Nº. 14/2020-SMO

Curvelândia – MT, 07 de julho de 2020.

Ao representante Legal da empresa:

BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP

Inscrita no CNPJ: 09.302.764/0001-06

Assunto: Retomada da Obra de Pavimentação Asfáltica

Prezado (a) Senhor (a),

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, vimos por meio deste Informar o que segue:

A empresa contratada BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP, em resposta ao Auto de Embargo manifestou:

1- Que o serviço realizado em 26/06/2020 foi apenas de verificação da situação da obra; 2- Que devido ao fato de outras obras de Pavimentação estarem sendo realizadas em ruas adjacentes, a Empresa Braga não pode retomar os serviços;

Dessa forma, com base na resposta dada pela Empresa Contratada, essa Prefeitura Municipal solicitou **Parecer Técnico** ao setor de Engenharia, após análise e considerando a etapa de execução em que se encontram as obras nas ruas adjacentes, conclui-se que uma obra não interfere na outra.

Que deve haver diálogo entre as empresas e fiscalização para que haja compatibilização das obras conforme orientado no parecer anexo.

Diante de todo exposto, informamos que a empresa contratada BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP **deverá retomar** imediatamente os serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial objeto do Contrato nº 013/2020, tendo em vista que o aditivo de prazo, solicitado pela contratada, para término da referida obra, encerra em 16 de julho de 2020.

Por fim, consignamos que o não cumprimento da retomada da Obra, a Empresa contratada BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP implica em sanções previstas em Contrato.

Certos de contarmos com a compreensão de todos, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

MARCOS CHAVES

Secretário Interino de Obras e Serviços Públicos

Portaria nº 084/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
ATO N.º 002/2020.

ATO N.º 002/2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE *A TRANSFERÊNCIA DA SERVIDORA EFETIVA* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SENHORA **ELIANE LINS DA SILVA,** PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte ATO,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR,

- Servidora LAURA CRISTINA DIAS DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, para Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 01 (primeiro) dias do mês de julho do ano de 2020.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL DE DENISE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2020

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 13 de Julho de 2020, estará **REABRINDO** o processo licitatório referente a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT. A prorrogação é justificada devido ao Decreto Municipal nº 127/2020.** Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente no site www.diamantino.mt.gov.br ou através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 09 de Julho de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.351 DE 07 DE JULHO DE 2020.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL ATRAVÉS DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - PPP NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social através das Parcerias Público Privadas – PPP do Município de Diamantino/MT, destinados a promover, fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a realização de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Parágrafo único - As Parcerias Público-Privadas de que trata esta Lei consistem em mecanismos de colaboração entre o Município e os agentes do setor privado, e têm os seguintes objetivos:

I - implantar e desenvolver obra, desde que respeitado o disposto no §1º do Art. 5º desta Lei, serviço ou empreendimento público;

II - explorar a gestão das atividades deles decorrentes, sendo devida remuneração aos parceiros privados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados.

Art. 2º. A Parceria Público-Privada é um contrato administrativo de concessão, que admite duas modalidades:

I - concessão patrocinada, que se refere aos serviços e obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987/95, e que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;

II - concessão administrativa, que se refere aos serviços e obras públicas de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Parágrafo único - Entende-se por Serviço Público todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado.

Art. 3º. Os contratos de Parceria Público-Privada não excluirão a participação do Poder Legislativo e ou das Agências Reguladoras, do controle social das tarifas.

Art. 4º. O Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas observará as seguintes diretrizes:

I - eficiência no cumprimento de suas finalidades, com estímulo à competitividade na prestação de serviços e à sustentabilidade econômica e ambiental de cada empreendimento;

II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos agentes privados incumbidos de sua execução;

III - indelegabilidade das funções política, normativa, policial, reguladora, controladora e fiscalizadora do Município;

IV - universalização do acesso a bens e serviços essenciais;

V - transparência dos procedimentos e das decisões;

VI - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;

VII - responsabilidade social e ambiental;

VIII - repartição objetiva de riscos entre as partes, e;

IX - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos.

Art. 5º. Poderão ser objeto de Parceria Público-Privada, respeitado o disposto no §1º deste artigo:

I - a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública;

II - a prestação de serviço público, este compreendido na definição desta Lei.

III - a exploração de bem público;

IV - a execução de obra para alienação, locação ou arrendamento à Administração Pública Municipal, e;

V - a construção, ampliação, manutenção, reforma seguida da gestão de bens de uso público em geral, incluídos os recebidos em delegação do Estado ou da União.

§1º Observado o disposto no §4º do Art. 2º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, é vedada a celebração de Parcerias Público-Privadas nos seguintes casos:

I - execução de obra sem atribuição ao contratado do encargo de mantê-la e explorá-la por, no mínimo, 05 (cinco) anos, e;

II - que tenha como único objeto a mera terceirização de mão-de-obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública, bem como as prestações singelas ou isoladas, quais sejam, aquelas que não envolvam conjunto de atividades.

§2º Serão permitidos aditamentos que envolvam a prorrogação do prazo contratual, desde que não ultrapassado o prazo de 35 (trinta e cinco) anos, sempre submetidos ao Legislativo.

CAPÍTULO II

Da Gestão do Programa de Parcerias Público-Privadas

Art. 6º. A gestão do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas será realizada pelo Conselho Gestor, vinculado ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas será composto pelos seguintes membros:

I – Prefeito Municipal;

II – Secretário Municipal de Administração;

III – Secretário Municipal da Fazenda;

IV – Secretário Municipal de Infraestrutura;

V – Procurador Jurídico Municipal.

Parágrafo único - Integrará o Conselho Gestor, na condição de membro eventual, o titular de Secretaria Municipal diretamente relacionada com o serviço ou atividade objeto de Parceria Público Privada.

Art. 8º. Cabe ao Conselho Gestor elaborar e aprovar os editais, os contratos, seus aditamentos e suas prorrogações.

Art. 9º. O Conselho Gestor será presidido pelo PREFEITO MUNICIPAL.

Art. 10. O Conselho Gestor reunir-se-á sempre que for convocado por seu Presidente.

Parágrafo único - O Presidente do Conselho Gestor poderá convidar representantes de órgãos ou de entidades, públicas ou privadas, para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 11. O Conselho Gestor poderá instituir grupos e comissões temáticas, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre matérias específicas.

Art. 12. O Conselho Gestor deliberará por meio de resoluções.

§1º Ao Presidente, nos casos de urgência e relevante interesse, será conferida a prerrogativa de deliberar sobre matérias de competência do Conselho Gestor, ad referendum do Colegiado.

§2º As deliberações ad referendum do Colegiado do Conselho Gestor deverão ser submetidas pelo Presidente, na primeira reunião subsequente à deliberação.

CAPÍTULO III

Da Sociedade de Propósito Específico - SPE

Art. 13. Antes da Celebração do contrato deverá ser constituída, pelo parceiro privado, Sociedade de Propósito Específico – SPE, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§1º A transferência do controle da Sociedade de Propósito Específico e a constituição de garantias ou oneração estarão condicionadas à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do Art. 27 da Lei Federal 8. 987, de 13 de Fevereiro de 1995.

§2º Fica vedado a Administração Pública ser titular da maioria do capital volante das sociedades de que trata este capítulo.

§3º A vedação prevista §2º não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital volante da Sociedade de Propósito Específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

§4º A Sociedade de Propósito Específico poderá, na forma do contrato, dar em garantia aos financiamentos contraídos para a consecução dos objetivos da Parceria Público-Privada os direitos emergentes do contrato de parceria até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade das obras e dos serviços.

§5º A sociedade de propósito Especifico deverá, para celebração do contrato, adotar a contabilidade e demonstração financeira padronizadas, compatíveis com os padrões mínimos de governança corporativa que vierem a ser fixadas pelo Governo Federal.

CAPÍTULO IV

Das Garantias

Art. 14. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de Parceria Público-Privada poderão ser garantidas mediante:

I - vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do Art. 167 da Constituição Federal;

II - instituição ou utilização de fundos especiais previstos em Lei.

III - contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V - garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI - outros mecanismos admitidos em Lei.

Parágrafo único - Quando os recursos forem unicamente privados as garantias poderão ser dispensadas à critério do investidor.

CAPÍTULO V

Da Inclusão de Projetos no Programa de Parcerias Público-Privadas

Art. 15. Será editado Decreto de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada – MIP pelo chefe do Poder Executivo, estabelecendo os procedimentos para Registro, Avaliação, Seleção e Aprovação de Projetos Básicos, Projetos Executivos, Estudos de Viabilidade de Empreendimentos, Investigações, Levantamentos, dentro outras necessidades.

Art. 16. São condições para a inclusão de projetos no PPP:

I - efetivo interesse público, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;

II - estudo técnico de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;

III - a viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

IV - a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado;

V - a necessidade, a importância e o valor do serviço ou da obra em relação ao objeto a ser executado.

Art. 17. Observadas as condições estabelecidas pelo artigo anterior, poderão ser incluídos no Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP os projetos de interesse de órgãos e entidades da administração direta e indireta, que envolvam mecanismos de colaboração entre o Município e agentes do setor privado, remunerados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados.

§1º Para os fins desta lei, considera-se Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada - MIP, a apresentação de propostas, estudos ou levantamentos, por pessoas físicas ou jurídicas da iniciativa privada, com vistas à inclusão de projetos no Programa de PPP.

§2º A MIP será dirigida ao Presidente do Conselho Gestor do Programa Municipal de PPP ou à Secretaria Municipal competente para o desenvolvimento do objeto, com cópia para o Presidente do Conselho Gestor de PPP, devendo conter obrigatoriamente:

I - as linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais dele advindos;

II - a estimativa dos investimentos necessários e do prazo de implantação do projeto;

III - as características gerais do modelo de negócio, incluindo a modalidade de PPP considerada mais apropriada, previsão das receitas esperadas e dos custos operacionais envolvidos;

IV - a projeção, em valores absolutos ou em proporção, da contraprestação pecuniária demandada do Parceiro Público;

V - outros elementos que permitam avaliar a conveniência, a eficiência e o interesse público envolvidos no projeto.

§3º Recebida a MIP, o Presidente dará ciência ao Conselho Gestor, que deliberará sobre o desenvolvimento do projeto, procedendo à análise e avaliação do caráter prioritário do projeto, segundo as diretrizes governamentais vigentes.

§4º A qualquer tempo, poderá ser solicitada ao autor da MIP a adequação desta ao conteúdo estabelecido nos §§2º e 3º deste artigo, para fins de subsidiar a análise e posterior deliberação pelo Conselho Gestor.

§5º Caso a MIP não seja aprovada pelo Conselho Gestor, caberá ao Presidente dar ciência da deliberação ao interessado.

§6º Caso aprovada pelo Conselho Gestor, a MIP será recebida como proposta preliminar de projeto de PPP, cabendo ao Presidente dar ciência da deliberação ao proponente e solicitar as informações necessárias para, em conjunto com o Comitê do Conselho Gestor, publicar chamamento público para a apresentação, por eventuais interessados, de MIP sobre o mesmo objeto.

§7º O chamamento público a que se refere o §6º deste artigo, além de fixar o prazo para a apresentação de MIP pelos eventuais interessados, deverá conter:

I - delimitar o escopo mediante termo de referência, dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e

II - indicar:

a) diretrizes e premissas do projeto que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;

b) prazo máximo e forma para apresentação de requerimento de autorização para participar do procedimento;

c) prazo máximo para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, contado da data de publicação da autorização e compatível com a abrangência dos estudos e o nível de complexidade das atividades a serem desenvolvidas;

d) valor nominal máximo para eventual ressarcimento;

e) critérios para qualificação, análise e aprovação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

f) critérios para avaliação e seleção de projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado autorizadas.

g) a contraprestação pública admitida, no caso de parceria público-privada, sempre que possível estimar, ainda que sob a forma de percentual;

III - divulgar as informações públicas disponíveis para a realização de projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e

IV - ser objeto de ampla publicidade, por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios e de divulgação no sítio na internet dos órgãos e entidades.

§8º Após a publicação do chamamento público, o Conselho Gestor franqueará a eventuais interessados a consulta aos termos da proposta, pelo prazo de 10 (dez) dias.

§9º A autorização para a realização dos estudos técnicos, conferida em decorrência da aprovação da MIP, será pessoal e intransferível, podendo

ser cancelada a qualquer tempo por razões de oportunidade e de conveniência, sem direito a qualquer espécie de indenização.

§10 A elaboração dos estudos técnicos será acompanhada pelo Conselho Gestor.

§11 Os estudos técnicos elaborados pelo setor privado serão remetidos ao Conselho Gestor, que coordenará os trabalhos de consolidação da modelagem final no prazo de 60 (sessenta) dias, renováveis por igual período, a critério do próprio Conselho.

§12 O Conselho Gestor deliberará sobre a proposta de modelagem final, avaliando, do ponto de vista técnico, o grau de aproveitamento dos estudos apresentados e os respectivos percentuais de ressarcimento, considerados os critérios definidos no chamamento público.

§13 A critério do Conselho Gestor, poderá ser apreciada MIP para o desenvolvimento ou aprofundamento de estudos relativos a projetos de PPP objeto de proposta preliminar já aprovada ou com escopo similar ao de projeto em exame.

§14 A faculdade prevista no §13 deste artigo não autoriza a alteração das diretrizes aprovadas para o exame da proposta preliminar ou a sobreposição com as etapas já concluídas dos estudos.

§15 Após a aprovação da modelagem final pelo Conselho Gestor, e aprovação por lei específica autorizativa, serão iniciados os procedimentos licitatórios das propostas aprovadas pelo Conselho Gestor, desde que cumpram-se os termos do Art. 10 da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, bem como a contratação da empresa Vencedora nos termos legais.

§16 Caberá ao vencedor do certame ressarcir os custos dos estudos utilizados pelo poder público na modelagem final aprovada, conforme disposto no Art. 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995, podendo qualquer proponente participar da licitação da Parceria Público-Privada, nos termos do Art. 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de Julho de 1995.

§17 A aprovação da MIP, a autorização para a realização de estudos técnicos e o aproveitamento desses estudos não geram:

I - para os seus titulares, o direito de exclusividade ou qualquer espécie de preferência para a contratação do objeto do projeto de PPP;

II - para o Poder Público, a obrigação de ressarcir os custos incorridos ou de contratar o objeto do projeto de PPP.

§18 O Conselho Gestor poderá publicar declaração de interesse no recebimento de MIP acerca de proposta preliminar de projeto de PPP, observado, no que couber, o disposto nos §§1º a 17 deste artigo.

CAPÍTULO VI

Da Licitação e dos Contratos de Parceria Público-Privada

Art. 18. Para a elaboração e aprovação de projetos que serão objeto de contratos de Parceria Público-Privada, para a realização da concorrência que precederá a contratação e para definição do conteúdo do contrato de concessão a ser, ao final, celebrado entre a Municipalidade e o parceiro privado, observar-se-á as normas constantes da Lei Federal nº 11.079/04, especialmente quanto aos Capítulos II, III e V daquele diploma.

Art. 19. Os contratos municipais de Parceria Público-Privada reger-se-ão conforme determinado pelo artigo anterior, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos, e deverão estabelecer, no mínimo:

I - as metas e os resultados a serem atingidos, o cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado, inclusive consulta popular e/ou consulta aos usuários dos serviços;

II - a remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, observada a natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria, o prazo necessário à amortização dos investimentos;

III - cláusulas que, dependendo da modalidade escolhida, prevejam:

a) obrigação do contratado de obter recursos financeiros necessários à execução do objeto e de sujeitar aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de execução de sua responsabilidade, e;

b) a possibilidade de término do contrato não só pelo tempo decorrido ou pelo prazo estabelecido, mas também pelo montante financeiro retornado ao contratado em função do investimento realizado.

IV - identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização.

Art. 20. A remuneração do contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada das seguintes alternativas:

I - tarifas cobradas dos usuários, ficando condicionado o Poder Concedente a aprovação prévia quanto a sua composição, forma de reajuste e demais informações relativas ao assunto;

II - pagamento com recursos orçamentários;

III - cessão de créditos do Município, excetuados os relativos a tributos, e das entidades da Administração Municipal;

IV - cessão de direitos relativos, ou não, à exploração comercial de bens públicos materiais ou imateriais, inclusive às obras construídas através da Parceria Público Privada como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico e social;

V - cessão de uso de bens móveis e imóveis, observada a legislação pertinente;

VI - títulos da dívida pública, emitidos com observância da legislação aplicável; ou

VII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados.

§1º A remuneração do contrato dar-se-á somente a partir do momento em que o serviço ou o empreendimento contratado estiver disponível para utilização, ainda que proporcional, na proporção do que fora executado e disponível para utilização.

§2º Os ganhos econômicos decorrentes, entre outros, da repactuação das condições de financiamento e da redução do ônus tributário serão compartilhados com o contratante.

§3º A remuneração do parceiro privado poderá sofrer atualização periódica com base em fórmulas paramétricas, conforme previsto no edital de licitação, sempre de acordo com os princípios da eficácia e eficiência, sempre informando ao Poder Legislativo sua composição.

§4º Os contratos previstos nesta Lei poderão prever o pagamento, ao parceiro privado, de remuneração variável vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos.

§5º O contrato de Parceria Público-Privada poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, conforme autorizado pelos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 21. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do Poder Concedente, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 22. Compete ao Poder Público declarar de utilidade pública os bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato, bem como à implementação de projetos associados, podendo promover a instituição de servidões e as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes ao contratado.

Art. 23. Poderão figurar como contratantes nas Parcerias Público-Privadas as entidades do município de Diamantino às quais a lei, o regulamento ou o estatuto confiram a titularidade dos bens ou serviços objeto da contratação, incluindo autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Município, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 24. Antes da celebração do contrato, o parceiro privado deverá constituir sociedade de propósito específico (SPE), incumbida de implementar e gerir o objeto da parceria, nos termos do Capítulo IV da Lei Federal nº 11.079/04. Art. 25º. Os instrumentos de Parceria Público-Privada poderão prever mecanismos amigáveis de solução das divergências contratuais, inclusive por meio de arbitragem, nos termos da legislação em vigor.

§1º Na hipótese de arbitragem, serão escolhidos três árbitros de reconhecida idoneidade, sendo um indicado pelo Poder Executivo, um pelo contratado e um de comum acordo, por ambas as partes.

§2º A arbitragem terá lugar no município de Diamantino /MT , em cujo foro serão ajuizadas, se for o caso, as ações necessárias para assegurar a sua realização e a execução de sentença arbitral.

Art. 25. É dever do município através da administração executiva promover o Desenvolvimento Econômico e Social, incentivar a agricultura familiar em todos os ramos de atuação, promover a sua estruturação, implementar ações positivas para seu desenvolvimento, bem como incentivar a Ciência e Tecnologia, todas as potencialidades do Município, sendo todos estes serviços reconhecidos como públicos e fundamentais ao crescimento econômico e social, com a geração de empregos e renda, devendo ser aplicada esta Lei para a consecução destes objetivos.

Art. 26. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 27. Aplicam-se, no que couberem, as disposições da Lei n° 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 07 de Julho de 2020.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 127/2020 - DECRETA LUTO OFICIAL

"DECRETA LUTO OFICIAL"

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o falecimento, ocorrido na noite de 08 de julho de 2020, do Vereador e Líder do Governo na Câmara Municipal de Diamantino o Excelentíssimo Senhor **JOSÉ BEZERRA DE LIMA**

CONSIDERANDO os primordiais trabalhos prestados em favor do Município de Diamantino;

CONSIDERANDO os primordiais trabalhos como Líder de Governo;

D E C R E T A:

Art. 1º. Luto Oficial no dia 09/07/2020 - quinta-feira

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições me contrário.

Diamantino-MT, 09 de julho de 2020.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito de Diamantino

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2019

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO E PATRICIA CRISTINA PEREIRA DE ARAUJO.

Por este particular instrumento contratual, de um lado o **MUNICIPIO DE DOM AQUINO**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ: 03.347.119/0001-23, com sede na Av. Cuiabá, nº. 143, Centro, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, senhor **VALDECIO LUIZ DA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado **PATRICIA CRISTINA PEREIRA DE ARAUJO**, brasileira, solteira, portadora do **RG 1146416-0 SSP/MT** e do **CPF nº 009.353.051-06,** residente e domiciliado na Rua Luiz Coelho Campos, 52, Bairro Planaltina – CEP: 78.830-00 neste município de Dom Aquino - MT, neste **ato denominada CONTRATADA**, vem celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 050/2019,** nos termos da Lei nº 1607/2019 de 10 de Junho de 2019.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **Expansão de 06 (seis) meses** do prazo global constante na Clausula Sétima do **Contrato nº 050/2019.**

CLAUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato Original firmado em 01 de Julho de 2019.

CLAUSULA TERCEIRA: DO FORO.

Fica eleito o Fórum da Comarca de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, com renuncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas deste Instrumento Contratual.

E, por estarem justos e acertados ambos as partes assinam o presente em três (03) vias de igual valor e teor na presença das testemunhas abaixo.

Dom Aquino, 30 de Junho de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Contratante

PATRICIA CRISTINA PEREIRA DE ARAUJO

Contratada

TESTEMUNHAS:

LUIZ CASTRO DE SOUZA

RG – 480101 SSP/MT

CPF- 405.166.791-04

CLAUDIO ADRIANO DO AMARANTE

RG – 3889623 – SSP/BA

CPF- 536.965.145-00

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 056/2020 DE 02 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA A SENHORITA HELEN HESSEL BARBOSA PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.603/2019 de 22 de maio de 2019:

D E C R E T A:

Artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de **Gerente de Finança**sa Senhorita **HELEN HESSEL BARBOSA**.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Julho de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO

DECRETO Nº 055/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA O SENHOR MARCIO FIDELIS DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.603/2019 de 22 de maio de 2019:

D E C R E T A:

Artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de **Diretor de Comunicaçã**o Senhor **MARCIO FIDELIS DE SOUZA**.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Julho de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2020

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 07 de julho de 2020, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2020**, tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA TRATAMENTO COVID 19 (NOVO CORONAVÍRUS).** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, Sendo que a Empresa**L.D. FARMACÊUTICA LTDA - ME** foi vencedora do item 0004, com valor final de R$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos); item 0004, com valor final de R$ 11,90 (onze reais e noventa centavos); a Empresa **RETA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** foi vencedora do item 0006, com valor final de R$ 0,60 (sessenta centavos); item 0007, com valor final de R$ 0,65 (sessenta e cinco centavos).

Feliz Natal - MT, 09 de julho de 2020.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 005/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CONTRATO N.º 25 / 2020

PREF MUN DE GAUCHA DO NORTE ESTADO DO MATO GROSSO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019 – REGISTROS DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.050192/2018-41

CONTRATO N.º 25 / 2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A(O) PREF MUN DE GAUCHA DO NORTE E A(O) CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos 06 dias do mês Julho de 2020, de um lado o MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE, com sede em GAUCHA DO NORTE/MT, localizada à RUA PARÁ, ESQUINA COM RUA BRASÍLIA, Nº 229, CENTRO, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato representado Sr. VONEY RODRIGUES GOULART nomeado por meio de 01, portador da Carteira de Identidade n.º 2477543, CPF n.º 402.603.301-59, no uso da atribuição que lhe confere o o(a) 01, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.844.555/0005-06, estabelecida à RODOVIA MG 238, KM 74, SETE LAGOAS/MG, neste ato representada(o) por seu/sua DIRETOR(A), Srª/Srº. THAINA MARTINS DE FREITAS, portador(a) da carteira de identidade n.º 372571864, expedida pela SSP/SP, CPF n.º 356.714.208-90, doravante denominada CONTRATADA, em vista o constante e decidido no processo administrativo n.º 23034.050192/2018-41, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO FNDE n.º 11/2019, para Registro de Preços, conforme descrito no edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. **1.2.** Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO EM R$	VALOR TOTAL EM R$

1	Ônibus Rural Escolar - ORE 2	1	214.000,00	214.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 meses, contados da data de assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3.1. O valor do presente Contrato é de R$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais). **3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. **3.3.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da CONTRATANTE, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO	DATA DE EMPENHO	VALOR (R$)
12.361.0042.10089	0.1.15.000000	4.4.90.52.00.00	4954/2020	02/07/2020	214.000,00

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO 4.1. objeto deste Contrato, deverá ser entregue à CONTRATANTE no prazo máximo correspondente ao quantitativo de itens contratados, conforme Cronograma de Entrega a seguir, e será contado a partir da assinatura deste Contrato e da disponibilização dos endereços de entrega pela CONTRATANTE à CONTRATADA, prevalecendo a data do evento que ocorrer por último.

CRONOGRAMA DE ENTREGA	
Região	Prazo máximo de entrega (dias)
Norte	160
Nordeste	130
Centro-Oeste	110
Sudeste	110
Sul	110

4.2. Os veículos deverão ser entregues no endereço informado pela CONTRATANTE dentro do prazo definido no item 4.1. **4.2.1.** Em função da distância entre os locais de produção e os endereços dos contratantes, os veículos poderão ser entregues com a quilometragem máxima, por Unidade da Federação, conforme constante dos Encarte dos Caderno de Informações Técnicas. **4.2.2.** A quilometragem indicada nos Encartes do Caderno de Informações Técnicas poderão ter uma tolerância de até mais 20% na quilometragem para entrega desde que o percurso racional do “Trajeto da Entrega” assim o requeira. **4.3.** O transporte e a entrega dos itens objeto deste Contrato são de responsabilidade da CONTRATADA, os quais deverão ser entregues conforme quantitativos e endereços dos destinatários a serem fornecidos à CONTRATADA, pela CONTRATANTE, por ocasião da firmatura deste instrumento contratual. **4.3.1.** A entrega será efetuada após a aprovação do protótipo conforme Item 5 dos respectivos Cadernos de Informações Técnicas, obedecido a regra de que os representantes da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade-Inmetro/RBMLQ-I, localizados o mais próximo do endereço comercial do Contratante, e que estejam no percurso do “Trajeto de Entrega”, realizarão a inspeção veicular dos ônibus escolares, conforme procedimento estabelecido pelo Inmetro. Quando da aprovação dos ônibus escolares, será aplicado ao lado da placa de identificação do chassi do ônibus o Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme procedimento por ele estabelecido. 4.4- Os ônibus escolares serão recebidos provisoriamente no ato da entrega dos produtos, acompanhados da devida Nota Fiscal/Fatura, devendo neste momento ser realizada conferência inicial pelo responsável, o qual assinará o canhoto da Nota Fiscal/Fatura e emitirá o Termo de Recebimento Provisório, conforme encarte A1 do Anexo III - Minuta de Contrato. Nessa etapa de recebimento será verificada tão somente a conformidade do bem entregue com o descrito no documento que o acompanha. 4.5Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de rejeitar os itens entregues em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, do Edital e deste Contrato, conforme encarte A3- Modelo de Termo de Recusa do Objeto do Anexo III – Minuta de Contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 20 (vinte) dias. 4.5.1 Caso a substituição/reparação não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste termo. 4.6Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo assinado pelas partes - Encarte A2 – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo. 4.7Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 4.7.1 - Para efeitos do descrito no item anterior, a CONTRATADA deverá comunicar a proximidade do fim do prazo para recebimento definitivo à CONTRANTE nos últimos 15 dias anteriores à sua exaustão.

4.8- O aceite dos ônibus escolares pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil nem a ético profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos veículos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas em legislação pertinente.

5.- CLAÚSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO 5.1. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato serão realizados por servidores designados por Portaria pela CONTRATANTE, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei n° 8.666/93. **5.2.** Os fiscais do Contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos bens contratados, podendo utilizar, entre outras ferramentas de controle e checagem, lista de verificação que venha a ser disponibilizada pelo FNDE como instrumento administrativo auxiliar do processo de controle de qualidade, no âmbito da assistência técnica a que se refere a Lei n. º 5.537/1968. **5.2.1.** As listas de verificação devidamente preenchidas, assim como outros documentos comprobatórios de eventuais não conformidades identificadas nos produtos, poderão ser anexadas ao Termo de Recusa do Objeto – Encarte A3, para fins de notificação ao fornecedor para correção e/ou substituição dos produtos defeituosos, na forma prevista no item 4.5. **5.3.** A CONTRATANTE se reserva ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de agente técnico credenciado ou de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Contrato estão sendo cumpridas pelo fabricante/fornecedor. Para tal, o mesmo deverá garantir ao agente técnico credenciado livre acesso às dependências pertinentes da fábrica. **6.- CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

6.1- Compete à CONTRATANTE:

6.1.1. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador e aos demais Órgãos participantes. **6.1.2.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos ônibus escolares, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

6.1.3 - Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos ônibus escolares, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas; 6.1.4- Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência; 6.1.5- Notificar previamente a CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas, observado o devido processo legal. 6.1.6- Verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor antes dos atos relativos à firmatura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária. 6.1.7- Fornecer uma via original assinada deste Contrato à CONTRATADA tão logo esteja assinado pelas partes ou assim que seja providenciada sua publicação na Imprensa Oficial, se for o caso. **6.2- Compete à CONTRATADA:** 6.2-1. Envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados; 6.2-2. Assinar a Ata de Registro de Preços, bem como o instrumento contratual dela decorrente; 6.2-3. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento do quantitativo contratado por meio deste instrumento. 6.2-4. Entregar os ônibus escolares no(s) prazo(s) máximo(s) e demais condições descritas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico e neste Contrato. 6.2-5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços; 6.2-6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE, a usuários beneficiários dos produtos fornecidos, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, inclusive no que se refere às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), quando for o caso e no que couber; 6.2-7. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros; 6.2-8. Manter durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus Anexos; 6.2-9. Informar ao Órgão Gerenciador ou à CONTRATANTE, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento. 6.2-10. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação objetos do Termo de Referência (Anexo I do Edital), no que couber; 6.2.11. Encaminhar laudos e prestar as informações requisitadas pelo Órgão Gerenciador no prazo estabelecido, inclusive quanto ao planejamento da produção e ao atendimento aos contratos decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços. 6.2.12. Prestar informações relativas à execução deste Contrato ao FNDE, na qualidade de Órgão Gerenciador do Registro de Preços, sempre que solicitado. **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 7.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e da Lei n.º 10.520/2002, a CONTRATADA que: a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência desta contratação; b) Ensejar o retardamento da execução do objeto; c) Fraudar na execução do Contrato; d) Comportar-se de modo inidôneo; e) Cometer fraude fiscal; f) Não mantiver a proposta. **7.2.** Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV e da Lei 8.666/1993, a CONTRATADA que: a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. **7.3.** Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, incluindo as hipóteses constantes do subitem 7.1., a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida: I. **Advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste Contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave; **II. Multas:** a) **multamoratóriade 0,03% (três centésimos por cento)** por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução do objeto. b) **multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), no caso de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual a que se refere a Cláusula Nona deste Contrato, se for o caso. c) **multa moratória de 0,3% (três décimos por cento)** por dia sobre o valor dos ônibus que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens. d) **multa compensatória de 5% (cinco por cento)** pela não manutenção das condições

de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total da parcela não adimplida do Contrato.

e) **multa compensatória de 10% (dez por cento)** aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de rescisão por inexecução parcial do objeto. f) **multa compensatória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão por inexecução total do objeto. III. **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; IV. **Impedimentodelicitare contratar** com o ente federado do órgão/entidade CONTRATANTE e descredenciamento do respectivo sistema local de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; V. **Declaraçãode inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua sanção ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. **7.4.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999. **7.5.** A autoridade competente, quando da aplicação e dosimetria das sanções, levará em consideração, na fixação do percentual da sanção aplicável, dentre os limites máximos e mínimos abstratamente previstos à hipótese, a gravidade e recorrência da conduta do infrator, a suficiência à reprimenda da infração, o oferecimento de risco ao usuário, o caráter educativo/pedagógico da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. **7.6.** As penalidades de multa oriundas de fatos diversos serão consideradas independentes entre si. **7.7.** As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão

temporária e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração da CONTRATANTE. **7.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas pela CONTRATANTE, com vistas à publicidade dos atos praticados pela Administração. **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO** 8.2. Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Vendas/Fatura juntamente com a comprovação de entrega. 8.2.11. A comprovação da entrega se dará por meio do Termo de Recebimento Provisório dos Ônibus Escolares, conforme modelo constante do Encarte A1 do contrato, a ser assinado por representante da CONTRATANTE no momento da entrega. 8.3. O pagamento será efetuado, pela CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado após o cumprimento de todas as etapas a seguir: apresentação da cobrança prevista no item 8.1; atesto do recebimento do produto pelo fiscal do Contrato; e aprovação da documentação comprobatória pelo setor responsável pela gestão do Contrato, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste Contrato, no Termo de Referência e seus Encartes. 8.4. Qualquer dos documentos citados no item 8.1 acima que apresentar incorreção será devolvido à CONTRATADA, para regularização, reiniciando-se novos prazos para pagamentos, a contar da reapresentação devidamente corrigida. 8.5. A CONTRATANTE pagará as faturas somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária. 8.6. O não pagamento nos prazos previstos nesta Cláusula acarretará multa à CONTRATANTE, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

EM = I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = (TX/100)/365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do

IBGE.

8.6. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. **9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

9.1.A CONTRATADA, como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, deverá prestar garantia na modalidade de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, em montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após sua assinatura, observadas as condições previstas na Lei n. º 8.666, de 1993.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO 10.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis. 10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa. 10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666, de 1993. **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

11.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa local ou nos meios oficiais de divulgação, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO 13.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Seção Judiciária Federal em que se situa a CONTRATANTE, ou na sua ausência, na jurisdição local competente para litígios em que a União Federal se constitua em parte interessada. 13.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

MUNICIPIO DE GAÚCHA DO NORTE CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA

VONEY RODRIGUES GOULART THAINA MARTINS DE FREITAS

CNPJ:01.614.539/0001-01 CNPJ: 01.844.555/0005-06

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1) NOME: _____ CPF: _____

2) NOME: _____ CPF: _____

ERRATA DA PORTARIA MUNICIPAL N° 130/2020

ONDE SE LÊ:

PORTARIA MUNICIPAL Nº 130/2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve baixar:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) MARLENE CLARICE SCHULZ KEMPF,brasileiro (a), nascido (a) em 25/09/1972, portador(a) do RG 10941649 SSP/ MT e do CPF: 766.952.631-91 Servidor(a) Público(a) EFETIVO no cargo de AGENTE DE VIGILANCIA SANITARIA lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE a Elevação de Nível para enquadramento no nível 5, com base no Parecer Jurídico 013/2020 e Lei Complementar n° 003/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 23 de março de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

LEIA-SE

PORTARIA MUNICIPAL Nº 140/2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve baixar:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) MARLENE CLARICE SCHULZ KEMPF,brasileiro (a), nascido (a) em 25/09/1972, portador(a) do RG 10941649 SSP/ MT e do CPF: 766.952.631-91 Servidor(a) Público(a) EFETIVO no cargo de AGENTE DE VIGILANCIA SANITARIA lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE a Elevação de Nível para enquadramento no nível 5, com base no Parecer Jurídico 013/2020 e Lei Complementar n° 003/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 23 de março de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 349/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **LETIANE PEREIRA SILVEIRA,** brasileiro (a) nascido (a) em 16/04/1986, portador (a) do RG 20586680 SSP/MT e do CPF: 029.569.981-70 Servidor (a) Comissionado (a) no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO/GERENTE,lotado (a) naSECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2019/2020, onde serão convertido 10 (dez) dias em Abono Pecuniário e gozados 20 (vinte) dias no intervalo de 13/07/2020 a 01/08/2020, com data prevista para retorno em 03/08/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 09 de julho 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 18/2020 - BENEFÍCIOS TEMPORÁRIOS

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 18/2020

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE, A CÂMARA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE E O RPPS - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GAÚCHA DO NORTE VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-RECLUSÃO, SALÁRIO-MATERNIDADE E SALÁRIO-FAMÍLIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.539/0001-01, com endereço na Avenida Brasil, nº 1.200-S, Bairro Centro, no Paço Municipal (CEP: 78.875-000) (*"e-mail"*: prefgnt@yahoo.com.br), neste ato representado pelo ora Prefeito Municipal, Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, s/n, Bairro Centro, Município de Gaúcha do Norte (CEP: 78. 875-000), e a **CÂMARA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE**, inscrita no CNPJ sob o nº; 01.628.557/0001-34, com sede na Avenida Brasil, s/nº. , centro, CEP 78875-000, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Elço Domingos Alves, portador da Carteira de Identidade nº .1141908-3, SSP/MT e CPF nº **.** 836.953.891-68, e o ***FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GAUCHA DO NORTE***, inscrito no CNPJ sob o n. º 16.637.983/0001-01, com sede à Avenida Brasil, nº., 1200-S, neste ato representado pela Secretária, NEUSA PETREKIC nomeado por meio da Portaria nº. de 042 de 30 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial nº**.** 2.746, portadora da Carteira de Identidade nº 1376775-5, CPF nº 030. 577.231-79, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, visando a operacionalização da concessão dos benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-maternidade e salário-família dos servidores públicos pelo ***INSTITUTO OU FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GAUCHA DO NORTE.***

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto estabelecido neste Termo de Cooperação, constituem atribuições:

I – A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE:

a) para a concessão do benefício de auxílio-doença disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Atestado Médico;

5. Laudo médico pericial, necessário quando o período concedido para o afastamento, ultrapassar 60 (sessenta dias).

Ressaltando que quando se tratar de prorrogação do benefício será necessária toda documentação novamente.

b) para a concessão do benefício de auxílio-reclusão disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Cópias dos documentos pessoais dos dependentes (RG e CPF);

5. Comprovação da condição de dependência: certidão de nascimento dos dependentes, certidão de casamento ou declaração de convivência;

6. Certidão de prisão preventiva ou sentença de condenatória;

7. Laudo médico pericial (caso dependente seja inválido);

c) para a concessão do benefício de salário-maternidade disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes ou atestado médico;

d) para a concessão do benefício de salário-família disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes;

5. Cartão de vacinas dos dependentes, caso tenham idade inferior a 7 (sete) anos.

6. Atestado de escolaridade dos dependentes, caso tenham idade superior a 7 (Sete) e inferior a 14 (quatorze) anos.

II – A CÂMARA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE:

a) para a concessão do benefício de auxílio-doença disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Atestado Médico;

5. Laudo médico pericial, necessário quando o período concedido para o afastamento, ultrapassar 60 (sessenta dias).

Ressaltando que quando se tratar de prorrogação do benefício será necessária toda documentação novamente.

b) para a concessão do benefício de auxílio-reclusão disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Cópias dos documentos pessoais dos dependentes (RG e CPF);

5. Comprovação da condição de dependência: certidão de nascimento dos dependentes, certidão de casamento ou declaração de convivência;

6. Certidão de prisão preventiva ou sentença de condenatória;

7. Laudo médico pericial (caso dependente seja inválido);

c) para a concessão do benefício de salário-maternidade disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes ou atestado médico;

d) para a concessão do benefício de salário-família disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes;

5. Cartão de vacinas dos dependentes, caso tenham idade inferior a 7 (sete) anos.

6. Atestado de escolaridade dos dependentes, caso tenham idade superior a 7 (Sete) e inferior a 14 (quatorze) anos.

III – AO INSTITUTO OU FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GAÚCHA DO NORTE:

a) para a concessão dos benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário maternidade e salário-família irá:

1. Operacionalizar a concessão;

2. Encaminhar os relatórios necessários para o pagamento dos benefícios pelos Órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

O órgão de origem se responsabiliza pelo pagamento das despesas necessárias para consecução da documentação necessária para a confecção dos processos administrativos, em especial os laudos médicos periciais, bem como os demais custos quando existentes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

A execução do presente Termo de Cooperação não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO SIGILO DOS DADOS

Os partícipes obrigam-se a observar e guardar, em toda a sua extensão, no que for devido, o sigilo de que se revestem os dados cadastrais pessoais e funcionais.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

A vigência do presente instrumento iniciar-se-á na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios e encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2020, podendo ser alterado ou prorrogado mediante acordo prévio entre as partes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Termos Aditivos, que daquele serão parte integrante para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexequível, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Termo de Cooperação será efetivada por extrato em Diário Oficial dos Municípios, no prazo de 03 (três) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca onde o Município de Gaúcha do Norte-MT pertencer, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que porventura possam surgir da execução do presente Termo de Cooperação, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS REPRESENTANTES

Para acompanhamento e execução do presente Termo de Cooperação, as partes indicam Dani Luiz Guarienti, servidor público, inscrito no C.P.F/MF nº. 643.877.200-34, Deisi Cleciane Folman servidora pública, inscrita no C.P.F/MF nº.964.622.561-68 e Marisa Usinger, servidora pública , inscrita no C.P.F/MF nº. 885.250.231-91, como responsáveis, em suas respectivas esferas, pela realização de trabalhos dessa natureza.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, as partes, inicialmente nomeados, firmam o presente Termo de Cooperação, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Gaúcha do Norte-MT, 08 de julho de 2020.

_____

Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte

_____

Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte

_____

Secretário, Diretor ou Presidente do Instituto ou Fundo Municipal de Previdência de Gaúcha do Norte

PORTARIA MUNICIPAL Nº 348/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidor (a) **JOCELI FRIEDRICH**,brasileiro (a), nascido (a) em 13/07/1980, portador (a) do RG 3.517227 SSP/SC e do CPF: 933.712.929-91 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL gozo de 44 (quarenta e quatro) dias de licença prêmio no período de 15/07/2020 a 27/08/2020, com data prevista para retorno em 28/08/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 09 de julho de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 350/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **GRACIELE DOS SANTOS,** brasileiro (a) nascido (a) em 29/08/1985, portador (a) do RG 16737792 SJSP/MT e do CPF: 022.454.661-95 Servidor (a) contratado (a) no cargo de RECEPCIONISTA,lotado (a) naSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2019/2020, onde serão gozados 2 (dois) dias no intervalo de 13/07/2020 a 14/07/2020, com data prevista para retorno em 15/07/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 09 de julho 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

COVID-19: RATIFICAÇÃO DISPENSA 06/2020

O Prefeito Municipal de GENERAL CARNEIRO Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente dispensa de Licitação enquadrada no Inciso IV, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, para que se proceda a contratação da empresa **NILO SUPERMERCADO CNPJ Nº: 05.354.945/0002-06**

, para Aquisição de 450 cestas básicas para atendimento a famílias indígenas no município de general, conforme a solicitação da secretaria Municipal de assistência social, no valor total **R$ 36.670,50 (TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** correndo tal despesa á conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de GENERAL CARNEIRO Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2020. Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Julho de 2020.

_____

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17-2020

PREGÃO PRESENCIAL 022/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 031/2020

O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 03.503.612/0001-95, com sede na avenida Delson Rodrigues, s/n, Centro – General Carneiro/MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente e Domiciliado à BR 070, Km 66, Centro, nesta cidade, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91, denominada como **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **GRAFITE COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA- EPP** CNPJ nº 22.063.815/0001-52, Inscrição estadual nº13.573.105-4sito a Rua AVENIDA COUTO MAGALHÃES nº 1889, Bairro CENTRO NORTE cidade VARZEA GRANDE , estado MT , CEP 78.110-400 , representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr. (a) LUANNA MEURER OLIVEIRA , portador(a) da RG nº 1933051-0 SSP/MT CPF nº 064.570.631-01, residente e domiciliado na cidade de VARZEA GRANDE , estado MT, CEP 78135-616, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Pregão Presencia n. 022/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRÔNICO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUB SECRETARIAS MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se o presente Contrato no disposto do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcelo de Aquino e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e, em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 022/2020 e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas da Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada uma partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS CONTRATADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: GRAFITTE COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA- EPP **CNPJ:** 22.063.815/0001-52	
CEP: 78.110-400	**CIDADE/UF:** VARZEA GRANDE
TELEFONES: 3388-6100	**E-MAIL:** WWW.PAPELARIAGRAFITTE.COM.BR
REPRESENTANTE LEGAL: LUANNA MEURER OLIVEIRA	
RG: 1933051-0	**CPF:** 064.570.631-01
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS CONTRATADOS	

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	15	UD	APARELHO DE AR-CONDICIONADO, CAPACIDADE DE 12.000 BTUS; CLASSE ENERGÉTICA A; VOLTAGEM 220V; POTÊNCIA EM REFRIGERAÇÃO (W) 1085 - 1100; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO (KW/H) 3.52; CONTROLE REMOTO; TRIPLA FILTRAGEM: NYLON, COLMEIA E ANTIBACTERIANO; CICLO FRIO; DIRECIONADOR DE AR; DISPLAY DIGITAL; FUNÇÕES MÍNIMAS: TURBO, AUTOLIMPEZA, DESUMIDIFICAÇÃO, SILENCIOSO, MODO DE SUSPENSÃO, RESFRIAMENTO RAPIDO; PALETE COM OSCILAÇÃO DE MOVIMENTO DE BAIXO PARA CIMA; FAIXA DE AJUSTE DE TEMPERATURA 18-30; COMPRESSOR GIRATÓRIO; PROTEÇÃO ANTICORROSÃO; GÁS R410A RESFRIAMENTO W/W 3,21 A 3,25; CORRENTE EM REFRIGERAÇÃO (A) 5,1 - 5,2; COR BRANCA; GARANTIA MINIMA DO COMPRESSOR DE 01 (UM) ANO; PAINEL DIGITAL COM DEMONSTRADOR DE TEMPERATURA. SELO PROCEL OU REGISTRO DO INMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM IDIOMA PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE 01 (UM) ANO.	ELGIN	2.380,00	35.700,00
02	15	UD	APARELHO DE AR-CONDICIONADO, CAPACIDADE DE 18.000 BTUS; CLASSE ENERGÉTICA A; VOLTAGEM 220V; POTÊNCIA EM REFRIGERAÇÃO (W) 1740 - 1755; CAPACIDADE EM REFRIGERAÇÃO (KW/H) 5.27 -5.28; CONTROLE REMOTO; TRIPLA FILTRAGEM: NYLON, COLMEIA E ANTIBACTERIANO; CICLO FRIO; DIRECIONADOR DE AR; DISPLAY DIGITAL; FUNÇÕES MÍNIMAS: TURBO, AUTOLIMPEZA, DESUMIDIFICAÇÃO, SILENCIOSO, MODO DE SUSPENSÃO, RESFRIAMENTO RÁPIDO; FAIXA DE AJUSTE DE TEMPERATURA 18-30°C; COMPRESSOR GIRATÓRIO; PROTEÇÃO ANTICORROSÃO; GÁS R410A; RESFRIAMENTO W/W 3,01 - 3,03; CORRENTE EM REFRIGERAÇÃO (A)8.2 - 8.4; COR BRANCA; GARANTIA MÍNIMA DO COMPRESSOR DE 01 (UM) ANO; PAINEL DIGITAL COM DEMONSTRADOR DE TEMPERATURA. SELO PROCEL OU REGISTRO DO INMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM IDIOMA PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE 01 (UM) ANO.	ELGIN	3.790,00	56.850,00
03	10	UD	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA, MATERIAL REFORÇADO; MEDIDAS MÍNIMAS: 1,33A X 0,47L X 0,71P; CAPACIDADE MÍNIMA POR GAVETA: 60KG; TODO PRODUTO EM CHAPA #24 (0,60MM); PUXADORES RESISTENTES EM POLIURETANO; TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM; SAPATAS NIVELADORAS; GAVETAS DESLIZANTES POR TRILHO METÁLICO TELESCÓPICO; BARRAS ESTABILIZADORAS ENTRE AS GAVETAS; FECHADURA COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO E ACOMPANHA DUAS CÓPIAS DE CHAVES.ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; COR: CINZA CLARO; PRODUTO 100% NOVO; GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR: 12 (MESES).	AMAPA	1.050,00	10.500,00
04	10	UD	CADEIRA ERGONÔMICA MÉDIA PARA ESCRITÓRIO COM BASE DE ENCOSTO E ASSENTO FABRICADOS EM COMPENSADO DE MADEIRA, FORRADO COM ESPUMA DO TIPO INJETADA, DE ALTA DENSIDADE, MÍNIMA DE 50 KG/M3 E NO MÍNIMO 5CM DE ESPESSURA. REVESTIDA EM TECIDO J. SERRANO. BASE ESTRELADA, EM POLIPROPILENO, PATAS EM AÇO COM CAPA INJETADA DE POLIPROPILENO SUSTENTADA POR 5 (CINCO) RODÍZIOS EM POLIURETANO OU NYLON DE DUPLO GIRO COM 50MM DE DIÂMETRO EM CADA HASTE DA BASE. AJUSTE DE ALTURA COM PISTÃO À GÁS COM CAPA PROTETORA TIPO TELESCÓPICA DE NO MÍNIMO 3(TRÊS) ESTÁGIOS, QUE ALTERA A O CURSO DA CADEIRA EM ATÉ, NO MÍNIMO, 12CM DE SUA POSIÇÃO INICIAL. ENCOSTO AJUSTÁVEL POR MEIO DE SISTEMO BACK SYSTEM. AJUSTE DE ALTURA DO ASSENTO + AJUSTE SEMI-AUTOMÁTICO DA ALTURA DO ENCOSTO + AJUSTE DE ÂNGULO/INCLINAÇÃO DO ENCOSTO + AJUSTE DE ÂNGULO/INCLINAÇÃO DO ASSENTO. APOIO DE BRAÇOS AJUSTÁVEIS. DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA 105 CM, LARGURA 62 CM E PROFUNDIDADE 43 CM. PESO MÍNIMO SUPORTADO DE 120KG. COR AZUL ROYAL.	VANDAFLEX	805,00	8.050,00
05	10	UD	CADEIRA LONGARINA DIRETOR PARA RECEPÇÃO OU AUDITÓRIO COM 3 LUGARES, ESPALDAR MÉDIO, COM BRAÇO, REVESTIMENTO COM GOMOS HORIZONTAIS, ESTOFADA EM ESPUMA INJETADA COM, NO MÍNIMO, 50 MM DE ESPESSURA, CONCHA DUPLA, ESTRUTURA INTERNA EM MADEIRA LAMINADA. ESTRUTURA FIXA, TIPO LONGARINA, EM TUBO DE AÇO 50X30, COM SAPATAS NIVELADORAS EM NYLON. ACABAMENTO DOS PERFIS E ESTRUTURA NA COR CINZA MÉDIO. PINTURA EPOXI-PÓ. CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 120 KG; ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO AO CHÃO: 38CM; ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO AO CHÃO: 38CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIMENTO EM TECIDO J. SERRANO OU COURVIN COR AZUL. GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES. ENTREGA MONTADA.	VANDAFLEX	1.430,00	14.300,00
06	15	UD	MESA PARA COMPUTADOR FABRICADA EM MDP E MDF 25MM, SUPORTE PARA TECLADO RETRÁTIL DESLIZANTES POR TRILHO METÁLICO TELESCÓPICO. ESPAÇO PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA. SUPORTE PARA CPU ACOPLADO. DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA: 74 CM; LARGURA 69 CM; PROFUNDIDADE 40 CM. COR CINZA. GARANTIA MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES DO FABRICANTE.	DITALIA	595,00	8.925,00
07	15	UD	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO DE ÁGUA DE 10L OU 20L. FORNECIMENTO DE ÁGUA NATURAL OU GELADA. CAPACIDADE MÍNIMA DE REFRIGERAÇÃO DE 5,2 LITROS POR HORA. CAPACIDADE MÍNIMA DO DEPÓSITO DE ÁGUA DE 3,3 LITROS. GABINETE EM PLÁSTICO INJETADO E CHAPA ELETROZINCADA PINTADA, TOTALMENTE DESMONTÁVEL. TORNEIRAS DE GRANDE VAZÃO, TOTALMENTE DESMONTÁVEIS. PINGADEIRA REMOVÍVEL. GÁS REFRIGERANTE R134A. VOLTAGEM/TENSÃO 220V.	ESMALTEC	1.075,00	16.125,00

08	10	UD	BEBEDOURO SEMI INDUSTRIAL 50 LITROS EM INOX COM 3 TORNEIRAS	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	2.870,00	28.700,00
09	05	UD	BEBEDOURO SEMI INDUSTRIAL 100 LITROS EM INOX COM 3 TORNEIRAS	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	2.980,00	14.900,00
10	08	UD	APARELHO DE AR-CONDICIONADO, CAPACIDADE DE 30.000 BTUS; CLASSE ENERGÉTICA A; VOLTAGEM 220V; POTÊNCIA EM REFRIGERAÇÃO (W) 2900-2902; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO (KW/H) 8,79; CONTROLE REMOTO; TRIPLA FILTRAGEM: NYLON, COLMEIA E ANTIBACTERIANO; CICLO FRIO; DIRECIONADOR DE AR; DISPLAY DIGITAL; FUNÇÕES MÍNIMAS: TURBO, AUTOLIMPEZA, DESUMIDIFICAÇÃO, SILENCIOSO, MODO DE SUSPENSÃO, RESFRIAMENTO RÁPIDO; FAIXA DE AJUSTE DE TEMPERATURA 18-30°C; COMPRESSOR GIRATÓRIO; PROTEÇÃO ANTICORROSÃO; GÁS R410A; RESFRIAMENTO W/W 3,03 - 3,24; CORRENTE EM REFRIGERAÇÃO (A) 13 - 16; COR BRANCA; GARANTIA MINIMA DO COMPRESSOR DE 01 (UM) ANO; PAINEL DIGITAL COM DEMONSTRADOR DE TEMPERATURA. SELO PROCEL OU REGISTRO DO INMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM IDIOMA PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE 01 (UM) ANO.	ELGIN	7.930,00	63.440,00
11	10	UD	ARMÁRIO ALTO COM PORTAS DE ABRIR, EM CHAPA DE AÇO #24 (0,60MM); SAPATAS E PORCAS REBITES DE AÇO PARA SUPORTE DOS PÉS NIVELADORES; 04 (QUATRO) PRATELEIRAS REGULÁVEIS COM CAPACIDADE MINIMA DE 40 KG POR PRATELEIRA; DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA DO GABINETE: 1,98M; ALTURA DOS PÉS: 30MM; LARGURA: 120CM; PROFUNDIDADE: 45CM; FECHADURA COM CHAVES; ESTAMPA PARA VENTILAÇÃO; PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ OU TEXTURIZADA; COR CINZA CLARO.	AMAPA	2.175,00	21.750,00
12	05	UD	MESA EM L (ESTAÇÃO DE TRABALHO CONJUGADA) COMPOSTA POR MESA ESCRITÓRIO + CONEXÃO ARREDONDADA + MESA COMPUTADOR, FABRICADOS EM MDF 15MM REVESTIDO DE MELAMÍNICO COM 15MM DE ESPESSURA ENVOLVIDO COM PERFIL T. PÉS METÁLICOS: TUBO METALON 20 X 20 #20 E TUBO OBLONGO 29 X58 #20. MEDIDAS MÍNIMAS: MESA ESCRITÓRIO: ALTURA: 0,74 LARGURA: 1,20 PROFUNDIDADE: 0,60 (M); MESA COMPUTADOR: ALTURA: 0,74 LARGURA: 0,80 PROFUNDIDADE: 0,60 (M); CONEXÃO ARREDONDADA: ALTURA: 0,15 LARGURA: 0,60 PROFUNDIDADE: 0,60 (M). COR LISA CINZA.	VANDAFLEX	980,00	4.900,00
13	05	UD	PURIFICADOR DE AGUA COR BRANCA, TERMOSTATO COM REGULAGEM DE TEMPERATURA, RESERVATORIO COM NANOTECNOLOGIA, TRIPLA FILTRAGEM, DEPOSITO DE AGUA COM SERPETINA EXTERNA, FREQUENCIA 60 HZ, POTENCIA MINIMA 100WATTS, SUPORTE PARA COPO COM PINGADEIRA REMOVÍVEL, COM DUAS TORNEIRAS (UMA NATURAL E OUTRA GELADA), CAPACIDADE MINIMA DO DEPOSITO: 03L, LUZ INDICADORA DE FILTRO SATURADO, COM PÉS DE BORRACHA ANTI-DERRAPANTE E SUPORTE PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, PRESSÃO DA ÁGUA (MCA): 4 A50 MCA, GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO DO FABRICANTE, ACOMPANHA 02 (DUAS) UNIDADES DE FILTRO/REFIL DE ÁGUA, LIGADO A REDE DE ÁGUA, BIVOLT OU 220V.	IBBL	1.530,00	7.650,00
14	05	UD	ARMÁRIO AÉREO TRIPLO PARA COZINHA, FABRICADO EM AÇO; COR BRANCA; PINTURA ANTICORROSÃO; DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA ENTRE 50 E 60CM, LARGURA ENTRE 100 E 110CM, PROFUNDIDADE ENTRE 29 E 35 CM; TRÊS PORTAS DE BATER COM PUXADORES EXTERNOS RESISTENTES EM ACRÍLICO OU ABS; 01 (UMA) PRATELEIRA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES DO FABRICANTE; ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES E GARANTIA.	TELASUL	760,00	3.800,00
15	10	UD	CADEIRA EXECUTIVA FIXA COM ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO DE ALTA DENSIDADE, MÍNIMA DE 505G/M³, INJETADA, REVESTIDA EM TECIDO J. SERRANO OU COURO ECOLÓGICO; 4 PÉS PALITO EM TUBO DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E PINTURA PÓ EPOXI. DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA 85 CM LARGURA, 43 CM PROFUNDIDADE E 40 CM. PESO MÍNIMO SUPORTADO DE 120KG. COR AZUL ROYAL.	VANDAFLEX	430,00	4.300,00
16	05	UD	GELADEIRA/REFRIGERADOR: CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO DE 209 LITROS. CAPACIDADE LÍQUIDA 261 LITROS. FROST FREE. DUPLEX, SEM DISPENSER DE ÁGUA EXTERNO E INTERNO.GRADES INTERNAS REMOVÍVEIS. PÉS NIVELADORES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES DO FABRICANTE. VOLTAGEM/TENSÃO 220V. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A. SELO PROCEL.	ELECTROLUX	3.150,00	15.750,00
17	05	UD	FOGÃO INDUSTRIAL 02 BOCAS: INJETOR DE GÁS HORIZONTAL, REGULAGEM DE ALTURA DA MESA, MESA EM AÇO ESMALTADO, BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS, 02 QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO COM CHAMA TRIPLA E CONTROLE INDIVIDUAL DAS CHAMAS EXTERNAS E INTERNAS. ALIMENTAÇÃO À GÁS. GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES. COM FORNO.	VENANCIO	1.050,00	5.250,00
18	15	UD	ESTANTE EM AÇO REFORÇADO COM 06 (SEIS) PRATELEIRAS EM CHAPA DE AÇO #22 /0,75 MM, TRATADA COM ANTIFERRUGINO COLUNAS EM CHAPA #16 - L2 30 X 30MM FURO OBLONGO. DIMENSÕES MÍNIMAS DA ESTRUTURA: ALTURA 1,98CM, LARGURA 92CM, PROFUNDIDADE 60CM. PLANOS REGULÁVEIS. ESTRUTURA DESMONTÁVEL. PARAFUSOS SEXTAVADO COM PORCA UNC ¼" X ½". SUSTENTAÇÃO MÍNIMA: 100 (CEM) KG POR PLANO. ROFORÇO EM X NAS LATERAIS E NO FUNDO. PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA.	AMAPA	890,00	13.350,00
19	05	UD	FOGÃO À GÁS 4 BOCAS CONVENCIONAL, TAMPO DE VIDRO TEMPERADO, FORNO ACOPLADO COM PRATELEIRA DESLISANTE, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, CAPACIDADE MÍNIMA DO FORNO DE 56L, FUNÇÕES TIMER E FORNO AUTO LIMPANTE, BIVOLT, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA TIPO A	ATLAS	1.030,00	5.150,00
20	10	UD	MESA PARA ESCRITORIO COM GAVETEIRO DE DUAS GAVETAS COM CHAVES: FABRICADOS EM MDP, REVESTIDO DE MELAMÍNICO COM 15MM DE ESPESSURA ENVOLVIDO COM PERFIL T. PÉS METÁLICOS: TUBO METALON 20 X 20 #20 E TUBO OBLONGO 29 X 58 #20. MEDIDASMÍNIMAS: ALTURA: 0,74 LARGURA: 1,50 PROFUNDIDADE: 0,60 (M). COR LISA CINZA.	VANDAFLEX	610,00	6.100,00
21	05	UD	ROUPEIRO EM AÇO PARA VESTIÁRIO, 04 (QUATRO) PORTAS GRANDES, 02 (DOIS) CORPOS, COM VENEZIANA PARA VENTILAÇÃO, FABRICADO EM CHAPA 26/45MM, COMPARTIMENTO DE TAMANHO GRANDE, INDEPENDENTES, SEM DIVISÓRIA. DIMENSÕES MINIMAS DO ARMÁRIO: ALTURA: 1,95 M, COMPRIMENTO: 0,63 M, LARGURA/PROFUNDIDADE: 0,42 M. MEDIDAS MÍNIMAS DE CADA VÃO: 97,5 X 31,5 X 42COM PITÃO PARA CADEADO. COR CINZA PADRÃO. 04 (QUATRO) PÉS LONGOS REGULÁVEIS. GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR DE 06 (SEIS).	AMAPA	1.240,00	6.200,00
22	10	UD	BALANÇA PESADORA, CAPACIDADE MÁXIMA DE 15 KG, DIVISÃO MÍNIMA DE 5GR, CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 GR. COM DISPLAY LUMINOSO; GABINETE INJETADO EM ABS ALTO IMPACTO, COMANDO PARA DESCONTAR O PESO DA EMBALAGEM; COMANDO DE RETORNO A ZERO; SAÍDA PARA IMPRESSORA NO FORMATO RS232; BIVOLT AJUSTÁVEL (110/220V); SAÍDA PARA BATERIA EXTERNA, TECLADO COM 4 TECLAS COM FUNÇÕES DE FÁCIL DIGITAÇÃO. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E PRAZO DE GARÂNTIA.	ELGIN	1.210,00	12.100,00
23	05	UD	BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL TRÊS VELOCIDADES, CAPACIDADE DE 6,5 A 8 LITROS, CAPACIDADE MÍNIMA DE MISTURA DE 6,5 DM³, COMPOSTA POR: 1 BATEDOR TIPO ARAME, 1 BATEDOR TIPO RAQUETE, 1 BATEDOR TIPO GANCHO, 1 TACHO DA BATEDEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL 304 POLIDO, 1 DISPOSITIVO DE EGURANÇA NO ACES-	G.PANIZ	5.900,00	29.500,00

			SO AO TACHO; POTÊNCIA MÍNIMA DE 370W; VELOCIDADE MÍNIMA DE 130/233/415R/MIN; VOLTAGEM/TENSÃO 220V.			
24	04	UD	BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS - 4 TORNEIRAS: AÇO INOX 430 BRILHANTE E EM AÇO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA. FILTRO INTERNO COMPOSTO DE CARVÃO ATIVADO E CELULOSE, ESERVATÓRIO INTERNO EM AÇO INOX 304, COM UMA BÓIA PARA REGULAGEM DO NÍVEL DA ÁGUA. TERMOSTATO INTERNO COM REGULAGEM FIXA DE 4° A 11°C E TOMADA DE 3 PINOS. GÁS REFRIGERANTE R134A. VOLTAGEM/TENSÃO: 220V.	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	3.200,00	12.800,00
25	05	UD	CADEIRA DIRETOR LINHA ALTA PARA ESCRITÓRIO . BASE DE ENCOSTO E ASSENTO FABRICADOS EM COMPENSADO DE MADEIRA, FORRADO COM ESPUMA DO TIPO INJETADA, DE ALTA DENSIDADE, MÍNIMA DE 50 KG/M3 E NO MÍNIMO 5CM DE ESPESSURA. REVESTIDA EM TECIDO J. SERRANO. BASE ESTRELADA, EM POLIPROPILENO, PATAS EM AÇO COM CAPA INJETADA DE POLIPROPILENO SUSTENTADA POR 5 (CINCO) RODÍZIOS EM POLIURETANO OU NYLON DE DUPLO GIRO COM 50MM DE DIÂMETRO EM CADA HASTE DA BASE. AJUSTE DE ALTURA COM PISTÃO A GÁS COM CAPA PROTETORA TIPO TELESCÓPICA DE NO MÍNIMO 3(TRÊS) ESTÁGIOS, QUE ALTERA A O CURSO DA CADEIRA EM ATÉ, NO MÍNIMO, 12CM DE SUA POSIÇÃO INICIAL. ENCOSTO AJUSTÁVEL POR MEIO DE SISTEMO BACK SYSTEM. AJUSTE DE ALTURA DO ASSENTO + AJUSTE SEMI-AUTOMÁTICO DA ALTURA DO ENCOSTO + AJUSTE DE ÂNGULO/INCLINAÇÃO DO ENCOSTO + AJUSTE DE ÂNGULO/INCLINAÇÃO DO ASSENTO. APOIO DE BRAÇOS AJUSTÁVEIS. MEDIDAS MÍNIMAS DO ENCOSTO X ASSENTO RESPECTIVAMENTE: A.50CM, L. 44CM E E.75CM. X A. 49CM, P.49CM E E.75CM. PESO MÍNIMO SUPORTADO DE 120KG. COR AZUL ROYAL.	VANDAFLEX	990,00	4.950,00
26	05	UD	FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS, COM 6 QUEIMADORES, 3 DUPLAS E 3 SIMPLES COM CONTROLE INDIVIDUAL DAS CHAMAS INTERNA E EXTERNA, GRELHAS DOS QUEIMADORES 30X30; CORPO E MESA DE AÇO CARBONO SUPER RESISTENTE E PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA COM BASE FOSFATIZADA; VARÃO CROMADO COM TAMPÃO E BICO DE ENTRADA DE GÁS REVERSÍVEL; REGISTRO CROMADO DE 1/4". TOTALMENTE DESMONTÁVEL PARA FACILITAR TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO; FORNO PORTA INOX; GRELHAS E QUEIMADORES EM FERROFUNDIDO; ALTURA PADRÃO COM PÉ 80CM; QUEIMADORES COMENCAIXE DE FÁCIL REMOÇÃO PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO; FÁCIL REGULAGEM DE ENTRADA DE OXIGÊNIO; FORNO EXTRA; PORTA PADRÃO INOX, OPCIONAL EM VIDRO; FORNO INTERNO EM CHAPO DE AÇO GALVANIZADA; PROTEÇÃO MÓVEL DO QUEIMADOR; ISOLAMENTO TÉRMICO EM LA DE ROCHA; CONTROLE DE CHAMA NO VARÃO DO FOGÃO; TRÊS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO DE ALTURA PARA GRELHA; ACOMPANHA UMA GRELHA. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	VENANCIO	4.290,00	21.450,00
27	05	UD	FORNO ELETRICO 45 LITROS: LUZ INTERNA INDEPENDENTE, LUZ PILOTO, PORTA DE VIDRO TEMPERADO, ISOLAMENTO TÉRMICO, AUTOLIMPANTE, COM GRADE. PRATELEIRA COM TRÊS NÍVEIS DE REGULAGEM. TERMOSTATO EXTERNO DE 50° A 250°C. ISOLAMENTO TÉRMICO TOTAL. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. ABERTURA DA PORTA FRONTAL. POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.650 WATTS. VOLTAGEM/TENSÃO 220V. COR PRETA E PRATA.	NARDELLI	992,00	4.960,00
28	08	UD	FORNO MICRO ONDAS, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 30 LITROS, POTÊNCIA 950W, VOLTAGEM 220V, CARACTERISTICAS ADICIONAIS COM PRATO GIRATÓRIO, FUNÇÕES DESCONGELAMENTO, AUTO- AQUECIMENTO, UM TOQUE, MAIS TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA EPOXI EM PÓ, POLIM.	PANASONIC	690,00	5.520,00
29	05	UD	FREEZER HORIZONTAL. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 477 LITROS. CAPACIDADE TOTAL DE 513 LITROS. DRENO DE DEGELO FRONTAL. 02 PORTAS REVERSÍVEIS. FECHADURA COM CHAVE AUTOEXPULSIVA. LIVRE DE CFC. PÉS NIVELADORES COM RODÍZIOS PARA TRANSPORTE. PAINEL DE CONTROLE EXTERNO. PODE SER UTILIZADO COMO FREEZER OU REFRIGERADOR POR MEIO DE AJUSTE DA TEMPERATURA. GABINETE INTERNO EM AÇO ZINCADO PORTA BALANCEADA. COR BRANCA. VOLTAGEM 220V. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA MÁXIMA E.	CONSUL	3.900,00	19.500,00
30	05	UD	FREEZER VERTICAL. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 246 LITROS. CAPACIDADE TOTAL DE 246 LITROS. DRENO DE DEGELO FRONTAL. 01 PORTA. FECHADURA COM CHAVE AUTOEXPULSIVA. LIVRE DE CFC. PÉS NIVELADORES COM RODÍZIOS PARA TRANSPORTE. PAINEL DE CONTROLE EXTERNO. PODE SER UTILIZADO COMO FREEZER OU REFRIGERADOR POR MEIO DE AJUSTE DA TEMPERATURAPOSSUI PELO MENOS 01 (UMA) GRADE. GABINETE INTERNO EM AÇO ZINCADO. PORTA BALANCEADA. TEMPERATURA (MÍNIMA E MÁXIMA) 0° A - 18°COR BRANCA. VOLTAGEM 220V. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA MÁXIMA C.	CONSUL	4.090,00	20.450,00
31	04	UD	GELADEIRA/REFRIGERADOR: CAPACIDADE DE 352 LITROS. FROST FREE. DUPLEX. CONTROLE DE TEMPERATURA DO REFRIGERADOR ELETRÔNICA EXTERNA. REFRIGERADO COM PELO MENOS TRÊS PRATELEIRAS DE VIDRO TEMPERADO. CAPACIDADE BRUTA TOTAL (L)354. CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM TOTAL (L) 352. CAPACIDADE BRUTA DO REFRIGERADOR (L) 273. CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DO REFRIGERADOR (L) 272. CAPACIDADE BRUTA DO FREEZER (L) 81. CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DO FREEZER (L) 80. PÉS NIVELADORES. COR BRANCA. VOLTAGEM/TENSÃO 220V. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A.	CONSUL	3.290,00	13.160,00
32	10	UD	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, ROTAÇÃO 3600RPM, TIPO BOMBA AXIAL, VAZÃO 6L/MIN/ 360 L/H, MATERIAL DOS PISTÕES AÇO CROMADO, BOMBA ALTA RESISTÊNCIA DO DESGATE, CHAVE ELÉTRICA VEDADA CONTRA AGUA, ENGATE RÁPIDO AO SISTEMA DE SUCCÇÃO DE ÁGUA, MOTOR COM PROTETOR TÉRMICO -1,6 CV - 220V, GATILHO COM TRAVA DE SEGURANÇA OU PARA USO CONTÍNUO, RECÍPIENTE PARA APLICAÇÃO DE SHAMPOO OU DETERGENTES, PRESSÃO DE TRABALHO 1.300 LBF/POL/110/220V BIVOLT 110/220V.	ELECTROLUX	1.090,00	10.900,00
33	05	UD	LIQUIDIFICADOR BASCULANTE, CARACTERÍSTICA 05 LITROS-COPO, EM AÇO INOX 304; TAMPA EM ALUMÍNIO POLIDO. VOLTAGEM 220V.	SKYMSEN	1.340,00	6.700,00
34	10	UD	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS: CAPACIDADE DE ROUPA SECA E/ OU MOLHADA 12KG. 04 (QUATRO) NÍVEIS DE ÁGUA. 12 (DOZE) PROGRAMAS DE LAVAGEM. PAINEL MANUAL. CESTO EM POLIPROPILENO COM GARANTIA DE 10 (DEZ) ANOS. GABINETE DE AÇO GALVANIZADO. DISPENSER INDIVIDUAIS. TAMPO DE VIDRO TEMPERADO. TAMPA COM VISOR TRANSPARENTE. TRAVA DE SEGURANÇA. FILTRO INTERNO PEGA FIAPOS. FUNÇÕES: PRÉ LAVAGEM E ECONOMIA (RAPROVEITAMENTO DE ÁGUA) DENTRE OUTRAS. COR BRANCA. VOLTAGEM/TENSÃO 220V. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A. GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE 12 (DOZE) MESES.	ELECTROLUX	2.090,00	20.900,00
35	10	UD	MESA APARADOR PARA IMPRESSORA, FAX E TELEFONE. FABRICADA EM MDF 18MM. 04 (QUATRO) PÉS COM RODIZIOS EM NYLON. MEDIDAS MÍNIMAS: LARGURA 44CM, ALTURA 74CM E PROFUNDIDADE 42CM. COR CINZA CLARO.	VANDAFLEX	330,00	3.300,00
36	15	UD	MESA PARA REFEITORIO COM TAMPO DE MESA PRODUZIDO EM MDF COM 15 MM REENGROSSADO COM MAIS 15 MM, TOTALIZANDO 30 MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO DA BORDA DA MESA EM FITA DE PVC - 30 X 4MM DE ESPESSURA COM TAMPO 28MM LAMINADO. DIMENSÕES MÍNIMAS: LARG. 2,40 M X PROF. 0,80 CM X ALT. 0,75 CM. ASSENTOS: MEDINDO 0,30 X 0,30 M, EM MDF 15 MM DE ESPESSURA, BORDA EM PERFIL DE PVC. ESTRUTURA: TIPO CAVALETE, MONTADA PARA BANCOS ARTICULADOS, FORMADA POR TUBOS DE AÇO CARBONO DE SEÇÃO RETANGULAR 50 X 30 MM X 1,20 MM	VANDAFLEX	2.580,00	38.700,00

			DE ESPESSURA. 8 (OITO) LUGARES ESCAMOTEÁVEL. COR DO TAMPO: CINZA CLARO. COR DA ESTRUTURA: PRETA.			
37	10	UD	PANELA DE PRESSÃO EXPRESS COM CAPACIDADE DE 10 LITROS VÁLVULA DE SEGURANÇA, VÁLVULA DE SILICONE E METÁLICA, JANELA DE SEGURANÇA, ALVIADOR DE PRESSÃO, DIAMETRO DE 34 CM.	ABC	240,00	2.400,00
38	04	UD	ROUPEIRO DE AÇO COM 16 PORTAS DE ABRIR. CADA UMA COM REFORÇO OMEGA, CONTENDO UMA VENEZIANA PARA CADA PORTA, DISPOSITIVO DE CADEADO (PITÃO). CONFECCIONADO EM CHAPA: 26/45MM. DIMENSÕES MÍNIMAS DO VÃO: ALTURA 49CM, LARGURA 30 CM, PROFUNDIDADE 39CM. DIMENSÕES MÍNIMAS DO ARMÁRIO: ALTURA 197CM, LARGURA 123CM, PROFUNDIDADE 41CM. 04 (QUATRO) PÉS LONGOS REGULÁVEIS. COR CINZA PADRÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES DO FABRICANTE.	AMAPA	2.630,00	10.520,00
39	20	UD	VENTILADOR DE PAREDE 60 CM, DESMONTÁVEL, PRETO METÁLICO, 03 (TRÊS) HÉLICES, COM GRADE REMOVÍVEL, BIVOLT. POSSUIR OSCILAÇÃO PARA DIREITA E ESQUERDA. 3 VELOCIDADES. PROTETOR TÉRMICO. FUSÍVEL DE SEGURANÇA. AJUSTE DE INCLINAÇÃO. POTÊNCIA: 1/4 CV - 220 V; DIÂMETRO DA HÉLICE: 60 CM; RPM: 1400 MÁXIMA; TENSÃO: BIVOLT; VELOCIDADE REGULÁVEL; EQUIPADO COM PROTETOR TÉRMICO. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E PRAZO DE GARANTIA MÍNIMO DE 06 (SEIS) MESES.	ARGE	320,00	6.400,00
40	04	UD	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS, COM 02 QUEIMADORES ANTERIORES EM FERRO FUNDIDO COM CHAMA TRIPLA E CONTROLE INDIVIDUAL DAS CHAMAS EXTERNAS E INTERNAS E 02 QUEIMADORES POSTERIORES EM FERRO FUNDIDO COM CHAMA DUPLA. MESA ESMALTADA. REGULAGEM DE ALTURA DA MESA. BANDEJA PARA RESÍDUOS. INJETOR DE GÁS HORIZONTAL. ALIMENTAÇÃO A GÁS. COR PRETA OU INOXGARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE 03 (TRÊS) MESES.	VENANCIO	1.710,00	6.840,00
41	04	UD	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL DE ALTO RENDIMENTO, COM COPO DE INOX COM CAPACIDADE DE 3,6 (TRÊS LITROS E SEISCENTOS MILILITROS). SISTEMA DE TRAÇÃO DE HÉLICE EM INOX. BASE ANTIDERRAPANTE. POTÊNCIA DO MOTOR DE 0,5 CV. FREQUÊNCIA 60 HZ. TENSÃO/VOLTAGEM 220V. ROTAÇÃO 3500 RPM. ACOMPANHA MANUAL DO USUÁRIO. GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES DO FABRICANTE.	SKYMSEN	1.950,00	7.800,00
42	10	UD	GAVETEIRO VOLANTE 03 GAVETAS (2 GAVETAS + 1 P/PASTA SUSPENSA), REVESTIMENTO EM TAMPOS E PAINÉIS CONSTITUÍDOS EM MDP 15MM, ACABAMENTO FITA DE 1MM NOS TAMPOS E 0,5MM NO CORPO. MEDIDAS MÍNIMAS: 0,46L X 0,44PROF. X 0,71A COR CRISTAL.	VANDAFLEX	405,00	4.050,00
43	05	UD	ESTAÇÃO DE TRABALHO 04 (QUATRO LUGARES) TIPO ILHA: ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA 4 PESSOAS, COM MESA DELTA EM "L" SEM IMENDAS, CONFECIONADA EM MELAMÍNICO DE 18 OU 25MM DE ESPESSURA, COM ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC BOLEADO 180 GRAUS, ESTRUTURA DE FERRO E PÉS COM CALHA REMOVÍVEL PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO. PAINEL DIVISOR SUSPENSO EM MELAMÍNICO COM ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC FLEXÍVEL. SUPORTE PARA CPU E ESTABILIZADOR, 01 (UM) GAVETEIRO COM DUAS GAVETAS COM CHAVES ACOPLADO A CADA UMA DAS MESAS. MEDIDAS MÍNIMAS DE CADA MESA: 120X120X70X74CM. MESAS COR CINZA E PAINEL/ BIOMBO COR AZUL.	VANDAFLEX	5.050,00	25.250,00
44	04	UD	MESA PARA REUNIÃO OVAL (DUAS PARTES) PARA 10 A 12 PESSOAS, FABRICADA EM MDP 25MM, REVESTIDO DE MELAMÍNICO COM 15MM DE ESPESSURA ENVOLVIDO COM PERFIL T. 02 (DUAS) CAIXAS DE CONECTIVIDADE. MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA: 0,75 LARGURA: 3,00M PROFUNDIDADE: 1,10M. PÉS EM AÇO COM SUBIDA PARA FIAÇÃO. COR LISA: CINZA CLARO.	VANDAFLEX	1.910,00	7.640,00
45	08	UD	APARELHO DE AR-CONDICIONADO, CAPACIDADE DE 24.000 BTUS; CLASSE ENERGÉTICA A ; VOLTAGEM 220V; POTÊNCIA EM REFRIGERAÇÃO (W) 1750 - 2340; CONTROLE REMOTO; TRIPLA FILTRAGEM: NYLON, COLMEIA E ANTIBACTERIANO; CICLO FRIO; DIRECIONADOR DE AR; DISPLAY DIGITAL; FUNÇÕES MÍNIMAS: TURBO, AUTOLIMPEZA, DESUMIDIFICAÇÃO, SILENCIOSO, MODO DE SUSPENSÃO, RESFRIAMENTO RÁPIDO; FAIXA DE AJUSTE DE TEMPERATURA 18-30°C; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO (KW/H): 7,03; COMPRESSOR GIRATÓRIO; PROTEÇÃO ANTICORROSÃO; GÁS R410A; RESFRIAMENTO W/W 3,01; CORRENTE EM REFRIGERAÇÃO (A)8.2 - 11.6; COR BRANCA; GARANTIA MINIMA DO COMPRESSOR DE 01 (UM) ANO; PAINEL DIGITAL COM DEMONSTRADOR DE TEMPERATURA. SELO PROCEL OU REGISTRO DO INMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM IDIOMA PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE 01 (UM) ANO.	ELGIN	4.390,00	35.120,00
46	08	UD	APARELHO DE AR-CONDICIONADO, CAPACIDADE DE 9.000 BTUS; CLASSE ENERGÉTICA A; VOLTAGEM 220V; FREQUÊNCIA 60 HG; CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO 2,64KW; CONTROLE REMOTO;TRIPLA FILTRAGEM: NYLON, COLMEIA E ANTIBACTERIANO; CICLO FRIO; DIRECIONADOR DE AR; DISPLAY DIGITAL; FUNÇÕES MÍNIMAS: TURBO, AUTOLIMPEZA, DESUMIDIFICAÇÃO, SILENCIOSO, MODO DE SUSPENSÃO, RESFRIAMENTO RÁPIDO; COMPRESSOR GIRATÓRIO; PROTEÇÃO ANTICORROSÃO; GÁS R410A; RESFRIAMENTO W/W 3,21 - 3,25; CORRENTE EM REFRIGERAÇÃO (A) 3.8; CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO (KW/H) 2,6 - 2,8; COR BRANCA; GARANTIA MÍNIMA DO COMPRESSOR DE 01 (UM) ANO; PAINEL DIGITAL COM DEMONSTRADOR DE TEMPERATURA. SELO PROCEL OU REGISTRO DO INMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.SELO PROCEL OU REGISTRO DO INMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM IDIOMA PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE 01 (UM) ANO.	ELGIN	1.750,00	14.000,00
47	06	UD	CAIXA DE SOM, AUTO FALANTE DE 10", MAIS TWEETER, POTENCIA 100WRMS, ENTRADAS USB LINE (MIC/INSTRUMENTOS) E RCA (ELETRÔNICOS), SENSIBILIDADE: MIC/GUITAR: 10MV (38DBU) / LINE/ACTIVE GUITAR: 775MV (0DBU) / AUXILIAR: 775 MV (0DBU), EQUALIZAÇÃO: 2 VIAS (GRAVE E AGUDO), CONTROLE REMOTO, ALIMENTAÇÃO BIVOLT CHAVEADA.	FRAHM	850,00	5.100,00
48	10	UD	MICROFONE P/ ÁUDIO SEM FIO - COR: PRETO, TIPO: CONDENSER, IMPEDÂNCIA: 600 OHMS, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 50HZ A 15 KHZ, SENSIBILIDADE: DYNAMIC RANGE 100DB, MODULAÇÃO: UHF, RELAÇÃO S/N: 90 DB, FREQUÊNCIA: UHF: 460 A 860 MHZ, VOLTAGEM: FONTE CHAVEADA 100~240 VAC, ALIMENTAÇÃO DO TRANSMISSOR: 1 BATERIA 9V, CHAVE ON/OFF.	VOKAL	700,00	7.000,00
49	05	UD	ROUPEIRO DE AÇO PARA VESTIÁRIO CHAPA 26/45MM, 8 (OITO) PORTAS GRANDES, 4 (QUATRO) CORPOS, COM VENEZIANA PARA VENTILAÇÃO. COMPARTIMENTO DE TAMANHO GRANDE, INDEPENDENTES, SEM DIVISÓRIA. DIMENSÕES MÍNIMAS DO ARMÁRIO (1,95 X 1,23 X 0,42M) C/ PITÃO PARA CADEADO, COR CINZA PADRÃO. MEDIDAS MÍNIMAS DE CADA VÃO: 48,7 X 31,5 X 4204 (QUATRO) PÉS LONGOS REGULÁVEIS. GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR DE 06 (SEIS) MESES.	AMAPA	1.710,00	8.550,00
50	10	UD	TV LED 42 " ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: RESOLUÇÃO HD (1.336 X 768), TAXA DE ATUALIZAÇÃO 60HZ. POTÊNCIA DE ÁUDIO TOTAL (RMS) 10 W (5W + 5W), SISTEMA DE TV NTSC, PAL-M, PAL-N, ISDB-TB, CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO A, TENSÃO/VOLTAGEM BIVOLT, CONEXÕES: 02 (DUAS) HDMI E 1 (UMA) USB. 1 PORTA LAN - CONEXÃO DE REDE SOMENTE PARA INTERATIVIDADE DTVI. ENTRADA DE VÍDEO COMPONENTE/COMPOSTO. ENTRADA DE ÁUDIO ESTÉREO/MON. ENTRADA ANT/CABLE. CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, TIMER ON/OFF, SLEEP TIMER, CLOSED CAPTION. PVR READY - GRAVADOR PESSOAL DE VÍDEO, DTVI DECODIFICADOR DIGITAL PARA RECEPÇÃO DE TV ABERTA COM SUPORTE A INTERATIVIDADE. CONTEÚDO: 1 TELEVISOR, 1 CONTRO-	AOC	2.220,00	22.200,00

			LE REMOTO, 2 PILHAS AAA, KIT PARA MONTAGEM DO PEDESTAL, 1 CABO P2 - RCA (2 PINOS), KIT DO PEDESTAL. VOLTAGEM 220V. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES DO FABRICANTE.			
51	15	UD	VENTILADOR DE MESA: HÉLICES 3 PÁS. 40CM DE ALTURA. 3 VELOCIDADES. 03 (TRÊS) NÍVEIS DE INCLINAÇÃO VERTICAL E ROTAÇÃO 90°. OSCILAÇÃO HORIZONTAL. FUNÇÃO TURBO SILENCIO. COMPARTIMENTO PORTA FIO. VOLTAGEM 220V. COR PRETA E PRATA. DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA, 49CM, ALTURA 65 CM E PROFUNDIDADE 36CM. GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES DO FABRICANTE.	ARNO	350,00	5.250,00
52	05	UD	SUPORTE ARTICULAO PARA TV DE 14" Á 56", FIXAÇÃO - VESA (75-100- 200-300-400) - DISTÂNCIA DA PAREDE: 60 - 40 MM, SUPORTAR NO MINIMO 35 KG, 3 NIVEIS DE INCLINAÇÃO.	CHIPSCE	450,00	2.250,00
54	05	UD	ARMÁRIO ALTO MEDINDO: 900X400X1600 MM COM CORPO E PORTAS EM FIBRA DE MADEIRA AGLOMERADA DE 15 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO EM AMBAS AS FACES, COM LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO, CORPO E PRATELEIRA NA COR DO ÓRGÃO SOLICITANTE, ENCABEÇAMENTO NOS TOPOS COM FITA BORDA PVC DE 0,45 MM DE ESPESSURA. TAMPO E PORTAS, ENCABEÇAMENTO NOS TOPOS COM FITA BORDA DE 2,0 MM DE ESPESSURA NA COR DO ÓRGÃO SOLICITANTE. PORTAS DOTADAS DE DOBRADIÇAS CANECO EM AÇO ESTAMPADO COM ABERTURA DE 95º, FECHADURA COM TRAVAMENTO SIMULTÂNEO, COM CHAVE E CHAVE RESERVA, PUXADOR ALÇA EM ZAMAK. SAPATAS NIVELADORAS DE POLIPROPILENO INJETADO E HASTE METÁLICA COM ROSCA PARA REGULAGEM DE ALTURA DO ARMÁRIO ATRAVÉS DE SISTEMA INTERNO NÃO APARENTE, COM AS PORTAS NÃO DEVEM FICAR APARENTES OS TOPOS DO CORPO DO ARMÁRIO SOMENTE O TOPO FRONTAL DO TAMPO O QUAL ESCONDERA O TOPO SUPERIOR DAS PORTAS. TODAS AS EXTREMIDADES DO ARMÁRIO DEVEM COMPOR ÂNGULO DE 90º SEM DEGRAUS OU CAVIDADE.	VANDAFLEX	1.900,00	9.500,00
55	05	UND	ARMÁRIO BAIXO (BALCAO) COM 02 PORTAS E 01 PRATELEIRA: MODULADOS, COMPOSTOS POR LATERAIS PARTE INFERIOR EM AGLOMERADO DE 15 MM E FUNDO EM DURATEX 6MM REVESTIDOS EM LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE, ESTANDO TODAS AS PARTES LIGADAS ENTRE SI PELO SISTEMA SOFT 7 X 70 E CAVILHAS, PROPICIANDO AJUSTE E FIRMEZA, TAMPO EM AGLOMERADO DE 15 MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO, NA COR PADRÃO DA UNIDADE, BORDAS COM ACABAMENTO EM FITA DE POLIESTIRENO COM 2 MM DE ESPESSURA, PORTAS DE ABRIR, COM DOBRADIÇA DE EIXO SIMPLES, ÂNGULO DE ABERTURA 180°, EM MADEIRA AGLOMERADA COM 15 MM DE ESPESSURA REVESTIDAS EM AMBAS AS FACES COM LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO NA COR PADRÃO DA UNIDADE, BORDAS EM POLIESTIRENO DE 1 MM COM PUXADORES TIPO ALÇA EM ZAMAK NA COR PADRÃO DA UNIDADE, COM FECHADURA PARA PERFEITO TRAVAMENTO, PRATELEIRA 01 (UMA), EM MADEIRA AGLOMERADA COM 15 MM DE ESPESSURA REVESTIDAS EM AMBAS AS FACES EM LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO, NA COR PADRÃO DA UNIDADE, COM BORDAS LONGITUDINAIS E TRANSVERSAIS REVESTIDAS EM POLIESTIRENO DE 1 MM DE ESPESSURA, REGULÁVEIS INTERNAMENTE EM VÁRIAS POSIÇÕES, BASE EM MADEIRA AGLOMERADA COM 15 MM DE ESPESSURA REVESTIDA EM AMBAS AS FACES EM LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO, NA COR PADRÃO DA UNIDADE. MEDIDA: 900X400X750.	VANDAFLEX	620,00	3.100,00
56	05	UND	ARMÁRIO DE AÇO MULTIUSO 02 PORTAS DE ABRIR C/ FECHADURA; 4 PRATELEIRA FIXAS; DIMENSÕES: ALTURA:1,70CM LARGURA: 0,80CM PROFUNDIDADE 35CM, EM AÇO CHAPA 26(ESPESSURA 0,46MM), CONTENDO: 02 (DUAS) LATERAIS EM AÇO ESPESSURA 0,6MM, UM FUNDO E DOIS TAMPOS (SUPERIORE INFERIOR) CONFECCIONADO EM AÇO COM ESPESSURA DE 0.6MM, REFORÇO INTERNO (ESQUADRO) CONFECCIONADO EM AÇO 1,20 MM FIXANDO AS LATERAIS. A BASE SOLDADA CONFECCIONADA EM CHAPA AÇO 1,20MM DOBRADA EM U COM QUATRO PÉS REGULÁVEIS (SAPATAS) PARA CORREÇÃO DE PEQUENOS DESNÍVEIS. O ARMÁRIO DEVERA CONTER 04 (QUATRO) COMPARTIMENTOS COM PORTAS.	AMAPA	990,00	4.950,00
57	05	UND	ARMÁRIO DUPLO COM 12 PORTAS, CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO DE TEOR DE CARBONO, CONTENDO: 02 LATERAIS E UMA DIVISÓRIA VERTICAL CENTRAL EM AÇO ESPESSURA 0,60MM, UM FUNDO E DOIS MEIO-TAMPOS (SUPERIOR E INFERIOR) CONFECCIONADOS EM AÇO COM ESPESSURA DE 0,60MM 01 (UM) ACABAMENTO FRONTAL COMPOSTO DE DOIS FECHAMENTOS, UM SUPERIOR E UM INFERIOR, COM ESPESSURA DE 0,60 MM SOLDADO A UM ACABAMENTO DA DIVISÓRIA CENTRAL COM ESPESSURA DE 0,90MM, BASE CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO COM ESPESSURA DE 1,25MM E QUATRO PÉS REGULÁVEIS(SAPATAS) PARA CORREÇÃO DE PEQUENOS DESNÍVEIS. O ARMÁRIO DEVERÁ CONTER 12 (DOZE) COMPARTIMENTO COM PORTA, SENDO QUE A PORTA DEVERÁ CONTER 02 (DUAS) DOBRADIÇAS INTERNAS, 02 (DOIS) BATENTES DE BORRACHA E UMA FECHADURA UNIVERSAL PARA MÓVEIS DE AÇO COM ROTAÇÃO DE 90 GRAUS COM 02 (DUAS) CHAVES CADA. ÁREA DE ENTRADA DE CADA PORTA 25,5X24 CM E ÁREA INTERNA 27X30X42,5 CM. AS PORTAS POSSUEM NA PARTE FRONTAL PERFURAÇÕES EM FORMA DE QUADRADOS DE 5X5MM QUE SERVEM COMO VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS. MONTAGEM ATRAVÉS DE REBITES ACABAMENTO COM SISTEMA DE TRATAMENTO QUÍMICO DA CHAPA (ANTI-FERRUGINOSO E FOSFATIZANTE) E PINTURA ATRAVES DE SISTEMA ELETROSTÁTICO A PÓ, COM CAMADA MÍNIMA DE TINTA DE 70 MICRAS. DIMENSÕES: ALTURA: 185CM, LARGURA; 60 CM, PROFUNDIDADE: 45CM..	AMAPA	1.850,00	9.250,00
58	15	UND	CADEIRA FIXA 04 PES ISO POLIPROPILENO: A CADEIRA É CONSTITUÍDA DE ASSENTO E ENCOSTO PLÁSTICOS, E ESTRUTURA METÁLICA.A ESTRUTURA É COMPOSTA DE TUBOS DE AÇO 1010/1020, SENDO OS PÉS E SUPORTES DO ASSENTO E ENCOSTO FABRICADOS EM TUBOS OBLONGOS 16X30 COM ESPESSURA DE PAREDE SOLDADOS COM SOLDA MIG À DUAS TRAVESSAS HORIZONTAIS TUBOS DE AÇO7/8” X 1,2MM DE ESPESSURA FORMANDO UM CONJUNTO ESTRUTURAL EMPILHÁVEL. A ESTRUTURA RECEBE TRATAMENTOS QUÍMICOS DE FOSFATIZACAO E PINTURA EPOXI-PO. PARA DAR ACABAMENTO NAS PONTAS DOS TUBOS DOS PÉS E TRAVESSAS, A ESTRUTURA RECEBE PONTEIRAS PLÁSTICAS INJETADAS EM POLIPROPILENO. ASSENTO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO (PP) INJETADO E MONDADO ANATOMICAMENTE COM AVABAMENTO TEXTURIZADO. DIMENSÕES 465MM LARGURA, 470MM PROFUNDIDADE E 5MM ESPESSURA DE PAREDE. CANTOS ARREDONDADOS E UNIDO A ESTRUTURA POR MEIO DE 04 (QUATRO) PARAFUSOS 5X30. ENCOSTO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO E ANATOMICAMENTE COM ACABAMENTO TRXTURIZADO. DIMENSÕES 330MM DE ALTURA, ESPESSURA DA PAREDE DE 5MM E ARRENDODADOS E UNIDOS A ESTRUTURA POR DUPLA CAVIDADE NA PARTE POSTERIOR DO ENCOSTO QUE SE ENCAIXA A ESTRUTURA METÁLICA, TRAVADA POR 02 (DOIS) PINOS FIXADORES INJETADOS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, NA COR DO ENCOSTO, DISPENSADO A PRESENÇA DE REBITES OU PARAFUSOS. ASSENTO E ENCOSTO DEVEM POSSUIR FUROS PARA VENTILAÇÃO.	PLAXMETAL	235,00	3.525,00
59	15	UND	CADEIRA SECRETARIA INJETADA LISA; ASSENTO DIMENSÃO 420X400MM E ENCOSTO EM COMPENSADO ANATÔMICO DE NO MÍNIMO 15MM; NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO/ ENTIDADE SOLICITANTE, COM ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA EM POLIURETANO INJETADA DE NO MÍNIMO 50MM DE ESPESSURA, E DENSIDADE DE 50 KG/M3; COM ESPALDAR MÉDIO; PERFIL PROTETOR DE BORDAS EM PVC; REVESTIDO EM TECIDO; ES-	VANDAFLEX	380,00	5.700,00

			TRUTURA NA COR DO MUNICÍPIO; BASE GIRATÓRIA COM RODÍZIO. ESTRUTURA: - COLUNA DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO POR ACIONAMENTO HIDRÁULICO A GÁS COM CURSO DE 100MM BASE EM FORMATO DE ESTRELA COM 5 PONTAS EM "NYLON 6" ADITIVADO COM FIBRA DE VIDRO E SISTEMA DE ACOPLAMENTO CÔNICO. - PINTURA EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPÓXI, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MICRÔMETROS, NA COR PRETA. • RODÍZIOS DE DUPLO GIRO, COM RODAS DUPLAS DE 50MM (MÍNIMO). RODAS PARA PISOS FRIOS REVESTIDAS DE MATERIAL RESILIENTE, QUE APRESENTEM BANDA DE RODAGEM MACIA. • MANÍPULOS DE REGULAGENS E ALAVANCAS COM MANOPLAS EM MATERIAL INJETADO. • TODOS OS ELEMENTOS ACESSÍVEIS AO USUÁRIO QUANDO EM POSIÇÃO SENTADA DEVEM SER ARREDONDADOS, COM RAIO DE CURVATURA MAIOR QUE 2MM, E POSSUIR DESENHO ERGONÔMICO PERMITINDO ADEQUADA EMPUNHADURA E FÁCIL ACIONAMENTO.			
60	05	UND	CAIXA DE SOM MULTIFUNCIONAL, COM ALÇA E RODÍZIO PARA TRANSPORTE, SUPORTE PARA PEDESTAL, COM ENTRADA SD/USB COM DISPLAY LCD 150 WATTS RMS, 1 ALTO FALANTE DE 12", 1 DRIVER DE TITÂNIO, ENTRADAS RCA LINE L&R E SAÍDAS RCA LINE L&R. CONTROLE DE VOLUME, VOLUME MIRCROFONE SEM FIO, VOLUME DE ENTRADA GUITARRA/VIOLÃO, VOLUME MP3 PLAYER E ENTRADAS LINE E EFEITO ECHO, EQUALIZADOR DE 5 BANDAS, TECLA DE SELEÇÃO LINE OU SD/USB/FM, CONTROLE DE BUSCA POR PASTA E CONTROLE REMOTO RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 52,5HZ A 20KHZ, ENTRADA DE ALIMENTAÇÃO DE CORRENTE CONTÍNUA 12V, CHAVE SELETORA DE VOLTAGEM 115/230V, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E MICROFONIA, DIMENSÕES 600AX385LX325PMM , PESO APROXIMADO: 15 KG.	FRAHM	1.330,00	6.650,00
62	05	UND	COMPRESSOR PARA BALÃO, VOLUME DO RESERVATÓRIO, 24 L, PRESSÃO MÁXIMA 115 LBF/POL² , VELOCIDADE 3600 RPM, VOLTAGEM110V / 240V, LARGURA 630MM, ALTURA 290 MM, PROFUNDIDADE 5900 MM, PESO O 25,50 KG.	WORKER	1.550,00	7.750,00
63	10	UND	COMPUTADOR TIPO 01 - PROCESSADOR: INTEL CORE I3-4160 3.6GHZ 3MB DE MEMÓRIA CACHE, CHIPSET: INTEL H81 EXPRESS / MEMÓRIA RAM: 4GB DDR3 / EXPANSÃO DE MEMÓRIA RAM ATÉ: 16 GB DDR3 / NÚMERO DE SLOTS: 2 SLOT DRR3 / DISCO RÍGIDO (HD): 500GB SATA / DRIVE ÓPTICO: DVD-RW REDE: 1 X 10/100/1000 GIGABIT ETHERNET / VÍDEO: ONBOARD INTEL HD GRAPHICS / MEMÓRIA COMPARTILHADA: MÁXIMO 1.7GB / AUDIO: ONBOARD - ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO (HD) - REALTEK® ALC887 / CONEXÕES: 1 PORTA PS/2 MOUSE ,1 PORTA PS/2 TECLADO, 1 PORTA VGA, 1 PORTA HDMI, 1 PORTA AUDIO - REALTEK® ALC887, 2 PORTAS USB 3.0 - 2 PORTAS TRASEIRAS ,6 PORTASUSB 2.0 - 2 PORTAS TRASEIRAS, 2 FRONTAL E 2 PORTAS INTERNAS, 1 REDE 10/100/1000 / SLOTS DE EXPANSÃO: 1 X PCIE 2.0 X16, 1 X PCIE X1 / GABINETE: MINI-TORRE 2 BAIAS / FONTE: 200W / VOLTAGEM: BIVOLT / TECLADO STANDARD COM DESIGN ERGONÔMICO, BAIXO RUIDO NA DIGITAÇÃO, RESISTENTE E DE ALTA DURABILIDADE, TECLADO ABNT2,MEMBRANA TÁTIL INTERNA DE ÓTIMA QUALIDADE,3 TECLAS DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA ACPI,INTERFACE USB,COMPATÍVEL COM LINUX, WINDOWS 95 / 98 / ME / NT/ 2000 / XP / VISTA / MOUSE ÓPTICO USB 800DPI SCROLL, PLUG&PLAY. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO PARA PEÇAS E COMPONENTES, EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO PPB, APRESENTAR FOLDER OU CATALOGO GERAL DO PRODUTO OFERTADO INDICANDO PEÇAS E COMPONENTES, PRINCIPALMENTE PARA OS ITENS PLACA MAE, PROCESSADOR, HARD DISK E MEMÓRIA, FOLDERS E CATÁLOGOS SERÃO ACEITOS SOMENTE SE RETIRADOS DO SITE DO FABRICANTE.	GRAFITTE	2.700,00	27.000,00
64	50	UND	CONJUNTO ALUNO, FORMADO POR 01 (UMA) MESA E 01 (UMA) CADEIRA DA MESMA CLASSE DIMENSIONAL, CJA- 03. MESA COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: INJETADO EM TERMOPLÁSTICO ABS VIRGEM, COM PIGMENTAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA SEM BRILHO E COM FORMATO DE 02 (DOIS) ÂNGULOS, POSSIBILITANDO A FORMAÇÃO DE CÍRCULOS COM 06 (SEIS) OU 30 (TRINTA) MESAS. O TAMPO SE FIXA AO CONTRA TAMPO POR MEIO DE 06 (SEIS) ENCAIXES, 04 CLIQUES DO TIPO SNAP-FITE E DUAS TORRES PARA FIXAÇÃO POR PARAFUSOS. MEDINDO, 680 MM NA BASE MAIOR, 595 MM NA BASE MENOR E 560 MM LATERALMENTE, CONTENDO 02 (DOIS) PORTAS OBJETOS NAS LATERAIS DA SUPERFÍCIE DE USO INTEGRADOS AO TAMPO DISPONIBILIZANDO UMA ÁREA ÚTIL DE SUPERFÍCIE DE USO DO TAMPO DE 560 MM X 515 MM, ÁREA SOMANDO OS DOIS PORTAS OBJETOS É DE 0,29M2. COM MONTAGEM COMPLETA POR ENCAIXES DE SEUS COMPONENTES, PODENDO SER UTILIZADA DE AMBOS OS LADOS DE ACORDO COM A ESCOLHA DO USUÁRIO. CONTRA TAMPO, COR PRET0, FEITO EM PP (POLIPROPILENO) RECICLADO, APOIA, REFORÇA E ESTRUTURA A SUPERFÍCIE DO TAMPO ALÉM DE PROVER ACABAMENTO NA PARTE INFERIOR DO TAMPO. PORTA LIVROS COR CINZA, EM FORMATO RETANGULAR, INJETADO EM TERMOPLÁSTICO COM SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, ABERTO POR TODOS OS LADOS FACILITANDO A SUA UTILIZAÇÃO. ESTRUTURA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM TUBOS DE AÇO 1010/1020, SENDO A BASE DO TAMPO COM TUBO QUADRADO DE 20X20MM E ESPESSURA DE 1,9 MM SOLDADOS A DUAS CAMISAS METÁLICAS DE TUBO OBLONGO 29X58MM E ESPESSURA DE PAREDE DE 1,9MM UNIDAS ENTRE SI POR UM TUBO OBLONGO 29X58MM COM ESPESSURA DE PAREDE DE 1,5MM. AS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO DO TAMPO SÃO FABRICADAS COM TUBO OBLONGO 29X58 MM COM ESPESSURA 1,9MM, QUE SÃO SOLDADAS AOS PÉS DE APOIO NO PISO, FABRICADOS EM TUBO DE Ø 38,10 MM COM ESPESSURA DE 1,5MM. O CONJUNTO SUPERIOR UNE-SE ÀS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO DO TAMPO POR MEIO DE 04 PARAFUSOS. ACABAMENTOS, TODO MATERIAL EM AÇO É SOLDADO COM SOLDA ELETRÔNICA MIG, E RECEBE PRÉ-TRATAMENTO DE DESENGRAXAMENTO, DECAPAGEM E FOSFATIZAÇÃO, PREPARANDO A SUPERFÍCIE PARA RECEBER A PINTURA. PINTURA EPÓXI-PÓ APLICADA PELO PROCESSO DE DEPOSIÇÃO ELETROSTÁTICA COM POLIMERIZAÇÃO EM ESTUFA. PONTEIRAS PLÁSTICAS DE ACABAMENTO, COR CINZA, PADRÃO FDE/FNDE, NOS PÉS DE APOIO NO PISO, FIXADAS POR MEIO DE REBITES TIPO POP. ALTURA EM RELAÇÃO AO PISO 590 MM. CADEIRA COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: ASSENTO, COR DO TAMPO, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO, MOLDADO ANATOMICAMENTE, COM ACABAMENTO TEXTURIZADO, MEDINDO, 395 MM DE LARGURA POR 300 MM DE PROFUNDIDADE COM 04 MM DE ESPESSURA, CANTOS ARREDONDADOS, FIXAÇÃO NA ESTRUTURA POR MEIO DE UM ENCAIXE EM TODO O TUBO DA BASE DA FRENTE DA CADEIRA E 02 (DUAS) CAVIDADES REFORÇADAS COM ALETAS DE 02 MM DE ESPESSURA, QUE ACOMODAM PARAFUSOS	PLAXMETAL	655,00	32.750,00
65	05	UND	ESTAÇÃO DE TRABALHO: DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1400 X 1400 X 600 X 740MM, TAMPO ÚNICO (SEM EMENDA), NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE, COM CURVA ORGÂNICA PERMITINDO APROXIMAÇÃO E DIGITAÇÃO COM APOIO DOS COTOVELOS NA MESA, TAMPO EM MADEIRA AGLOMERADA DE 15MM DE ESPESSURA, REVESTIDO EM AMBAS AS FACES EM LAMINADO MELAMÍNICO NA COR PADRÃO DA UNIDADE, ENCABEÇADA COM FITA DE BORDA RETA COM 2 MM DE ESPESSURA NA MESMA COR DO TAMPO. PAINÉIS FRONTAIS EM MADEIRA AGLOMERADA DE 15 MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO NA COR PADRÃO, DUAS ESTRUTURAS METÁLICAS COM TRATAMENTO ANTI CORROSIVO POR FOSFATIZAÇÃO E ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA E ABRASÃO NA COR PADRÃO, COM A COLUNA CENTRAL EM CHAPA DE AÇO COM APROXIMADAMENTE 30 X 200 X 1,2 MM ESTAMPADO, COM TAMPA PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO INJETADA EM POLIPROPILENO, TRAVESSA SUPERIOR EM TUBO DE AÇO ELÍPTICO MEDINDO APROXIMADA-	VANDAFLEX	880,00	4.400,00

			MENTE 30 X 50 X, COM PONTEIRA DE ACABAMENTO INJETADAS EM POLIPROPILENO E SAPATAS REGULÁVEIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E GARANTIA DE NO MÍNIMO 01(UM) ANO			
66	05	UND	ESTANTE ABERTA DE AÇO C/ 6 PRATELEIRAS, MEDINDO (920 LARG X 300 PROF) MM CADA, ABERTA NAS LATERAIS, ESTAS COM CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 20 KG, FUNDA E LATERAL COM REFORÇOS EM FORMA DE NA COR CINZA, COLUNAS CONFECCIONADAS EM CHAPA 16USG, MEDINDO (1980 ALT X 920 COMP. X 300 PROF.)MM.	AMAPA	508,00	2.540,00
67	05	UND	GAVETEIRO FIXO P/ MESA: GAVETEIRO: FIXO 02 GAVETAS EM AGLOMERADO DE 15MM EM MELMINOCO BP AMBAS AS FACES, COM FITA BORDA DE 1MM, CORREDIÇA, ESTAMPADA EM AÇO E ROLDANAS EM NYLON, COM CHAVE E TRAVAMENTO SIMULTÂNEO, FECHADURA FRONTAL FIXADA NA GAVETA SUPERIOR.	VANDAFLEX	160,00	800,00
68	05	UND	GAVETEIRO MOVEL 03 GAV OU 04 GAVETAS:TAMPO: EM AGLOMERADA DE 15 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO EM AMBAS AS FACES, COM LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO, BORDA FRONTAL EM PVC 180º, LATERIAIS E FRENTE DAS GAVETAS COM FITA DE 1MM, 02 GAVETAS SIMPLES E01 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA CORREDIÇA EM AÇO COM ROLDANAS EM NYLON, TAMPO FIXADO ATRAVÉS DE PARAFUSOS EM LATÃO E COM ALTA RESISTÊNCIA AO TOQUE, TRAVAMENTO FEITO EM HASTE DE AÇO RESISTENTE A TRAÇÃO COM ACIONAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE FECHADURA TIPO CILÍNDRICA COM CHAVE DE ALMA INTERNA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA AO TOQUE, 04 RODIZIOS DUPLO DE NYLON.MEDIDAS: 480X450X730.	VANDAFLEX	420,00	2.100,00
69	10	UND	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TIPO 1 VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO (NORMAL A4): ATÉ 20 PPM / RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO MÁXIMA EM PRETO (MELHOR): ATÉ 600 X 600 DPI / VELOCIDADE DE CÓPIA EM PRETO E BRANCO (NORMAL): ATÉ 20 COM / CICLO MENSAL DE PÁGINAS RECOMENDADO: 250 A 2.000 PÁGINAS; CICLO DE SERVIÇO: ATÉ 8.000 PÁGINAS (A4) / RESOLUÇÃO DE CÓPIA MÁXIMA EM PRETO E BRANCO (TEXTO E GRÁFICOS): ATÉ 300 X 300 DPI; ATÉ 400 X 600 DPI / DIGITALIZAÇÃO EM CORES: SIM / TIPO DE DIGITALIZAÇÃO: BASE PLANA; SENSOR DE IMAGEM POR CONTATO (CONTACT IMAGE SENSORS - CIS) / RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO: HARDWARE: ATÉ 1200 X 1200 DPI; ÓTICA: ATÉ 1200 DPI / CONECTIVIDADE PADRÃO: PORTA USB 2.0 / CABO USB INCLUSO::SIM / TIPO DE PAPEL: PAPEL (COMUM, LASER), ENVELOPES, TRANSPARÊNCIAS, ETIQUETAS, CARTÃO, CARTÕES- POSTAIS BANDEJA DE ENTRADA PARA 150 FOLHAS / BANDEJA DE SAÍDA PARA 100 FOLHAS COM A FACE PARA BAIXO / CAPACIDADE MÁXIMA DE SAÍDA: ATÉ 100 FOLHAS / TONER INCLUSO: SIM / NÚMERO DE CARTUCHOS: 1 (PRETO) / MONITOR: TELA DE LED NUMÉRICA DE DOIS DÍGITOS; BOTÕES (PARA CIMA, PARA BAIXO, CANCELAR, CONFIGURAR, COPIAR, LIGA/DESLIGA); 7 LUZES INDICADORAS DE LED (PRONTA, ATENÇÃO, TONER, CÓPIAS, MAIS ESCURO/MAIS CLARO, REDUZIR/AMPLIAR, LIGA/DESLIGA) / VOLTAGEM (110 VOLT): TENSÃO DE ENTRADA: 110 A 127 VCA (+/- 12%), 60 HZ (+/- 3 HZ); / CARTUCHO PRETO PRÉ-INSTALADO INTRODUTÓRIO HP LASERJET (~700 PÁGINAS); GUIA DE INSTALAÇÃO / GUIA DE INTRODUÇÃO, GUIA DO USUÁRIO, FOLHETO DE SUPORTE, GUIA DE GARANTIA / DOCUMENTAÇÃO E SOFTWARE DA IMPRESSORA EM CD; CABO DE ALIMENTAÇÃO. / GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO PARA PEÇAS E COMPONENTES, APRESENTAR FOLDER OU CATALOGO GERAL DO PRODUTO OFERTADO INDICANDO PEÇAS E COMPONENTES, FOLDERS E CATÁLOGOS SERÃO ACEITOS SOMENTE SE RETIRADOS DO SITE DO FABRICANTE.	HP	2.400,00	24.000,00
70	10	UND	LONGARINA 02 LUGARES EXECUTIVA: ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA MULTILÂMINAS PRENSADA COM COLA RESINADA À BASE DE UREIA FORMOL, MOLDADA ANATOMICAMENTE, DENTRO DAS NORMAS ERGONÔMICAS COM 12 MM DE ESPESSURA, ESTOFADA COM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, COM 55 MM DE ESPESSURA NO ASSENTO E DE 35 A 45 MM NO ENCOSTO, DENSIDADE DE45 KG/M3. RAIO DE CURVATURA DA BORDA FRONTAL DO ASSENTO DE 45 A 55 MM. CAPA DO ENCOSTO EM VINIL FLEXÍVEL. RAIO DE CURVATURA DO ENCOSTO DE 350 MM. BORDAS COM PERFIL DE PVC TIPO "FRANCIS" COM 15 MM DE LARGURA. DIMENSÕES ASSENTO: 42CM/PROFUNDIDADEX46 CM/LARGURA, ENCOSTO: 36CM/ALTURAX41 CM/LARGURA. ESTRUTURA: TRAVESSA SUPERIOR EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL 30X50 CHAPA 16 (1,5MM), NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE, SOLDADA SOBRE COLUNA DE AÇO REDONDO DE 2 1/2" CM E TRAVESSA DOS PÉS EM TUBO 30X50 MM. ACABAMENTO COM BANHO DE DENGRAXANTE, TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO DE PROTEÇÃO, PINTURA PELO SISTEMA ELETROSTÁTICO EM TINTA EPÓXI-PÓ TEXTURIZADO COM POLIMERIZAÇÃO EM ESTUFA NA TEMPERATURA DE 200º C.	VANDAFLEX	750,00	7.500,00
71	05	UND	LONGARINA 04 LUGARES MOD ISO: ASSENTO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO (PP) INJETADO E MONDADO ANATOMICAMENTE COM AVABAMENTO TEXTURIZADO. DIMENSOES 465MM LARGURA, 470MM PROFUNDIDADE E 5MM ESPESSURA DE PAREDE. CANTOS ARREDONDADOS E UNIDO A ESTRUTURA POR MEIO DE 04 (QUATRO) PARAFUSOS 5X30. ENCOSTO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO INJETADO E ANATOMICAMENTO COM ACABAMENTO TRXTURIZADO. DIMENSOES 330MM DE ALTURA, ESPESSURA DA PAREDE DE 5MM E ARRENDODADOS E UNIDOS A ESTRUTURA POR DUPLA CAVIDADE NA PARTE POSTERIOR DO ENCOSTO QUE SE ENCAIXA A ESTRUTURA METALICA, TRAVADA POR 02 (DOIS) PINOS FIXADORES INJETADOS EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, NA COR DO ENCOSTO, DISPENSADO A PRESENÇA DE REBITES OU PARAFUSOS. ASSENTO E ENCOSTO DEVEM POSSUIR FUROS PARA VENTILACAO. ESTRUTURA: TRAVESSA SUPERIOR EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL.	PLAXMETAL	1.377,00	6.885,00
72	08	UND	MESA COM 02 GAVETAS, MEDIDAS: APROXIMADAS DE 1,20 X 0,60M E ALTURA DE 0,75M TAMPO: EM MDP, AGLOMERADA DE 15 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO AMBAS AS FACES, COM LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO, NA COR DO ÓRGÃO SOLICITANTE, ENCABEÇAMENTO COM FITA BORDA PVC DE 0,45 MM DE ESPESSURA. GAVETEIRO: FIXO 02 GAVETAS EM AGLOMERADO DE 15MM EM MELMINOCO BP AMBAS AS FACES, COM FITA BORDA DE 1MM, CORREDIÇA ESTAMPADA EM AÇO E ROLDANAS EM NYLON, COM CHAVE E TRAVAMENTO SIMULTÂNEO, FECHADURA FRONTAL FIXADA NA GAVETA SUPERIOR. ESTRUTURA: EM AÇO CARBONO 50/30 SAE 1010/1020, CHAPA 16 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ANTIDESINGRAXANTE, E PINTURA ELETROSTATICA EPÓXI-PÓ TEXTURIZADA, POLIMERIZADA EM ESTUFA, CURADA A 200ºC.	VANDAFLEX	570,00	4.560,00
73	05	UND	MESA COM 02 GAVETAS, MEDIDAS: APROXIMADAS DE 1,50 X 0,60M E ALTURA DE 0,75M.TAMPO: EM MDP, AGLOMERADA DE 15 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO AMBAS AS FACES, COM LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO, NA COR DO ÓRGÃO SOLICITANTE, ENCABEÇAMENTO COM FITA BORDA PVC DE 0,45 MM DE ESPESSURA. GAVETEIRO: FIXO 03 GAVETAS EM AGLOMERADO DE 15MM EM MELMINOCO BP AMBAS AS FACES, COM FITA BORDA DE 1MM, CORREDIÇA ESTAMPADA EM AÇO E ROLDANAS EM NYLON, COM CHAVE E TRAVAMENTO SIMULTÂNEO, FECHADURA FRONTAL FIXADA NA GAVETA SUPERIOR. ESTRUTURA: EM AÇO CARBONO 50/30 SAE 1010/1020, CHAPA 16 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ANTIDESINGRAXANTE, E PINTURA ELETROSTATICA EPÓXI-PÓ TEXTURIZADA, POLIMERIZADA EM ESTUFA, CURADA A 200ºC.	VANDAFLEX	855,00	4.275,00
74	05	UND	MONITOR TIPO 01 - TAMANHO DO PAINEL: 15,6 WIDESCREEN (PAINEL LED) / TAMANHO DA IMAGEM VISÍVEL (DIAGONAL): 39,5 CM / PIXEL PITCH: 0,252 MM/ BRILHO: 180 CD/M2 / RELAÇÃO DE CONTRASTE (DINÂMICO): 20.000.000:1 / TEMPO DE RESPOSTA: 8 MS /	AOC	950,00	4.750,00

			ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 90º ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL: 50º / FREQUÊNCIA DE VARREDURA HORIZONTAL: 30 KHZ ~ 50 KHZ FREQUÊNCIA DE VARREDURA VERTICAL: 60 HZ / LARGURA DE BANDA: 85 MHZ / RESOLUÇÃO MÁXIMA / RECOMENDADA: 1366 X 768 @ 60 HZ (HD) / SUPORTE DE CORES: 262.000 / CONECTORES: 01 -VGA (ANALÓGICO RGB) / DCB (AMPLIFICAÇÃO DINÂMICA DE CORES) / DCR (RELAÇÃO DE CONTRASTE DINÂMICO) / COMPATIBILIDADE: WINDOWS, MAC, LINUX / CONSUMO: LIGADO < 7 WATTS (TIPICO), STAND BY < 0,5 WATT / FONTE: USB 5V DC / PLUG & PLAY: DDC2B/CI ENERGY STAR: (EPA) / CONTROLES MANUAIS: POWER FUNÇÃO OSD (ON SCREEN DISPLAY); DIMENSÕES MONITOR COM BASE (L X A X P) - MM: 370,7 X 298,3 X 142,0 / DIMENSÕES MONITOR SEM BASE (L X A X P) - MM: 370,7 X 232,8 X 33,5 / CONTEÚDO DA EMBALAGEM: CABO DE FORÇA USB / CABO RGB / MANUAL (CD) CERTIFICADO DE GARANTIA / BASE MONITOR / GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO PARA PEÇAS E COMPONENTES, APRESENTAR FOLDER OU CATALOGO GERAL DO PRODUTO OFERTADO INDICANDO PEÇAS E COMPONENTES, FOLDERS E CATÁLOGOS SERÃO ACEITOS SOMENTE SE RETIRADOS DO SITE DO FABRICANTE.			
75	08	UND	NOTEBOOK TIPO 1 - PROCESSADOR INTEL® CORE™ I3- 5005U (2.0GHZ; 3MB CACHE)/ SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 HOME/ TELA 14" HD LED (1366X768)" / GRÁFICOS INTEL® HD GRAPHICS (INTEGRADO AO PROCESSADOR)./ MEMÓRIA 4GB (1X4GB) DDR3L 1600MHZ/ DISCO RÍGIDO 500GB (5400RPM)/ UNIDADE ÓTICA GRAVADOR DE DVDS E CDS/ DIMENSÕES 349 X 245 X 24,8 MM E 2,1 KG / DISPOSITIVO APONTADOR TOUCHPAD / BATERIA 4 CÉLULAS - 32WH PORTAS 1X HDMI, 1X USB 3.0, 2X USB 2.0, 1X VGA, RJ-45 / CONECTIVIDADE WIRELESS802.11 BGN, / ETHERNET 100/1000M E BLUETOOTH 4.0 / OUTROS CÂMERA HD 720P, LEITOR DE CARTÕES 2 EM 1 (SD/MMC), KENSINGTON LOCK E ALTO-FALANTES COM CERTIFICAÇÃO DOLBY ADVANCED AUDIO. ACABAMENTO EXTERNO PRATA E INTERNO PRETO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO PARA PEÇAS E COMPONENTES, APRESENTAR FOLDER OU CATALOGO GERAL DO PRODUTO OFERTADO INDICANDO PEÇAS E COMPONENTES, FOLDERS E CATÁLOGOS SERÃO ACEITOS SOMENTE SE RETIRADOS DO SITE DO FABRICANTE.	ACER	2.850,00	22.800,00
76	05	UND	POLTRONA EXECUTIVA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO COM APOIO DE DE BRAÇO. ASSENTO E ENCOSTO: FABRICADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO PRENSADO A QUENTE NUMA PRESSÃO DE 12,4KG/P2, COM 15 MM DE ESPESSURA, COM LAMINAS DE MADEIRAS EM EUCALIPTO TRATADA CONTRA CUPIM, VIDA DE REFLORESTAMENTO SEGUINDO AS LEIS AMBIENTAL. AS LAMINAS SÃO PRENSADAS EM FORMATO ANATÔMICO COLADAS COM COLA DE RESINA DE URÉIA SEM EMISSÃO DE FORMOL COM PORCAS GARRAS DE ¼ CRAVADAS NA MADEIRA. ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIA COM DENSIDADE ENTRE 50 A 55 KG/M3 E REVESTIDAS C/MANTAS DE PLUMANTE DE POLIPROPILENO . ESTE MATERIAL APRESENTA BAIXO INDICE DE DEFORMAÇÃO E EXCELENTE RESISTÊNCIA À FADIGA. ESPESSURA MINIMA DO ASSENTO DE 40 MM E DO ENCOSTO 35MM, LARGURA DO ASSENTO ENTRE 460 A 480MM E COM PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE ENTRE 450 A 470 MM E ENCOSTO ENTRE 380 E 400MM DE EXTENSAO VERTICAL, LARGURA ENTRE 430X450MM CONTRA CAPA DO ASSENTO E ENCOSTO INJETADOS EM POLIPROPILENO COPOLIMERO. ESPESSURA DE 2,0MM, DISPENSANDO O USO DE PERFIS DE BORDA PARA ACABAMENTO E PROTEÇÃO, APRESENTANDO TEXTURA EM SUA SUPERFICIE EXTERNA, DOTADA DE QUATRO PONTOS PARA A FIXAÇÃO AO ESTRUTURAL, POR MEIO DE ENCAIXE DE PRESSAO. BRAÇOS COM ALTURA AJUSTAVEL ATRAVES DE BOTAO DE PRESSAO, ESTRUTURA CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO CARBONO COM ESPESSURA DE 4,76MM (3/16"), COM VINCO QUE PROPORCIONA MAIOR RESISTENCIA MECANICA, COM PINTURA EPÓXI PO TEXTURIZADA, TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSSO E CURA EM ESTUFA A 250ª, CARRENAGEM DE ACABAMENTO E PROTEÇÃO A APOIA BRAÇO INJETADOS EM POLIPROPILENO INJETADO NA COR PRETA DIMENSAO DE 83MM X 265 MM COMPRIMENTO. BASE GIRATÓRIA COM REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO E INCLINAÇÃO DO ENCOSTO, POR ACIONAMENTO HIDRAULICO A GÁS COM CURSO DE 100MM. CAPA TELESCOPIO E PROTEÇÃO DO PISTAO INJETADO EM ALTA PRESSAO COM TRES ESTAGIOS, BASE EM FORMATO DE ESTRELA COM 5 PONTAS EM AÇO E SISTEMA DE ACOPLAMENTO CÔNICO E EIXO DE GIRO DO RODIZIO DE 18MM. SISTEMA DE INCLINAÇÃO DO ASSENTO FIXA ENTRE 2º A 7º, COM AJUSTE MILIMETRICO DE ALTURA, ARTICULAÇÃO DO ENCOSTO P/ AJUSTE DE INCLINAÇÃO, APARTIR DE DOIS EIXO DE AÇO, AJUSTE DE ALTURA DO ENCOSTO POR MEIO DE CREMALHEIRA INJETADA EM TERMOPLASTICO COPOLIMERO, COM 07 PONTOS DE AJUSTE. BASE COM DIAMETRO EXTERNO DE 620 MM. CERTIFICAÇÃO DE SERVIÇOS ABNT PARA PRODUÇÃO DE COMPONENETES PARA CADEIRAS OU ASSENTOS DIVERSOS E APRESENTANDO TERMO DE GARANTIA DE NO MINIMO DE 6 ANOS PELO FABRICANTE.	VANDAFLEX	950,00	4.750,00
77	05	UND	PROJETOR MULTIMIDEA - PROJEÇÃO COM FUNÇÃO CRYSTAL- CLEAR E 3200 ANSI / LÂMPADA DE ATÉ 10.000 HORAS USANDO A TECNOLOGIA EXTREMEECO / PORTA HDMI /CONEXÃO MHL / EQUIPADO COM DOIS SETS DE CONECTORES D-SUB / RESOLUÇÃO SVGA (800 X 600) / 3.200 ANSI LUMENS / DYNAMIC BLACK 20.000:1 / DLP® 3D READY / HDMI 3D COM 144HZ 24P / ALTO FALANTE INTEGRADO DE 3W / RETORNO INSTANTÂNEO DO MODO DE ECONOMIA DE ENERGIA / CORREÇÃO DE IMAGEM DE ATÉ 40 GRAUS / AUTO CORREÇÃO DE IMAGEM / SISTEMA DE PROJEÇÃO - DLP® / RESOLUÇÃO NATIVA / 800X600 / RESOLUÇÕES MÁXIMAS :UXGA (1.600 X 1.200), WUXGA (1.920 X 1.200) / CONTRASTE:20.000 : 1 / BRILHO: 3.200 ANSI LUMENS (PADRÃO) E 2.560 ANSI LUMENS (ECO) ENTRADAS/CONEXÕES - 1 HDMI (VIDEO, AUDIO HDCP) * 2- RGB/VIDEO COMPONENTE (D-SUB) * 1- S-VIDEO (MINI DIN) * 1- VIDEO COMPOSTO (RCA) * 2 PC AUDIO (STEREO) DURAÇÃO DA LÂMPADA: DURAÇÃO: 4.000 HORAS (STANDARD) 6.000 HORAS (ECO) 10.000 HORAS (EXTREMEECO) / ACOMPANHA: BOLSA PARA TRANSPORTE, CONTROLE REMOTO, MANUAIS E CD, CERTIFICADO DE GARANTIA, CABO DE FORÇA E CABO VGA PROJEÇÃO VIA WIRELESS - ATRAVÉS DE ACESSÓRIO OPCIONAL WIRELESSHD-KIT. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO PARA PEÇAS E COMPONENTES, APRESENTAR FOLDER OU CATALOGO GERAL DO PRODUTO OFERTADO INDICANDO PEÇAS E COMPONENTES, FOLDERS E CATÁLOGOS SERÃO ACEITOS SOMENTE SE RETIRADOS DO SITE DO FABRICANTE.	EPSON	4.650,00	23.250,00
78	05	UND	TELA PARA PROJETOR MATERIAL DA ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E ALUMÍNIO (COM TRIPÉ), AJUSTE DA TELA COM ACIONAMENTO TELA COM ACABAMENTO RETRÁTIL (FUNCIONAMENTO TIPO ROLO), TELA COM ACABAMENTO EM COURVIN, MATERIAL (LONA PLÁSTICA – TRAÇADO POR FILAMENTO COM FILME BLACK OUT, TECIDO ACETINADO BRANCO DUPLO), DIMENSÕES DE 1,80X1,80M.6	SUMAY	1.235,00	6.175,00
79	05	UND	TELEVISOR 32” COM CONVERSOR DIGITAL, PAINEL IPS, ENTRADAS HDMI E USB PAINEL IPS LED IMAGENS DESLUMBRANTES EM ATÉ 178° NO ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL E MENOR CONSUMO DE ENERGIA. MEDIA PLAYER REPRODUZA FILMES, MÚSICAS E FOTOS NA SUA TV, ATRAVÉS DA ENTRADA USB. DOT NOISE REDUCTION GRANULAÇÃO É ELIMINADA PARA OFERECER IMAGENS SUPER NATURAIS. ESPECIFICAÇÕES: - FORMATO: 16:9 - MODO DE IMAGEM: DSIMNAMIC, NORMAL, CINEMA, TRUE CINEMA E CUSTOM - NOISE REDUCTION - MODO SURROUND: V-ÁUDIO - EPG (GUIA DE PROGRAMAÇÃO): 7 DIAS - MODO HOTEL - FORMATOS COMPATÍVEIS: AVI, MKV, WMV, MP4, M4V, FLV, 3GPP, VRO, VOB, TS/PS, MP3, AAC, WMA, FLAC, JPEG - VIERA LINK CONEXÕES - 2 HDMI (TRASEIRO) - 1 ENTRADA DE VÍDEO COMPONENTE COMPARTILHADA COM COMPOSTO - RCA (TRASEIRO) - 2 ENTRADAS VÍDEO COMPOSTO: RCA (1 TRASEIRO, 1 LATERAL) - 1 USB - 1 SAÍDA ÁUDIO DIGITAL (ÓPTICO) - (TRASEIRO).	AOC	1.710,00	8.550,00

80	10	UND	VENTILADOR DE COLUNA COM 50CM DIÂMETRO GRADE METAL HÉLICE: 3 PÁS; CORES: BRANCO, PRETO, PRATA OU CROMADO; CONTROLE DE VELOCIDADE ROTATIVO; RPM:	ARGE	430,00	4.300,00

VALOR TOTAL DE R$ 988.760,00 (Novecentos e oito e oito mil setecentos e sessenta reais)

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas orçamentaria decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão a cada dotação orçamentária indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da ata pela secretaria aderente a esta ata de registro de Preços

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do Contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto deste Contrato, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) A Contratada não cumprir as obrigações constantes neste Contrato;

b) A Contratada der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art. 78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesses público devidamente demonstradas e justificadas.

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratada será informada por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios-AMM, considerando-se rescindido o Contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação da Contratada para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação. 12.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o Contratante solicitará a Contratada, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

12.4. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

14. DA GARANTIA

14.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial n. 022/2020 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

15.2. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial n**.** 022/2020, seus anexos e as propostas da contratada.

III. é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, em 09, de Julho de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

GRAFITE COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA- EPP

CNPJ nº 22.063.815/0001-52

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

COVID-19: DECRETO N° 026/GP/2020

DECRETO Nº 0026/GP/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (2019-NCOV) A SEREM ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, EM RAZÃO DA NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA CONJUNTA NÚMERO 01/2020, DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO *o enorme aumento da quantidade de pessoas infectadas em cidades vizinhas, como exemplo, Barra do Garças-MT;*

CONSIDERANDO *a necessidade de regulamentação, pelo Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;*

CONSIDERANDO *a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;*

CONSIDERANDO *que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo Coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;*

CONSIDERANDO *que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.*

CONSIDERANDO *a notificação recomendatória conjunta nº 1, do Ministério Publico Estadual, e Defensoria Pública Estadual.*

D E C R E T A:

Art. 1º- Este decreto dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, a serem adotadas pelo Poder Executivo Municipal de General Carneiro – MT, pelo prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de sua publicação, sendo que o descumprimento do mesmo por parte de empresas situadas no município ensejará a cassação do alvará de funcionamento.

Parágrafo único: Os comércios funcionarão no período das 06:00h às 19:00h, com exceção dos serviços necessários para a manutenção do sistema de saúde.

Art. 2º- Fica proibida qualquer forma de aglomeração de pessoas em locais públicos ou privados, inclusive em eventos, festas, feiras, reuniões em praças, ginásios esportivos, academias, modalidades esportivas coletivas e outras atividades congêneres, salvo igrejas e templos religiosos.

Parágrafo único: Conforme termo de compromisso firmado entre as entidades religiosas e o Município de General Carneiro- MT, além de observarem as medidas preventivas estipuladas, os cultos, só poderão ocorrer uma única vez por semana, no horário que não ultrapasse às 19:00 (dezenove) horas.

Art. 3º- Fica implementado a quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 (sessenta) anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias.

Art. 4º- Os estabelecimentos no ramo de alimentação, atenderão com a sua capacidade reduzida a 50% (cinquenta por cento) das mesas e após as 19:00h (dezenove horas) só poderão atender ao público nos sistemas delivery (entrega em domicílio) e drivethru (compra e não consumo no local).

Art. 5 º- Os comércios no ramo de venda de bebidas, bares e distribuidoras, só poderão atender ao público nos sistemas delivery (entrega em domicílio) e drivethru (compra e não consumo no local), sendo vedado a disposição de meses e cadeiras.

Art. 6 º- Os correspondentes bancários, agências dos correios, casas lotéricas, entre outros, em que haja grande fluxo, recomenda-se que não seja permitida a entrada de mais de 3 pessoas por vez e que, ocorrendo filas, seja preconizado distanciamento de no mínimo 1,5 (um metro e meio) entre as pessoas.

Art. 7º- Os supermercados deverão observar a lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade.

Art. 8 º- Os estabelecimentos comerciais, sem prejuízo de adoção de outras medidas preventivas, devem:

I - vedar o acesso aos seus estabelecimentos de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscaras de proteção facial;

II - disponibilizar preparações alcoólicas a 70% (setenta por cento) para higienização das mãos, principalmente nos pontos de maior circulação de funcionários e usuários (recepção, balcões, saídas de vestuários, corredores de acessos às linhas de produção, refeitório, área de vendas, etc.);

III - intensificar a limpeza das superfícies dos ambientes com detergente neutro (quando o material da superfície permitir), e, após, desinfeccionar com álcool 70% (setenta por cento) ou solução de água sanitária 1% (um por cento), ou outro desinfetante autorizado pelo Ministério da Saúde, conforme o tipo de material;

IV - desinfetar com álcool 70% (setenta por cento), várias vezes ao dia, os locais frequentemente tocados como: maçanetas, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, corrimões, controle remoto, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

V - disponibilizar locais para a lavagem adequada das mãos: pia, água, sabão líquido, papel toalha no devido suporte e lixeiras com tampa e acionamento de pedal;

VI - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de arcondicionado limpos (filtros e dutos);

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural (portas e janelas abertas) sempre que possível;

VIII - garantir a distância mínima de 2 (dois) metros entre os funcionários, inclusive nos refeitórios, com a possibilidade de redução para até 1 (um) metro no caso de utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs que impeçam a contaminação pela COVID-19;

Art. 9 º- Durante a vigência deste Decreto ficam suspensos os eventos em ambientes fechados promovidos pela Administração Pública Municipal, incluída a programação dos equipamentos culturais públicos, tais como congressos, conferências, palestras e congêneres.

Art. 10 – Fica determinado que a Secretaria Municipal de Obras deve obstruir o acesso às rampas náuticas de decidas para os rios e córregos existentes no Município de General Carneiro.

Parágrafo Único – Fica proibido também a instalação, construção de ranchos ou acampamentos nas margens dos rios, córregos e praias no âmbito do Município de General Carneiro.

Art. 11 - Fica determinado que a partir, das 19:00h (dezenove horas) até às 05:00h (cinco horas da manhã) não será permitida a circulação de pessoas no município de General Carneiro- MT, podendo ser utilizado força policial para fiscalizar o cumprimento desta determinação, exceto no caso de circulação de trabalhadores essenciais ao combate do vírus, devidamente identificados.

Art. 12 - Fica proibido o acesso de veículos ao interior das aldeias, assim o descarregamento dos produtos alimentícios devem ocorrer na entrada das aldeias, evitando o contato com moradores indígenas.

I- Na chegada das aldeias, deverá ser observada a distância mínima de 2 (dois) metros entre o prestador de serviço e moradores indígenas.

II- Tanto os prestadores de serviço como os passageiros indígenas deverão utilizar máscara durante todo o trajeto, cabendo àquele a responsabilidade de assegurar a execução de tal medida, mediante o fornecimento de máscara e/ ou apenas transportando os indígenas que estiverem utilizando material de proteção, ainda que artesanal.

III- O prestador de serviço não poderá fechar todas as janelas do veículo durante o trajeto até a aldeia, devendo ao menos 02 (duas) janelas do veículo permanecer abertas durante todo o percurso.

IV- O prestador de serviço deverá realizar a higienização do interior do veículo diariamente.

V- O prestador de serviço deverá apresentar autorização de prestação de serviço expedida pela FUNAI sempre que solicitado pelas Forças de Segurança, bem como nas barreiras sanitárias localizadas nas Terras Indígenas, sob pena de aplicações das sanções legais.

VI- É vedada a permissão para o deslocamento de indígenas para participação de aglomerações, tais como festas, eventos públicos, torneios esportivos, ou qualquer outro evento coletivo.

VII- Todo deslocamento à Terra Indígena deverá ser comunicado à Coordenação Regional Xavante – FUNAI, para registro dos dados de deslocamento, como: data do deslocamento, nomes dos passageiros, nome da aldeia atendida.

Art. 13 - É obrigatório o uso de máscaras de proteção facial por qualquer pessoa que circule no território do Município de General Carneiro – MT, ficando os estabelecimentos públicos e privados a exigir o uso de máscaras de seus funcionários, colaboradores e clientes, na forma da Lei Estadual 11. 110/2020.

I- À população em geral recomenda-se, preferencialmente, o uso de máscaras caseiras, não o daquelas fabricadas para uso hospitalar.

II- As máscaras caseiras podem ser produzidas segundo as orientações constantes da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, disponível na página do Ministério da Saúde na internet: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46645-mascras-caseira-podem-ajudar-na-prevencao-contra-o-coronavirus.

Art. 14 - Durante a vigência deste Decreto, ficam suspensas as concessões de afastamentos aos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, incluídos os afastamentos já deferidos, cuja fruição não se tenha iniciado.

Art. 15 - A prefeitura municipal e demais Secretarias funcionarão somente em atendimento interno e apenas para os serviços essenciais.

Art. 16 - O servidor com suspeita de contaminação pelo novo Coronavírus, conforme protocolo estabelecido pela autoridade sanitária, deverá comunicar o fato à chefia imediata e encaminhar as informações ao endereço eletrônico ‘’Covid19@generalcarneiro.mt.gov.br’’.

Art. 17 - O servidor que não apresentar sintomas (assintomático) e tiver retornado de viagens de localidades com casos comprovados de Coronavírus, bem como aquele que tenha tido contato direto com casos confirmados, desempenhará suas atividades por meio de teletrabalho durante 14 (quatorze) dias, contados da data de retorno da viagem ou do contato, devendo comunicar o fato imediatamente à chefia imediata e encaminhar as informações ao endereço eletrônico ‘’Covid19@generalcarneiro.mt.gov.br’’.

Art. 18 - Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I - adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto; e

II - conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do Coronavírus e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados, prováveis ou suspeitos.

Art. 19 - Os processos referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do Coronavírus de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do Município de General Carneiro - MT.

Art. 20 - Para a operacionalização da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, deverá ser observada a regulamentação do Ministério da Saúde, realizada por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.

Parágrafo único. As exceções à operacionalização prevista na norma de que trata o caput deste artigo deverá ser avaliada e autorizada pelo Prefeito Municipal de General Carneiro - MT.

Art. 21 - O Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, poderá determinar outras medidas preventivas que entenderem pertinentes e necessárias de acordo com especial situação vivenciada.

Art. 22 - As autoridades administrativas competentes ficam incumbidas de fiscalizar eventual desrespeito às disposições deste decreto, bem como violação do artigo 268 do Decreto Lei 2.848/40 (Código Penal).

Art. 23 - No que dispuser neste Decreto, poderá ser regulamento por Portaria específica de cada Secretaria Municipal.

Parágrafo único - Qualquer denúncia acerca de eventual desobediência a este decreto poderá ser efetivada por meio do Sistema de Ouvidoria do Estado de Mato Grosso, coordenado pela Controladoria-Geral do Estado, ou mediante o número 190 da Polícia Militar.

Art. 24 - A vigilância Sanitária Municipal trabalhará em sistema de plantão com turnos de 24 (vinte quatro horas), podendo solicitar apoio policial sempre que entender pertinente.

Art. 25 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

General Carneiro-MT, em 09 de julho de 2020.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito de General Carneiro- MT

LEI COMPLEMENTAR N° 032/2020

LEI COMPLEMENTAR N° 032/2020

DE, 09 DE JULHO DE 2020.

"Dispõe sobre a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, devidas ao PREVIGEN, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei Complementar n.º 173 de 27 de maio de 2020, e dá outras providências."

Sr. MARCELO DE AQUINO, PREFEITO DE GENERAL CARNEIRO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, em seu nome, sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos desta Lei Complementar, o recolhimento de contribuições previdenciárias do Município de General Carneiro- devidas ao PREVIGEN, relativas as competências de fevereiro/2020 até novembro/2020, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei Complementar n.º 173 de 27 de maio de 2020 c/c Portaria ME n. 14.816, de 19 de junho de 2020:

I – as parcelas decorrente dos Termos de Parcelamento e Confissão de Dívida que foi homologado pela Lei Municipal n. 903/2017, de 05 de dezembro de 2017, com base nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008;

II – as contribuições mensais patronais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, compreendendo o custo normal e especial destinada ao Fundo Previdenciário, previsto no art. 1° do Decreto Municipal n° 002/2015, de 20 de janeiro de 2015;

III - os aportes periódicos instituídos pela Lei Municipal n.º 1029/2020, destinado ao equacionamento do déficit atuarial.

Art. 2º Os valores oriundos da suspensão de que trata o artigo anterior, serão quitados mediante termo de parcelamento de débito, ora confessado, que em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) mais juros simples à razão de 6% (seis inteiros por cento) ao ano, acumulados desde a data de vencimento do débito até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo último dia útil de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Parágrafo único. O termo de acordo de parcelamento de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021.

Art. 3º O débito ora confessado, consolidado em reais será pago em 20 (vinte) parcelas, mensais e sucessivas, no valor apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Economia através do CADPREV.

§ 1º As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, serão corrigidos pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo) mais juros simples acumulativos à razão de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA mais juros simples acumulativos à razão de 6% (seis por cento) ao ano e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 4º Fica o PREVIGEN– Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de General Carneiroautorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 5º A primeira parcela será paga no último dia útil do mês de fevereiro de 2021, e as demais parcelas no último dia útil dos meses subsequentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito as sanções previstas no § 2º do artigo 3º desta lei complementar.

Art. 6º Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei complementar serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º O pagamento a que se refere esta lei complementar independe do pagamento das contribuições previdenciárias correntes mensais devidas pelo Município de General Carneiro ao PREVIGEN.

Art. 8º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro, MT. 09 de julho de 2020.

Marcelo de Aquino

Prefeito

LEI 1039/2020

LEI Nº 1.039/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020.

"DENOMINA CAPELA MORTUÁRIA DEOCLECIANO GONÇALVES DE ARAÚJO SOUZA (DIOZÃO)".

Sr. MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - A Capela Mortuária, localizada na Rua Firmino Alves Lima, entre as Ruas Salomé José Rodrigues e Petronílio José dos Santos, no bairro Selma Moraes, passará a ser denominada de CAPELA MORTUÁRIA DEOCLECIANO GONÇALVES DE ARAÚJO SOUZA (DIOZÃO).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 09 de julho de 2020.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018-2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR 018/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 030/2020

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224. 401-91 , **RESOLVE** registrar os preços da empresa **BAMAQ S/A BANDEIRANTES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CNPJ : 18.209.965/0021-06**, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA NOVAS SEM USO, ZERO KM CONFORME ESPECÍFICOS DO TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA CONVÊNIO 892150/2019-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA) MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO – MT.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2020, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico n. 01/2020 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: BAMAQ S/A BANDEIRANTES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS **CNPJ: 18.209.965/0021-06**						
CEP: 78009-461	**CIDADE/UF:** CUIABA-MT					
TELEFONES: (65)3612-0606			**E-MAIL:** marcelo.pereira@bamaq.com.br			
REPRESENTANTE LEGAL: Marcelo Torres Pereira						
RG: 11869577 SJ/MT				**CPF:** 846.553.521-53		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
item	**quant.**	**Unid.**	Descrição dos Produtos	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
01	**01**	**und**	**Motoniveladora New Holland RG 170 B fabricação nacional nova 0km sem uso, motor 6 cilindros diesel com 6 marchas a frente e 3, potencia liquida mínimo 150 HP, potencia bruta minimo 190 HP, peso operacional minimo 15.000 transmissão tipo power shift, cabine fechada com ar condicionado tipo rop/fops dimensões de lamina mínimo 3. 962x671x22, freios banho de óleo tanque de combustível mínimo 340 litros direção tipo hidrostática com kit multimídia e insulfilme.**	New holland	685. 000,000	685. 000,00
02	**01**	und	**Retroescavadeira New Holland B95 B nova 0km sem uso fabricação nacional motor a diesel turbinado e intercalado com 4 cilindros potencia liquida mínima de 85HP, potência bruta mínima 97HP, profundidade de escavação mínima 4.426mm transmissão power shutlc-04 marchas a frente 04 marchas a ré 4x4 freios a disco banho de óleo cabine fechada e com ar condicionado modelo Rops/fops/contra tombamento e capotamento, capacidade tanque de combustível mínima 163 litros vazão bomba hidráulica minima 149 litros minutos, com kit multimídia e insulfilme.**	New holland	255. 000,00	255. 000,00
Total Geral ..... R$						**940.000,00**

4.2. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2020, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Órgão. Secretaria de Administração 02.03

Unidade; Departamento de Agricultura abast e meio ambiente 020308

Proj. /Atividade; Aquisição de Motoniveladora e uma retroescavadeira 20 606 0020 2109 0002

Elemento Desp.; Equipamentos e material permanente 4.4.90.52.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4 Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico n. 01/2020, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 01/2020 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, em 09, de Julho de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

BAMAQ S/A BANDEIRANTES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

CNPJ: 18.209.965/0021-06

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 001/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D' OESTE inscrita no CNPJ sob o nº 37.464.955/0001-00, com sede em Avenida dos Imigrantes, Nº 2000 - Centro, Glória D' Oeste – MT, neste ato representada por seu Prefeito, PAULO REMÉDIO, portador da Cédula de Identidade RG. Nº. 428. 609 SSP/MT e do CPF Nº. 361.992.571-20, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D OESTE**, inscrita no CNPJ sob o nº24.988.644/001-06, com sede na Rua Eloy Custódio da Silva, Centro CEP 78.293-000, neste ato representada por seu Presidente, **SEBASTIÃO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 579.343 SSP/MT e CPF nº **415.991.871-91**, e o ***GLÓRIA-PREVI- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA D OESTE-MT***, inscrito no CNPJ sob o n.º 24. 637.657/0001-22, com sede em Avenida dos Imigrantes, Centro, neste ato representado pelo Gestor, SIDINEI DA SILVA nomeado por meio da Portaria n.º 010 de 02 de Janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial nº 2.642, portador da Carteira de Identidade nº 10665439 SSP/MT, CPF nº 615.800. 151-15, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica

OBJETO: Constitui objeto do presente termo o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, visando a operacionalização da concessão dos benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-maternidade e salário-família dos servidores públicos pelo ***INSTITUTO OU FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA D OESTE-MT.***

DAS RESPONSABILIDADES: O órgão de origem se responsabiliza pelo pagamento das despesas necessárias para consecução da documentação necessária para a confecção dos processos administrativos, em especial os laudos médicos periciais, bem como os demais custos quando existentes.

VIGÊNCIA: 08/07/2020 A 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 123/2020

DECRETO Nº 123/2020

SÚMULA: "Decreta Luto Oficial, e dá outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Art. 59, VI da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO **o falecimento do ex-vereador deste município, o Senhor** JOSE BEZERRA DE LIMA**, que exerceu cargo de vereador neste município na 1ª Legislatura (2005/2008) e 2ª Legislatura (2009/2012);**

CONSIDERANDO **os preciosos trabalhos dedicados a Comunidade itanhangaense no decorrer de sua vida como cidadão e vereador;**

CONSIDERANDO **ainda, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem estar da coletividade;**

CONSIDERANDO **cabe a municipalidade prestar sua homenagem ao ex-vereador, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade itanhagaense;**

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL no Município de Itanhangá - MT por três (3) dias, contados desta data, pelo falecimento do Senhor **JOSE BEZERRA DE LIMA**, pelos inestimáveis serviços prestados à comunidade Itanhangá, tendo exercido o cargo Vereador por dois mandatos.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de julho de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Cirlene Natal Contreras

Secretária de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 028/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA:FERNANDES E. EIRELI – EPP – CNPJ: 32.628.929/0001-56.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogação do prazo de execução dos serviços e vigência contratual alterando os prazos previstos na Cláusula Quarta do Contrato nº 028/2020.

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2020

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DECRETO Nº 3.568 DE 07 DE JULHO DE 2020.

DECRETO Nº 3.568 DE 07 DE JULHO DE 2020.

INCLUI NOVO PROGRAMA E AÇÃO NA LEI 1931, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019 (LOA 2020) ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, NO VALOR DE R$ 1.954.178,21 PARA CUSTEIO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 72 e 113 da Lei Orgânica Municipal;

- Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19);

- Considerando a Portaria Federal nº 356 de 11 de Março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do Covid-19);

- Considerando a Portaria Federal nº 188 de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara emergência de saúde pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus(2019-nCoV);

- Considerando o disposto na Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus - SARS-COV-2 (Covid-19), altera a LC nº 101/2000 e dá outras providências;

- Considerando a Nota Técnica SEI nº 21231/2020/Ministério da Economia, que determina a forma de contabilização de recursos destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente ao Coronavírus (Covid-19);

- Considerando a resolução Normativa nº 4/2020 – TP/TCE-MT, que dispõe sobre os procedimentos de contabilização, transparência e prestação de contas dos Atos de Gestão e/ou de Governo no enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPIN, com observância principalmente aos artigos, 1º e 2º, II;

- Considerando o disposto no Comunicado Aplic nº 16/2020 de 05/06/2020 – TCE-MT, quanto as orientações complementares sobre o controle dos recursos recebidos e aplicados no enfrentamento ao Coronavírus e efeitos financeiros decorrentes;

- Considerando as Regras de Consistência – Exercício de 2020 do Sistema Aplic – TCE-MT;

- Considerando a Nota Técnica nº 06/2020, elaborada no âmbito da Comissão Especial de apoio às ações do Covid-19, instituída pela Portaria nº 070/2020 – TCE/MT, sobre créditos extraordinários, calamidade pública e transferência de recursos por outros entes federativos;

- Considerando a determinação do Art. 167, I e V, §3º da Constituição Federal/1988;

- Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 3.529 de 23 de Março de 2020, que declara Estado de Emergência no município de Jaciara/MT, consolidado pelo Decreto Municipal nº 3.544 de 30 de Abril de 2020.

- Considerando o Comunicado do Tesouro Nacional do Aux. PFEC referente a 1ª parcela – Junho/2020, creditado na conta do Fundo de Participação do Município, em 09/06/2020, conforme estabelecido na LC nº 173/20, Art. 5º., I, " b" no valor de R$ 100.573,62 (Cem mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos) e Art. 5º., II, "b", no valor de R$ 1.816.554,59 (Um milhão oitocentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos);

- Considerando o disposto na Portaria Federal nº 369 de 29 de Abril de 2020, do Ministério da Cidadania, que dispõe do atendimento ao Distrito Federal e Municípios que estejam em Estado de Calamidade Pública ou em Situação de Emergência, inclusive a emergência de Saúde Pública de Importância Internacional , na Estruturação da rede do SUAS, conforme Art. 2º, I, "a" na aquisição de EPI para profissionais da unidades públicas de atendimento do SUAS , referente a 1ª parcela de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) creditada em conta específica em 18/05/2020 e conforme art. 2º, I "b" na aquisição de alimentos, prioritariamente ricos em proteína para pessoas idosas e com deficiência e suas famílias, referente a 1ª parcela de R$ 27.600,00 (Vinte e sete mil e seiscentos reais) creditada em conta específica em 18/05/2020*;*

- Considerando o disposto nos Artigos nº 72, IV , 113 e 115, I e V da Lei orgânica Municipal de Jaciara;

- Considerando a matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei nº 18 de 22 de Junho de 2020, "Que dispõe sobre autorização legislativa para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Corrente e dá outras providências" no sentido de adequação orçamentária aos recursos recebidos e aplicados nas ações de combate à Pandemia - (Covid-19) reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, devidamente protocolado no Poder Legislativo sob nº 139-01/2020 em 26/06/2020;

- Considerando que o Poder Legislativo rejeitou a matéria do Projeto de Lei nº 18/2020 por 05(cinco) votos favoráveis e 03(três) votos contrários, na Sessão Ordinária realizada em 30 de Junho de 2020;

-Considerando o agravamento da situação de emergência de saúde pública devido a pandemia do Covid-19, na Região Centro Oeste do Brasil, mais especificamente no Estado de Mato Grosso, incluindo o município de Jaciara, com a elevação no número de contaminados e de óbitos, o que requer do Poder Executivo, ações urgentes e imediatas para proteção dos servidores que estão na linha de frente no combate à pandemia e no atendimento da população em situação de vulnerabilidade;

- Considerando a disciplina legal da matéria, tendo em vista o disposto no Art. 44 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964, segundo o qual "Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo";

-Considerando todas as medidas administrativas já tomadas,

DECRETA.

Art. 1º. Cria no Orçamento Corrente o Programa – **0035 – COVID-19 – ENFRENTAMENTO**, a Atividade/Ação – **2351 – AÇÕES DE SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19**, para inclusão nos Órgãos da Administração Pública Municipal, conforme a necessidade.

Art. 2º. Ficam abertos Créditos Extraordinários no Valor de R$ 1.954. 178,21 (Um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais e vinte e um centavos), que passará a fazer parte do orçamento vigente sob a seguinte classificação:

CÓDIGO FUNC. PROGRAMÁTICA FONTE/DET PROGRAMAÇÃO NATUREZA

01.08.01 10.122.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.08.01 10.122.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.08.01 10.122.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covi-19 4.4. 00.00.00

01.08.01 10.301.**0035.2351**.0000 0.1.26.76000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.08.01 10.301.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.08.01 10.301.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.08.01 10.302.**0035.2351**.0000 0.1.26.76000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.08.01 10.302.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.08.01 10.302.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.08.01 10.303.**0035.2351**.0000 0.1.26.76000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.08.01 10.303.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.08.01 10.303.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.08.01 10.304.**0035.2351**.0000 0.1.26.76000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.08.01 10.304.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.08.01 10.304.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.08.01 10.305.**0035.2351**.0000 0.1.26.76000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.08.01 10.305.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.08.01 10.305.**0035.2351**.0000 0.1.26.076000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.27.76000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.27.076000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.27.076000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.29.074000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.29.074000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.29.074000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.02.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.02.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.02.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.02.01 04.124.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.02.01 04.124.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.02.01 04.124.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.03.01 04.121.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.03.01 04.121.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.03.01 04.121.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.03.01 23.695.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.03.01 23.695.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.03.01 23.695.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.04.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.04.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.04.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.04.01 04.125.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.04.01 04.125.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.04.01 04.125.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.04.01 04.126.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.04.01 04.126.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.04.01 04.126.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.05.01 13.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.05.01 13.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.05.01 13.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.05.01 27.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.05.01 27.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.05.01 27.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.06.01 15.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.06.01 15.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.06.01 15.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.06.01 15.452.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.06.01 15.452.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.06.01 15.452.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.06.01 17.512.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.06.01 17.512.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.06.01 17.512.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.06.01 26.782.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.06.01 26.782.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.06.01 26.782.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.07.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.07.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.07.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.09.01 20.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.09.01 20.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.09.01 20.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.09.01 18.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.09.01 18.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.09.01 18.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.09.01 20.604.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.09.01 20.604.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.09.01 20.604.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.01 04.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.01 08.243.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.01 08.243.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.01 08.243.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.01 11.333.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.01 11.333.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.01 11.333.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.03 08.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.03 08.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.03 08.122.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.03 08.241.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.03 08.241.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.03 08.241.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.03 08.243.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.03 08.243.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.03 08.243.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.1. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 3.3. 00.00.00

01.10.03 08.244.**0035.2351**.0000 0.1.00.077000 Ações enf.Covid-19 4.4. 00.00.00

T O T A L 1.954.178,21

Parágrafo Único – Fica determinado ao Setor de Contabilidade a promover as alterações necessárias para compatibilização ao PPA e LDO, nos termos do art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 3º. O crédito aberto conforme artigo 2º será coberto por Excesso de Arrecadação, provenientes de recursos oriundos do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus – Sars – Covid-19 – LC nº 173/20 art. 5º.,I,II e Portaria nº 369/20 art. 4º do Ministério da Cidadania.

Art. 4º. Comunique-se à Câmara de Vereadores do Município de Jaciara, ao Ministério Público Estadual de Mato Grosso (MPE/MT) ao Ministério Público de Contas (MPC/TCE/MT) e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT) nesta mesma data, da abertura dos créditos orçamentários constantes deste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Junho de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 08 DE JULHO DE 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 008/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 136/2020 de 21 de maio de 2020, torna público que realizará Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS DE N.º 008/2020** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para executar obra de Pavimentação e Drenagem em Diversas Ruas no Bairro Clementina no Município de Jaciara - MT",** nos termos da Lei Federal n.º 8666/93 e alterações posteriores, a realizar-se no dia **28 DE JULHO DE 2020 - 08h30 - MT**. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 09 de julho de 2020.

ROBELSON HUGNEI DE FRANÇA GALINDO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 009/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 136/2020 de 21 de maio de 2020,

torna público que realizará Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS DE N.º 008/2020** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para execução de Poço Artesiano Tubular Profundo no Bairro Cohab São Lourenço (anexo ao Pátio da PSF 05) - Município de Jaciara - MT",** nos termos da Lei Federal n.º 8666/93 e alterações posteriores, a realizar-se no dia **29 DE JULHO DE 2020 - 08h30 - MT**. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 09 de julho de 2020.

ROBELSON HUGNEI DE FRANÇA GALINDO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 023/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação Nº 013/2020 tendo por objeto: **"Contratação de empresa especializada, para aquisição de Kits de Cestas Básicas destinadas aos Pais ou responsáveis dos Estudantes das Escolas Públicas da Educação Básica do Município de Jaciara-MT",** com vigência de 06 (seis) meses, em conformidade ao artigo *4ºH da MEDIDA PROVISÓRIA nº 926, de 20/03/2020* e Art. 3º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.745/2017tendo como vencedora a empresa **DP SUPERMERCADO LTDA,** ao valor global de **R$ 124.300,00 (Cento e trinta e quatro mil e trezentos reais). Jaciara – MT, 12 de maio de 2020.**

ROBELSON HUGNEI DE FRANÇA GALINDO

Presidente da CPL

ERRATA 01 - RELAÇÃO GERAL DE INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER N° 003/2020 - MODALIDADE: ANÁLISE CURRICULAR.

ERRATA 01 - RELAÇÃO GERAL DE INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER N° 003/2020 - MODALIDADE: ANÁLISE CURRICULAR.

Considerando a existência de erro material no corpo da Relação Geral de Inscritos, publicada no endereço eletrônico *www.jaciara.mt.gov.br* em 08 de julho de 2020, informamos as correções conforme segue:

I – Onde se lê:

NOME	CARGO PRETENDIDO	SITUAÇÃO
Geovania Rodrigues de Queiroz		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

Leia-se:

Geovania Rodrigues de Queiroz	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido

I I – Onde se lê:

Danilo do Amor Divino dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Danilo Rita de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

Leia-se:

Danilo do Amor Divino dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Danilo Ribeiro da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Danilo Rita de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

RELAÇÃO GERAL DE INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER N° 003/2020

NOME	CARGO PRETENDIDO	SITUAÇÃO
Abdy Augusto Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ademir Miguel		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Adevania Pereira Batista	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Adriana Maria Modesto Assunção		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Adriano Aparecido Borges		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Advânia Patrícia de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Alaide de Alencar Souza		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Alessandra Amorim Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Alyne Helena Machado		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Amanda Nogueira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Ana de Campos Rodrigues	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Ana Maria de Souza Amorim		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ana Maria Rodrigues Vaz	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Ana Modesto Gomes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Andréia Damião da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Andréia Sanches		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Andreísa Pereira Brandão de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Angela Maria de Lima Silva Vieira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Ayla Priscila Magny Almeida	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Bruna Carolina Sales Modesto		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Camila Aparecida da Silva Boranga		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Carlos Henrique Damasceno	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas / da Natureza	Deferido
Célia Maria Pereira Nunes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cícero Cosme de Moura		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cilbene Ricardo de Arruda	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Cladeir Alves da Silva	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Claudiane Alves Teles		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Claudinéia Gomes Pereira da Silva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Cleovanda Jorge Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Crislaine Carvalho Macedo de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

Cristiane Clara Rodrigues de Morasis dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cristiane Kely de Lima		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cristina Amorim Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Dagmar Rosana Pereira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Daiane Reis Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Daniel Schneider Martins	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Daniela Alves da Costa	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Daniela de Souza Pereira	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Danilo do Amor Divino dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Danilo Ribeiro da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Danilo Rita de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
David Bruno Silva	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Debora Cristina Leite Brandão		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Débora Moraes de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Débora Neves Xavier Cícero		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Débora Suzane Toquetto		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Deborah Marques e Silva	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Deivid André Paes	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Delzenira Soares da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Delzenira Soares da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Diogo de Carvalho Nascimento	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Diony Weslley Moreno	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Dircéia de Fátima Santiago		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Douglas Cassimiro Lopes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Éder Jardel da Silva Dutra	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Edilene Cristina Silveira de Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Edimar Olegário de Campos Júnior	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Edmilson José da Silva	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Edson Junior Ferreira Stefani	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas / da Natureza	Deferido
Elaine Cardoso da Silva Langner	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Eleonora Osana Moreira da Rosa	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Eliana Sirina Monteiro da Silva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Eliane Mezari	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Elisângela Emília Ribeiro		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Elisandra Souza dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Ellen Cristine Paula Rocha Nantes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ellen Juliany Geroli Michelato	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Eloisa Aparecida Cerino Rosa Lima	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês (anos Finais)	Deferido
Emanuelle Cristina Amorim de Jesus	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Emilly Rayani D' ornellas da Silva Santos	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Erleide Vieira Freitas		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Fabiana Mota Miranda		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Fabrício Viana Almeida		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Fanaia Rosani do Nascimento	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Frederico Ramos Valadares	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Gabriela Soares		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
George Lucas Pimentel Ramos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Geovania Rodrigues de Queiroz	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Geovanita Batista Almeida dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Geraldo da Silva Nazaré Neto	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Gidel de Abreu Camolezi		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Gisele Daiany de Souza Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Graziela Fraga Ferreira Queiroz Muniz		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Helaine Cristina Modesto de Morais		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Helena Queiroz da Silva		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Hellen Patrícia Araújo da Costa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Hércules Barbosa de Figueiredo		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Igor André Barbosa Diniz	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Indalícia dos Santos Lima	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Irisvânia Oliveira Azevedo	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Isabel Maria de Souza Abuchain	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Ivania de Souza	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Izadora Purcino	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Jackson Luiz de Araujo	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Jaime Marques Ferreira Junior	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas / da Natureza	Deferido
Jaqueline Santos Pereira Lopes	Técnico Administrativo Educacional	Deferido

Jean Carlos França de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jeane Cabral da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jeft Ezo Danilo Faria Brandão	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
JENNIFER Carine Rodrigues da Costa Molina Barbosa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jennifer Vericima dos Santos Schuvartzhaupt	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
João Augusto França Morais	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
João Matheus Rocha de Arruda	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Joiciara Garcia Caroni		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jorge Luis Delcico Cavalcante	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Josefa Maria Ferreira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Joselita Alves Gomes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Josiane Borges de Souza	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Josiléia Moura da Silva	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Juciara dos Santos Sampaio Marques		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Julia de Lima Almeida		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Juliana Aparecida Oliveira Dutra	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Juliana Santana Israel	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Junior de Souza Costa	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Katia Cristina Bortoletto	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Kerle Viegas	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Khayla Alves Krayczy		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Laura Brandalise Borges		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Leslie de Souza de Figueiredo		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Lidiane Álvares Mendes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Louislaine Nascimento Baldacin	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Lucas Francisco Souza de Lima	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Lúcia Amorim de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Luciana Maria Ferreira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Luciana Pereira da Silva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Luciana Régis Banhara Leal	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Luciana Vieira Joaquim		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Luciana Zanetti	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Lucilene Ferreira Torres	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Lucimara Brás da Silva	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Lucinéia Fortunato dos Santos Bacelar	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Luiz Eduardo Pinto Barros	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Luzia Xavier de Arruda	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Maiza Vieira dos Anjos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Marcel Thomas Job Pereira	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Marcelo Correia de Magalhães	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Marcelo dos Santos lopes	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Marcia Rodrigues Lima	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marcos Alvares Brandão	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Marcos Antônio Ribas de Neira	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Margarethe Aparecida Pessoa Amaral Dias		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Adriana Glória Paiva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Maria Aparecida da Costa Macedo		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Aparecida Dias		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Cícera Gomes dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria de Fátima Santos de Aquino	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Maria Denise Lino da Silva		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Maria Glória de Souza Oliveira	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Maria Helena da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Inez Racis		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria José Cordeiro		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Lucia de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Luiza Lemes as Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Renilda de Melo	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Maria Rosilda dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Mariane Alves de Moura	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marinete A. Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Marinezia Silva Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marisa Pereira Lima	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marisélia Andrade Breda		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Marly Pereira da Mota		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maura Gomes da Rocha	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Mayara da Silva Ibiapino		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Milena Pereira Sampaio de Oliveira	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Mirian Alves de Jesus		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

Mirta Luana de Almeida Nascimento	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Moises Gabriel Moreira dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Naiara Nagel Borges		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Naira Greice Fernandes Zanatta	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Neide Aparecida Cosmo do Nascimento	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Neuraci Rita de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Neuza Pereira de Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Norma Lourenço da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Odenilda dos Santos Pereira	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Paola Cristina Paixão Aleixo Gomes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Paula Catiussia Rodrigues dos Santos Fabris		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Paula Luana Rocha de Souza	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Paula Rodrigues Pereira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Pedro da Conceição França Júnior		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Poliana Rodrigues		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Poliane Bittencourt Martins		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Rafael Sebastião Cícero		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Robson Ruy Oliveira Barbosa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Rodolfo Souza Costa	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Rodrigo Robson Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ronaldo Alves Ribeiro dos Santos	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Rosa Ferreira de França	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Rosa Racis	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Rosangela Bortolini de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Rosangela Ferreira Nunes Serante		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Roseli Teixeira da Silva França	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Roseny Aparecida Marques Lima		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Roseny Tavares Silva Leão	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Rosiane Nunes vieira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Rosilene Franco Moreira da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ruth do Nascimento Gonçalo Filha		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ruth Silva Carnauba Freitas	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Sandra Silva Gonçalves Xavier	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Silma Rosa Nogueira de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Silvana Machado Silva	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Silvana Racis	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Silvânia Aparecida Siqueira Baldacin	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Silvania Lins Espindola	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Simone Cristina	Professor Lic. Plena em Artes e Ensino Religioso	Deferido
Simone Gonçalves Galvão	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Sirlei Stuelp	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Sirlene da Silva Santos Maria	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Sirlene Farias Dos Santos Queiroz	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Solange Aparecida Leandro		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Solange Coelho Rocha	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Solange Cristina Souza da Fonseca		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Sona Lima da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Sonia Mara Leite Barbosa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Sthefany Nascimento		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Suelen Cristina Brandão Musumeci		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Suellen Cristine Silva Ormond		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Suely Candida de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Taís Gomes Soares		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Tânia Cristina Pontes	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Tânia Márcia Oliveira de Miranda	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Tânia Maria da Silva Souza	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Tatiane Rosalino Pedroso		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Thais dos Santos Lima	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Theilor dos Anjos Sonaque	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Thiago Augusto Alves de Miranda		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Thiago Costa serra	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Valdeci Batista da Glória da Silva	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Valdirene Geroli	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Valdirene Machado	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Valquíria Forgiarini Martins Pereira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Vânia Ferreira de França Moraes	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Vanuza de Jesus dos Santos	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	Deferido
Vera Janes Pereira de Morais		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Vera Lucia Feitosa Cervim		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

Vilma Maria da Silva Coelho		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Vinícius Castagno dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Wania Jane Molina	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Willian Suares	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Wilson Francisco Braga	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Yasmin Luiza Araujo Ruiz		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Zelma Moises da Silva Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Zenaide Ferreira Lima		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº. 085/2019

COVID-19: RELAÇÃO GERAL DE INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER N° 003/2020

RELAÇÃO GERAL DE INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER N° 003/2020

NOME	CARGO PRETENDIDO	SITUAÇÃO
Abdy Augusto Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ademir Miguel		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Adevania Pereira Batista	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Adriana Maria Modesto Assunção		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Adriano Aparecido Borges		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Advânia Patrícia de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Alaide de Alencar Souza		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Alessandra Amorim Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Alyne Helena Machado		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Amanda Nogueira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Ana de Campos Rodrigues	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Ana Maria de Souza Amorim		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ana Maria Rodrigues Vaz	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Ana Modesto Gomes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Andréia Damião da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Andréia Sanches		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Andreísa Pereira Brandão de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Angela Maria de Lima Silva Vieira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Ayla Priscila Magny Almeida	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Bruna Carolina Sales Modesto		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Camila Aparecida da Silva Boranga		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Carlos Henrique Damasceno	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas / da Natureza	Deferido
Célia Maria Pereira Nunes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cícero Cosme de Moura		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cilbene Ricardo de Arruda	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Cladeir Alves da Silva	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Claudiane Alves Teles		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Claudinéia Gomes Pereira da Silva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Cleovanda Jorge Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Crislaine Carvalho Macedo de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cristiane Clara Rodrigues de Morasis dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cristiane Kely de Lima		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Cristina Amorim Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Dagmar Rosana Pereira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Daiane Reis Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Daniel Schneider Martins	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Daniela Alves da Costa	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Daniela de Souza Pereira	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Danilo do Amor Divino dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Danilo Rita de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
David Bruno Silva	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Debora Cristina Leite Brandão		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Débora Moraes de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Débora Neves Xavier Cícero		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Débora Suzane Toquetto		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Deborah Marques e Silva	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Deivid André Paes	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Delzenira Soares da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Delzenira Soares da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

Diogo de Carvalho Nascimento	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Diony Weslley Moreno	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Dircéia de Fátima Santiago		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Douglas Cassimiro Lopes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Éder Jardel da Silva Dutra	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Edilene Cristina Silveira de Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Edimar Olegário de Campos Júnior	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Edmilson José da Silva	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Edson Junior Ferreira Stefani	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas / da Natureza	Deferido
Elaine Cardoso da Silva Langner	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Eleonora Osana Moreira da Rosa	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Eliana Sirina Monteiro da Silva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Eliane Mezari	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Elisângela Emília Ribeiro		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ellen Cristine Paula Rocha Nantes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ellen Juliany Geroli Michelato	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Eloisa Aparecida Cerino Rosa Lima	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês (anos Finais)	Deferido
Emanuelle Cristina Amorim de Jesus	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Emilly Rayani D' ornellas da Silva Santos	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Erleide Vieira Freitas		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Fabiana Mota Miranda		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Fabrício Viana Almeida		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Fanaia Rosani do Nascimento	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Frederico Ramos Valadares	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Gabriela Soares		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
George Lucas Pimentel Ramos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Geovania Rodrigues de Queiroz		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Geovanita Batista Almeida dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Geraldo da Silva Nazaré Neto	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Gidel de Abreu Camolezi		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Gisele Daiany de Souza Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Graziela Fraga Ferreira Queiroz Muniz		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Helaine Cristina Modesto de Morais		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Helena Queiroz da Silva		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Hellen Patrícia Araújo da Costa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Hércules Barbosa de Figueiredo		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Igor André Barbosa Diniz	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Indalícia dos Santos Lima	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Irisvânia Oliveira Azevedo	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Isabel Maria de Souza Abuchain	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Ivania de Souza	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Izadora Purcino	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Jackson Luiz de Araujo	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Jaime Marques Ferreira Junior	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas / da Natureza	Deferido
Jaqueline Santos Pereira Lopes	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Jean Carlos França de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jeane Cabral da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jeft Ezo Danilo Faria Brandão	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
JENNIFER Carine Rodrigues da Costa Molina Barbosa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jennifer Vericima dos Santos Schuvartzhaupt	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
João Augusto França Morais	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
João Matheus Rocha de Arruda	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Joiciara Garcia Caroni		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Jorge Luis Delcico Cavalcante	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Josefa Maria Ferreira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Joselita Alves Gomes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Josiane Borges de Souza	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Josiléia Moura da Silva	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Juciara dos Santos Sampaio Marques		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Julia de Lima Almeida		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Juliana Aparecida Oliveira Dutra	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Juliana Santana Israel	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Junior de Souza Costa	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Katia Cristina Bortoletto	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Kerle Viegas	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Khayla Alves Krayczy		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Laura Brandalise Borges		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Leslie de Souza de Figueiredo		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

Lidiane Álvares Mendes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Lisandra Souza dos Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Louislaine Nascimento Baldacin	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Lucas Francisco Souza de Lima	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Lúcia Amorim de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Luciana Maria Ferreira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Luciana Pereira da Silva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Luciana Régis Banhara Leal	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Luciana Vieira Joaquim		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Luciana Zanetti	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Lucilene Ferreira Torres	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Lucimara Brás da Silva	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Lucinéia Fortunato dos Santos Bacelar	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Luiz Eduardo Pinto Barros	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Luzia Xavier de Arruda	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Maiza Vieira dos Anjos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Marcel Thomas Job Pereira	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Marcelo Correia de Magalhães	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Marcelo dos Santos lopes	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Marcia Rodrigues Lima	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marcos Alvares Brandão	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Marcos Antônio Ribas de Neira	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Margarethe Aparecida Pessoa Amaral Dias		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Adriana Glória Paiva	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Maria Aparecida da Costa Macedo		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Aparecida Dias		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Cícera Gomes dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria de Fátima Santos de Aquino	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Maria Denise Lino da Silva		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Maria Glória de Souza Oliveira	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Maria Helena da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Inez Racis		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria José Cordeiro		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Lucia de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Luiza Lemes as Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maria Renilda de Melo	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Maria Rosilda dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Mariane Alves de Moura	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marinete A. Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Marinezia Silva Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marisa Pereira Lima	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Marisélia Andrade Breda		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Marly Pereira da Mota		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Maura Gomes da Rocha	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Mayara da Silva Ibiapino		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Milena Pereira Sampaio de Oliveira	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Mirian Alves de Jesus		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Mirta Luana de Almeida Nascimento	Professor Lic. Plena em Geografia	Deferido
Moises Gabriel Moreira dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Naiara Nagel Borges		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Naira Greice Fernandes Zanatta	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Neide Aparecida Cosmo do Nascimento	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Neuraci Rita de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Neuza Pereira de Oliveira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Norma Lourenço da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Odenilda dos Santos Pereira	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Paola Cristina Paixão Aleixo Gomes		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Paula Catiussia Rodrigues dos Santos Fabris		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Paula Luana Rocha de Souza	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Paula Rodrigues Pereira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Pedro da Conceição França Júnior		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Poliana Rodrigues		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Poliane Bittencourt Martins		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Rafael Sebastião Cícero		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Robson Ruy Oliveira Barbosa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Rodolfo Souza Costa	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Rodrigo Robson Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ronaldo Alves Ribeiro dos Santos	Professor Lic. Plena em História	Deferido
Rosa Ferreira de França	Apoio Administrativo Educacional	Deferido

Rosa Racis	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Rosangela Bortolini de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Rosangela Ferreira Nunes Serante		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Roseli Teixeira da Silva França	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Roseny Aparecida Marques Lima		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Roseny Tavares Silva Leão	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Rosiane Nunes vieira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Rosilene Franco Moreira da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ruth do Nascimento Gonçalo Filha		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Ruth Silva Carnauba Freitas	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Sandra Silva Gonçalves Xavier	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Silma Rosa Nogueira de Oliveira		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Silvana Machado Silva	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Silvana Racis	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Silvânia Aparecida Siqueira Baldacin	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Silvania Lins Espindola	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Simone Cristina	Professor Lic. Plena em Artes e Ensino Religioso	Deferido
Simone Gonçalves Galvão	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Sirlei Stuelp	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Sirlene da Silva Santos Maria	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Sirlene Farias Dos Santos Queiroz	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Solange Aparecida Leandro		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Solange Coelho Rocha	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Solange Cristina Souza da Fonseca		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Sona Lima da Silva		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Sonia Mara Leite Barbosa		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Sthefany Nascimento		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Suelen Cristina Brandão Musumeci		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Suellen Cristine Silva Ormond		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Suely Candida de Souza		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Taís Gomes Soares		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Tânia Cristina Pontes	Professor Lic. Plena em Ciências Biológicas/ da Natureza	Deferido
Tânia Márcia Oliveira de Miranda	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Tânia Maria da Silva Souza	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Tatiane Rosalino Pedroso		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Thais dos Santos Lima	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Theilor dos Anjos Sonaque	Técnico Administrativo Educacional	Deferido
Thiago Augusto Alves de Miranda		Indeferido (Não enviou Curriculum Vitae)
Thiago Costa serra	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Valdeci Batista da Glória da Silva	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Valdirene Geroli	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Valdirene Machado	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Valquíria Forgiarini Martins Pereira	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Vânia Ferreira de França Moraes	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Deferido
Vanuza de Jesus dos Santos	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	Deferido
Vera Janes Pereira de Morais		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Vera Lucia Feitosa Cervim		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Vilma Maria da Silva Coelho		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Vinícius Castagno dos Santos		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Wania Jane Molina	Apoio Administrativo Educacional	Deferido
Willian Suares	Professor Lic. Plena em Letras/Português/Inglês	Deferido
Wilson Francisco Braga	Professor Lic. Plena em Matemática	Deferido
Yasmin Luiza Araujo Ruiz		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)
Zelma Moises da Silva Santos	Professor Lic. Plena em Pedagogia ou normal Superior	Deferido
Zenaide Ferreira Lima		Indeferido (Não preencheu o Formulário de Inscrição)

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº. 085/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 151/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO 151/2020, PARA ATENDIMENTO DO CONVENIO Nº. 034/2015/SINFRA.

VALOR EM R$: 20.800,00 (VINTE MIL E OITOCENTOS REAIS)

PORTARIA 159/2020

PORTARIA Nº 159 DE 01 JULHO DE 2020

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

Considerando o teor do termo de desistência do Candidato classificado **DHIEGO DONIZETHE FERREIRA GUMIERI**, dirigido a esta municipalidade,

RESOLVE:

Artigo 1º - DEFERIR, Termo de Desistência formulado pelo candidato DHIEGO DONIZETHE FERREIRA GUMIERI, Brasileiro, classificado em 4º lugar, para o cargo de técnico em radiologia, no concurso público nº 01/2019, de Jauru/MT, com a consequência exclusão do nome do candidato da lista de classificados e autoriza a convocação do próximo aprovado.

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Jose Peres, em Jauru – MT, 01 de julho de 2020.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93 a Dispensa de licitação constante do Processo Administrativo nº. 1989/2020, DISPENSA nº. 041/2020, com base no Caput do Art. 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 08/07/2020, Prestação de serviços de perfuração de poços tubular5es profundos (poços artesianos) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural (horta Comunitária). Tendo como fornecedor a empresa SERGIO GALDINO DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 24.760.845/0001-43, no valor de R$ 49.512,00 (quarenta e nove mil quinhentos e doze reais).

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru – MT, 09 de julho de 2020.

DORIVALDO RUFINO BENTO

Secretária Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93 a Dispensa de licitação constante do Processo Administrativo nº. 2007/2020, DISPENSA nº. 042/2020, com base no Caput do Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 07/07/2020, Aquisição de Materiais de Consumo (cimento, pedrisco, areia grossa e tela para manilha), para atender a demanda da Secretaria de Obras, na recuperação de logradouros públicos. Tendo como fornecedor a empresa J. DA SILVA BRAGA & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 06.966.661/0001-52, no valor de R$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais).

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru – MT, 09 de julho de 2020.

JOÃO RAMALHO CORREIA

Secretária Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 015/2020/SECAD APURAÇÃO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER II em atendimento da Secretaria municipal de Saúde, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 10/07/2020, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 28/07/2020 até às 08h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara/MT, 09 de julho de 2020.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO DECRETO Nº 1.520/2020

Decreto nº 1.520, de 09 de julho de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara, a abrir credito especial na Lei Municipal nº 2.817 de 14 de janeiro de 2020 - que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2020.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

D E C R E T A:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir crédito especial junto a Lei Municipal nº 2.817, de 14 de janeiro de 2020, no valor de R$ 744.990,74 (setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa reais e setenta e quatro centavos), na dotação abaixo discriminada, autorizado pela Lei Municipal nº 2.860, de 08 de julho de 2020.

12.100	Secretaria Munic. do Esporte, Lazer e da Juventude
27	Desporto e Lazer
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0006	Juara Esportiva
27.812.0006.1191	Construção de Quadra Coberta na Aldeia Indígena
44.90.51.00	Obras e Instalações .... R$ 556.190,48

Fonte: 124	Transferências de Convênios Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
44.90.51.00	Obras e Instalações ..... R$ 188.800,26
Fonte: 100	Recursos Ordinários

Art. 2ºA despesa decorrente do crédito especial de que trata o artigo 1º correão por anulação parcial ou total das dotações abaixo mencionadas, nos termos do artigo 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

06.005	Departamento de Urbanismo
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0018	Uma Cidade para Todos
15.452.0018.2020	Manut. Encargos com Serviços Depto de Urbanismo
33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica .....R$ 100.000,00
Fonte: 124	Transferências de Convênios Outros (não relacionados à educação / saúde / assistência social)

06.005	Departamento de Urbanismo
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0018	Uma Cidade para Todos
15.452.0018.2107	Manut. com Ações dos Recursos do FETHAB
33.90.30.00	Material de Consumo .....R$ 91.880,24
Fonte: 130	Recurso do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

14.100	Secretaria Municipal de Transporte
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0018	Uma Cidade para Todos
26.782.0018.1169	Obras e Infra Estrutura Rodoviária – Recursos FETHAB
44.90.51.00	Obras e Instalações.....R$ 200.000,00
Fonte: 130	Recurso do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

14.100	Secretaria Municipal de Transporte
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0018	Uma Cidade para Todos
26.782.0018.2106	Manut. Enc. Serviços da Secretária Munic. de Transportes
33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..... R$ 100.000,00
Fonte: 100	Recursos Ordinários

09.101	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0022	Emendas Parlamentares
10.301.0022.1161	Emenda Parlamentar Ver. Joao Rissotti – Aquisição de Material Permanente para o Centro de Saúde “Frater Lucas Francisco Kistner da Costa”
44.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente .....R$ 16.555,50
Fonte: 102	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

09.101	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0022	Emendas Parlamentares
10.301.0022.1163	Emenda Parlamentar Ver. Chico do Indea – Aquisição de Veiculo para atender os Postos de Saúde do Assentamento PA Vale do Arinos e Assentamento Japuranã
44.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente .....R$ 100.000,00
Fonte: 147	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos

09.101	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.305	Vigilância Epidemiológica
10.305.0022	Emendas Parlamentares
10.305.0022.2202	Emenda Parlamentar Ver. Flavinho – Parceria com Associação Anjos de 04 Patas Juara
33.90.41.00	Contribuições.....R$ 20.000,00
Fonte: 102	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

09.101	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0022	Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes para Atender PSF Aparecida Lourença da Silva – Distrito de Paranorte
10.301.0022.1164	Emenda Parlamentar Ver. Leo Boy – Equipamentos PSFs
44.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente .....R$ 28.555,00
Fonte: 102	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

09.101	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0022	Emendas Parlamentares
10.301.0022.1165	Emenda Parlamentar Ver. Leo Boy – Aquisição de Materiais Equipamentos Permanentes para Atender PSF do Distrito de Águas Claras
44.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente .....R$ 28.000,00
Fonte: 102	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

08.005	Divisão Assuntos Políticos e Educacionais
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0022	Emendas Parlamentares
12.361.0022.2207	Emendas Parlamentares Ver. João Rissotti – Melhorias do Espaço Físico da Escola Municipal Costa e Silva
33.90.30.00	Material de Consumo .....R$ 15.000,00
33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..... R$ 5.000,00
Fonte: 115	Transferências de Recursos do Fundo nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

12.100	Secret. Munic. do Esporte, Lazer e da Juventude
27	Desporto de Lazer
27.813	Lazer
27.813.0022	Emendas Parlamentares
27.813.0022.1157	Emenda Parlamentar Ver. Flavinho – Academias ao ar Livre Jardim Floresta e Comunidade Água Boa
44.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 20.000,00
Fonte: 100	Recursos Ordinários

12.100	Secret. Munic. do Esporte, Lazer e da Juventude
27	Desporto de Lazer
27.812	Lazer
27.812.0022	Emendas Parlamentares
27.812.0022.2204	Emenda Parlamentar Ver. Flavinho /Ulliane – Reparos e Melhorias na Vila Olímpica
33.90.30.00	Material de Consumo .....R$ 15.000,00
33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..... R$ 5.000,00
Fonte: 100	Recursos Ordinários

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 09 de julho de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.519/2020

Decreto nº 1.519, de 09 de julho de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara, a abrir credito especial na Lei Municipal nº 2.817 de 14 de janeiro de 2020 - que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2020.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

D E C R E T A:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir crédito especial junto a Lei Municipal nº 2.817, de 14 de janeiro de 2020, no valor de R$ 47.254,71 (quarenta e sete mil duzentos e cinqüenta e quatro reais e setenta e um centavos), na dotação abaixo discriminada, autorizado pela Lei Municipal nº 2.861, de 08 de julho de 2020.

06.005	DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15	Urbanismo
15.451	Infra-Estrutura Urbana
15.451.0018	Uma Cidade para Todos
15.451.0018.1187	Serviços de Drenagem Pluvial
44.90.51.00	Obras e Instalações ..... R$ 47.254,71

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto na dotação acima mencionada será utilizado em igual valor à anulação parcial das dotações abaixo, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

06.004	DEPTO, TRATAMENTO DE ÀGUA, ESGOTO E RESIDUOS SOLIDOS
17	Saneamento
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0018	Uma Cidade para Todos
17.512.0018.2019	Manut. de Serv. do Depto, Tratamento de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos
33.90.30.00	Material de Consumo ..... R$ 20.000,00
33.90.39.00	Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R$ 20.000,00
06.005	DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0018	Uma Cidade para Todos
15.512.0018.2020	Manut. Enc. com Serv. Depto de Urbanismo
33.90.36.00	Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Física ..... R$ 7.254,71

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 09 de julho de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO 034/2020

Juara/MT, 09 de Julho de 2020.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO FC/2020 Nº 034/2020

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro realizado pela empresa PERES E BOS LTDA - ME, devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 019/2020/ ADMINISTRAÇÃO, a qual resultou na ATA de Registro de Preços nº 018-B/2020/ ADMINISTRAÇÃO, que tem por objeto:*"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Construção em atendimento à Diversas Secretarias".*

Com fundamento no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, a empresa solicita o reequilíbrio de preço dos itens 37, 50, 72, 80 e 156.

A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, em seu artigo 65, prevê a possibilidade de ajustamento do contrato, sendo que a alínea "d" do mesmo artigo versa sobre a possibilidade/dever de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Cumpre ressaltar que a Lei de Licitações não prevê que o reequilíbrio deva favorecer unicamente o particular. O reequilíbrio também deve acobertar a administração quando da ocorrência de fatos imprevisíveis ou imprevistos que alterem a equação em seu desfavor, posto que o contrato administrativo se desequilibra quando o lucro pretendido pelo particular é excessivamente minorado, assim como quando é excessivamente e injustificadamente aumentado às custas do poder público, indo de encontro ao interesse público.

Cabe à Administração Pública analisar, de forma minuciosa e criteriosa, cada caso concreto, sempre buscando, junto ao mercado, os valores atuais dos produtos e serviços, com a finalidade de evitar uma majoração excessiva ou até descabida e, posteriormente, a devida responsabilização.

A empresa vencedora da licitação informou que o valor dos materiais descritos nos itens 37, 50, 72, 80 e 156 sofreram um reajuste financeiro nos últimos meses em razão do cenário atual, para tanto, trouxe ao processo a composição de custos e as Notas Fiscais afim de comprovar o alegado.

Com efeito, conforme Pesquisa de Preço, realizado pela Coordenadoria Fiscalização de Contratos no mercado local, os preços do referido produto, tem oscilado (para mais e para menos), conforme planilha em anexo, **razão pela qual, com o fito de preservar a relação contratual, a administração decidirá por atualizar acompanhando o menor valor.**

O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo não beneficia somente o contratado. Não apenas a elevação, mas também a diminuição dos encargos justifica o aumento ou a redução da retribuição paga pela Administração contratante. E mais importante ainda, é a consideração de que: "A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria Administração, eis que deve sempre zelar pela primazia do interesse público.

Ainda, o artigo 884 do Código Civil veda o enriquecimento sem causa, ante a divergência do valor de referência dos produtos licitados na data do pregão, como a média de mercado praticado atualmente.

Desta feita, se faz necessário o reajuste do valor praticado, de modo a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro para ambas as partes, evitando locupletamento ilícito, **aplicando ao contrato vigente a medida do menor valor apresentado nos orçamentos, isso porque o reajuste deve beneficiar ambas as partes.**

Do Exposto:

Considerando que o ordenamento não veda a recomposição da equivalência material entre prestação e contraprestação em favor da administração pública e considerando que esta não tem a livre disponibilidade do interesse público, conclui-se que o poder público tem o dever de buscar a recomposição do equilíbrio econômico dos contratos em que figure como parte, em razão do interesse público.

Assim sendo, **DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO** de reequilíbrio do preço dos itens 37, 50, 72, 80 e 156 da Ata de Registro de Preço nº 018-B/2020/ADMINISTRAÇÃO, Pregão nº 019/2020/ADMINISTRAÇÃO, referente ao fornecimento de Materiais de Construção em atendimento às Diversas Secretarias do Município de Juara/MT.

Para tanto, do **valor médio praticado no mercado atualmente,** deve ser considerado o menor valor apresentado nos orçamentos, **isso porque o reajuste deve beneficiar ambas as partes**, obtendo assim o valor final de reajuste:

Item 37 – AGUARAZ 5 LT

Valor Atual: R$ 50,00

Valor com o Reequilíbrio: R$ 55,00

Item 50 – ARGAMASSA, TIPO AC I PARA USO INTERNO, SACO 20 KG

Valor Atual: R$ 15,20

Valor com o Reequilíbrio: R$ 14,53

Item 72 – CAL PARA PINTURA, EMBALAGEM COM 08KG

Valor Atual: R$ 10,50

Valor com o Reequilíbrio: R$ 12,53

Item 80 – CIMENTO PORTOLAND COMUM CPI SACO 50 KG

Valor Atual: R$ 30,20

Valor com o Reequilíbrio: R$ 30,66

Item 156 – TELHA DE FIBROCIMENTO TIPO ONDULADA, NAS DIMENSÕES DE 3,66 x 1,10m x 6mm de espessura

Valor Atual: R$ 79,90

Valor com o Reequilíbrio: R$ 94,59

Determino que a Coordenadoria de Fiscalização de Contratos cientifique a empresa contratada da presente decisão.

RECOMENDE –SE à empresa que a mesma dê cumprimento à presente decisão sob pena de incorrer na penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e demais pertinentes.

Remeta-se cópia desta decisão a Divisão de Licitações e Contratos e à Coordenadoria de Fiscalização de Contratos para conhecimento da presente decisão e providências necessárias.

Nada sendo requerido e após as devidas formalidades, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 102/2019, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. IV da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº **004**/2020, Processo Administrativo n° **059**/2020, para **AQUISIÇÃO DE EM CARATER EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS BÁSICOS CONTRA A COVID-19 (AZITROMICINA 500 MG E IVERMECTINA 6 MG), OBJETIVANDO O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 (CORONAVIRUS).** através da Empresa ALIANÇA HOSPITALAR EIRELLI, CNPJ 21.368.399/0001-38, com valor total de R$ 43.325,00 (quarenta e três mil trezentos e vinte e cinco reais).

Juruena - MT, 09 de Julho de 2020

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO Nº 033/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Sergio Alves De Souza - ME.

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Especializada Em Prestação Serviços De Manutenção Em Funilaria, Pintura, Conserto Em Fibras; De Veiculos Linha Leve e Linha Pesada, Com Todos Os Materiais e Mão De Obra Necessários Para Execução Dos Serviços, Visando Atender Às Necessidades De Várias Secretarias Desta Administração"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 71.237,18 (Setenta Hum Mil, Duzentos Trinta Sete Reais, Dezoito Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Sergio Alves De Souza - ME – CNPJ: 25.202.716/0001-00

EXTRATO CONTRATO Nº 031/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Eliseu Martins Carvalho & Cia Ltda - ME.

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Especializada em Prestação De Serviços Em Implantação De Rede Elétrica e Deslocamento De Poste De Energia Elétrica de Alta, Média e Baixa Tensão, Para Atender Necessidades Do Municipio de Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 1.159.164,05 (Hum Milhão, Cento Cinquenta Nove Mil, Cento Sessenta Quatro Reais, Cinco Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Eliseu Martins Carvalho & Cia Ltda - ME – CNPJ: 04.074.606/0001-22

EXTRATO CONTRATO Nº 029/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Posto Russi Ltda

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Combustível; Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S-10".

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 62.825,02 (Sessenta Dois Mil, Oitocentos Vinte Cinco Reais, Dois Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Posto Russi Ltda – CNPJ: 03.894.591/0001-86.

EXTRATO CONTRATO Nº 030/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Russi & Russi Ltda

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Combustível; Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S-10".

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 514.088,80 (Quinhentos Quatorze Mil, Oitenta Oito Reais, Oitenta Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Russi & Russi Ltda – CNPJ: 36.958.262/0002-91.

EXTRATO CONTRATO Nº 032/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Ivonilton Alves De Sousa - ME.

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços Em Manutenção Preventiva e Corretiva, Bem Como Melhoria e Eficientização Do Sistema De Iluminação Pública Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 429.169,00 (Quatrocentos Vinte Nove Mil, Cento Sessenta Nove Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Ivonilton Alves De Sousa - ME – CNPJ: 29.632.922/0001-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

COVID-19: GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 52 DE 10 DE JULHO DE 2020

"CONSOLIDA AS MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE PROTEÇÃO ÀS ATIVIDADES PRIVADAS, PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO E INSTITUI CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E ATUALIZA AS DIRETRIZES PARA ADOÇÃO, PELOS MUNICÍPIOS, DE MEDIDAS RESTRITIVAS PARA PREVENIR A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341, entendeu que há competência concorrente para a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios para legislarem sobre saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus.

CONSIDERANDO que o Boletim publicado no dia 08 de julho de 2020 indica que há 45 (QUARENTA E CINCO) casos confirmados de coronavírus, 22 (VINTE E DOIS) suspeitos aguardando resultados de testes 00 (internado) e 87 (OITENTA E SETE) em isolamento social;

CONSIDERANDO que a taxa de ocupação de leitos de UTI está em 100% no Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em ação de controle concentrado de constitucionalidade, que conferiu aos Municípios o poder para, diante da realidade, adotar as medidas restritivas à circulação de pessoas e de funcionamento de atividades econômicas para preservar a vida;

CONSIDERANDO que de acordo com o Boletim Informativo nº 108 da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso de 24/06/2020 o Município de Lambari D'Oeste/MT, é classificado como **RISCO MUITO ALTO**;

CONSIDERANDO a decisão emanada na Ação Civil Pública Civil a que se refere o Processo: 1001414-14.2020.4.01.3601, de autoria da DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO e MINISTERIO PUBLICO FEDERAL.

CONSIDERANDO NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA CONJUNTA N.º 001/2020 001do Ministério Público do Estado Promotorias de Justiça das Comarcas da Região Oeste Promotorias de Justiça das Comarcas da Região Oeste

DECRETA

Art. 1º. ATÉ O DIA 13 DE JULHO DE 2020, FICAM PRORROGADAS, ***no Município de Lambari d'Oeste- MT, as medidas de isolamento social restritivo obrigatório previstas no Decreto Municipal nº 51 DE 02 DE JULHO DE 2020.***

Art. 2º. O Art. 3º, do Decreto Municipal nº 51 DE 02 DE JULHO DE 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais, mesmo com trabalho interno, somente poderão funcionar de segunda a sexta das 7h00min às 19h00min e aos sábados das 07h00min às 15h00min, **exceto Postos de Combustíveis e Farmácias de Plantão**, que poderão permanecer em atendimento até as 22h00min, inclusive nos sábados, domingos e feriados, bem como **Padarias**que ficam autorizadas para atendimento nos domingos e feriados até as 11h00min.

§1º. Para as demais atividades comerciais de produtos e serviços, fica autorizado o trabalho aos sábados, domingos e feriados até as 22h00min, exclusivamente pelo sistema de entrega em domicílio (delivery) ou (drive thru).

§2º. As indústrias que trabalham em turnos ininterruptos poderão funcionar normalmente aos sábados e domingos.

§3º. Os **feirantes** residentes no município de Lambari d'Oeste-MT, atendendo todas as medidas restritivas e recomendações quanto à assepsia apresentadas no Decreto Municipal nº 30, de 31 de março de 2020 e posteriores, ficam autorizados à comercializarem seus produtos exclusivamente no Barracão da Feira Municipal, nos horários e dias especificados neste artigo, sendo vedada a comercialização aos domingos e terminantemente proibida em quaisquer dias da semana em pontos abertos nas vias públicas."

Art. 4º. Fica determinada a quarentena coletiva obrigatória em todo o território do município de Lambari d'Oeste - MT, ou seja, a proibição de locomoção de qualquer cidadão, a partir do dia 09 de julho de 2020.

§1º. Entende-se por quarentena coletiva obrigatória que todos precisam ficar isolados em casa, com exceção daqueles que precisam trabalhar e ou se deslocarem para realização de atividades estritamente essenciais.

Art. 5º. Fica limitada a entrada de apenas uma pessoa por família em supermercados e estabelecimentos congêneres.

Art. 6º. Fica proibida a entrada de crianças em supermercados e estabelecimentos congêneres.

§1º. Considera-se criança, para os efeitos deste Decreto, a pessoa até doze anos de idade incompletos.

Art. 7º. Os estabelecimentos autorizados a funcionar deverão reservar atendimento das 7h30min às 9h exclusivamente às pessoas pertencentes ao grupo de risco.

Parágrafo único. Caso o horário de funcionamento do estabelecimento seja incompatível com o horário estabelecido no caput, deverá, de qualquer forma, reservar 1h30min do horário de expediente para atendimento exclusivo às pessoas pertencentes ao grupo de risco.

Art. 8º. Fica autorizada, para gravação de lives de atividades religiosas, a concentração de, no máximo, 10 pessoas no ambiente, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde quanto as medidas preventivas ao contágio.

Art. 9º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto Municipal nº 51 de 2 de julho de 2020.

Art. 10. Fica mantida a autorização da equipe de fiscalização municipal para atuar, notificar e penalizar quando necessário seguindo o decreto municipal nº 44 de 26 de junho de 2020

Art. 11º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, **com efeitos a partir do dia 10 de julho de 2020.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Lambari D`Oeste - MT, aos 09 dias do mês de julho de 2020.

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 163/2020,

DE 09 DE JULHO DE 2020.

"Remove o servidor EMERSON ORTEGA BARBOSA, da SMEC para SMS, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e art. 51, incisos I da Lei Complementar nº 025/2006 – Estatuto do Servidor.

R E S O L V E:

Art. 1º Remover o servidor EMERSON ORTEGA BARBOSA, Portador da cédula de Identidade RG n° 14945398 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 964.991.331-91, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para o exercício do cargo de Condutor de Ambulância, lotado na Secretaria Municipal saúde.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08 (oito) julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013/2020 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 17 de novembro de 2019 nos termos do Edital 001/2019 e homologado pelo Decreto de nº 087/2019 de 17 de dezembro de 2019, convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovados, para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme relação abaixo:

Quadro 1

Nº Insc	Candidato	Cargo	Carga Horaria	Classificação
437149	Ketlyn Maiara Silva de Lima	Técnica em Enfermagem	40 horas	1ª Aprovada

Os candidatos convocados por este Edital terão o prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, 09 de julho de 2020, para entrega de documentos e mais 15 (quinze) dias para analise e posse no referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos documentos constantes do Anexo I.

Para realização da perícia médica, em cumprimento da exigência do Anexo III (Laudo Médico), o candidato deverá estar de posse dos resultados dos exames médicos constantes do Anexo II, conforme exigência do cargo.

O candidato que não puder assumir o cargo no ato da convocação, poderá optar, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados para o respectivo cargo.

Os Candidatos convocados se não apresentarem as documentações no prazo estabelecido, serão considerados eliminados do Concurso Público, exceto aqueles que optarem por ir para o último lugar na classificação, conforme parágrafo anterior.

Os Candidatos deverão apresentar-se também, junto ao Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição, munido dos documentos constantes no Anexo I.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 09 de julho de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia).	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Extrato ou certidão de tempo de contribuição do INSS e outro RPPS. Laudo Médico de Sanidade Física e Mental e exames complementares de acordo com o cargo; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos;

Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista) CPF dos Pais (cópia) Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); CPF dos Filhos menores de 21 anos, (cópia); Carteira de Vacina dos filhos menores de 14 anos, (cópia); Declaração do filho em idade escolar menores de 14 anos;	Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes – Anexo III; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Orgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio – Anexo IV; Declaração dos Dependentes de IRRF – Anexo V; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar – Anexo VI; Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal – Anexo VII.

ANEXO II

RELAÇÃO DE EXAMES DE SAÚDE ADMISSIONAIS

I – Para todos os cargos	• Hemograma completo; • Glicemia; • Colesterol total; • Triglicérides; • Uréia; • Tipagem Sanguínea; • Creatinina; • Gama GT; • Exame de Urina (EAS); • BAAR na Linfa; • Eletrocardiograma com laudo; • Raio X do Tórax – PA e Perfil de RX de coluna com laudo; • Avaliação Postural Fisioterapêutica; • Avaliação Psicológica; • Avaliação Psiquiatra; • Atestado de acuidade visual, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; • Eletroencefalograma com mapa e avaliação de médico neurologista;
II – Para cargos de professores	• Todos os citados acima e ainda • Ressonância dos Ombros; • Audiometria tonal e vocal com laudo;
III – Para cargos de motoristas e operadores de maquinas pesadas	• Todos os citados acima e ainda Audiometria ambos os ouvidos;
IV – Para os cargos de profissionais da saúde	• Todos os citados acima e ainda Hepatite B e C.

ANEXO III LAUDO MÉDICO

EXAMES DE AUXÍLIO DIAGNÓSTICO

Exame	**Data**	**Resultado**	**Conclusão (Normal / Alterado)**
Hemograma completo	/ /		▫ ▫ N A
Glicemia	/ /		▫ ▫ N A
Colesterol total	/ /		▫ ▫ N A
Triglicérides	/ /		▫ ▫ N A

Ureia	/ /		▫ ▫ N A
Tipagem Sanguínea	/ /		▫ ▫ N A
Creatinina	/ /		▫ ▫ N A
Gama GT	/ /		▫ ▫ N A
Exame de urina (EAS)	/ /		▫ ▫ N A
BAAR na Linfa	/ /		▫ ▫ N A
Eletrocardiograma com laudo	/ /		▫ ▫ N A
Raio X do Tórax – PA	/ /		▫ ▫ N A
Perfil de RX de coluna com laudo	/ /		▫ ▫ N A
Avaliação Postural Fisioterapêutica	/ /		▫

			☐ N A
Avaliação Psicológica	/ /		☐ ☐ N A
Avaliação Psiquiatra	/ /		☐ ☐ N A
Acuidade visual, ambos os olhos.	/ /		☐ ☐ N A
Eletroencefalograma com mapa e avaliação do médico especialista.	/ /		☐ ☐ N A
Observações:			

Exames específicos para os cargos de Professores: ***Além dos acimas citados***			
Exame	**Data**	**Resultado**	**Conclusão (Normal / Alterado)**
Ressonância dos Ombros	/ /		☐ ☐ N A
Audiometria tonal e vocal com laudo	/ /		☐ ☐ N A
Exames específicos para os cargos de Motorista e Operador de Maquinas Pesadas: ***Além dos acimas citados***			
Exame	**Data**	**Resultado**	**Conclusão (Normal / Alterado)**
Audiometria ambos os ouvidos	/ /		☐ ☐ N A
Exames específicos para os cargos de Profissionais da Saúde: ***Além dos acimas citados***			
Exame	**Data**	**Resultado**	**Conclusão (Normal / Alterado)**
Hepatite B	/ /		☐

			▫ N A
Hepatite C	/ /		▫ ▫ N A

CONCLUSÃO	
▫ Apto	▫ Apto com restrições:_____
▫ Inapto Temporário	▫ Inapto definitivo
▫ Exame não concluido	
Marcelândia MT, _____de _____ de _____.	
Empregado:	**Medico:**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO A SER PREENCHIDA PELO FUNCIONÁRIO OU SERVIDOR

DECLARAÇÃO **NOME**..... RG. ..... nome do(a) servidor(a) **DECLARO**, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada que: ( ) não exerço ( ) exerço ( ) outro cargo ( ) emprego ( ) função pública.
Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso do declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública.
1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO Unidade: ..... Fone: ..... Endereço: .... Bairro: ..... Cidade: .... Cargo/emprego/função: .....Regime Jurídico: .....
2 – HORÁRIO DE TRABALHO:
Dia da semana Horário
2ª feira das às horas 3ª feira das às horas 4ª feira das às horas 5ª feira das às horas 6ª feira das às horas Sábado das às horas Domingo das às horas
Total da carga horária semanal:
Marcelândia, ...de ..... de 20.... _____ assinatura do servidor (a)
Obs.: O cargo, emprego ou função pública compreende todo aquele exercido na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:_____
_____

Filiação:_____
_____

Endereço:_____
_____

Data de nascimento: ___/___/_____ CPF: _____

Identidade:_____Órgão Expedidor:_____

A presente declaração é por motivo de:

( ) Nomeação para cargo efetivo

( ) Assinatura de contrato por tempo determinado

( ) Entrada em exercício – ( ) FG: _____

- ( ) CC: _____

DECLARO, de acordo com o disposto na Lei, que: ( ) SIM ( ) NÃO

POSSUO bens e valores, e/ou dívidas e ônus reais, abaixo relacionados até a presente data, discriminados em folha anexa.

TABELA DE CÓDIGOS DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(no País e/ou exterior)

CÓD.	BENS/DIREITOS	CÓD.	BENS/DIREITOS
01	Prédio residencial	46	Ouro, ativo financeiro
02	Prédio comercial	47	Mercados futuros, de opções e a termo
03	Galpão	49	Outras aplicações e investimentos
11	Apartamento	51	Crédito decorrente de empréstimos
12	Casa	52	Crédito decorrente de alienação
13	Terreno	53	Planos PAIT e caderneta pecúlio
14	Terra nua	54	Poupança para construção ou aquisição de bem imóvel
15	Sala ou conjunto	59	Outros créditos e poupança vinculados
16	Construção	61	Depósito bancário em conta corrente no País
17	Benfeitorias	62	Depósito bancário em conta corrente no Exterior
18	Loja	63	Dinheiro em espécie – moeda nacional
19	Outros bens imóveis	64	Dinheiro em espécie – moeda estrangeira
21	Veículo automotor terrestre: automóvel, moto, etc	69	Outros depósitos à vista e numerário
22	Aeronave	71	Fundo de investimento financeiro – FIF
23	Embarcação	72	Fundo de aplicação em quotas de fundos de investimento
24	Bem relacionado com o exercício da atividade autônoma	73	Fundo de capitalização
25	Jóias, quadros, objetos de arte, de coleção, etc	74	Fundo de ações, inclusive Cart. Livre e Fundo de Inv. Ext
26	Linha telefônica	79	Outros fundos
29	Outros bens móveis	91	Licença e concessão especial
31	Ações (inclusive as provenientes de linha telefônica	92	Título de clube e assemelhado
32	Quotas ou quinhões de capital	93	Direito de autor, de inventor e patente
39	Outras participações societárias	94	Direito de Lavra e assemelhado
41	Caderneta de poupança	95	Consórcio não contemplado
45	Aplicação de renda fixa (CDB, RDB e outros)	99	Outros bens e direitos – outras informações

_____

Assinatura

Código	Discriminação do Bem ou Direito	Valor venal atualizado

_____

Assinatura

TABELA DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(No País e/ou exterior)

CÓD.	DÍVIDAS E ÔNUS REAIS	CÓD.	DÍVIDAS E ÔNUS REAIS
11	Estabelecimento bancário comercial	17	Pessoas físicas
12	Sociedades de crédito, financiamento e investimento	18	Empréstimos contraídos no exterior
16	Outras pessoas jurídicas	19	Outras dívidas e ônus reais

Código	Discriminação das Dívidas ou Ônus Reais

Relação de Funções e/ou Cargos de Direção que eventualmente exerça ou tenha exercido, nos dois anos anteriores em Órgãos Colegiados ou em Empresas ou Instituições Públicas ou Privadas, no Brasil ou no Exterior.

_____

_____

_____

DECLARO, sob as penas da lei, que as informações constantes das 3 (três) vias que formam parte da presente Declaração são verdadeiras.

Marcelândia - MT, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE

IMPOSTO DE RENDA E SALÁRIO-FAMÍLIA

Nome do Declarante:-					
C.P.F.:-			Estado Civil:-		
Endereço:-				CEP:-	
Bairro:-	Cidade:-			Estado:-	
No. Ordem	**Nome completo dos Dependentes**	**Relação Dependência**	**Data Nascimento**	**IR**	**SF**

Para fins do Imposto de Renda e Salário Família, Declaro que é ou são meu(s) dependente(s) a(as) pessoa(as) acima relacionada(s).

Ciente da Proibição da dedução de um mesmo dependente por ambos os cônjuges, declaramos, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de nossa inteira responsabilidade, não cabendo a fonte pagadora nenhuma responsabilidade perante a fiscalização.

_____ _____

Declarante Cônjuge

CÓDIGO PENAL – ART. 299:- "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

Obs:- Anexar documento(s) comprobatório(s)

E CÓPIA CARTEIRA DE VACINA E FILHO EM IDADE ESCOLAR, DECLARAÇÃO DA ESCOLA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO QUE NÃO RESPONDE A INQUERITO POLICIAL E PROCESSO CRIMINAL

Eu,_____,Portador(a)RG_____, e CPF _____, **DECLARO** para todos os efeitos legais, junto ao departamento de Policia Federal, e sob as penas da Lei, que não respondo a inquérito policial, nem a processo criminal.

Por ser expressão da verdade dato e assino a presente declaração.

Marcelândia - MT,_____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO QUE NÃO FOI DEMITIDO COM JUSTA CAUSA

Eu, _____

, Portador (a) do RG n°_____, Inscrito (a) no CPF sob n° _____,**DECLARO** para os devidos fins de direito e a quem possa interessar que, não fui demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

Sendo esta a expressão da verdade, dato e assino o presente.

Marcelândia MT,_____ de _____de _____

_____

DECLARANTE

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 001/2020 DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORARIA

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, com fundamento na Constituição Federal artigo 37 inciso IX, em conformidade com a Lei Municipal nº. 954/2017 de 08 de agosto de 2017, somada a emergência para preenchimento de vagas temporárias na área do Meio Ambiente, TORNA PUBLICO pelo presente Edital a existência de vagas por prazo determinado conforme exigências e vagas abaixo:

Vagas	Cargo	Exigências	Carga Horária	Valor
06	**Brigadistas**	**Aprovação no Curso Teórico e Pratico de Formação de Brigadista Florestal BMM 4.**	**40 h/s**	**R$ 1. 179,73**

O candidato que tenha interesse em inscrever-se para ocupar a vaga temporária ofertada através deste Edital, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Marcelândia – MT, no período de 08 de julho a 22 de julho de 2020 no horário de funcionamento de segunda a sexta feira no período das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em

está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

A vaga será preenchida de acordo com a **ordem de protocolo** da documentação junto ao Departamento de Recursos Humanos, desde que atendidas as exigências e requisitos do presente, sendo que as excedentes constarão como cadastro de reserva.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de contratação dos candidatos.

Marcelândia MT, em 08 de Julho de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Suzana Barbosa

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3328 DE 09 DE JULHO DE 2020

"CONVOCA CANDIDATOS RECLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2019, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 23/12/2019;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos Reclassificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Rua Luiz Mena, nº 1601, Bairro - Centro, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2265 no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 ou das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos (se for o caso);

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7. Cartão do PIS/PASEP;

8. Certidão de regularidade eleitoral;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e Mental (Admissional);

13. 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

17. Carteira de habilitação categoria “D” (caso cargo motorista);

18. Curso de condutores de veículos de transporte escolar assinado pelo órgão competente (caso cargo motorista – transporte escolar);

19. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumulavéis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20. Declaração contendo endereço residencial;

21. Declaração de Bens;

22. Cópia do RG e CPF do cônjuge;

23. Cópia ou número de inscrição do RG e CPF de pai e mãe;

24. Cópia da Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão).

25. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue:

25.1. A inspeção médica terá carater eliminatório, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo;

25.2. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

ANEXO II

CARGO – TÉCNICO EM RADIOLOGIA – ZONA URBANA

NOME	Nº DO RG	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
ELIWELTON MACHADO SILVA	19206950	22	2º	Classificado (a)

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº. 3329 DE 09 DE JULHO DE 2020

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 2472 de 28/07/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso no dia 31/08/2017;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público 001/2017, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4. Certidão de Casamento ou Nascimento;

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6. Certidão de Nascimento dos filhos;

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

16. Declaração constando endereço residencial;

17. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

20. Declaração de não infringência do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e da disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária.

21. Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico do município.

22. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

23. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

24. Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados:

25. Exames Laboratoriais:

26. Urina tipo I;

27. Hemograma completo;

28. VDRL;

29. Protoparasitológicos;

ANEXO II

CARGO – TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ZONA URBANA				
Col.	Código	Candidato	Média Final.	Resultado Preliminar
14º	4686	RAIANE VIEIRA	61	Classificado (a)

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 283/2020

PORTARIA Nº 283 DE 09 DE JULHO DE 2020.

AUTORIZA TRABALHO EM SISTEMA HOME-OFFICE EM CARÁTER EXPECIONAL E PROVISÓRIO A SERVIDORES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Fazenda do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições e,

Considerando o disposto na portaria136/2020:

RESOLVE

Artigo 1º- Autorizar a trabalhar em Sistema HOME-OFFICE os servidores abaixo relacionados, de acordo com os termos da portaria 136/2020, devendo apresentar relatório, conforme anexo I da mesma portaria.

Matrícula	Nome	Nome Cargo Atual	Data
27777	EDIVANI SABINO DA COSTA FERREIRA	AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO	03 e 06/07/2020
4540	LINEJANES BARRETO VERSSALI	TELEFONISTA	10/07/2020

4763	MASTERSON FELIPE DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	09/07/2020

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário de Fazenda de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 09 de julho de 2020.

CARLOS ROBERTO GREVE

Secretário de Fazenda

MLP/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 285/2020

PORTARIA Nº 285 DE 08 DE JULHO DE 2020.

SUSPENDE LICENCA PREMIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e considerando a CI nº 29/Smec.

RESOLVE

Artigo 1º - SUSPENDER, a partir de 03/07/2020 aLicença Premio do servidor **LEANDRO TOZATTI JUNIOR,** referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 01/07/2020, concedida através da portaria nº 265/2020**,** lotado na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, restando 38 (trinta e oito) dias para gozo em data oportuna.

Artigo 2º - SUSPENDER, a partir de 06/07/2020 aLicença Premio do servidor **VILSON CLEMENTE DIOGO FERREIRA,** referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 01/03/2020, concedida através da portaria nº 219/2020**,** lotado na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, restando 5 (cinco) dias para gozo em data oportuna.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de julho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal.

ESP/vl

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PE. 28/2020

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N. 24/2020. OBJETO:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DANIFICADOS OU A INSTALAÇÃO DE NOVAS ACADEMIAS**, Empresa Vencedora: **MAPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA** o item 1, com o valor de R$ 2.847,00 (dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais); o item 2, com o valor de R$ 2.547,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais); o item 3, com o valor de R$ 2.697,00 (dois mil, seiscentos e noventa e sete reais); o item 4, com o valor de R$ 2.907,00 (dois mil, novecentos e sete reais); o item 5, com o valor de R$ 6.177,00 (seis mil, cento e setenta e sete reais); o item 6, com o valor de R$ 3.237,00 (três mil, duzentos e trinta e sete reais); o item 7, com o valor de R$ 2.757,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais); o item 8, com o valor de R$ 2.787,00 (dois mil, setecentos e oitenta e sete reais); o item 9, com o valor de R$ 2.757,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais); o item 10, com o valor de R$ 2.607,00 (dois mil, seiscentos e sete reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 31.320,00 (trinta e um mil, trezentos e vinte reais). Não houve interposição de recurso, sendo **HOMOLOGADO** em **09/07/2020**, pelo: Prefeito Euclides da Silva Paixão - Ana Claudia de Souza - Pregoeira - Portaria 143/2018. M. D' Oeste, **10/07/2020**.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 281 DE 09 DE JULHO DE 2020.

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 044/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município e, considerando erro de digitação do número do contrato especificado na Portaria nº 044, de 23 de janeiro de 2020,

R E S O L V E

Art. 1º - Alterar o número do contrato especificado no Art. 1º da Portaria nº 044, de 23 de janeiro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Designar a servidora GRASIELI APARECIDA DA SILVA NEVES, Auxiliar Administrativo, Registro nº 1280, CPF Nº 018.967. 551-94, para acompanhar e fiscalizar, a execução do Contrato de Rateio nº 09/2020 celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE MATOGROSSENSE-CISOMT destinado ao rateio das despesas gerais e de prestação de serviços de saúde."

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria 044/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 09 de julho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 286 DE 09 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS INERENTES AO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 045/2020, ALTERADA PELAS PORTARIAS NºS 075 E 203/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições e, acatando as justificativas apresentadas pela comissão, através do Ofício nº 10/2020/CPAD-01/2020/PMMDO,

R E S O L V E

Artigo 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 045/2020, alterada pelas Portarias nº 075 e 203/2020, ante as razões apresentadas pela comissão processante.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 09 de julho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 282/2020

PORTARIA Nº 282 DE 09 DE JULHO DE 2020.

CEDE SERVIDOR SEM ÔNUS A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CÁCERES - MT.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com Termo de Convênio de Cooperação Técnica firmado com o Tribunal Regional Federal de Primeira Região do Poder Judiciário de Cáceres – MT e considerando o disposto no Artigo 74, Inciso I do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais LC 157/2016,

RESOLVE

Artigo 1º - Ceder, sem ônus para os cofres públicos municipais nos termos do Convênio de Cooperação Técnica celebrado com a Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 01/08/2020, o servidor ***WANILDO ZANETE FERRARI,*** lotado na Secretaria Municipal Infra-Estrutura, na função de **MOTORISTA,** ficando sobre aviso o seu retorno, caso seja necessário para o controle da pandemia de **COVID-19.**

Parágrafo Único – O servidor referido no caput deste artigo irá desempenhar atribuições próprias do órgão a que foi cedido, bem como os proventos dele advindos em forma de ressarcimento via repasse do Órgão Cessionário, conforme Convênio acima mencionado.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 09 de julho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1.610, DE 09 DE JULHO DE 2020

Abre no orçamento vigente crédito

adicional especial e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a

seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial

na importância de R$ 260.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

938 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAI 78.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 82

1 Recursos do Exercício Corrente

100 028 Transferencia de Emendas Especiais da Un

02 07 04 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

937 25.752.0017.2047.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBL 182.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 82

1 Recursos do Exercício Corrente

100 028 Transferencia de Emendas Especiais da Un

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com

recursos provenientes de:

Excesso: 260.000,00

Fontes de Recurso

1 82 260.000,00

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 09 de julho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

LEI Nº 1.611, DE 09 DE JULHO DE 2020

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2020 e das outras providências. "

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D`Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Extraordinária realizada no dia 08 de julho de 2020 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 501.258,56 (Quinhentos e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

933 10.302.0039.2092.0000 DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CO 100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

934 10.302.0039.2092.0000 DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CO 171.258,56

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 26

1 Recursos do Exercício Corrente

300 053 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

935 10.302.0039.2092.0000 DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CO 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 26

1 Recursos do Exercício Corrente

300 053 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

936 10.302.0039.2092.0000 DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CO 130.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 0 1 26

1 Recursos do Exercício Corrente

300 053 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

930 08.244.0039.2099.0000 AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19 35.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 27

1 Recursos do Exercício Corrente

500 021 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

931 08.244.0039.2099.0000 AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19 35.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 27

1 Recursos do Exercício Corrente

500 021 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

932 08.244.0039.2099.0000 AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19 10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 27

1 Recursos do Exercício Corrente

500 021 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, incisos II e III da Lei Federal 4.320/64.

Excesso (Lei Complementar 173/2020 do governo federal, Art. 5º) 401.258,56

Fontes de Recurso

1 26 321.258,56

1 27 80.000,00

Anulação:

02 06 01 GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

375 10.122.0020.2035.0000 MAN. COM AS DESPESAS GAB. DO SECRETARIO -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

377 10.122.0020.2035.0000 MAN. COM AS DESPESAS GAB. DO SECRETARIO -4.500,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

378 10.122.0020.2035.0000 MAN. COM AS DESPESAS GAB. DO SECRETARIO -500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

384 10.122.0002.2065.0000 MAN. COM CONSELHOS MUNICIPAIS - SAÚDE -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

386 10.122.0002.2065.0000 MAN. COM CONSELHOS MUNICIPAIS - SAÚDE -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

388 10.301.0012.1044.0000 REFORMA E AMPLIACAO DAS UBS's -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

399 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -3.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

400 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -25.324,57

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

406 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -4.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

407 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -2.130,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

408 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -26.077,43

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

415 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -7.144,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAF.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

110 000 GERAL

418 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -1.999,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

420 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -1.325,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

444 10.302.0029.2040.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL -10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.435/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.574/2019 – Lei Orçamentária Anual (PPA/LOA), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 20% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 09 de julho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 284/2020

PORTARIA Nº 284 DE 09 DE JULHO DE 2020.

***CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.* O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, RESOLVE**

Artigo 1º - Conceder 20 (vinte) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **RONALDO JARDIM DOS SANTOS,** lotado na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **MOTORISTA,** referente ao período de 01/10/2013 a 01/10/2018, conforme protocolo nº 2084/2020, para gozo a partir de 06/07/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 06/07/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de julho de 2020. EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 286/2020

PORTARIA Nº 286 DE 09 JULHO DE 2020. *CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;* RESOLVE Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor ALTEIR DA SILVA CUSTÓDIO, lotado na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de *TRABALHADOR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E LOGRADOUROS,* referente ao período aquisitivo de 17/06/2017 a 17/06/2018, conforme protocolo nº 2000/2020, para gozo a partir de a partir de 31/07/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.* Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de julho de 2020. EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**

Prefeito Municipal

ESP/vl

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 13/2020 – Tipo de Licitação: MAIOR DESCONTO POR LOTE. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, SE NECESSÁRIO) MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL**. Credenciamento, recebimento das propostas escritas e início da sessão: **23 de julho de 2020 às 8 horas.** LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Sala do Departamento de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT na Rua Antonio Tavares n. 3310. Aquisição do edital pelo site: https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/pg.php?area=LICITACOES. Informações fone: (0*65) 3241.1012/3090/5152. PREGOEIRO: LUISMAR DA SILVA MARTINS. Portaria 143/2018. M. D' Oeste, 10/07/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
"EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2020."

A Prefeitura Municipal de Nobres – MT, através do Prefeito Municipal, Sr. Leocir Hanel, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado, nº 001/2018**, para comparecer no prazo máximo de 8 (oito) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, S/N - Bairro Jardim Paraná, para apresentar documentos exigidos para a devida contratação, conforme ANEXO I e ANEXO II deste Edital de Convocação.

Segue abaixo, a relação dos candidatos CONVOCADOS através deste Edital, APROVADOS no Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado:

CARGO: **NUTRICIONISTA**

Classificação Geral no Concurso Ordenado por Nota

Inscrição	Nome	Nota	Class. Geral
000000003654	KÁTIA APARECIDA ESPÍRITO SANTO RODRIGUES	8,0	2

Podendo ainda ser convocados, em futuras publicação, em relação aos cargos acima especificados os demais aprovados e classificados, sempre atendendo à necessidade da Administração Municipal.

Outras informações, se necessárias, poderão ser obtidas no Setor de Legislação e Normas na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres – MT em horário comercial ou pelo telefone (65) 3376-4251

Nobres - MT, 09 de julho de 2020.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;

2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS

3. Cópia do PIS/PASEP

4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

4.1. CPF;

4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a

declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido

pelo *site*:

https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/...

ConsultaPublica.asp>);

4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de

carreira regulamentada;

4.3. Titulo de eleitor com ;

4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2018 ou quitação

eleitoral emitido pelo *site*:

eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;

4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;

4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;

4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;

4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.10. Comprovante de residência atualizado;

4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão

profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente

acompanhada da certidão de situação de regularidade;

4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);

4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais;

5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser

substituída pela declaração do imposto de renda;

6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na

Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal

(modelo em anexo);

7. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;

8. Número de conta corrente no Banco do Brasil S.A (se não possuir,

providenciar abertura)

9. CPF do cônjuge se casado;

10. CPF dos pais.

ANEXO II

1- DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

⊞

FONTES DE RENDA

⊞

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Nobres MT, _____/_____/_____.

_____

Assinatura

2- DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Nobres MT, _____/_____/_____.

_____

Assinatura do Candidato

NOME:

CARGO:

RG:

CPF:

PERÍCIA MÉDICA (DIAGNÓSTICO)

Nobres MT, _____/_____/_____.

Sec Munic de Adm, Planej e Gestão Médico com CRM

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.578/2020

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, instituído pela Lei Municipal n. º 1.545/2019, que estima receita e fixa despesa do município de Nobres para o exercício de 2020".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para atender dotações orçamentárias conforme discriminação abaixo:

01– CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES

001 – CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES

01.031.0001.2001–3190110000–Venc. e vantagens fixas–Pessoal Civil.. R$ 47.000,00

01.031.0001.2001–3190130000–Obrigações Patronais-INSS..... R$ 15.000,00

01.031.0001.2001–3191130000–Obrigações Patronais-Previ-Nobres..... R$ 23.000,00

01.031.0001.2001–3390930000–Indenizações e Restituições..... R$ 65.000,00

Total.....R$ 150.000,00

Art. 2º. Para cobertura das despesas previstas no artigo anterior será usado a anulação parcial – conforme previsão do § 1º, inciso III, do art. 43, da Lei 4.320/64 – da seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

04.122.0004.2010–3390390000 – Outros Serv. Terc.– Pessoa Jurídica... R$ 150.000,00

Total .....R$ 150.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 07 de julho de 2020.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.28/2020

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª MARIA ALICIA SOARES MARQUES DA SILVA"***

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 22/07/2014 que rege a previdência municipal de Nobres**;** Lei 1.297/2013 e Decreto nº. 005 de 2020.

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a **Srª. MARIA ALICIA SOARES MARQUES DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade 0067794-9 SESP/MT e do CPF n.º 209.556.181-34, servidora Efetiva, no cargo de Ajudante de Serviços Gerais, Classe "C" Nível "02", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o n.º 991, contando com 11.601 dias, correspondendo há **31 Anos, 9 Meses e 17 Dias** de tempo de contribuição, com **proventos integrais**, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** nº. **2019.04.01152P**, a partir de 09 de julho até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nobres/MT, 09 de Julho de 2020.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2020

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2020

Processo: 00941/2020

Assunto: Contratação de uma empresa especializada em serviços de demarcação e levantamento Topográfico Planimétrico para fins de reconhecimentos das áreas públicas. (Praças, escolas, Ruas Pavimentadas e não pavimentadas entre outros), Confecção de Planta e memorial descritivos) nas áreas dos Distritos do Faval e Pirizal, de Propriedade da Prefeitura Nossa Senhora do Livramento. *Para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento*

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a Contratação de uma empresa especializada em serviços de demarcação e levantamento Topográfico Planimétrico para fins de reconhecimentos das áreas pública. (Praças, escolas, Ruas Pavimentadas e não pavimentadas entre outros), Confecção 'de Planta e memorial descritivos) nas áreas dos Distritos do Faval e Pirizal, de Propriedade da Prefeitura Nossa Senhora do Livramento. *Para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento*. *TR Nº*. 07/2020 **EMPRESA – ENGMENSUR TOPOGRAFIA EIRELI CNPJ**: **31.617.977/0001-86,** no valor total contratado de **R$ 15.000,00(quinze mil reais)**

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente aquisição correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor R$**
Secretaria de Desenvolvimento Rural	Próprio	2105- Cadastramento e Acompanhamento do ITR no Município	431	3.3.90.39	100	R$ **15. 000,00**
TOTAL R$ 15.000,00						

E autorizo o empenho da despesa, no valor **R$ 15.000,00(quinze mil reais).** Em favor da **EMPRESA – ENGMENSUR TOPOGRAFIA EIRELI CNPJ**: **31.617.977/0001-86,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 07/2020.

A CPL torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 290/2020, RATIFICA o Processo Administrativo nº00941/20.

Nossa Senhora do Livramento, 09 de Julho de 2020

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2020

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2020

Processo: 00801/2020

Assunto: Contratação de empresa especializada em serviço de pintura do muro, para atender as necessidades da Secretaria de Obras conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a Contratação de empresa especializada em serviço de pintura do muro, para atender as necessidades da Secretaria de Obras conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento**.** *TR Nº*. 074/2020 **EMPRESA – J.M DE LIMA FILHO CNPJ**: **36.342.075/0001-06,** no valor total contratado de **R$ 15.000,00(quinze mil reais)**

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente aquisição correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Obras	Próprio	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS-INFRAESTUTURA	377	33.90.39	100	R**$ 15.520,44**
TOTAL R$ 15.520,00						

E autorizo o empenho da despesa, no valor **R$ 15.520,46(quinze mil quinhentos e vinte reais e quarenta e seis centavos),**Em favor da **EMPRESA – J.M DE LIMA FILHO CNPJ**: **36.342.075/0001-06,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 074/2020.

A CPL torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 287/2020, RATIFICA o Processo Administrativo nº00801/20.

Nossa Senhora do Livramento, 09 de Julho de 2020

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

COVID-19: COVID 19 - RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2020

COVID 19 - RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2020

Processo: 001076/2020

Assunto: Aquisição emergencial de avental descartável as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a Aquisição emergencial de avental descartável as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19,conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento**.** *TR Nº*. 010/2020 **EMPRESA – CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ**: **13.470.384/0001-58,** no valor total contratado de **R$ 16.400,00(dezesseis mil e quatrocentos reais)**

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente aquisição correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Ficha	**Secretaria**	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor R$**
355	SAÚDE	FEDERAL	02305	3.3.90.30	146	R$ 16.400,00
TOTAL R$ 16.400,00						

E autorizo o empenho da despesa, no valor **R$ 16.400,00(dezesseis mil e quatrocentos reais),**Em favor da **EMPRESA – CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ**: **13.470.384/0001-58,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 010/2020.

A CPL torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 294/2020, RATIFICA o Processo Administrativo nº01076/20.

Nossa Senhora do Livramento, 09 de Julho de 2020

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 092/2018

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 092/2018 EMPRESA X NOVA FRONTEIRA CONSTRUÇÕES LTDA EPP PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 092/2018 sendo o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL E CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER NO ENTORNO, OBEDECENDO RIGOROSAMENTE OS TERMOS, INSTRUÇÕES, CONDIÇÕES, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO, CONFORME PROJETO EM ANEXO, OBJETO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 847018/2017 E CONTRATO DE REPASSE Nº 2628.1041727-74/2017**

O presente instrumento advém **Processo Administrativo: Nº. 2160/2018-1 Tomada De Preço Nº 003/2018:** *OBJETO É "***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL E CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER NO ENTORNO, OBEDECENDO RIGOROSAMENTE OS TERMOS, INSTRUÇÕES, CONDIÇÕES, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO, CONFORME PROJETO EM ANEXO, OBJETO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 847018/2017 E CONTRATO DE REPASSE Nº 2628.1041727-74/2017***,* e outro lado a **EMPRESA X NOVA FRONTEIRA CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.644.826/0001-00, sediada na Rua General Ramiro de Noronha, 826, Bairro Duque de Caxias I, municipio de Cuiabá/MT, CEP: 78043-272 doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.Thacyo Roberto Figueiredo Nunes portador da Carteira de Identidade nº 1023616-3 expedida pela SJ/MT e CPF nº 797.054.051-15,Contratada

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Modificação unilateral do Contrato Administrativo quanto a Inclusão de Dotação Orçamentária, oriundo da **Processo Administrativo: Nº. 2160/2018-1 Tomada De Preço Nº 003/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFCAÇÃO

ONDE SE LÊ.

2. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte / Cód. Red.
1964	Federal	Revitalização do Lago e Construção de Área de Lazer no Entorno	44.90.51.00	124 / 130019

LEIA-SE:

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas oriundas do presente prestação serviço correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária conforme estabelecidos no Processo Administrativo nº 1106/2020 e parecer Juridico nº 288/2020

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	/ Cód. Red.	Fonte	Valor
1964	Federal	Revitalização do Lago e Construção de Área de Lazer no Entorno	44.90.51.00	433	124	R$ 237,000,00

3. CLAUSULA TERCEIRA– DAS DEMAIS CLAUSULAS

3.1 As demais clausulas constantes no contrato 092/2018, permanecem inalterados. O disposto do presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 09 de Julho de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO 052/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2020

Ao 8º (oitavo) dia do mês de julho do ano de 2020, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 028/2020**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **08/07/2020**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES QUANTIDADES E CONDIÇÕES DE ENTREGA CONSTANTES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**ERICA DE FATIMA GENTIL**			CNPJ:	**36.656.877/0001-82**
Endereço:	Av. Mato Grosso			Nº:	92 N
Bairro:	Modulo 02	Cidade:	Juina - MT	CEP:	78.320-000
Representante Legal:	*BRUNO KAYQUE RIBEIRO DE SOUZA*			CPF:	*045.622.061-52*
Email:	olmieletro@gmail.com			Telefone:	(66) 3566-1240
Banco:	Brasil	Agencia:	2226-8	Conta Corrente:	30.385-4

ITEM	DESCRICAO	UNID	QUANT	MARCA MODELO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Bebedouro industrial aço inox 20L de alta vazão utiliza gás ecológico bancada certificado INMETRO capacidade filtro incluso	UNID	08	*REFRIGERACAO NACIONAL BB30*	R$ 1.850,00	R$ 14.800,00
2	Bebedouro industrial aço inox 50L torneiras alta vazão utiliza Gás ecológico certificado INMETRO capacidade filtro Incluso 110V	UNID	05	*REFRIGERACAO NACIONAL BB50*	R$ 1.920,00	R$ 9.600,00
3	Bebedouro industrial aço inox capacidade 100L torneiras de alta vazão utiliza gás ecológico certificado INMETRO incluso 110V	UNID	09	*REFRIGERACAO NACIONAL BB100*	R$ 2.400,00	R$ 21.600,00
4	Purificador de água 3 estágios de filtragem água natural e gelada vazão mínima de 60L/hora, elimina 99,9% das bactérias, com refil	UNID	12	*LIBELL ACQUA FLEX*	R$ 1.420,00	R$ 17.040,00
						R$ 63.040,00

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 03(três) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referencia do Edital de Licitação Pregão 028/2020.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes-MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.6. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.7. Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 028/2020).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme **portaria nº 203/2020**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

órgão:02-gabinete do prefeito
unidade: 001-gabinete do prefeito
função: 04 - administração
sub - função: 122 - administração geral
programa: 0033 – renovação da frota e equipamentos
projeto/atividade: 1 005 – aquisição de equipamentos em geral
019 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamento e material permanente
órgão: 03 – gabinete do secretario
unidade: 001 – gabinete da secretaria
função: 04 - administração
sub - função: 122 – administração em geral
programa: 0033 – renovação da frota e equipamentos
projeto/atividade: 1 093 – aquisição de equipamentos em geral
064 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamento e material permanente
órgão:04-secretaria de educação.
unidade: 001-gabinete do secretario
função:12-educacao
sub - função: 361-ensino fundamental
programa:0006- educação de qualidade
projeto/atividade: 2 014 - manutençã da quota salário educação
96 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamento e material permanente
órgão:04-secretaria de educação.
unidade: 001-gabinete da secretaria
função:12-educacao
sub - função: 361-ensino fundamental
programa:0006- educação de qualidade
projeto/atividade: 2 191 – outros programas do fnde
107 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamento e material permanente
órgão:04 – secretaria de educação.
unidade: 001-gabinete da secretaria
função:12-educacao
sub - função: 361-ensino fundamental
programa: 0033 – renovação da frota e equipamentos
108 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamento e material permanente
órgão:05-secretaria de saude.
unidade: 001 - gabinete da secretaria
função: 10 - saude
sub - função: 301-atençao basica
programa: 0005 - atenção à saúde publica
projeto/atividade: 1 053 – aquisição veiculos e equipamentos - saude
145 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente.
órgão: 05 – secretaria de saude.
unidade: 002 – fundo municipal de saude
função:10 - saude
sub - função: 301-atençao basica
programa:0020- atenção à saúde – atenção básica
projeto/atividade: 1 046 – aquisicao de veiculos e equipamentos – sus
168 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente.
órgão: 05 - secretaria de saude.
unidade: 002 – fundo municipal de saude
função: 10 - saude
sub - função: 301 – atençao básica
programa: 0020 - atenção à saúde publica
projeto/atividade: 2 134 – manutenção do laboratório de analise clinicas
185 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente.
órgão: 06 – secretaria de agricultura, meio ambiente
unidade: 001 - gabinete da secretaria
função: 20 - agricultura
sub - função: 608 - promoção da produção agropecuaria
programa: 0007 - agricultura desenvolvimento sustentável
projeto/atividade: 1 058 – aquisição de equipamentos e material permanente
229 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:06 - secretaria de agricultura, meio ambiente
unidade: 003 – departamento de saneamento
função: 17 - saneamento
sub - função: 512 – saneamento basico urbano
programa: 0012 – saneamento e qualidade de vida
projeto/atividade: 1 056 - aquisição de equipamentos e material permanente
261 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente

órgão:07 - secretaria de finanças
unidade: 001 – gabinete da secretaria
função: 04 - administração
sub - função: 123 – administração financeira
programa: 0033 – renovacao da frota equipamentos
projeto/atividade: 1 069 - aquisição de equipamentos e material permanente
0289 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:08 - secretaria de infra estrutura e transportes
unidade: 001 - gabinete da secretaria
função: 15 - urbanismo
sub - função: 452 – serviços urbanos
programa: 0013 - melhoria da infraestrutura
projeto/atividade: 1 017 - aquisição de equipamentos e material permanente
0300 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:09 - secretaria de assistencia social
unidade: 002 - fundo municipal de assistencia social
função: 08 - assistencia social
sub - função: 244 - assistencia comunitaria
programa: 0011 - gestão das políticas sociais
projeto/atividade: 2 140 - bloco da proteção social basica
354 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:09 - secretaria de assistencia social
unidade: 002 - fundo municipal de assistencia social
função: 08 - assistencia social
sub - função: 244 - assistencia comunitaria
programa: 0011 - gestão das políticas sociais
projeto/atividade: 2 141- bloco gestão do suas
358 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:09 - secretaria de assistencia social
unidade: 003 - fundo municipal dos direitos das crianças e adolecentes
função: 08 - assistencia social
sub - função: 243 - assistencia a criança e ao adolescente
programa: 0011 - gestão das políticas sociais
projeto/atividade: 2 038 – manutenção do conselho tutelar
369 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:09 - secretaria de assistencia social
unidade: 001 - gabinete da secretaria
função: 08 - assistencia social
sub - função: 244 - assistencia comunitaria
programa: 0033 – renovacao da frota equipamentos
projeto/atividade: 1 023 - aquisição de equipamentos e material permanente
0338 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:12 - secretaria de desporto
unidade: 001 - gabinete da secretaria
função: 13 - cultura
subfunção: 392 – difusão cultural
programa: 0010 – incentivo a cultura
projeto/atividade: 2 093 - manutenção da fanfarra bandas e corais
412 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente
órgão:12 - secretaria de desporto
unidade: 001 - gabinete da secretaria
função: 27 - desporto e lazer
subfunção: 812 - desporto comunitario
programa: 0033 – renovacao da frota equipamentos
projeto/atividade: 1 043 - aquisição de equipamentos e material permanente
431 – natureza da despesa: 4490.52.00.00 – equipamentos e material permanente

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 029/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes - MT, 08 de julho de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

ERICA DE FATIMA GENTIL

CNPJ:36.656.877/0001-82

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Viviane Sandes Bruno

CPF: 050.597.081-36 CPF: 060.281.821-41

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 203/2020

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como Fiscal de Contrato os servidores:

GREICIELLI MARTINS DE ARAUJO, Chefe de gabinete do Prefeito, portador do CPF 055.060.391-31, matricula 5149.

ESTELA GARCIA ALVES, Agente Administrativo, portador do CPF 033.861.591-17, matricula 5029.

ALESANDRO ROCHA BALANI, Professor Efetivo, portador do CPF 817.632.041-20, matricula 1237.

LUCIENE APARECIDA DE SOUSA, Diretora Hospitalar, portador do CPF 938.092.391-00, matricula 4377.

GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO, Agente Administrativo, portador do CPF 095.599.428-40, matricula 3393.

RONALDO SANDRINI FELIPES, Agente de Conservação, portador do CPF 001.067.831-06, matricula 429.

SIMONE TRINDADE CERVANTES, Agente Administrativo, portador do CPF 048.127.231-32, matricula 5129.

MIRILENE PEGORETTI MIGUEL, Chefe Depto de Assistência Social, portador do CPF 058.576.691-62, matricula 4977.

JADERSON ALEX DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA NUNES, Coordenador de Programas, portador do CPF 009.876.921-94, matricula 4923.

De acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços Nº 023/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: ERICA DE FATIMA GENTIL, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como Suplente do referido contrato os servidores:

LILIANE SANDES DE LIMA, Gestor de Convênios, portador do CPF 061.408.641-86, matricula 4948.

VIVIANE SANDES BRUNO, Agente Administrativo, portador do CPF 060.281.821-41, matricula 5020.

ELLEN DOANE TEODORO LUIZ, Chefe Divisão de Educação, portador do CPF 054.497.481-67, matricula 4619.

EZEQUIEL GOMES DOS SANTOS, Coordenador da Vigilância em Saúde Ambiental, portador do CPF 030.448.141-62, matricula 3431.

ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA, Agente Administrativo, portador do CPF 013.881.471-65, matricula 4989.

TANIA APARECIDA REIS MOURA, Chefe Depto de Tesouraria, portador do CPF 058.752.761-77, matricula 4540.

AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA, Chefe Departamento de Patrimônio, portador do CPF 014.704.271-25, matricula 4138.

ANA PAULA DE SOUZA POSSAMAE, Coordenador do Cras, portador do CPF 025.207.681-85, matricula 4949.

ARISTIDES PEREIRA DE MENDONCA, Chefe Depto de Esporte e Lazer, portador do CPF 490.963.389-87, matricula 4180.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equi-

valente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 08 de julho de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em Assinatura Nome por extenso

Suplente

Ciente em Assinatura Nome por extenso

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2020

PORTARIA Nº 015/2020

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ADQUIRIDAS A SERVIDOR, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

César Augusto Périgo, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE *:*

ARTIGO 1º - Fica concedido férias de 30 (dias), conforme Lei nº 111/97, artigo 105 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, ao Srª. Eli Costa, CPF: 740.329.092-53, lotado nesta Câmara Municipal.

Parágrafo 1º – As férias mencionadas no Caput do Art.1º compreende o período aquisitivo de 08/04/19 à 07/04/2020.

Parágrafo 2º – As férias mencionadas no parágrafo anterior serão adquiridas a partir do dia 08/07/2020 a 07/08/2020.

ARTIGO 2º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 06 DE JULHO DE 2020

César Augusto Perigo

Presidente

DEPTO LICITAÇÃO
RECEBIMENTO DE LICENÇA (LP, LI E LO)

O Lava Jato 2 Irmãos torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Saneamento e Tecnologia, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) com validade até 08/07/2023 para serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores no município de Nova Bandeirantes.

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE REINÍCIO DE OBRA DO CONTRATO Nº 075/2019

TERMO DE REINÍCIO DE OBRA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT**, inscrita no CNPJ/MF nº **33.683.822/0001-73**, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, neste ato representado pelo **Sr. Valdir Pereira dos Santos**, Prefeito Municipal, portador da RG nº. 24127310 SSP/MT e inscrito no CNPF/MF sob o nº 236.135.139-00, nos termos do que estabelecem as cláusulas do **Contrato nº. 075/2019**, realizado entre o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT** e a empresa **AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, objetivando a **EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE DE NOVA BANDEIRANTES E DO DISTRITO DE JAPURANÃ**, consoante Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo e Projeto Planta do Edital da *Tomada de Preços nº. 005/2019* vem informar o reinício da obra a partir de **10 de julho de 2020.**

Dê-se ciência ao contratado.

Nova Bandeirantes - MT, 10 de julho de 2020.

_____

Valdir Pereira dos Santos

Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO

CONTRATO N° 057/2020

MODALIDADE L/ICITATÓRIA: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 121/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT E PROCESSO LICITATÓRIO DE ADESÃO Nº 100/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA-MT

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, no uso de suas atribuições legais, determina o apostilamento de remanejamento de saldo dos itens do Contrato nº 057/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social para atender a Secretaria Municipal de Saúde, empresa Contratada **ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA** CNPJ n° 23.603.476/0001-12.

VALOR DE **R$ 632,80 (seiscentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).**

ASSINATURA: 24 de junho de 2020.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA**: GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI**

CNPJ: 21.452.278.0001-60

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE 02 (DUAS) ACADEMIAS AO AR LIVRE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, conforme especificações e quantidades determinadas no ANEXO I (Termo de Referência) deste edital. Pregão Presencial 025/2020.

Valor **R$ 57.170,00 (cinquenta e sete mil e cento e setenta reais)**

ASSINATURA: **08 de julho de 2020.**

VIGENCIA:**08 de julho de 2020 a 08 de julho de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2020, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020.

Contratado: J.C. BEE COMERCIO E.P.P

Aditamento: O valor unitário registrado por litro do óleo diesel S10, gasolina comum e álcool combustível, passarão a ter a seguinte recomposição a partir do dia 08/07/2020:

- Óleo Diesel S10 de R$ 3,66 para R$ 3,82;

- Gasolina Comum de R$ 4,19 para R$ 4,35;

- Álcool Combustível de R$ 2,69 para R$ 2,88.

Data: 08/07/2020.

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Contratação de Empresa para Execução de Instalação Elétrica Ornamental na Pista de Caminhada Localizada na Avenida dos Migrantes, Conforme as Especificações e Localização Constante no Projeto de Engenharia
Favorecido	HELIO CARLOS VALANDRO CNPJ/MF n.º 31.904.316/0001-31
Prazo de execução	08 de Julho à 06 de Setembro de 2020.
Valor global	R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).
Fundamento Legal	Como bem determina o art. 55, XI da Lei Federal n.º. 8.666/93, este contrato tem como base a dispensa de licitação nos termos do art. 24, I da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizado pelo Decreto Federal Nº. 9.412, de 18 de junho de 2018.
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 24 de junho de 2020.

_____

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
COVID-19: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP Nº. 16/2020/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 291/2020

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 09/2020

PRAZO: 08/07/20 À 08/07/2021

CONTRATADO: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 09.560.267/0001-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA USO NO ENFRENTAMENTO E COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS – COVID 19.

VALOR: R$7.740,00 (SETE MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS).

DOTAÇÃO: Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 004– Departamento de Vigilância em Saúde.

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0019 – Enfrentamento ao Covid-19

Projeto/Ativid: 1.096 – Enfrentamento ao Covid-19

Desp: Cod. 301 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

ARP Nº. 17/2020/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 291/2020

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 09/2020

PRAZO: 08/07/20 À 08/07/2021

CONTRATADO: CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 05.443.348/0001-77

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA USO NO ENFRENTAMENTO E COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS – COVID 19.

VALOR: R$6.747,00 (SEIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS).

DOTAÇÃO: Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 004– Departamento de Vigilância em Saúde.

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0019 – Enfrentamento ao Covid-19

Projeto/Ativid: 1.096 – Enfrentamento ao Covid-19

Desp: Cod. 301 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

ARP Nº. 18/2020/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 291/2020

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 09/2020

PRAZO: 08/07/20 À 08/07/2021

CONTRATADO: HIPERDENTAL COM. PROD ODON E MED HOSP LTDA

CNPJ: 13.994.852/0001-93

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA USO NO ENFRENTAMENTO E COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS – COVID 19.

VALOR: R$8.550,00 (OITO MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

DOTAÇÃO: Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 004– Departamento de Vigilância em Saúde.

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0019 – Enfrentamento ao Covid-19

Projeto/Ativid: 1.096 – Enfrentamento ao Covid-19

Desp: Cod. 301 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

ARP Nº. 19/2020/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 291/2020

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 09/2020

PRAZO: 08/07/20 À 08/07/2021

CONTRATADO: OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATORIOS LTDA - EPP

CNPJ: 05.895.525/0001-56

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA USO NO ENFRENTAMENTO E COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS – COVID 19.

VALOR: R$19.837,00 (DEZENOVE MIL E OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS).

DOTAÇÃO: Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 004– Departamento de Vigilância em Saúde.

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0019 – Enfrentamento ao Covid-19

Projeto/Ativid: 1.096 – Enfrentamento ao Covid-19

Desp: Cod. 301 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

ARP Nº. 20/2020/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 291/2020

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 09/2020

PRAZO: 08/07/20 À 08/07/2021

CONTRATADO: VEDOVOTO E RIBEIRO LTDA ME

CNPJ: 17.439.244/0001-78

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA USO NO ENFRENTAMENTO E COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS – COVID 19.

VALOR: R$ 110.070,10 (CENTO E DEZ MIL E SETENTA REAIS E DEZ CENTAVOS).

DOTAÇÃO: Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 004– Departamento de Vigilância em Saúde.

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0019 – Enfrentamento ao Covid-19

Projeto/Ativid: 1.096 – Enfrentamento ao Covid-19

Desp: Cod. 301 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº32/2020/SMA/PMNG

PROCESSO Nº. 365/2020

PRAZO: 08/07/2020 A 06/09/2020

CONTRATADO: HELIO CARLOS VALANDRO

CNPJ: 31.904.316/0001-31

OBJETO: Contratação de Empresa Para Execução de Instalação Elétrica Ornamental Na Pista de Caminhada Localizada na Avenida Dos Migrantes, Conforme as Especificações e Localização Constante no Projeto De Engenharia (Anexo 01).

VALOR: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) (GLOBAL)

Órgão: 05 – SECRET. MUN. DE OBRAS, SERV. PUBLICO, AGRIC. E MEIO AMBIENTE.

Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, ENGENHARIA E DEFESA CIVIL

Função: 15 – Urbanismo

Sub Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0006 – Administração de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Ativid: 1.098 – Pista de Caminhada

Desp: Cod. 307 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

ADRIANO DOS REIS EIRELI – EPP

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PROCESSO: 084/2019

PREGÃO: 043/2019

ATA PREÇO REGISTRO DE PREÇO:041/2019

NOTIFICADO: ADRIANO DOS REIS EIRELI - EPP

CNPJ nº 26.766.947/0001-00

Comodoro- MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresa pela não entrega dos itens constante(s) na(s) NADs nº(3830/2020) pelo atraso de fornecimento de mercadorias, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital**.

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante processo **084/2019** pregão **043/2019**(s) Ata(s) de Registro de Preços nº **041/2019**, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

Tendo vencido a licitação acima mencionada, a pessoa jurídica "ADRIANO DOS REIS EIRELI - EPP"ainda não entregou até a presente data os produtos descritos na Autorização de Fornecimento nº 3830/2020, data de 19/06/2020

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Nova Lacerda-MT, 09 Julho de 2020.

Carliane Tafarel Silva

Portaria 001/2017

Secretária De Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 121/2020 DATA: 09 DE JULHO DE 2020.
EMENTA: DISPÕE SOBRE O GOZO DE 1/3 DE LICENÇA PREMIO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS RELACIONADOS ABAIXO. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PORTARIA MUNICIPAL Nº 121/2020

DATA: 09 de julho de 2020.

EMENTA: DISPÕE SOBREO GOZO DE 1/3 DE LICENÇA PREMIO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS RELACIONADOS ABAIXO.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. –Conceder o gozo de 1/3 de licença Prêmio aos servidores públicos municipais relacionados abaixo, atendendo a requerimento, que têm direito em conformidade com a lei municipal 725/2016.

DINALVA APARECIDA FERREIRA PICALHO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CPF: 593.881.371-91	Inicio: 07/07/2020 a 05/08/2020 retornando as atividades dia 06/08/2020
MARLENE FERNANDES SILVA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CPF: 851.379.521-68	Inicio: 07/07/2020 a 05/08/2020 retornando as atividades dia 06/08/2020
MARIA DE LOUDES DALFIOR OLIVEIRA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CPF: 433.138.171-49	Inicio: 07/07/2020 a 05/08/2020 retornando as atividades dia 06/08/2020

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá os servidores retornar às atividades concernentes aos seus cargos junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 09/07/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 122/2020 DATA: 09 DE JULHO DE 2020
EMENTA: EXONERA A SR. ª ROSANGELA MARQUES NEVES MAIA, DO CARGO EFETIVO DE "ZELADOR" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT. JUVENAL ALEXANDRE DA

PORTARIA MUNICIPAL Nº 122/2020

Data: 09 de JULHO de 2020

EMENTA: EXONERA A Sr. ª **ROSANGELA MARQUES NEVES MAIA,** DO CARGO EFETIVO DE "**ZELADOR**" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido da servidora a partir do dia **01/07/2020** a Sr. ª **ROSÂNGELA MARQUES NEVES MAIA**, RG nº. 1201315-3 – SEJUSP/MT, CPF nº.017.827.731-26, residente no Município de Nova Marilândia - MT, do cargo efetivo de ZELADOR, lotado na Secretaria de Administração do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - O exonerado deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE 09/07/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal, de Nova Marilândia - MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 123/2020 DATA: 09 DE JULHO DE 2020
EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR.ª "AMÂNDIA SANTOS SANTANA". JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 123/2020

DATA: 09 de JULHO de 2020

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Sr.ª **"AMÂNDIA SANTOS SANTANA".**

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 30 (TRINTA) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sr.ª **AMÂNDIA SANTOS SANTANA**", portadora da cédula de identidade n°-776789 SSP/MT e CPF n°- 900.444.871-34, ocupante do cargo efetivo de **ZELADORA**, lotada na secretaria municipal de Educação Cultura Esporte e turismo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 07/07/2020 e término em 05/08/2020, retornando as suas atividades no dia 06/08/2020.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e turismo de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 09/07/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 188/2020

"*DISPÕE SOBRE EXONERAR DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISAO DE SAUDE A SRA.* ***CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA****."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR A PEDIDO do Cargo Comissionado a Sra**. CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA p**ortadora do RG Nº. 7458169 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 502.827.431.20, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE SAUDEdo Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 02 de Julho de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Julho de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 191/2020

"*DISPÕE SOBRE NOMEAR DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPTO DE REGULACAO DE CONSULTAS SRA.CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA****"***

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a Sra.***CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA***portadora do RG Nº. 7458169 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 502.827.431.20, no cargo de CHEFE DO DEPTO DE REGULACAO DE CONSULTAS, do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 03 de Julho de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Julho de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2020

AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2020

Processo Administrativo 2189/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 074/2020/PMNMV/GAB de 01 de Junho de 2020, comunica aos interessados que

foi **PRORROGADA** a data de abertura e julgamento da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 18/2020, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** para fins de retificação da descrição do ITEM 01 do referido edital de convocação, mantendo todas as demais disposições.

A nova data de abertura e julgamento da licitação em questão será no dia **22/07/2020**, pelo Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

O edital completo e corrigido estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2020 - Campo Geral e também no** Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 09 de Julho de 2020.

EDUARDO ODAIR DARUI

Presidente da CPL

Decreto 074/2020

Publique-se.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2829/2020

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE HORAS TRABALHADAS COM MÁQUINAS EM GERAL, Á FIM DE AUXILIAR OS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 007/2019 de 21 de Janeiro de 2019, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 17/2020 sagraram-se vencedoras do Certame Licitatório realizado no dia 07 de Junho de 2020, ás 08:00 horas ás seguintes:

EMPRESAS
Ø **C B TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 17.560.885/0001-86**, para um Valor Total de R$ 807.000,00 (oitocentos e sete mil reais);
Ø **DIOGO MATHEUS ZANROSSO, CNPJ: 37.348.033/0001-37**, para um valor total de R$ 588.600,00 (quinhentos e oitenta e oito mil e seiscentos reais);
Ø Compromissos estes assumidos para os serviços a serem fornecidos, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 09 de Julho de 2020.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 007/2019

Publique-se.

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 05/2019/ DEPTO/ADM/ COMPRAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 05/2019/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465.556/0001-63, neste ato representado pela Prefeita Municipal Srª.**BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n. 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira nº 88, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, *doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa* **AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita no CPNJ nº. 07.095.509/0001-04,** com sede na Av. Avenida Ciríaco Candia, nº. 242, Bairro Cidade Verde, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso; neste ato representada pelo **Sr. ADELCIO JOEDIR EICHSTADT**, brasileiro, Maior e Capaz, Administrador, portador do RG 7085338494 SSP/RS e CPF 018.640.550-22, residente e domiciliado à Avenida Ciríaco Cândia nº 242, na cidade de Cuiabá-MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **Segundo Termo Aditivo do Contrato nº. 05/2019/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, Aditar o Contrato Administrativo firmado em 27 de Fevereiro de 2019, cujo objeto trata da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE 39,322 KM DE ESTRADAS VICINAIS, NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT, CONFORME PROJETO EM ANEXO**, para fins de Prorrogação do **Prazo de vigência** estabelecido na Cláusula Décima Terceira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE EXECUÇÃO DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2020, CONFORME SOLICITAÇÃO REALIZADA PELA CONTRATADA E ACEITE PELA ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 09 de Julho de 2020.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES** **PREFEITA MUNICIPAL**	**AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI** **CNPJ: 07.095.509/0001-04** **CONTRATADA**

Testemunhas:

ALESSANDRA MARTA DO NASCIMENTO CPF: 984.401.601-00 RG: 1438360-8 SSP/MT	EDUARDO ODAIR DARUI CPF: 039.629.521-52 RG: 2000078-2 SSP/*MT*

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2020 - HORA MÁQUINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2829/2020

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE**, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços das empresas **C B TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 17.560.885/0001-86, DIOGO MATHEUS ZANROSSO, CNPJ: 37.348.033/0001-37**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório de Pregão Presencial nº. 17/2020 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE HORAS TRABALHADAS COM MÁQUINAS EM GERAL, Á FIM DE AUXILIAR OS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES*,** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 17/2020.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais participantes desse processo licitatório, através dos fiscais sistemáticos de Ata de Registro de Preços, com apoio do Departamento de Compras/Licitações no seu aspecto operacional, e da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: C B TERRAPLANAGEM LTDA

CNPJ: 17.560.885/0001-86

ENDEREÇO: Avenida José Joaquim Vieira, Nº 139, Centro, Nova Monte Verde/MT

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Venc.	Valor Total
1	31015	SERVIÇO DE HORA/MAQUINA COM CAMINHÃO BASCULANTE CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 12 METROS.	DIÁRIA	250	**R$ 1. 300,00**	R$ 325. 000,00
2	31013	SERVIÇO DE HORA/MAQUINA COM PA CARREGADEIRA DE NO MINIMO 127 CV	HORA	700	**R$ 260,00**	R$ 182. 000,00
3	36016	SERVIÇO DE MOLHAR RUAS E AVENIDAS NÃO PAVIMENTADAS COM CAMINHÃO PIPA NO MUNICÍPIO	KM	30. 000	**R$ 10,00**	R$ 300. 000,00
						TOTAL R$ 807.000,00

FORNECEDOR: DIOGO MATHEUS ZANROSSO

CNPJ: 37.348.033/0001-37

ENDEREÇO: Rua José Joaquim Vieira, Nº 108, Centro, Nova Monte Verde/MT

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Venc.	Valor Total
4	49963	SERVIÇO DE HORA MÁQUINA CA CAMINHÃO (CAVALO MECÂNICO) DE NO MÍNIMO 170 CV	KM	25. 000	**R$ 7,80**	R$ 195. 000,00
5	36018	SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM TRATOR DE ESTEIRA DE NO MÍNIMO 128 CV	HORA	500	**R$ 280,00**	R$ 140. 000,00
6	36017	SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM TRATOR DE ESTEIRA DE NO MÍNIMO 150 CV	HORA	300	**R$ 330,00**	R$ 99. 000,00
7	49062	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL COM CAMINHÃO ENGATADO PRANCHA (PC, PATROL, PÁ CARREGADEIRA E OUTROS)	KM	10. 000	**R$ 11,50**	R$ 115. 000,00
8	45432	SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM RETRO ESCAVADEIRA DE NO MÍNIMO 127 CV	HORA	200	**R$ 198,00**	R$ 39. 600,00
						TOTAL R$ 588. 600,00

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.1. Fornecer máquinas de tamanho e potência adequada para a realização dos serviços, munidas de operador capacitado, inclusive condizente ao valor da hora licitada.

5.2. Os serviços licitados deverão ser executados na sede do Município de Nova Monte Verde – MT, distritos ou onde for necessário dentro da área de abrangência do município de Nova Monte Verde/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviços, não havendo valores ou números mínimos para os pedidos, sendo os mesmos realizados de acordo com as necessidades da prefeitura municipal.**

5.3. Os Serviços deverão atender as normas legais e possuir referência de qualidade mínima para cada serviço a ser prestado.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos e ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos pertinentes e demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

5.17. Arcar com custos referentes a prestação dos serviços licitados pela CONTRATANTE.

5.18. Comunicar formalmente o Executivo Municipal, caso ocorra algum fato que leve a suspensão do fornecimento do produto ou serviço contratado, no prazo mínimo de 10 (dez) dias da efetiva suspensão que a lei eventualmente lhe assegura.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Fiscalizar o perfeito cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento pelas CONTRATADAS;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0016 – Manutenção dos Serviços de Obras, Transp. E Serviços Urbanos

2 040 – Manutenção Departamento de Obras Transportes

388 – 33.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 17/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 09 de Julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

C B TERRAPLANAGEM LTDA

CNPJ: 17.560.885/0001-86

CONTRATADA

DIOGO MATHEUS ZANROSSO

CNPJ: 37.348.033/0001-37

CONTRATADA

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 153/2020 - FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PORTARIA N.º 153/2020

09 de Julho de 2020

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preço nº 12/2020 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos da ata de registro de preço nº12/2020/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa **URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI, CNPJ: 11. 352.553/0001-20**.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2020/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2710/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E REFEIÇÕES À PACIENTES QUE NECESSITEM SE DESLOCAR DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT E PERMANECER NO MUNICIPIO DE CUIABÁ/MT, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E TRATAMENTOS DE SAÚDE, À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 16/2020.

VIGENCIA: 08 de Julho de 2020 à 08 de Julho de 2021

VALOR: R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FISCAL TITULAR: FLAVIA MARTINS CORREA

RG Nº: 1480742-4 SSP/MT

CPF Nº: 006.903.121-56

CARGO: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MATRICULA: 2456

FISCAL SUPLENTE: LOURENÇO LEANDRO

RG Nº: 929460 SSP/MT

CPF Nº: 918.929.371-15

CARGO: MOTORISTA AMBULÂNCIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 2239

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Julho de 2020.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 080/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado avenida mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA:**CLAUDIA FERNANDA DE ARAÚJO PINTO**, brasileira, casada, técnica de enfermagem, portadora do RG: 22292063 SSP/MT e o CPF: 049.377.411-44, residente e domiciliado na Rua 30, nº 165 S, Bairro Jardim das Oliveiras, na cidade de Nova Olímpia – MT, CEP 78.370-000.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.36.00.00.0102000000

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
CLAUDIA FERNANDA DE ARAÚJO PINTO CPF: 049.377.411-44	R$ 9.225,00 (nove mil duzentos e vinte cinco reais)

VALOR GLOBAL: 9.225,00 (nove mil duzentos e vinte cinco reais).

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 09/07/2020 até 09/01/2021**.**

NOVA OLÍMPIA/MT, 09 de julho de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIP

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 095 DE 08 DE JULHO DE 2020

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ACOMPANHAR CONJUGE".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA POR MOTIVO DE ACOMPANHAMENTO DE CONJUGE**, à servidora Pública deste Município, Senhora **LOURDES KEILA CAVALCANTE CASADO,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, será por tempo indeterminado e sem remuneração, nos termos dos artigos 95 e 96 da Lei Municipal nº 775/2008, Subseção II.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 08 de Julho de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2020/PMNO

REFERENTE À INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 087/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado avenida mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA:**EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 04.096.738/0001-55, sediada no endereço Rua Goiás, nº 765, Bairro Centro, Marechal Candido Rondon/PR, Representante legal senhora Maria Lorena Coppetti Kunzler, brasileira, casada, Portada da Carteira de Identidade RG 1.734.674-1 SSP/PR e inscrita no CPF 903.230.509-30, residente e domiciliada na Rua Paraná, nº 7.103, Loteamento Port III, na cidade Marechal Cândido Rondon – PR, CEP 85.960-000.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

07-Secretaria Municipal De Assistência Social:

07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.30.00.00.0129000000

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 04.096.738/0001-55	**R$** R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

VALOR GLOBAL: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARTILHA CORONAVIRUS: ORIENTAÇÕES GERAIS, DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DE CORONAVIRUS (COVID-19), EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

VIGENCIA: 09/07/2020 até 09/07/2021**.**

NOVA OLÍMPIA/MT, 09 de julho de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 084/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado avenida mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA:**ADRIANA PEREIRA DE SOUZA**, brasileira, técnica em enfermagem, Portadora da Carteira de Identidade RG 17006562 SSP/MT, e inscrita no CPF 038.523.271-30, residente e domiciliado na Rua 30, nº 165-S, Bairro Jardim das Oliveiras, na cidade de Nova Olímpia CEP 78.370-000.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.36.00.00.0102000000

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
ADRIANA PEREIRA DE SOUZA CPF 038.523.271-30	R$ 9.449,50 (nove mil quatrocentos e quarenta nove reais e cinquenta centavos)

VALOR GLOBAL: R$ 9.449,50 (nove mil quatrocentos e quarenta nove reais e cinquenta centavos)

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 09/07/2020 até 09/01/2021**.**

NOVA OLÍMPIA/MT, 09 de julho de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2020

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/001-18.

PARTE: RAMATEC COMERCIO E ASSISTENCIA DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA,

inscrita no CNPJ sob nº **19.434.534/0001-54.**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT

VIGÊNCIA:06/07/2020 até 31/12/2020.

VALOR: **R$: 17.000,00** RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA. **ADRIANO RAMA:**-Contratada.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ADITIVO CTR 038/2019

SEGUNDO **TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 038/2019**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA:**ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**

OBJETIVO O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o valor contratual, bem como promover a prorrogação da vigência contratual, previstos nas Cláusulas Segunda e Quarta, respectivamente, do Contrato nº 038/2019.

OBJETO: Contratação por prazo determinado de empresa especializada em software de gestão pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação) com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em Gestão deOrçamento, Planejamento, Tesouraria, Contabilidade e Geração de Informações para TCE-MT; Folha de Pagamento e Gerenciamento de Recursos Humanos; Holerite Web; Controle da Arrecadação Web; Portal do Contribuinte Web; Controle e Emissão de NFS-e; Controle de Almoxarifado; Controle de Compras e Licitação Web; Controle de Frotas Web; Controle de Combustível Web; Controle de Patrimônio; Controle do Portal da Transparência; Controle da Vida Escolar do Município; Controle de Protocolo Web; e Provimento de Data Center**,** tudo isso com pleno atendimento à Lei N° 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT, conforme as condições e especificações técnicas mínimas constantes neste Edital e seus Anexos, para atendimento a Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

VALOR: 192.000,00

DATA:30/06/2020 até 30/06/2021.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO - LEI 943/2020

Aviso de Retificação

Fica retificada a publicação, ocorrida no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 3.514 de 06 de julho de 2020, pág. 191 e 192 , referente ao seguinte ato:

LEI Nº 943/2020

ONDE-SE LÊ :**3390.11.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil ....R$ 6.690,82**

.

LEIA – SÊ: **3190.11.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil ....R$ 6.690,82**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2020

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/001-18.

PARTE: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **12.889.035/0001-02**

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO TIPO IVERMECTINAA SER UTILIZADO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT

VIGÊNCIA:06/07/2020 até 31/08/2020.

VALOR: **R$: 32.280,00**RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA. **JHONATAN BONI:**-Contratada.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA 031/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 031/2020

OBJETO: **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR PALESTRA MOTIVACIONAL, A SER REALIZADA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT.**

VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (Doze mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93

EMPRESA CONTRATADA: **ROSIDE JOSE DOS SANTOS 42042178934**

CNPJ: 235.487.007/0001-64

HOMOLOGO e ADJUDICO.

Nova Santa Helena – MT, 09 de Julho de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA 032/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 032/2020

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO TIPO AZITROMICINA A SER UTILIZADO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT

VALOR GLOBAL: R$ 50.250,00 (Cinquenta mil duzentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 4º, da Lei Federal nº 13.979/2020.

EMPRESA F.S.J DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI-EPP

CNPJ: 11.855.044/0001-10

HOMOLOGO e ADJUDICO.

Nova Santa Helena – MT, 09 de Julho de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR CONTABILIDADE
COVID-19: DECRETO ESPECIAL N° 046/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeito Municipal de NOVA SANTA HELENA, estado do Mato Grosso, atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00943/2020** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

Art.1ª - Abre Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Exercício de 2020 conforme Art. 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64 no Valor de R$ 52.190,82 (Cinquenta e Dois Mil e Cento e Noventa Reais e Oitenta e Dois Centavos) para inclusão de Fontes e

Dotaçõe no Orçamento Vigente:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 1.000,00 08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 1.000,00

08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 1.000,00 08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 1.000,00

08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 1.000,00 08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 1.000,00

08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 1.000,00 08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 1.000,00

08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 1.000,00 08.001.10.122.0034.2073.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 1.000,00

08.001.10.122.0034.2073.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.000,00
	Sub-Total:	**12.000,00**
10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
10.001.08.122.0034.2074.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		5.690,82
10.001.08.122.0034.2074.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
10.001.08.122.0034.2074.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo 0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		9.000,00
10.001.08.122.0034.2074.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários	500,00	
10.001.08.122.0034.2074.3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato 0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	2.000,00	
10.001.08.122.0034.2074.3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato 0100000000-Recursos Ordinários	1.000,00	

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 1.000,00 08.001.10.122.0034.2073.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente

DECRETO ESPECIAL Nº 00046/2020

10.001.08.122.0034.2074.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 7.000,00 10.001.08.122.0034.2074.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

0100000000-Recursos Ordinários 1.000,00

10.001.08.122.0034.2074.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente

0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 12.000,00 10.001.08.122.0034.2074.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente

0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
	Sub-Total:	**40.190,82**
	Total Parcial Suplementado:	**52.190,82**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Anulação Total ou Parcial de Dotações conforme parágrafo 1ª, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anul. Total ou Parcial de Dotação

08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 12.000,00 **Sub-Total: 12.000,00**

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.243.0013.2045.3.3.9.0.30.00.00.00 0100000000-Recursos Ordinários	Material de Consumo	5.000,00
10.001.08.244.0013.1016.4.4.9.0.52.00.00.00 0100000000-Recursos Ordinários	Equipamentos e Material Permanente	3.000,00
10.001.08.244.0013.2036.3.3.9.0.39.00.00.00 0100000000-Recursos Ordinários	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	20.000,00
10.001.08.244.0013.2046.3.3.9.0.30.00.00.00 0100000000-Recursos Ordinários	Material de Consumo	12.190,82
	Sub-Total:	**40.190,82**
	Total Parcial Reduzido:	**52.190,82**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de NOVA SANTA HELENA, 08, Julho de 2020

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 664/2020

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **LUDMILA MARTINS DE OLIVEIRA**, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3900, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 21/05/2014 a 20/05/2019.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 06/07/2020 a 03/10/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 738/2020

Dispõe sobre a concessão do benefício **Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição** da servidora **Elzimar Cardoso Lima,** e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003; de acordo com art. 31 da Lei Municipal nº 1.189, de 02 de outubro de 2006, que reestrutura o, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências, combinado com o art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição a servidora **Elzimar Cardoso Lima, brasileira,** portadora do CI/RG nº 0940135-0 SESP/MT, inscrita no CPF sob o nº 617.142.

671-72, portadora do Título de Eleitor nº 112073218 99, efetiva no cargo de Professora, classe "C/09", Matrícula Funcional nº 83, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e contribuiu para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, 26 anos, 04 meses e 27 dias, totalizando 9.637 dias, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2020.09.00000002, a partir de 01 de julho de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 08 de Julho de 2020

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: LEI MUNICIPAL N.º 2.210, DE 02 DE JULHO DE 2020

Autoriza abertura de crédito adicional especial dentro do orçamento vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, Senhor **João Batista Vaz da Silva**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do ano de 2.020, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964, no valor de R$ 760.425,48 (Setecentos e sessenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), sendo: R$ 671.900,48 (Seiscentos e setenta e um mil, novecentos reais e quarenta e oito centavos), destinado a custear despesas com a manutenção do COVID19 do Fundo Municipal de Saúde e de R$ 88.525,00 (oitenta e oito mil e quinhentos e vinte e cinco reais), destinado a custear despesas com a manutenção do COVID19 do Fundo Municipal de Assistência Social.0

Art. 2º O crédito adicional especial definido no artigo 1º, referente ao Fundo Municipal de Saúde, terá a seguinte classificação orçamentária:

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.011 — Fundo Municipal de Saúde

10 — Saúde

10.302 — Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0135 — COVID19 MAC

10.302.0135.2102 — Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2 MAC

3.1.90.04.00.00.00 — Contratação por Tempo Determinado...R$ 104. 759,16

3.1.90.11.00.00.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 345. 141,32

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo .....R$ 162. 000,00

3.3.90.36.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – P.F.....R$ 30. 000,00

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – P.J.....R$ 30. 000,00

Art. 3º O crédito adicional especial definido no artigo 1º, Referente ao Fundo Municipal de Assistência Social, terá a seguinte classificação orçamentária:

09 — Secretaria Municipal de Assistência Social

09.004 — Fundo Municipal de Assistência Social

08 — Assistência Social

08.244 — Assistência Comunitária

08.244.0136 — COVID19 AS

08.244.0136.2103 — Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2 AS

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – P.J.....R$ 4. 700,00

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo .....R$ 12. 325,00

3.3.90.33.00.00.00 — Material de Distribuição Gratuita .....R$ 70. 000,00

4.4.90.52.00.00.00 — Equipamentos e Materiais Permanentes...R$ 1. 500,00

Art. 4º O Crédito adicional especial de que trata o artigo 1º, será coberto pela redução da seguinte dotação orçamentária:

09 — Secretaria Municipal de Assistência Social

09.004 — Fundo Municipal de Assistência Social

08 — Assistência Social

08.244 — Assistência Comunitária

08.244.0124 — Assistência Social

08.244.0124.1054 — Construção de Casas Populares

4.4.90.51.00.00.00 — Obras e Instalações.....R$ 760. 425,00

Art. 5º O Crédito adicional especial de que trata o artigo 1º, será detalhado pelas seguintes fontes:

1.26.076000 .....R$ 289. 570,92

1.46.074000 .....R$ 382. 329,56

1.29.074000 .....R$ 18. 525,00

1.27.076000 .....R$ 20. 000,00

1.00.074000 .....R$ 50. 000,00

Art. 6º Fica atualizado o Demonstrativo "Quadro de Detalhamento da Despesa" anexo da Lei nº 2.167 de 21 de novembro de 2019 que dispõe sobre o Orçamento para o exercício 2020 atualizando o elementos de despesa na fonte de recurso conforme acima relacionado.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, em 02 de julho de 2.020

João Batista Vaz da Silva

Prefeito Municipal

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 40/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa SERRA NOVA CONSTRUTORA LTDA. ME, CNPJ: 24.332.099/0001-97, com sede na Rua 32ª, nº 57, Setor Aeroporto, Bairro Setor Aeroporto, CEP: 74.075-480, Goiânia – GO, representado pelo Senhor Glayson Neves de Almeida Teixeira, adiante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o quarto termo aditivo ao contrato nº 40/2018, de alteração de valor do contrato, de conformidade com Edital

de Tomada de Preços n° 014/2018, com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica alterada de comum acordo a redação da Cláusula Terceira do Contrato nº 040/2018 que passa a ter a seguinte redação conforme cláusula a seguir.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1- O total da presente contratação passa a ser de R$ 1.458.589,25 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), com os acréscimos de R$ 144.544,33 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos) do 2º termo aditivo de valor acrescidos R$ 484.944,65 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) do 4º termo aditivo de valor, conforme planilhas e pareceres jurídicos, do valor original do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1 Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 040/2018.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas..

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 040/2.020.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 040/2.020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E ACESSÓRIOS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 10/07/2.020 às 8h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 23/07/2.020 às 8h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 23/07/2.020 às 8h31 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 08/07/2.020 às 9h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF). ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e sites https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-... e www.bll.org.br . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac...

Nova Xavantina – MT, 9 de julho de 2.020.

Walmir Arruda Costa Pregoeiro Oficial.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO Nº 039/2.020

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO Nº 039/2.020

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através de seu Pregoeiro, torna pública a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2.020 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2.019, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO – SP, por intermédio do Pregão 039/2.020, objetivando a AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS, POSTES E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO. Oportunidade em que se sagrou vencedora a empresa CASA DO LED COM DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME**,** inscrita no CNPJ nº 23.014.147/0001-36, com o valor global de R$ 671.000,00 (seiscentos e setenta e um mil reais).

Nova Xavantina – MT, 9 de julho de 2.020.

Walmir Arruda Costa Pregoeiro Oficial

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 724/2020

Dispõe sobre a concessão de licença maternidade e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município*, e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder *licença maternidade* a servidora pública municipal **Ana Paula da cruz Souza**, Professora, Matrícula Funcional 1823, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com ônus para o município de Nova Xavantina, pelo período de 60 dias, compreendendo de 02/7/2020 a 30/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 02 de Julho de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de Julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 706/2020

Dispõe sobre a designação de Engenheiro de Fiscalização Técnica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato de Prestação de Serviço nº 011/2.020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Medeiros Engenharia Eirelli***que tem por objeto o *contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de salas de aula nas Escolas Municipais: Deus é Amor, Ivo Garcia e JR, conforme especificações do projeto, memorial descritivo e planilhas integrantes do edital* – ***Tomada de Preços nº 003/2.020***, **resolve:**

Art. 1º Designar o servidor público municipal **Thiago Soares Caetano**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 4447, como Engenheiro de Fiscalização Técnica para atuar na fiscalização das obras, objeto do **Contrato de Prestação de Serviço nº 011/2.020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria, com destaque ao contido no acórdão de nº 447/2020 da 2ª Câmara do TCU.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato de Prestação de Serviço nº 011/2.020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria de nº 503/2020.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de Julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 705/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 01 de julho de 2020, pelo médico *Rhaymysom Jasmy Gomes Abreu* – CRM - MT 9268, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Roseny Campos da Luz Fonseca**, Técnico (A) de Enfermagem - 30 Horas, Matrícula Funcional 4113, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 01/07/2020 a 07/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 704/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 01 de julho de 2020, pelo médico *Rhaymysom Jasmy Gomes Abreu* – CRM - MT 9268, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Roseny Campos da Luz Fonseca**, Técnico (A) de Enfermagem - 30 Horas, Matrícula Funcional 3390, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 01/07/2020 a 07/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 703/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 23 de junho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Mirian Ferreira dos Santos**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 590, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, pelo período de 23/06/2020 a 29/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 702/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 24 de junho de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Iodete Teodoro Da Silva**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 37, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de 21/6/2020 a 27/6/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 701/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 27 de junho de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ana Paula Da Cruz Souza**, Professora(o), Matrícula Funcional 1823, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período compreendido de 16/6/2020 a 29/6/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 700/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 27 de junho de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Elisangela Martins Dos Santos**, Atendente, Matrícula Funcional 752, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período compreendido de 22/6/2020 a 28/6/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/6/2020.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 699/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 02 de julho de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Rosani Prestes da Silva Silqueira**, Professor (a), Matrícula Funcional 3457, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período compreendido de 24/6/2020 a 03/7/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 698/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 29 de junho de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Valéria Vieira Lopes**, Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 1280, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período compreendido de 24/6/2020 a 10/7/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/6/2020.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 697/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 02 de julho de 2020, pelo médico *Álvaro Rizzard* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Leticia Lorrine Dutra Ramalho**, Tec. Adm. Educacional, Matrícula Funcional 4299, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período compreendido de 01/7/2020 a 10/7/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 696/2020

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 461/2020 que dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O *parágrafo único* da Portaria n.º 461/2020 que "*Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Eloene Rodrigues Pimentel****, Agente Comunitário de Endemias, Matrícula Funcional 3664, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/07/2017 a 30/06/2018*" passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

.....

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 461/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 695/2020

Dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT*, e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Transferir o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) ***MAGNAN JULIA RODRIGUES SANTOS***, Agente de Higienização Hospitalar, Matrícula Funcional 3944, da Unidade Básica de Saúde – 01 – UBS 01 para o Hospital Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 694/2020

Dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT*, e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Transferir o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) ***VERA LUCIA ALVES TEIXEIRA***, Atendente, Matrícula Funcional 3813, do Hospital Municipal para a Unidade Básica de Saúde – 01 – UBS 01, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 693/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **DINALVA SOUZA DE OLIVEIRA**, Auxiliar Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 24/02/2015 a 23/02/2020.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 06/04/2020 a 05/05/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 692/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **JOSÉ GILBERTO ROTA**, Professor, Matrícula Funcional 108, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 16/04/2019 a 15/04/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 07/07/2020 a 16/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 691/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **RAIARA PINHEIRO FERREIRA**, Atendente, Matrícula Funcional 4298, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 04/06/2019 a 03/06/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 690/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **SHIRLENE VITORINO DOS SANTOS**, Atendente, Matrícula Funcional 1391, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 03/04/2019 a 02/04/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/08/2020 a 30/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 689/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais,*

das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **GILTÔNIO DÉIVIDY RODRIGUES DOS SANTOS**, Professor, Matrícula Funcional 3831, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 29/07/2019 a 29/07/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 688/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **CARLA BEATRIZ PEREIRA BERNARDES**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 765, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 04/04/2019 a 03/04/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 687/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **MAGNOLIA AGUIAR SOARES**, Assessor(a) Externo(a), Matrícula Funcional 4048, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 02/06/2016 a 01/02/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 686/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **DENIS ELIAS ALCANTARA**, Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, Matrícula Funcional 4029, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 14/01/2018 a 13/01/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/07/2020 a 10/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 685/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **KETTY RANNE ALVES MARQUES RIBEIRO**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4377, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 24/04/2019 a 23/04/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 06/07/2020 a 25/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 684/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **IRISLANE DA SILVA LIMA**, Gari, Matrícula Funcional 3675, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 03/07/2017 a 02/07/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 06/07/2020 a 15/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 683/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **MARIA CECILIA LO MONACO**, Fiscal de Obras, Matrícula Funcional 3690, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 03/07/2019 a 02/07/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 06/07/2020 a 25/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 682/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **NOEMI VEDOVATTO BONFANTI**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 1691, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 29/04/2019 a 28/04/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 681/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **IVANI AUXILIADORA VIEIRA CARVALHO**, Assistente Social, Matrícula Funcional 3684, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03/07/2019 a 02/07/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 12/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 680/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ROBERZAN MARQUE PEREIRA TUSSET**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3417, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03/11/2018 a 02/11/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 679/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **MARIA LAZARA DE SOUZA E SILVA**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3386, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03/11/2018 a 02/11/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 17/08/2020 a 15/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 663/2020

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 02 de julho de 2020, pelo médico *Rodrigo dos Santos Moreira* – RMS - MT 5100468, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Zildene Ferreira Miranda**, Atendente, Matrícula Funcional 1105, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 02/07/2020 a 08/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 662/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 23 de junho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Adão Carvalho Costa**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 01, lotado junto a Secretaria Municipal de Gabinete, pelo período de 23/06/2020 a 06/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 23/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 661/2020

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 22 de junho de 2020, pelo médico *Leandro Daniel Dionezio*– CRM - MT 9582, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Weila Rosicler da Silva Dendena**, Professora, Matrícula Funcional 4316, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 22/06/2020 a 28/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 660/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 29 de junho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Iodete Teodoro da Silva**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 37, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 29/06/2020 a 13/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 659/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 30 de junho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Glaucia Maria Marciniak de Carvalho**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 91, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, pelo período de 30/06/2020 a 06/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 658/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 29 de junho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Marina Angélica Marca**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4257, lotada junto a Secretaria Municipal de Gabinete, pelo período de 29/06/2020 a 05/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2.020.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2.020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público a homologação e a adjudicação referente a Tomada de Preços nº 005/2.020, Processo Administrativo nº 027/2.020, a qual teve como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL VIRGÍLIO DO NASCIMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, CONTRATO REPASSSE OGU Nº 881881/2018 E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL, tendo sido a empresa vencedora MEDEIROS ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 27.406.174/0001-05, com o valor global de R$ 344.754,59 (trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais cinquenta e nove centavos). Quaisquer informações na sede da Prefeitura Municipal e/ou através do telefone (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 9 de julho de 2.020.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro oficial

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 632/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 17 de junho de 2020, pela médica *Dércio Alvares Junior*– CRM/MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Simone da Silva Pena**, Apoio Administrativo Educacional – Alimentação Escolar, Matrícula Funcional 4007, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/06/2020 a 22/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 22 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 631/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 18 de junho de 2020, pela médica *Larysa Rosa Pires* – RMS - MT 5100398, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Bianca Cristina Ferreira Silva**, Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 1902, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 18/06/2020 a 01/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 18/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 22 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
10º TERMO DE APOSTILAMENTO À ARP N° 050/2.019

10º TERMO DE APOSTILAMENTO À ARP N° 050/2.019

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **PARREIRA QUEIROZ & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 15.350.473/0001-96, resolvem fazer o equilíbrio econômico-financeiro previsto no artigo 65 da Lei 8. 666/1993, desta forma a Ata de Registro de Preços nº 050/2.019, passa a vigorar com os seguintes valores Item 43559 – Óleo diesel comum de R$ 3,28 (três reais e vinte e oito centavos) para R$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos); Item 43560 – Diesel S10 de R$ 3,38 (três reais e trinta e oito centavos) para R$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos); Item 43300 – Etanol de R$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos) para R$ 2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) e Item 43274 – Gasolina Comum de R$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos) para R$ 4,09 (quatro reais e nove centavos); os demais itens constantes da Ata de Registro de Preços em epígrafe ficam inalterados e são ratificados.

Nova Xavantina - MT, 9 de julho de 2.020.

João Batista Vaz da Silva

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 668/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **CÁSSIA PAZ LIRA**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 3954, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 05/01/2015 a 04/01/2020.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 08/07/2020 a 06/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 669/2020

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **ALTAMIRANDO PINTO DE OLIVEIRA**, Operador de Maquinas Pesadas, Matrícula Funcional 159, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 28/05/2014 a 27/05/2019.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/07/2020 a 28/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 723/2020

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 549/2020 que dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O artigo primeiro da Portaria n.º 549/2020 que "*Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **MARIA FRANCISCA DE SOUSA**, Atendente, Matrícula Funcional 795, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/04/2019 a 14/04/2020*" passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

*Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **MARIA FRANCISCA DE SOUSA**, Auxiliar Serviços Gerais, Matrícula Funcional 795, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultua, referente ao período aquisitivo de 15/04/2019 a 14/04/2020*.

.....

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 549/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 722/2020

*Dispõe sobre a nomeação de **Danillo Camargo Oliveira**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* de acordo com a Lei Municipal n.º 2.208, de 26 de junho de 2020, que *altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901/2015 e na Lei Municipal n.º 2.034/2017, e dá outras providências;* **resolve:**

Art. 1º Nomear ***Danillo Camargo Oliveira***, brasileiro, portador do CI/RG n.º 5171363 2ª Via-GO, inscrito no CPF sob o n.º 025.619.291-08, para exercer a função comissionada de ***Gestão – Responsável Técnica COVID-19***, junto A Secretara Municipal de Saúde, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 721/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a (o) servidor (a) público (a) municipal **AMARILDA APARECIDA DE SOUZA**, Enfermeira, Matrícula Funcional 1724, lotado (a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 08/07/2020 a 06/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 720/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 60 (sessenta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a (o) servidor (a) público (a) municipal **SILMA FERREIRA BISPO**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 55, lotado (a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2019.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 27/06/2020 a 25/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 719/2020

Dispõe sobre a exoneração de Danillo Camargo Oliveira, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e demais legislação que trata da matéria;

Considerando o requerimento/pedido de exoneração de *Danillo Camargo Oliveira*, Chefe da Direção de Atenção Básica, datado de 01 de julho de 2020; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar ***Danillo Camargo Oliveira***, portador do CI/RG n.º 5171363 2ª Via-GO, inscrito no CPF sob o n.º 025.619.291-08 que exercia a função comissionada de Chefe da Direção de Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/07/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 69/2019.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 718/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (Trinta) dias de férias a (o) servidor (a) público (a) municipal **LETÍCIA LORRINE DUTRA RAMALHO**, Técnico Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 4299, lotado (a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 05/06/2019 a 04/06/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 717/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 04 (Quatro) dias de férias a (o) servidor (a) público (a) municipal **MIRIAM RODRIGUES DA SILVA**, Gari, Matrícula Funcional 3678, lotado (a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 03/07/2019 a 02/07/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 03/08/2020 a 06/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 716/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 02 de julho de 2020, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM - MT 4797, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Débora Botelho de Paula**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3384, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 22/06/2020 a 21/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 22/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 715/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 02 de julho de 2020, pelo médico *Leandro Daniel Dionizio* – CRM - MT 9582, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Maria Aparecida Dos Santos Xavier Lopes**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4125, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/07/2020 a 05/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 714/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 03 de julho de 2020, pelo médico *Rodrigo dos Santos Moreira* – RMS - MT 5100468, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Beatriz Maia Silva**, Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional 4359, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03/07/2020 a 09/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 713/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 06 de julho de 2020, pelo médico *Rodrigo dos Santos Moreira* – RMS - MT 5100468, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Maria Luiza Araujo**, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1176, lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 02/07/2020 a 08/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 712/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 04 de julho de 2020, pelo médico *Leandro Daniel Dionizio* – CRM - MT 9582, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Marta Aparecida De Melo**, Fiscal Sanitário, Matrícula Funcional 3413, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 04/07/2020 a 10/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 711/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 07 de julho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Marina Angélica Marca**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4257, lotada junto a Secretaria Municipal de Gabinete, pelo período de 06/07/2020 a 19/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 710/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 07 de julho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Glaucia Maria Marciniak de Carvalho**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 91, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, pelo período de 07/07/2020 a 13/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: PORTARIA N.º 709/2020.

Dispõe sobre afastamento/isolamento(s) social de servidor (a) público (a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 17 de março de 2020 que **"***Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus, e dá outras providências"* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global;

CONSIDERANDO que o artigo 5-A do Decreto n.º 3.725/2020, através das alterações do Decreto n.º 3.894/2020, elenca de forma expressa as comorbidades que justificam o isolamento social/afastamento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Atestado Médico*, lavrado em 07 de julho de 2020, pelo médico *Dércio Alvares Junior* – CRM - MT 7818, em face da pandemia COVID-19, determinar, o afastamento/isolamento(s) social do (a) servidor (a) público (a) municipal **Adão Carvalho Costa**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 01, lotado junto a Secretaria Municipal de Gabinete, pelo período de 07/07/2020 a 13/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, MT, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 708/2020

*Dispõe sobre a nomeação de **ISRAEL MAGNO CARNIEL** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2017**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores **e, em conformidade com demais legislação que trata da matéria; resolve**:

Art. 1º Nomear ***ISRAEL MAGNO CARNIEL***, brasileiro(a), portador(a) do CI/RG n.º 10830871 SSP/MT, inscrito(a) no CPF sob o n.º 819.147.091. 87, para exercer em estágio probatório a função de ***Médico Generalista – 40 horas***, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Parágrafo único. No termos do § 1º do art. 18 da Lei Municipal n.º 1.752/ 2013 e suas alterações posteriores, o(a) candidato(a) de que trata o *caput* deste artigo, terá 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 08 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 678/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **IRACEMA MARIA BERTE**, Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional 1961, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03/01/2019 a 02/01/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 10/08/2020 a 08/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 677/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **LILIAN DA ROCHA**, Enfermeira, Matrícula Funcional 3889, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/04/2019 a 14/04/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 04/08/2020 a 02/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 676/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **CLAUDIMAR PEREIRA DE SOUZA**, Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional 1981, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03/01/2019 a 02/01/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 31/07/2020 a 29/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 675/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavanti-*

na – MT, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **FRANCISCO DOS SANTOS**, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 589, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/05/2018 a 30/04/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 06/07/2020 a 04/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 674/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **DILIEGE VIEIRA DE REZENDE**, Odontóloga, Matrícula Funcional 3364, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/09/2018 a 09/09/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/07/2020 a 10/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 673/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ANA LUCIA LEITE SOARES OLIVEIRA**, Técnico de Raio-X, Matrícula Funcional 3731, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 07/02/2020 a 06/08/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 17/08/2020 a 05/09/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 672/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **DEVAIR CEZARIO DA SILVA**, Técnico de Raio-X, Matrícula Funcional 3940, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/01/2020 a 12/07/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 27/07/2020 a 15/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 671/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **HUMBERTO FERREIRA DE CAMPOS**, Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional 1958, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 31/12/2018.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 03 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 670/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **DINALVA SOUZA DE OLIVEIRA**, Auxiliar Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 24/02/2015 a 23/02/2020.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 06/07/2020 a 04/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 667/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **MARCIO GARCIA DA SILVA**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 767, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 05/04/2012 a 04/04/2017.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 666/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **EDUARDO RIBEIRO DA SILVA**, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3642, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04/06/2012 a 03/06/2017.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 04/07/2020 a 02/08/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 665/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **CLAUDIMAR PEREIRA DE SOUZA**, Agente de Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional 1981, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 31/12/2018.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 02 de julho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
ORDEM DE SERVIÇO 007/2020

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL SR. SILVANO PEREIRA NEVES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE O SEGUINTE:

I – Fica autorizada a empresa **Marques Rogério Ferreira Amorim – MEI,** inscrita no **CNPJ: 27.962.528/0001-06,** localizada a Rua João Cupaioli, n.º 05, Bairro João Paulo II na cidade de Novo horizonte do Norte - MT – CEP: 78.570-000, neste ato representada pelo seu Sócio Proprietário o Sr. **Marques Rogério Ferreira Amorim,** portador da **RG: 1876007-4 SSP/MT** e **CPF: 039.765.071-05**, vencedora do processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços 004/2020 e Contrato 025/2020 de interes-

se desta municipalidade, ao adquirir o objeto da **execução de obra de reforma cobertura do Centro de Educação Infantil Pe. Gunter Kroemer**, a iniciar os serviços ora proposto.

II – A presente ordem de serviço tem caráter legal e imediato de modo que a lei, o interesse público o edital Tomada de Preços 004/2020 e o Contrato 025/2020 sejam efetivamente cumpridos.

III – A empresa deverá iniciar os trabalhos dentro de 10 (dez) dias contados da data do recebimento desta Ordem de Serviços.

IV – Prazo de execução é de 90 (noventa) dias, conforme projeto e cronograma físico financeiro.

Registre, Afixe-se e Notifique-se.

Novo Horizonte do Norte – MT, 06 de julho de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2020 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2020, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT, NO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO E DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO**.

Novo Mundo – MT, em 09 de julho de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº 157-A/2020 DE 25 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL A SERVIDORA TAÍS TAVARES DE AZEREDO JUVENAL, CARGO DE FISIOTERAPEUTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o requerimento administrativo apresentado ao setor de Recursos Humanos desta prefeitura municipal pela servidora **TAÍS TAVARES DE AZEREDO JUVENAL**, solicitando sua exoneração no dia 25/06/2020;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a pedido, do Quadro de Servidores públicos Municipal a Servidora **TAÍS TAVARES DE AZEREDO JUVENAL**, portadora da RG nº 12141357-9/SC-RJ e CPF nº 08.599.977-30, Matrícula nº 1498, ocupante de cargo efetivo de **FISIOTERAPEUTA** lotada na Secretaria Municipal de Saúde do município de Novo Santo Antônio.

Art. 2º - A exoneração por solicitação do servidor se dará a partir de 25/06/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 25 de Junho de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

COVID-19: DECRETO Nº 35/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

PRORROGA O DECRETO Nº 32/2020 QUE ALTERA A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E AS DIRETRIZES PARA ADOÇÃO, DE MEDIDAS RESTRITIVAS PARA PREVENIR A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adão Soares Nogueira, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das medidas restritivas de acordo com as oscilações de taxas de ocupação e contágio nos municípios mato-grossenses, conforme previsto Decreto nº 532, de 24 de junho de 2020 do Governo de mato Grosso.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 10 (dez) dias o Decreto Municipal nº 32/2020 de 26 de Junho de 2019, que proibi a realização de atividades no âmbito do Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

Art. 2º – Todas as medidas de restrição correspondentes no Decreto nº 32/2020 serão aplicadas por, no mínimo, 10 (dez) dias, ainda que, neste período, ocorra o rebaixamento da classificação do Município.

Art. 3º – Em caso de agravamento da classificação de risco em dois boletins informativos consecutivos, deve a autoridade municipal adotar as medidas restritivas correspondentes no prazo máximo de 02 (dois) dias, ainda que não finalizados os 14 (quatorze) dias de aplicação das medidas da classificação anterior.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Julho de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
COVID-19: ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 22/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 22/2020**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Divulgação em mídia virtual em Tv Web, Site e Internet referente às medidas adotadas pela Administração das ações de prevenção e controle, campanha de comunicação de utilidade pública contra o Coronavírus – Covid-19, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT, com fulcro na Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020 e artigo 3º e 7º do Decreto Municipal 1778/2020. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 09 de julho de 2020.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 30/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2020**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos e Materiais de Consu-**

mo para Pronto Atendimento, Manutenção dos Psf's, Agência Transfusional, Média e Alta Complexidade - Hospital, Farmácia Básica, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.Empresas Vencedoras.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	07.847.837/0001-10	R$ 53.922,000
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	R$ 7.308,000
GOLDENPLUS COM DE MEDICAMENTOS E	17.472.278/0001-64	R$ 26.115,000
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOPITALARES	14.595.725/0001-84	R$ 34.780,800
OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P. LABORTORIO	05.895.525/0001-56	R$ 969,480
FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	22.803.038/0001-35	R$ 101.266,260
MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS	28.418.133/0001-00	R$ 21.702,000
FARMACIA BOM PRECO LTDA - EPP	11.504.314/0001-48	R$ 321.911,040
M. U. BACKES & CIA LTDA	08.328.835/0001-87	R$ 5.613,600
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	04.372.020/0001-44	R$ 20.106,000

Em 09 de julho de 2020. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
COVID-19: HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 22/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, a homologação do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 22/2020**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Divulgação em mídia virtual em Tv Web, Site e Internet referente às medidas adotadas pela Administração das ações de prevenção e controle, campanha de comunicação de utilidade pública contra o Coronavírus – Covid-19, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT, com fulcro na Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020 e artigo 3º e 7º do Decreto Municipal 1778/2020. **NOME DA EMPRESA:** EDGARD ARAUJO COSTA FILHO 03983414192. **CNPJ:** 15.184.308/0001-01. **VALOR TOTAL:** R$: **15.000,00**. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 09 de julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020

09 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Oficio nº 066/2020 SEC/PAS;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020 realizada por meio do Decreto nº 025/2020, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 10/02/2020, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:.

AUXILIAR/CUIDADOR

Inscrição	NOME	POSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
0003720	Marisângela de Souza Rocha	12º	Motivada pelo não comparecimento da 11ª Convocada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PORTARIA Nº 515/2020 - FÉRIAS REGULARES CICERO CORDEIRO DOS ANJOS

09 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **18/02/2016 à 18/02/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor CICERO CORDEIRO DOS ANJOS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **14/07/2020 à 02/08/2020**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

LEI N° 1.191/2020 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências.

Juvenal Pereira Brito, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,** no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, com a criação de dotação orçamentária na atividade: **1067 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,** com detalhamento da natureza de despesa, no orçamento vigente, conforme descrito:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

FUNÇÃO: (20) – AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (606) – EXTENSÃO RURAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICULA E PECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: (1067) – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905200000 – Equipamentos e Material Permanente	**R$**	**200.000,00**

Fonte de Recursos: (124) Outros Recursos com a União não relacionados com a Educação / Saúde / A. Social

TOTAL GERAL	**R$**	**200.000,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial referido no Artigo Anterior será utilizado recurso proveniente de Repasse de Recursos por Parte do Governo Federal por meio da SUDECO, através de Convênio n° 882653/2019, de acordo com o disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei Municipal Orçamentária Anual vigente para o Exercício de 2020 a dotação orçamentária descrita no Art. 1º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação**.**

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020

09 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando nº 245/2020/SME;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020 realizada por meio do Decreto nº 025/2020, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 10/02/2020, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

AGENTE DE VIGILÂNCIA – VILA GARÇA BRANCA

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0011100	Ivonete Inácio de Souza	3º

Candidato anterior desistiu da vaga.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

LEI N° 1.192/2020 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências.

Juvenal Pereira Brito, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,** no valor de R$ 37.479,00 (trinta e sete mil quatrocentos setenta e nove reais)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, com a criação de dotação orçamentária na atividade: **2005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** com detalhamento da natureza de despesa, no orçamento vigente, conforme descrito:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FUNÇÃO: (08) – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (241) – ASSISTÊNCIA AO IDOSO

PROGRAMA: (0030) – GESTÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2005) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo	**R$**	**37.479,00**

Fonte de Recursos: (143) Transferência de Recursos do estado para Ações de Assistência Social

TOTAL GERAL	**R$**	**37.479,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial referido no Artigo Anterior será utilizado recurso proveniente de Repasse de Recursos por Parte do Estado de Mato Grosso, através de transferência automática do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMS, conforme Resolução n° 04/2020-CIB/SETASC/MT de acordo com o disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei Municipal Orçamentária Anual vigente para o Exercício de 2020 a dotação orçamentária descrita no Art. 1º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação**.**

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 122/2020 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências.

Juvenal Pereira Brito, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,** no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, com a criação de dotação orçamentária na atividade: **1067 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,** com detalhamento da natureza de despesa, no orçamento vigente, conforme descrito:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

FUNÇÃO: (20) – AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (606) – EXTENSÃO RURAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICULA E PECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: (1067) – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905200000 – Equipamentos e Material Permanente	**R$**	**200.000,00**

Fonte de Recursos: (124) Outros Recursos com a União não relacionados com a Educação / Saúde / A. Social

TOTAL GERAL	**R$**	**200.000,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial referido no Artigo Anterior será utilizado recurso proveniente de Repasse de Recursos por Parte do Governo Federal por meio da SUDECO, através de Convênio n° 882653/2019, de acordo com o disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei Municipal Orçamentária Anual vigente para o Exercício de 2020 a dotação orçamentária descrita no Art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação**.**

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 123/2020 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências.

Juvenal Pereira Brito, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,** no valor de R$ 37.479,00 (trinta e sete mil quatrocentos setenta e nove reais)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, com a criação de dotação orçamentária na atividade: **2005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** com detalhamento da natureza de despesa, no orçamento vigente, conforme descrito:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FUNÇÃO: (08) – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (241) – ASSISTÊNCIA AO IDOSO

PROGRAMA: (0030) – GESTÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2005) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo	**R$**	**37.479,00**

Fonte de Recursos: (143) Transferência de Recursos do estado para Ações de Assistência Social

TOTAL GERAL	**R$**	**37.479,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial referido no Artigo Anterior será utilizado recurso proveniente de Repasse de Recursos por Par-

te do Estado de Mato Grosso, através de transferência automática do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMS, conforme Resolução n° 04/2020-CIB/SETASC/MT de acordo com o disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei Municipal Orçamentária Anual vigente para o Exercício de 2020 a dotação orçamentária descrita no Art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação**.**

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

LEI N° 1.193/2020 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,** no valor de **R$ 732.525,41 (setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos)** no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, com a suplementação das dotações orçamentárias nas atividades:

1015 – PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS, com detalhamento da natureza de despesa, no orçamento vigente, conforme descrito:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (15) - URBANISMO

SUBFUNÇÃO: (451) – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: (0009) – MALHA VIÁRIA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1015) – PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS

4000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

4400000000 – INVESTIMENTOS

4490000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

4490510000 – OBRAS E INSTALAÇÕES	**R$**	**732.525,41**

Fonte de Recursos: (100) Recursos Ordinários

TOTAL GERAL	**R$**	**732.525,41**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial referido no Artigo Anterior será utilizado recurso proveniente de Repasse de Recursos por Parte do Governo Federal oriundos da sessão onerosa Lei n° 13.885/2019, de acordo com o disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei Municipal Orçamentária Anual vigente para o Exercício de 2020 a dotação orçamentária descrita no Artigo 1°.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 124/2020 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,** no valor de **R$ 732.525,41 (setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos)** no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, com a suplementação das dotações orçamentárias nas atividades:

1015 – PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS, com detalhamento da natureza de despesa, no orçamento vigente, conforme descrito:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (15) - URBANISMO

SUBFUNÇÃO: (451) – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: (0009) – MALHA VIÁRIA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1015) – PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS

4000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

4400000000 – INVESTIMENTOS

4490000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

4490510000 – OBRAS E INSTALAÇÕES	**R$**	**732.525,41**

Fonte de Recursos: (100) Recursos Ordinários

TOTAL GERAL	**R$**	**732.525,41**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial referido no Artigo Anterior será utilizado recurso proveniente de Repasse de Recursos por Parte do Governo Federal oriundos da sessão onerosa Lei n° 13.885/2019, de acordo com o disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei Municipal Orçamentária Anual vigente para o Exercício de 2020 a dotação orçamentária descrita no Artigo 1°.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 514/2020 - FÉRIAS REGULARES MARINETE DOS SANTOS MARTINS

09 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos,

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **01/04/2017 à 01/04/2018,**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora MARINETE DOS SANTOS MARTINS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a serem usufruídas no período de **08/07/2020 à 06/08/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/07/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº008/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL JARDIM DAS FLORES, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. o **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, e o **CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JARDIM DAS FLORES**, doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida a Avenida Maranhão S/nº, Bairro Liberdade, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 01.936.992/0001-26, neste ato representada por seu Presidente a Srª **TEREZINHA VILIBALDA DA SILVA,** brasileira, profissão Professora, residente e domiciliada em Peixoto de Azevedo-MT portadora do CPF: 570.268.311-00 e RG: 2087660-2 SSP/MT, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jardim das Flores, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$

11.070,00(onze mil e setenta reais), valores que serão repassados em 07(sete) parcelas, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO** – A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à dis-

posição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos

Comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal

Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8. 666-93, e artigo 17 da IN 01/97

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexequível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

TEREZINHA VILIBALDA DA SILVA

Presidente do C.D.C.E.E.M.E.F. JARDIM DAS FLORES

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

PORTARIA Nº 554, DE 16 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 554, DE 16 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **PATRICIA SOUTO LIMA PARANHOS,** matricula funcional nº 5563,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 21.05.2020 à 22.05.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 571, DE 19 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 571, de 19 de JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, o Servidor **BRUNO ALTMAYER**, matrícula funcional nº 5679, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 570, DE 19 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 570, DE 19 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Autorizar, o Servidor **BRUNO ALTMAYER**, matrícula funcional nº 5679, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para o exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio**,** até posterior deliberação.

Art.2º - A autorização, é feita sem ônus a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art.3º - A Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio responsável pelo recolhimento da Previdência da Servidora ao PREVI-PAZ.

Art.4º - A Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio Trabalho e Cidadania, deverá encaminhar mensalmente atestado de frequência mensal da Servidora acima a Secretaria de origem.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 569, DE 19 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 569, DE 19 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FRANCISCA PIRES ARAUJO NETA LEITAO,** matricula funcional nº 390,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 16.06.2020 à 25.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 568, DE 19 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 568, DE 19 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **VANESSA ZAVISLAK DOS SANTOS,** matricula funcional nº 7252,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 03 (três) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 17.06.2020 à 19.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567, DE 19 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 567, de 19 De JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a Pedido do Senhor **LUÍS ROGÉRIO MENA,** matricula funcional nº 7690, ocupante do cargo em comissão de **Assessor de Imprensa e Comunicação Social,** da Secretaria Municipal de Governo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 002/2017, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de Junho de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 002/2017, de 02 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 565, DE 18 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 565, DE 18 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **EDESIO CAMPOS EVERTON,** matricula funcional nº 7648,ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 18.06.2020 à 22.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 564, DE 17 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 564, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **GILVAN FERREIRA SOUZA**, matricula funcional nº 5039, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 20,00% (vinte por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 563, DE 17 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 563, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **IVONETI DIAS SANTANA,** matricula funcional nº 6820,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 08 (oito) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 14.06.2020 à 21.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 562, DE 17 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 562, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUSA,** matricula funcional nº 1613,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 03 (três) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.06.2020 à 12.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 561, DE 17 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 561, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder Aposentadoria Por Invalidez, a Servidora **MARIA ALZENIRA BARROZO DO CARMO,** matrícula funcional nº 2880, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza**,** admitida em 02 de Junho de 2004, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 187, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e de conformidade com a Portaria nº 029/2020, de 1º de Junho de 2020, do **PREVI-PAZ** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 092/2004, de 20 de Abril de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 560, DE 17 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 560, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder Aposentadoria Por Invalidez, ao Servidor **JOSE GONZAGA DOS REIS,** matrícula funcional nº 358, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar**,** admitido em 1º de Agosto de 1994, lotado na Secretaria Municipal de Educação e C ultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 187, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e de conformidade com a Portaria nº 030/2020, de 1º de Junho de 2020, do **PREVI-PAZ** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Junho de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 046/1994, de 23 de Setembro de 1994.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA CRECHE ESCOLA IRMÃ DULCE, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, e o **CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA CRECHE ESCOLA IRMÃ DULCE,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida a Rua Osmar Nunes, S/nº, Bairro Centro Novo, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 14.330.390/0001-72, neste ato representada por seu Presidente a Sr.ª. **AMANDA LOESIA SANTOS**, brasileira, profissão Professora, residente e domiciliada à Rua: Antônio Francisco Santos, S/Nº, Bairro: Aeroporto, portadora do CPF: 830.495.251-34 e RG: 784.341-0 SSP/MT, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Creche Escolar de Educação Infantil Irmã Dulce, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/ 10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$22.968,00(vinte e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais), que será repassado em 07(sete), conforme plano de trabalho, parcelas ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –**A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretário do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo será até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO MANUT. DESENV. DA EDUC. BÁSICA - 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 365- EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA - 0009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV. - 2.030 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% EDUC. INFANTIL

DOTAÇÃO – 308 - 339041 – CONTRIBUIÇÕEs

SALDO ORÇAMENTÁRIO – 119 – TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO).

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

AMANDA LOESIA SANTOS

Presidente do C.D.C.E. DA CRECHE ESCOLA IRMÃ DULCE

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

PORTARIA Nº 559, DE 17 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 559, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Alterar, o período de concessão da Licença para Tratamento de Saúde concedida a Servidora **MARIA ALZENIRA BARROSO DO CARMO,** matrícula funcional nº 2880,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, concedida pela Portaria nº 099/2020, de 27 de Janeiro de 2020, no período de 1º.01.2020 à 31.12.2020 para 1º.01.2020 à 31.05.2020, em virtude de concessão de Aposentadoria por Invalidez, retificando o período do afastamento solicitado.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº015/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº015/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA CRECHE ESCOLA DA CRECHE LUCY AGNER GALLO, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, doravante denominado de CONCEDENTE e o CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA CRECHE LUCY AGNER GALLO, doravante denominado simplesmente CONVENENTE, estabelecida a Rua Perimetral Leste s/n, Distrito União do Norte, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 34.039.696/0001-81, neste ato representada por seu Presidente a **Srª. LUANNA DE MORAES SOUSA SANTOS,** brasileira, profissão técnica em desenvolvimento infantil, residente no Distrito União do Norte, portadora do CPF: 046. 583.731-06 e RG: 2480519-0-SSP/MT, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Creche Lucy Agner Gallo, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$3.135,00(treis mil, cento e trinta e cinco reais), que será repassado em 07(SETE) parcelas conforme plano de trabalho, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –** A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo será até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO MANUT. DESENV. DA EDUC. BÁSICA - 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 365- EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA - 0009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV. - 2.030 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% EDUC. INFANTIL

DOTAÇÃO – 308 - 339041 – CONTRIBUIÇÕEs

SALDO ORÇAMENTÁRIO – 119 – TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO).

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mora conforme art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4 . A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

LUANNA DE MORAES SOUSA SANTOS

Presidente da C.D.C.E. DA CRECHE LUCY AGNER GALLO

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº014/2020

TERMO DE CONVÊNIO N}014/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL ROIKORE, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, e o **CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL ROIKORE,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida na Aldeia Kremoro P NI Kapoto/

Jarina, Distrito União do Norte, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 06.228.119/0001-00, neste ato representada por seu Presidente Sr.**TCHERE METUKTIRE,** brasileiro, profissão Professor, residente e domiciliada na Aldeia Kapoto/ Jarina. Município de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso, portadora do CPF: 998.186.631-87 e RG:4149121 SSP/GO, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Roikore, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de **R$3.591,00(Tres mil, quinhentos e noventa e um reais))**, valores que serão repassados em 07(sete) parcelas conforme plano de trabalho ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO** – A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2019, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a

Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020,

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

TCHERE METUKTIRE

Presidente do C.D.C.E.E.ME.F. Roikore

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

PORTARIA Nº 558, DE 17 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 558, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Alterar, o período de concessão da Licença para Tratamento de Saúde concedida ao Servidor **JOSE GONZAGA DOS REIS,** matrícula funcional nº 358,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, concedida pela Portaria nº 098/2020, de 27 de Janeiro de 2020, no período de 1º.01.2020 à 31.12.2020 para 1º.01.2020 à 1º.06.2020, em virtude de concessão de Aposentadoria por Invalidez, retificando o período do afastamento solicitado.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº013/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº 226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT,e o **CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO,** doravante denominado simplesmente CONVENENTE estabelecida a Rua São Jose S/nº, Bairro Mãe de Deus, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 01.936.995/0001-60, neste ato representada por seu Presidente Srª. **VALDELICE RESPLANDES DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada à Rua Argentina, 634, Bairro Mãe de Deus, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1497850-4SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº 998.891.881-04, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitado-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$7.938,00(Sete mil, novecentos e trinta e oito reais), valores que serão repassados em 07(sete) parcelas ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –** A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do

Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

VALDELICE RESPLANDES DE OLIVEIRA Presidente do C.D.C.E.E.M. E.F. SÃO PEDRO

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº012/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL VIDA E ESPERANÇA, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, doravante denominado de **CONCEDENTE** e o **CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL VIDA E ESPERANÇA,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida a Rod BR. 080 s/nº, Proj. P.A. Cachimbo, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 03.174.479/0001-70, neste ato representado pela Presidente a Sr.ª. **JOAQUIM CAMPOS DA SILVA,** brasileiro, profissão Professor, residente e domiciliado no Distrito União do Norte, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade RG nº **27169094-1 SSP/MT**, inscrito no CPF/MF sob nº **787.841. 143-68**, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vida e Esperança, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitado-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/ 10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$ 18.306,00(DEZOITO MIL, TREZENTOS E SEIS REAIS), valores que serão repassados em 07(sete) parcelas, conforme plano de trabalho, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –** A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão,

da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a

Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

JOAQUIM CAMPOS DA SILVA

Presidente do C.D.E.E.M.E.F. VIDA E ESPERANÇA.

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº011/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL SÃO LUIZ, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, e o **CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO LUIZ,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida na P.A CACHIMBO II s/nº, Proj. P.A. Cachimbo, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 24.327.722/0001-13, neste ato representado pela Presidente a Sr.ª. **WILTON GOMES DA SILVA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito União do Norte, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade RG nº **87813142 SSP/MT**, inscrito no CPF/MF sob nº835.010.109-15, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental **SÃO LUIZ** , resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitado-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$4.932,00(QUATRO MIL, NOVECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS), valores que serão repassados em 07(sete) parcelas, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –** A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE comprometer-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a

Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

WILTON GOMES DA SILVA

Presidente do C.D.E.M.E.F.SÃO LUIZ

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DOM HELDER CAMARA, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, e o **CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DOM HELDER CAMARA,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida a Rua Bage S/ Nº, Bairro Bela Vista, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 07.120.114/0001-14, neste ato representada pela a Presidente a Srª. **SILVIA BARBARA PRISCILA VACARIO,** brasileira, profissão professora, residente no Bairro Centro Antigo, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº9.158.007-1SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº 041.028.639-74, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Helder Câmara, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/ 97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/ 10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$29.337,00(Vinte e nove mil, trezentos e trinta e sete reais), que serão repassados em 07(sete) parcelas, conforme plano de trabalho, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –** A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da

Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos

juros de mota conf art. 3I, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a

Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6I, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

SILVIA BARBARA PRISCILA VACARIO

Presidente do C.D.C.E.E.ME.F. DOM HELDER

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº009/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DO CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL "PAULO FREIRE", VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro

César Cals nº 226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, e o **CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DO CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ‘’PAULO FREIRE’’,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida Avenida Industrial nº 286 Bairro Jerusalém, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 05.596.757/0001-03, neste ato representado por seu Presidente a Srª. **MARIA ELZA OLIVEIRA AGUIAR,** brasileira, profissão Tec. Em Nutrição, residente e domiciliada a Rua, Bolívia, nº104 – Bairro Liberdade, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade RG nº1213223-4 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº899.641.631-53, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Freire, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitado-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$7.350,00(Sete mil, trezentos e cinquenta reais), valores que serão repassados em 07(sete) parcela conforme plano de trabalho, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –** A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor (a) da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretário do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3I, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

MARIA ELZA OLIVEIRA AGUIAR

Presidente do C.D.C.E.E.F. PAULO FREIRE

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

PORTARIA Nº 556, DE 16 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 556, DE 16 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARCIA CRISTINA NUNES DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 6587,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 04 (quatro) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 21.05.2020 à 24.05.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL CECILIA MEIRELES, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, e o **CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CECILIA MEIRELES,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida a VL Nova Esperança – MT 322 – S/Nº, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 21.546.804/0001-60, neste ato representado pela Presidente a Sr.ª. **KATIA APARECIDA NEVES,** brasileira, profissão Professora, residente e domiciliado no Distrito União do Norte, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade RG nº3065016-0 **SSP/MT**, inscrito no CPF/MF sob nº580.436.831-15, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vida e Esperança, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitado-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$6.567,00 (Seis mil, quinhentos e sessenta e sete reais), valores que serão repassados em 07(SETE) parcelas, conforme plano de trabalho, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ PRIMEIRO – A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretário do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO UM. EDUC. BÁSICA 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA - 009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV.- 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO – 281 – 337.041 – CONTRIBUIÇÕES

FONTE DE RECURSOS – 119 – TRANSF. FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mota conf art. 3l, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a

Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

KATIA APARECIDA NEVES

Presidente do C.D.E.E.M.E.F. Cecilia Meireles.

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2020

TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E O CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA CRECHE ESCOLA CRIANÇA FELIZ, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DESSE ESTABELECIMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03. 238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3462335-0, SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, residente nesta cidade de Peixoto de Azevedo – MT, doravante denominado de CONCEDENTE e o CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA CRECHE ESCOLA CRIANÇA FELIZ, doravante denominado simplesmente CONVENENTE, estabelecida a Rua Amazonas, S/nº, Bairro Mãe de Deus, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº 20.022.536/0001-15, neste ato representada por seu Presidente a **Srª. MARIA DORALICE RIBEIRO DA SILVA ALEXANDRE,** brasileira, profissão professora, residente no Bairro Liberdade, Rua México, nº832, portadora do CPF: 777. 424.941-91 e RG: 2994056-7-SSP/MT, Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, considerando a necessidade de descentralização das aquisições e despesas para manutenção da Creche Escola Criança Feliz, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº 01/97 do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, o repasse mensal de recursos destinados exclusivamente ao custeio de despesas com a manutenção e pequenos reparos na Unidade Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 750/10 de 08 de Março de 2010, conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho Deliberativo e que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$4.158,00(quatro mil, cento e cinquenta e oito reais), que será repassado em 07(SETE) parcelas conforme plano de trabalho, ficando o **CONVENENTE,** isento de contrapartida.

§ **PRIMEIRO –** A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo repassará o valor de cada parcela até o dia 20 de cada mês ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ **SEGUNDO –** Os recursos repassados às escolas deverão ser depositados e movimentados em conta bancária especifica para esse fim, cujas movimentações necessitarão, da assinatura conjunta do Presidente do Conselho Deliberativo e do Diretor da Unidade Escolar, Tesoureiro e/ou do Secretario do Conselho Deliberativo.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES:

1 – O CONCEDENTE compromete-se à:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada sua disponibilidade financeira.

2. Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos ou departamentos.

3. Analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **CONCEDENTE** alocados à este convênio.

4. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com funcionários do **CONVENENTE.**

2 – O CONVENENTE, compromete-se à:

1. Aplicar os recursos recebidos do CONCEDENTE exclusivamente na consecução do objeto pactuado, dentro do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta.

2. Elaborar a apresentar à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, mensalmente a Prestação de Contas dos recursos repassados, conforme o disposto na cláusula sétima deste Instrumento.

3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

4. As faturas, recebidas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do executor, devidamente identificados com este Convênio e objeto que originaram a transferência dos recursos, recebidos e atestados conforme o caso.

5. As despesas a serem processadas em regime de suprimento de fundos, regulam das pelo aludido Convênio, sejam processadas apenas na hipótese de impossibilidade de processamento pelo rito ordinário de formação da despesa, afastando-se, em todo caso, as hipóteses de fracionamento de despesa sem licitação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo será até o dia 31/12/2020, para execução físico-financeiro e mais 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas final.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio de que trata a Clausula Primeiro, Correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, para o corrente Exercício a seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO - 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

UNIDADE - 006 - FUNDEB – FUNDO MANUT. DESENV. DA EDUC. BÁSICA - 40%

FUNÇÃO - 12 – CULTURA

SUBFUNÇÃO - 365- EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA - 0009 – REVITALIZANDO E ESTRUT. A EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL

PROJ/ATIV. - 2.030 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% EDUC. INFANTIL

DOTAÇÃO – 308 - 339041 – CONTRIBUIÇÕEs

SALDO ORÇAMENTÁRIO – 119 – TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO).

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Caso se façam necessárias alterações, o presente Termo de Convênio somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E PARCIAL:

A prestação de contas dos recursos será mensalmente, sendo que as liberações dos recursos da segunda parcela em diante ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior e obedecerão ao seguinte critério:

1. A Prestação de Contas deverá ser elaborada conforme os modelos de formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

2. Apresentação da Prestação de Contas mensal ao **CONCEDENTE,** até no máximo o dia 05 do mês seguinte ao da liberação ser **consolidadas.**

3. A não observação do disposto nos itens anteriores, implicará na suspensão dos repasses até o saneamento do fato ensejado ou se insanáveis, na devolução ao **CONCEDENTE** dos recursos recebidos devidamente atualizados e acrescidos dos respectivos juros de mora conforme art. 3I, § 7º da IN/STN/MF Nº 01/97 e inciso XII, do art. 7º da IN/STN/MF nº 01/97.

4 . A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

a) – Oficio de encaminhamento;

b) – Relatório de Cumprimento do Objeto;

c) – Relatório de Execução Físico-Financeiro

d) – Relatório de Execução da Receita e Despesa

e) – Relação de Pagamentos;

f) – Planilhas com as 03 (três) cotações de preços;

g) – Conciliação do Saldo Bancário;

h) – Cópia do extrato bancário;

i) – Declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos;

j) – Declaração da Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis;

k) – Promover à execução do objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observados a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93).

CLAUSULA OITAVA – DO SALDO DO CONVÊNIO

Recolher aos cofres municipais, o saldo de recursos financeiros não utilizados após a Vigência do Convênio à conta indicada pelo CONCEDENTE, OU DAM – Documento de Arrecadação Municipal

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDETNE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste convênio, em Extrato, no Diário Oficial de Contas do Estado do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 6l, da Lei nº 8.666-93, e artigo 17 da IN 01/97.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante á:

a) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e

b) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas a respeito do presente instrumento de Convênio.

E assim, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente Termo de Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus legais efeitos.

Peixoto de Azevedo/MT, 15 de Junho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

MARIA DORALICE RIBEIRO DA SILVA ALEXANDRE

Presidente da C.D.C.E. DA CRECHE CRIANÇA FELIZ

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome: VANDERLEI FERRARI	Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO
CPF.: 507.680.349-49	CPF.: 008.829.951-11

PORTARIA Nº 542, DE 10 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 542, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1614, de 19 de Novembro de 2019, que concedeu Licença para Trato de Interesses Particulares por um período de 24 (vinte e quatro) meses, a pedido da Servidora **CLEIDE APARECIDA DE SOUZA LIMA,** matrícula funcional nº 1732, ocupante do cargo efetivo de Professor de I a IV**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no Artigo 118 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 541, DE 05 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 541, DE 05 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SILVIA SANTOS GONÇALVES,** matrícula funcional nº 6581, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, admitida em 1º de Março de 2011, nomeada através da Portaria nº 098/2011 e do Termo de Posse nº 005/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2011/2016**, no período de 1º.06.2020 à 29.08.2020, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 05

de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 540, DE 05 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 540, DE 05 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ALEANDER DA SILVA CONCEIÇÃO**,matricula funcional nº 7647,ocupante do cargo de efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 07 (sete) dias de **LICENCA PATERNIDADE**, conforme certidão de nascimento no período de 25.05.2020 à 31.05.2020, nos termos do disposto no artigo 86, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 05 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555, DE 16 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 555, DE 16 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FRANCISCA PIRES DE ARAUJO NETA LEITAO,** matricula funcional nº 390,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 03 (três) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 01.06.2020 à 03.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 027/2020, tendo por OBJETO: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DISTRITO DE UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Mauricio Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 3.462. 335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 027/2020 Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor dos SERVIÇOS, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITÁRIOS obtidos na licitação PREGÃO PRESENCIAL – SRP nº 027/2020; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa**IVALDO DE OLIVEIRA** inscrita no CNPJ sob o nº 11.629.406/0001-54 visando o fornecimento do(s) SERVIÇO(S) constante(s) do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas, constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação, poderá, nos limites do art. 65 da Lei 8666/93, serem acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

1.3. Este instrumento não obriga o Órgão a efetivar a total aquisição nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) SERVIÇO(S), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço da empresa **IVALDO DE OLIVEIRA** inscrita no CNPJ sob o nº 11.629.406/0001-54**,** localizada na Avenida Brasil, nº 1500, Liberdade, na cidade de Peixoto de Azevedo – MT - CEP 78.350-000 representada pela Senhora Lucivania Silva de Oliveira, CPF nº 985.176.001-34, RG sob o nº 14781891 SSPMT, residente e domiciliado na cidade de Peixoto de Azevedo-MT.

Planilha demonstrativa dos preços:

SEQ	ITEM	DESCRICAO	UND	QTD	VLR UNIT REFERÊNCIA	VLR TOTAL REFERÊNCIA
1	305567	Serviço de manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública no munícipio de Peixoto de Azevedo/MT e Distrito União do Norte, conforme especificações no Termo de Referência.	MÊS	12	15.000,00	180.000,00
2	308903	Serviço de implantação de poste de concreto de iluminação pública completo, com serviço para perfurar solo de até 1,60m, extensão de rede de energia elétrica e instalação de braço e luminária.	UND	150	700,00	105.000,00
					TOTAL	**285.000,00**

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

4.1. O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) SERVIÇO(S) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP E SUA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1. A Gerencia da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

5.3. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

5.4. Os órgão ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.5. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.6. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 50% dos quantitativos registrados na ARP decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões à ARP, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos SERVIÇOS.

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que Verificará e confrontará qualidade do(s) SERVIÇO(S) entregue com o especificado no Termo de Referencia.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do(s) SERVIÇO(S).

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos no(s) SERVIÇO(S), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) SERVIÇO(S) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O(s) serviço(s) será(ão) executado(s) em toda rede de iluminação pública no município de Peixoto de Azevedo/MT e Distrito União do Norte;

8.2. A CONTRATANTE informará os pontos a serem consertados, onde a empresa deverá fazer a manutenção;

8.3. O prazo de atendimento aos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação;

8.4. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.5. Na hipótese do Item 8.4, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o(s) SERVIÇO(S) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.6. O(s) SERVIÇO(S) serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.7. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referencia;

8.7.1. Em se verificando problemas na execução do(s) SERVIÇO(S), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.8. O(s) SERVIÇO(S), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.1 desta ARP, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos SERVIÇOS poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

9.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação do certame, e, em especial para os atos de pagamento e renovação contratual os seguintes documentos:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social; **b)** Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); **c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

9.7. A CONTRATADA deverá possuir estrutura mínima composta de 01 (um) caminhão ¾, equipado com cesta aérea, e toda manutenção e combustível do veiculo fica de responsabilidade pela CONTRATADA, para troca e manutenção da iluminação pública, no Município. Ferramentaria geral a fim de equipar os veículos e os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços de manutenção da rede de iluminação pública do Município. A CONTRATADA assumira integral responsabilidade civil e penal boa execução e eficiência dos serviços que realizar, bem como os serviços não atendidos, e assim que informado pela secretaria a empresa terá um prazo até 24 horas para executar o serviço;

9.8. Responsabilizam-se, de modo exclusivo, por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados e uso indevido de patentes. Os trabalhadores que irão realizar a manutenção deverão estar devidamente treinados e ter no mínimo os cursos de NR-35 TRABALHO EM ALTURA e NR-10 SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE atualizados. A qualquer momento a CONTRATANTE poderá exigir a comprovação de execução destes cursos e a empresa CONTRATADA terá 10 (dez) dias para apresentar a comprovação. A equipe técnica especializada em campo deverá conter o profissional responsável técnico e dois funcionários com os certificados de NR10 e NR35;

9.9. A CONTRATADA se responsabiliza em atender a iluminação pública no perímetro urbano e rural, sem nenhum custo adicional. A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade e o custeio pela respectiva guarda transporte e descarga dos materiais retirados do almoxarifado;

9.10. Os serviços executados serão orientados pelo responsável técnico da CONTRATADA que acompanhará o andamento dos trabalhos em regime integral;

9.11. Os serviços serão gerados pelas reclamações da população, por meio do sistema da ouvidoria, telefone e/ou na recepção deste paço municipal. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos/serviços de sua responsabilidade;

9.12. A CONTRATADA deverá realizar inspeções diárias noturnas e diurnas com vistas á detecção de pontos apagados durante a noite e acesos durante o dia, e de outras não conformidades das instalações do sistema pública, devendo ser emitido um relatório mensal constante das anormalidades encontradas evidenciando as características das ocorrências.

9.13. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.14. A falta de quaisquer objetos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

9.15. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.16. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

9.17. O(s) SERVIÇO(S) serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, e somente após o recebimento definitivo, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP - Ata de Registro de Preço.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das clausulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir o(s) SERVIÇO(S) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o numero do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, telefone e, se disponível, o e-mail.

14.7. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal**, conforme a seguir:

Dotação Orçamentária:

Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade	001	GABINETE DO SECRETRARIO
Função	25	ENERGIA
Subfunção	752	ENERGIA ELÉTRICA
Programa	0029	REVITALIZAÇÃO URBANA E DESENV. RURAL
Proj./Ativ.	2095	MANUTENCAO E EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Dotação	972	3390.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
	FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:	
Saldo Orçamentário:	117	Contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública - COSIP
		REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre o(s) SERVIÇO(S) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável á espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ARP, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Peixoto de Azevedo-MT, poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,

Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude

fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa;

16.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

16.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT;

16.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

16.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 - Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial nº 027/2020, o qual integra a presente ARP, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1 - Esta ARP vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Presencial nº 027/2020 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento dos SERVIÇOS.

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA –COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o numero deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo/MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Estado e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 10 de julho de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 539, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 539, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **LUCAS VINICIUS PEREIRA OLIVEIRA,** matricula funcional nº 8253,ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.06.2020 à 16.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 525, DE 01 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 525, DE 01 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **TANIA CECILIA MOHR DE ANDRADE,** matricula funcional nº 1419,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 18.05.2020 à 18.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 524, DE 01 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 524, DE 01 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **NEIA DA SILVA CORREA,** matrícula funcional nº 7182, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, admitida em 1º de Agosto de 2014, nomeada através da Portaria nº 737/2014 e do Termo de Posse nº 038/2014, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2014/2019**, no período de 1º.06.2020 à 29.08.2020, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01

de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 533, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 533, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ELIENE TELES SOUSA DA SILVA,** matricula funcional nº 7247,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 20. 05.2020 à 15.11.2020, nos termos do disposto no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 538, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 538, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ORISMAR FRANCES MESQUITA,** matricula funcional nº 4528,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 04 (quatro) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 26.05.2020 à 29.05.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 537, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 537, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **LIDIEL PALHANO DA SILVA,** matricula funcional nº 7633,ocupante do cargo efetivo de Gari, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.06.2020 à 15.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 553, DE 15 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 553, DE 15 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **RAIMUNDO SINFRONIO COELHO JUNIOR,** matricula funcional nº 7254,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 29 (vinte e nove) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.06.2020 à 30.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 15 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

COVID-19: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 037/2020 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS LABORATORIAIS, FARMACÊUTICOS E MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVIRUS (COVID-19), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Sagrou-se vencedora as empresas **SUADENTAL PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI,** com o valor total de **R$ 27.240,00 (Vinte e sete mil duzentos e quarenta reais); J D DE ANDRADE DROGARIA EIRELI - EPP,** com o valor total de **R$ 199.390,00 (Cento e noventa e nove mil trezentos e noventa reais); IMPACTO INDUSTRIA E COMÉRCIO CONFECÇÕES LTDA,** com o valor total de **R$ 20.550,00 (Vinte mil quinhentos e cinquenta reais); KAZZO CONFECÇÕES E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA,** com o valor total de **R$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais); TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS,** com o valor total de **R$ 7.632,00 (Sete mil seiscentos e trinta dois reais); LEITE E RIBEIRO LTDA,** com o valor total de **R$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais); SINOMÉDICA COM. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA,** com o valor total de **R$ 2.703,00 (Dois mil setecentos e três reais).** Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 09 de julho de 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PORTARIA Nº 552, DE 15 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 552, DE 15 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matricula funcional nº 7952,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 03.06.2020 à 17.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto

de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 15 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551, DE 10 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 551, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 059, de 15 de Janeiro de 2020, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de Função de Encarregado (FE), a Servidora **ANDRESSA APARECIDA VARGAS ROCHA,** matricula funcional nº 6929, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 536, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 536, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **RAFAELA SANTOS PASSOS,** matricula funcional nº 8016,ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 28.05.2020 à 23.11.2020, nos termos do disposto no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 034/2020 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS DESTINADOS A DESINFECÇÃO, TRATAMENTO E CONTROLE DA ÁGUA FORNECIDA NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Sagrou-se vencedora as empresas **IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA,** com o valor total de **R$ 4.134,00 (Quatro mil cento e trinta e quatro reais); PURIFICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUAS EIRELI EPP,** com o valor total de **R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais); EDSON FURQUIM ME,** com o valor total de **R$7.805,00 (Sete mil oitocentos e cinco reais).** Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 09 de julho de 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PORTARIA Nº 550, DE 10 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 550, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **BENTO PERES DE SOUSA,** matrícula funcional nº 2891, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, admitido em 02 de Junho de 2004, nomeado através da Portaria nº 092/2004 e do Termo de Posse nº 040/2004, lotado na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 60 (sessenta) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2014/2019**, no período de 08.06.2020 à 06.08.2020, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10

de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 549, DE 10 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 549, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROSANE MACHADO VIEIRA,** matricula funcional nº 7700,ocupante do cargo em comissão de Monitor de Cursos Livres, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 08.06.2020 à 07.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 535, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 535, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora**MAXIMA SOUZA OLIVEIRA SILVA,** matrícula funcional nº 1448, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, admitida em 02 de Setembro de 2002, nomeada através da Portaria nº 069/2002 e do Termo de Posse nº 008/2002, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 08.06.2020 à 05.09.2020, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 534, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 534, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA JOSE DA SILVA FREITAS,** matricula funcional nº 380,ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.06.2020 à 02.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 532, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 532, DE 04 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA CELIA BRAGA,** matricula funcional nº 5717,ocupante do cargo efetivo de ES Enfermeiro 40 Horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 21.05.2020 à 22.05.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 548, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, o Servidor **FRANCISCO FERNANDO OLIVEIRA SOUZA,** matrícula funcional nº 8370, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotado no Gab da Secretaria Municipal de Agricultura para o Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 530, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 530, de 04 de JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, a Servidora **ANDRESSA APARECIDA VARGAS ROCHA,** matrícula funcional nº 6929, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de

Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 531, DE 04 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 531, de 04 de JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, a Servidora **AFONSINA APARECIDA FERMINO CRESCENCIO,** matrícula funcional nº 5419, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda para Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Mineração e Turismo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N° 090/2020

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **A. N. LEMOS EIRELI**

O presente Contrato é para: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO".**

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 1.918.234,38 (Um milhão, novecentos e dezoito mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e oito centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **390 (Trezentos e noventa) Dias** e o prazo de execução será de **360 (Trezentos e sessenta) Dias consecutivos, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 08 de julho de 2020.

PORTARIA Nº 547, DE 10 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 547, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JOSIVANIA FERREIRA DE AMORIM,** matricula funcional nº 4920,ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 16 (dezesseis) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 05.06.2020 à 20.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 546, DE 10 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 546, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Senhora **ANNI KARINI REINA**, matricula funcional nº 8375, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Meio Ambiente Mineração e Turismo, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente Mineração e Turismo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, o valor fixado da Verba Indenizatória de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) nos termos do disposto no artigo 1º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 966/2017, de 22 de Setembro de 2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 544, DE 10 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 544, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 50,00% (cinquenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **JONATAS HENRIQUE DOS SANTOS,** matricula funcional nº 8376, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,**

da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 590, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 590, de 24 de JUNHO de 2020

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do artigo 10 do Plano de Cargos e Carreira do Município - Lei Complementar 002/2005.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Art. 10 da Lei Complementar 002/2005 de 26 de Agosto de 2005, que dispõ

e sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Progressão Funcional, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado 12 (doze) meses ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS DE JUNHO DE 2020**, nos termos do art. 10 da Lei Complementar 02, de 26 de agosto de 2005.

Mat.	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
2886	ANTONIO PEDRO DA SILVA	02	06	E	15	E	16
2891	BENTO PERES DE SOUSA	02	06	E	15	E	16
2897	CARLOS SANTOS ROSARIO SILVA	02	06	D	15	D	16
2896	ELIDIO PEREIRA DA SILVA	02	06	E	15	E	16
6181	EMERSON NUNES FREITAS	01	06	D	10	D	11
2882	HILTON CARNEIRO DE OLIVEIRA	02	06	E	15	E	16
6179	JERSIANE FERNANDES DOS SANTOS	01	06	D	10	D	11
6178	JOEZER PONCIANO DE JESUS	01	06	D	10	D	11
6194	LINDALVA PEREIRA DA SILVA	01	06	D	10	D	11
2864	MARCOS JUNIOR CERVANTES	02	06	C	15	C	16
2858	MAURA PEDROSO MARINHO PRANDO	02	06	C	14	C	15
2888	MAURO MATOS	02	06	E	15	E	16
6159	OTAVIO GOMES DOS SANTOS	01	06	D	10	D	11
2884	PEDRO PEREIRA ALMEIDA	02	06	E	15	E	16
6985	RAIMUNDO JANUARIO DA SILVA	03	06	B	06	B	07
8039	SAMANTA YUMI SHINIKE WACHHOLZ	18	06	A	02	A	03
6176	SONIA MARIA SANTOS SILVA	01	06	D	10	D	11

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 589, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 589, de 24 de JUnHO de 2020

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Elevação de Nível, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado a cada 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS DE JUNHODE 2020**, nos termos do disposto no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Matricula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N

6697	JUCILENE ZANI DA CRUZ	14	**06**	C	03	C	04
347	MARIA DEUSA FARIA	28	**06**	A	08	A	09

A**rt. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Julho de 2020, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 588, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 588, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Decreto nº 021, de 18 de Março de 2020, sobre as medidas para enfretamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 022, de 20 de Março de 2020, Declara Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 023, de 24 de Março de 2020, dispõe sobre novas adoções de medidas temporárias restritivas e emergenciais e adicionais aos Decretos nº 021/202, 022/202 às atividades privadas para prevenção e contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19).

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CLARICE MARINES CENCI BEE,** matricula funcional nº 4517, ocupante do cargo efetivo de AS Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 30 (trinta) dias, conforme atestado médico no período de 28.05.2020 à 27.06.2020, o exercício de suas funções via “home office”, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 023/2020, até posterior deliberação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 587, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 587, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Decreto nº 021, de 18 de Março de 2020, sobre as medidas para enfretamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 022, de 20 de Março de 2020, Declara Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 023, de 24 de Março de 2020, dispõe sobre novas adoções de medidas temporárias restritivas e emergenciais e adicionais aos Decretos nº 021/202, 022/202 às atividades privadas para prevenção e contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19).

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JOVINA ESPERIDIAO COSTA,** matricula funcional nº 379, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar der Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, o exercício de suas funções via “home office”, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 023/2020, até posterior deliberação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 586, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 586, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Decreto nº 021, de 18 de Março de 2020, sobre as medidas para enfretamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 022, de 20 de Março de 2020, Declara Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 023, de 24 de Março de 2020, dispõe sobre novas adoções de medidas temporárias restritivas e emergenciais e adicionais aos Decretos nº 021/202, 022/202 às atividades privadas para prevenção e contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19).

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GILMA FERREIRA,** matricula funcional nº 4299, ocupante do cargo em comissão de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 15 (quinze) dias, conforme atestado médico no período de 15.06.2020 à 29.06.2020, o exercício de suas funções via “home office”, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 023/2020, até posterior deliberação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 585, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 585, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Decreto nº 021, de 18 de Março de 2020, sobre as medidas para enfretamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 022, de 20 de Março de 2020, Declara Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 023, de 24 de Março de 2020, dispõe sobre novas adoções de medidas temporárias restritivas e emergenciais e adicionais aos Decretos nº 021/202, 022/202 às atividades privadas para prevenção e contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19).

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LUCINEIDE DOS SANTOS,** matricula funcional nº 7189, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, o exercício de suas funções via “home office”, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 023/2020, até posterior deliberação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 584, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 584, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Decreto nº 021, de 18 de Março de 2020, sobre as medidas para enfretamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 022, de 20 de Março de 2020, Declara Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19).

Considerando o Decreto nº 023, de 24 de Março de 2020, dispõe sobre novas adoções de medidas temporárias restritivas e emergenciais e adicionais aos Decretos nº 021/202, 022/202 às atividades privadas para prevenção e contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19).

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **HEIDI ERLI ALVES DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7433, ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, o exercício de suas funções via “home office”, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 023/2020, até posterior deliberação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 583, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 583, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 58,00% (cinquenta e oito por cento),** por estar exercendo a função de Coordenador Pedagógico, a Servidora **SALETE REGINA DA SILVA,** matrícula funcional nº 5439, ocupante do cargo efetivo de Professor, exercendo a sua função na Escola Municipal “Dom Helder Câmara”, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 582, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 582, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 58,00% (cinquenta e oito por cento),** por estar exercendo a função de Coordenador Pedagógico, a Servidora **MARGARETE SOUZA GOMES CAVALLINI,** matrícula funcional nº 7957, ocupante do cargo efetivo de Professor, exercendo a sua função na Escola Municipal “Dom Helder Câmara”, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 581, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 581, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 58,00% (cinquenta e oito por cento),** por estar exercendo a função de Coordenador Pedagógico, a Servidora **AMELIA VITORIA PARREIRA,** matrícula funcional nº 2925, ocupante do cargo efetivo de Professor, exercendo a sua função na Escola Municipal "Dom Helder Câmara", na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 526, DE 01 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 526, DE 01 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROSANE DE FATIMA PACHECO,** matricula funcional nº 1746,ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 90 (noventa) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 19.05.2020 à 16.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 580, DE 24 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 580, DE 24 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Dedicação Exclusiva de 73,00% (setenta e três por cento),** por estar exercendo a função de Diretor, ao Servidor **ARLINDO NERES ALVES,** matrícula funcional nº 430, ocupante do cargo efetivo de Professor, exercendo a sua função na Escola Municipal "Dom Helder Câmara", na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos do disposto na Tabela VII, da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 579, DE 23 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 579, DE 23 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **NOEMI MARIA LANG,** matricula funcional nº 8255,ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 19.06.2020 à 23.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 578, DE 23 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 578, DE 23 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** o Servidor **OTAVIO GOMES DOS SANTOS,** matricula funcional nº 6159,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 19.06.2020 à 28.06.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 572, DE 19 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 572, DE 19 DE JUNHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ELIZANGELA SILVA DA CRUZ GOMES,** matricula funcional nº 8245,ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 45 (quarenta e cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.06.2020 à 16.07.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Junho de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
COVID-19: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2020

O Prefeito Municipal, Senhor Atail Marques do Amaral, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde, resolve ratificar a Dispensa de Licitação nº 16/2020, tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo administrativo, aprovada pelo Parecer Jurídico n° 29/2020, onde fora declarada Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso IV artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e Artigo 4º da Lei nº 13.979/2020, como medida fundamental e emergente para auxiliar no combate ao novo tipo do Coronavírus (2019-nCoV), para que seja declarada DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da empresa FIREWALL EMPRESA ESPECIALIZADAEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS, SOCORRISMO E BRIGADA PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.582.881/0001-67 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL PARA ATUAÇÃO NA BARREIRA SANITÁRIA NA ENTRADA DA CIDADE REFERENTE PARA PRESTAR INFORMAÇÕES, MINITORAMENTO E INSTRUÇÕES DA COVID-19, no valor total de R$ 48.000,00 (DOZE MIL REAIS) para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, contrato com prazo de vigência de 120 (cento e vinte) dias, com entrega IMEDIATA, (ou conforme a necessidade). Publique-se.

Poconé – MT, 09 de julho de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL Prefeito

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2020

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 004/2020, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento por ITEM, o ***PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER A EQUIPE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA.***

Data: 22/07/2020

Credenciamento: 8h00min (horário local)

Abertura das Propostas: 8h30min (horário local)

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poconé/MT - Endereço: Praça da Matriz, s/n - Centro - Poconé/MT.

Informamos aos interessados que o Edital completo encontra-se disponível gratuitamente no site www.pocone.mt.gov.br

Poconé-MT, 09 de Julho de 2020.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°.21/2020 REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO N°.21/2020 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que realizará licitação do tipo menor preço por item, com reserva de cota para ME e EPP. OBJETO: Contratações de Empresas para Prestação de Serviço com diárias de Caminhões e Horas Máquinas**. INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 09/07/2020 ÁS 10:00 h– TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 29/07/2020 ÁS 09:00h 00h– ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/07/2020 ÁS 09:00h00h E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 29/07/2020 ÁS 10:00h 00h (horário de Brasília**) LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.brO Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA ATA RP Nº 18 2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2020.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo n°. 45/2020, Pregão Eletrônico nº 18/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

Empresa: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-EPP

CNPJ: 26.457.348/0001-04

Valor Total: R$ 3.270,70 (Três mil duzentos e setenta reais e setenta centavos).

Empresa: FERNAMED LTDA-EPP

CNPJ: 04.759.433/0001-86

Valor Total: R$ 5.550,00 (Cinco mil e quinhentos e cinqüenta reais).

Empresa: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Valor Total: R$ 7.065,40 (Sete mil sessenta e cinco reais e quarenta centavos).

Empresa: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

CNPJ: 12.313.826/0001-90

Valor Total: R$ 61.616,28 (Sessenta e um mil e seiscentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos).

Empresa: TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 32.364.822/0001-48

VALOR TOTAL R$ 44.031,55 (Quarenta e quatro mil e trinta e um reais e cinqüenta e cinco centavos).

Empresa: TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 22.862.531/0001-26

VALOR TOTAL R$ 21.817,40 (Vinte e um mil e oitocentos e dezessete reais e quarenta centavos).

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preços tem por objetivo e finalidade a aquisição de MEDICAMENTOS HOSPITALAR para atender a secretaria de Saúde, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT conforme especificados.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma 09/07/2020 ate 09/07/2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°.19/2020
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Porto Alegre do Norte-MT, torna público para conhecimento dos interessados do Pregão Eletrônico nº 19/2020. OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual **Contratação de Empresa para Fornecimento de Aquisição de Insumos Hospitalar**. Empresas vencedoras **MED. VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME** inscrito no CNPJ nº 28.418.133/0001-00 vencedores dos itens 1,2,3,4,12,13,15,25,28,29,30,31,46 e 50 valor total de R$ **24.000,56**; **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI** inscrito no CNPJ nº 22.862.531/0001-26 vencedores dos itens 5,11,21,22,24,26,27,37,38,39,43,44,45 e 47 valor total de R$ **152.325,00**; **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI** inscrito no CNPJ nº 6 e 7 valor de R$ **3,180,00**; **C. A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES** inscrito no CNPJ nº 26.457.348/0001-04 vencedores dos itens 8,51,52,53,54 e 55 valor total de R$ **10.589,50**; **RETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrito no CNPJ nº 12.313.826/0001-90 vencedores dos itens 9,10,14,17,19,36,48,60 e 61 valor total de R$ **28.812,42**; **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI** inscrito no CNPJ nº 29.700.587/0001-23 vencedores dos itens 16,18 e 20 valor total de R$ **20.826,00**; **DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrito no CNPJ nº 10.566.711/0001-81 vencedora do item 23 valor total R$ 2.475,00; **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATORIOS LTDA** inscrito no CNPJ nº 05.895.525/0001-56 vencedora dos itens 32,33,34,35,49,56,57 e 58 valor total R$ 9.965,00; **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrito no CNPJ nº 32.364.822/000148 vencedora dos itens 40,41 e 42 valor total R$ **29.098,00**. Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CONTABILIDADE
CONTABILIDADE - RELATÓRIOS RREO 1º BIMESTRE 2020

RELATÓRIOS RREO 1º BIMESTRE 2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.670.050,00	52.670.050,00	7.356.947,24	13,97	7.356.947,24	13,97	45.313.102,76
RECEITAS CORRENTES	41.731.050,00	41.731.050,00	7.356.947,24	17,63	7.356.947,24	17,63	34.374.102,76
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.708.700,00	3.708.700,00	538.570,55	14,52	538.570,55	14,52	3.170.129,45
Impostos	3.016.500,00	3.016.500,00	480.832,13	15,94	480.832,13	15,94	2.535.667,87
Taxas	692.200,00	692.200,00	57.738,42	8,34	57.738,42	8,34	634.461,58
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.785.436,00	1.785.436,00	111.324,07	6,24	111.324,07	6,24	1.674.111,93
Contribuições Sociais	1.254.936,00	1.254.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.254.936,00
Contribuições Econômicas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	530.000,00	530.000,00	111.324,07	21,00	111.324,07	21,00	418.675,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.258.500,00	2.258.500,00	6.655,73	0,29	6.655,73	0,29	2.251.844,27
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.258.500,00	2.258.500,00	6.655,73	0,29	6.655,73	0,29	2.251.844,27
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.514,00	17.514,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.514,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	17.514,00	17.514,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.514,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.958.800,00	33.958.800,00	6.619.311,70	19,49	6.619.311,70	19,49	27.339.488,30
Transferências da União e de suas Entidades	14.503.800,00	14.503.800,00	3.194.038,17	22,02	3.194.038,17	22,02	11.309.761,83
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.178.000,00	13.178.000,00	2.332.414,73	17,70	2.332.414,73	17,70	10.845.585,27
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.277.000,00	6.277.000,00	1.091.668,66	17,39	1.091.668,66	17,39	5.185.331,34
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	1.190,14	0,00	1.190,14	0,00	-1.190,14
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.100,00	2.100,00	81.085,19	.861,20	81.085,19	861,20	-78.985,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.500,00	1.500,00	81.085,19	.405,68	81.085,19	405,68	-79.585,19
RECEITAS DE CAPITAL	10.939.000,00	10.939.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.439.000,00	8.439.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.439.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	8.314.000,00	8.314.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.314.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.478.450,00	2.478.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.478.450,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	55.148.500,00	55.148.500,00	7.356.947,24	13,34	7.356.947,24	13,34	47.791.552,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	55.148.500,00	55.148.500,00	7.356.947,24	13,34	7.356.947,24	13,34	47.791.552,76
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	55.148.500,00	55.148.500,00	7.356.947,24	13,34	7.356.947,24	13,34	47.791.552,76
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	154.919,00			154.919,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		154.919,00			154.919,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A FEV		BIMESTRE	JAN A FEV			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	52.361.840,00	52.516.759,00	7.891.437,04	7.891.437,04	44.625.321,96	6.058.334,88	6.058.334,88	46.458.424,12	4.190.973,15	0,00
DESPESAS CORRENTES	36.990.374,35	37.135.333,35	7.699.115,37	7.699.115,37	29.436.217,98	5.951.591,69	5.951.591,69	31.183.741,66	4.117.043,37	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.857.141,00	20.472.417,62	3.445.674,45	3.445.674,45	17.026.743,17	3.445.674,45	3.445.674,45	17.026.743,17	2.363.616,09	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.133.233,35	16.662.915,73	4.253.440,92	4.253.440,92	12.409.474,81	2.505.917,24	2.505.917,24	14.156.998,49	1.753.427,28	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.448.522,88	12.458.482,88	192.321,67	192.321,67	12.266.161,21	106.743,19	106.743,19	12.351.739,69	73.929,78	0,00
INVESTIMENTOS	12.348.522,88	12.358.482,88	92.321,67	92.321,67	12.266.161,21	92.321,67	92.321,67	12.266.161,21	59.508,26	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	14.421,52	14.421,52	85.578,48	14.421,52	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.922.942,77	2.922.942,77			2.922.942,77			2.922.942,77		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.786.660,00	2.786.660,00	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	201.719,68	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	55.148.500,00	55.303.419,00	8.294.051,31	8.294.051,31	47.009.367,69	6.460.949,15	6.460.949,15	48.842.469,85	4.392.692,83	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	55.148.500,00	55.303.419,00	8.294.051,31	8.294.051,31	47.009.367,69	6.460.949,15	6.460.949,15	48.842.469,85	4.392.692,83	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			895.998,09		2.964.254,41	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	55.148.500,00	55.303.419,00	8.294.051,31	8.294.051,31		6.460.949,15	7.356.947,24		7.356.947,24	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.478.450,00	2.478.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.478.450,00
RECEITAS CORRENTES	2.478.450,00	2.478.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.478.450,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.478.450,00	2.478.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.478.450,00
Contribuições Sociais	2.478.450,00	2.478.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.478.450,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°)

R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A FEV		BIMESTRE	JAN A FEV			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.786.660,00	2.786.660,00	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	201.719,68	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.786.660,00	2.786.660,00	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	201.719,68	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.786.660,00	2.786.660,00	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	402.614,27	402.614,27	2.384.045,73	201.719,68	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.361.840,00	52.516.759,00	7.897.011,36	7.897.011,36	95,13	44.619.747,64	6.063.909,20	6.063.909,20	93,75	46.452.849,80	0,00
Legislativa	1.516.000,00	1.516.000,00	0,00	0,00	0,00	1.516.000,00	0,00	0,00	0,00	1.516.000,00	0,00
Ação Legislativa	1.516.000,00	1.516.000,00	0,00	0,00	0,00	1.516.000,00	0,00	0,00	0,00	1.516.000,00	0,00
Administração	11.967.533,35	11.890.495,81	2.458.482,64	2.458.482,64	29,62	9.432.013,17	1.652.947,00	1.652.947,00	25,56	10.237.548,81	0,00
Administração Geral	11.547.533,35	11.470.495,81	2.296.964,14	2.296.964,14	27,67	9.173.531,67	1.564.414,51	1.564.414,51	24,19	9.906.081,30	0,00
Normatização e Fiscalização	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Ordenamento Territorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	400.000,00	400.000,00	161.518,50	161.518,50	1,95	238.481,50	88.532,49	88.532,49	1,37	311.467,51	0,00
Assistência Social	1.891.660,00	1.966.032,48	281.566,67	281.566,67	3,39	1.684.465,81	278.766,67	278.766,67	4,31	1.687.265,81	0,00
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	238.300,00	251.168,35	64.909,82	64.909,82	0,78	186.258,53	62.109,82	62.109,82	0,96	189.058,53	0,00
Assistência Comunitária	1.643.360,00	1.704.864,13	216.656,85	216.656,85	2,61	1.488.207,28	216.656,85	216.656,85	3,35	1.488.207,28	0,00
Previdência Social	3.486.322,88	3.486.322,88	0,00	0,00	0,00	3.486.322,88	0,00	0,00	0,00	3.486.322,88	0,00
Administração Geral	369.417,88	369.417,88	0,00	0,00	0,00	369.417,88	0,00	0,00	0,00	369.417,88	0,00
Previdência do Regime Estatutário	3.116.905,00	3.116.905,00	0,00	0,00	0,00	3.116.905,00	0,00	0,00	0,00	3.116.905,00	0,00
Saúde	7.208.716,00	7.327.301,00	2.078.852,79	2.078.852,79	25,04	5.248.448,21	1.974.124,22	1.974.124,22	30,52	5.353.176,78	0,00
Administração Geral	1.080.000,00	957.893,72	280.451,49	280.451,49	3,38	677.442,23	280.451,49	280.451,49	4,34	677.442,23	0,00
Atenção Básica	4.819.950,00	5.018.651,69	1.606.721,88	1.606.721,88	19,36	3.411.929,81	1.512.838,43	1.512.838,43	23,39	3.505.813,26	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	725.366,00	727.197,04	73.941,97	73.941,97	0,89	653.255,07	63.096,85	63.096,85	0,98	664.100,19	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	184.400,00	194.831,48	25.180,69	25.180,69	0,30	169.650,79	25.180,69	25.180,69	0,39	169.650,79	0,00
Vigilância Sanitária	222.500,00	240.587,99	55.265,25	55.265,25	0,67	185.322,74	55.265,25	55.265,25	0,85	185.322,74	0,00
Vigilância Epidemiológica	176.500,00	188.139,08	37.291,51	37.291,51	0,45	150.847,57	37.291,51	37.291,51	0,58	150.847,57	0,00
Trabalho	180.000,00	180.000,00	23.000,00	23.000,00	0,28	157.000,00	23.000,00	23.000,00	0,36	157.000,00	0,00
Fomento ao Trabalho	180.000,00	180.000,00	23.000,00	23.000,00	0,28	157.000,00	23.000,00	23.000,00	0,36	157.000,00	0,00
Educação	12.300.100,00	12.300.100,00	1.773.529,07	1.773.529,07	21,37	10.526.570,93	1.595.842,71	1.595.842,71	24,67	10.704.257,29	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Ensino Fundamental	10.709.600,00	10.709.600,00	1.573.107,32	1.573.107,32	18,95	9.136.492,68	1.455.420,96	1.455.420,96	22,50	9.254.179,04	0,00
Ensino Superior	200.000,00	200.000,00	72.000,00	72.000,00	0,87	128.000,00	12.000,00	12.000,00	0,19	188.000,00	0,00
Educação Infantil	1.380.500,00	1.380.500,00	128.421,75	128.421,75	1,55	1.252.078,25	128.421,75	128.421,75	1,99	1.252.078,25	0,00
Cultura	1.229.000,00	1.250.213,66	81.008,69	81.008,69	0,98	1.169.204,97	81.008,69	81.008,69	1,25	1.169.204,97	0,00
Difusão Cultural	1.229.000,00	1.250.213,66	81.008,69	81.008,69	0,98	1.169.204,97	81.008,69	81.008,69	1,25	1.169.204,97	0,00
Urbanismo	3.026.000,00	3.026.000,00	417.364,66	417.364,66	5,03	2.608.635,34	111.078,38	111.078,38	1,72	2.914.921,62	0,00
Infra-Estrutura Urbana	3.026.000,00	3.026.000,00	417.364,66	417.364,66	5,03	2.608.635,34	111.078,38	111.078,38	1,72	2.914.921,62	0,00
Habitação	1.220.000,00	1.220.000,00	0,00	0,00	0,00	1.220.000,00	0,00	0,00	0,00	1.220.000,00	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Habitação Urbana	1.210.000,00	1.210.000,00	0,00	0,00	0,00	1.210.000,00	0,00	0,00	0,00	1.210.000,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saneamento	1.229.000,00	1.229.000,00	110.023,10	110.023,10	1,33	1.118.976,90	0,00	0,00	0,00	1.229.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	976.000,00	976.000,00	110.023,10	110.023,10	1,33	865.976,90	0,00	0,00	0,00	976.000,00	0,00
Controle Ambiental	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00
Gestão Ambiental	84.250,00	84.250,00	4.762,80	4.762,80	0,06	79.487,20	4.762,80	4.762,80	0,07	79.487,20	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Controle Ambiental	54.250,00	54.250,00	4.762,80	4.762,80	0,06	49.487,20	4.762,80	4.762,80	0,07	49.487,20	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Agricultura	571.425,00	584.415,09	57.386,95	57.386,95	0,69	527.028,14	57.386,95	57.386,95	0,89	527.028,14	0,00
Ordenamento Territorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Promoção da Produção Animal	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Extensão Rural	531.425,00	544.415,09	57.386,95	57.386,95	0,69	487.028,14	57.386,95	57.386,95	0,89	487.028,14	0,00
Indústria	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Comércio e Serviços	31.230,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00
Promoção Comercial	31.230,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00
Energia	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Energia Elétrica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Transporte	2.825.500,00	2.825.500,00	455.438,07	455.438,07	5,49	2.370.061,93	214.974,34	214.974,34	3,32	2.610.525,66	0,00
Serviços Urbanos	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	2.525.500,00	2.525.500,00	455.438,07	455.438,07	5,49	2.070.061,93	214.974,34	214.974,34	3,32	2.310.525,66	0,00
Desporto e Lazer	542.160,00	546.955,31	55.595,92	55.595,92	0,67	491.359,39	55.595,92	55.595,92	0,86	491.359,39	0,00
Desporto Comunitário	322.160,00	326.955,31	34.458,72	34.458,72	0,42	292.496,59	34.458,72	34.458,72	0,53	292.496,59	0,00
Lazer	220.000,00	220.000,00	21.137,20	21.137,20	0,25	198.862,80	21.137,20	21.137,20	0,33	198.862,80	0,00
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	1,20	0,00	14.421,52	14.421,52	0,22	85.578,48	0,00
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	1,20	0,00	14.421,52	14.421,52	0,22	85.578,48	0,00
Reserva de Contingência	2.922.942,77	2.922.942,77	0,00	0,00	0,00	2.922.942,77	0,00	0,00	0,00	2.922.942,77	0,00
Reserva de Contingência	2.922.942,77	2.922.942,77	0,00	0,00	0,00	2.922.942,77	0,00	0,00	0,00	2.922.942,77	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.786.660,00	2.786.660,00	402.614,27	402.614,27	4,85	2.384.045,73	402.614,27	402.614,27	6,22	2.384.045,73	0,00
Legislativa	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00
Ação Legislativa	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00
Administração	595.590,00	595.590,00	85.308,58	85.308,58	1,03	510.281,42	85.308,58	85.308,58	1,32	510.281,42	0,00
Administração Geral	595.590,00	595.590,00	85.308,58	85.308,58	1,03	510.281,42	85.308,58	85.308,58	1,32	510.281,42	0,00
Assistência Social	119.800,00	119.800,00	12.156,58	12.156,58	0,15	107.643,42	12.156,58	12.156,58	0,19	107.643,42	0,00
Assistência Comunitária	119.800,00	119.800,00	12.156,58	12.156,58	0,15	107.643,42	12.156,58	12.156,58	0,19	107.643,42	0,00
Previdência Social	17.686,00	17.686,00	0,00	0,00	0,00	17.686,00	0,00	0,00	0,00	17.686,00	0,00
Administração Geral	17.686,00	17.686,00	0,00	0,00	0,00	17.686,00	0,00	0,00	0,00	17.686,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saúde	906.384,00	906.384,00	161.725,38	161.725,38	1,95	744.658,62	161.725,38	161.725,38	2,50	744.658,62	0,00
Administração Geral	190.450,00	190.450,00	27.907,48	27.907,48	0,34	162.542,52	27.907,48	27.907,48	0,43	162.542,52	0,00
Atenção Básica	548.934,00	548.934,00	108.593,88	108.593,88	1,31	440.340,12	108.593,88	108.593,88	1,68	440.340,12	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	50.400,00	50.400,00	7.243,76	7.243,76	0,09	43.156,24	7.243,76	7.243,76	0,11	43.156,24	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	30.700,00	30.700,00	4.289,20	4.289,20	0,05	26.410,80	4.289,20	4.289,20	0,07	26.410,80	0,00
Vigilância Sanitária	51.000,00	51.000,00	7.235,68	7.235,68	0,09	43.764,32	7.235,68	7.235,68	0,11	43.764,32	0,00
Vigilância Epidemiológica	34.900,00	34.900,00	6.455,38	6.455,38	0,08	28.444,62	6.455,38	6.455,38	0,10	28.444,62	0,00
Educação	1.022.000,00	1.022.000,00	134.054,41	134.054,41	1,61	887.945,59	134.054,41	134.054,41	2,07	887.945,59	0,00
Ensino Fundamental	824.675,00	824.675,00	108.632,80	108.632,80	1,31	716.042,20	108.632,80	108.632,80	1,68	716.042,20	0,00
Educação Infantil	197.325,00	197.325,00	25.421,61	25.421,61	0,31	171.903,39	25.421,61	25.421,61	0,39	171.903,39	0,00
Cultura	45.000,00	45.000,00	5.661,58	5.661,58	0,07	39.338,42	5.661,58	5.661,58	0,09	39.338,42	0,00
Difusão Cultural	45.000,00	45.000,00	5.661,58	5.661,58	0,07	39.338,42	5.661,58	5.661,58	0,09	39.338,42	0,00
Agricultura	17.000,00	17.000,00	2.092,52	2.092,52	0,03	14.907,48	2.092,52	2.092,52	0,03	14.907,48	0,00
Extensão Rural	17.000,00	17.000,00	2.092,52	2.092,52	0,03	14.907,48	2.092,52	2.092,52	0,03	14.907,48	0,00
Desporto e Lazer	12.200,00	12.200,00	1.615,22	1.615,22	0,02	10.584,78	1.615,22	1.615,22	0,02	10.584,78	0,00
Desporto Comunitário	12.200,00	12.200,00	1.615,22	1.615,22	0,02	10.584,78	1.615,22	1.615,22	0,02	10.584,78	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	55.148.500,00	55.303.419,00	8.299.625,63	8.299.625,63	99,98	47.003.793,37	6.466.523,47	6.466.523,47	99,98	48.836.895,53	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAR/2019 A FEV/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.966.292,19	3.255.870,84	3.558.004,50	3.086.681,95	3.986.222,65	3.353.214,20	3.389.588,92	5.008.267,89	3.811.197,09	7.653.812,45	4.671.040,76	3.811.849,55	48.552.042,99	46.638.250,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	223.831,65	266.811,64	441.772,17	114.294,01	235.158,03	254.886,87	216.621,72	240.523,12	228.852,59	463.593,29	261.724,82	276.845,73	3.224.915,64	3.708.700,00
IPTU	36.572,57	78.293,95	17.429,75	9.717,41	11.373,91	16.855,38	8.634,98	8.804,79	9.106,35	8.547,98	9.491,22	6.773,31	221.601,60	238.250,00
ISS	61.224,00	75.754,41	81.619,29	75.365,37	90.572,62	71.284,84	65.743,61	82.924,91	74.170,48	87.901,93	116.178,47	61.938,99	944.678,92	915.250,00
ITBI	6.724,24	23.089,72	215.356,87	12.542,57	31.038,14	60.136,16	56.064,43	45.782,53	55.793,56	206.412,53	48.806,52	65.261,70	827.008,97	1.003.000,00
IRRF	75.818,69	42.464,67	116.194,23	10.052,21	87.455,75	94.376,31	75.607,63	89.543,02	84.306,84	155.134,10	71.419,01	100.962,91	1.003.335,37	860.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.492,15	47.208,89	11.172,03	6.616,45	14.717,61	12.234,18	10.571,07	13.467,87	5.475,36	5.596,75	15.829,60	41.908,82	228.290,78	692.200,00
Contribuições	135.431,46	137.175,32	139.735,31	142.326,18	90.429,43	170.749,64	272.918,19	139.552,76	139.621,72	451.812,18	148.079,61	164.796,92	2.132.628,72	1.785.436,00
Receita Patrimonial	3.760,88	3.719,71	3.819,76	58.408,86	40.032,82	10.255,09	3.410,01	4.208,23	3.632,81	263.492,43	503.804,29	9.165,12	907.710,01	2.258.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.760,88	3.719,71	3.819,76	58.408,86	40.032,82	10.255,09	3.410,01	4.208,23	3.632,81	263.492,43	503.804,29	9.165,12	907.710,01	2.258.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.514,00
Transferências Correntes	2.601.840,85	2.847.409,89	2.969.305,91	2.771.050,11	3.614.802,87	2.910.745,26	2.894.680,36	4.620.512,88	3.433.412,63	6.472.666,46	3.738.130,26	3.299.258,37	42.173.815,85	38.866.000,00
Cota Parte do FPM	738.469,68	720.458,46	924.582,89	728.291,91	995.936,46	726.965,72	647.106,70	595.745,74	808.512,23	1.378.379,88	808.390,54	1.168.088,24	10.240.928,45	11.550.000,00
Cota Parte do ICMS	785.379,69	857.859,55	822.474,80	699.012,70	1.041.942,07	903.842,42	793.483,84	1.171.662,01	973.423,23	1.509.561,14	1.027.544,51	932.495,03	11.518.680,99	10.250.000,00
Cota Parte do IPVA	62.398,97	94.229,41	79.722,48	82.034,14	72.175,67	51.918,68	40.867,90	24.088,12	18.550,87	19.790,51	61.025,70	69.320,35	676.122,80	800.000,00
Cota Parte do ITR	15.056,52	22.410,40	46.268,37	4.927,92	13.192,68	38.785,30	195.442,36	1.597.288,65	292.290,31	259.242,13	183.533,61	15.643,63	2.684.081,88	2.700.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	483.611,75	523.248,93	533.647,80	445.776,41	557.477,63	508.273,26	453.860,30	631.571,64	548.795,27	803.789,92	535.863,91	555.804,75	6.581.721,57	6.277.000,00
Outras Transferências Correntes	516.924,24	629.203,14	562.609,57	811.007,03	934.078,36	680.959,88	763.919,26	600.156,72	791.840,72	2.501.902,88	1.121.771,99	557.906,37	10.472.280,16	7.253.000,00
Outras Receitas Correntes	1.427,35	754,28	3.371,35	602,79	5.799,50	6.577,34	1.958,64	3.470,90	5.677,34	2.248,09	19.301,78	61.783,41	112.972,77	2.100,00
DEDUÇÕES (II)	411.805,51	431.007,55	466.062,61	393.709,08	388.998,24	462.887,09	602.194,47	769.839,25	454.050,22	951.500,48	511.184,01	528.589,29	6.371.827,80	6.163.136,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	91.544,59	92.016,06	91.452,98	90.855,83	43.737,34	118.584,75	266.814,42	92.082,48	35.495,02	400.539,79	95.085,28	91.479,98	1.509.688,52	1.254.936,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	320.260,92	338.991,49	374.609,63	302.853,25	345.260,90	344.302,34	335.380,05	677.756,77	418.555,20	550.960,69	416.098,73	437.109,31	4.862.139,28	4.907.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	2.554.486,68	2.824.863,29	3.091.941,89	2.692.972,87	3.597.224,41	2.890.327,11	2.787.394,45	4.238.428,64	3.357.146,87	6.702.311,97	4.159.856,75	3.283.260,26	42.180.215,19	40.475.114,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.554.486,68	2.824.863,29	3.091.941,89	2.692.972,87	3.597.224,41	2.890.327,11	2.787.394,45	4.238.428,64	3.357.146,87	6.702.311,97	4.159.856,75	3.283.260,26	42.180.215,19	40.475.114,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2.554.486,68	2.824.863,29	3.091.941,89	2.692.972,87	3.597.224,41	2.890.327,11	2.787.394,45	4.238.428,64	3.357.146,87	6.702.311,97	4.159.856,75	3.283.260,26	42.180.215,19	40.475.114,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

1 of 4

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	5.884.986,00	5.884.986,00	1.114.175,06	573.002,38
Receita de Contribuições dos Segurados	1.254.936,00	1.254.936,00	186.565,26	181.272,56
Civil	1.254.936,00	1.254.936,00	186.565,26	181.272,56
Ativo	1.250.569,00	1.250.569,00	185.993,79	180.754,58
Inativo	3.367,00	3.367,00	571,47	517,98
Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.478.450,00	2.478.450,00	421.296,12	385.670,14
Civil	2.478.450,00	2.478.450,00	421.296,12	385.670,14
Ativo	2.478.450,00	2.478.450,00	421.296,12	385.670,14
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.150.000,00	2.150.000,00	506.313,68	6.059,68
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.150.000,00	2.150.000,00	506.313,68	6.059,68
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	600,00	600,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	5.884.986,00	5.884.986,00	1.114.175,06	573.002,38

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	3.116.905,00	3.116.905,00	370.998,93	368.707,56	370.998,93	368.707,56	0,00	0,00
Aposentadorias	1.780.570,00	1.780.570,00	259.812,80	193.875,78	259.812,80	193.875,78	0,00	0,00
Pensões	460.000,00	460.000,00	63.854,35	63.165,44	63.854,35	63.165,44	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	876.335,00	876.335,00	47.331,78	111.666,34	47.331,78	111.666,34	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	17.686,00	17.686,00	2.316,28	0,00	2.316,28	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	17.686,00	17.686,00	2.316,28	0,00	2.316,28	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	3.134.591,00	3.134.591,00	373.315,21	368.707,56	373.315,21	368.707,56	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	2.750.395,00	2.750.395,00	740.859,85	204.294,82	740.859,85	204.294,82		

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2020	Em 2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.282,73	1.283.714,52
Investimentos e Aplicações	4.707.452,52	21.933.759,82
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ 1
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Fev/2020
RECEITAS CORRENTES (I)	41.731.050,00	8.064.813,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.708.700,00	538.570,55
IPTU	238.250,00	16.264,53
ISS	915.250,00	178.117,46
ITBI	1.003.000,00	114.068,22
IRRF	860.000,00	172.381,92
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	692.200,00	57.738,42
Contribuições	1.785.436,00	312.876,53
Receita Patrimonial	2.258.500,00	512.969,41
Aplicações Financeiras (II)	2.258.500,00	512.969,41
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	33.958.800,00	6.619.311,70
Cota Parte do FPM	9.400.000,00	1.976.478,78
Cota Parte do ICMS	8.200.000,00	1.568.031,68
Cota Parte do IPVA	640.000,00	104.276,98
Cota Parte do ITR	2.160.000,00	199.177,24
Transferências da LC 87/1996	28.800,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	6.277.000,00	1.091.668,66
Outras Transferências Correntes	7.253.000,00	1.679.678,36
Demais Receitas Correntes	19.614,00	81.085,19
Outras Receitas Financeiras (III)	500,00	81.085,19
Receitas Correntes Restantes	19.114,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	39.472.050,00	7.470.758,78
RECEITAS DE CAPITAL (V)	10.939.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	2.500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.439.000,00	0,00
Convênios	8.025.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	414.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	8.439.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	47.911.050,00	7.470.758,78

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	37.135.333,35	8.509.136,34	6.579.772,72	4.720.124,38	835.093,11	578.607,85	567.585,11
Pessoal e Encargos Sociais	20.472.417,62	3.970.457,52	3.970.457,52	2.885.676,57	81.519,51	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.662.915,73	4.538.678,82	2.609.315,20	1.834.447,81	753.573,60	578.607,85	567.585,11
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	37.135.333,35	8.509.136,34	6.579.772,72	4.720.124,38	835.093,11	578.607,85	567.585,11
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	12.458.482,88	192.321,67	106.743,19	73.929,78	13.241,68	26.121,78	26.121,78
Investimentos	12.358.482,88	92.321,67	92.321,67	59.508,26	13.241,68	26.121,78	26.121,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	100.000,00	100.000,00	14.421,52	14.421,52	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	12.358.482,88	92.321,67	92.321,67	59.508,26	13.241,68	26.121,78	26.121,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	2.922.942,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	52.416.759,00	8.601.458,01	6.672.094,39	4.779.632,64	848.334,79	604.729,63	593.706,89
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							1.249.084,46

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-31.100,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Fev/2020
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.249.084,46

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-52.429,65

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Jan a Fev/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	1.168.414,87	331.102,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Fev/2020
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	837.312,05
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-837.312,05
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-837.312,05

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	154.919,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	154.919,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos					Inscritos						
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	366.339,85	901.050,38	848.334,79	0,00	419.055,44	344.321,74	1.256.980,48	604.729,63	593.706,89	0,00	1.007.595,33	1.426.650,77
02 EXECUTIVO	0,00	901.050,38	838.984,79	0,00	62.065,59	0,00	1.256.980,48	595.804,66	587.781,92	0,00	669.198,56	731.264,15
0202 PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	26.330,00	26.330,00	0,00	0,00	0,00	9.681,65	188,93	188,93	0,00	9.492,72	9.492,72
0203 SECRETARIA DE EDUCACAO	0,00	197.644,49	197.644,49	0,00	0,00	0,00	474.895,40	161.627,49	161.627,49	0,00	313.267,91	313.267,91
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	144.849,19	144.849,19	0,00	0,00	0,00	37.751,21	18.376,74	11.180,00	0,00	26.571,21	26.571,21
0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	240.229,40	178.163,81	0,00	62.065,59	0,00	192.636,29	81.492,09	81.492,09	0,00	111.144,20	173.209,79
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	159.147,29	159.147,29	0,00	0,00	0,00	82.263,08	6.772,64	5.946,64	0,00	76.316,44	76.316,44
0207 SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	54.698,47	54.698,47	0,00	0,00	0,00	16.648,58	631,30	631,30	0,00	16.017,28	16.017,28
0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	1.063,50	1.063,50	0,00	0,00	0,00	9.453,06	260,47	260,47	0,00	9.192,59	9.192,59
0209 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	1.025,30	1.025,30	0,00	0,00	0,00	23.228,21	19.639,00	19.639,00	0,00	3.589,21	3.589,21
0210 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	13.520,00	13.520,00	0,00	0,00	0,00	410.423,00	306.816,00	306.816,00	0,00	103.607,00	103.607,00
0211 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	390,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0214 PREVIPORTO - FUNDO MUNIC. DE PREV.SOCIAL DOS SERV.	0,00	62.152,74	62.152,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA DE EDUCACAO	16.701,25	0,00	6.000,00	0,00	10.701,25	231.306,98	0,00	3.000,00	0,00	0,00	231.306,98	242.008,23
0303 SECRETARIA DE EDUCACAO	16.701,25	0,00	6.000,00	0,00	10.701,25	231.306,98	0,00	3.000,00	0,00	0,00	231.306,98	242.008,23
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	24.166,36	0,00	0,00	0,00	24.166,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.166,36
0404 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	24.166,36	0,00	0,00	0,00	24.166,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.166,36
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	201.968,88	0,00	3.350,00	0,00	198.618,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.618,88
0505 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	201.968,88	0,00	3.350,00	0,00	198.618,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.618,88
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	105.403,00
0606 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	105.403,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	24.528,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00
0808 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	24.528,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	98.975,36	0,00	0,00	0,00	98.975,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.975,36
0909 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	98.975,36	0,00	0,00	0,00	98.975,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.975,36
10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.611,76	0,00	5.924,97	5.924,97	0,00	1.686,79	1.686,79
1010 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.611,76	0,00	5.924,97	5.924,97	0,00	1.686,79	1.686,79
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.216,69	35.216,69	35.216,69	0,00	0,00	0,00
02 EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.216,69	35.216,69	35.216,69	0,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA DE EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	366.339,85	901.050,38	848.334,79	0,00	419.055,44	344.321,74	1.292.197,17	639.946,32	628.923,58	0,00	1.007.595,33	1.426.650,77

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A FEV	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	3.016.500,00	3.016.500,00	480.832,13	15,94
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	238.250,00	238.250,00	16.264,53	6,83
1.1.1- IPTU	150.000,00	150.000,00	1.307,82	0,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	88.250,00	88.250,00	14.956,71	16,95
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.003.000,00	1.003.000,00	114.068,22	11,37
1.2.1- ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	114.068,22	11,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	915.250,00	915.250,00	178.117,46	19,46
1.3.1- ISS	912.250,00	912.250,00	154.137,84	16,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	23.979,62	799,32
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	860.000,00	860.000,00	172.381,92	20,04
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.336.000,00	25.336.000,00	4.266.041,61	16,84
2.1- Cota-Parte FPM	11.550.000,00	11.550.000,00	1.976.478,78	17,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.750.000,00	10.750.000,00	1.976.478,78	18,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.250.000,00	10.250.000,00	1.960.039,54	19,12
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	2.700.000,00	2.700.000,00	199.177,24	7,38
2.6- Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	130.346,05	16,29
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	28.352.500,00	28.352.500,00	4.746.873,74	16,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A FEV	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	808.000,00	808.000,00	126.040,99	15,60
5.1- Transferências do Salário-Educação	360.000,00	360.000,00	114.997,35	31,94
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	134.000,00	134.000,00	3.390,00	2,53
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	205.000,00	205.000,00	7.504,00	3,66
5.5- Outras Transferências do FNDE	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.000,00	3.000,00	149,64	4,99
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.420.000,00	2.420.000,00	1,61	0,00
6.1- Transferências de Convênios	2.418.000,00	2.418.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.000,00	2.000,00	1,61	0,08
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.228.000,00	3.228.000,00	126.042,60	3,90

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV (b)	RECEITAS REALIZADAS (c) =(b/a)x100 (%)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.907.200,00	4.907.200,00	418.076,93	8,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.150.000,00	2.150.000,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.050.000,00	2.050.000,00	392.007,86	19,12
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	540.000,00	540.000,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	160.000,00	160.000,00	26.069,07	16,29
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.287.000,00	6.287.000,00	1.091.859,27	17,37
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.277.000,00	6.277.000,00	1.091.668,66	17,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	190,61	1,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.369.800,00	1.369.800,00	673.591,73	49,17

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f)=(e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h)=(g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.803.675,00	4.803.675,00	588.444,58	12,25	588.444,58	12,25	0,00
13.1- Com Educação Infantil	412.000,00	412.000,00	28.735,50	6,97	28.735,50	6,97	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	4.391.675,00	4.391.675,00	559.709,08	12,74	559.709,08	12,74	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.483.325,00	1.483.325,00	450.095,44	30,34	450.095,44	30,34	0,00
14.1- Com Educação Infantil	443.325,00	443.325,00	115.068,10	25,96	115.068,10	25,96	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.040.000,00	1.040.000,00	335.027,34	32,21	335.027,34	32,21	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.287.000,00	6.287.000,00	1.038.540,02	16,52	1.038.540,02	16,52	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	1.038.540,02
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	53,89
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	41,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	4,89

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	42.845,78
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A FEV (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A FEV (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.177.825,00	1.177.825,00	153.843,36	13,06	153.843,36	13,06	0,00
22.1 - Creche	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	1.157.825,00	1.157.825,00	153.843,36	13,29	153.843,36	13,29	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	855.325,00	855.325,00	143.803,60	16,81	143.803,60	16,81	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	302.500,00	302.500,00	10.039,76	3,32	10.039,76	3,32	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	8.212.275,00	8.212.275,00	1.527.842,52	18,60	1.436.281,42	17,49	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.431.675,00	5.431.675,00	894.736,42	16,47	894.736,42	16,47	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.780.600,00	2.780.600,00	633.106,10	22,77	541.545,00	19,48	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	200.000,00	200.000,00	72.000,00	36,00	12.000,00	6,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	9.590.100,00	9.590.100,00	1.753.685,88	18,29	1.602.124,78	16,71	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	673.591,73
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	673.591,73
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))	916.533,05
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	19,31

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A FEV (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A FEV (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	360.000,00	360.000,00	140.833,68	39,12	114.708,42	31,86	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.872.000,00	2.872.000,00	13.063,92	0,45	13.063,92	0,45	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))	3.232.000,00	3.232.000,00	153.897,60	4,76	127.772,34	3,95	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	12.822.100,00	12.822.100,00	1.907.583,48	14,88	1.729.897,12	13,49	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2020' (j)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	51.492,51	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	51.492,51	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	75.129,89	83,48
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	1.091.668,66	114.997,35
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	705.062,35	75.996,97
47.1 (-) Orçamento do Exercício	672.778,24	75.996,97
47.2 (-) Restos a Pagar	32.284,11	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	190,61	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	461.926,81	39.083,86
50- (+) AJUSTES	0,00	-31,35
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	-31,35
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	461.926,81	39.052,51

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	12.458.482,88	192.321,67	12.266.161,21
Investimentos	12.358.482,88	92.321,67	12.266.161,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	100.000,00	100.000,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.458.482,88	192.321,67	12.266.161,21
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	9.958.482,88 <(d - a)>	192.321,67 <(e - b)>	9.766.161,21 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 29/02/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 29/02/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,59	-0,59
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,59	-0,59

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2019 (h)	2020 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	314,67	0,59	315,26

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.016.500,00	3.016.500,00	480.832,13	15,94
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	238.250,00	238.250,00	16.264,53	6,83
IPTU	150.000,00	150.000,00	1.307,82	0,87
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	88.250,00	88.250,00	14.956,71	16,95
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.003.000,00	1.003.000,00	114.068,22	11,37
ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	114.068,22	11,41
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	915.250,00	915.250,00	178.117,46	19,46
ISS	912.250,00	912.250,00	154.137,84	16,90
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	23.979,62	799,32
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	860.000,00	860.000,00	172.381,92	20,04
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.536.000,00	24.536.000,00	4.266.041,61	17,39
Cota-Parte FPM	10.750.000,00	10.750.000,00	1.976.478,78	18,39
Cota-Parte ITR	2.700.000,00	2.700.000,00	199.177,24	7,38
Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	130.346,05	16,29
Cota-Parte ICMS	10.250.000,00	10.250.000,00	1.960.039,54	19,12
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	27.552.500,00	27.552.500,00	4.746.873,74	17,23

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (d)	DESPESAS EMPENHADAS % (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS ATÉ BIMESTRE (f)	DESPESAS PAGAS % (f/c) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.566.650,00	3.657.906,73	1.293.052,85	35,35	1.258.669,40	34,41	959.108,30	26,22	0,00
Despesas Correntes	3.546.650,00	3.637.906,73	1.285.957,17	35,35	1.251.573,72	34,40	952.778,20	26,19	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	7.095,68	35,48	7.095,68	35,48	6.330,10	31,65	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	283.400,00	283.400,00	51.776,50	18,27	51.776,50	18,27	33.591,94	11,85	0,00
Despesas Correntes	263.400,00	263.400,00	48.026,50	18,23	48.026,50	18,23	29.841,94	11,33	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	3.750,00	18,75	3.750,00	18,75	3.750,00	18,75	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	167.100,00	168.222,48	13.360,89	7,94	13.360,89	7,94	4.247,00	2,52	0,00
Despesas Correntes	160.100,00	161.222,48	13.360,89	8,29	13.360,89	8,29	4.247,00	2,63	0,00
Despesas de Capital	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	258.000,00	276.087,99	57.306,45	20,76	57.306,45	20,76	38.196,47	13,83	0,00
Despesas Correntes	254.000,00	272.087,99	57.306,45	21,06	57.306,45	21,06	38.196,47	14,04	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	108.500,00	120.139,08	41.050,87	34,17	41.050,87	34,17	25.995,97	21,64	0,00
Despesas Correntes	104.500,00	116.139,08	41.050,87	35,35	41.050,87	35,35	25.995,97	22,38	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.270.450,00	1.148.343,72	308.358,97	26,85	308.358,97	26,85	205.782,50	17,92	0,00
Despesas Correntes	1.260.450,00	1.138.343,72	308.358,97	27,09	308.358,97	27,09	205.782,50	18,08	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.654.100,00	5.654.100,00	1.764.906,53	31,21	1.730.523,08	30,61	1.266.922,18	22,41	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	1.764.906,53	1.730.523,08	1.266.922,18
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	1.764.906,53	1.730.523,08	1.266.922,18
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	712.031,06	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	1.018.492,02	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	0,00	36,46	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (h)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (c)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2016 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.443.000,00	2.443.000,00	354.258,80	14,50
Proveniente da União	1.935.000,00	1.935.000,00	320.483,80	16,56
Proveniente dos Estados	508.000,00	508.000,00	33.775,00	6,65
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	19.000,00	19.000,00	2.627,00	13,83
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.462.000,00	2.462.000,00	356.885,80	14,50

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.802.234,00	1.909.678,96	423.671,34	22,19	364.171,34	19,07	152.944,01	8,01	0,00
Despesas Correntes	1.608.234,00	1.707.755,96	418.958,64	24,53	359.458,64	21,05	152.944,01	8,96	0,00
Despesas de Capital	194.000,00	201.923,00	4.712,70	2,33	4.712,70	2,33	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	492.366,00	494.197,04	29.409,23	5,95	19.550,03	3,96	19.550,03	3,96	0,00
Despesas Correntes	368.250,00	370.081,04	29.409,23	7,95	19.550,03	5,28	19.550,03	5,28	0,00
Despesas de Capital	124.116,00	124.116,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	48.000,00	57.309,00	16.109,00	28,11	16.109,00	28,11	6.800,00	11,87	0,00
Despesas Correntes	48.000,00	57.309,00	16.109,00	28,11	16.109,00	28,11	6.800,00	11,87	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	15.500,00	15.500,00	5.194,48	33,51	5.194,48	33,51	674,48	4,35	0,00
Despesas Correntes	13.500,00	13.500,00	5.194,48	38,48	5.194,48	38,48	674,48	5,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	102.900,00	102.900,00	2.696,02	2,62	2.696,02	2,62	2.696,02	2,62	0,00
Despesas Correntes	100.900,00	100.900,00	2.696,02	2,67	2.696,02	2,67	2.696,02	2,67	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.461.000,00	2.579.585,00	477.080,07	18,49	407.720,87	15,81	182.664,54	7,08	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.368.884,00	5.567.585,69	1.716.724,19	30,83	1.622.840,74	29,15	1.112.052,31	19,97	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	775.766,00	777.597,04	81.185,73	10,44	71.326,53	9,17	53.141,97	6,83	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	215.100,00	225.531,48	29.469,89	13,07	29.469,89	13,07	11.047,00	4,90	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	273.500,00	291.587,99	62.500,93	21,43	62.500,93	21,43	38.870,95	13,33	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	211.400,00	223.039,08	43.746,89	19,61	43.746,89	19,61	28.691,99	12,86	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.270.450,00	1.148.343,72	308.358,97	26,85	308.358,97	26,85	205.782,50	17,92	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	8.115.100,00	8.233.685,00	2.241.986,60	27,23	2.138.243,95	25,97	1.449.586,72	17,61	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes)	2.461.000,00	2.579.585,00	477.080,07	18,49	407.720,87	15,81	182.664,54	7,08	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	5.654.100,00	5.654.100,00	1.764.906,53	31,21	1.730.523,08	30,61	1.266.922,18	22,41	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2020		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A FEV (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO(I) = (I.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO DEPEND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.420], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	55.148.500,00
Previsão Atualizada	55.148.500,00
Receitas Realizadas	7.356.947,24
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	154.919,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	55.148.500,00
Créditos Adicionais	154.919,00
Dotação Atualizada	55.303.419,00
Despesas Empenhadas	8.294.051,31
Despesas Liquidadas	6.460.949,15
Despesas Pagas	4.392.692,83
Superávit Orçamentário	895.998,09

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	8.299.625,63
Despesas Liquidadas	6.466.523,47

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	42.180.215,19
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	42.180.215,19
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	42.180.215,19

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	1.114.175,06
Despesas Previdenciárias Empenhadas	373.315,21
Despesas Previdenciárias Liquidadas	373.315,21
Resultado Previdenciário	740.859,85
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal - Acima da Linha	-52.429,65	1.249.084,46	-2.382,40
Resultado Primário - Acima da Linha	-31.100,00	1.249.084,46	-4.016,35

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.267.390,23	0,00	848.334,79	419.055,44
Poder Executivo	1.267.390,23	0,00	848.334,79	419.055,44
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.636.518,91	0,00	628.923,58	1.007.595,33
Poder Executivo	1.636.518,91	0,00	628.923,58	1.007.595,33
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.903.909,14	0,00	1.477.258,37	1.426.650,77

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 of 2 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	916.533,05	25,00	19,31
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	588.444,58	60,00	53,89
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	2.500.000,00
Despesa de Capital Líquida	192.321,67	12.266.161,21

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,59	-0,59
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.730.523,08	15,00	36,46

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

GABINETE
DECRETO Nº 45/2020, DE 09 DE JULHO DE 2020.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião//MT, no uso das atribuições legais, conferidas pelos artigos 64, II e 96 da Lei Orgânica e;

Considerando a decisão proferida no processo n.º 1000587-24.2020.8.11.0098, que tramita na Vara Única da Comarca de Porto Esperidião.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos, por tempo indeterminado, os efeitos do Concurso Público n.º 001/2020, promovido pela Prefeitura de Porto Esperidião.

Art. 2.º Ficam suspensas, por tempo indeterminado, as convocações de n.º 001/2020, 002/2020 e 003/2020, que dispõem sobre os Editais de Convocações dos candidatos aprovados e classificados dos cargos de técnico de enfermagem, médico clínico geral, operador de máquinas pesadas e agente administrativo do concurso n.º 001/2020.

Art. 3º Fica determinado que não sejam realizadas novas convocações de aprovados e classificados no concurso n.º 001/2020.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Esperidião/MT, 09 de julho de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EDITAL COMPLEMENTAR 01/2020 TOM DE PREÇO 01/2020

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2020

TOMADA DE PREÇO 01/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 56/2020

O Município de Porto Esperidião Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha nº 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO – MT, fone 65 – 3225-1139, através da Comissão Permanente de Licitação, Torna público para conhecimento de interessados a publicação do 001 EDITAL COMPLEMEMTAR 001/2020. D o referido processo.

1 - TIPO DE LICITAÇÃO

1.1- Esta Licitação é do tipo: MENOR PREÇO (GLOBAL), conforme Alínea "A", Inciso VIII, do Art. 6º. Da Lei Federal nº 8.666/93, posteriores alterações.

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COSNTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL.**Conforme previsto no respectivo projeto, memorial descritivo e planilhas anexas, que passam a integrar o presente Edital, nele transcritos.

3 – DO CASO EM APREÇO

Com o objetivo e finalidade de redefinir o prazo **de execução da obra de 365 dias para 180 dias**, em virtude e com a finalidade de obedecer as determinações firmadas no contrato **FINISA** (Caixa Econômica Federal) com a prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, por um ÁPSULO **foi** pro-

posto o prazo de execução de um ano 365. Quando na verdade o referido prazo trata-se da conclusão, que são inclusos todas as etapas do contrato supramencionado entre. Desta forma foi feita a atualização do Cronograma físico Financeiro com o prazo redefinido que fica determinado a execução da obra em 180 (cento e oitenta dias) conforme segue Planilha em anexo.

4 . DAS RATIFICAÇÕES

Todas as demais cláusulas do Termo convocatório original, permanecerão ratificados e inalterados e serão mantidas integralmente.

5 – DA PUBLICIDADE

O departamento de licitação fica incumbido de fazer a publicação deste Edital em diário Oficial para que surta seus efeitos legais.

6. DO FORO

Elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste processo Licitatório que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Porto Esperidião-MT, 08 de Julho de 2020

RONEY BATISTA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
COVID-19: DECRETO Nº 088 DE 09 DE JULHO DE 2.020 - DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, DO ENDURECIMENTO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela – MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a necessidade da prorrogação das medidas de preservação da vida dos cidadãos Portoestrelenses;

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública Municipal com a preservação da saúde e bem estar de toda população;

CONSIDERANDO que a atual situação de contagio demanda o emprego urgente do endurecimento de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, da OMS, da Secretaria de Suade do Estado de Mato Grosso em especial e da Vigilância Sanitária Municipal, no sentido de manter e endurecer a suspensão de determinados serviços e atividades;

CONSIDERANDO os Decretos 522 e 532 do Estado de Mato Grosso, os quais fixam o grau de rico de contaminação do vírus.

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população Porto Estrelense;

CONSIDERANDO que o Município de Porto Estrela deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) de caráter global,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre o endurecimento de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (covid-19), e dá outras providências no âmbito do Município de Porto Estrela.

Art.2º - Ficam suspensas até 09 de agosto de 2020 no âmbito do Município de Porto Estrela os seguintes:

I – As atividades realizadas no Centro de Convivência dos Idosos;

II – As aulas e atividades da rede pública municipal de ensino;

III – A entrada e permanecia de turistas, inclusive dos municípios circunvizinhos, bem como ônibus, vans de Turismo e veículos com o intuito de transportar pessoas para estes fins, tato para pesca quanto para visitações ou qualquer outro meio turístico em território municipal;

IV – As atividades das pousadas, pesqueiros e ranchos, exceto para seu proprietário, devendo respeitar o uso de mascaras, o distanciamento social, e todas as normas de vigilância e prevenção do contagio do COVID - 19;

V – As atividades pesqueiras em território municipal, exceto para pescadores profissionais e pescadores amadores residentes e domiciliados no município de Porto Estrela – MT, devendo respeitar o uso de mascaras, o distanciamento social, e todas as normas de vigilância e prevenção do contagio do COVID - 19;

VI – As atribuições das servidoras públicas municipais que comprovarem estado gravídico ou lactante, bem como servidores públicos acima de 60 anos de idade, imunodeprimidos e/ou portadores de doenças crônicas que compõem grupo de risco, estes exercerão as atribuições de suas competências via *home office*.

VII – As atividades de ambulante e congênere, a realização de bailes, aniversários, chá de bebe, jantares, festas em geral, bingos, e demais atividades e eventos, de qualquer natureza, inclusive esportivos e culturais, que ocasionem aglomeração de pessoas.

VIII – A utilização e permanecias em locais públicos, como praças, quadras poliesportivas, prainha municipal, bem como o consumo de bebida alcoólica, churrasco e som automotivo nos referidos locais, afim de evitar aglomeração.

IX – A realização de Velórios por período superior a 04 Hrs, devendo manter o controle de acesso de no máximo 10 pessoas em se tratando de ambientes fechados, respeitar o uso de mascaras, o distanciamento social, e todas as normas de vigilância e prevenção do contagio do COVID – 19, independente de local fechado ou aberto;

X – A realização de cultos, missas e demais atividades religiosas;

XI – O consumo de bebida alcoólica no espaço dos estabelecimentos comerciais, afim de evitar aglomeração.

Art. 3º - Fica determinado aos estabelecimentos comercias horário de funcionamento de segunda-feira a sábado das 08:00 as 19:00 Hrs, sendo vedado o funcionamento aos domingos e feriados.

I – Poderão funcionar com horário diferenciado a partir da 05:00 Hrs, as Panificadoras e Postos de Combustíveis;

II – As lanchonetes, bares e restaurantes poderão funcionar entre as 19:00 Hrs e 21:00 Hrs, apenas por sistema de *delivery* ou retirada rápida;

III – As farmácias poderão atender em caráter de emergência mesmo fora do horário e dia autorizado para funcionamento.

Art. 4º - Os estabelecimentos ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes, de modo a garantir a ocupação máxima de 1 (uma) pessoa por metro quadrado, observada a área efetivamente destinada ao

atendimento, o somatório de clientes e funcionários do estabelecimento e o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, bem como a obrigatoriedade do uso de máscaras e a utilização de produtos para a desinfecção das mãos, devendo disponibilizar um funcionário para isto na entrada do estabelecimento;

Art. 5º - É de responsabilidade dos proprietários e gerentes de estabelecimentos comerciais a observância e cumprimento das normas previstas no artigo 4º deste decreto;

Art. 6º - O descumprimento do disposto nos Decretos anteriores e neste Decreto **poderá ocasionar o cancelamento de Alvará de funcionamento**, aplicação de multa e aplicação de sanções penais previstas nos Artigos 268 e 330 do Código Penal, sujeitando-se o infrator a detenção pela polícia militar para as devidas medidas penais e processuais penais a cargo da polícia judiciaria civil.

Art. 7º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 09 de julho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL N.º 043, DE 09 DE JULHO DE 2020.

DECRETO N.º 043/2020 Poxoréu/MT, 09 de julho de 2020.

Dispõe sobre regras de enfrentamento ao contágio pelo novo Coronavírus no Município de Poxoréu, por período determinado, e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*;

CONSIDERANDO a curva ascendente de casos confirmados de Covid-19 no Município de Poxoréu/MT, bem como a não adesão de parte da população às regras de mitigação da transmissão do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o colapso do Sistema Estadual de Saúde de Mato Grosso onde, neste momento, não se encontram leitos de UTI disponíveis, bem como se tem fila de espera para utilização de instrumentos desta natureza por pacientes com diagnóstico positivo para COVID-19;

CONSIDERANDO que os leitos de UTI a serem implementados conjuntamente pelos Município de Poxoréu, Primavera do Leste, Paranatinga e Santo Antônio do Leste, no Município de Primavera do Leste/MT ainda não estão prontos para o uso;

CONSIDERANDO as disposições trazidas pelo Decreto Estadual n.º 522/2020, alterado pelo Decreto Estadual n.º 532/2020, que *"institui a classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19..."* do Governo do Estado de Mato Grosso, que têm sido observadas e discutidas no grupo de trabalho do Comitê Paritário de Enfrentamento ao novo Coronavírus de Poxoréu;

CONSIDERANDO as discussões e deliberações do Comitê Paritário de Enfrentamento ao COVID-19 do Município de Poxoréu/MT, tratadas em reunião extraordinária ocorrida na data de 08/07/2020, no período matutino;

DECRETA:

Art. 1.º Fica suspenso o ANEXO ÚNICO do Decreto Municipal n.º 034/2020 pelo período de 10 a 17 de julho de 2020.

Parágrafo único. Nos dias indicados no *caput* deste artigo vigerá em todo o Município de Poxoréu o regramento disposto na Tabela trazida no ANEXO ÚNICO deste Decreto.

Art. 2.º A fiscalização das disposições deste Decreto, bem como a sanção em caso de infração às mesmas, se dará na forma do Decreto Municipal n.º 034/2020.

Art. 3.º Este Decreto vigerá do dia 10 ao dia 17 do mês de julho de 2020.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/07/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ANEXO ÚNICO

TABELA DE REGRAS TRANSITÓRIAS

MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO / ÁREAS DO COMÉRCIO E DA SOCIEDADE CIVIL AFETADAS	
MERCADOS, SUPERMERCADOS, MERCEARIAS E CONGÊNERES	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [1 cliente a cada 30 m²]. - **Segunda a sexta-feira:** possibilidade de funcionamento até às 19:00 horas para atendimento presencial e *delivery* até às 22:00 horas; - **Sábado:** possibilidade de funcionamento presencial até às 12:00 horas e *delivery* até às 22:00 horas; - **Domingo:** fechado - possibilidade apenas de *delivery* até às 22:00 horas.
FARMÁCIAS, DROGARIAS, LOJAS VETERINÁRIAS E CONGÊNERES	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [1 cliente a cada 30 m²]
ACADEMIAS	Funcionando com restrição de entrada [máximo de 2 clientes ao mesmo tempo]
BARES, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS E CONGÊNERES	Aberto com permissão de venda diretamente na porta do estabelecimento, proibida a entrada de clientes, bem como a permanência de pessoas nas portas dos mesmos. Vedado o consumo no local. Fechamento obrigatório com encerramento das atividades às 19:00 horas.
RESTAURANTES SITUADOS À MARGEM DA RODOVIA MT-130	Fechado para o acesso de clientes, com autorização para fornecimento exclusivamente mediante retirada em balcão até às 19:00 horas e modalidade *delivery* até às 22:00 horas, com proibição de uso de mesas e cadeiras
RESTAURANTES, LANCHONETES E CONGÊNERES	Fechado para o acesso de clientes, com autorização para fornecimento exclusivamente mediante retirada em balcão até às 19:00 horas e modalidade *delivery* até às 22:00 horas, com proibição de uso de mesas e cadeiras
ESTÚDIOS DE FISIOTERAPIA	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [atendimento individualizado por fisioterapeuta]
FEIRAS LIVRES	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes sendo vedado o consumo no local - máximo de 2 clientes por box - Proibida a colocação mesas e/ou cadeiras no espaço interno e externo para uso de clientes - Secretaria de Agricultura responsável pela orientação e fiscalização
SALÃO DE BELEZA, BARBEARIA, CLÍNICAS DE ESTÉTICA	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [atendimento individualizado com agendamento]
DENTISTAS PRIVADOS E CONSULTÓRIOS	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [atendimento individualizado por profissional]
HOTEL	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de ocupação [máximo de 50% das vagas]
FESTAS, CASAS DE SHOWS, JOGOS DE AZAR, BARALHO, MESAS DE SINUCA - BILHAR, GINÁSIOS ESPORTIVOS, CAMPOS DE FUTEBOL, PARQUES E PONTOS TURÍSTICOS EM ÁREAS PÚBLICAS OU PRIVADAS	Fechado
MOTO-TÁXI	Funcionando normalmente com exigência de uso de máscara sob o capacete por condutor e passageiro; higienização do capacete a cada cliente e fornecimento de álcool 70% ao cliente para higienização das mãos
TÁXI	Funcionando com restrições [exigência de uso de máscara pelos passageiros - máximo de 2 passageiros]

TEMPLOS RELIGIOSOS	Proibidos cultos e missas presenciais. Autorizado o atendimento individualizado e celebrações transmitidas via internet exclusivamente com sacerdote e equipes de música e liturgia. Portas abertas com restrição de entrada.
COLETA DE LIXO, LIMPEZA URBANA E ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Funcionamento normal
VELÓRIOS	Funcionando com restrições [exigência de uso de máscara pelos presentes] - máximo de 5 pessoas - velórios iniciados até as 12hrs = sepultamento até as 17hrs do mesmo dia; velórios iniciados após as 12hrs = sepultamento até as 08hrs do dia seguinte. **Proibido o velório em residências - obrigatoriedade de realizar o velório na funerária concessionária ou salões próprios sediados nos Distritos.**
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E PRIVADO [FAZENDA E OVOS]	Funcionando com restrições [exigência de uso de máscara pelos passageiros] e lotação máxima de 50% dos assentos
LOJAS [ROUPAS, SAPATOS, ACESSÓRIOS, IMPORTADOS E CONGÊNERES]	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [1 cliente a cada 30 m²]
BANCOS E LOTÉRICAS	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [1 pessoa por funcionário]
POSTO DE COMBUSTÍVEL	Aberto com uso de EPI's por funcionários e clientes e restrição de entrada [1 veículo por bomba de combustível]
DISTRIBUIDORAS DE GÁS DE COZINHA E ÁGUA MINERAL	Proibido o ingresso de pessoas no estabelecimento, com autorização para venda e retirada em balcão até às 19:00 horas e na modalidade *delivery* até às 22:00 horas
OUTROS FORNECEDORES DE ALIMENTOS [CARNES ASSADAS, DOCES, DENTRE OUTROS]	Proibido o ingresso de pessoas no estabelecimento, com autorização para venda e retirada na porta até às 19:00 horas e na modalidade *delivery* até às 22:00 horas
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	- Atendimento ao público das 07:00 às 11:00 horas, de segunda a sexta-feira em sistema de revezamento de servidores. - Regime de teletrabalho [*home office*] no período vespertino, na modalidade de sobreaviso - possibilidade de convocação do servidor para suprir demandas urgentes e emergentes a critério do Chefe da Pasta. Cada Secretaria providenciará a escala de seus servidores. - Obrigatoriedade de uso de EPI's por servidores e usuários. - Manutenção dos serviços da Secretaria de Saúde, Coleta de Lixo e Limpeza Urbana. - As licitações eventualmente agendadas neste período acontecerão normalmente.
VENDEDORES AMBULANTES [VENDEDORES SEM ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO COM ENDEREÇO FIXO NA CIDADE]	- Proibição de venda - Impedimento de expedição de Alvará
COMÉRCIO EM GERAL, NÃO DISPOSTO ESPECIFICAMENTE NAS HIPÓTESES ANTERIORES [SERVIÇOS E PRODUTOS]	Aberto com restrição de entrada [1 cliente a cada 30 m²] até às 19:00 horas e *delivery* até às 22:00 horas, se possível
CIRCULAÇÃO DE PESSOAS	- **Segunda a sexta-feira:** permitida até às 19:00 horas para as pessoas comuns / permitida até às 22:00 horas para trabalhadores do ramo de entregas; - **Sábado:** permitida até às 12:00 horas para as pessoas comuns / permitida até às 22:00 horas para trabalhadores do ramo de entregas; - **Domingo:** vedada para as pessoas comuns / permitida até às 22:00 horas para trabalhadores do ramo de entregas; * Ressalva-se dos casos acima as situações de urgência e emergência relacionadas à saúde.
CONSUMO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS	Vedado em qualquer dia ou horário dentro de estabelecimentos comerciais que vendam ou não estes produtos e em locais públicos, tais como: vias, logradouros, passeios, praças, parques, prédios, dentre outros que tenham como natureza a utilização pública

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2020

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 13:00 às 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); Cartão de vacinação atualizado; Cartão Nacional do SUS; 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); Declaração de Bens e valores; Possuir idade mínima de 18 anos; Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; Comprovante de residência; Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; Telefone de contato; Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar.

As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

MÉDICO			
NOME	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**COLOCAÇÃO**
TEREZA CRISTINA GOES FERNANDEZ	**389536**	**62,0**	**2Oº**

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de julho de 2020.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 71 /2020 DE 09 DE JULHO DE 2020.

"EXONERA A PEDIDO O SENHOR HECTON JHON RODRIGUES DE BARROS DO CARGO DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

TARCÍSIO FERRARI ,Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR o Senhor HECTON JHON RODRIGUES DE BARROS do Cargo de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 09 de Julho 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

RETIFICAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

RESULTADO DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 003/2020

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base no fundamento no inciso IV , artigo 24 da Lei nº 8.666/93, o resultado da DISPENSA 003/2020, objetivando a Contratação de empresa para confecção e instalação de monumento luminoso com paisagismo no Trevo MT -100. Tendo por vencedor do certame a empresa ***MAXUEL OLIVEIRA GOMES***, CNPJ: 13.861.812/0001-73

Ribeirãozinho – MT 16 de Junho de 2020.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza - Pres. da Comissão de Licitação.

LEIA-SE:

RESULTADO DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 003/2020

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base no fundamento no inciso II, artigo 24 da Lei nº 8.666/93, o resultado da DISPENSA 003/2020, objetivando a Contratação de empresa para confecção e instalação de monumento luminoso com paisagismo no Trevo MT -100. Tendo por vencedor do certame a empresa ***MAXUEL OLIVEIRA GOMES***, CNPJ: 13.861.812/0001-73

Ribeirãozinho – MT 16 de Junho de 2020.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza - Pres. da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 1768/2020/GAB/PMR, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a abertura de crédito Adicional Suplementar no orçamento em vigor de que trata a Lei nº 462 de 18 de Dezembro de 2019 (LOA 2020).

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em especial ao disposto no inciso I e VI, do §1º, do artigo 5º da Lei nº 462, de 18 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente o Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais),** nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Gestão de Saúde

Projeto/Atividade: 1.122 – Ampliação, Reforma, Adequação e Construção da Unidade de Saúde

CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO DESPESA	DESCRIÇAO	FONTE RECURSO	VALOR
130	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	0046	30.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos do crédito adicional suplementar será decorrente da anulação total e parcial no montante de **R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais),** das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Gestão de Saúde

Projeto/Atividade: 1.122 – Ampliação, Reforma, Adequação e Construção da Unidade de Saúde

CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO DESPESA	DESCRIÇAO	FONTE RECURSO	VALOR
127	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0002	7.000,00
128	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0002	23.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 09 de Julho de 2020.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS

FUNDAMENTAÇÃO:

ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 107/2020

Reconhece, para efeitos do Artigo 65 da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2.000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Rondolândia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, Resolve;

Artigo 1º...

Artigo 2º...

Artigo 3º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a proceder, mediante decreto a abertura de credito extraordinário nos termos previstos nos Arts. 41, inciso III, e 44, ambos na lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964, bem como as movimentações de dotações por meio de transposição, remanejamento, transferência e utilização da reserva de contingência, dando-se imediato conhecimento ao Poder Legislativo correspondente.

Portanto, o reforço Orçamentário cumpre aos ditames das leis de regências, bem como, se respalda na supremacia do interesse público.

Gabinete do Prefeito, 09 de Julho de 2020.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2020- SEMAS, DE 26/05/2020.

ModalidadeLicitação: Pregão Eletrônico nº 036/2020 - SRP.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha, para atender os grupos (SCFV) serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e (PAIF) serviço de proteção e atendimento integral a família do Crás.

ASSUNTO: homologação. Adjudicação. Pronúncia sobre o recurso. Fundamento: inciso V e VI do art. 7º, *do Decreto* Municipal nº *1.670, de 1 de Outubro de 2019, subsidiariamente, neste caso, o Decreto Federal nº* n.º 3.555, de 2000 e **Cláusula 16 do Edital PE nº 036/2020.**

1 - RELATÓRIO

Decisão do Prefeito Municipal sobre a legalidade e licitude do certame, tudo com fundamento nos inciso VI do artigo 7º do Decreto Municipal nº 1. 670, de 1 de outubro de 2019, art. 4º da Lei nº 10.520 de 2002 e Decreto Federal n.º 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município e normas do Edital de Pregão Eletrônico nº 036/2020-SRP.

O Certame Pregão foi realizado pelo Sistema de Registro de Preços com fundamento no Decreto Municipal nº 1.067 de 27 de março de 2015 alterado pelo Decreto Municipal nº 1.149, de 13 de janeiro de 2016 que regula do SRP, na modalidade eletrônica com fulcro no Decreto Municipal nº 1. 670 de 1 de Outubro de 2019, subsidiariamente com o Decreto Federal n. 3.555 de 2000.

Modalidade adotada, pregão eletrônico, nos termos definidos Decreto Municipal nº 1.670 de 1 de Outubro de 2019 e na Lei nº 10.520 de 2002. Registrado no Sistema compras/Betha como Pregão Eletrônico nº 036/2020 - SRP tendo como objeto *Registro de preço para futura e eventual aquisição de utensilio de cozinha para as escolas municipais e secretaria municipal de educação.*

Nos termos do Decreto Municipal nº 1.670 de 2019, instruído, constam as peças essenciais da fase preparatória (interna), tais como: solicitação do titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, acompanhada do termo de referência com a sua aprovação; justificativa da secretaria requisitante; edital contendo os critérios de aceitação das propostas, exigências de habilitação, sanções aplicáveis, prazos e condições de contratação, dentre outros; Coleta ampla dos preços praticados no mercado (atas de registros de preços de outros órgãos e poderes públicos, sitio eletrônico do TCE/MT, termos de referências de outros municípios, relatório de cotação do banco de preços), em sintonia com o informado no Acordão n.º 868/2013-Planario TCU; parâmetro de preços por media estimativa; Justificativa de opção pela modalidade pregão eletrônico; justificativa da exclusividade para ME's, EPP's e equiparados; justificativa da dispensa da indicação da reserva Orçamentária, autorização do .ordenador de despesas e etc., tudo, também em consonância com o Decreto Municipal n.º 1.067 de 2015 alterado pelo Decreto nº 1.149 de 2016 (SRP), fls. 02-302.

Igualmente, o valor estimado global (art. 24, inc. III, Decreto n. 1.670-19), considerando a cesta de preços informado para todos os itens e prazo da licitação, restou fixado em R$ 361.343,09 (trezentos e sessenta e um mil trezentos e quarenta e três reais e nove centavos), fls. 241-286.

Ainda, instruindo a fase preparatória (interna) do certame (art. 24, inc. IX, Decreto n. 1.670-19), juntado em atendimento ao art. 38 parágrafo único da Lei n.º 8666 de 1993, parecer jurídico nº 049/PGM/GAB/2020 do órgão de assessoria jurídica (fls. 412-424), contendo a aprovado do edital de Pregão Eletrônico n.º 036/2020 - Sistema de Registro de Preços, que se encontra encartado de fls. 191-251 com seus anexos, sendo, o termo de referência consolidado juntado de fls. 334-410 e a minuta Ata de Registro de Preço de fls. 403-410 , integrantes. (art. 24, inc. VII e VIII, Decreto n. 1. 670-19).

Na data de 23/06/2020 deu-se início a fase externa do certame com a publicação do extrato do edital de chamamento público (fl. 431), inicialmente afixado nos murais de aviso do Paço e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio e, publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed. 3.505, Ano XV, de 23/06/2020, p. 269-270; Diário Oficial do Estado, Ed. nº 27.777, de 23/06/2020, p. 244, DOU, Ed. 118, de 23/06/2020, fls.146, Jornal Estadão do Mato Grosso-Classificados, fls. 433 e meio eletrônico no portal eletrônico do Município no endereço www.rondolandia.mt.gov.br, ban-

ner transparência: *fly/betha* endereço https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-007/con_licitações.faces, (fls. 427).

A data designada para o recebimento e julgamento das propostas foi o dia 07/07/2020, portanto, igualmente, vê-se por cumprido o disposto no inciso V, do art. 4º, da Lei n.º 10.520 de 2002 e inciso III do art. 11 do Decreto nº 3.555 de 2000 e §3º art. 12 do Decreto Municipal nº 1.670 de 2019, uma vez que, tratando-se da modalidade pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação dos avisos, não foi inferior a 8 (oito) dias úteis.

A abertura da sessão pública destinada ao credenciamento, recebimento e julgamento das propostas ocorreu dia 07/07/2020, as 9h00min (horário de Brasília), conforme previsto no instrumento convocatório.

Credenciados/habilitados: **R R DE SOUZA & CIA LTDA , CNPJ Nº 13.662. 140/0001-77**, conforme documentos encartados de fls. 473-512 e Ata de fls. 514-565 (art. 24, inc. X, Decreto n. 1.670-19). Resultado da proposta final, fls. 593-615.

Em consonância como inciso XI, do art. 24 do Decreto n. 1.670-19, constam: licitante participante, propostas apresentadas, lances ofertados na ordem de classificação, aceitabilidade da proposta de preço, habilitação, resultado final, adequação das propostas, respectivas análises e decisões, adjudicação, comprovantes das publicações. (fls. 473-618).

Validação das CND's, fls. 577-587. Adjudicação, temos de fls 617-618. Relação dos participantes e respectivos vencedores, por itens, fls. 602-606 .

Este é o relatório.

2 - DECISÃO:

O pronunciamento do Prefeito Municipal acerca da regularidade formal ou não do certame, as práticas da Pregoeira e sua equipe de apoio, condutas dos licitantes e demais atos, tratando-se da modalidade pregão eletrônico, estatui o art. 7º, inciso V e VI do Decreto Municipal nº 1.670, de 2019, que dispõe sobre o rregulamento do pregão eletrônico:

Art. 7º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas na legislação de regência, cabe:

(...)

VI - homologar o resultado da licitação;

2.1 – DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

A licitação Pregão Eletrônico nº 036/2020-SRP apresenta condições favoráveis para a homologação, uma vez que ressai do acervo dos documentos encartados e as rotinas e procedimentos que a pregoeira, sua equipe de apoio e demais envolvidos com o certame, evidenciam o cumprimento com os princípios aplicáveis a licitação, a vinculação ao edital e aos ditames da Legislação de Regência, especialmente aos da legalidade em todos os seus termos, inclusive edital.

Por essa razões, com esteio nas peças encartadas aos autos do processo administrativo e com fundamento no art. 7º, inciso VI do Decreto Municipal 1.670 de 2019 e com subsidio, neste caso, do Decreto Federal n.º 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município, confirmo e valido o termo de adjudicação encartado de fls. 617-618 e HOMOLOGO os valores do certame Pregão Eletrônico nº 036/2020-SRP, em favor dos licitantes: **R R DE SOUZA & CIA LTDA , CNPJ Nº 13.662.140/ 0001-77** os itens **1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 8 - 10 - 11 - 12 - 14 -15 - 16 - 17 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 -25 - 26 - 28 - 29 - 34 - 35 - 36 - 38 - 40 -41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 -53 - 54 - 58 - 60 - 61 - 62 - 63 - 65 - 66 -68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 74 - 76 - 77 - 78 -79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 85 - 87 - 88 - 89 -90 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 -100 - 101 - 102 - 105 - 106 - 107 - 109 -111 - 113 - 114 - 115 - 116 - 117 - 118 -119 - 120 - 121 - 122 - 123 - 126 - 127 -128 - 129 - 130 - 131 - 132 - 135 - 136 -137 - 139 - 140 - 141 - 142 - 143 - 144 -146 - 148 - 149 - 150 - 151 - 153 - 154 e 158** com a proposta final perfazendo um valor R$ **261.244,69** (Duzentos e sessenta e um mil duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os Itens: **7 - 9 - 13 - 18 - 27 - 30 - 31 - 32 -33 - 37 - 39 - 50 - 51 - 52 - 55 – 56 - 57 - 59 - 64 - 67 - 73 - 75 - 84 - 86 - 91 - 103 - 104 - 108 - 110 - 112 - 124 - 125 - 133 - 134 - 138 - 145 - 147 - 152 - 155 - 156 - 157 - 159**, tornando-os itens "fracassados" do certame, ou seja, Itens não adjudicados.

Informe a Secretaria solicitante.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia – MT, 09 de julho de 2020.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 042/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 1.725/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 042/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 097/2020, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a**Contratação de Empresa Para Prestação de Serviços de Limpeza dos Forros e Caixas D'Agua nas Escolas Municipais, Secretaria Municipal de Educação e Órgãos vinculados.**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *cpl@rondolandia.mt.gov.br* no período de até 01 (um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 09 de Julho de 2020.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 1769/2020/GAB/PMR, DE 09 DE JULHO DE 2020.

PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a abertura de crédito Adicional Suplementar no orçamento em vigor de que trata a Lei nº 462 de 18 de Dezembro de 2019 (LOA 2020).

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em especial ao disposto no inciso I e VI, do §1º, do artigo 5º da Lei nº 462, de 18 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um credito adicional suplementar, no valor de **R$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais),** na seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gestão do Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.103 – Manutenção com o Gabinete do Prefeito

CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO DESPESA	DESCRIÇAO	FONTE RECURSO	VALOR
16	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	35. 000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 – Gestão da Educação

Projeto/Atividade: 2.136 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE

CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO DESPESA	DESCRIÇAO	FONTE RECURSO	VALOR
81	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0015	20.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos do crédito adicional suplementar será decorrente da anulação total ou parcial no montante de **R$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais),** das seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gestão do Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.103 – Manutenção com o Gabinete do Prefeito

CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO DESPESA	DESCRIÇAO	FONTE RECURSO	VALOR
15	3.3.90.14.00.00	Diárias Civil	0000	35.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 – Gestão da Educação

Projeto/Atividade: 2.136 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE

CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO DESPESA	DESCRIÇAO	FONTE RECURSO	VALOR
82	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1000	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 09 de Julho de 2020.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS

FUNDAMENTAÇÃO:

Dispõe o artigo 42 da Lei nº 4.320 de 1964 que os créditos suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

O crédito adicional ora aberto pelo decreto, por insuficiência de dotação, se ampara na autorização legislativa contida no inciso I, III e IV, do §1º da Lei nº 462, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual para 2020):

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado:

§1º. A abrir no curso da Execução Orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares por transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra e de um órgão para outro, no âmbito da execução orçamentária, até o limite de 2% (Dois por cento), do total da Despesa Fixada no art. 3º desta Lei.

I - **Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária**, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Legislativo e Executivo, as suplementações de dotações para atendimento à ocorrência das seguintes situações:

(...)

III- **Insuficiência de dotação no grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais;** conforme estabelece nos incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320 de 1964;

IV – Insuficiência de dotação nos grupos de despesa 2 – Juros e Encargos da Dívida e 6 – Amortização da dívida; conforme estabelece nos incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320 de 1964;

Dispõe o inciso II do §1º da Lei nº 4.320 de 1964:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(....)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964).

Portanto, para os efeitos do artigo 42 da lei nº 4.320 de 1964, a autorização legislativa já se encontra na Lei Orçamentaria, autorizada com vista na exceção ao princípio da exclusividade de que trata o inciso I do artigo 7º da mesma.

Superada a questão da legalidade para a abertura do crédito, o orçamento em vigor nas rubricas orçamentárias, as quais não possuíam valor suficiente nas dotação para cobrir as despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil e Obrigações Patronais.

O credito orçamentário ora aberto, decorre dos recursos financeiros provenientes do anulação parcial ou total das dotações, do Orçamento vigente conforme especificado no artigo 1º do decreto.

Destina-se a garantir o pagamento do Salário e Encargos Sociais dos funcionários do Executivo Municipal referente ao mês de Junho de 2.020.

Portanto, o reforço Orçamentário cumpre aos ditames das leis de regências, bem como, se respalda na supremacia do interesse público.

Gabinete do Prefeito, 09 de Julho de 2020.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4167-2020-NOMEIA-CARLOS BONIECK LOPES DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº.4167/GP/PMR/2020

DE 09 DE JULHO DE 2020

*Nomeia-**CARLOS BONIECK LOPES DO NASCIMENTO** no cargo em comissão Diretor De Departamento Especial De Apoio a Agricultura Familiar,CDS-6.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***CARLOS BONIECK LOPES DO NASCIMENTO*** No cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR CDS-6, junto da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 09/07/2020.*

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36

No dia 08 de Julho de 2020, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT, inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL, n° 450, CENTRO, CEP 78.338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, portador do CPF nº , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s)da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):Fornecedor: CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA CNPJ: 26795401000179 Endereço: AV CASTELO BRANCO (LOT C SUL) 790, CENTRO-SUL Cidade: Várzea Grande-MT CEP: 78110002 Telefone: 6536827373 Email: consorcio.clinica@gmail.com Representante: ORIVALDO AMANCIO NUNES FILHO Lote Quant. Unid. Descrição Marca Valor Unitário 30,00 UND SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO EXERESE DE PTERIGIO -- R$ 412,002 30,00 UND SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO CIRURGIA DE CATARATA -- R$ 835,653 6,00 UND SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO CIRURGIA DO GLAUCOMA CONGÊNITO -- R$ 5.672,30 As especificações técnicas constantes do pregão em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minutada Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar do dia 08/07/2020 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49

CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA 26795401000179

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 037/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 074/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2020 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa **S.L CERQUEIRA COMERCIO DE CAFÉ EIRELLI ME, CNPJ: 28.846.839/0001-64**, Endereço: Rua Jaime Freire, S/Nº, Bairro: Centro, CEP: 78.338-000, Rondolândia – MT, representada pela Sr Evandro Ribeiro Campos, CPF: 890.855.741.53 e RG de Nº 12926060 – SSP/MT, Procurador da mesma, e **J. C. CERQUEIRA DE NASCIMENTO, CNPJ: 04.329.602/0001-48,** Endereço: Rua Joana Alves de Oliveira, S/Nº, Bairro: Centro, CEP: 78. 338-000, Rondolândia – MT, representada pela Sr Jose Carlos Cerqueira de Nascimento, CPF: 252.292.062-68 e RG de Nº 267630 – SSP/RO, Proprietário da mesma, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 035/2020 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para futura e eventual **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para locação de veículos do tipo caminhão prancha e caminhão pipa para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 035/2020.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 035/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: **S.L CERQUEIRA COMERCIO DE CAFÉ EIRELLI ME, CNPJ:**	
CNPJ Nº: **28.846.839/0001-64**	
Endereço: Av. Jaime Freire S/Nº Bairro: Centro	
Cidade/Estado: Rondolândia – MT	CEP: 78.338-000
Telefone: (66) 98447 0655	E-mail:
Representante Legal: Evandro Ribeiro Campos	
CPF Nº: 890.855.741.53	

3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quat.	Descrição	Vlr Unt.	Vlr Total
01	307034-4	MES	12	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DO TIPO - CAMINHÃO PRANCHA, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR 2014, INCLUINDO O CAVALO, COM CARROCERIA ABERTA E RAMPA MECANICA, COM CAPACIDADE MINIMA DE 23 TONELADAS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, CAVALO COM ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2007, COM TODAS AS DESPESAS POR CONTA DA CONTRATADA EX: MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, INCLUINDO O OPERADOR EXCETO O COMBUSTIVEL QUE SERÁ POR CONTA DA CONTRATANTE.	R$: 19.200,00	R$ 230.400,00
Valor Total						**R$ 230.400,00**

Detentora da ARP:

Nome: J. C. CERQUEIRA DE NASCIMENTO,						
CNPJ: 04.329.602/0001-48						
Endereço: Rua Joana Alves de Oliveira, S/Nº, Bairro: Centro,						
Cidade/Estado: Rondolândia-MT				CEP: 78.338-000		
Telefone: (66) 98431 1328				E-mail: paulanascimento@gmail.com		
Representante Legal: Jose Carlos Cerqueira de Nascimento						
CPF Nº: 252.292.062-68						
LOTE 01 – COTA PRINCIPAL						
Item	**Código TCE**	**UND**	**Quant.**	**Descrição**	**Vlr Unt.**	**Vlr Total**
02	00017179	HORAS	750	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE MINIMA DE 15.000 LITROS DO ANO 2007 OU SUPERIOR, COM BARRAMENTO DE ÁGUA EM ALTA PRESSÃO NA TRASEIRA E NAS LATERAIS COM CHUVEIRO NA PARTE INFERIOR TRASEIRA E COM CONEXÃO DE MANGUEIRA NA BOMBA DE APROXIMADAMENTE 50 METROS COM TODAS AS DESPESAS POR CONTA DA CONTRATADA EX: MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, SUBISTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ETC. INCLUINDO OPERADOR E O COMBUSTÍVEL.	R$: 170,00	R$: 127.500,00
R$: 127.500,00						
LOTE 02 - RESERVADO PARA EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006						
Item	**Código TCE**	**UND**	**Quan**	**Descrição**	**Vlr Unt.**	**Vlr Total**
03	00017179	HORAS	250	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE MINIMA DE 15.000 LITROS DO ANO 2007 OU SUPERIOR, COM BARRAMENTO DE ÁGUA EM ALTA PRESSÃO NA TRASEIRA E NAS LATERAIS COM CHUVEIRO NA PARTE INFERIOR TRASEIRA E COM CONEXÃO DE MANGUEIRA NA BOMBA DE APROXIMADAMENTE 50 METROS COM TODAS AS DESPESAS POR CONTA DA CONTRATADA EX: MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, SUBISTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ETC. INCLUINDO OPERADOR E O COMBUSTÍVEL.	R$: 170,00	R$: 42.500,00
Valor Total						**R$: 42.500,00**
Valor Total da cota principal e Reservada						**R$: 410.000,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 **– O valor total registrado da presente Ata é de R$ 400.400,00 (quatrocentos mil e quatrocentos reais).**

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a prestação dos serviços objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 035/2020.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 - Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.16 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

4.17 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações e ou ordem de serviço para com a realização dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 035/2020.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por 12 **(doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/2013.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 035/2020, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento e ou a prestação dos serviços, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados “poderão” ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na prestação dos serviços, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, serão consignadas no Orçamento de 2020/2021, *Órgão: Secretaria Municipal de Obras* sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013 “que regulamenta o Sistema de Registro de Preços” e seu Art. 7º, do Capítulo V, Parágrafo 2º.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 035/2020 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 035/2020, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 09 de Julho de 2020.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

S.L CERQUEIRA COMERCIO DE CAFÉ

EIRELLI ME, CNPJ: 28.846.839/0001-64

Nome Evandro Ribeiro Campos - Representante Legal

CPF Nº: 890.855.741.53

Participantes desta ARP:

_____

J. C. CERQUEIRA DE NASCIMENTO

CNPJ: 04.329.602/0001-48

Nome Jose Carlos Cerqueira de Nascimento - Representante Legal

CPF Nº: 252.292.062-68

Participantes desta ARP:

_____

Luiz Pereira Viana

Secretário Municipal de Obras

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração, pelo servidor_____(assinatura) em ____ de_____de 2020.

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 38/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 1.726/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELÉTRONICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 38/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 81/2020, cujo Objeto:**"Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento destinados ao tratamento de água para consumo humano, para atender as necessidades da estação de tratamento de água."**, sagrou-se vencedora dos item 01, a empresa: **HD3 COMERCIAL TECNICA EIRELI CNPJ: 34.822.903/0001-70,** com a proposta final perfazendo um valor total de R$ 14.698,00 (quatorze mil seiscentos e noventa e oito reais). E sagrou-se vencedora do item 02 a empresa: **AWB LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI CNPJ: 19.939.011/0001-60**, com a proposta final perfazendo um valor total de R$ 18.023,13 (dezoito mil vinte e três reais e treze centavos).

Perfazendo um valor total geral de 32.721,13 (trinta e dois mil setecentos e vinte e um reais e treze centavos)

Rondolândia – MT, 09 de Julho de 2020.

Keila Taiane

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 57/2020"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 57/2020, tendo como objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA COR AMPARO, NA RUA JOSÉ DE ASIS, 1640, BAIRRO NOS-**

SA SENHORA DO AMPARO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO A ESTE EDITAL", que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: **MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA** no valor total da obra de R$: 311.822,59 (trezentos e onze mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Rondonópolis-MT, 09 de julho de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente de Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 24/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, **declara fracassada** a licitação em epígrafeobjeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: "PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS SEXTAVADO DE CONCRETO, LOCALIZADA NA AVENIDA BINÁRIO NORTE, ENTRE AS RUAS DOM PEDRO II E RUA DOMINGOS LIMA, JARDIM MATO GROSSO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ANEXO AO EDITAL".** Compareceu na sessão pública uma única empresa, que não atendeu os requisitos estabelecidos em edital.

Rondonópolis-MT, 09 de julho de 2020.

Alfredo Vinícius Amoroso

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 56/2020"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 56/2020, tendo como objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DE NOVA GALILEIA, NA ZONA RURAL, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO A ESTE EDITAL"**, que após a análise detalhada dos documentos apresentados, bem como dos recursos administrativos impetrados pelas empresas participantes, a comissão de licitação julgou ***HABILITADAS*** as seguintes empresas: **MATRIX CONSTRUÇÕES e PRESTADORA DE SERVIÇOS J.S CONSTRUTORA. E estando inabilitadas as seguintes empresas: J G S CONSTRUTORA EIRELI –** descumpriu o item 4 da justificativa de exigência para qualificação econômica financeira, descrita no item 6.2.3.6 do instrumento convocatório; Descumpriu o item 1, b (alvenaria de vedação) da capacidade técnica operacional, relativo a qualificação técnica descrita no item 6.3.1 do instrumento convocatório. **BN PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI ME –** descumpriu o item 1, b (alvenaria de vedação) da capacidade técnica operacional, relativo a qualificação técnica descrita no item 6.3.1 do instrumento convocatório. **J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME –** descumpriu o item 1, b (alvenaria de vedação) da capacidade técnica operacional, relativo a qualificação técnica descrita no item 6.3.1 do instrumento convocatório. A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que proceder-se-á abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia **20/07/2020, às 14:00 horas**, no mesmo local da abertura.

Rondonópolis-MT, 09 de julho de 2020.

Alfredo Vinícius Amoroso

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2020

Texto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO PARA O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA.**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

EMPRESA: **TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA**

CNPJ :03.697.944/0001-58

DATA DA ASSINATURA: 08 de Julho de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

O Município de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 07/2020, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 27 de julho de 2020, Às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 07:00 às 11:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 10 de julho de 2020.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO OFICIAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2020

Texto:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

.

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

EMPRESA: **DELVALE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP**

CNPJ :03.697.944/0001-58

DATA DA ASSINATURA: 04 de Maio de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, inscrito no CNPJ n.03.180.429/0001-05, com sede na Av. Otavio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, em Rosário Oeste/MT, CEP 78.470-000, Telefone: (65) 3356-1209, TORNA PÚBLICO aos interessados, a abertura de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N.003/2020, do tipo "MENOR PREÇO", tendo como objetivo o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, PARA O COMBATE A COVID – 19, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09:00 horas do dia 10/07/2020 até 23/07/2020 às 09:00 horas. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 às 09:30 horas do dia 23/07/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:30 horas do dia 23/07/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 07:00 às 11:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 10 de julho de 2020.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO OFICIAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2020

Texto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO NO COMBATE DA COVID - 19, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT.**

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

EMPRESA: **GD COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**

CNPJ:12.960.020/0001-93

DATA DA ASSINATURA: 07 de Julho de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

PORTARIA Nº 135/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

REVOGA A PORTARIA Nº 125/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 49 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: A Prorrogação do Período Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº125/2020 de 01 de Julho de 2020, que dispõe sobre da concessão de licença para atividade politica ao servidor José Dias Amaral.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 09 de Julho de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA -PREFEITO-

PORTARIA Nº 134/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

REVOGA A PORTARIA Nº 124/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 49 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: A Prorrogação do Período Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº124/2020 de 01 de Julho de 2020, que dispõe sobre da concessão de licença para atividade politica ao servidor Vanderlei Francisco de Oliveira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 09 de Julho de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA -PREFEITO-

JURÍDICO
COVID-19: DECRETO Nº 47, DE 07 DE JULHO DE 2020

Prorroga o Decreto n. 41, de 22 de junho de 2020, *e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a evolução epidemiológica do novo coronavírus (COVID-19) no Município de Salto do Céu/MT;

CONSIDERANDO a taxa de ocupação dos leitos de hospitais, públicos e privados, incluindo UTIs, no Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que o Boletim do Ministério da Saúde preconiza, segundo as regras da Organização Mundial da Saúde - OMS, que para conter o avanço descontrolado da doença e a recuperação do sistema de saúde, quando não eficientes as medidas de distanciamento social, a suspensão total de atividades não essenciais;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF n. 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI n. 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executem ações de vigilância sanitária e epidemiológica,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 15, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais a serem adotadas no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Salto do Céu/MT, para prevenção de contágio pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 16, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a declaração de situação de emergência em saúde pública no Município de Salto do Céu, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 23, de 02 de abril de 2020, que dispõe sobre a suspensão das atividades escolares presenciais no âmbito do Município de Salto do Céu/MT;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 27, de 27 de abril de 2020, que prorroga medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Salto do Céu/MT, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 41, de 22 de junho de 2020, que estabelece restrições temporárias durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Salto do Céu/MT, e dá outras providências;

CONSIDERANDO as deliberações proferidas na última reunião realizada pelo Comitê de Enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19) no Gabinete do Prefeito de Salto do Céu/MT;

CONSIDERANDO que o número de casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19) tem aumentado no Município de Salto do Céu/MT;

CONSIDERANDO a necessidade de restrição temporária das atividades nos locais públicos e privados no Município de Salto do Céu/MT;

CONSIDERANDO que o Município de Salto do Céu/MT deve pautar suas ações com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, adequando as medidas de prevenção ao novo coronavírus (COVID-19) à realidade local, sobretudo quanto a observância dos direitos e garantias individuais assegurados constitucionalmente;

DECRETA

Art. 1º. Ficam prorrogadas todas as medidas previstas no Decreto Municipal n. 41, de 22 de junho de 2020, desde que já não tenham sido revogadas por outro Decreto.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 07 de julho de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0119/SAD/2020

PORTARIA Nº 0119/SAD/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que cabe à a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 inciso III e 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução da Atas celebradas através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscalizados.

CONSIDERANDO que as principais atribuições do fiscal de contrato são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras como Fiscal Titular – GENAINA CIRINO MARQUES e Fiscal Substituto – LUANA PRISCILA CRUZcomo Fiscal do contrato 032/2020, que tem como objeto a este Contrato a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS, CLINICO GERAL, PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO XINGU**,** para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, em conformidade com as especificações, de acordo com a necessidade, conforme processo licitatório nº **023/2020 realizado pela modalidade** Dispensa de Licitação de nº**005/2020**, pelo que as partes continuam igualmente vinculadas ao Termo de Referência, bem como sujeitas à Lei Federal nº 8.666/93e Medida Provisória nº 926 de 20 de março de 2020**, às cláusulas a seguir discriminadas, à legislação pertinente ao objeto, e nos casos omissos, no que couber, ao Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor.**

- Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento o contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do contrato;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 2º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 09 DE JULHO DE 2020.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0120/SAD/2020

PORTARIA Nº 0120/SAD/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que caberá a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 inciso III e 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrada através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscalizados.

CONSIDERANDO que as principais atribuições do fiscal de contrato são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras como Fiscal Titular IVANETE DE FATIMA CARVALHO e Fiscal Substituto – LAURA VICUNHA GOMES DE OLIVEIRA como Fiscal do contrato 031/2020, que tem como objeto **a "dispensa de licitação para** aquisição de insumos destinados ao enfrentamento da emergência da saúde pública decorrente do corona vírus, junto a secretaria municipal de saúde".

Em conformidade com as especificações, de acordo com a necessidade, processo licitatório nº **022/2020** realizado pela modalidade Dispensa de Licitação de nº **004/2020**, com fundamento no artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mediante autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Marcos de Sá Fernandes da Silva.

- Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento o contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do contrato;

III – Atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 2º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 09 DE JULHO DE 2020.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2019 REFERENTE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM FINALIDADE DE INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E MICHELE CRISTINA MARCANZONI.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, e, de outro lado, a Sra. **MICHELE CRISTINA MARCANZONI,** brasileira, casada, portadora do RG n° 1642718-1, e CPF nº 006.057.571-94, denominada simplesmente LOCADORA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao Contrato 044/2019, que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações e pela Lei nº 8.245/1991, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência e aditar o valor da locação, conforme Cláusulas Segunda e Terceira, respectivamente, do contrato nº 044/2019, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. A vigência do presente contrato fica prorrogada em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até **08 de julho de 2021**, podendo ser prorrogado por igual período caso haja interesse entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DO VALOR:**

3.1. O valor global do presente aditivo será de **R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais),** pago em 12 (doze) parcelas mensais no valor de **R$ 1. 300,00 (um mil e trezentos reais)** cada, na forma inicialmente avençada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2020 e do exercício futuro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

O presente Termo Aditivo está amparado pela Lei nº 8.666/93, pelo item 2.1 do contrato originário, bem como pela Lei nº 8.245/1991.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 07 de julho de 2020.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

MICHELE CRISTINA MARCANZONI

LOCADORA

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: NOME:

CPF nº: CPF nº:

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2020

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **META EXTINTORES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº.05.621.915/0001-38**; VIGÊNCIA**:** 09/07/2020 ATÉ 09/07/2021; VALOR ESTIMADO R$ **12.461,27**; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS E ACESSÓRIOS, E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES, A FIM DE ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 para **REGISTRO DE PREÇOS**

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AVIAMENTOS E MATERIAL PARA ARTESANATO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT .

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 026/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 23/06/2020, sagrou-se vencedora as empresas, conforme segue:

639	10.226.940/0001-57	MARIA JOSE DOS REIS NETO				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229829	AGULHA PARA BORDAR PONTO RUSSO Nº 12	TELANIPO	UNIDADE	30,0000	18,8700	566,1000
234962	AGULHAS PARA BORDAR VAGONITE - COM 10 UNIDADES N° 5	LULITEX	PACOTE	10,0000	13,9500	139,5000
229841	BARBANTE BARROCO DECORE LUXO 180M - CORES VARIADAS	CIRCULO	UNIDADE	100,0000	17,6700	1.767,0000
229838	BARBANTE CRU Nº 08, COM NO MINIMO 457M	EUROROMA	UNIDADE	100,0000	13,4900	1.349,0000
229848	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO 60 MM - PCT COM 30 UNIDADES	STYROFORM	PACOTE	20,0000	22,9900	459,8000
229770	CANETA ACRILPEN PARA TECIDO - CORES A ESCOLHER	ACRILEX	UNIDADE	50,0000	5,9700	298,5000
229788	COLA CASCOREX 500 GRAMAS	CASCOREZ	UNIDADE	50,0000	14,7600	738,0000
229776	EVA ATOALHADO, MEDINDO 40X48CM - PCT C/ 5 FOLHAS	VMP	PACOTE	50,0000	22,5900	1.129,5000
229864	FIO PARA COSTURA 70GR - DIVERSAS CORES	SETTA	UNIDADE	100,0000	7,4900	749,0000
229797	FITA DE CETIM Nº 01 LARG 07MM, PECA COM 10M - CORES VARIADAS	KIT	UNIDADE	50,0000	3,1400	157,0000
229785	FITA DUPLA FACE FIXA FORTE VHB 19MM X 2M - TRANSPARENTE	ALDEBRAS	UNIDADE	100,0000	22,9400	2.294,0000
229843	FRALDAS COM ESPACO PARA PINTAR E BORDAR CAIXA COM 5 UNIDADES	CARICIA	CAIXA	30,0000	31,8900	956,7000
229789	MASSA PRONTA PARA BISCUIT, PACOTE COM 1KG - CORES VARIADAS	POLYCOL	PACOTE	20,0000	18,4900	369,8000
229800	MDF BAU QUADRADO MEDIO 25X25	MDF WEB	UNIDADE	100,0000	28,9500	2.895,0000
229806	MDF PORTA CHAVES 4 PINOS	MDF WEB	UNIDADE	100,0000	14,9000	1.490,0000
229818	MEIA PEROLA PARA ARTESANATO - PACOTE 500 GR	NEWZ	UNIDADE	10,0000	66,7000	667,0000
229847	PALITOS DE PICOLE QUADRADO CRU - PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	UNIDADE	10,0000	3,4900	34,9000
229759	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 02, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEO LEO	UNIDADE	40,0000	3,1900	127,6000
229763	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 10, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LEO LEO	UNIDADE	40,0000	4,3500	174,0000
229853	TELA PARA PINTURA SIMPLES 18X24CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	9,9000	990,0000
229767	TINTA DE TECIDO CLAREADOR, 37 ML, PACOTE COM 12 UNIDADES	ACRILEX	PACOTE	50,0000	47,9000	2.395,0000
229790	TINTA FOSCA PARA ARTESANATO P.V.A 100ML - CORES VARIADAS	ACRILEX	UNIDADE	100,0000	8,3800	838,0000
229846	TOALHA DE BANHO INFANTIL, MEDINDO 90X70CM COM ESPACO PARA PINTAR E BORDAR	CAMESA	UNIDADE	30,0000	27,9000	837,0000
				Total Fornecedor:		**21.422,40**

1070	74.149.493/0001-62	TEX NORTECOMERCIO DE TECIDOS LTDA				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229856	TECIDO OXFORD ESTAMPADO, LAR 1,50M - ESTAMPAS A ESCOLHER	EXCIM	METRO LIN	200,0000	6,9100	1.382,0000
				Total Fornecedor:		**1.382,00**

4992	13.498.051/0001-37	L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA-ME				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**

229823	ACQUA BETUME	ACRILEX	UNIDADE	30,0000	8,8900	266,7000	
229753	AGULHA PARA COSTURA Nº 06 (PARA BORDAR)	CORRENTE	UNIDADE	50,0000	5,8900	294,5000	
229778	ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 120MM	JOWAMA	UNIDADE	100,0000	0,8400	84,0000	
229780	ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 30MM	JOWAMA	UNIDADE	100,0000	0,2200	22,0000	
229840	BARBANTE CRU Nº 12, COM NO MINIMO 307M	ROMA	UNIDADE	100,0000	13,4800	1.348,0000	
229830	BASTIDOR PLASTICO PEQUENO 18CM	ARANHA	UNIDADE	100,0000	22,9000	2.290,0000	
229794	BORDADO INGLES, COM 50MM DE LARG E 13,70 DE COMPRIMENTO	ARTEPUNTO	UNIDADE	100,0000	23,2500	2.325,0000	
229782	COLA EM GERAL PARA DECOPAGE 120 ML	ACRILEX	UNIDADE	50,0000	11,5600	578,0000	
229812	COLA QUENTE BASTAO FINO	UNIBEM	UNIDADE	100,0000	1,2800	128,0000	
229773	ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 14X14 - DIVERSAS FIGURAS	OPA	UNIDADE	100,0000	5,9800	598,0000	
229774	EVA LISO, MEDINDO 40X60CM PCT C/ 10 FOLHAS - CORES VARIADAS	LEONORA	PACOTE	50,0000	17,1700	858,5000	
229810	FIO DE SIZAL 700/2, NOVELO DE 250G	ARANHA	UNIDADE	10,0000	21,4900	214,9000	
229784	FITA CREPE 18CM X 50MT BRANCA	ADELBRAS	UNIDADE	50,0000	6,0500	302,5000	
229795	FITA DE CETIM Nº 12 LARGURA 50MM, PECA COM, 10M - CORES VARIADAS	PROGRESSO	UNIDADE	100,0000	20,7800	2.078,0000	
229816	GLITER PACOTE 1 KG - CORES VARIADAS	LANTECOR	UNIDADE	20,0000	59,9000	1.198,0000	
229865	LINHA PARA COSTURA COM NO MINIMO 1.829M - CORES DIVERSAS	SETTA	UNIDADE	100,0000	5,4800	548,0000	
229803	MDF CAIXA 15X15X5CM	T&J ARTESANATOS	UNIDADE	100,0000	9,9500	995,0000	
229804	MDF CAIXA 20X20X5CM	T%J ARTESANATOS	UNIDADE	100,0000	11,9500	1.195,0000	
229808	MDF RECORTES EM DIVERSOS MODELOS MEDIDO DE3,5CM A 8,00CM	T&J ARTESANATOS	UNIDADE	100,0000	26,7000	2.670,0000	
229827	NOVELO DE LA C/100 GRAMAS - CORES VARIADAS	PARAMOUNT	UNIDADE	50,0000	8,0500	402,5000	
229817	PACOTE DE PEROLA - PACOTE 500 GR	BLESSED	UNIDADE	20,0000	64,7000	1.294,0000	
229765	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 00 PELO DE MARTA, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 141	TIGRE	UNIDADE	40,0000	6,7000	268,0000	
229761	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 06, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	TIGRE	UNIDADE	40,0000	3,4800	139,2000	
229769	TECIDO DE ALGODAO PARA PINTURA, LARG. 0,70CM	SANTA MARGARIDA	METRO LIN	200,0000	4,3900	878,0000	
229750	TECIDO EM FELTRO, LARG 1,40M CORES VARIADAS	ARTEPUNTO	METRO LIN	200,0000	19,7000	3.940,0000	
229834	TECIDO PARA BORDAR VAGONITE, LAR 1,40M	ESTILOTEX	METRO LIN	200,0000	15,6800	3.136,0000	
229854	TELA PARA PINTURA SIMPLES 09X12CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	5,1900	519,0000	
229850	TELA PARA PINTURA SIMPLES 30X40CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	13,1500	1.315,0000	
229754	TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO ACRIPUFF 35ML, PACOTE C/ 12 UNID CORES A ESCOLHER	ACRILEX	PACOTE	20,0000	61,9500	1.239,0000	
229791	TOALHA DE MAO PARA BORDAR MEDINDO 25X36CM - CORES VARIADAS	ESTILOTEX	UNIDADE	100,0000	3,2500	325,0000	
229821	VERNIZ VITRAL 100 ML - CORES VARIADAS	ACRILEX	UNIDADE	50,0000	17,9500	897,5000	
229859	ZIPER DE METAL 06CM - CORES DIVERSAS	LULITEX	UNIDADE	50,0000	0,8800	44,0000	
229861	ZIPER DE METAL 15CM - CORES DIVERSAS	LULITEX	UNIDADE	50,0000	1,3400	67,0000	
229862	ZIPER DE METAL 50CM - CORES DIVERSAS	LULITEX	UNIDADE	50,0000	0,4900	24,5000	

229863	ZIPER DE METAL 60CM - CORES DIVERSAS	LULITX	UNIDADE	50,0000	0,5900	29,5000
				Total Fornecedor:		**32.512,30**

6549	**11.073.488/0001-01**	**J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229825	AGULHA DE MAO PARA BORDAR Nº 22 - PCT C/ 10 UNIDADES	corrente	PACOTE	5,0000	5,3800	26,9000
229837	BARBANTE CRU Nº 06, COM NO MINIMO 610M	apolo	UNIDADE	100,0000	13,4000	1.340,0000
229839	BARBANTE CRU Nº 10, COM NO MINIMO 366M	apolo	UNIDADE	100,0000	13,4800	1.348,0000
229849	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO 75 MM - PCT COM 25 UNIDADES	styroform	PACOTE	20,0000	22,7500	455,0000
229809	CESTA EM VIME TAMANHOS E FORMATOS DIVERSOS	md cor	UNIDADE	100,0000	31,6500	3.165,0000
229756	COLA PERMANENTE 250 ML	acrilex	UNIDADE	50,0000	15,9400	797,0000
229811	CORDA CRUA MEDIA	sao jose	METRO LIN	50,0000	2,9400	147,0000
229844	CUEIROS LISOS, MEDINDO 08X100CM - PACOTE COM 3 UNIDADES	inconfral	PACOTE	30,0000	30,9900	929,7000
229772	ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 10X10 - DIVERSAS FIGURAS	opa	UNIDADE	100,0000	5,3500	535,0000
229775	EVA ESTAMPAS VARIADAS, MEDINDO 40X60CM, PCT C/ COM 10 FOLHAS - CORES VARIADAS	leonora	PACOTE	50,0000	53,8500	2.692,5000
229798	FITA DE CETIM Nº 03 LARGURA 15 MM PECA COM 10M - CORES VARIADAS	arcoires	UNIDADE	50,0000	4,2000	210,0000
229781	GUARDANAPOS PARA DECOPAGE, MEDINDO 33X33CM - PCT C/ 5 FOLHAS	destak	PACOTE	30,0000	7,9800	239,4000
229822	HIDRO VITRAL - CORES VARIADAS 100 ML	acrilex	UNIDADE	50,0000	19,4000	970,0000
229787	KITS PARA CRAQUELE, 37ML, CAIXA C/ 2 UNIDADES - CORES VARIADAS	acrilex	CAIXA	30,0000	17,6000	528,0000
229836	LINHA DE CROCHE, COM NO MINIMO 1000M, IGUAL OU SUPERIOR A LINHA DE CROCHE CLEA - CORES VARIADAS	seta	UNIDADE	100,0000	15,7000	1.570,0000
229801	MDF BAU QUADRADO PEQUENO 10X20	md cor	UNIDADE	100,0000	10,4000	1.040,0000
229802	MDF CAIXA 10X10X5CM	md cor	UNIDADE	100,0000	6,6500	665,0000
229807	MDF PORTA TALHERES	md cor	UNIDADE	100,0000	31,7000	3.170,0000
229815	MUSGO PARA ARTESANATO - PACOTE COM 50GRS	aranha	UNIDADE	20,0000	7,3500	147,0000
229757	PAPEL CARBONO PARA COSTURA, PACOTE C/ 10 UNID, CORES VARIADAS	aranha	PACOTE	10,0000	18,7000	187,0000
229793	PASSA FITA, COM 5CM DE LARGURA E 13,70M DE COMPRIMENTO - COR BRANCA	destak	UNIDADE	30,0000	38,9000	1.167,0000
229758	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 00, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	leonora	UNIDADE	40,0000	3,0500	122,0000
229760	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 04, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	leonora	UNIDADE	40,0000	3,2900	131,6000
229764	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 12, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	leonora	UNIDADE	40,0000	4,8500	194,0000
229783	SELANTE UNIVERSAL PRIME 250 ML	acrilex	UNIDADE	50,0000	33,8500	1.692,5000
229751	TECIDO EM FELTRO ESTAMPADO, LARG 1,40M ESTAMPAS VARIADAS	catarinense	METRO LIN	50,0000	35,9000	1.795,0000
229752	TECIDO PATCHWORK TRICOLINE ESTAMPADO, LARG 1,50 M	sao geraldo	METRO LIN	200,0000	14,0000	2.800,0000
229852	TELA PARA PINTURA SIMPLES 20X30CM	guedes	UNIDADE	100,0000	11,5000	1.150,0000
229768	TINTA DE TECIDO PACOTE COM 12 UNIDADES 37 ML - CORES A ESCOLHER	acrilex	PACOTE	100,0000	47,9000	4.790,0000

229755	TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO GLITER 35ML PACOTE C/ 12 UNID CORES A ESCOLHER	acrilex	PACOTE	20,0000	111,5000	2.230,0000
229820	VERNIZ FOSCO 100 ML	acrilex	UNIDADE	30,0000	18,9000	567,0000
				Total Fornecedor:		**36.801,60**

6706	**20.847.096/0001-35**	**MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229777	ADESIVOS INSTANTANEOS - FRASCO COM 20GR	BRW	UNIDADE	30,0000	9,3800	281,4000
229832	AGULHA PARA BORDAR JUTA Nº 24 - PACOTE COM 10 UNIDADES	CORRENTE	UNIDADE	5,0000	5,3300	26,6500
229779	ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 75 MM	JOWANA	UNIDADE	100,0000	0,7900	79,0000
229831	BASTIDOR PLASTICO MEDIO 25CM	ARANHA	UNIDADE	50,0000	32,6700	1.633,5000
229845	BODY INFANTIL TAMANHO RN/P - CORES VARIADAS	MASTER	UNIDADE	50,0000	25,8500	1.292,5000
229814	CADERNO PEQUENO CAPA DURA 96 FOLHAS	PANAMERICANO	UNIDADE	200,0000	4,4000	880,0000
229813	COLA QUENTE BASTAO GROSSO	CLASSE	UNIDADE	100,0000	1,8800	188,0000
229771	ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 20X25 - DIVERSAS FIGURAS	OPA	UNIDADE	100,0000	11,3500	1.135,0000
229866	ETIQUETAS DIVERSAS	ADERE	UNIDADE	50,0000	4,6400	232,0000
229796	FITA DE CETIM Nº 09 LARGURA 38MM, PECA COM 10M - CORES VARIADAS	PROGRESSO	UNIDADE	50,0000	8,7900	439,5000
229858	LINHAS PARA COSTURA ESTOJO COM 100 UNIDADES - CORES DIVERSAS	CORRENTE	UNIDADE	5,0000	191,9900	959,9500
229799	MDF BAU QUADRADO GRANDE 30X30	MARTS	UNIDADE	100,0000	35,9000	3.590,0000
229805	MDF CAIXA REDONDA 20X20X7CM	MARTS	UNIDADE	100,0000	21,9000	2.190,0000
229857	MICANGAS PARA BORDAR (PACOTE 500 GRAMAS) - CORES VARIADAS	ARANHA	UNIDADE	20,0000	37,9000	758,0000
229792	PANO DE PRATO COM BAINHA, MEDINDO 65X40CM PARA ARTESANATO BRANCO	MARTINS	UNIDADE	100,0000	11,9000	1.190,0000
229826	PASTA PARA MODELAGEM PARA ARTESANATO - 250 ML	ACRILEX	UNIDADE	50,0000	15,4500	772,5000
229762	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 08, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815	LYKE	UNIDADE	40,0000	3,7000	148,0000
229828	TECIDO DE PONTO RUSSO PARA BORDAR, LARG 1,50M	ESTILOTEX	METRO LIN	200,0000	24,9900	4.998,0000
229729	TECIDO JUTA CRUA FECHADA - LARGURA 1,00M	CASTANHAL	METRO LIN	200,0000	14,3000	2.860,0000
229855	TELA PARA PINTURA SIMPLES 15X15CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	6,0800	608,0000
229851	TELA PARA PINTURA SIMPLES 40X60CM	GUEDES	UNIDADE	100,0000	26,1500	2.615,0000
229819	TINTA JATEADO 100ML - CORES VARIADAS	GLITTER	UNIDADE	20,0000	9,3500	187,0000
229833	TOALHA PARA BORDAR PONTO RUSSO 30X45CM	BFORT	UNIDADE	100,0000	5,0000	500,0000
229786	VERNIZ GERAL 500 ML	ACRILEX	UNIDADE	30,0000	67,8000	2.034,0000
229860	ZIPER DE METAL 30CM - CORES DIVERSAS	ARANHA	UNIDADE	50,0000	0,4100	20,5000
				Total Fornecedor:		**29.618,50**
				Total Geral:		**121.736,80**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de junho de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 027/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 24/06/2020, sagrou-se vencedora as empresas, conforme segue:

4992	13.498.051/0001-37	L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA-ME				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229717	TECIDO CHITA ESTAMPADA - LARGURA 1,47M - ESTAMPAS VARIADAS	MASCARENHAS	METRO LIN	140,0000	5,4200	758,8000
229724	TECIDO JEANS PESADO (GROSSO)	SANTANENSE	METRO LIN	200,0000	28,9200	5.784,0000
229713	TECIDO OXFORD - LARGURA 1,50M - CORES VARIADAS	ADAR	METRO LIN	650,0000	6,6700	4.335,5000
229721	TECIDO TACTEL LISO - LARGURA 1,50M - CORES VARIADAS	SANTA MARGARIDA	METRO LIN	1.100,0000	18,8000	20.680,0000
229728	TECIDO TULE - LARGURA 1,20M - CORES VARIADAS	DELFIM	METRO LIN	30,0000	2,8500	85,5000
229710	TECIDO TWOWEY STRECH - LARGURA 1,40M - CORES VARIADAS	ROZAK	METRO LIN	1.400,0000	13,6300	19.082,0000
				Total Fornecedor:		**50.725,80**

6549	11.073.488/0001-01	J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229730	TECIDO ATOALHADO, 100% ALGODAO - LARGURA 1,40M - CORES VARIADAS	meneguel	METRO LIN	150,0000	26,8000	4.020,0000
229720	TECIDO BRIM - LARGURA 1,63M - CORES VARIADAS	c.vieira	METRO LIN	540,0000	26,8500	14.499,0000
229704	TECIDO CETIM SEM ELASTANO - LARGURA 1,40M - CORES VARIADAS	odara	METRO LIN	50,0000	5,8200	291,0000
229727	TECIDO GABARDINE LISO, 100% ALGODAO - LARGURA 1,50M - CORES VARIADAS	odara	METRO LIN	80,0000	14,8500	1.188,0000
229712	TECIDO JACQUARD LISO DECORADO - LARGURA 2,80M	meneguel	METRO LIN	100,0000	16,4000	1.640,0000
229723	TECIDO JEANS LISO LEVE	c.vieira	METRO LIN	200,0000	23,5300	4.706,0000
229715	TECIDO VISCOSE LISA - LARGURA 1,40M - CORES VARIADAS	odara	METRO LIN	900,0000	13,2900	11.961,0000
				Total Fornecedor:		**38.305,00**

6706	20.847.096/0001-35	MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
229719	TECIDO BRIM LEVE - LARGURA 1,50M - CORES VARIADAS	SANTANESE	METRO LIN	540,0000	19,9800	10.789,2000
229711	TECIDO JACQUARD DECORACAO ESTAMPADO - LARGURA 1,40M - CORES VARIADAS	CORTEX	METRO LIN	100,0000	39,4700	3.947,0000
229729	TECIDO JUTA CRUA FECHADA - LARGURA 1,00M	CASTANHAL	METRO LIN	40,0000	14,4300	577,2000
229726	TECIDO PERCAL 150 FIOS, 100% ALGODAO - LARGURA 1,50M - CORES VARIADAS	COTEMINAS	METRO LIN	150,0000	24,8600	3.729,0000

229722	TECIDO TRICOLINE LISO, 100% ALGODAO - LARGURA 1,50M - CORES VARIADAS	JR	METRO LIN	1.400,0000	16,1200	22.568,0000
229714	TECIDO VISCOSE ESTAMPADA - LARGURA 1,40M - ESTAMPAS VARIADAS	QUATRO K	METRO LIN	100,0000	14,4600	1.446,0000
				Total Fornecedor:		**43.056,40**
				Total Geral:		**132.087,20**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 24 de junho de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO, a fim de atender as Diversas Secretarias Municipais

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 024/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 02/06/2020, sagrou-se vencedora as empresas, conforme segue:

3503	**05.870.717/0001-08**	**STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA-**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
11557	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	TCL - TAC-09CSA	UNIDADE	30,0000	1.490,0000	44.700,0000
222840	AR CONDICIONADO SPLIT 36.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	ELGIN - PTFI36B2ID/ OUFE36B2NA	UNIDADE	10,0000	5.760,0000	57.600,0000
229417	AR CONDICIONADO SPLIT 60.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	ELGIN - PTFI60B2ID/ OUFE60B3NA	UNIDADE	4,0000	7.440,0000	29.760,0000
				Total Fornecedor:		**132.060,00**
7076	**36.656.877/0001-82**	**ERICA DE FATIMA GENTIL**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
8191	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	TCL / TAC 12 CSA	UNIDADE	60,0000	1.780,0000	106.800,0000
11860	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	TCL / TAC 18 CSA	UNIDADE	20,0000	2.295,0000	45.900,0000
14996	AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	TCL / TAC 24 CSA	UNIDADE	22,0000	3.020,0000	66.440,0000
				Total Fornecedor:		**219.140,00**
				Total Geral:		**351.200,00**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 02 de junho de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0112/2020, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO – MT

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0112/2020, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO – MT,** cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES CAÇAMBA BASCULANTE, MÁQUINAS, IMPLEMENTOS E VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESPECIFICAMENTE O ITEM 01- (Escavadeira Hidráulica Marca/modelo: KOMATSU/ PC210LC-10M0), valor de R$ 549.000,00 (quinhentos e quarenta e nove mil reais). Fornecedor registrado é a empresa: **VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.654.688/0001-08.**

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.654.688/0001-08 Av. AYRTON SENA DA SILVA, S/N - LOTE B3 E B4 DISTRITO INDUSTRIAL CUIABA / MT / 78098-282.

ITEM	CODIGOS TCEMT AGIL	Item /Especificações	Quant.	MARCA	Valor Unitário	Valor total
01	838767 401434-0	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, NOVA, FABRICAÇÃO/ MODELO 2020, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 22.000 KG, MOTOR DIESEL 6 CILINDROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 HP, INJEÇÃO ELETRÔNICA, BAIXA EMISSÃO DE POLUENTES TIER 3 OU SUPERIOR. ESTEIRAS COM SAPATAS DE GARRA TRIPLA DE NO MÍNIMO 700MM DE LARGURA, 2 ROLETES SUPERIORES, 9 INFERIORES E 49 SAPATAS. VELOCIDADE DE 12 RPM. RESERVÁRIO DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 390 LTS. LANÇA MÍNIMA DE 5,0 MM E BRAÇO MÍNIMO 2,4 MM E BRAÇO COM NO MÍNIMO 1,5 M³. CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES. MONITORAMENTO VIA SATÉLITE ORIGINAL DE FÁBRICA, PARA MONITORAMENTO DE DE LOCALIZAÇÃO, MÉDIA DE CONSUMO, CÓDIGO DE FALHAS E DEMAIS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO GRATUITO.	01	KOMATSU PC210LC10M0MASSA	R$ 549. 000,00	R$ 549. 000,00

Santa Rita do Trivelato – MT,09 de julho 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LUCIANO POLETTO

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 0300/2020 DE 9 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **MARIA EDUARDA BRUGNAGO FREITAS**, inscrita no CPF/MF sob o nº 038.458.051-37, para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 032/2020 – **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCENDIOS NOVOS E ACESSORIOS, E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES, A FIM DE ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** resultado do pregão presencial nº 012/2020**.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 9 DE JULHO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0301/2020 DE 9 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 076/2020 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ SILVA**, inscrita no CPF nº 000.164.601-03, para Fiscalização do **CONTRATO Nº 076/2020 – AQUISIÇÃO DE PROTETOR FACIAL INCOLOR EM ATENDIEMNTO AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO ADMINISTRAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** conforme processo de dispensa de licitação nº 048/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 9 DE JULHO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAL REAGENTE PARA REALIZAR ANALISE NA ÁGUA, PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: KAL QUIMIKA COM. E SERVIÇOS

CNPJ nº: 17.908.249/0001-00

VALOR GLOBAL: R$ 8.975,00 (oito mil novecentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 12 (dose) meses.

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 Julho de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020 AVISO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020

AVISO DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **EGON HOEPERS,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL REAGENTE PARA REALIZAR ANALISE NA ÁGUA, PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS,** junto à empresa KAL QUIMIKA COM. E SERVIÇOS - CNPJ nº: 17.908.249/0001-00, no valor de R$ 8.975,00 (oito mil novecentos e setenta e cinco reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 Julho de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO AO CONTRATO Nº 076/2020

EXTRATO AO CONTRATO Nº 076/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADO:** CUIABA EPI EIRELI, inscrita no CNPJ nº 34.614.301/0001-27; **Vigência** 09/07/2020 até 05/01/2021; **VALOR R$ 3.060,00; OBJETO: AQUISIÇÃO DE PROTETOR FACIAL INCOLOR EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO MT,** conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 048/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO 035/2020

EXTRATO DE CONTRATO 035/2020

O MUNICIPIO DE SANTO AFONSO NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU GESTOR MUNICIPAL TORNA PÚBLICO A QUEM INTERESSAR O EXTRATO DE CONTRATO DE N° 035/2020.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDIANTE O ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

CONTRATADO: FERREIRA MENDES COMERCIO LTDA - CNPJ: 12.843.492/0001-66

Assinado em: 09/07/2020 – Vencimento: 09/10/2020

VALOR: R$ 19.380,00 (dezenove mil trezentos e oitenta reais).

SANTO AFONSO/MT, 09 DE JULHO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
COVID-19: RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 034/2020

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 034/2020

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DE CONTRATO 034/2020

O MUNICIPIO DE SANTO AFONSO NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU GESTOR MUNICIPAL TORNA PÚBLICO A QUEM INTERESSAR O EXTRATO DE CONTRATO DE N° 034/2020.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDIANTE O ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

CONTRATADO: GD COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 12.960.020/0001-93

Assinado em: 08/07/2020 – Vencimento: 08/10/2020

VALOR: R$ 8.826,80 (oito mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

SANTO AFONSO/MT, 08 DE JULHO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL

LEIA-SE:

EXTRATO DE CONTRATO 034/2020

O MUNICIPIO DE SANTO AFONSO NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU GESTOR MUNICIPAL TORNA PÚBLICO A QUEM INTERESSAR O EXTRATO DE CONTRATO DE N° 034/2020.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDIANTE O ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

CONTRATADO: GD COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 12.960.020/0001-93

Assinado em: 08/07/2020 – Vencimento: 08/10/2020

VALOR: R$ 10.709,00 (dez mil setecentos e nove reais).

SANTO AFONSO/MT, 08 DE JULHO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
COVID-19: RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA DISPENSA 012/2020

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA DISPENSA 012/2020

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 012/2020

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu gestor Municipal, Sr. Joabe Almeida dos Santos, torna público aos interessados o **extrato da dispensa de licitação de n° 012/2020** em conformidade com a lei de licitações 8.666 de 21 Junho de 1993 e seus modificações, bem como Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, (Covide 19). A presente dispensa de licitação prescinde em **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDIANTE O ENFRENTAMENTO AO COVID-19.CONTRATADA: GD COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ de n°12.960.020/0001-93.** Tem o presente termo de dispensa o valor global de **VALOR: R$ 8.826,80 (oito mil oitocentos e vinte seis reais e oitenta centavos).**

Santo Afonso/MT, 07 de Julho de 2020.

Joabe Almeida dos Santos - Prefeito Municipal

LEIA-SE:

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 012/2020

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por seu gestor Municipal, Sr. Joabe Almeida dos Santos, torna público aos interessados o **extrato da dispensa de licitação de n° 012/2020** em conformidade com a lei de licitações 8.666 de 21 Junho de 1993 e seus modificações, bem como Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, (Covide 19). A presente dispensa de licitação prescinde em **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDIANTE O ENFRENTAMENTO AO COVID-19.CONTRATADA: GD COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ de n°12.960.020/0001-93.** Tem o presente termo de dispensa o valor global de **VALOR: R$ 10.709,00 (dez mil setecentos e nove reais).**

Santo Afonso/MT, 07 de Julho de 2020.

Joabe Almeida dos Santos - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2020PROCESSO ADMINISTRATIVO 039/2020DISPENSA 014/2020CONTRATO N° 040/2020A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO N° 040/2020 PARA O SEGUINTE:OBJETO: AQUISIÇÃO COM MAXIMA URGENCIA DE TESTES RÁPIDOS QUE ATENDA AS DEMANDA DE CASOS SUSPEITOS PARA O COVID-19 NO MUNICIPIO DE SANTO DO LEVERGER/MT.Valor Global R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)Dotação orçamentaria:Secretaria Municipal de Saúde. Dotação: 10.301.0020.2045, Natureza de despesa: 33.90.39.00.00, Fonte: 0102;0146;0142CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT.CONTRATADA: VALLEN DIAGNOSTICA-LEITE RIBEIRO LTDA ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 188499143/0001-38.DATA DE ASSINATURA: 09/07/2020.A Vigência do presente contrato será de 06(seis) meses, nos termos do art. 4°. H da Lei 13.979/2020. Santo Antônio de Leverger–MT, 09 de Julho de 2020.Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃOProcesso Administrativo 039/2020Dispensa 014/2020O Prefeito Municipal, Senhor Valdir Pereira de Valdir Castro Filho, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcro da Lei 8.666/93 e a Lei 13.979/2020. Tendo como objeto a AQUISIÇÃO COM MÁXIMA URGENCIA DE TESTES RÁPIDOS QUE ATENDA AS DEMANDAS DE CASOS SUSPEITOS PARA O COVID-19 NO MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT.Dotação Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.Dotação:10.301.0020.2045,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0102;0146;0142Valor total dos itens : R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).CONTRATADA: VALLEN DIAGNOSTICA -LEITE E RIBEIRO LTDA-EPPpessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.849.143/0001-38.CONTRATANTE:*PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT*.DATA DE ASSINATURA: 09/07/2020.A Vigência do presente contrato será de 06(seis) meses, nos termos do art.4°. H da Lei 13.979/2020. Resolve *RATIFICAR* o presente processo a favor da empresa VALLEN DIAGNOSTICA -LEITE E RIBEIRO LTDA-EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.849.143/0001-38 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 do supracitado diploma legal.Santo Antonio do Leverger -MT, 09 de julho de 2020.Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal

COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2020 DISPENSA Nº 015/2020

CONTRATO Nº 038/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 038/2020** PARA O SEGUINTE OBJETO:

O OBJETO DO PRESENTE AQUISIÇÃO DE EPIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UBS, UDR E HOSPITAL MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONA VÍRUS (COVID-19).

O valor da contratação é de R$ 173.370,00 (cento e setenta e três mil e trezentos e setenta reais).

DOTAÇÃO:

Secretaria Municipal de Saúde:

Dotação: 10.301.0020.2045, Natureza de Despesa: 33.90.30.00, Fonte:0146.0102.0142

CONTRATADA: ENTERPRINTEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E PRODUTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.675.850/0001-79.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.

DATA DE ASSINATURA: 06/07/2020.

A Vigência do presente contrato será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

Santo Antônio de Leverger–MT,06 de Julho de 2020.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo 040/2020

Dispensa 015/2020

O Prefeito Municipal, Senhor Valdir Pereira de Valdir Castro Filho, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcro da Lei 8.666/93 e a Lei 13.979/2020.

Tendo como objeto a Aquisição de EPIs para atender as necessidades das UBS , UDR e Hospital Municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde deste município, medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Dotação Orçamentária**:** Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação:10.301.0020.2045,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0102;0146;0142

Valor total dos itens : R$ 173.370,00 (cento e setenta e três mil e trezentos e setenta reais).

CONTRATADA: ENTERPRINTEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E PRODUTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI ,pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.675.850/0001-79.

CONTRATANTE:*PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*

DATA DE ASSINATURA: 06/07/2020.

A Vigência do presente contrato será de 06(seis) meses, nos termos do art.4°. H da Lei 13.979/2020.

Resolve ***RATIFICAR*** o presente processo a favor da empresa EN**TERPRINTEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E PRODUTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI ,**pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.675.850/0001-79 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 do supracitado diploma legal.

Santo Antonio do Leverger -MT, 06 de julho de 2020.

_____

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2020PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2020DISPENSA 009/2020CONTRATO N° 039/2020A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO N° 039/2020 PARA O SEGUINTE:OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM REGULARIZAÇÃO DOS CNPJS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.Valor Global R$ 15.000,00 (quinze mil e seiscentos reais)Dotação orçamentaria:Municipal de Educação Desporto e Lazer.Dotação: 12.122.0009.2116, Natureza de despesa: 33.90.39.00.00, Fonte:0101CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT.CONTRATADA:THIAGO HENRIQUE LOPES ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº18.885.725/0001-70.DATA DE ASSINATURA: 09/07/2020.VIGENCIA: 06 meses.Santo Antônio de Leverger–MT, 09 de Julho de 2020.Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2020DISPENSA 09/2020O Prefeito Municipal, Senhor Valdir Pereira de Valdir Castro Filho, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcro no do art. 24, inciso I da Lei 8.666/93 . Tendo como objeto contratação de empresa especializada em serviços de assessoria técnica na execução dos serviços em regularização dos CNPJ das Escolas Municipais.Dotação Orçamentária: Municipal de Educação Desporto e Lazer.Dotação: 12.122.0009.2116, Natureza de despesa: 33.90.39.00.00, Fonte:0101Valor total: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).CONTRATADA: *THIAGO HENRIQUE LOPES ME,* pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 18.885.725/0001-70.CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT*.DATA DE ASSINATURA: 09/07/2020. A Vigência do presente contrato será de 06(seis) meses. Resolve *RATIFICAR* o presente processo a favor da empresa *THIAGO HENRIQUE LOPES ME,* pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 18.885.725/0001-70 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 do supracitado diploma legal.Santo Antônio do Leverger-MT, 09 de julho de 2020.Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURIDICO
COVID-19: DECRETO Nº 069/2020

DECRETO Nº 069/2020

DE: 09 DE JULHO DE 2020

Insere o artigo 3º-A ao Decreto nº 064/2020 de 05 de julho de 2.020.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município e,

Considerando o avanço de casos de COVID-19 no Município de Santo Antônio do Leste;

Considerando a necessidade de inserir o artigo 3º-A ao Decreto nº 064/2020 de 05 de julho de 2.020;

Considerando o artigo 3º, inciso XLI do Decreto Federal nº 10.282/2020.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto insere o artigo 3º-A ao Decreto nº 064/2020 de 05 de julho, com a seguinte redação:

"(...)

Art. 3º-A. As oficinas mecânicas e borracharias poderão exercer suas funções com o horário de funcionamento das 07h (sete horas) às 20h (vinte horas), desde que observadas as condições estabelecidas no artigo 6º do presente decreto."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santo Antônio do Leste, 09 de julho de 2.020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 288/2020

DE: 09 DE JULHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DO SERVIDOR CLERIS SANTOS CARDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o estado de calamidade pública vigente nesse Município de Santo Antônio do Leste, conforme o Decreto Municipal nº 061/2020, decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a atual demanda e necessidade na Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a suspensão das atividades escolares presenciais;

CONSIDERANDO o teor do artigo 24 da Lei nº 761/2020 (Estatuto dos Servidores Públicos), o qual dispõe acerca da possibilidade de se realizar o deslocamento de servidores a critério da Administração;

CONSIDERANDO o teor do artigo 168, inciso XXI da Lei nº 761/2020.

RESOLVE;

Art. 1º - Remover o servidor efetivo **CLERIS SANTOS CARDOSO,** no cargo de motorista, deslocando-o para a Secretaria Municipal de Saúde, para atender as demandas desta.

Parágrafo Único – A presente remoção terá duração de 03 (três) meses a contar da data da publicação, podendo ser prorrogada enquanto perdurar a pandemia.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 09 DE JULHO DE 2020

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 287/2020.

DE: 09 DE JULHO DE 2020.

REVOGA PORTARIA Nº 218/2020 DE 12 DE MAIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - REVOGAR, Portaria sob nº 218/2020 de 12 de maio de 2020, que designa a servidora pública IDILA SILVA DA SILVA para compor o Grupo Operacional Integrado de Fiscalização de Crise COVID-19, a fim de realizar barreira sanitária e fiscalização de comércios.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 01/07/2020.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 09 DE JULHO DE 2020.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

JURIDICO
DECRETO Nº 068/2020

DECRETO Nº 068/2020 DE:09 DE JULHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)."

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município;

Considerando a declaração de pandemia da Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

Considerando a Lei Federal n° 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

Considerando a publicação do Decreto nº 432 e 462/2020 do Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do qual este fixa novas diretrizes para o enfrentamento do COVID-19, bem como seus impactos econômicos no âmbito Estadual e Municipal, vinculando os municípios às regras ali impostas.

Considerando os Decretos de n° 018, 029 , 040 e 052/ 2020, que estabeleceram planos de contingenciamento do novo coronavírus a âmbito municipal;

Considerando posicionamento recente adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n° 6341, que reafirmou o entendimento a favor da autonomia de governadores e prefeitos para determinar medidas restritivas e de isolamento social como forma de combate à Covid-19, de acordo com a realidade local de cada um dos entes federados;

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, o qual indica que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que consagra em seu art. 4º ser um dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade […], e em seu Art. 4º-A, que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa;

Considerando os termos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece em seu art. 11, inciso III a autonomia dos municípios para baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

Considerando os termos da Lei n. 9.394/96, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que a Lei n. 9.394/96, dispõe em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

Considerando que a LDB dispõe, em seu artigo 24, que a carga *horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver*;

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica

da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a LDB dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais em que as pessoas estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial, neste caso saúde pública;

Considerando que a LDB dispõe em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

Considerando que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, o qual estabelece que *"O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1o do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.";*

CONSIDERANDO a Resolução n° 003/2020, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n° 003/2020, Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, parte integrante do Anexo Único do presente Decreto, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Santo Antônio do leste - MT, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido pelo período em que perdurar a suspensão das aulas presenciais, de acordo com as orientações determinadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso, sendo os primeiros 15 dias considerados como recesso, contados a partir de 23 de março de 2020. Conforme Decreto 018/2020. Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, cabe à Secretaria Municipal de Educação adotar medidas para se manter o distanciamento controlado já adotado neste Município e ainda:

I – Providenciar o acesso dos alunos aos materiais físicos presentes na escola, como livros didáticos, de literatura, apostilas e outros, bem como auxiliar para o acesso aos meios tecnológicos necessários à realização de atividades escolares não presenciais com os estudantes.

II – Fazer chegar aos estudantes que não possuem acesso à tecnologia o conhecimento das atividades propostas pelos professores.

III – Acompanhar, por meio dos relatórios realizados pelos professores, a realização de atividades na modalidade não presencial, que serão desenvolvidas com os estudantes.

IV – Disponibilizar acompanhamento pedagógico dos profissionais responsáveis às atividades a serem propostas pelos professores aos estudantes.

V - Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, e de materiais realizados pelos alunos que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020.

VI – Registrar os dias letivos e avaliações nos sistemas de informática ao final do período de realização das atividades escolares não presenciais.

Art. 4º Para que o trabalho desenvolvido pelos estudantes seja eficiente e esteja de acordo com a Base Curricular Nacional, com os direitos de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Santo Antônio do Leste, caberá ao corpo docente:

I – Elaborar o planejamento e elaboração das ações pedagógicas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares.

II – Entregar relatório das atividades desenvolvidas no planejamento para a Secretaria Municipal de Educação ou direção das escolas.

III – Propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

IV – Incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais.

V – Aos docentes que trabalham com as turmas de educação infantil, cabe propor atividades que motivem as famílias a auxiliar no desenvolvimento das mesmas e que promovam a estimulação necessária para o desenvolvimento pleno e integral dos estudantes, conforme campos de aprendizagem, previstos na BNCC, que estabelece a Base Curricular com os direitos de aprendizagem dos estudantes.

VI – O conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério do professor com a escola, nota ou avaliação descritiva para o boletim escolar ou relatório de avaliação descritiva.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º Quanto à etapa da educação infantil, a avaliação obedecerá o caput do art. 31º da LDB, que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

§ 3º No que concerne à etapa do § 2º, do art. 4º, deste Decreto, deverá ser garantido que obedeçam as propostas da Base Curricular Nacional, assegurado os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento da respectiva faixa etária.

§ 4º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 5º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 6º Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividade não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 7º A realização de atividades não presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, a partir de 01 de junho de 2020, serão consideradas carga horária letiva do calendário escolar, como parte integrante das 800 horas previstas em lei.

§ 8º Qualquer proposta de estudo para atividades não presenciais que demande o uso da internet deve considerar as condições de acesso de estudantes à rede, levando-se em consideração a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet.

§ 9º Os estudantes que não possuem meios eletrônicos para acesso às atividades não presenciais não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades presenciais propostas pelos docentes em cada unidade escolar, sempre com acompanhamento remoto por estes profissionais.

Art. 5º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período, devendo ser distribuído pela Administração pública municipal com todos os cuidados de higienização e distanciamento social controlado.

Art. 6º Todos os atos decorrentes da aplicação deste Decreto e da Resolução deverão ser devidamente registrados pela Secretaria Municipal de Educação ou instituições de ensino para ficar à disposição da supervisão pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º Fica considerado como Serviço Público Essencial as atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Educação, exclusivamente para a produção e manutenção do Ensino a distância, entrega de materiais didáticos e pedagógicos para alunos sem acesso à internet ou telefonia.

Art. 8º Sem prejuízo dos trabalhos, poderá a Secretaria Municipal de Educação autorizar a realização de trabalho remoto/teletrabalho a todos os professores da rede municipal de ensino, em especial aqueles pertencentes ao grupo de risco, conforme a jornada de trabalho prevista no cargo.

§ 1º Os servidores públicos que permanecerem em trabalho remoto/teletrabalho deverão estar com dispositivo de comunicação (WhatsApp e e-mail) em funcionamento e conectados aos grupos de trabalho virtual, durante os horários normais de expediente.

§ 2º Os servidores públicos que trabalharem em regime de trabalho remoto/teletrabalho ficarão vinculados às disposições deste Decreto, que serão consideradas, para todos os fins e efeitos, como integrantes do contrato de trabalho e/ou vínculo institucional.

§ 3º A vinculação precária ao regime de trabalho remoto/teletrabalho deverá ser determinada pela Chefia Imediata mediante critérios a serem definidos e não constituirá direito adquirido do agente público.

§ 4º O regime de trabalho remoto/teletrabalho poderá ser extinto a qualquer tempo, independentemente de notificação.

§ 5º A vinculação precária ao regime de trabalho remoto/teletrabalho não acarretará a incidência de qualquer benefício ao servidor público, tampouco será motivo para qualquer espécie de indenização, devendo o servidor que aderir ao sistema se munir dos devidos equipamentos, a seu custo, para garantia de comunicação e produtividade estabelecida.

§ 6º Os serviços realizados durante o sistema de trabalho remoto/teletrabalho deverão ser encaminhados por meio de relatório à direção da Escola ou à Secretaria Municipal de Educação, quinzenalmente.

§ 7º Os pontos dos servidores públicos que estiverem em trabalho remoto/teletrabalho serão registrados de maneira manual, estando dispensados do controle de ponto eletrônico previsto na carreira ou na instituição escolar, desde que a prestação do serviço tenha sido demonstrada no relatório.

Art. 9º Em razão da instituição do regime especial de atividades escolares não presenciais e da prestação do serviço público por meio de trabalho remoto/teletrabalho, fica declarada a necessidade do serviço público.

§ 1º Aos funcionários que não se enquadrarem no sistema de teletrabalho/homeoffice, poderão ser antecipadas as concessões de férias ou licença prêmio.

§ 2° Fica autorizada a Secretária Municipal de Educação a interromper as férias dos professores, coordenadores e demais servidores públicos lotados na Secretaria que se fizerem necessários para o desempenho do regime especial de atividades escolares não presenciais.

§ 3º A Chefia Imediata poderá convocar os servidores públicos para a realização de serviços necessários para atendimento a este Decreto, inclusive de forma presencial caso seja extremamente necessário.

§ 4º As Chefias Imediatas poderão, adicionalmente, flexibilizar a jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 10. A Secretária de Educação poderá, caso necessário, editar atos próprios em complementação aos termos do presente Decreto, aos Decretos Estaduais, Instruções Normativas específicas, entre outros atos cabíveis.

Art. 11. As medidas previstas neste Decreto terão vigência enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais, de acordo com as orientações determinadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso e poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 12 - Que seja dada ampla e total publicidade ao presente Decreto, encaminhando-se cópia ao Comando da Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público, a fim de que auxiliem o Município no cumprimento do mesmo, no limite de suas atribuições.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Santo Antônio do Leste, 09 de julho de 2020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

1Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE; PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020.

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo - MT, através da Presidente do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **SE PRORROGA** o Processo de Licitação–, **PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2020.**

MOTIVO: Não Compareceu Nenhuma empresa Interessada.

DO OBJETO: DA PRESENTE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO REMANESCENTES DO PREGÃO 07/ 2020 **CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS no Termo de Referência em Anexo I**.

Nova data de abertura

A abertura dos envelopes de propostas e de habilitação ocorrerá na data de **21/07/2020** (**Terça Feira**) às **13h30min** horas (horário local). No prédio da Prefeitura sala de licitação.

24.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário da pregoeira. (Pagina 23)

São José do Povo-MT, 09 de Junho de 2020.

Maria Irandi Duarte

.Presidente

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO ADESÃO Á ATA REGISTRO DE PREÇOS
(PREGÃO PRESENCIAL) CARONA 01/2020

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo – MT, torna publico para o conhecimento dos interessados que aderiu a ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2020, RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020, da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, Objeto : **Medicamentos da atenção Básica, Injetáveis e outros para atender as necessidades da secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Jose do Povo-MT, Regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelo Decreto Federal nº 045/2014, Subsidiada pela lei Federal 8.666/1993.**

MODALIDADE: ADESÃO PROCESSO 01/2020.

Objeto: **Medicamentos da atenção Básica, Injetáveis e outros.**

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

SÃO JOSE DO POVO-MT, 09 DE JULHO DE 2020.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020 PROCESSO Nº59 /2020

O Município de São Jose do Povo-MT, por meio da comissão Permanente de Licitação (CPL), devidamente constituída por portaria Municipal, nº05/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público que licitação na modalidade tomada de preço **no dia 24 de Julho do ano de 2020 ás 13h30min horas,** a licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço, pelo regime de empreitada por preço global, julgada pelo MENOR PREÇO GLOBAL, regida pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, objetivando a contratação dos serviços descritos na Cláusula I deste instrumento convocatório, de acordo com o estabelecido neste edital e respectivo anexo, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos.

Objeto: Edital de Tomada de Preços n°02/2020 para contratação de empresa objetivando a execução de Término da obra de Construção de 1 (um) posto de Saúde no assentamento Sandrini, conforme termo de referencia.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos no site: www.saojosedopovo.mt.gov.br**.** no e-mail licitacao2019sjp@gmail.com através do telefone 66 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

.

SÃO JOSE DO POVO-M, 09 DE JULHO DE 2020.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA IRANDI DUARTE

P/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE; PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020.

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo - MT, através da Presidente do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **SE PRORROGA** o Processo de Licitação–, **PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2020.**

MOTIVO: Não Compareceu Nenhuma empresa Interessada.

DO OBJETO: DA PRESENTE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO REMANESCENTES DO PREGÃO 07/ 2020 **CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS no Termo de Referência em Anexo I**.

Nova data de abertura

A abertura dos envelopes de propostas e de habilitação ocorrerá na data de **21/07/2020** (**Terça Feira**) às **13h30min** horas (horário local). No prédio da Prefeitura sala de licitação.

24.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário da pregoeira. (Pagina 23)

São José do Povo-MT, 09 de Julho de 2020.

Maria Irandi Duarte

.Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 163/2020

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as orientações do Tribunal de Conta do Estado de Mato Grosso – TCE-MT,

R E S O L V E:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Acidentes de Trânsito, podendo para tanto praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento de sua atuação na

SINDICÂNCIA Nº 001/2020, quanto a apuração das responsabilidades em acidente de trânsito envolvendo veículo da frota do Município, composta dos seguintes membros:

Ø ***Leandro de Sousa Caetano***

Ø ***Luiz Henrique de Oliveira Carneiro***

Ø ***Maria di Jesus Soares Mota***

Ø ***Marinéia Machado dos Santos***

Ø ***Simone Aparecida Santos Oliveira***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 20 de maio de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

Obs.: Fica revogada a publicação da matéria "PORTARIA Nº 163/2020", realizada em 17/5/2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (diariomunicipal.org/mt/amm), página 178, Edição 3.501, por conter erro material.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 060/2020

DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATUALIZAÇÃO, PARA REALIZAR O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A SMS E OS HOSPITAIS CONTRATUALIZADOS NA ESFERA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

O Senhor **Valdomiro Lachovicz,** Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os incisos I, II e III, do Artigo 32, seção IV, Capítulo V da Portaria Nº 3.410 de 30 de dezembro de 2013, que constitui as diretrizes para a Contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em conformidade com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), incorporada pela Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017; e

CONSIDERANDO a necessidade de realizar Monitoramento e Avaliação das Ações e Serviços de Saúde contratualizados pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT, conforme Contrato de Gestão firmado com Hospital Municipal e prestador de serviços ao SUS.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Acompanhamento de Contratualização, para realizar o Monitoramento e Avaliação do cumprimento dos Contratos celebrados entre a SMS e os Hospitais contratualizados na esfera do Sistema Único de Saúde – SUS, no município de São José do Rio Claro-MT.

Art. 2º Os membros da Comissão deverão ter notório conhecimento em legislações, portarias, normatizações, organização de rede assistencial, controle, execução, avaliação, regulação e demais assuntos pertinentes.

Art. 3º - A comissão que versa o caput do art. 1º será composta por representantes indicados da Secretaria Municipais de Saúde (SMS), Hospital contratualizados e Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º Incumbe a Comissão de Acompanhamento de Contratualização.

I. Avaliar o cumprimento das Metas Quali-Quantitativas e Físico-Financeiras, conforme previsto no Documento Descritivo e/ou anexos (parte integrante indissociável do Contrato); **II.** Recomendar a readequação das Metas Pactuadas, os recursos financeiros a serem repassados e outras que se fizerem necessárias; **III.** Acompanhar por meio do CNES a capacidade instalada dos Hospitais; **IV.** Requisitar formalmente: documentos, certidões, informações, diligências e/ou auditorias, devendo as mesmas serem atendidas pelos Hospitais e pela SMS; **V.** Propor alterações no conteúdo dos relatórios, sua forma de apresentação, com justificativas técnicas e fundamentadas na legislação vigente, registradas em Ata de reunião; **VI.** A Comissão poderá fazer recomendações quando entender que o assunto lhe compete.

Art. 5º A SMS e o HOSPITAL ficam obrigados a conceder a Comissão de Acompanhamento de Contratualização todos os dados e subsídios indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, exceto se houver impedimentos por força de legislação vigente, deste modo à negativa deverá ser justificada.

Art. 6º A Comissão de Acompanhamento de Contratualização será coordenada e secretariada por representante designado pela CONTRATANTE.

Parágrafo Único. Compete ao coordenador convocar e coordenar as reuniões e acompanhar a execução das deliberações, e ao secretário colher relatórios para subsidio das reuniões, redigir e lavrar as atas das reuniões, além de manter arquivo permanente de toda prestação de contas mensais.

Art. 7º Quanto à criação da Comissão de Acompanhamento de Contratualização não impede, nem supre as atuações dos órgãos internos, Auditoria, do Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 8º A Comissão reunir-se-á ordinariamente com o contratado uma vez ao mês por convocação de seu coordenador, posteriormente o fechamento do sistema (DATASUS), obedecendo ao fluxo estabelecido pelo Ministério da Saúde e SMS.

Art. 9º A Comissão reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, por convocação do coordenador ou por solicitação da maioria absoluta dos membros titulares.

Art. 10 A composição da Comissão será compatível com a vigência dos contratos, no caso de alguma alteração, deverá ser homologada pela Secretaria Municipal de Saúde com publicação no Diário Oficial.

Art. 11 A avaliação do desempenho de cumprimento das metas só poderá ser realizada pela Comissão após assinatura do contrato.

Art. 12 Os membros da Comissão não serão remunerados por esta atividade, e não ocorrerá prejuízo de suas funções.

Art. 13 Os membros titulares e respectivos suplentes da Comissão serão indicados mediante correspondência específica das instituições envolvidas na CAC.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 7 de julho de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 059/2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, **Representante Governamental**, a Servidora **Maria di Jesus Soares Mota – CPF nº 485.590.753-72** e **RG nº 1906365-2**, como membro suplente, em substituição ao membro Irene de Souza Polidoro; nomear, **Representantes da Sociedade Civil,** os Senhores **Andreia Ferreira Batista – CPF nº 968.815.181-53**, **RG nº 1.388.680-0 SSP-MT** e **Sidney de Souza Cordeiro – CPF nº 571.166.281-34**, **RG nº 0.782.380-0**, como membros titular e suplente, respectivamente, em substituição aos membros Ana Célia Trevisan Rodrigues e Marli Gil Oliveira Milani; e nomear, ainda, **Representantes da Sociedade Civil**, os Senhores Suzana Zagonel **– CPF nº 949.691.591-49**, **RG nº 143008**-7 e **Oscar Pereira Costa – CPF nº 708.140.828-15, RG nº 7897277-0**, em substituição aos membros Adriel Pereira Irineu e Jader José Borges da Silva, todos do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, nomeados pelo Decreto nº 042/2017, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 7 de julho de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 103/2020,

DECRETO N. 103/2020, DE 08 DE JULHO DE 2020.

Altera o Decreto nº. 101/2020 e dá outras providências.

Vanderley Soares da Silva, Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, legais

D E C R E T A:

Art. 1º - Acrescenta o inciso IV ao Art. 1º. do Decreto nº. 101/2020, de 07 de julho de 2020:

"Art. 1º - .....

IV - os bares, lanchonetes e restaurantes manterão o funcionamento normal, até as 21:00 horas, observando as medidas de assepsia dispostas no inciso anterior, após as 21:00 horas deverão manter o atendimento apenas na modalidade balcão ou delivery;" (NR)

Art. 2º - Ficam revogados as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São José do Xingu-MT, 08 de julho de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 159/2020

PORTARIA Nº 159/2020

DE 08 DE JULHO DE 2020.

"**DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO PARA A COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, Resolve:

Art. 1º - **SUBSTITUIR** o nome do Sr Raviano dos Santos Coelho pela servidora Morgana Leticia Rossi, conforme a Portaria nº141 do dia 01 de agosto de 2019, que nomeia a Comissão do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Professores da Educação - FUNDEB do Município de São José do Xingu – MT, com a seguinte composição:

Representante do Poder Executivo:

Titular: MORGANA LETICIA ROSSI - CPF: 699.675.041-53

Suplente: MARINEIDE BATISTA CARDOSO - CPF: 269.286.553-72

Titular: FRANTHIELLE VIANA DE PAULA - CPF: 862.112.851-91

Suplente: DANIEL VINÍCIUS MIRANDA E SILVA - CPF: 036.684.501-29

Representante dos Docente da Educação Básica Pública:

Titular: NOELMA SILVA DE OLIVEIRA - CPF: 604.585.341-53

Suplente: ROSIMAR DIVINA DE MEDEIROS - CPF: 598.575.441-34

Representante dos Diretores das Escolas Educação Básica Pública:

Titular: KARINA BARBOSA SIMÃO BARROS - CPF: 835.726781-53

Suplente: JUDITE RODRIGUES DA SILVA - CPF: 906.327.611-72

Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Educação Básica Pública:

Titular: ANDREIA SILVA OLIVEIRA - CPF: 002.926.651-30

Suplente: ADILANEA ALMEIDA DE OLIVEIRA - CPF: 013.760.151-45

Representante de Pais e Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: CLENI MARIA ABREU DA SILVA - CPF: 787.424.201-72

Suplente: FABIANE BREGOLI DE LIMA MACHADO - CPF: 994.623.201-44

Titular: MAURINA PEREIRA DA SILVA - CPF: 013.286.071-60

Suplente: EDINILDA MARTINS LUZ - CPF: 033.854.791-69

Representante dos Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: EMILY COSTA E SILVA NETO - CPF: 060.271.811-25

Suplente: MATHIAS SILVA MOURA - CPF: 061.736.331-59

Titular: JOÃO PAULO GOMES BARBOSA - CPF: 038.176.911-90

Suplente: JHENNIFER BÁRBARA PEREIRA CARDOSO - CPF: 061.141.501-12

Representantes do Conselho Tutelar Municipal:

Titular: MARIA DE JESUS R. DE SOUSA FEITOSA - CPF: 008.851.351-30

Suplente: LEIDIANE PEREIRA DIAS - CPF: 011.322.111-82

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 08 de julho de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OUVIDORIA
DECRETO Nº 088, DE 08 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre composição do Conselho de Alimentação Escolar-CAE, de São José dos Quatro Marcos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros e respectivos suplentes para a composição do Conselho de Alimentação Escolar-CAE, do município de São José dos Quatro Marcos, na seguinte formação e representatividade:

I – Representantes do Poder Executivo:

TITULAR: EMERSON SOUZA MILER

SUPLENTE: JOSÉ CHARUPÁ GOMES

II – Segmento dos Professores e Alunos:

TITULAR: ELISMAR GONÇALVES SIQUEIRA RAYMUNDO

SUPLENTE: ELISMARA CRISTINA XAVIER BEJO RAMOS MONEZ

TITULAR: GABRIELLY DE AZEVEDO MOREIRA

SUPLENTE: KAIO VINICIUS TONHOLO MOREIRA

III – Segmento de Pais de Alunos:

TITULAR: CLÁUDIO JÚNIOR DE SOUZA

SUPLENTE: JOANA MARIA SANTOS RODRIGUES

TITULAR: SEBASTIÃO ADALBERTO ALVES PEREIRA

SUPLENTE: ANTONIO TEIXEIRA DE LIMA

IV – Segmento da Sociedade Civil:

TITULAR: ROGÉRIO FRANCO

SUPLENTE: GOMES JOSÉ MONTEIRO NETO

TITULAR: MARIA ANDRÉ DA COSTA

Art. 2º Os membros do CAE cumprirão o restante do mandado de 08 de julho de 2020 a 03 de abril de 2021, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.345, de 08 de dezembro de 2010.

Parágrafo único Os membros do CAE exercerão suas funções de acordo com a Lei Municipal nº 891, de 01 de fevereiro de 2001.

Art. 3º Dada a sua composição, o Conselho de Alimentação Escolar-CAE fica assim formado:

Presidente: CLÁUDIO JÚNIOR DE SOUZA (representante do segmento de Pais)

Vice-Presidente: ELISMAR GONÇALVES SIQUEIRA RAYMUNDO (representante do segmento de Professores)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de julho de 2020.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

COVID-19: DECRETO Nº 089, DE 09 DE JULHO DE 2020

"ALTERA O ART.2º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 087, DE 08 DE JULHO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. Ronaldo Floreano dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º. O Art. 2º, do Decreto Municipal nº 087 de 08 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais, mesmo com trabalho interno, somente poderão funcionar de segunda a sexta das 7h00min às 19h00min e aos sábados das 07h00min às 15h00min, **exceto Postos de Combustíveis e Farmácias de Plantão**, que poderão permanecer em atendimento até as 22h00min, inclusive nos sábados, domingos e feriados".

[...]

Art. 2º. Osbares deverão permanecer apenas com atividades internas, estando os mesmos autorizados a efetivarem atendimento unicamente pelo sistema delivery.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, **com efeitos a partir do dia 09 de julho de 2020.**

Gabinete do Prefeito Municipal, Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, aos 09 dias do mês de julho de 2020.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Contratada:UNS-CONSTRUÇÕES REFORMAS E ALVENARIAS EIRELI

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD, NAS RUAS SÃO LUIZ, MARCIO CASSIANO DA SILVA, MATO GROSSO CUIABÁ, JOSE PEQUENO DA SILVA E AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, DESTE MUNICIPIO"

Prazo: 120 (cento e vinte) DIAS.

VALOR GLOBAL: R$ 317.066,21 (Trezentos e dezessete mil sessenta e seis reais e vinte e um centavos).

ASSINATURA: 07 de Julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 028/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2020

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2020 de 10/01/2020, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Tipo Menor Preço Por ITEM para o Registro de Preços objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREDIAL REFERENTE A SERVIÇOS: OBRAS CIVIS, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E PLUVIAIS, PARA ATENDER

A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme o Termo de Referência ANEXO I do Edital.

Modalidade de licitação: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E A LEI FEDERAL 10.520/02.

Forma de execução: INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: 23/07/2020

Horário: Das 07h30minh ÀS 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data: 23/07/2020

Horário: Às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

Observação 01: O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248, sem qualquer ônus, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).

Tabaporã – MT, 09 de Julho de 2020.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2020

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2020

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2020 de 10/01/2020, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do Tipo **Menor Preço Por ITEM** para o **REGISTRO DE PREÇOS** tipo "menor preço **por item", PARA** futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** para prestação de serviços **DE LAVAGEM DE VEICULOS,** tipo**, CARROS UTILITÁRIOS, CAMINHONETE, AMBULÂNCIA, CAMINHÕES E MÁQUINARIOS EM GERAL do MUNICIPIO DE TABAPORÃ,** conforme Termo de Referencia no **Anexo I**.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E A LEI FEDERAL 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00, Lei Complementar 147/14.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: ---------- 22/07/2020

Horário:---------- Das 07h30minh ÀS 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Rua Tancredo Neves, nº. 1059, Centro – CEP: 78.563-000

DO JULGAMENTO

Data: ---------- 22/07/2020

Horário: ---------- Às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Rua Tancredo Neves, nº. 1059, Centro – CEP: 78.563-000

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1505,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00 min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 09 de Julho de 2020.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2020

PORTARIA N.º 367/2020.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **Margarete Aparecida Baesso."**

O EXMO Prefeito do Município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 6º., incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003 e § 5º do Art. 40 da Constituição Federal, c/c Art. 81, I, II, III e IV da Lei Municipal nº. 482 de 14/12/2004, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tabaporã/MT; Lei Municipal n°. 1.080 de 29/08/2017, que atualiza e reformula alguns dispositivos contidos na Lei Municipal nº. 836/2011, de 28/06/2011, que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público Educacional do Município de Tabaporã – mt e dá outras providências; e Lei Municipal nº. 1. 207 de 28/02/2020 que dispõe sobre piso salarial estabelecido na Lei Federal n°. 11.738/08 com base no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e dá outras providencias";

Resolve:

Artigo 1º. - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** a servidora **Sra. Margarete Aparecida Baesso**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 0793.229-4 SEJSP/MT e inscrita no CPF nº. 522.780.341-20, residente e domiciliada neste Município, servidora efetiva no cargo de Professora, com carga horária de 30 horas semanais, Nível "06", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, devidamente matriculada sob o n°. 83, contando com 25 (vinte e cinco) anos, 05 (cinco) meses e 16 (dezesseis) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais e com direito a paridade**, com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVIPORÃ**, nº. **2020.04.00018P,** a partir da data de 10/07/2020 até posterior deliberação.

Artigo 2º. -Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação,revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tabaporã/MT, 10 de Julho de 2020.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 368/2020

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão Por Morte em favor da **Sra. Maria Pereira de Oliveira**, na qualidade de cônjuge, em decorrência do falecimento do segurado Sr. Carlinho Trajano de Oliveira."

O EXMO Prefeito do Município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no Artigo 40, § 7º., da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 103/2019, c/c Art. 28, Art. 7º. inciso I, Art. 30, inciso I e Art. 32, §1º., inciso V, alínea "C", 6 da Lei Municipal nº. 482/2004, com redação alterada pela Lei Municipal nº. 1.222/2020, que dispõe sobre a Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabaporã/MT;

Resolve:

Artigo 1º. - Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE**, em decorrência do falecimento do Sr. **Carlinho Trajano de Oliveira**, brasileiro, portador do RG nº. 612.498 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 291.833. 401-49 servidor Aposentado, no cargo de Trabalhador Braçal, Referencia '05', Nível '02', lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com matricula funcional nº. 300243, em favor da **Sra. Maria Pereira de Oliveira**,brasileira,cônjugedo *de "cujus"*, portadora do RG nº. 0435. 067-7 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 842.121.871-91, o equivalente à 100% (cem por cento) da cota, conforme processo administrativo do **PREVIPORÃ, nº. 2020.07.00021P**, a partir de 30/04/2020, data do óbito, até posterior deliberação.

Artigo 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a partir de 30 de Abril de 2020**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tabaporã - MT, 10 de Julho de 2020.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2020

AVISO DE REABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2020-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A FIM DE ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,**conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização**:**24 de JULHO de 2020** às **09:00** hs horário de Brasília. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados **a partir do dia 10 de JUNHO de 2020,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800**,** 65-311-4809.Tangará da Serra-MT, 09 Julho de 2020. Márcia Dourado Ferreira-Pregoeiro Oficial-Portaria nº 558/2020.

SERRAPREV
PORTARIA N.º 28/2020

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c, c/c artigo 13, § 1º e § 11 da Lei Complementar n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Lei Complementar n.º 019 de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei Complementar n.º 072 de 30 de abril de 2002, Anexo I – Tabela de Progressão da Lei Complementar n.º 163 de 16 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra, Estado de Mato e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 5.130 de 08 de maio de 2019 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder o benefício de aposentadoria por Invalidez a servidora Sra. **Sônia Maria Botaro Abelha**, brasileira, portadora da cédula de identidade n. 1476739-8 SESP/PR e CPF n.º 572.102.411-91 869.531.849-49, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, Classe "B", Nível "III", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, matriculada sob nº 003979, contando com 15 (quinze) anos, 02 (dois) meses e 09 (nove) dias de tempo de contribuição, com proventos calculados pela integralidade da média aritmética, conforme processo administrativo do **SERRAPREV, n.º 2020.03.00101P**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, com efeitos retroativos a partir de 27 de maio de 2020,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 10 de junho de 2020.

Prof.º FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2020/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE MINIESCAVADEIRA E CAMINHÃO PIPA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT,** a empresa: **RAIMUNDO IVENDO LEITE & CIA LTDA ME / CNPJ: 11.508. 954/0001-26.**

Tangará da Serra/MT, 09 de Julho de 2020.

Edinéia G. de Souza Vieira

Licitação/SAMAE

SAMAE
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA USO NA EXTENSÃO DA ADUTORA DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO SEPOTUBA PARA ETA QUEIMA-PÉ, TANGARÁ DA SERRA/MT**. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 28 de Julho de 2020**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 09 de Julho de 2020.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 088 E 089/2020.

COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 088/2020. A Secretaria Municipal Administração, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº **141/PGM/2020**, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 088/COMPRAS/SAD/2020. OBJETO:**AQUISIÇÃO DE MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 10ML (800 UN), CUJOS MATERIAIS SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO NA LINHA DE FRENTE DO COMBATE AO CONVID 19,** através da empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**,**devidamente inscrita no **CNPJ N° 67. 729.178/0004-91**cujo valor é de **R$ 17.104,00** (dezesete mil e cento e quarenta reais). O fundamento legal para a Dispensa é o **Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93** e alterações posteriores, concomitante com a Lei Federal nº 13.979/2020 e Decretos 119/2017 e 128/2020 e 169/2020. Tangará da Serra-MT, 09 de Julho de 2020. Eduardo Canedo de Souza Telles – Chefe Departamento de Compras.

COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 089/2020. A Secretaria Municipal Administração, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº **141/PGM/2020**, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 089/COMPRAS/SAD/2020. OBJETO:**AQUISIÇÃO DE AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDO (17.500 UN), CUJOS MATERIAIS SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO NA LINHA DE FRENTE DO COMBATE AO CONVID 19,** através da empresa: MARTINS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**,**devidamente inscrita no **CNPJ N° 02.614. 637/0001-01**cujo valor é de **R$ 63.000,00** (sessenta e três mil reais). O fundamento legal para a Dispensa é o **Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/ 93** e alterações posteriores, concomitante com a Lei Federal nº 13.979/ 2020 e Decretos 119/2017 e 128/2020 e 169/2020. Tangará da Serra-MT, 09 de Julho de 2020. Eduardo Canedo de Souza Telles – Chefe Departamento de Compras.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 46/2020

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 46/2020-TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO EM SEGURANÇA ELETRÔNICA EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 23 de JULHO de 2020** às **09:00** hs horário de Brasília. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/ 2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados **a partir do dia 10 de JULHO de 2020,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800**,** 65-311-4809.Tangará da Serra-MT, 09 Julho de 2020. Márcia Dourado Ferreira-Pregoeiro Oficial-Portaria nº 558/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

O Sr. Valter Kuhn, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte-MT, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Art. 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a favor da empresa ARMCO STACO S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA, inscrita no CNPJ sob o nº 72.343.882/0001-07, objetivando a Contratação de empresa especializada para fornecimento de tubo metálico corrugado para substituição de bueiro no município de Terra Nova do Norte-MT, conforme demonstrado no projeto arquitetônico, planilhas orçamentárias e memoriais descritivos apresentados pelo departamento de engenharia desta municipalidade, perfazendo o valor total da contratação em **R$ 120.189,35 (cento e vinte mil, cento e oitenta nove reais e trinta e cinco centavos).** Tal contratação justifica-se em virtude da citada empresa ter patente dos produtos e carta de exclusividade fornecida pela Confederação Nacional da Indústria – CNI atestando que a empresa é a única fabricante e fornecedora exclusiva do produto no Brasil, o que torna inviável a abertura de um processo licitatório e impossibilita a competitividade.

Terra Nova do Norte/MT, 02 de junho de 2020.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

P U B L I Q U E – S E

CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 339/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

*CONTRATADO:*SOLUTIONS CORP. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP

DATA: 06/07/2020

***OBJETO*:** O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO NÚMERO 339/2018, DATADO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 02 DE JANEIRO DE 2021. E PRORROGAR AINDA, O PRAZO DE VIGÊNCIA

TOTAL DO CONTRATO POR 144 (CENTO E QUARENTA E QUATRO DIAS), TENDO SEU ENCERRAMENTO EM 02 DE JANEIRO DE 2021.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
COVID-19: AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 49/2020

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 49/2020

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 49/2020

TIPO: MENOR PREÇO UNITARIO

DATA DA ABERTURA: 16/07/2020 ÀS 08:00 HRS

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAIS E MEDICAMENTOS, NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19 PARA ATENDER AO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 13H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 09 JULHO DE 2020.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO 06/2020

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DE SUA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL, EM CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PUBLICO RESULTADO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **TOMADA DE PREÇO Nº 06/2020**, CUJO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RESTABELECIMENTO DE BUEIROS NAS COMUNIDADES COPLACA E URU, SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA: **CPS – CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI**.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 09 DE JULHO DE 2020.

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 38/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 38/2020.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 68/2020 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 63/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ESPLANAGEM, CARREGAMENTO, DESCARREGAMENTO E SERRAGEM DE MADEIRA EM TORAS..

EMPRESA VENCEDORA:

NATALIA MAFALDA SCHRADER 04818193127

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND. FOR.	QTD. M3	VALOR UNT.	TOTAL
281349	TRANSPORTE DE MADEIRAS EM TORAS POR METRO CUBICO PARA ATENDER UMA KILOMETRAGEM DE 151 KM ATE 200 KM.	M3	1000	R$108,33	R$108.330,00
281350	TRANSPORTE DE MADEIRAS EM TORAS POR METRO CUBICO PARA ATENDER UMA KILOMETRAGEM DE 101 KM ATE 150 KM.	M3	1000	R$88,33	R$88.330,00
281348	TRANSPORTE DE MADEIRAS EM TORAS POR METRO CUBICO PARA ATENDER UMA KILOMETRAGEM DE 50KM ATE 100 KM.	M3	1000	R$68,33	R$68.330,00
					R$264.990,00

ITENS FRACASSADOS:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND. FOR.	QTD. M3
281347	CORTE, ESPLANAGEM, CARREGAMENTO E DESCARREGAMENTO DE MADEIRA EM TORAS POR METRO CUBICOS	M3	1000
281508	SERRAGEM DE MADEIRA EM: PRANCHAS E BLOCOS	M3	1000

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 09 DE JULHO DE 2020.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

CONTRATOS
AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

A**VISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 92/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 47/2020

O município de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o **CANCELAMENTO** da licitação divulgada através do edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2020**, tendo por Registro de Preço para futura e eventual aquisição de aquisição de um aparelho de RX fixo para o hospital municipal, considerando a ocorrência de erros no presente edital e tendo em vista a necessidade de alterações nos termos do mesmo. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através dos mesmos canais de comunicação utilizados anteriormente.

Terra Nova do Norte – MT, 09 de Julho de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO N° 44-2020

Extrato de Contrato: 44/2020
Contratantes: Prefeitura Municipal de Tesouro
Contratada: **REAVEL VEICULOS EIRELE**
Objeto.:. Aquisição de Veículo camionete 4x4 diesel, completa, para manter o bom funcionamento das atividades da Secretaria de Transporte
Vigência: 30/06/2020 a 31/06//2020,
Valor Global: R$: 149.300,00
Data da Assinatura: 30/06/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

LEI Nº 742, DE 09 DE JULHO DE 2020.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo conceder a título gratuito às famílias de baixa renda, projetos de edificações de moradia e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a título gratuito às famílias de baixa renda, assistência técnica gratuita e projeto padrão de edificação de moradia popular no Município de União do Sul/MT.

Parágrafo único - O Projeto padrão que se refere o caput deste artigo são completos, incluindo:

A) Projeto arquitetônico;

B) Projeto hidráulico;

C) Projeto elétrico;

D) Projeto estrutural.

Art. 2º - O benefício citado no artigo 1º desta Lei, contemplará construções habitacionais, destinadas à moradia popular, que atendam as seguintes exigências:

A)O imóvel a ser edificado deverá possuir área total igual ou inferior a 50,00 m² (cinquenta metros quadrados).

B)O beneficiário deverá estar cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais (CadUnico) ou comprovar renda familiar de até 02 (dois) salários mínimos vigentes na época.

Art. 3º - O Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de União do Sul/MT, disponibilizará às famílias de baixa renda, contempladas por esta Lei, 04 (quatro) projetos arquitetônicos de construção padronizados, ficando a critério daquela escolher a melhor opção.

Art. 4º - Entende-se por família de baixa renda, para aplicação desta Lei, aquelas cuja renda mensal não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos vigentes no País.

Art. 5º - Para ter direito ao benefício contemplado nesta Lei, o imóvel a ser construído deve ser a única unidade habitacional do beneficiário e o terreno não ultrapassar a 600 m² (seiscentos metros quadrados).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 09 de julho de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149/2020

Revoga na íntegra a Portaria nº 126/2019 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica revogada na íntegra a PORTARIA Nº 126/2019, de 26 de agosto de 2019.

Parágrafo Único. A revogação da Portaria nº 126/2019 tem efeito retroativo à data de 22 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 06 de julho de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 743, DE 09 DE JULHO DE 2020.

Institui o Programa de Incentivo a Piscicultura e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º. Fica instituído Programa de Incentivo a Piscicultura como medida de apoio aos interessados na construção de açudes e/ou tanques destinados à criação de peixes nas propriedades rurais no Município de União do Sul-MT.

Art. 2º. A primeira etapa do programa consiste na prestação do serviço de, no máximo, 20 (vinte) horas-máquina, com o equipamento escavadeira hidráulica sobre esteiras - PC, de propriedade do Município ou de forma terceirizada, para a execução de novos açudes e/ou tanques de peixes destinados à piscicultura, por propriedade e/ou produtor rural.

§ 1º. O limite acima de horas-máquina é por propriedade rural e desde que o local reúna condições técnicas de execução do serviço com o uso dos equipamentos disponíveis pela Prefeitura Municipal e/ou empresa terceirizada;

§ 2º. O Programa ora instituído estará em execução até o dia 21 de dezembro de 2020, em função do encerramento do presente exercício.

§ 3º. No ato da inscrição do Produtor no Programa deverá indicar o número de horas de serviço, dentro do limite estabelecido pelo caput deste artigo, julgado necessário para a execução de açude e/ou tanque de peixes;

§ 4º. O beneficiário interessado no Programa irá ressarcir o Município de União do Sul, a quantidade de 19,5 (dezenove virgula cinco) litros de óleo diesel S-10, por hora trabalhada, ao valor de R$ 4,18 (quatro reais e dezoito centavos), ou seja valor de hora trabalhada de R$ 86,51(oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos), de acordo com a Licitação Pregão Presencial RP nº 034/2019, de combustíveis vigente, podendo ocorrer atualização nos valores caso seja necessário;

§ 5º. Os pagamentos deverão ser realizados à vista, através da quitação de boletos bancários, antes do início da prestação dos serviços;

§ 6º. O Município de União do Sul deverá prestar os serviços em até 60 (sessenta) dias, após a confirmação do pagamento;

§ 7º. O montante arrecadado pelo Município com o pagamento realizado pelos beneficiários do Programa será utilizado para fazer frente às despesas dos serviços prestados, e o excedente, se houver, será investido na expansão dos incentivos aos produtores rurais com dedicação à piscicultura.

Art. 3º. Para participar do Programa o proprietário rural precisa possuir a área localizada no Município de União do Sul – MT.

Art. 4º. Os pedidos de inscrição no Programa serão analisados e concedidos pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e homologados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Art. 5º. Os recursos necessários para a implantação do programa correrão por conta da seguinte dotação orçamentária específica:

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: Gabinete do Secretário

Projeto Atividade: Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia da Piscicultura.

Cód. Reduzido: 383

Elemento: Material de consumo.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 09 de julho de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 741, DE 09 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre denominação do Centro Recreativo e Esportivo localizado no Canteiro Central da Avenida Curitiba, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Por força da presente Lei, fica denominado CENTRO RECREATIVO ESPORTIVO ERTILE SPANHOLI, as edificações e equipamentos recreativos e esportivos localizados no Canteiro Central da Avenida Curitiba, nesta Cidade de União do Sul.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal providenciará a confecção e colocação da referida placa.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, Estado de Mato Grosso, em 09 de julho de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 100/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Euzerina Cosmo de Souza Santos	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	15/02/1992		25H	C-10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

DAE/VG
PORTARIA Nº 118/2020

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

CONTRATONº 008/2020 – PARANA COM. DE MAT. ELETRICOS E SERV. LTDA.

PROCESSO N. 015/2020

Objeto: Contratação em caráter emergencial de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos, para atender a demanda o departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Pedro Peixoto de Azevedo

RG N.º 296835 SSP/MT **CPF N.º** 275.075.641-34

END.º: Rua U Nº 23 Bairro: Aurélia Salis Curvo

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.229

Suplente de Fiscal: Thalessa Ketlen de Souza Rufino

RG N.º 17477581 SSP/MT CPF N.º 059.850.851-12

END.º: Rua A quadra 05 casa 17 Bairro: Pedra Noventa

Cidade: Cuiaba/MT

Matricula N.º 697

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 07 de Julho de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 079/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar o Servidor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Heleno Braz do Nascimento	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	02/08/1999		25H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.

Aos 08 dias do mês de julho de 2020, com início as 08:30 horas, com tolerância de 20 minutos, ocorreu a reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Várzea Grande – MT, por meio de vídeo conferência através da sala "Zoom", em virtude do Covid 19, tendo como presentes a Presidente do Conselho Hélen Farias Ferreira, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, Bernadete da Silva Siqueira, representante da Secretaria Municipal de Viação e Obras, Jaderson Diego Figueiredo, representante da Secretaria Municipal de Saúde, Dra. Kassia Rabelo Silva, representante da Procuradoria Geral do Município, Yasmim Hevelin Lara de Araújo Ganaes, representante do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Michele Kovacs, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo, Vanor Oliveira Arantes, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso, Dra. Gisele Gaudêncio Alves da Silva, representante da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional de Várzea Grande, David Willian Correa, representante da Associação Comercial e Industrial de Várzea Grande e Denner Diego Silva de Figueiredo, representante da Federação Nacional dos Pequenos Construtores. A Secretária Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento rural Sustentável, Hélen Farias Ferreira, agradeceu a presença de todos os presentes e deu inicio a reunião com a pauta:

1. Plano Diretor:

A dra. Gisele Gaudêncio Alves da Silva apresentou suas contribuições aos artigos da Minuta de Lei do Plano Diretor e restou recidido que os demais membros fariam análise e suas próprias considerações no prazo de 05 (cinco) dias.

2. Regimento Interno

A Dra. Gisele Gaudêncio Alves da Silva, encaminhou aos membros, via email, as sugestões de alteração no Regimento Interno, e sugeriu também a publicação de um Decreto regulamentador.

Foi então agendada uma Reunião Extraordinária para Segunda Feira, dia 13/07/2020 para as últimas considerações ao Plano Diretor.

Pela situação do Covid 19, será mantido o mesmo molde, através de vídeo conferência.

Encerrada as 09:20 horas.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº119/2020

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Complementar n°1.164/91, que dispõe em seu art. 85;

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2019/2020**, a vigorar a partir de **01.07.2020 a 30.07.2020**, ao servidor **VALMIR FRANCISCO DA SILVA** matrícula nº 549, exercendo o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.**

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 09 de Julho de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente DAE/VG.

PORTARIA Nº 614/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Tornar sem efeito a **Portaria nº 581/2020,** da servidora **MARIA DO CARMO OLIVEIRA ARRUDA,**matrícula 32535, lotada na Secretaria Municipal Viação e Obras, exercendo o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio**, referente ao qüinqüênio **29.11.2014/2019**, a vigorar no período de **02.08.2020** à **30.10.2020**, ficando este qüinqüênio para concessão em época oportuna**.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA N° 613/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Interromper a Licença Prêmio concedido somente com relação ao servidor **ABRAHÃO CESAR MONTEIRO**, Matrícula 65 lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Motorista, referente ao **qüinqüênio 28.08.2007/2012**, **50 (cinqüenta) dias, de Licença Prêmio** a vigorar em 02.07.2020 à 20.08.2020, interrupção a partir de **05.07.2020,**ficando saldo para concessão em época oportuna.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 23 de junho de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA N° 612/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Interromper a Licença Prêmio concedido somente com relação a servidora **MARIA DO CARMO OLIVEIRA ARRUDA**, Matrícula 32535 lotada na Secretaria Municipal de Viação e Obras, exercendo o cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, referente ao **qüinqüênio 29.11.2009/2014**, **90 (noventa) dias, de Licença Prêmio** a vigorar em 04.05.2020 a 01.08.2020, interrupção a partir de **01.07.2020,**ficando saldo para concessão em época oportuna.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de julho de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 611/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ABRAHÃO CESAR MONTEIRO**
MATRICULA	65
CARGO	Motorista
PROCESSO N°	154114/2013
LICENÇA PRÊMIO	50 (cinqüenta) dias
QÜINQÜÊNIO	**20.08.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	02.07.2020 à 20.08.2020

SERVIDOR	**LAURA ELENA FIGUEIREDO GUIMARÃES**
MATRICULA	26608
CARGO	Nutricionista
PROCESSO N°	407097/2016
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.04.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	01.07.2020 à 28.09.2020

SERVIDOR	**LEONICE PEREIRA DE GODOY**
MATRICULA	27389
CARGO	Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social
PROCESSO N°	661358/2020
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**05.08.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	02.07.2020 à 29.09.2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de julho de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE EDITAL RETIFICADO PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2020 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo nº 666109/2019. Objeto: Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de fornecimento de refeições preparadas, de qualidade, contemplando as três principais refeições diárias, sendo elas desjejum, almoço e jantar, para os servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. Com realização prevista para o **dia 25 de junho de 2020, às 09h00min (horário Brasília - DF), foi prorrogada para dia 21 de julho de 2020, às 09h00min (horário Brasília - DF). Tal prorrogação faz-se necessária, tendo em vista a necessidade de retificação do termo de referência e edital.** O Edital retificado está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 14 às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 09 de julho de 2020. **Evandro Homero Dias -** Secretário Municipal de Defesa Civil

EXTRATO CONTRATO N. 175/2020

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60, e, de outro lado, a Empresa GL OXIGÊNIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 12.520.836/0001-04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei Federal n. 13.979/2020, na Medida Provisória n. 926/2020, na Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 48/2020, bem

como na proposta da contratada, no Projeto Básico n. 07/2020 da Secretaria de Saúde, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 662625/2020. OBJETO: O objeto deste Contrato é a contratação de empresa especializada em instalação de rede a vácuo, oxigênio e ar comprimido no Hospital e Pronto Socorro de Várzea Grande – HPSMVG. VALOR GLOBAL: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$ 33.800,00 (Trinta e três mil e oitocentos reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0102/0142/0146. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: a servidora CLÁUDIA SANDRA LENHARDT DE OLIVEIRA, Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 2564191-3 SSP/MT e inscrita no CPF n. 050.063.899-31.

DATA DE ASSINATURA: 1º.07.2020

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde

Contratante

GL OXIGÊNIO EIRELI

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 174/2020

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60, e, de outro lado, a Empresa FANEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 61.100.244/0001-30. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei Federal n. 13.979/2020, na Medida Provisória n. 926/2020, na Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 47/2020, bem como na proposta da contratada, no Projeto Básico n. 16/2020 da Secretaria de Saúde, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 666711/2020. OBJETO: O objeto deste Contrato é a aquisição em caráter emergencial de equipamentos hospitalares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 98.000,00 (Noventa e oito mil reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0102/0142/0146. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização da futura aquisição dos equipamentos hospitalares, ficará a cargo da Gerência de Patrimônio, pelo servidor ARTHUR ASSIS DE OLIVEIRA.

DATA DE ASSINATURA: 1º.07.2020

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde

Contratante

FANEM LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 181/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, de outro lado, a Empresa A. F. GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 18.446.094/0001-92. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Ata de Registro de Preços n. 147/2020, vinculado ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Presencial n. 09/2020, bem como na proposta da contratada, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 662295/2020. OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de abrigos de parada de ônibus (ponto de ônibus) protetores de arvores triangular e quadrado e lixeiras em metalão de aço, conforme especificado nos projetos em anexo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 623.400,00 (Seiscentos e vinte e três mil e quatrocentos reais). UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que se iniciará a partir da data da sua assinatura, prazo que a contratada deverá entregar os objetos, de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato os servidores seguintes: Fiscal Titular: EDUARDO HENRIQUE BARROS PROVATTI, brasileiro, Coordenador Administrativo e Financeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1021420-8 e inscrito no CPF n. 857.002.311-15, Matrícula n. 124614; Fiscal Suplente: CIDOMAR DE ARRUDA VELO, brasileiro, Coordenador de Mobilidade Urbana, portador da Cédula de Identidade RG n. 1331776-8 e inscrito no CPF n. 913.811.501-87, Matrícula n. 121394.

DATA DE ASSINATURA: 08.07.2020

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

Contratante

A. F. GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 143/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, de outro lado, a Empresa NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 11.862.177/0001-13. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Ata de Registro de Preços n. 64/2019, vinculado ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Presencial n. 12/2019, bem como na proposta da contratada, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 667172/2020. OBJETO: O objeto deste contrato é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação de qualidade, contemplando as três principais refeições diárias, desjejum, almoço e jantar, para os servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 140.349,80 (Cento e quarenta mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos). UO: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FONTE: 0129/0100. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTES: 0100. UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0146/0142. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 02 (dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, não podendo ser prorrogado. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização da execução desse Contrato, ficará a cargo dos seguintes servidores: a Secretaria Municipal de Defesa Social que designa neste ato, o servidor Jucimar Albertino de Campos (Titular), brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 539 765 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 522.877.771-72, matricula nº 25.117; e, a servidora Cristiane Lima Prado (Suplente), brasileira, Matricula nº 9316, portador da Cédula de Identidade RG n° 1356023-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 918.082.431-53; a Secretaria Municipal de Assistência Social que designa neste ato, o servidor Isaak Douglas Gomes Campos (Titular), inscrito no CPF n. 052.275.041-11; e, o

servidor Carlos Henrique Araújo Viera (Suplente), inscrito no CPF n. 027. 053.081-99; a Secretaria Municipal de Viação e Obras que designa neste ato, o servidor Natan de Oliveira Ferreira, inscrito no CPF n. 055.688. 391-82; e, o servidor Roberto Davi de Souza, inscrito no CPF n. 793.044. 191-15; a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato, o servidor Ricardo Augusto de O. Souza, inscrito no CPF n. 495.412.001-85; a Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, a servidora Viviane Barros Silva, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1629378-9 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 008.778. 461-03. .

DATA DE ASSINATURA: 25.05.2020

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretaria Municipal de Defesa Social

Contratante

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Contratante

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR

Secretaria Municipal de Assistência Social

Contratante

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

Contratante

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde

Contratante

NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA

Contratada

PORTARIA Nº 085/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Angelica Satsuki Kimura	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	27/04/2012		25H	B-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 087/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Wanya Lizandra Molina Batista	Tec. De Sup.Adm. Educacional – nível elementar	Tec. Em Nutrição Escolar	30/04/2002		30H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

ERRATA DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Na Publicação do Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato nº 049/2016, firmado entre a Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa **ELEVAMAT CONSERVADORA DE ELEVADORES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.775.577/0001-69 e no NIRE nº 51200378238, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), Divulgado no dia 08/07/2020, página 583, Retifica-se: **ONDE SE LÊ:** PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA – Secretaria de Administração. **LEIA-SE:** DANIELA ASSIS DIAS BITES – Secretaria de Administração.

PORTARIA Nº 086/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Claudia Cristina da Silva	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	26/04/2012		25H	B-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 088/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Maria Queiroz de Souza Silva	Tec. De Sup.Adm. Educacional – nível elementar	Tec. Em Nutrição Escolar	30/04/2002		30H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 103/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Vera Maria Sant Ana e Silva Bortoluzzi	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	30/04/2002		25H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 101/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Elezil Benedita da Silva	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. de Manutenção da Inf. e Hig. Escolar	05/07/1994		30H	B-09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 102/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Maria de Fatima Ferreira de Santana	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	30/04/2002		25H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 089/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
ADAIR BENTO CLEMENTI	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. de Manutenção e Segurança da inf.	30/08/2002		30H	B-06

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 080/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Jucelia da Costa Felix	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível medio	Tec. Em Nutrição Escolar	29/10/2012		30H	B-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 090/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Dalva Maria Arraes Zanin	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. em Nutrição Escolar	30/04/2002		30H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 091/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar o Servidor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Francisco Julio Pacheco	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. de Manutenção e Segurança da inf.	01/10/2003		30H	B-06

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 092/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Mari Lucia Alves de Campos	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível medio	Tec. em Nutrição Escolar	29/10/2012		30H	C-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 093/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Francisca Andrade da Silva	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. de Manutenção da inf. e Higienização	24/06/1994		30H	D-09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 094/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Gilceli Batista da Silva	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. de Manutenção da inf. e Higienização	30/04/2002		30H	B-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 095/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Jacimara Assis de Amorim Santos	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. de Manutenção da inf. e Higienização	15/02/1991		30H	B-10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 096/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL

Rayane da Silva Duarte	Tec. Adm. Educacional – nível médio	Tec. Adm. Educacional – nível médio	01/05/2012		30H	B-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 082/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Cleiner Rodrigues da Silva	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	03/04/2014		25H	B-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 081/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Carmem Lucia Felix de Souza	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	15/02/1992		25H	C-10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N. 01/2020

Processo n° 649777/2020. Objeto: seleção e contratação de empresa de construção para prestação de serviços de construção e reforma do Parque Bernardo Berneck – 2ª Etapa (Portaria 01, Banheiros e Bebedouros, Parque Aquático, Estacionamento 01, Construção do Muro, Pistas de Caminhada, Urbanização, Jardim Sensorial, Anfiteatro ao ar livre, Estação de Ginástica, Playground, Campo de Futebol, Pista de Skate e Quadras Poliesportivas), para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 9.16 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica Secretaria Municipal de Viação e Obras, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA: HABILITADAS** as licitantes **LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 01.318.705/0001-14, **CONCREMAX CONCRETO ENG. E SANEAMENTO LTDA inscrita no CNPJ sob nº 15.378. 979/0001-03, M. I. CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 07.475.058/0001-30 e TRAÇO ARQUITETURA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 04.583.072/0001-17**. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 11 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagraande.mt.gov.br, Várzea Grande - MT, 09 de julho de 2020. **Aline Arantes Correa -** Presidente da CPL.

PORTARIA Nº 097/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Lioba Anna Marques	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível elementar	Tec. de Manutenção da Inf. e Hig. Escolar	21/09/1993		30H	B-09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 098/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Udimar Ferreira	Professor – Nível Médio	Professor – Nível Médio	30/04/2002		25H	C-07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 602/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as Leis Complementares nºs 3.507/2010, 3.624, 3.628, 3.651/2011 e 4.293/2017 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências":

RESOLVE:

Enquadrar a Profissional da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, carga horária, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL MÉDIO

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	Afast. s/ Ônus	C/H.	CLAS/ NÍVEL
VALDEMIRO BENEDITO DA SILVA	Agente Administrativo	Agente de Saúde Municipal	09/12/1987	04 A, 05 DM, 23 D	-	30H	A-09

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura com efeitos financeiros a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 1° de julho de 2020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 106/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar o Servidor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Ronnieder Ramos da Silva	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível médio	Tec. de Man. e Seg. da infr. Escolar	26/04/2012		30H	A-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 083/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Ivone Maria Pereira Fonseca	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	26/04/2012		25H	B-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 084/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Monica Leite Delgado	Professor – Nível Superior	Professor – Nível Superior	02/05/2012		25H	B-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 105/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.797/2012, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Cleonice Maria de Almeida	Tec. de Sup. Adm. Educacional – nível médio	Tec. em Nutrição Escolar	02/05/2012		30H	A-03

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/07/2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2020.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 042/2020, tendo por objeto o Registro de Preços para a a aquisição de postes galvanizados para iluminação pública, destinado a implantação e melhorias do terminal turístico localizado na "Beira Rio", zona urbana, de Vila Bela da Santíssima Trindade, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, a(s) empresa(s): E. D. PEREIRA SERRALHERIA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 26.319.203/0001-39, com proposta no valor global de: R$ 26.250,00 (Vinte e Seis Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 038/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 038/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel comum), para abastecimento de veículos oficiais, de forma parcelada, direto na bomba, no município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): POSTO TUCUNARE LTDA , pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 20.397.300/0001-63, com proposta no valor global de: R$ 958.946,30 (novecentos e cinquenta e oito mil e novecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos)

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 038/2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 038/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel comum), para abastecimento de veículos oficiais, de forma parcelada, direto na bomba, no município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, a(s) empresa(s): POSTO TUCUNARE LTDA , pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 20.397.300/0001-63, com proposta no valor global de: R$ 958.946,30 (novecentos e cinquenta e oito mil e novecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos)

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 038/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 038/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM), PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS, DE FORMA PARCELADA, DIRETO NA BOMBA, NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
POSTO TUCUNARE LTDA	20.397.300/0001-63	R$ 958.946,30

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 041/2020, tendo por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação do tipo self-service e marmitex, para atender aos funcionários das secretarias públicas municipais em deslocamento para zonas rurais, durante realizações de eventos e em serviços nas proximidades do perímetro urbano do município, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): J. CAMARGO RESTAURANTE EIRELI, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 31.518.606/0001-47, com proposta no valor global de: R$ 136.660,00 (cento e trinta e seis mil e seiscentos e sessenta reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 042/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO:A AQUISIÇÃO DE POSTES GALVANIZADOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DESTINADO A IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DO TERMINAL TURÍSTICO LOCALIZADO NA "BEIRA RIO", ZONA URBANA, DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL**.**

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
E. D. PEREIRA SERRALHERIA	26.319.203/0001-39	R$ 26.250,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 041/2020, tendo por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação do tipo self-service e marmitex, para atender aos funcionários das secretarias públicas municipais em deslocamento para zonas rurais, durante realizações de eventos e em serviços nas proximidades do perímetro urbano do município , resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, a(s) empresa(s): J. CAMARGO RESTAURANTE EIRELI, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 31.518.606/

0001-47, com proposta no valor global de: R$ 136.660,00 (cento e trinta e seis mil e seiscentos e sessenta reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO TIPO SELF-SERVICE E MARMITEX, PARA ATENDER AOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM DESLOCAMENTO PARA ZONAS RURAIS, DURANTE REALIZAÇÕES DE EVENTOS E EM SERVIÇOS NAS PROXIMIDADES DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
J. CAMARGO RESTAURANTE EIRELI	31.518.606/0001-47	R$ 136.660,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA VISANDO A MANUTENÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAL**,** CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
E. D. PEREIRA SERRALHERIA	26.319.203/0001-39	R$ 817.915,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 042/2020, tendo por objeto o Registro de Preços para a a aquisição de postes galvanizados para iluminação pública, destinado a implantação e melhorias do terminal turístico localizado na "Beira Rio", zona urbana, de Vila Bela da Santíssima Trindade, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): E. D. PEREIRA SERRALHERIA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 26.319.203/0001-39, com proposta no valor global de: R$ 26.250,00 (Vinte e Seis Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

PORTARIA N.214/2020

“DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora FRANCISCA ANA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826. 591.094-00, para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) contrato(s) da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade N. 063/2020 e 065/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.215/2020

“**DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**a servidora, **KARLA BERNARDELLI FREITAS,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Manoel Sátiro Ferreira Coelho n. 341, Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade n. 1.575.145-7 SSP/MT e CPF n. 006.103.281-66, para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) contrato(s) da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 064/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 043/2020, tendo por objeto o Registro de Preços para a a a aquisição de materiais e contratação de serviços de serralheria visando a manutenção e/ou construção de estruturas metálicas em prédios públicos municipal , resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): E. D. PEREIRA SERRALHERIA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 26.319.203/0001-39, com proposta no valor global de: R$ 817.915,00 (Oitocentos e Dezessete Mil e Novecentos e Quinze Reais)

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 043/2020, tendo por objeto o Registro de Preços para a a a aquisição de materiais e contratação de serviços de serralheria visando a manutenção e/ou construção de estruturas metálicas em prédios públicos municipal, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, a(s) empresa(s): E. D. PEREIRA SERRALHERIA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 26.319.203/0001-39, com proposta no valor global de: R$ 817.915,00 (Oitocentos e Dezessete Mil e Novecentos e Quinze Reais)

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 071/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

Nº DE LICITAÇÃO NO BB:823278

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Veículo e Máquinas/Equipamentos para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Agricultura e de Viação e Obras Públicas.

REALIZAÇÃO: 22/07/2020

ABERTURA DA SESSÃO: 08h00min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 08h30min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 09 de Julho de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

IMPREV
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Na Portaria 020/2020 de 01/07/2020, onde designa o servidor WANDERLEY BRETANHA JUNKER, para atuar como fiscal da execução do objeto conforme contrato 001/2020, Contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Censo Previdenciário para aprimoramento da gestão previdenciária de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores Públicos Municipais ativos, inativos, pensionistas e dependentes, vinculados ao IMPREV – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Município de Vila Rica/MT, a fim de atender as necessidades de execução dos serviços da Unidade Gestora. Servidores efetivos do Município 430, inativos 117 e efetivo do Imprev 01, totalizando 548.

ONDE SE LÊ: CONTRATO Nº 001/2020

LEIA – SE: CONTRATO Nº 002/2020

Os demais descritos na publicação permanecem inalterados.

Vila Rica–MT, 09 de julho de 2020.

EURICO DA CUNHA BARBOSA

Diretor Executivo

Portaria nº 209/2011

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 073/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2020

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 823803

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de produtos para manutenção das ruas e avenidas do perímetro urbano, como também a construção de manilhas, sarjetas, bueiros e pontes para manutenção das estradas Vicinais do Município.

REALIZAÇÃO: 23/07/2020

ABERTURA DA SESSÃO: 08h00min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 08h30min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

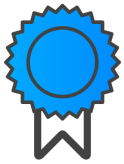
Vila Rica / MT, 09 de Julho de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Jul 09 22:31:47 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)